LUIS REBOLO
URBANISMO E PLANEAMENTO, LDA

ESTUDOS DE CARACTERIZAÇÃO

Volume I

1ª REVISÃO DO
PLANO DIRETOR MUNICIPAL DO FUNDÃO

Setembro 2021
(corrigido em março 2023)

MUNICÍPIO DO FUNDÃO

NRV LUIS REBOLO URBANISMO E PLANEAMENTO, LDA

1ª REVISÃO DO

PLANO DIRETOR MUNICIPAL DO FUNDÃO

Estudos de Caracterização

INDICE

1. INTRODUÇÃO E ENQUADRAMENTO 1

1.1 Apresentação e Justificação da Revisão do Plano Diretor Municipal 1
1.2 Enquadramento Legal e Estrutura do Plano 2

2. FUNDÃO E O CONTEXTO REGIONAL E LOCAL 6

2.1 Contexto Administrativo 7
2.2 Contexto Demográfico e Económico 9
2.3 Acessibilidades Regionais 16

3. INSTRUMENTOS DE GESTÃO TERRITORIAL DE HIERARQUIA SUPERIOR 19

3.1 Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território 20
3.2 Plano Nacional da Água (PNA) 22
3.3 Plano de Gestão das Bacias Hidrográficas do Tejo e Ribeiras do Oeste (PGRH Tejo e Oeste - RH5) 24
3.4 Plano Sectorial da Rede Natura 2000 26
3.5 Plano de Ordenamento das Albufeiras de Santa Águeda e Pisco 31
3.6 Programa Regional de Ordenamento Florestal do Centro Interior (PROF CI). 35
3.7 Plano Rodoviário Nacional (PRN) 39
3.8 Plano Intermunicipal de Adaptação às Alterações CLIMÁTICAS (PIAAC CIMBSE) 40
3.9 Plano Regional de Ordenamento do Território do Centro 42

4. PLANOS MUNICIPAIS, COMPROMISSOS E PRETENSÕES 53

4.1 Planos e Estudos no concelho do Fundão 53
4.2 Compromissos e Intenções 65
4.3 Pretensões resultantes da prévia consulta pública 67

5. CARACTERIZAÇÃO BIOFÍSICA 73

5.1 Breve enquadramento biofísico 73
5.2 Ocupação do solo 78
5.3 Valores naturais 87
5.4 Unidades de paisagem 97
5.5 Disfunções ambientais 98

6. CONDIÇÕES ECONÓMICAS E SOCIAIS 108

6.1 Caracterização Demográfica 108
6.2 Atividade e Emprego 123
6.3 Atividades Económicas 127
6.4 Dinâmicas do Investimento Municipal 138

7. CARATERIZAÇÃO URBANÍSTICA 143

7.1 Estrutura do Povoamento 143
7.2 Dinâmica Construtiva e Estado de Conservação 150
7.3 Caracterização dos Aglomerados 154
8. VALORES CULTURAIS 186
8.1 Enquadramento legal 187
8.2 Breve Panorâmica Histórica 188
8.3 Património Classificado e em vias de classificação 191
8.4 Outros Imóveis com Interesse 206
8.5 Sítios e Conjuntos com Interesse 237
8.6 Património Arqueológico 244
8.7 Património Imaterial 255
8.8 Síntese Conclusiva 256
9. REDE URBANA 257
9.1 Metodologia 257
9.2 Dimensão demográfica 259
9.3 Funções Centrais do Setor Público 260
9.4 Níveis hierárquicos 261
10. HABITAÇÃO 264
10.1 famílias, Edifícios e alojamentos 264
10.2 carências habitacionais 277
10.3 medidas de política habitacional em curso 281
11. EQUIPAMENTOS COLETIVOS 284
11.1 Equipamentos de educação 285
11.2 Equipamentos de Saúde 292
11.3 Equipamentos Sociais 295
11.4 Equipamentos Desportivos 305
11.5 Equipamentos Culturais e Recreativos 307
11.6 Equipamentos de Prevenção e Segurança Pública 309
12. TURISMO 312
12.1 Caraterizaçâo da Atividade Turistica 313
12.2 Quadro de referência para o setor do turismo no âmbito dos IGT em vigor 339
13. ACESSIBILIDADE E MOBILIDADE 352
13.1 Enquadramento 352
13.2 Rede Viária e Acessibilidades 354
13.3 Rede Ferroviária 375
13.4 Transporte público de passageiros 377
13.5 Mobilidade Urbana 382
14. INFRAESTRUTURAS URBANAS 390
14.1 infraestruturas de abastecimento de água 391
14.2 Drenagem e tratamento de águas residuais 402
14.3 Recolha e tratamento de resíduos sólidos 411
14.4 infraestruturas Elétricas, de comunicação e gasistas 415
15. RISCOS E PROTEÇÃO CIVIL 420
15.1 Riscos Naturais 423
15.2 Riscos Tecnológicos 424
15.3 Riscos Mistos 425
ANEXOS 427

Anexo I - Orientações de Gestão - Plano sectorial da Rede Natura 2000 428
Anexo II – Pretensões e Sugestões apresentadas durante a prévia consulta pública 431
Anexo III – População Estrangeira 453
Anexo IV – Projetos aprovados e previstos para o município do Fundão 455
Anexo V – Funções centrais do setor público 462
Anexo VI – Alojamentos familiares 463
Anexo VII - Equipamentos coletivos 465
Anexo VIII – Empreendimentos turísticos e alojamento local 470

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1: Enquadramento do município do Fundão 8
Figura 2: Freguesias do concelho do Fundão 9
Figura 3: Fundão no contexto PRN2000 16
Figura 4: Ligações ferroviárias ao concelho do Fundão 17
Figura 5: PTCON0028 – Zona Especial de Conservação Serra da Gardunha 28
Figura 6: ZEC Serra da Gardunha - Habitats 30
Figura 7: Planta de Ordenamento do PDM / alteração para integração do POASAP 33
Figura 8: Sub-regiões do PROF do Centro Interior no concelho do Fundão 35
Figura 9: Extrato do Mapa síntese do PROF do Centro Interior para o concelho do Fundão 36
Figura 10: Estradas da Rede Rodoviária Nacional (RRN) 40
Figura 11: Modelo Territorial 51
Figura 12: Pretensões e sugestões apresentadas na consulta pública, agrupadas por categorias 68
Figura 13: Distribuição das pretensões e sugestões, apresentadas na consulta pública, pelas freguesias do concelho 69
Figura 14: Valores de precipitação média mensal e valores da temperatura média mensal da Estação meteorológica do Fundão (1971-2000) 75
Figura 15: Ocupação do solo baseada no COS 2018 80
Figura 16: Áreas ocupadas por culturas temporárias no concelho do Fundão 82
Figura 17: Aproveitamento Hidroagrícola da Cova da Beira (blocos da Covilhã, Fundão e Fatela) 85
Figura 18: Habitats da ZEC Serra da Gardunha da Rede da Natura 2000 92
Figura 19: Vista EN517 95
Figura 20: Unidades de paisagem 98
Figura 21: Variação relativa da População, 2001/2011 111
Figura 22: Densidade Populacional nas freguesias do Concelho do Fundão, 2011 112
Figura 23: O concelho do Fundão – orografia, rede viária e rede urbana 147
Figura 24: Variação do número de famílias, por freguesia, 2001/2011 265
Figura 25: Variação do número de edifícios por freguesia, Fundão, 2001/2011 267
Figura 26: Índice de envelhecimento (N.º) dos edifícios e n.º de edifícios, segundo a época de construção, por freguesia, 2011 268
Figura 27: Edifícios por número de pisos e freguesia, Fundão, 2011 269
Figura 28: Variação do número de alojamentos por freguesia, 2001/2011 271
Figura 29: Enquadramento genérico das situações de carência habitacional no Fundão, 2011/2019 279
Figura 30: Locais de pernoita de autocaravanas, Fundão, 2020 328
Figura 31: Objetivos estratégicos para o setor do turismo 343
Figura 32: Pilares estratégicos das Beiras e Serra da Estrela 345
Figura 33: Desenvolvimento Turístico da Região Centro 346
Quadro 34: Matriz-síntese das orientações estratégicas para o Turismo na Região Centro e Beiras e Serra da Estrela 350
Figura 35: Estrutura Administrativa da Rede Viária Concelhia 365
Figura 36: Estado de Conservação por Categoria Administrativa 367
Figura 37: Distâncias Entre a Sede de Concelho e os Principais Polos Geradores 373
Figura 38: PEDU - Construção de diversas ciclovias e implementação de modos suaves 386
Figura 39: Mapa geral de construção de faixa de mobilidade 387
Figura 40: Traçado do Gasoduto e da Rede de Gás Natural, no concelho do Fundão 419
Figura 41: Síntese da Perigosidade na Região Centro (processos naturais e tecnológicos) 421
igura 42: Carta de perigosidade de incêndio florestal do Concelho do Fundão 426
Figura 43: Carta de risco de incêndio florestal do Concelho do Fundão 426

ÍNDICE DE FOTOGRAFIAS

Fotografia 1: Serra da Gardunha 77
Fotografia 2: Serra da Maunça 77
Fotografia 3: Rio Zêzere 77
Fotografia 4: Hortas na margem da ribeira de Moinho 82
Fotografia 5: Mancha de sobreiros - Telhado 88
Fotografia 6: Urze – Janeiro de Cima 88
Fotografia 7: Vista da Casa da Floresta - Gardunha 94
Fotografia 8: Parque fluvial da Lavandeira 96
Fotografia 9: Adega Cooperativa do Fundão 99
Fotografia 10: Lagar de Azeite – Orca 101
Fotografia 11: Minas da Panasqueira - Rio 101
Fotografia 12: Casa tradicional, em Janeiro de Cima 148
Fotografia 13: Casa tradicional, em Soalheira 148
Fotografia 14: Moradias unifamiliares, em Donas 149
Fotografia 15: Moradias unifamiliares, em Vale de Prazeres 149
Fotografia 16: Moradias unifamiliares, em Valverde (Carvalhal) 149
Fotografia 17: Habitação coletiva, no Fundão 149
Fotografia 18: Habitação coletiva, em Aldeia de Joanes 149
Fotografia 19: Habitação coletiva, em Souto da Casa 149
Fotografia 20: Alcaide 154
Fotografia 21: Alcaria 155
Fotografia 22: Pesinho 156
Fotografia 23: Alcongosta 156
Fotografia 24: Alpedrinha 157
Fotografia 25: Barroca 158
Fotografia 26: Alqueidão 159
Fotografia 27: S. Martinho 159
Fotografia 28: Bogas de Cima 160
Fotografia 29: Bogas do Meio 160
Fotografia 30: Boxinos 160
Fotografia 31: Descoberto 160
Fotografia 32: Malhada Velha 160
Fotografia 33: Capinha 161
Fotografia 34: Castelejo 162
Fotografia 35: Açor 162
Fotografia 36: Enxabarda 163
Fotografia 37: Castelo Novo 164
Fotografia 38: Enxames/ ribeira dos Enxames 165
Fotografia 39: Fatela 166
Fotografia 40: Fatela-Gare 166
Fotografia 41: Lavacolhos 167
Fotografia 42: Orca 168
Fotografia 43: Martianas 168
Fotografia 44: Pêro Viseu 169
Fotografia 45 Vales de Pêro Viseu 169
Fotografia 46: Silvares 170
Fotografia 47: Rio 170
Fotografia 48: Soalheira 171
Fotografia 49: Souto da Casa 172
Fotografia 50: Vale de Urso 173
Fotografia 51: Telhado 174
Fotografia 52: Freixial 174
Fotografia 53: Salgueiro (EN570) 175
Fotografia 54: Quintãs 175
Fotografia 55: Escarigo 175
Fotografia 56: Eixo da Zona de Expansão Poente e Nascente 176
Fotografia 57: Ocupação ao longo da EN18 176

Fotografia 58: Pavilhão Multiusos 177
Fotografia 59: Piscinas 177
Fotografia 60: Tribunal 177
Fotografia 61: Aldeia de Joanes 177
Fotografia 62: Aldeia Nova do Cabo 178
Fotografia 63: Donas 178
Fotografia 64: Chãos 179
Fotografia 65: Valverde 179
Fotografia 66: Carvalhal 179
Fotografia 67: Janeiro de Cima 180
Fotografia 68: Bogas de Baixo 181
Fotografia 69: Ladeira 181
Fotografia 70: Maxial 181
Fotografia 71: Atalaia do Campo / ribeira de Alpreade 182
Fotografia 72: Póvoa de Atalaia 182
Fotografia 73: Mata da Rainha 183
Fotografia 74: Vale de Prazeres 183
Fotografia 75: Cortiçada 184
Fotografia 76: Quinta do Monte Leal 184
Fotografia 77: Quintas da Torre 184
Fotografia 78: Pelourinho do Fundão 194
Fotografia 79: Capela do Leão e Fonte do Leão, em Alpedrinha 195
Fotografia 80: Casa do Paço das Donas 195
Fotografia 81: Igreja de Fatela/ Torre Sineira e Capela de N. R.ª da Conceição 196
Fotografia 82: Igreja da Misericórdia do Fundão 196
Fotografia 83: Igreja de Póvoa de Atalaia 197
Fotografia 84: Igreja Matriz de Aldeia de Joanes 197
Fotografia 85: Pelourinho de Alpedrinha 198
Fotografia 86: Pelourinho de Atalaia do Campo 198
Fotografia 87: Pelourinho de Castelo Novo 198
Fotografia 88: Ponte Romana de Pêro Viseu 198
Fotografia 89: Capela de S. Francisco, no Fundão 199
Fotografia 90: Capela de Espírito Santo, no Fundão 199
Fotografia 91: Aldeia de Castelo Novo 199
Fotografia 92: Casa Grande, na Orca 200
Fotografia 93: Fonte (Rua da Fonte), em Aldeia de Joanes 201
Fotografia 94: Fontes Figueiredo, em Aldeia de Joanes 201
Fotografia 95: Lagareta, em Castelo Novo 201
Fotografia 96: Cine Teatro do Fundão 201
Fotografia 97: Fonte do Goducho, na Soalheira 202
Fotografia 98: Casa Alvaiázere, em Aldeia Nova do Cabo 202
Fotografia 99: Casa dos Maias, no Fundão 202
Fotografia 100: Antiga Real Fábrica de Lanifícios do Fundão/ C.M. do Fundão 203
Fotografia 101: Convento de Santo António, no Fundão 204
Fotografia 102: Seminário Menor do Fundão 206
Fotografia 103: Igreja Matriz de Alcaide 207
Fotografia 104: Capela S. Francisco de Assis, Alcaide 207
Fotografia 105: Capela Espírito Santo, Alcaide 207
Fotografia 106: Capela de S. Macário, Alcaide 207
Fotografia 107: Igreja Matriz de Alcaria 208
Fotografia 108: Capela de N. Sr.ª Necessid., em Alcaria 208
Fotografia 109: Igreja Matriz de Alcongosta 208
Fotografia 110: Capela de S. Francisco, em Alcongosta 208
Fotografia 111: Capela de S. Sebastião, em Alcongosta 208
Fotografia 112: Igreja Matriz de Aldeia Nova do Cabo 209
Fotografia 113: Igreja Matriz de Alpedrinha 209
Fotografia 114: Igreja e Lar da Misericórdia, em Alpedrinha 209
Fotografia 115: Capela de S. Sebastião, em Alpedrinha 210
Fotografia 116: Capela de Santo António, Alpedrinha 210
Fotografia 117: Capela do Anjo da Guarda, Alpedrinha 210
Fotografia 118: Igreja de Atalaia do Campo 211
Fotografia 119: Capela N. Sr.ª da Rocha, em Barroca 211

Fotografia 120: Capela Mortuária, em Barroca 211
Fotografia 121: Igreja Matriz de Capinha 212
Fotografia 122: Capela de Santo António, em Capinha 212
Fotografia 123: Igreja Matriz de Castelejo 212
Fotografia 124: Capela de Santa Luzia, em Castelejo 212
Fotografia 125: Igreja Matriz de Castelo Novo 212
Fotografia 126: Igreja da Misericórdia de Castelo Novo 212
Fotografia 127: Capela de Santo António, em Castelo Novo 212
Fotografia 128: Igreja Matriz das Donas 213
Fotografia 129: Igreja Matriz e Torre Sineira de Escarigo 213
Fotografia 130: Igreja Matriz de Salgueiro 213
Fotografia 131: Capela de S. Sebastião, em Fatela 213
Fotografia 132: Igreja Matriz do Fundão 214
Fotografia 133: Capela de N. Sr.ª da Conceição, no Fundão 214
Fotografia 134: Capela de Nossa Senhora do Seixo/ Capela do Miradouro, no Fundão 214
Fotografia 135: Capela de Santo António, no Fundão 215
Fotografia 136: Capela de S. Sebastião, no Fundão 215
Fotografia 137: Capelas do Calvário, no Fundão 215
Fotografia 138: Igreja Matriz de Lavacolhos 216
Fotografia 139: Igreja Matriz e Torre Sineira de Mata da Rainha 216
Fotografia 140: Igreja Matriz de Orca 216
Fotografia 141: Igreja de Zebras 216
Fotografia 142: Igreja Matriz de Pêro Viseu 216
Fotografia 143: Capela do Esp. Santo, em Pêro Viseu 216
Fotografia 144: Capela S. Romão, em Pêro Viseu 216
Fotografia 145: Igreja Matriz de Silvares 217
Fotografia 146: Capela de Espírito Santo, em Silvares 217
Fotografia 147: Capela de S. Sebastião, em Silvares 217
Fotografia 148: Capela N. Sr.ª de Fátima, em Silvares 217
Fotografia 149: Santuário de Santa Luzia, em Silvares 217
Fotografia 150: Igreja Matriz de Soalheira 218
Fotografia 151: Capela de N. Sr.ª das Necessidades, em Soalheira 218
Fotografia 152: Igreja Matriz de Souto da Casa 218
Fotografia 153: Capela de S. Gonçalo, em Souto da Casa 218
Fotografia 154: Igreja Matriz de Vale de Prazeres 219
Fotografia 155: Capela de Espírito Santo, em Vale Prazeres 219
Fotografia 156: Capela de Cortiçada (Vale Prazeres) 219
Fotografia 157: Igreja Matriz de Valverde 219
Fotografia 158: Casa João Franco, em Alcaide 220
Fotografia 159: Casa do Visconde de Alcaide 220
Fotografia 160: Casa Solarenga, em Alcaide 220
Fotografia 161: Casa do Largo, em Alcaide 220
Fotografia 162: Quinta do Ortigal, em Alcaria 220
Fotografia 163: Casa Tristão, em Alcongosta 221
Fotografia 164: Casa de N. Sr.ª de Fátima, em Aldeia Nova do Cabo 221
Fotografia 165: Casa do Conde de Tondela, em Aldeia Nova do Cabo 221
Fotografia 166: Casa dos Condes de Idanha, em Aldeia Nova do Cabo 221
Fotografia 167: Casa da Comenda, em Alpedrinha 222
Fotografia 168: Solar dos Pancas, Alpedrinha 222
Fotografia 169: Casa Redonda, em Bogas de Cima 223
Fotografia 170: Casa do Vale Dourado e Pombal Anexo, em Capinha 223
Fotografia 171: Solar na Rua da Roseira, em Capinha 223
Fotografia 172: Casa do Adro, em Capinha 223
Fotografia 173: Casa Sampaio Roquete, em Castelo Novo 224
Fotografia 174: Casa da Família Falcão, em Castelo Novo 225
Fotografia 175: Casa D. Luís de José Correia, em Castelo Novo 225
Fotografia 176: Casa da Família Gamboa, em Castelo Novo 225
Fotografia 177: Casa Solarengas em Chãos (Donas) 226
Fotografia 178: Casa da Cerca, em Donas 226
Fotografia 179: Solar Conde de Quintãs (Quintãs), em Salgueiro 227
Fotografia 180: Solar no Largo Dr. Albano, em Salgueiro 227
Fotografia 181: Casa Rocha, em Fatela 227

Fotografia 182: Casa Martins de Carvalho, em Fatela 227
Fotografia 183: Casa na Rua da Cale, no Fundão 228
Fotografia 184: Casa dos Condes de Vila Real e do Bispo D. Luís Brito de Homem, 228
Fotografia 185: Casa Caldeira Borbon (Zebras), na Orca 228
Fotografia 186: Solar, em Pêro Viseu 228
Fotografia 187: Casa do Visconde de Tinalhas, em Soalheira 228
Fotografia 188: Casa Garrett, em Souto da Casa 229
Fotografia 189: Casa Apalaçada, em Souto da Casa 229
Fotografia 190: Casa Cascão Nunes, em Telhado 230
Fotografia 191: Casa de Santo António, em Telhado 230
Fotografia 192: Casa Solarenga, em Vale Prazeres 230
Fotografia 193: Solar Pinto de Castello Branco, em Vale de Prazeres 230
Fotografia 194: Antigos Paços de Alpedrinha 231
Fotografia 195: Antigos Paços de Castelo Novo 231
Fotografia 196. Escola, em Pêro Viseu 231
Fotografia 197: Edifício da junta de freguesia de Póvoa da Atalaia 231
Fotografia 198: Cruzeiro em Alcaide 232
Fotografia 199: Cruzeiros em Capinha 232
Fotografia 200: Cruzeiro no Fundão 232
Fotografia 201: Cruzeiro na Soalheira 232
Fotografia 202: Ponte Romana, em Atalaia do Campo 233
Fotografia 203: Ponte Romana, em Capinha 233
Fotografia 204: Ponte Romana, em Capinha 233
Fotografia 205: Ponte Romana (Vale de Urso) 233
Fotografia 206: Chafariz de D. João V, em Alpedrinha 234
Fotografia 207: Chafariz dos Burros, em Capinha 234
Fotografia 208: Chafariz da Bica, em Castelo Novo 234
Fotografia 209: Chafariz d´El Rei, em Castelo Novo 235
Fotografia 210: Chafariz de D. João V, em Castelo Novo 235
Fotografia 211: Chafariz das Oito Bicas, no Fundão 236
Fotografia 212: Fonte Grande, no Fundão 236
Fotografia 213: Chafariz do Espírito Santo, no Fundão 236
Fotografia 214: Chafariz, em Souto da Casa 236
Fotografia 215: Fontes, em Capinha 236
Fotografia 216: Fonte, em Salgueiro 236
Fotografia 217: Fonte, na Orca 236
Fotografia 218: Fonte, em Pêro Viseu 237
Fotografia 219: Fontes, em Telhado 237
Fotografia 220: Parque Fluvial de Alcaria 237
Fotografia 221: Parque Fluvial de Janeiro de Cima 237
Fotografia 222: Parque Fluvial de Lavacolhos 238
Fotografia 223: Sítio da Azenha da Ponte Romana, em Pêro Viseu 238
Fotografia 224: Barragem de Capinha 238
Fotografia 225: Barragem de Escarigo 239
Fotografia 226: Barragem de Santa Águeda 239
Fotografia 227: Aglomerado de Fatela 239
Fotografia 228: Aglomerado de Ladeira 239
Fotografia 229: Núcleo antigo de Alpedrinha 241
Fotografia 230: Núcleo antigo de Castelo Novo 241
Fotografia 231: Núcleo antigo do Fundão 242
Fotografia 232: Núcleo antigo de Pêro Viseu 243
Fotografia 233: Construção de Bombos no concelho do Fundão 256
Fotografia 234: Faixas de mobilidade – Modos suaves – Zona antiga 388
Fotografia 235: Faixas de mobilidade – Modos suaves – Área Urbana da Cidade 388
Fotografia 236: Faixas de mobilidade – Modos suaves – Rua Cidade da Covilhã 389
Fotografia 237: Albufeira da Capinha 393
Fotografia 238: Reservatório de distribuição de Quintãs (Salgueiro) 398
Fotografia 239: Contentores plásticos (800 litros de capacidade) 412
Fotografia 240: Molok (5000 litros de capacidade) 412
Fotografia 241: Ecoponto 412
Fotografia 242: Central de Compostagem do CTRSUCB 414

ÍNDICE DE GRÁFICOS

Gráfico 1: População empregada por Setores de atividade económica na sub-região das Beiras e Serra da Estrela e no concelho do Fundão, em 2011 14
Gráfico 2: População residente empregada segundo grupos de profissões no concelho do Fundão, em 2011 14
Gráfico 3: Uso atual do solo no concelho do Fundão 81
Gráfico 4: Efetivo animal no concelho do Fundão 82
Gráfico 5: Áreas ocupadas por culturas permanentes no concelho do Fundão 83
Gráfico 6: Distribuição das espécies florestais no concelho do Fundão 84
Gráfico 7: Evolução da População Residente (N.º) no concelho do Fundão, 1864/2018 108
Gráfico 8: População residente por freguesia, no concelho do Fundão, 2011 110
Gráfico 9: Evolução da proporção dos grandes grupos etários no total População Residente, 1970/2011 112
Gráfico 10: Pirâmide etária do Fundão, 2001 e 2011 113
Gráfico 11: Evolução Índice de dependência de jovens; índice de dependência de idosos; índice de dependência total (N.º), 2001 e 2011 113
Gráfico 12: População por grupos funcionais, 2001/2018 114
Gráfico 13: População por grandes grupos etários (%), por freguesia, Fundão, 2011 115
Gráfico 14: Saldo Natural e Saldo migratório (n.º), concelho do Fundão, 2001/2018 116
Gráfico 15: Evolução das taxas de Natalidade, Mortalidade e Fecundidade geral, 2001/2018 117
Gráfico 16: População Residente segundo o estado civil legal, Fundão, 2011 118
Gráfico 17: População residente por nível de escolaridade, Fundão, 2011 119
Gráfico 18: População com, pelo menos, uma dificuldade, por escalão etário (com 5 ou mais anos) e População segundo a sua situação perante a atividade económica (com 15 ou mais anos), no concelho do Fundão, 2011 121
Gráfico 19: População Residente (mais de 15 anos), segundo o principal meio de vida, Fundão, 2011 123
Gráfico 20: Indicadores de Emprego, por fregusia, Fundão, 2011 125
Gráfico 21: Evolução da população ativa, por setor de atividade, Fundão, 1991/2011 125
Gráfico 22: Evolução do número de desempregados no concelho do Fundão, 2011/2020 127
Gráfico 23: Trabalhadores por conta de outrem, por habilitações literárias e profissão principal, município do Fundão, 2017 128
Gráfico 24: Ganho médio mensal dos/das trabalhadores/as por conta de outrem nos estabelecimentos do Fundão, segundo o setor de atividade e sexo, 2017 129
Gráfico 25: Empresas, pessoal ao serviços e volume de negócios nas Beiras e Serra da Estrela, 2018 130
Gráfico 26: Evolução do n.º de empresas, pessoal ao serviço e volume de negócios, Fundão, 2011/2018 131
Gráfico 27: Empresas com sede no Fundão, segundo a CAE-Rev.3, 2018 132
Gráfico 28: Pessoal ao serviço nas empresas com sede no Fundão, segundo a CAE-Rev.3, 2018 132
Gráfico 29: Volume de negócios (%) das empresasdo Fundão, segundo a CAE-Rev.3, 2018 133
Gráfico 30: Distribuição do investimento por eixo estratégico do QREN, município do Fundão 139
Gráfico 31: Investimento previsto dos Projetos 2030, por áreas de intervenção, do município do Fundão (%) 142
Gráfico 32: N.º de licenças de edifícios, por uso e destino, para o concelho do Fundão, durante a vigência do PDM, entre 2005 e 2020 151
Gráfico 33: Edifícios licenciados, por ano, no concelho do Fundão, durante a vigência do PDM, entre 2005 e 2020, por tipo de obra 152
Gráfico 34: Edifícios licenciados, no concelho do Fundão, entre 2005 e 2020, por freguesia 152
Gráfico 35: Escalonamento dos centros urbanos (dimensão demográfica), Fundão, 2011 260
Gráfico 36: Hierarquia dos centros urbanos de acordo com as funções centrais do setor público, 2020 261
Gráfico 37: Evolução do número de edifícios, alojamentos e famílias, 1981/2011 265
Gráfico 38- Evolução do número de famílias segundo a sua dimensão, no concelho do Fundão, 2001/2011 266
Gráfico 39: Edifícios segundo a época de construção no concelho do Fundão, 2011 268
Gráfico 40: Reconstruções concluídas por 100 construções novas concluídas (N.º), no Fundão, 2001/2018 269
Gráfico 41: Forma de ocupação dos alojamentos com ormenor da situação dos alojamentos vagos, Fundão, 2011 272
Gráfico 42: Alojamentos ocupados como residência habitual, 274
Gráfico 43: Alojamentos familiares clássicos segundo regime de propriedade e escalões de renda (no caso do arrendamento), Fundão, 2011 276
Gráfico 44: Valor mediano das rendas/m^2 por novos contratos de arrendamento, 2019 276
Gráfico 45: Nº total de Hóspedes e de Dormidas, Taxa líquida de ocupação-cama e Estada média na CIM BSE, 2018 335

ÍNDICE DE QUADROS

Quadro 1: Dados estatísticos dos concelhos pertencentes à sub-região das Beiras e Serra da Estrela (NUT III) 10
Quadro 2: Taxas de Natalidade e Mortalidade na sub-região e no concelho do Fundão, em 2011 e 2018 11
Quadro 3: Índices de evolução da estrutura etária nos concelhos da sub-região das Beiras e da Serra da Estrela (2011 e 2018) 12
Quadro 4: Distribuição da população residente na sub-região das Beiras e Serra da Estrela em 2011 e 2018, por ciclos de vida (%) 13
Quadro 5: Nível de escolaridade da população dos concelhos da sub-região das Beiras e Serra da Estrela, em 2011 (%) 15
Quadro 6: Habitats naturais e seminaturais constantes do anexo B-I 29
Quadro 7: Espécies da flora do anexo B-II e B-IV 29
Quadro 8: Espécies da fauna dos anexos B-II e/ou B-IV 29
Quadro 9: Outras espécies dos anexos B-IV e B-V 30
Quadro 10: Funções principais das Sub-regiões do PROF do Centro Interior que abrangem o concelho do Fundão 37
Quadro 11: Riscos naturais, tecnológicos e mistos 58
Quadro 12: Medidas por eixo estratégico da ELH do Fundão, 2021/2026 65
Quadro 13: Carta de Uso e Ocupação do Solo (COS2018) 78
Quadro 14: Aproveitamento Hidroagrícola da Cova da Beira 85
Quadro 15: Localização geral na Serra da Gardunha dos habitats naturais da Rede Natura 2000 91
Quadro 16: Evolução da População na CIM Beiras e Serra da Estrela, 2001/2018 109
Quadro 17: População residente com 5 ou mais anos segundo o tipo de dificuldade, por grau de dificuldade sentido, no concelho do Fundão, 2011 120
Quadro 18: Características do desemprego no concelho do Fundão, 2/2020 127
Quadro 19: Pessoal ao serviço nos estabelecimentos, por atividade económica do Fundão, 2018 128
Quadro 20: Projetos aprovados 2014-2020, Município do Fundão 140
Quadro 21: Projetos aprovados em parceria 140
Quadro 22: Projetos que aguardam aprovação 140
Quadro 23: Freguesias do concelho do Fundão 143
Quadro 24: Evolução da População Residente nas freguesias do concelho do Fundão, entre 1991 e 2011 144
Quadro 25: Freguesias do Fundão, consoante o comportamento verificado entre 1991 e 2011 145
Quadro 26: N.º de edifícios registados nos Censos de 1991, 2001 e 2011 153
Quadro 27: Património Arqueológico 245
Quadro 28: Evolução da população dos centros urbanos do Fundão, 2001/2011 259
Quadro 29: Níveis hierárquicos dos centros urbanos do concelho do Fundão 263
Quadro 30: Edifícios construídos estruturalmente para possuir 3 ou + alojamentos, segundo o número de pisos, por acessibilidade a pessoas com mobilidade condicionada e existência de elevador, concelho do Fundão, 2011 270
Quadro 31: Formas de ocupação dos alojamentos clássicos (%), por freguesia, 2001/2011 272
Quadro 32: Famílias que partilham alojamento e famílias em alojamentos sobrelotados, 2011 274
Quadro 33: Famílias que necessitam descer realojadas nas Beiras e Serra da Estrela, 2018 279
Quadro 34: Pedidos de habitação à Câmara Municipal do Fundão, 2019 280
Quadro 35: Situações de carência habitacional no concelho do Fundão, por freguesia, 2020 280
Quadro 36: Fundos Municipais do Fundão e Alpedrinha, 2013 a 2019 281
Quadro 37: Estabelecimentos de Educação da rede pública, segundo os agrupamentos de escolas, a sua designação, os ciclos ministrados e a freguesia no concelho do Fundão, 2020 285
Quadro 38: Síntese das valências (níveis de ensino) dos estabelecimentos educativos, públicos e privados (IPSS) por freguesias/união de freguesias, Fundão, 2019/2020 286
Quadro 39: Evolução do número de alunos no concelho do Fundão, 2014/2015 e 2019/2020 287
Quadro 40: Educação Pré-escolar no concelho do Fundão, ano letivo 2019/2020 288
Quadro 41: Escolas 1.º Ciclo Ensino Básico no concelho do Fundão, 2019/2020 289
Quadro 42: Escolas de 2.º e 3.º Ciclos do Ensino Básico no concelho do Fundão, 2019/2020 290
Quadro 43: Escolas do ensino Secundario no concelho do Fundão, 2019/2020 291
Quadro 44: Escolas do ensino Profissional e Artístico no concelho do Fundão, 2019/2020 291
Quadro 45: Centro de Saúde e extensões do concelho do Fundão, 2020 292
Quadro 46: Farmácias no concelho do Fundão, 2020 294
Quadro 47: Creches, por freguesia, no município do Fundão, 2019 296
Quadro 48: Centros de Atividade de Tempos Livres, por freguesia, no município do Fundão, 2019 297
Quadro 49: Síntese das Valências de Apoio à infância e juventude no concelho do Fundão, 2019 297
Quadro 50: Estruturas residenciais para idosos (Lares), por freguesia, no município do Fundão, 2019 298

Quadro 51: Centros de Dia, por freguesia, do Fundão, 2019 299
Quadro 52: Apoio domiciliario, por freguesia, no município do Fundão, 2019 300
Quadro 53: Respostas sociais aos idosos, Fundão, 2019 302
Quadro 54: Área Desportiva Útil (m^2), por freguesia, Fundão, 2020 306
Quadro 55: Área Desportiva Útil recomendada e existente, de acordo com tipologia, 2020 307
Quadro 56: Equipamentos culturais no concelho do Fundão, 2020 308
Quadro 57: Museus, Casas Temáticas ou Centros Interpretativos no município do Fundão, 2020 309
Quadro 58: Equipamentos de Prevenção e Segurança Pública no concelho do Fundão, 2020 310
Quadro 59: Síntese da distribuição dos equipamentos coletivos, por tipologia e freguesia, no concelho do Fundão, 2020 311
Quadro 60: Inventário dos Recursos Turísticos do Fundão, segundo o Turismo de Portugal, I.P. 314
Quadro 61: Estabelecimentos e capacidade de alojamento no Fundão e nas Beiras e Serra da Estrela, 2018 332
Quadro 62: Empreendimentos turísticos e alojamento local, concelho do Fundão, 2020 333
Quadro 63: Hóspedes e Dormidas nos estabelecimentos de alojamento turístico, Fundão e CIM BSE, 2018 334
Quadro 64: Hóspedes nos estabelecimentos de alojamento turístico, segundo o país de residência habitual, Fundão e CIM BSE, 2018 336
Quadro 65: Indicadores de alojamento no Fundão e nas Beiras e Serra da Estrela, 2018 336
Quadro 66: Principais Ligações à Rede Exterior 361
Quadro 67: Distâncias da Sede de Concelho aos Principais Polos Geradores 362
Quadro 68: Extensões Viárias por Categoria Administrativa 365
Quadro 69: Rede Viária Concelhia – Inventário Físico e Acessibilidades 368
Quadro 70: População servida pelo sistema em alta 392
Quadro 71: Subsistema de Capinha - Reservatórios 394
Quadro 72: Sistemas de abastecimento camarários do concelho do Fundão 396
Quadro 73: População potencialmente servida por sistemas autónomos (hab) (Censos 2011) 398
Quadro 74: População potencialmente servida por sistemas em alta, por aglomerado 403
Quadro 75: População potencialmente servida por sistemas em baixa, por localidade 410
Quadro 76: Infraestruturas e recolha de resíduos sólidos urbanos, por freguesia (2018) 412
Quadro 77: Participações Públicas, resultantes do período de consulta pública inicial 431
Quadro 78: Participações Públicas, resultantes do período de consulta pública (2019) 452
Quadro 79: População estrangeira residente nas Beiras e Serra da Estrela, por concelho, 2011-2019 (N.º) 453
Quadro 80: Principais nacionalidades da população estrangeira (N.º), residente no concelho do Fundão, 2011-2019 453
Quadro 81: População estrangeira (N.º) que solicitou estatuto de residente, por local de residência e nacionalidade, 2011-2019 454
Quadro 82: Projetos aprovados (Portugal 2020), município do Fundão 455
Quadro 83: Projetos previstos para 2030, município do Fundão 458
Quadro 84: Funções Centrais do Setor Público (Equipamentos coletivos), por centro urbano, Fundão, 2020 462
Quadro 85: Alojamentos familiares ocupados como residência habitual segundo a dotação em infraestruturas urbanas, por freguesia, 2011 (%) 463
Quadro 86: N.º de alunos e de turmas, por nível de escolaridade, das unidades orgânicas da rede pública localizadas no concelho do Fundão – Ensino Geral – Ano letivo 2020/2021 465
Quadro 87: Externato Capitão Santiago de Carvalho - Turmas Financiadas por contrato de associação, ano letivo 2020/2021 467
Quadro 88: Instalações Desportivas de Base Formativas, Fundão, 2020 467
Quadro 89: Instalações Desportivas de Base Recreativa e Especiais, Fundão, 2020 468
Quadro 90: Associações culturais/recreativas e outras, 2020 469
Quadro 91: Capacidade e unidades de alojamento dos Empreendimentos Turísticos, Concelho do Fundão, 2020 470
Quadro 92: N.º de camas, utentes e quartos do Alojamento Local, concelho do Fundão, 2020 471

1. INTRODUÇÃO E ENQUADRAMENTO

1.1 APRESENTAÇÃO E JUSTIFICAÇÃO DA REVISÃO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL

Na sequência da metodologia acordada nas condições do contrato celebrado com a Câmara Municipal do Fundão, este relatório constituem os Estudos de Caracterização da 1ª Revisão do Plano Diretor Municipal do Fundão. Este documento foi desenvolvido com base na informação disponível no primeiro semestre de 2020 e corrigido na sequência dos pareceres recebidos em julho/ agosto de 2021, resultantes da consulta às entidades da Comissão de Acompanhamento.

Decorridos, mais de 20 anos após a entrada em vigor do atual Plano Diretor Municipal (ratificado pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 82/2000, de 10 de julho, e alterado pela Declaração n.º 331/2001, de 8 de novembro, pela Declaração n.º 9/2003, de 13 de janeiro, pelo Aviso n.º 162/2008, de 3 de janeiro, pela Declaração n.º 69/2017, de 22 de agosto, e pelo Aviso n.º 17173/2019, de 25 de novembro), torna-se urgente proceder à sua revisão. O PDM do Fundão foi aprovado sob condições especiais, tendo sido identificadas à partida diversas lacunas que levaram a que no art.º 3º do respetivo regulamento se estipulasse que deveria ser revisto antes de decorrido o prazo de 10 anos após a sua entrada em vigor. Assim, a CM do Fundão deu início ao processo de revisão do Plano por considerar necessária, e premente, a supressão de deficiências e a agilização da sua gestão, de modo a garantir um ordenamento do território mais adequado à realidade atual do concelho e da região em que se insere.

A 1ª revisão do PDM do Fundão terá, então, por objetivos:

- Ajustar o Plano à realidade do concelho, através da correção de situações desadequadas às necessidades e anseios da população, bem como à legislação em vigor;
- Agilizar a gestão do Plano Diretor Municipal e proceder à sua articulação com outros Planos Municipais de Ordenamento do Território em elaboração;
- Proceder à articulação do PDM com os Instrumentos de Gestão Territorial hierarquicamente superiores;
- Suprimir as deficiências e as desatualizações, ao nível de representação, na Planta de Ordenamento e na Planta de Condicionantes, e proceder à revisão do Regulamento;
- Especificar um modelo estratégico de atuação que estabeleça ações distintas para a promoção de um desenvolvimento equilibrado do concelho, tendo em atenção a sua diversidade territorial e as mudanças operadas nos últimos anos;

- Definir e disponibilizar um quadro normativo e um programa de investimentos públicos municipais e estatais, adequados ao desenvolvimento do concelho;
- Ajustar os perímetros urbanos em função da ocupação atual;
- Promover a requalificação de alguns aglomerados, através da criação de espaços verdes e da proposta de novas áreas de equipamentos coletivos;
- Ajustar o limite da Zona Industrial do Fundão e prever a implementação de novos polos industriais;
- Estabelecer um ordenamento adequado e equilibrado que seja articulado com os concelhos vizinhos evitando descontinuidades territoriais.
- Contribuir para fortalecer a resiliência e a capacidade de adaptação às alterações climáticas.

A 1ª Revisão do Plano Diretor Municipal do Fundão deverá constituir, acima de tudo, uma oportunidade para pensar o concelho a médio/longo prazo, de uma forma integrada e global face ao contexto regional. O processo de revisão deverá ser pautado por uma atitude participativa por parte dos intervenientes no processo de planeamento, permitindo que a procura de soluções, alicerçada em estudos de caracterização, seja, antes de mais, o estabelecimento de um compromisso entre as diversas visões sobre as *realidades-problema* do concelho.

O presente processo de revisão do PDM enquadra a política de ordenamento nacional e a estratégia de desenvolvimento municipal, materializando estas opções na proposta de ordenamento definida para o concelho do Fundão, constante da planta de ordenamento.

Enquadra, e procura ir ao encontro, de instrumentos que tecem questões essenciais para o desenvolvimento do concelho, da região e do país, como o "Programa Nacional para a Coesão Territorial e Programa Nacional de Valorização do Interior e a Estratégia Integrada de Desenvolvimento Territorial das Beiras e Serra da Estrela", que tem como objetivo promover a inclusão social e a equidade, alargar as capacidades de desenvolvimento dos territórios do interior, potenciar a diversidade geográfica, reforçar a conectividade dos territórios do interior e promover a transversalidade da atuação interministerial, a "Estratégia Regional de Investigação e Inovação do Centro", no que se refere à necessidade de promover o desenvolvimento científico e tecnológico e inovação em criação de riqueza e emprego sustentáveis, e o "Plano de Recuperação e Resiliência", que prevê a implementação de um conjunto de reformas e de investimentos que permitirão a retoma do crescimento económico sustentado, face ao período de pandemia e a todo o impacto da mesma na economia do país.

1.2 ENQUADRAMENTO LEGAL E ESTRUTURA DO PLANO

O procedimento de revisão do PDM do Fundão é enquadrado pelo Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial (RJIGT), estabelecido no Decreto-Lei n.º 80/2015, de 14 de maio, na redação

atual, que tem por objeto desenvolver "*as bases da política pública de solos, de ordenamento do território e de urbanismo, definindo o regime de coordenação dos âmbitos nacional, regional, intermunicipal e municipal do sistema de gestão territorial, o regime geral de uso do solo e o regime de elaboração, aprovação, execução e avaliação dos instrumentos de gestão territorial*".

De acordo com a legislação que atualmente regulamenta os Planos Municipais de Ordenamento do Território (PMOT), o Plano Diretor Municipal "*estabelece a estratégia de desenvolvimento territorial municipal, a política municipal de solos, de ordenamento do território e de urbanismo, o modelo territorial municipal, as opções de localização e de gestão de equipamentos de utilização coletiva e as relações de interdependência com os municípios vizinhos, integrando e articulando as orientações estabelecidas pelos programas de âmbito nacional, regional e intermunicipal*" (artigo 95º do Decreto-Lei n.º 80/2015, de 14 de maio, na redação atual).

Os conteúdos materiais e documentais do PDM vêm expressos no RJIGT em vigor à presente data.

O plano diretor municipal é de elaboração obrigatória, salvo nos casos em que os municípios optem pela elaboração de plano diretor intermunicipal, e de acordo com o artigo 96º, "*define o quadro estratégico de desenvolvimento territorial do município e o correspondente modelo de organização territorial, estabelecendo nomeadamente:*

a) *A caracterização, ou a sua atualização, económica, social e biofísica, incluindo a identificação dos valores culturais, do sistema urbano e das redes de transportes e de equipamentos, de educação, de saúde e de segurança, bem como os sistemas de telecomunicações, de abastecimento de energia, de gás, de captação, de tratamento e abastecimento de água, de drenagem e tratamento de efluentes e de recolha, depósito e tratamento de resíduos;*
b) *Os objetivos de desenvolvimento económico local e as medidas de intervenção municipal no mercado de solos;*
c) *Os critérios de sustentabilidade a adotar, bem como os meios disponíveis e as ações propostas, que sejam necessários à proteção dos valores e dos recursos naturais, recursos hídricos, culturais, agrícolas e florestais, e a identificação da estrutura ecológica municipal;*
d) *A referenciação espacial dos usos e das atividades, nomeadamente através da definição das classes e das categorias de espaços;*
e) *A definição de estratégias e dos critérios de localização, de distribuição e de desenvolvimento das atividades industriais, turísticas, comerciais e de serviços;*
f) *A identificação e a qualificação do solo rústico, garantindo a adequada execução dos programas e das políticas de desenvolvimento agrícola e florestal, bem como de recursos geológicos e energéticos;*

g) A identificação e a delimitação das áreas urbanas, com a definição do sistema urbano municipal e os correspondentes programas na área habitacional, bem como as condições de promoção da regeneração e da reabilitação urbanas e as condições de reconversão das áreas urbanas de génese ilegal;

h) A identificação das áreas de interesse público para efeitos de expropriação, bem como a definição das respetivas regras de gestão;

i) Os critérios para a definição das áreas de cedência e a definição das respetivas regras de gestão, assim como a cedência média para efeitos de perequação;

j) Os critérios de compensação e de redistribuição de benefícios e encargos decorrentes da gestão urbanística, a concretizar nos planos previstos para as unidades operativas de planeamento e gestão;

k) A especificação qualitativa e quantitativa dos índices, dos indicadores e dos parâmetros de referência, urbanísticos ou de ordenamento, a estabelecer em plano de urbanização e em plano de pormenor, bem como os de natureza supletiva aplicáveis na ausência destes;

l) A programação da execução das opções de ordenamento estabelecidas e a definição de unidades operativas de planeamento e gestão do plano, identificando, para cada uma destas, os respetivos objetivos e os termos de referência para a necessária elaboração de planos de urbanização e de pormenor;

m) A identificação de condicionantes de caráter permanente, designadamente reservas e zonas de proteção, bem como as necessárias à concretização dos planos de emergência de proteção civil de âmbito municipal;

n) A identificação e a delimitação das áreas com vista à salvaguarda de informação arqueológica contida no solo e no subsolo;

o) As condições de atuação sobre áreas de reabilitação urbana, situações de emergência ou de exceção, bem como sobre áreas degradadas em geral;

p) A articulação do modelo de organização municipal do território com a disciplina consagrada nos demais planos municipais aplicáveis;

q) A proteção e a salvaguarda de recursos e de valores naturais que condicionem a ocupação, uso e transformação do solo;

r) O prazo de vigência, o sistema de monitorização e as condições de revisão".

A par da Revisão do Plano Diretor Municipal do Fundão decorre o procedimento de Avaliação Ambiental Estratégica (AAE), nos termos do disposto nas alíneas b) do n.º 2, do art.º 97º, da revisão do RJIGT, e a) do n.º 1 do artigo 3º do D.L. n.º 232/2007, de 15 de junho, alterado pelo Decreto-Lei nº58/2011, de 4 de maio, que transpõe para o direito nacional, a Diretiva Europeia 2001/42/CE, de 25 de junho. Uma das principais potencialidades da avaliação ambiental de planos e programas (Avaliação Ambiental

Estratégica) reside na integração dos fatores ambientais nas políticas e estratégicas dos instrumentos de gestão territorial, neste caso do Plano Diretor Municipal. Nos termos do RJIGT, o Relatório ambiental, constitui um dos elementos que acompanham o PDM, "*no qual se identificam, descrevem e avaliam os eventuais efeitos significativos no ambiente resultantes da aplicação do plano e as alternativas razoáveis, tendo em conta os objetivos e o âmbito de aplicação territorial respetivos*".

Importa também frisar a necessidade de integrar a temática do Ruído, em conformidade com o disposto no Regulamento Geral do Ruído (RGR, Decreto-Lei n.º 9/2007, de 17 de Janeiro, alterado pela Declaração de Retificação n.º 18/2007, de 16 de março e Decreto-Lei n.º 278/2007, de 1 de agosto), que atribui às câmaras municipais a responsabilidade de elaborarem "*mapas de ruído para apoiar a elaboração, alteração e revisão dos planos diretores municipais*", competindo-lhes ainda "*estabelecer nos PMOT a classificação, a delimitação e a disciplina das zonas sensíveis e das zonas mistas*", e na revisão do RJIGT (Decreto-Lei n.º 80/2015, de 14 de maio, na redação atual), que na alínea d) do n.º3 do art.º 97º determina que o Mapa de Ruído é um elemento complementar que acompanha o plano diretor municipal.

A elaboração do processo de revisão do PDM do Fundão tem por base a cartografia topográfica vetorial 1/10 000 da Associação dos Municipios da Cova da Beira, homologada em 1 de agosto de 2016, com o n.º de processo n.º 361.

2. FUNDÃO E O CONTEXTO REGIONAL E LOCAL

A avaliação do grau de integração de determinada parcela do território no contexto nacional e regional é um exercício essencial para a avaliação das reais possibilidades de desenvolvimento, bem como para a identificação das condicionantes externas. Com efeito, o conhecimento destes dois fatores é indispensável à aplicação de estratégias de gestão e de intervenção no território regional que permitam o aproveitamento integrado das especificidades de cada território concelhio.

Esta análise é essencial no caso do concelho do Fundão que, apesar do seu papel no contexto regional, apresenta algumas debilidades que poderão condicionar o seu desenvolvimento, ainda que, nos últimos anos tenham sido introduzidas algumas melhorias em diversas áreas, a que se fará referência ao longo do presente relatório.

O concelho do Fundão está inserido numa região afetada por uma crise que se manifesta amplamente nos domínios social e económico e que se arrasta, pelo menos, desde finais dos anos 50. Desde o Distrito de Castelo Branco a escalas geográficas mais localizadas, como os concelhos vizinhos ou ainda a sub-região das Beiras e Serra da Estrela, são visíveis as consequências da desvitalização socioeconómica. Apesar de tudo, os anos 90 geraram mudanças que parecem introduzir, ainda que de forma muito polarizada, novos sinais de esperança. Os pilares destas mudanças foram a concretização do Plano Rodoviário Nacional 2000[1], aumentando a permeabilidade territorial e garantindo novas oportunidades de investimento; e o crescimento da oferta no domínio do ensino superior. A reboque surgem os interesses no setor turístico e a revitalização dos espaços construídos, sendo um contributo para a preservação da imagem e identidades locais. O facto deste Concelho se encontrar envolvido por relevos rigorosos (o Planalto da Meseta, a Norte e Nordeste; a Serra da Gardunha, a Sul, e a Serra da Estrela, a Noroeste), implicou dificuldades nos acessos rodoviários, mas agora constituem vantagens importantes para a exploração do turismo.

Nas últimas duas décadas, foram introduzidas melhorias nas mais diversas áreas (acessibilidades, equipamentos, infraestruturas básicas, etc.), que constituem o sustentáculo para o desenvolvimento efetivo do concelho. Destacam-se a aposta no setor do turismo, com uma importância fulcral para evidenciar o concelho no contexto Nacional através da afirmação da sua identidade e da promoção das suas especificidades turísticas locais, e diversas medidas administrativas que a Câmara Municipal colocou em prática para inverter a tendência de esvaziamento populacional, mais concretamente nas freguesias rurais.

[1] aprovado pelo Decreto-Lei n.º 222/98, de 17 de julho, alterado pela Declaração de Retificação n.º 19D/98, de 31 de outubro, pela Lei n.º 98/99, de 26 de julho e pelo Decreto-Lei n.º 182/2003, de 16 de agosto.

Ao nível das Infraestruturas Viárias, por exemplo, durante a vigência do PDM atual foi implementada a A23, que possibilitou uma melhor acessibilidade ao interior do país. Também dos investimentos introduzidos neste setor, destacam-se a implementação das variantes a Castelo Novo e à cidade do Fundão, bem como a beneficiação de diversas estradas do concelho.

Já no que se refere às Infraestruturas Urbanas, as melhorias introduzidas passam pela dotação com rede de saneamento e abastecimento de água na maioria dos aglomerados do concelho, pela construção de várias ETAR, pela construção de um centro de tratamento de resíduos sólidos urbanos e pela colocação de ecopontos nas sedes de freguesia.

Ao nível dos equipamentos, é de destacar o razoável/bom nível de dotação da maior parte das valências, salvo daquelas que são vocacionadas para a infância e para a 3ª idade. Na ótica da distribuição espacial dos equipamentos coletivos, salienta-se que é na sede de Concelho que se localizam os de ordem superior e que as freguesias de Alpedrinha, Silvares, Soalheira e Três Povos são, a seguir à UF do Fundão, as melhor-servidas do concelho.

2.1 CONTEXTO ADMINISTRATIVO

As análises territoriais que visam o desenvolvimento estratégico devem ter como elemento norteador os recursos humanos do lugar, os indivíduos que habitam e utilizam diariamente o espaço, que neste processo o influenciam, são condicionados por ele e, para os quais, o Plano Diretor Municipal norteia políticas e planos.

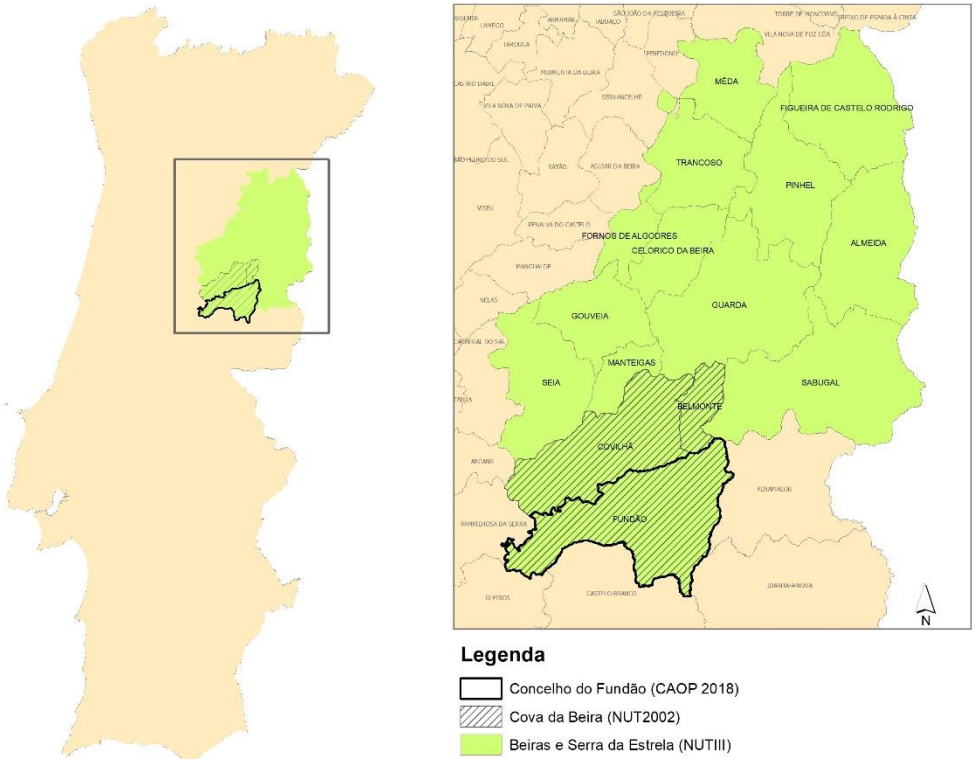
Importa por isso perceber o contexto de partida por forma a melhor balizar o horizonte de atuação do PDM do município do Fundão.

O concelho do Fundão está integrado na Região Centro (NUTII) que, limitada a norte pela Bacia Hidrográfica do Rio Douro e a Sul pela Bacia Hidrográfica do Rio Tejo, integra 78 concelhos com traços bastante distintos, ocupando uma área total de 23 668 km^2.

Integra a sub-região das Beiras e Serra da Estrela (NUTIII), após a divisão administrativa em 2013, tendo incluído a sub-região da Cova da Beira (NUT 2002). No entanto, à data do último recenseamento populacional (2011), o concelho do Fundão pertencia à sub-região da Cova da Beira, juntamente com Belmonte e Covilhã.

E pertence ao distrito de Castelo Branco, juntamente com os concelhos de Belmonte, Castelo Branco, Covilhã, Idanha-a-Nova, Oleiros, Penamacor, Proença-a-Nova, Sertã, Vila de Rei e Vila Velha de Ródão. A sua localização, a Norte da sede de distrito, Castelo Branco, fá-lo ter alguma relação com este centro, embora o concelho do Fundão possua já um leque de serviços administrativos e de equipamentos coletivos bastante abrangente.

Figura 1: Enquadramento do município do Fundão



Fonte: elaborado com base em CAOP 2018, NRV

No contexto da NUTIII - Beiras e Serra da Estrela, o concelho do Fundão é o terceiro mais populoso da sub-região, ultrapassado apenas pelos concelhos da Guarda e da Covilhã. Na evolução recente da população, o cenário de perda estende-se a toda a NUT III, apresentando-se o Fundão também como o terceiro município do conjunto com menor perda entre 2001 e 2011. E no contexto da antiga sub-região - Cova da Beira (NUT2002), também todos os municípios diminuíram a população estando o Fundão num patamar intermédio, tendo o Fundão registado um decréscimo populacional de cerca de 2269 indivíduos, ou seja, de 7,2%.

De acordo com a Carta Administrativa Oficial de Portugal (CAOP), o concelho do Fundão ocupa uma área de 700,2 Km^2, o que equivale a cerca de 10,2% da área da sub-região das Beiras e Serra da Estrela, e administrativamente é constituído por 23 freguesias: Alcaide, Alcaria, Alcongosta, Alpedrinha, Barroca, Bogas de Cima, Capinha, Castelejo, Castelo Novo, Enxames, Fatela, Lavacolhos, Orca, Pêro Viseu, Silvares, Soalheira, Souto da Casa, Telhado, Três Povos, União de Freguesias (UF) de Fundão, Valverde, Donas, Aldeia de Joanes e Aldeia Nova do Cabo, UF de Janeiro de Cima e Bogas de Baixo, UF de Póvoa da Atalaia e Atalaia do Campo e UF de Vale de Prazeres e Mata da Rainha.

Figura 2: Freguesias do concelho do Fundão

Fonte: CAOP 2018; NRV

Acresce referir que o Fundão pertence à Comunidade Intermunicipal das Beiras e Serra da Estrela, constituída pelos municípios da NUTIII, à Associação de Municípios da Cova da Beira, composta por 13 associados: Almeida, Belmonte, Celorico da Beira, Figueira de Castelo Rodrigo, Fornos de Algodres, Fundão, Guarda, Manteigas, Meda, Penamacor, Pinhel, Sabugal e Trancoso, integra a Área Regional de Turismo do Centro e a Região Vitivinícola de Terras da Beira.

A peça desenhada n.º 01 enquadra espacialmente o concelho do Fundão no contexto regional.

2.2 CONTEXTO DEMOGRÁFICO E ECONÓMICO

Esta análise será efetuada ao nível da sub-região das Beiras e Serra da Estrela, permitindo estabelecer comparações e identificar dinamismos e bloqueios, no domínio demográfico, mas também no plano socioeconómico. Para a análise foram utilizados os dados dos Censos 2011, contudo nos restantes indicadores, recorreu-se aos dados mais recentes disponibilizados pelo INE. Apesar de nestas datas ainda não estar constituída a CIM Beiras e Serra da Estrela, optou-se por fazer a agregação para a área territorial poder ser comparável.

De acordo com a última ação censitária, em 2011 a sub-região concentrava 236.023 habitantes distribuídos pelos 6.304,9 Km^2, conduzindo a um valor de densidade populacional baixo (37,4 hab/km^2),

quando comparado com a média nacional (114,5 hab/km^2). Na última década censitária, a sub-região registou uma perda populacional na ordem dos 8,8%, para a qual o concelho do Fundão contribuiu, com menos 7,2% da sua população. O quadro formado por estes municípios, partilha de algumas características comuns, pelo que será tomado como base de referência no estabelecimento de análises comparativas.

De acordo com as Estimativas Provisórias da População Residente para a sub-região, em 2018 este quadro estatístico mantém-se, registando-se, contudo, um decréscimo populacional mais expressivo entre 2011/2018, na ordem dos 9,6%, à semelhança do concelho do Fundão, que regista um decréscimo de 8,5%.

Quadro 1: Dados estatísticos dos concelhos pertencentes à sub-região das Beiras e Serra da Estrela (NUT III)

Municípios	População (N.º)			Variação (%)		CAOP 2018	Densidade populacional (hab/ km2)	
	2001*	2011*	2018	2001/11	2011/18	Área (km2)	2011	2018
Almeida	8 423	7 242	5 926	-14,0%	-18,2%	518,0	14,0	11,4
Belmonte	7 592	6 859	6 407	-9,7%	-6,6%	118,8	57,8	53,9
Celorico da Beira	8 875	7 693	6 978	-13,3%	-9,3%	247,2	31,1	28,2
Covilhã	54 505	51 797	47 127	-5,0%	-9,0%	555,6	93,2	84,8
Figueira de Castelo Rodrigo	7 158	6 260	5 652	-12,5%	-9,7%	508,6	12,3	11,1
Fornos de Algodres	5 629	4 989	4 561	-11,4%	-8,6%	131,5	38,0	34,7
Fundão	31 482	29 213	26 719	-7,2%	-8,5%	700,2	41,7	38,2
Gouveia	16 122	14 046	12 486	-12,9%	-11,1%	300,6	46,7	41,5
Guarda	43 822	42 541	39 103	-2,9%	-8,1%	712,1	59,7	54,9
Manteigas	4 094	3 430	3 037	-16,2%	-11,5%	122,0	28,1	24,9
Mêda	6 239	5 202	4 617	-16,6%	-11,2%	286,0	18,2	16,1
Pinhel	10 954	9 627	8 607	-12,1%	-10,6%	484,5	19,9	17,8
Sabugal	14 871	12 544	10 748	-15,6%	-14,3%	822,7	15,2	13,1
Seia	28 144	24 702	22 412	-12,2%	-9,3%	435,7	56,7	51,4
Trancoso	10 889	9 878	8 946	-9,3%	-9,4%	361,5	27,3	24,7
Total	**258 799**	**236 023**	**213 326**	**-8,8%**	**-9,6%**	**6 304,9**	**37,4**	**33,8**

*Apesar de nestas datas ainda não estar constituída a CIM Beiras e Serra da Estrela, optou-se por fazer a agregação para a área territorial poder ser comparável.

Fonte: INE-Portugal, Recenseamentos Gerais da População e Estimativas Provisórias da População Residente

No que respeita especificamente ao Fundão constata-se que o concelho possuía, em 2018, uma densidade populacional de 38,2 hab/km^2, correspondendo a um valor enquadrado na média dos restantes concelhos da sub-região, tendo este valor decrescido relativamente a 2011, em função da redução populacional generalizada.

Como já foi constatado, o município do Fundão registou, entre 2011 e 2018, um decréscimo de população de 8,5%. A perda de população verificada é perfeitamente justificável e enquadrável no

contexto socioeconómico da época e da parcela territorial em que o concelho de insere. Outrora associada a fenómenos de emigração, atualmente reside essencialmente nos valores assumidos, quer pelo saldo natural negativo, quer pelo saldo migratório.

De acordo com os dados do INE, o **Saldo Natural** - que constitui a diferença entre o número de nascimentos e o número de óbitos era em 2018, para o concelho do Fundão, de – 209 habitantes, representando 9,9% dos municípios da sub-região das Beiras e Serra da Estrela. Na mesma altura, o **Saldo Migratório** – que relaciona a diferença entre o número de entradas e o número de saídas – era de -111 habitantes para o Fundão, representando 14,7% do total registado na sub-região, que no total apresentou um saldo migratório de -754 habitantes. É, contudo, expectável que o saldo migratório possa vir a evoluir positivamente, atendendo às políticas desenvolvidas de integração de migrantes (adesão ao Fundo para o Asilo, a Migração e Integração e implementação do Plano Municipal para a Integração de Migrantes do Fundão), esperando-se, pelo menos, a atenuação do decréscimo demográfico, em curso.

Também em 2018, a **taxa de natalidade** do concelho do Fundão (6,3‰) era bastante próxima da média dos concelhos da sub-região(6,0‰). Contudo, nascem cada vez menos crianças no concelho do Fundão: em 2001, a taxa de natalidade era de 8,2‰, um pouco mais elevada da registada na última ação censitária e em 2018.

Já no que diz respeito à **taxa de mortalidade**, em 2018, o Fundão apresentava uma situação um pouco menos favorável que a da sua sub-região (14,1‰ contra 15,8‰, respetivamente). Face ao valor verificado em 2001 (12,7%) verificou-se um pequeno aumento e uma ligeira redução quando comparada com a registada em 2011.

Quadro 2: Taxas de Natalidade e Mortalidade na sub-região e no concelho do Fundão, em 2011 e 2018

Concelhos	Saldo natural (N.º)		Saldo migratório (N.º)		Taxa bruta de natalidade (‰)		Taxa bruta de mortalidade (‰)	
	2011	2018	2011	2018	2011	2018	2011	2018
Almeida	-109	-128	-104	-8	5,3	3,2	20,5	24,5
Belmonte	-47	-48	-22	-5	6,7	5,4	13,6	12,9
Celorico da Beira	-81	-66	-35	-20	5,6	6,4	16,2	15,8
Covilhã	-268	-304	-437	-229	6,8	6,3	12	12,7
Figueira de Castelo Rodrigo	-48	-73	-10	-8	9,4	4,6	17,1	17,4
Fornos de Algodres	-45	-86	17	1	4,8	5	13,9	23,7
Fundão	-207	-209	-129	-111	7,1	6,3	14,3	14,1
Gouveia	-155	-188	-49	-37	6,1	5,2	17,2	20,2
Guarda	-101	-227	-388	-156	7,7	6,7	10,1	12,5
Manteigas	-35	-44	-10	-13	4,1	4,2	14,3	18,6
Mêda	-69	-64	-33	-8	5	4,5	18,4	18,3
Pinhel	-97	-81	-47	-39	4,3	5,9	14,4	15,2
Sabugal	-246	-251	6	-4	3,9	5	23,7	28

Concelhos	Saldo natural (N.º)		Saldo migratório (N.º)		Taxa bruta de natalidade (‰)		Taxa bruta de mortalidade (‰)	
	2011	2018	2011	2018	2011	2018	2011	2018
Seia	-194	-245	-98	-85	6	6,2	13,9	17,1
Trancoso	-83	-94	-24	-32	6,3	6,2	14,7	16,7
Beiras e Serra da Estrela	**-1785**	**-2108**	**-1363**	**-754**	**6,5**	**6**	**14,1**	**15,8**

Fonte: INE-Portugal, Recenseamentos Gerais da População e Estimativas Provisórias da População Residente

O Quadro 3 apresenta os índices de evolução da estrutura etária nos concelhos das Beiras e Serra da Estrela, entre 2011 e 2018.

Quadro 3: Índices de evolução da estrutura etária nos concelhos da sub-região das Beiras e da Serra da Estrela (2011 e 2018)

Concelhos	Índice de envelhecimento (N.º)		Índice de dependência de jovens (N.º)		Índice de dependência de idosos (N.º)		Índice de dependência total (N.º)	
	2011	2018	2011	2018	2011	2018	2011	2018
Almeida	443,2	613,4	13,7	10,3	60,7	62,9	74,4	73,2
Belmonte	216,1	265,5	18,6	16,1	40,1	42,8	58,7	58,9
Celorico da Beira	238,2	305,1	20,4	16,6	48,6	50,7	69	67,3
Covilhã	192,7	252,1	18,9	17,9	36,5	45,1	55,5	63
Figueira de Castelo Rodrigo	280,5	285,2	19,5	19,2	54,6	54,6	74	73,8
Fornos de Algodres	262,5	272,4	18,3	15,8	48	42,9	66,3	58,7
Fundão	222,9	269,3	19,9	17,5	44,3	47,2	64,2	64,8
Gouveia	301,2	377,5	17,9	15,4	54	58,3	71,9	73,8
Guarda	151,8	195,4	20,5	17,9	31,2	35,1	51,7	53
Manteigas	244,6	394,4	16,6	12,3	40,6	48,4	57,2	60,7
Mêda	335,9	419	18,5	15,8	62,1	66,2	80,6	82,1
Pinhel	292,3	379,4	18,8	15,7	55	59,7	73,9	75,4
Sabugal	511,4	497,7	14,7	13,8	75,3	68,7	90	82,5
Seia	236,3	283,3	16,6	16,4	39,1	46,6	55,7	63
Trancoso	275,4	354,1	17,6	14,6	48,5	51,8	66,2	66,4
Beiras e Serra da Estrela	**230,9**	**283,3**	**18,6**	**16,7**	**43,1**	**47,4**	**61,7**	**64,1**

Fonte: INE-Portugal, Recenseamentos Gerais da População e Estimativas Provisórias da População Residente

Da análise do quadro destaca-se o aumento muito significativo do **índice de envelhecimento** em todos os concelhos da sub-região. No caso específico do Fundão, este indicador situava-se, em 2011, nos 222,9, ou seja, existiam 223 idosos para cada 100 jovens, e em 2018, este número aumentou para 269,3. Estes valores são preocupantes, contudo, o Fundão é um dos concelhos da sub-região, onde este valor é mais baixo, considerando que a média sub-regional é de 283,3.

Refletindo a evolução do envelhecimento da população, o **índice de dependência de idosos** aumentou em todos os concelhos, registando em 2018 um valor de 47,2 no Fundão, enquadrado na

média sub-regional (47,4), salientando-se, todavia, o facto da Guarda registar o valor mais baixo deste índice na sub-região. O **índice de dependência de jovens** registou uma pequena diminuição no período em análise, tendo passado dos 19,9%, em 2011, para os 17,5%, em 2018, à semelhança do contexto da sub-região.

A evolução destes dois indicadores encontra explicação na evolução da distribuição da população residente por grupos etários já que, entre 2001 e 2011, o grupo referente à população ativa reduziu bastante, a população jovem perdeu importância e a população idosa ganhou muito peso, situação que se traduz numa população bastante envelhecida, representando a população idosa, com mais de 65 anos, 28% do total populacional do Fundão.

A evolução da distribuição e a própria distribuição da população por **ciclos de vida** no concelho do Fundão, acompanham estruturalmente a sub-região em que este se insere, embora, seja de destacar uma ligeira preponderância do grupo etário mais novo (0-14 anos), relativamente, quer à média da sub-região das Beiras e Serra da Estrela, como à maioria dos concelhos que a compõem. Assinale-se ainda o facto de que, em 2018, todos os concelhos apresentavam uma percentagem de idosos (população com mais de 65 anos) em mais do dobro à percentagem de jovens (população com menos de 14 anos), com exceção do concelho da Guarda.

Quadro 4: Distribuição da população residente na sub-região das Beiras e Serra da Estrela em 2011 e 2018, por ciclos de vida (%)

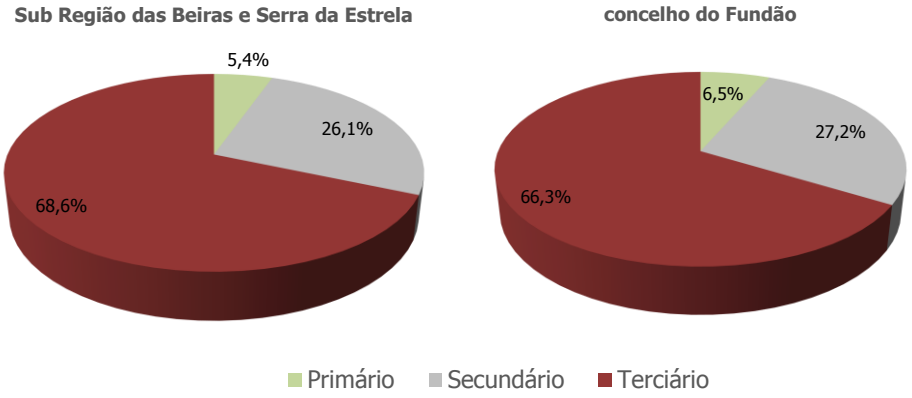
Concelhos	2011				2018			
	0 - 14 anos	15 - 24 anos	25 - 64 anos	>65 anos	0 - 14 anos	15 - 24 anos	25 - 64 anos	> 65 anos
Almeida	8,0%	9,0%	48,3%	34,8%	6,0%	8,4%	49,4%	36,2%
Belmonte	11,6%	10,1%	52,9%	25,3%	10,2%	9,8%	53,3%	26,7%
Celorico da Beira	12,3%	9,8%	49,2%	28,7%	10,1%	9,7%	50,0%	30,2%
Covilhã	12,3%	9,5%	54,9%	23,3%	11,1%	8,9%	52,6%	27,3%
Figueira de Castelo Rodrigo	11,1%	10,1%	47,4%	31,4%	11,1%	8,7%	48,9%	31,3%
Fornos de Algodres	11,3%	11,4%	48,5%	28,8%	9,9%	10,1%	53,0%	27,0%
Fundão	12,2%	10,0%	50,9%	27,0%	10,7%	9,5%	51,4%	28,4%
Gouveia	10,5%	9,4%	48,8%	31,2%	8,9%	9,1%	48,5%	33,5%
Guarda	13,7%	10,3%	55,7%	20,4%	11,9%	10,1%	55,3%	22,8%
Manteigas	10,7%	10,4%	53,3%	25,6%	7,7%	9,4%	53,1%	29,8%
Mêda	10,5%	8,5%	46,6%	34,4%	8,8%	8,3%	46,8%	36,1%
Pinhel	11,0%	9,4%	48,2%	31,4%	9,0%	8,8%	48,3%	33,9%
Sabugal	7,9%	7,6%	44,9%	39,6%	7,5%	7,5%	47,2%	37,8%
Seia	10,8%	9,9%	54,5%	24,8%	10,1%	8,8%	52,8%	28,3%
Trancoso	10,8%	10,9%	49,2%	29,0%	8,8%	9,5%	50,7%	30,9%
Beiras e Serra da Estrela	**11,6%**	**9,8%**	**52,1%**	**26,5%**	**10,3%**	**9,2%**	**51,8%**	**28,7%**

Fonte: INE-Portugal, Recenseamentos Gerais da População e Estimativas Provisórias da População Residente

Na **distribuição dos ativos** do concelho do Fundão, constata-se que a população ativa, empregada e desempregada, representa 41,9% da população total do concelho. Analisando a afetação da população

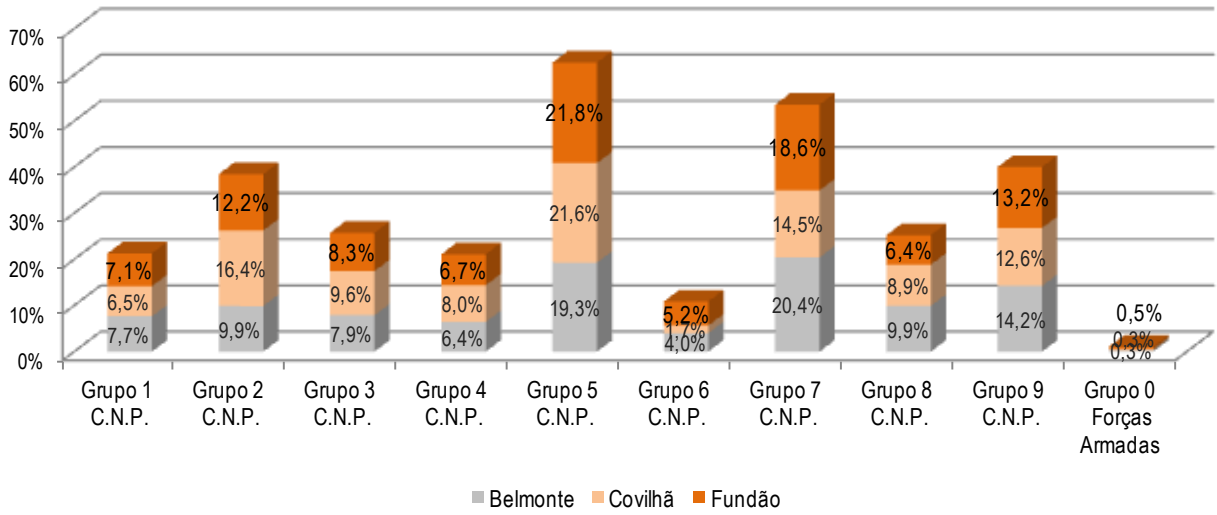
empregada aos setores de atividade, verifica-se que a maioria se concentra no sector terciário (66,3%), sobretudo no comércio, face aos setores secundário (27,2%) e primário (6,5%), sendo que este último tem vindo a perder para os outros. O mesmo cenário se verifica na sub-região, com características económicas semelhantes às do Fundão. Contudo, é de salientar que a redução do setor primário deveu-se em grande parte ao envelhecimento populacional, visto que o concelho, bem como a sub-região, apresentam uma taxa de atividade de, respetivamente, 41,9% e 41,6%.

Gráfico 1: População empregada por Setores de atividade económica na sub-região das Beiras e Serra da Estrela e no concelho do Fundão, em 2011



Fonte: INE-Portugal, Recenseamentos Gerais da População

Gráfico 2: População residente empregada segundo grupos de profissões no concelho do Fundão, em 2011



Grupo 1 - Quadros superiores da administração pública, dirigentes e quadros superiores de empresas
Grupo 2 - Especialistas das profissões intelectuais e científicas
Grupo 3 - Técnicos e profissionais de nível intermédio
Grupo 4 - Pessoal administrativo e similares
Grupo 5 - Pessoal dos serviços e vendedores
Grupo 6 - Agricultores e trabalhadores qualificados da agricultura e pescas
Grupo 7 - Operários, artífices e trabalhadores similares
Grupo 8 - Operadores de instalações e máquinas e trabalhadores da montagem
Grupo 9 - Trabalhadores não qualificados
Grupo 10 - Membros das forças armadas

Fonte: INE – Portugal, Censos 2011

Comparando a distribuição da população empregada por grupos de profissões no Fundão com os restantes concelhos da sub-região, verifica-se que, por um lado, este é o concelho em que os grupos dos trabalhadores dos serviços e vendedores, e dos operários, artífices e trabalhadores similares assumem maior destaque tanto a nível sub regional, como municipal.

Intimamente ligado à distribuição da população ativa pelos diferentes grupos de profissões, está o grau de **qualificação e as habilitações literárias,** que constitui um fator primordial no arranque e na sustentação de processos de desenvolvimento.

Entre 2001 e 2011, o concelho do Fundão assistiu à diminuição da sua taxa de analfabetismo – que passou dos 17,7%, para os 10,6% - à semelhança do que aconteceu em toda sub-região. Todavia, esta percentagem está sobretudo relacionada com a população com mais de 65 anos, não influenciando desta forma a oferta de recursos humanos. Em 2011, cerca de 12,4% da população não tinha qualquer grau de ensino, 35% possuía apenas o ensino primário e 11,3% tinha uma formação superior.

Quadro 5: Nível de escolaridade da população dos concelhos da sub-região das Beiras e Serra da Estrela, em 2011 (%)

Zona Geográfica	Pop. Resid. (2011)	População residente segundo o nível de escolaridade atingido								Analfabetos com 10 ou mais anos
		Nenhum nível de escolaridade	Ensino pré-escolar	Ensino básico			Ensino secundário	Ensino pós-secundário	Ensino superior	
				1º Ciclo	2º Ciclo	3º Ciclo				
Almeida	7242	10,5%	1,0%	44,1%	7,7%	13,3%	14,0%	0,6%	9,0%	8,5%
Belmonte	6859	12,3%	1,6%	37,3%	9,0%	14,2%	15,3%	0,9%	9,4%	9,8%
Celorico da Beira	7693	12,5%	2,2%	41,9%	7,8%	13,8%	12,7%	0,8%	8,5%	11,0%
Covilhã	51797	9,7%	2,1%	32,4%	9,0%	15,2%	15,8%	0,9%	14,9%	6,7%
Figueira de Castelo Rodrigo	6260	12,1%	1,4%	42,6%	10,0%	12,7%	11,9%	0,6%	8,7%	9,9%
Fornos de Algodres	4989	11,5%	2,0%	45,6%	8,8%	11,2%	11,6%	0,7%	8,6%	10,0%
Fundão	29213	12,4%	2,0%	35,0%	9,1%	15,0%	14,3%	0,9%	11,3%	9,9%
Gouveia	14046	10,0%	1,8%	43,4%	9,3%	12,1%	12,4%	0,7%	10,3%	8,6%

Guarda	42541	7,7%	2,3%	29,5%	7,4%	16,4%	16,7%	1,0%	19,1%	5,0%
Manteigas	3430	11,6%	1,3%	42,7%	9,3%	12,0%	12,7%	0,9%	9,4%	8,3%
Meda	5202	13,6%	1,7%	45,0%	9,0%	11,0%	10,6%	0,7%	8,5%	11,8%
Pinhel	9627	11,5%	1,6%	43,2%	8,2%	14,3%	11,9%	0,6%	8,7%	10,5%
Sabugal	12544	14,9%	1,2%	45,1%	7,3%	12,0%	11,2%	0,7%	7,6%	13,8%
Seia	24702	9,1%	2,0%	40,5%	9,5%	13,1%	14,2%	0,8%	10,8%	6,8%
Trancoso	9878	12,2%	1,9%	41,3%	7,9%	13,3%	13,5%	0,6%	9,3%	10,2%
Total	**236023**	**10,5%**	**1,9%**	**37,0%**	**8,6%**	**14,3%**	**14,4%**	**0,8%**	**12,6%**	**8,2%**

Fonte: INE-Portugal, Recenseamentos Gerais da População

2.3 ACESSIBILIDADES REGIONAIS

A questão das acessibilidades é fundamental para a integração do concelho ao nível supra local, já que constitui um fator que, tantas vezes, condiciona ou fomenta afinidades e complementaridades entre regiões, facilitando a sua afirmação regional. Esta só pode ser concretizada através do estabelecimento de uma rede de transportes e acessibilidades realmente eficaz, em que se proceda à articulação dos níveis regional e nacional.

Figura 3: Fundão no contexto PRN2000

Fonte: Infraestruturas de Portugal

O território do Fundão é atravessado, longitudinalmente, por um eixo de importância fundamental, pertencente à Rede Nacional Rodoviária, o **IP2/ A23** (SCUTVIAS), que assegura as principais acessibilidades exteriores a diversos níveis. Esta importante infraestrutura permitiu uma melhoria significativa nas ligações do concelho ao exterior, nomeadamente à Região Sul, com particular destaque para a região de Lisboa e Vale do Tejo e à Região Norte, por intermédio da sua articulação com o IP5/ A25.

Outros eixos de acessibilidades importantes ao exterior são (i) a Estrada Regional **ER238**, que constitui a principal ligação do concelho na direção poente, estabelecendo a ligação entre a cidade do Fundão e Oleiros, e o acesso à Pampilhosa da Serra; (ii) as Estradas Nacionais **EN343, EN345** e **EN346**, que em conjunto estabelecem a ligação a Nascente, constituindo a principal acessibilidade entre a Cidade e os concelhos de Penamacor e Sabugal, e uma alternativa de ligação à fronteira de Vilar Formoso; (iii) a **antiga EN239**, que liga diretamente o concelho do Fundão ao concelho de Idanha-a-Nova, e indiretamente a Espanha, através da fronteira de Termas de Monfortinho, por intermédio de ligação com o IC31/EN229; (iv) a **antiga EN343** que se assume como a ligação mais direta à Sub-região da

Serra da Estrela e ao IC7/EN17; e (v) as estradas municipais **EM570** e **570-1** que, conjuntamente, constituem uma das melhores formas de acesso ao Sabugal e às Estradas Nacionais EN233, EN233-3 e EN232.

O Plano Rodoviário Nacional 2000 (PRN 2000), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 222/98, de 17 de Julho, alterado pela Lei n.º 98/99, de 26 de Julho e pelo Decreto-Lei n.º 182/2003, de 16 de Agosto e o Programa Operacional de Acessibilidades e Transportes 2014-2020 preveem a introdução de algumas melhorias à rede nacional no sentido de reforçar a coesão e a solidariedade internas, de melhorar a qualidade de vida nas zonas urbanas, de beneficiar a coordenação intermodal e de aperfeiçoar as ligações rodoviárias entre centros urbanos, nós e variantes.

O IC 31, de acordo com PRN2000 insere-se na Rede Nacional Complementar, tendo como pontos extremos Castelo Branco (IP2/A23) e as Termas de Monfortinho. O IC 31 constituirá uma relação da Beira Interior Sul com a fronteira, através da sua articulação com a A23, envolvendo Castelo Branco, Fundão, Covilhã e Guarda – aglomerações, espaçadas e inseridas em territórios de baixa densidade populacional, que coincidem com as principais concentrações industriais, de serviços e de ensino superior na Beira Interior O traçado previsto para o IC31 justifica a dimensão e relevância da futura Área de Localização Empresarial da Gardunha Sul.

O concelho é servido por um conjunto razoável de carreiras do tipo Expresso, que asseguram ligações a Lisboa, Porto, Coimbra, Viseu, Guarda, Castelo Branco, Portalegre, Vila Real, Faro, entre outras.

No que concerne ao transporte ferroviário, o concelho é servido pela Linha da Beira Baixa (Entroncamento/Covilhã), que atravessa o concelho de norte a sul, tendo a sua principal estação na cidade do Fundão. Esta linha é servida pelo serviço Intercidades, com paragem apenas na cidade, e pelo serviço Regional/ Urbano, com

Figura 4: Ligações ferroviárias ao concelho do Fundão

Fonte: www.cp.pt

paragem em Alcaria, Fundão, Donas, Alcaide, Fatela, Alpedrinha, Vale de Prazeres, Castelo Novo e Soalheira.

A recente intervenção de Modernização da Linha da Beira Baixa, que incluiu a eletrificação total do Troço Covilhã/Guarda (que esteve encerrada desde 2009), dotou-a das caraterísticas técnicas necessárias às exigências do Corredor Ferroviário Atlântico garantindo a interoperabilidade ferroviária. A modernização da via permitiu ainda recolocar a linha da Beira Baixa na mobilidade regional e de longo curso da Beira Interior, contribuindo para a melhoria da acessibilidade da região, descongestionando a Linha do Norte e a Linha da Beira Alta. Neste contexto compreende-se a necessidade de um ramal com Área de Localização Industrial/Parque Industrial, com características de "Porto Seco", com vista ao aumento da exportação de produtos locais reforçando a economia local e utilização do transporte de mercadorias com baixa emissão de carbono.

3. INSTRUMENTOS DE GESTÃO TERRITORIAL DE HIERARQUIA SUPERIOR

Neste capítulo pretende fazer-se um enquadramento do concelho do Fundão nos diversos Planos de âmbito supramunicipal, que possuam implicações no seu território. Assim, será efetuada uma síntese dos Instrumentos de Gestão Territorial que se encontrem eficazes, focando os seus principais objetivos e opções, com o intuito de os agilizar e de os articular com o PDM, nesta sua 1ª revisão, bem como outros documentos que não sendo IGT constituem elementos orientadores fundamentais em domínios específicos.

No território concelhio existem os seguintes instrumentos de planeamento, de âmbito supramunicipal, **eficazes**:

- Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território (PNPOT);
- Plano Nacional da Água (PNA);
- Plano de Gestão das Bacias Hidrográficas do Tejo e Ribeiras Oeste (RH5);
- Plano Sectorial da Rede Natura 2000;
- Plano de Ordenamento das Albufeiras de Santa Águeda e Pisco;
- Programa Regional de Ordenamento Florestal do Centro Interior (PROF CI);
- Plano Rodoviário Nacional (PRN);

O PNPOT, embora não seja um instrumento de caráter operativo, é um importante documento de índole estratégica e por isso merece uma breve análise no presente documento, uma vez que constitui o quadro de referência para os demais Instrumentos de Gestão Territorial, nomeadamente para os planos diretores municipais.

Interessa também referir o Plano Intermunicipal de Adaptação às Alterações Climáticas – CIMBSE que corresponde igualmente a um documento estratégico e de referência que deverá ser transposto para a escala municipal nomeadamente ao nível dos Planos Municipais para as Alterações Climáticas a desenvolver, para os concelhos envolvidos.

No que se refere a planos em elaboração há a referir o Plano Regional de Ordenamento do Território do Centro, já sujeito a Discussão Pública, que se reveste de uma fulcral importância no atual panorama de planeamento e desenvolvimento regional, e que por isso, apesar de não ter sido ainda publicado, se encontra igualmente sistematizado.

3.1 PROGRAMA NACIONAL DA POLÍTICA DE ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO

O Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território (PNPOT) foi aprovado pela Lei n.º 99/2019, de 5 de setembro. O PNPOT é o instrumento de topo do sistema de gestão territorial, define objetivos e opções estratégicas de desenvolvimento territorial e estabelece o modelo de organização do território nacional. O PNPOT constitui -se como o quadro de referência para os demais programas e planos territoriais e como um instrumento orientador das estratégias com incidência territorial.

O PNPOT contém um programa de ação para o horizonte 2030, no contexto de uma estratégia de organização e desenvolvimento territorial de mais longo prazo suportada por uma visão para o futuro do País, que acompanha o desígnio último de alavancar a coesão interna e a competitividade externa do nosso País e, também, o estabelecimento de um sistema de operacionalização, monitorização e avaliação capaz de dinamizar a concretização das orientações, diretrizes e medidas de politica e de promover o PNPOT como referencial estratégico da territorialização das políticas públicas e da programação de investimentos territoriais financiados por programas nacionais e comunitários.

O PNPOT estrutura-se em três documentos. O Diagnóstico, a Estratégia e o Modelo Territorial e a Agenda para o Território (Programa de Ação). O Modelo Territorial representa a tradução espacial da estratégia de desenvolvimento do País, para o qual concorre um conjunto de sistemas que irão informar o ordenamento do território: Sistema Natural, Sistema Urbano, Sistema Social, Sistema Económico e o Sistema de Conetividade – e identifica, num quadro prospetivo, os territórios especialmente vulneráveis às mudanças críticas.

O PNOT no seu programa de ação define os seguintes compromissos para o território, que traduzem as ideias fortes das apostas de política pública para a valorização do território e para o reforço das abordagens integradas de base territorial.

1. Robustecer os sistemas territoriais em função das suas centralidades
2. Atrair novos residentes e gerir a evolução demográfica
3. Adaptar os territórios e gerar resiliência
4. Descarbonizar acelerando a transição energética e material
5. Remunerar os serviços prestados pelo capital natural
6. Alargar a base económica territorial com mais conhecimento, inovação e capacitação
7. Incentivar os processos colaborativos para reforçar uma nova cultura do território
8. Integrar nos IGT novas abordagens para a sustentabilidade
9. Garantir nos IGT a diminuição da exposição a riscos
10. Reforçar a eficiência territorial nos IGT

No sentido de operacionalizar estes compromissos, o PNPOT define um conjunto de medidas para cada domínio de intervenção (natural, social, económico, conectividade e governança) e no capítulo das Diretrizes para os Instrumentos de Gestão Territorial, destacam-se as seguintes, atendendo ao contexto dos PDMs:

- *"21. Neste enquadramento, a operacionalização do regime de salvaguarda estabelecido pelo PE passa pela integração obrigatória das normas relativas à ocupação, uso e transformação do solo nos Planos Diretores Municipais (PDM) (…)".*
- *45. O planeamento de âmbito municipal é da responsabilidade dos municípios e tem como objetivo definir os modelos de organização do território, estabelecer os regimes de uso do solo urbano e rústico e programar a urbanização e a edificação, num quadro estratégico de desenvolvimento municipal ou intermunicipal e de opções de organização territorial enquadradas pelos referenciais orientadores e pelas diretrizes de âmbito nacional (setoriais e especiais) e regional.*
- *49. O PNPOT aponta para a necessidade de se ponderar a essência do PDM e de se adotarem orientações e práticas consentâneas com a necessidade de um planeamento mais explicito e firme nos princípios e regras gerais de organização e de regime de uso do solo e de salvaguarda de riscos e mais flexível nas regras de gestão, incorporando dispositivos orientadores da sua dinâmica futura, mecanismos de programação em função de informação de gestão e soluções de remissão para outras figuras de gestão territorial (planos de urbanização e planos de pormenor) e para regulamentos municipais.*
- *50. A reclassificação do solo rústico para urbano, à luz do atual quadro legal é enquadrada por Plano de Pormenor. Reiterando o caráter estratégico do PDM, o PNPOT aponta para a necessidade dos PDM estabelecerem, em nome da estratégia que os enformam, princípios e regras gerais da reclassificação do solo, garantindo que se evitam operações de reclassificação casuísticas que desvirtuem a referida estratégia bem como o modelo de organização territorial gizado.*
- *52. É essencial melhorar a articulação dos PDM com os instrumentos de ordenamento florestal e de defesa da floresta e combate de incêndios, construindo um edifício de planeamento e gestão mais integrado e que melhor responda aos desafios dos territórios e à salvaguarda de pessoas e bens.*
- *54. O PNPOT afirma a necessidade de dotar os principais centros urbanos dos respetivos PU e incentiva a adoção de Planos de Urbanização e de Pormenor e Unidades de Execução, em função da respetiva adequabilidade e para os diversos tipos de espaço urbano, libertando os PDM de conteúdos urbanísticos excessivos e tornando mais qualificada, eficiente e adaptativa a gestão urbanística.*
- *55. Afirma ainda a necessidade de capacitar as instituições e atores para a operacionalização do regime económico do solo, em articulação com o código das expropriações e outros instrumentos legais e financeiros que condicionam a sua aplicação".*
- *64. Explicitar a estratégia territorial municipal, estabelecendo os princípios e os objetivos subjacentes ao modelo de desenvolvimento de desenvolvimento territorial preconizado (…), bem como com as orientações específicas de natureza setorial e especial aplicáveis e identificando as inerentes opções de organização, classificação e qualificação do solo e de regulamentação e programação adotadas.*

- *65. Assumir a Avaliação Ambiental estratégica do PDM como um exercício de integração das abordagens que concorrem para a sustentabilidade, bem como para a articulação dos PROT com os PDM em matéria de definição de âmbito e de sistema de indicadores de monitorização e avaliação.*
- *66. Definir o sistema urbano e as áreas de localização empresarial tendo em conta a inserção das centralidades nas redes municipais e supramunicipais (…).*
- *69. Reforçar as dimensões do ordenamento agrícola e florestal (…) assentes na promoção das atividades agrícolas e florestais, na valorização dos serviços dos ecossistemas, nomeadamente no que se refere à água, solo e biodiversidade e nas atividades de turismo, lazer, recreação e cultura.*
- *70. Delimitar as áreas de suscetibilidade a perigos e de risco (…), considerando a análise de perigosidade e risco próprias e à escala adequada e as macrovulnerabilidades territoriais críticas apontadas pelo PNPOT e desenvolvidas pelos PROT.*
- *71. Identificar medidas de redução e minimização das vulnerabilidades da interface urbano-florestal e de prevenção do risco de incêndio, através da identificação e definição de regras de gestão e segurança de aglomerados urbanos, de aglomerados rurais e de áreas de edificação dispersas, incluindo áreas de localização empresarial e unidades dispersas (…)*
- *74. Travar a artificialização do solo, adequar a extensão do solo urbano, promover a regeneração, reabilitação, reutilização e revitalização urbana, e restringir a nova edificação dispersa e isolada em solo rústico. (…).*
- *78. Considerar a paisagem e a arquitetura como recursos com valor patrimonial, cultural, social e económico, estabelecendo as bases para a gestão e qualificação da paisagem e a promoção de uma cultura territorial.*

O PDM do Fundão deverá acolher as orientações deste instrumento e operacionalizar as medidas estabelecidas pelo PNPOT.

3.2 PLANO NACIONAL DA ÁGUA (PNA)

O Plano Nacional da Água (PNA) foi aprovado pelo Decreto-Lei n.º 76/2016, de 9 de novembro, e é um instrumento de política sectorial de âmbito nacional, de acordo com a tipologia dos instrumentos de gestão do território definida na legislação.

O PNA enquadra as políticas de gestão de recursos hídricos nacionais, dotado de visão estratégica de gestão dos recursos hídricos e assente numa lógica de proteção do recurso e de sustentabilidade do desenvolvimento socioeconómico nacional.

A gestão das águas prossegue três objetivos fundamentais:

- a proteção e requalificação do estado dos ecossistemas aquáticos e também dos ecossistemas terrestres e das zonas húmidas que deles dependem, no que respeita às suas necessidades de água,

- a promoção do uso sustentável, equilibrado e equitativo de água de boa qualidade, com a sua afetação aos vários tipos de usos tendo em conta o seu valor económico, baseada numa proteção a longo prazo dos recursos hídricos disponíveis, e
- a mitigação dos efeitos das inundações e das secas.

São, assim, objetivos estratégicos da política de gestão da água proteger o ambiente aquático contra os danos causados pelas emissões poluentes, restaurar o funcionamento dos sistemas naturais e combater a perda de biodiversidade e, ao mesmo tempo, assegurar o fornecimento de água de qualidade às populações e às atividades económicas, protegendo-as dos fenómenos hidrológicos extremos, com as cheias e as secas.

O PNA pretende assim definir as grandes opções estratégicas da política nacional da água na decorrência da Lei da Água (Lei n.º 58/2005, de 29 de dezembro), a aplicar pelos PGRH para o período 2016 -2021 e Programas de Medidas (PM) que lhes estão associados. Este PNA pretende ser um plano abrangente, mas pragmático, enquadrador das políticas de gestão de recursos hídricos nacionais, dotado de visão estratégica, consistente com os objetivos de exigência da APA, I. P., enquanto Autoridade Nacional da Água. O PNA pretende determinar as estratégias de gestão dos recursos hídricos, numa tríplice lógica de proteção do recurso e sustentando o desenvolvimento socioeconómico nacional.

De acordo com o PNA, são definidos os seguintes eixos de medidas:

- Eixo 1 — Medidas destinadas a melhorar o conhecimento sobre o estado das massas de água e as pressões
- Eixo 2 — Medidas destinadas à revisão e otimização dos PM e de planos setoriais
- Eixo 3 — Intervenções estruturais
- Eixo 4 — Medidas de desenvolvimento legislativo, controlo das pressões e de aplicação generalizada da lei
- Eixo 5 — Medidas de gestão destinadas à proteção da biodiversidade e dos ecossistemas aquáticos e terrestres
- Eixo 6 — Medidas visando o uso eficiente dos recursos e a elevação dos níveis de recuperação de custos dos serviços hídricos
- Eixo 7 — Medidas destinadas à redução de riscos
- Eixo 8 — Medidas de capacitação e reforço das condições de governância do PNA

As medidas relativas à aplicação da lei devem ser estabelecidas pelos planos de gestão da região hidrográfica (PGRH), sendo que o concelho do Fundão se enquadra na região hidrográfica do Tejo e Ribeiras do Oeste (RH5).

Para a RH5 já foi aprovado o PGRH do Tejo e Ribeiras do Oeste, com a publicação Resolução de Conselho de Ministros n.º 52/2016, de 20 de setembro.

Neste sentido, a revisão do PDM, no que respeita ao âmbito estabelecido pelo RJIGT, procura, na medida do possível, salvaguardar e enquadrar as diversas preocupações estratégicas identificadas no PNA.

3.3 PLANO DE GESTÃO DAS BACIAS HIDROGRÁFICAS DO TEJO E RIBEIRAS DO OESTE (PGRH TEJO E OESTE - RH5)

A Resolução de Conselho de Ministros n.º 52/2016, de 20 de setembro, aprova o Plano de Gestão da Região Hidrográfica do Tejo e Ribeiras Oeste (RH5), alterada pela Declaração de Retificação n.º 22B/2016, de 18 de novembro.

O Plano de Gestão de Região Hidrográfica (PGRH), enquanto instrumento de planeamento das águas, visa fornecer uma abordagem integrada para a gestão dos recursos hídricos, dando coerência à informação para a ação e sistematizando os recursos necessários para cumprir os objetivos definidos.

A Região Hidrográfica do Tejo e Ribeiras do Oeste — RH5 é uma região hidrográfica internacional com uma área total em território português de 30.502 km^2 e integra a bacia hidrográfica do rio Tejo e ribeiras adjacentes, a bacia hidrográfica das Ribeiras do Oeste, incluindo as respetivas águas subterrâneas e águas costeiras adjacentes, conforme o disposto no Decreto-Lei n.º 347/2007, de 19 de outubro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 117/2015, de 23 de junho.

A RH5 engloba 103 concelhos, sendo que 73 estão totalmente englobados na região hidrográfica e 30 estão parcialmente abrangidos, concentrando cerca de 4 milhões de pessoas em média (39 % do total do Continente), integradas em cerca de 1 590 mil famílias com uma dimensão média de 2,47 pessoas (ligeiramente abaixo da dimensão do Continente). A RH5 representa, em relação ao Continente, 31 % da sua área, 39 % da população, 48 % do emprego e 57 % da produção (medida pelo VAB — Valor Acrescentado Bruto).

Na RH5 encontram-se delimitadas 20 massas de água subterrâneas e 467 massas de água superficiais, distribuídas pelas seguintes categorias: 457 rios (das quais 29 troços de rio e 26 albufeiras identificadas como massas de água fortemente modificadas e oito artificiais), quatro massas de água de transição e seis massas de água costeiras.

O concelho do Fundão integra-se totalmente na RH5, sendo limitado a norte pelo rio Zêzere, um dos principais afluentes do Tejo, na margem direita, que merece referência especial, pela dimensão da sua bacia hidrográfica - 4 980 km^2.

Enquadrando os objetivos ambientais e com base na análise integrada dos diversos instrumentos de planeamento, nomeadamente planos e programas nacionais relevantes para os recursos hídricos, foram definidos os seguintes objetivos estratégicos (OE) para a RH5:

OE1 - Adequar a Administração Pública na gestão da água;

OE2 - Atingir e manter o Bom Estado/Potencial das massas de água;

OE3 - Assegurar as disponibilidades de água para as utilizações atuais e futuras;

OE4 - Assegurar o conhecimento atualizado dos recursos hídricos;

OE5 - Promover uma gestão eficaz e eficiente dos riscos associados à água;

OE6 - Promover a sustentabilidade económica da gestão da água;

OE7 - Sensibilizar a sociedade portuguesa para uma participação ativa na política da água;

OE8 - Assegurar a compatibilização da política da água com as políticas setoriais;

OE9 - Posicionar Portugal no contexto luso-espanhol.

Destacam-se os seguintes objetivos operacionais estabelecidos para a RH5 com interesse para o âmbito do PDM do Fundão:

- PTE1 - Redução ou eliminação de cargas poluentes
  - PTE1P1 - Construção ou remodelação de estações de tratamento de águas residuais urbanas;
  - PTE1P2 - Remodelação ou melhoria das estações de tratamento de águas residuais industriais (incluindo as explorações agrícolas);
  - PTE1P3 - Eliminação progressiva de emissões, descargas e perdas de substâncias perigosas prioritárias;
  - PTE1P4 - Redução das emissões, descargas e perdas de substâncias prioritárias
  - PTE1P5 - Definição de condicionantes a aplicar no licenciamento;
  - PTE1P6 - Reduzir a poluição por nutrientes proveniente da agricultura, incluindo pecuária;
  - PTE1P7 - Reduzir a poluição por pesticidas proveniente da agricultura;
  - PTE1P10 - Prevenir e/ou controlar a entrada de poluição proveniente de áreas urbanas, transportes e infraestruturas;
  - PTE1P11 - Locais de deposição de resíduos: aterros sanitários;
  - PTE1P12 - Explorações mineiras: medidas de minimização;
  - PTE1P14 - Drenagem urbana: regulamentação e/ou códigos de conduta para o uso e descarga em áreas urbanizadas;

- PTE1P15 - Eliminar ou reduzir águas residuais não ligadas à rede de drenagem.

- PTE2 - Promoção da sustentabilidade das captações de água
  - PTE2P3 - Proteger as origens de água potável e reduzir o nível de tratamento necessário;
  - PTE2P4 - Condicionantes a aplicar no licenciamento;
- PTE3 - Minimização de alterações hidromorfológicas
  - PTE3P1 - Promover a continuidade longitudinal;
  - PTE3P4 - Condicionantes a aplicar no licenciamento.
- PTE5 - Minimização de riscos
  - PTE5P1 - Minimizar riscos de inundação (nomeadamente medidas naturais de retenção de água);
  - PTE5P4 - Reduzir os sedimentos provenientes da erosão do solo (incluindo floresta);

Sempre que se justifique, o licenciamento das utilizações dos recursos hídricos deve refletir as restrições necessárias a preservar ou melhorar o estado das massas de água. O Plano salienta ainda a necessidade de reforçar os procedimentos de fiscalização, para garantir a prossecução destes objetivos.

O PDM deve acautelar as medidas estabelecidas pelo PGRBH para a RH5, prevendo a sua articulação com a proposta de ordenamento, a identificação das condicionantes legais e das áreas de risco e definição de um normativo, com um conjunto de normas que vão ao encontro das preocupações do Plano de Gestão de Região Hidrográfica do Tejo e Ribeiras do Oeste (PGRH tejo e Oeste - RH5).

3.4 PLANO SECTORIAL DA REDE NATURA 2000

A criação da Rede Natura 2000 resulta de duas diretivas comunitárias: a Diretiva 79/409/CEE, relativa à proteção das aves selvagens – Diretiva das Aves, e a Diretiva n.º 92/43/CEE, de 21 de maio, relativa à preservação dos habitats naturais, da fauna e da flora selvagens – Diretiva Habitats. Em Portugal, a transposição para a ordem jurídica interna foi inicialmente efetuada pelo Decreto-Lei n.º 226/97, de 27 de agosto, que estabelecia a criação de ZEC – Zonas Especiais de Conservação (baseado nos sítios de importância comunitária – SIC) e as ZPE – Zonas de Proteção Especial. Seguidamente, procedeu-se à aprovação da Lista Nacional de Sítios (1ª fase – SIC), através da Resolução de Conselho de Ministros n.º 142/97, de 28 de agosto. Posteriormente, com o Decreto-Lei n.º 140/99, de 24 de abril, essa transposição para a ordem jurídica interna da Diretiva das Aves e da Diretiva Habitats foi revista, visando a regulamentação, num único diploma, das disposições emergentes dessas diretivas. Assim, o Decreto-Lei nº 140/99, de 24 de abril, com a redação dada pelo Decreto-Lei nº 49/2005, de 24 de fevereiro, foi alvo de alteração través do Decreto-Lei nº 156-A/2013, de 8 de novembro, com vista a proceder à adaptação os anexos B-I, B-II e B-IV do referido diploma, assim como proceder a alguns ajustamentos, tendo em vista a sua simplificação e clarificação. A Portaria nº 829/2007, de 1 de agosto, publicitou que "Os sítios da lista nacional de sítios aprovados ela Resolução o Conselho de Ministros nº 142/97, de 28

de agosto (1ª fase), alterada ela Resolução do Conselho de Ministros nº 135/2004, de 30 e setembro (sítio Gardunha), e pela Resolução o Conselho de Ministros nº 76/2000, de 5 de julho (2ª fase), respetivamente, foram reconhecidos como sítios de importância comunitária (SIC), tendo sido aprovados pelas Decisões a Comissão nºs2004/813/CE, de 7 de dezembro e 2006/613/CE de 19 julho". Por fim, surgiu a 2ª lista nacional de sítios, com a Resolução do Conselho de Ministros n.º 76/2000, de 5 de julho, e o estabelecimento de Zonas de Proteção Especial - ZPE para o Continente com o Decreto-Lei n.º 384-B/99, de 23 de setembro.

Segundo o Decreto-Lei n.º 49/2005, os instrumentos de gestão territorial aplicáveis nas ZEC e nas ZPE devem garantir a conservação dos habitats e das populações das espécies em função dos quais as referidas zonas foram classificadas. Porém, quando a totalidade ou parte das ZEC e ZPE se localizam dentro dos limites de áreas protegidas, classificadas nos termos da lei, o objetivo previsto no número anterior é assegurado através de planos especiais de ordenamento das áreas protegidas (art. 8º, ponto 2).

Mais recentemente, foi publicado o Decreto Regulamentar n.º 1/2020, de 16 de março, que procede à classificação como zonas especiais de conservação (ZEC) dos sítios de importância comunitária (SIC) do território de Portugal Continental no anexo I do decreto regulamentar, e estabelece medidas de conservação, medidas de salvaguardar e medidas complementares de conservação para as zonas especiais de conservação.

A Rede Natura 2000 é objeto de um plano sectorial, elaborado nos termos do RJIGT e da Resolução do Conselho de Ministros n.º 66/2001, de 6 de junho.

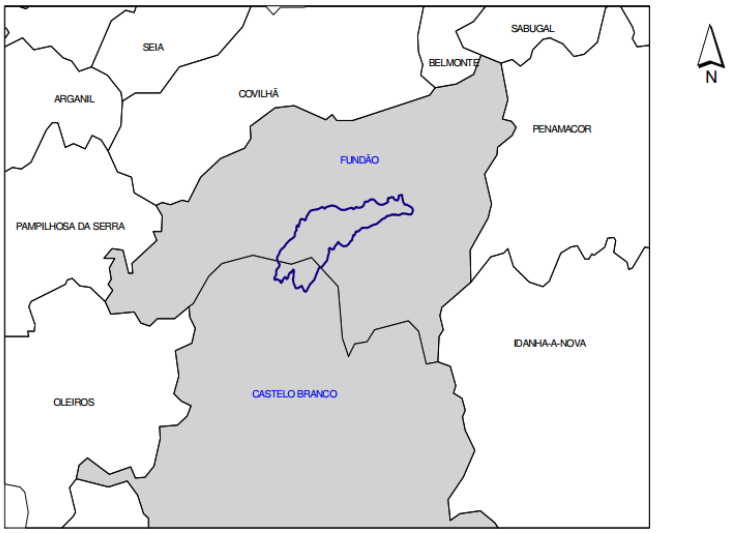
O Plano Setorial da Rede Natura 2000 (PSRN 2000) foi aprovado pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 115 -A/2008, de 21 de julho, como instrumento de gestão territorial norteador da concretização da política nacional de conservação da diversidade biológica, visando a salvaguarda e a valorização dos SIC do território continental, bem como da manutenção das espécies e habitats num estado de conservação favorável nas áreas em causa, identificando as espécies e habitats de gestão prioritária em cada sítio e estabelecendo as orientações para:

- A gestão territorial nos sítios da lista nacional de sítios, nos sítios de importância comunitária, nas ZEC e nas ZPE;
- As medidas referentes à conservação das espécies da fauna, flora e habitats.

No âmbito da Rede Natura 2000, o **PTCON0028 – Sítio de Importância Comunitária Gardunha**, foi criado pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 142/97, de 28 de agosto, tendo sido alterados os limites pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 135/2004, de 30 de setembro e elencado na lista publicitada na Portaria n.º 829/2007, de 1 de agosto. Este SIC, após a publicação do Decreto Regulamentar n.º 1/2020, de 16 de março, ficou constituído como zona especial de conservação (ZEC),

da Rede Natura 2000 da União Europeia, passando a designar-se por **PTCON0028 – Zona Especial de Conservação Serra da Gardunha**. A **PTCON0028 – Zona Especial de Conservação da Serra da Gardunha** totaliza 5.892 ha e abrange os concelhos de Castelo Branco (19%) e Fundão (81%).

Figura 5: PTCON0028 – Zona Especial de Conservação Serra da Gardunha



Fonte: NRV

Segundo a ficha de caracterização do Plano sectorial da Rede Natura 2000, "*a paisagem da Serra da Gardunha, com afloramentos e cristas de xisto e granito, possui uma forte componente de intervenção humana com uma matriz de áreas agrícolas, com especial destaque para as cerejas e florestas resinosas, conservando no entanto áreas ocupadas por formações naturais e seminaturais detentoras de uma significativa e valiosa diversidade biológica*."

No que respeita à **flora**, a vertente Norte caracteriza-se pela presença de habitats bem conservados de castinçais (*Castanea sativa*) (9260) e carvalhais de carvalho-roble ou alvarinho (*Quercus robur*) e carvalho-negral ou carvalho-pardo-das-beiras (*Quercus pyrenaica*) (9230), aos quais surge associada a abrótea (*Asphodelus bento-rainhae*), endemismo lusitano exclusivo deste sistema montanhoso. Na vertente Sul, ocorre uma grande variedade de matos, entre os quais urzais e urzais-estevais mediterrânicos não litorais (4030) e comunidades de montanha de caldoneira (*Echinospartum ibericum*) (4090), um endemismo ibérico.

Quanto à **fauna**, verifica-se a ocorrência das seguintes espécies, incluídas no Anexo II da Diretiva Habitats: *Lutra* (lontra) (1355), *Lacerta schreiberi* (lagarto-de-água) (1259), *Chioglossa lusitanica* (salamandra-lusitanica) (1172), *Chondrostoma polylepis* (boga), *Rutilus alburnoides* (Bordalo) e *Euphydrya aurinia* (lepidoptero). Verifica-se, além disso, a presença de diversas espécies incluídas no Anexo I da Diretiva 79/409/CEE (Diretiva Aves), como *Circus pygargus* (Tartaranhão-caçador), *Hieraaetus pennatus* (Águia-calçada), entre outras.

De seguida apresentam-se os habitats naturais e seminaturais, a flora e fauna, definidas ao abrigo do Decreto-Lei n.º 49/2005, de 24 de fevereiro, que lista no Anexo B-II as "*Espécies animais e vegetais de interesse comunitário cuja conservação exige a designação de Zonas Especiais de Conservação*", no Anexo B-IV lista as "*Espécies animais e vegetais de interesse comunitário que exigem uma proteção rigorosa*" e no Anexo B – V lista as "*Espécies animais e vegetais de interesse comunitário cuja captura ou colheira na natureza e exploração podem ser objeto de medidas de gestão*".

Quadro 6: Habitats naturais e seminaturais constantes do anexo B-I

4030	Charnecas secas europeias
4090	Charnecas oromediterrânicas endémicas com giestas espinhosas
6310	Montados de *Quercus* spp. de folha perene
91E0*	**Florestas aluviais de *Alnus glutinosa* e *Fraxinus excelsior* (*Alno-Padion, Alnion incanae, Salicion albae*)**
9230	Carvalhais galaico-portugueses de *Quercus robur* e *Quercus pyrenaica*
9260	Florestas de *Castanea sativa*
9330	Florestas de *Quercus suber*

A negrito: habitats prioritários

Fonte: http://www.icnf.pt

Quadro 7: Espécies da flora do anexo B-II e B-IV

CÓDIGO ESPÉCIE	ESPÉCIE	ANEXOS
1840	***Asphodelus bento-rainhae***	II, IV
1885	*Festuca elegans*	II, IV

A negrito: espécies prioritárias

Fonte: http://www.icnf.pt

Quadro 8: Espécies da fauna dos anexos B-II e/ou B-IV

CÓDIGO ESPÉCIE	ESPÉCIE	ANEXOS
1065	*Euphydryas aurinia*	II
1123	*Rutilus alburnoides*	II
1172	*Chioglossa lusitanica*	II, IV
1259	*Lacerta schreiberi*	II, IV
1355	*Lutra lutra*	II, IV

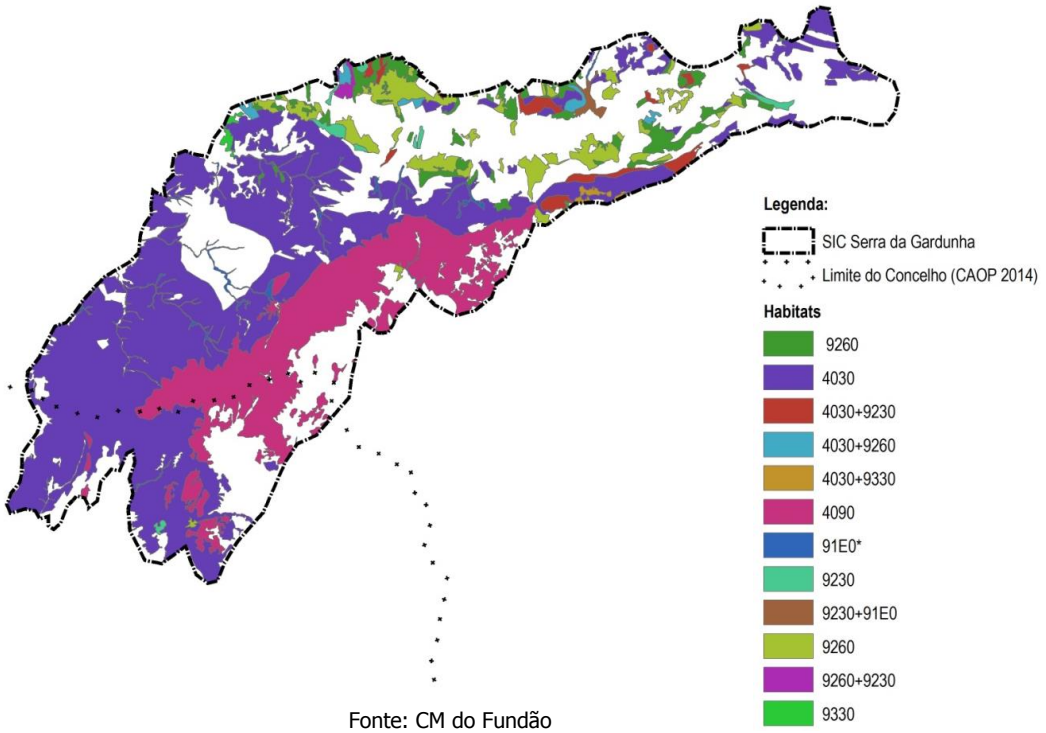
Fonte: http://www.icnf.pt

Quadro 9: Outras espécies dos anexos B-IV e B-V

	ESPÉCIE	ANEXOS
FLORA	*Narcissus bulbocodium*	V
	Narcissus triandrus	IV
	Ruscus aculeatus	V
	Teucrium salviastrum ssp. *salviastrum*	V
	Thymelaea broterana	IV
FAUNA	*Alytes cisternasii*	IV
	Alytes obstetricans	IV
	Bufo calamita	IV
	Discoglossus galganoi	IV
	Hyla arborea	IV
	Rana perezi	V
	Triturus marmoratus	IV
	Coronella austriaca	IV

Fonte: http://www.icnf.pt

Figura 6: ZEC Serra da Gardunha - Habitats



Fonte: CM do Fundão

Os fatores de ameaça para a ZEC Serra da Gardunha são os seguintes:

- Atividade agrícola, através da implantação de pomares, sobretudo de cerejeira;
- implantação de explorações florestais intensivas de resinosas (*Pinus pinaster*, etc.)
- Incêndios florestais;
- expansão de espécies invasoras;
- abertura ou alargamento de caminhos, estradas e aceiros.

As orientações de gestão para o Sítio da Gardunha são dirigidas prioritariamente para a abrótea (*Asphodelus bento-rainhae*), endemismo exclusivo deste sistema montanhoso, e do seu habitat característico constituído por carvalhal misto (de carvalho-negral e carvalho-roble) e por castinçais. É considerado fundamental a conservação e/ou recuperação das manchas de vegetação arbórea autóctone, bem como o condicionamento de atividades que conduzem à redução da área de distribuição da abrótea e da sua viabilidade. É também importante promover a sustentabilidade de atividades que favoreçam a conservação dos valores naturais do Sítio, incentivando os fruticultores a adotarem métodos ecológicos na gestão dos cerejais.

As orientações de gestão definidas para a ZEC Serra da Gardunha encontram-se em anexo, de acordo com o estabelecido na ficha de caracterização do Plano sectorial da Rede Natura 2000.

Interessa ainda referir que a Serra da Gardunha, após a publicação do Aviso n.º 6151/2014, de 16 de maio, retificado pelas Declarações de Retificação n.ºs 1050/2014, de 15 de outubro e 1288/2014, de 15 de dezembro, foi classificada como Paisagem Protegida Regional da Serra da Gardunha (PPRSG), integrada no âmbito da Rede Nacional de Áreas Protegidas (RNAP).

3.5 PLANO DE ORDENAMENTO DAS ALBUFEIRAS DE SANTA ÁGUEDA E PISCO

O Plano de Ordenamento das Albufeiras de Santa Águeda e Pisco (POASAP) foi aprovado pela Resolução de Conselho de Ministros n.º 107/2005, publicada no D.R. n.º 122, 1ª Série – B, de 28 de junho. A barragem de Santa Águeda apresenta como uso principal o abastecimento público da região Sul do Distrito de Castelo Branco (cerca de 61,8 % da população residente no concelho) com água potável e como complemento, o uso para rega de algumas explorações contíguas, encontrando-se classificada como albufeira de águas públicas protegidas. A proveniência de água é unicamente de águas superficiais.

O POASAP incide sobre o plano de água das albufeiras e respetiva zona de proteção com uma largura de 500 metros contada a partir do nível de pleno armazenamento, dos quais 385 metros correspondem à cota do nível de pleno armazenamento da albufeira de Santa Águeda. Na extremidade sudoeste da barragem foi delimitada uma área para a instalação de um regadio coletivo, parte integrante do Aproveitamento Hidroagrícola da Gardunha Sul – Bloco da Marateca.

De acordo com o previsto na Lei de Bases Gerais da Política Pública de Solos de Ordenamento do Território e de Urbanismo, aprovada pela Lei n.º 31/2014, de 30 de maio, conjugada com a dinâmica prevista no Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial, estabelecida pelo Decreto-Lei n.º 80/2015, de 14 de maio, na redação atual, a Câmara Municipal do Fundão procedeu à 4ª alteração do Plano Diretor Municipal, aprovada pela Declaração n.º69/2017, de 22 de agosto, para integrar as normas do POASAP, vinculativas dos particulares.

Neste sentido, o PDM do Fundão já integra as disposições regulamentares do POASAP, devendo este instrumento ser reconduzido a programa especial, considerando que neste momento continua a vigorar, mas deixou de vincular direta e imediatamente os particulares.

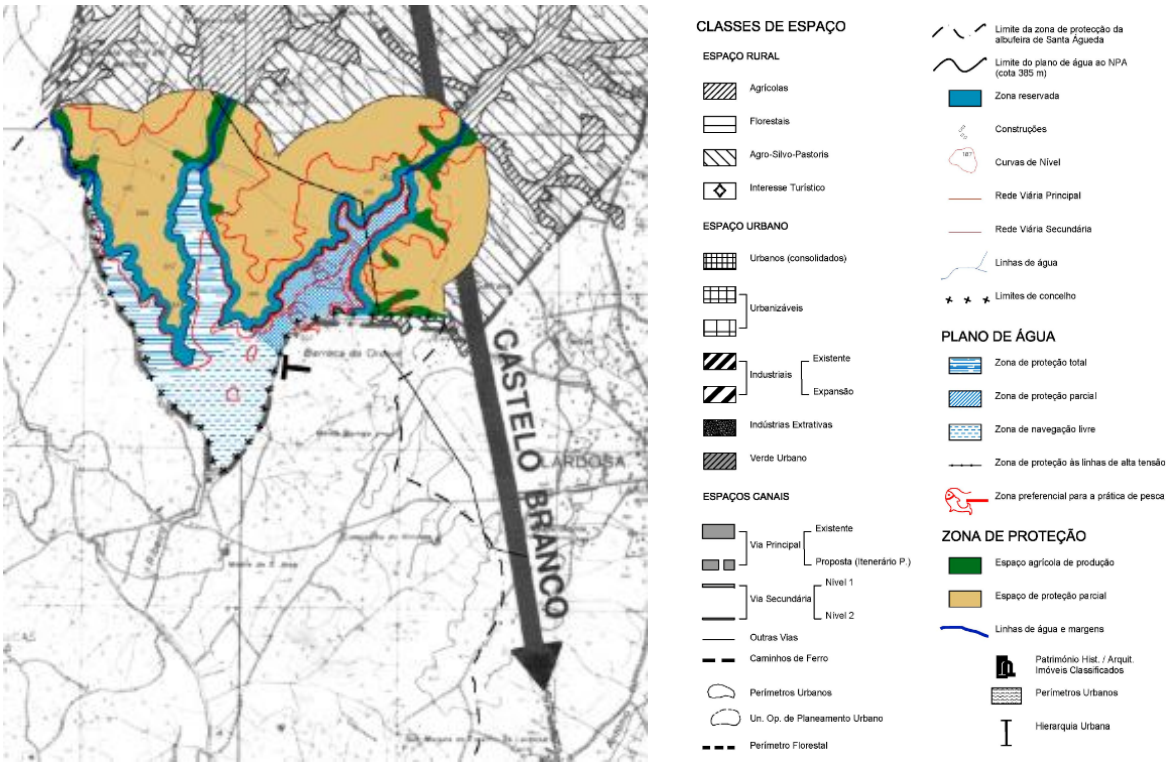
Apesar dos constrangimentos legais, apresenta-se de seguida uma breve explanação deste Plano.

O POASAP abrange para além do concelho do Fundão, o município de Castelo Branco. Para além dos objetivos gerais de qualquer Plano Especial de Ordenamento do Território, são objetivos específicos do POASAP:

- Estabelecer normas e regras de utilização do território que garantam a boa qualidade da água, visando garantir nomeadamente o abastecimento público aos concelhos e as atividades dependentes da albufeira;
- Definir capacidades de carga para a utilização do plano de água e zona envolvente, por forma a salvaguardar a defesa e qualidade dos recursos naturais;
- Aplicar as disposições legais e regulamentares vigentes, quer do ponto de vista da gestão dos recursos hídricos quer do ponto de vista do ordenamento do território;
- Garantir a articulação com planos e programas de interesse local, regional e nacional;
- Compatibilizar os diferentes usos e atividades, existentes ou futuros, com a proteção e valorização ambiental;
- Identificar no plano de água as áreas mais adequadas para a prática de atividades recreativas, prevendo as suas compatibilidades e complementaridades;
- Definir estratégias de modo a garantir o desenvolvimento sustentável da zona abrangida pelo POASAP.

O Plano institui, na sua área de intervenção, as seguintes classes e categorias de espaço, constantes da planta de síntese, à escala 1:25 000, e que já foram consagradas, no que se refere à zona terrestre e com os devidos ajustes, no PDM em vigor, conforme apresentada na Figura 7.

Figura 7: Planta de Ordenamento do PDM / alteração para integração do POASAP



Fonte: Declaração n.º 69/2017, de 22 de agosto

Contudo, a Planta de Síntese do POASAP, apresenta o seguinte zonamento:

Zona de proteção:	· Zona de respeito da barragem e dos órgãos de segurança e utilização da albufeira; · Espaço agrícola de produção - correspondem a áreas com características pedológicas e topográficas adequadas à atividade agrícola, nomeadamente as zonas de solos classificados como RAN; · Espaço de proteção total - corresponde às áreas que sob o ponto de vista da conservação da natureza se consideram de grande importância e, portanto, incompatíveis com algumas atividades de recreio e lazer; · Espaço de proteção parcial - correspondem aos espaços que sob o ponto de vista da conservação da natureza se consideram importantes, no entanto, podem compatibilizar-se com algumas atividades de recreio e lazer; · Espaço de recreio e lazer da albufeira de Santa Águeda - localiza-se junto ao vale da Vinha e corresponde a uma área com potencialidades para a instalação de diversos equipamentos de recreio e lazer, que deverão concentrar-se nesta área, dotada de boas acessibilidades e considerada de menor importância face às restantes áreas sob o ponto de vista da conservação da natureza; · Linhas de água e margens - correspondem a cursos de água importantes no contexto hidrológico e ecológico da área de intervenção do POASAP, com presença

	real ou potencial de povoamentos florestais de alto valor ecológico e paisagístico, pequenas matas de folhosas e galerias ripícolas.
Plano de água:	· Zona de proteção da barragem e dos órgãos de segurança e utilização da albufeira - corresponde a uma faixa de 150 m para montante do coroamento da barragem, como forma de salvaguardar os órgãos da mesma e garantir a segurança de pessoas e bens na sua proximidade; · Zona de proteção total - é constituída por áreas cujas características ecológicas e dimensões do plano de água impedem a realização de ações suscetíveis de prejudicar a tranquilidade e as condições de abrigo, alimentação ou reprodução da fauna selvagem; · Zona de proteção parcial - é constituída por áreas de sensibilidade ecológica elevada, mas compatível com atividades de recreio e lazer; · Zona de navegação livre - é constituída por parte do plano de água da albufeira de Santa Águeda, que pelas suas características admite a prática de atividades de recreio e lazer; · Zona de proteção às linhas de alta tensão - correspondem a áreas com 50 m de largura para cada lado da projeção das linhas de alta tensão sobre o plano de água e constituem zona de proteção, a qual deve ser sinalizada no plano de água e nas margens da albufeira; · Zona de proteção às estruturas submersas - Consideram-se estruturas submersas os moinhos e capela que estão situados no leito da albufeira; · Zona preferencial para a prática de pesca - correspondem a áreas que, pelas suas aptidões naturais e acessibilidade, reúnem as melhores condições para a atividade piscatória recreativa; · Zona de instalação de pontões flutuantes ou embarcadouros - constituem áreas da margem da albufeira onde é permitida a acostagem e amarração de embarcações, devendo estar associadas a iniciativas de uso público.

As normas do POASAP encontram-se agora definidas no artigo 72º a 76º do capítulo VII "Albufeira de águas públicas de Santa Águeda" do regulamento do PDM do Fundão, considerando que as definidas pela Resolução de Conselho de Ministros n.º 107/2005, de 28 de junho, já não se encontram eficazes para a zona terrestre, por força do quadro legal em vigor.

3.6 PROGRAMA REGIONAL DE ORDENAMENTO FLORESTAL DO CENTRO INTERIOR (PROF CI).

O Programa Regional de Ordenamento Florestal do Centro Interior (PROF CI) foi aprovado pela Portaria n.º 55/2019, de 11 de fevereiro, alterada pela Declaração de Retificação n.º 17/2019, de 12 de abril.

Os programas regionais de ordenamento florestal (PROF) são instrumentos de política setorial de âmbito nacional, nos termos estabelecidos pela Lei n.º 31/2014, de 30 de maio, na sua redação atual, e desenvolvido pelo Decreto -Lei n.º 80/2015, de 15 de maio, na redação atual, que definem para os espaços florestais o quadro estratégico, as diretrizes de enquadramento e as normas específicas quanto ao uso, ocupação, utilização e ordenamento florestal, à escala regional, por forma a promover e garantir a produção de bens e serviços e o desenvolvimento sustentado destes espaços.

O PROF Centro Interior está alinhado com a visão definida pela Estratégia Nacional para as Florestas, adotando como referências os anos de 2030 e 2050 para as suas metas e objetivos, e assume os princípios da Lei de Bases da Política Florestal, bem como os princípios orientadores de um bom desempenho.

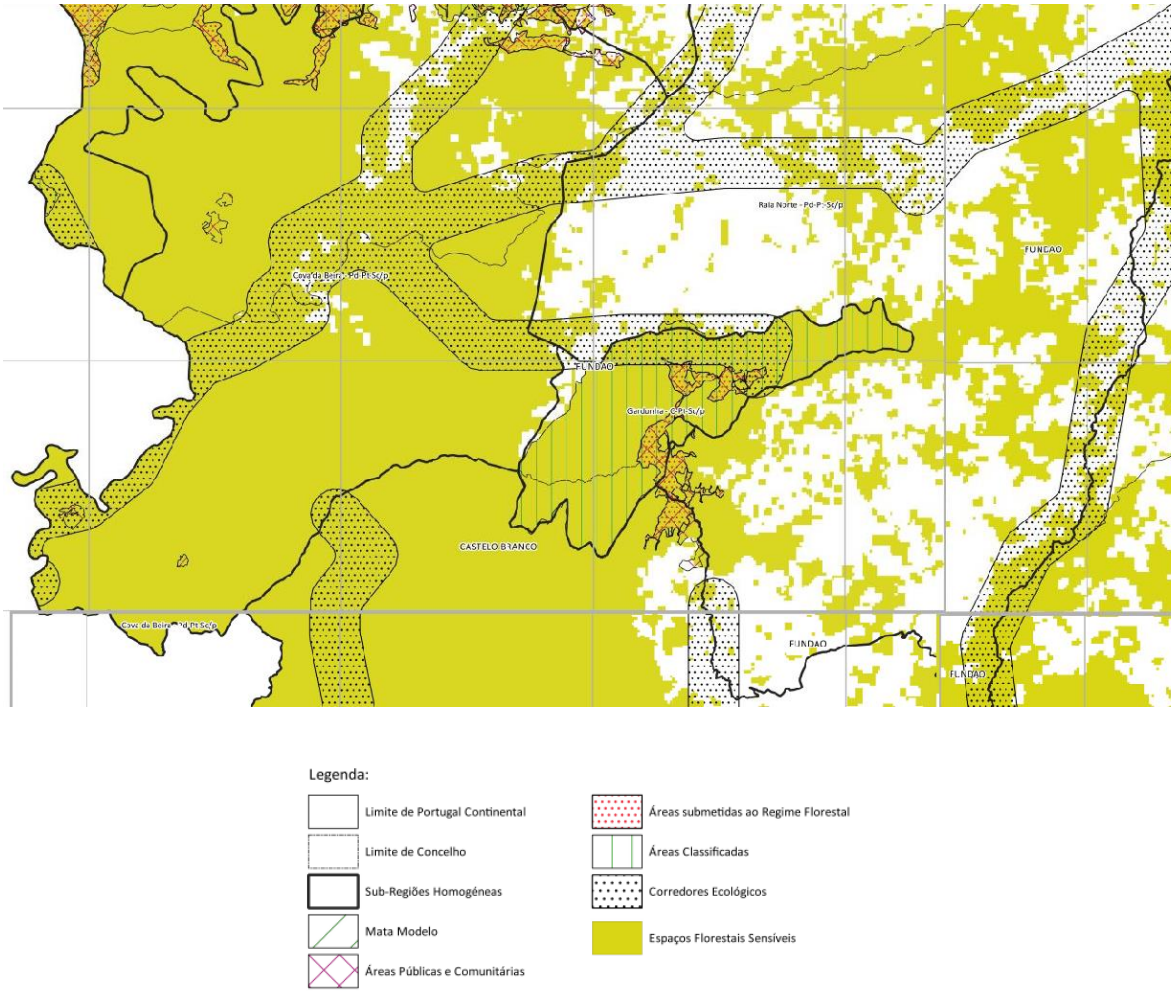
Trata-se de um instrumento de gestão de política sectorial que de acordo com o n.º 1 do art.º 3º do RJIGT, vinculam as entidades públicas e que devem ser, entretanto, vertidos nos instrumentos de gestão territorial (até janeiro 2021).

O PROF prossegue uma abordagem multifuncional, integrando as seguintes funções gerais dos espaços florestais: Produção; Proteção; Conservação de habitats, de espécies da fauna e da flora e de geomonumentos; Silvopastorícia, caça e pesca em águas interiores; e Recreio e valorização da paisagem.

Figura 8: Sub-regiões do PROF do Centro Interior no concelho do Fundão

Fonte: www.ICNF.pt

Figura 9: Extrato do Mapa síntese do PROF do Centro Interior para o concelho do Fundão



Fonte: PROF do Centro Interior, 2019

No PROF do Centro Interior o concelho do Fundão é abrangido por:

- 3 sub-regiões homogéneas: Cova da Beira, Raia Norte e Gardunha;
- espaços florestais sensíveis;
- área classificada da Serra da Gardunha;
- áreas submetidas ao regime florestal;
- corredores ecológicos.

Para cada sub-região, de acordo com o referido no nº1 dos Artigos 19 (Cova da Beira), 23 (Gardunha) e 25 (Raia Norte) afirma-se que "Nesta sub-região homogénea, com igual nível de prioridade visa-se a implementação e o desenvolvimento das seguintes funções gerais dos espaços florestais" (…).

Quadro 10: Funções principais das Sub-regiões do PROF do Centro Interior que abrangem o concelho do Fundão

Sub-região Homogénea	Funções gerais dos espaços florestais	Espécie a privilegiar	
		Grupo I	Grupo II
Cova da Beira	Produção Proteção Silvopastorícia, caça e pesca nas águas interiores	i) Aveleira (Corylus avellana); ii) Carvalho português (Quercus faginea); iii) Carvalho -alvarinho (Quercus robur); iv) Carvalho -negral (Quercus pyrenaica); v) Castanheiro (Castanea sativa); vi) Cerejeira -brava (Prunus avium); vii) Eucalipto (Eucalyptus globulus); viii) Lódão -bastardo (Celtis australis); ix) Medronheiro (Arbutus unedo); x) Nogueira -preta (Juglans nigra); xi) Pinheiro -bravo (Pinus pinaster); xii) Pinheiro -insigne (Pinus radiata); xiii) Pseudotsuga (Pseudotsuga menziesii); xiv) Sobreiro (Quercus suber);	i) Azevinho (Ilex aquifolium); ii) Azinheira (Quercus rotundifolia); iii) Carvalho -americano (Quercus rubra); iv) Cedro -do -Oregon (Chamaecyparis lawsoniana); v) Freixo (Fraxinus angustifolia); vi) Pinheiro larício (Pinus nigra); vii) Pinheiro silvestre (Pinus sylvestris); viii) Pinheiro -manso (Pinus pinea)
Gardunha	conservação de habitats, de espécies da fauna e da flora e de geomonumentos proteção silvopastorícia, da caça e da pesca nas águas interiores	i) Aveleira (Corylus avellana); ii) Azevinho (Ilex aquifolium); iii) Carvalho português (Quercus faginea); iv) Carvalho -alvarinho (Quercus robur); v) Carvalho -negral (Quercus pyrenaica); vi) Castanheiro (Castanea sativa); vii) Cerejeira -brava (Prunus avium); viii) Eucalipto (Eucalyptus globulus); ix) Lódão -bastardo (Celtis australis); x) Medronheiro (Arbutus unedo); xi) Nogueira -preta (Juglans nigra); xii) Pinheiro -bravo (Pinus pinaster); xiii) Pinheiro -insigne (Pinus radiata); xiv) Pseudotsuga (Pseudotsuga menziesii); xv) Sobreiro (Quercus suber).	i) Carvalho -americano (Quercus rubra); ii) Cedro -do -Oregon (Chamaecyparis lawsoniana); iii) Pinheiro larício (Pinus nigra); iv) Pinheiro silvestre (Pinus sylvestris).
Raia norte	Produção Proteção	i) Aveleira (Corylus avellana);	i) Azevinho (Ilex aquifolium); ii) Azinheira (Quercus rotundifolia);

Sub-região Homogénea	Funções gerais dos espaços florestais	Espécie a privilegiar	
		Grupo I	Grupo II
	Silvopastorícia, caça e pesca nas águas interiores	ii) Carvalho português (Quercus faginea); iii) Carvalho -alvarinho (Quercus robur); iv) Carvalho -negral (Quercus pyrenaica); v) Castanheiro (Castanea sativa); vi) Cerejeira -brava (Prunus avium); vii) Lódão -bastardo (Celtis australis); viii) Medronheiro (Arbutus unedo); ix) Nogueira -preta (Juglans nigra); x) Pinheiro -bravo (Pinus pinaster); xi) Pinheiro -insigne (Pinus radiata); xii) Pseudotsuga (Pseudotsuga menziesii); xiii) Sobreiro (Quercus suber);	iii) Carvalho -americano (Quercus rubra); iv) Cedro -do -Buçaco (Cupressus lusitanica); v) Cedro -do -Oregon (Chamaecyparis lawsoniana); vi) Choupos (Populus sp); vii) Eucalipto (Eucalyptus globulus); viii) Freixo (Fraxinus angustifolia); ix) Pinheiro larício (Pinus nigra); x) Pinheiro silvestre (Pinus sylvestris); xi) Pinheiro -manso (Pinus pinea).

Fonte: PROF Centro Interior

As áreas sujeitas a Regime florestal, enquadram um conjunto de disposições destinadas não só à criação, exploração e conservação da riqueza silvícola, sob o ponto de vista da economia nacional, mas também ao revestimento florestal dos terrenos cuja arborização seja de utilidade pública, e conveniente ou necessária para o bom regime das águas e defesa das várzeas, para a valorização das planícies áridas e benefício do clima, ou para a fixação e conservação do solo. Estas áreas ficam sujeitas à elaboração de planos de gestão florestal (PGF).

Por fim, os corredores ecológicos, definidos ao nível dos PROF constituem uma orientação macro e tendencial para a região em termos de médio/longo prazo, com o objetivo de favorecer o intercâmbio genético essencial para a manutenção da biodiversidade, incluindo uma adequada integração e desenvolvimento das atividades humanas. As intervenções florestais nos corredores ecológicos devem respeitar as normas de silvicultura e gestão para estes espaços, identificadas no Anexo I do PROF CI. Estes corredores devem ser objeto de tratamento específico no âmbito dos PGF e devem ainda contribuir para a definição da estrutura ecológica municipal no âmbito dos planos territoriais e devem ser compatibilizados com as redes regionais de defesa da floresta contra os incêndios.

Para efeitos de planeamento florestal local, o PROF Centro Interior estabelece que a dimensão mínima a partir da qual as explorações florestais privadas são sujeitas a plano de gestão florestal é de 25 hectares para o concelho do Fundão, à semelhança dos restantes municípios.

O concelho do Fundão inclui os Perímetros Florestais de Alcongosta e de Castelo Novo, bem como os baldios de Alcaide, Alpedrinha, Donas, Souto da Casa e de Vale de Prazeres. Estas áreas, de acordo com o PROF, devem ser sujeitas a Plano de Gestão Florestal (PGF).

A concretização destes objetivos é alcançada através da implementação de um conjunto de medidas de intervenção comuns para o Centro Interior e de medidas de intervenção específicas para cada uma das sub-regiões homogéneas.

No domínio da defesa da floresta contra incêndios o Plano identifica, demarca e procede ao planeamento próprio das zonas críticas. É na sequência das orientações dos PROF relativamente a esta temática que surge o Plano Municipal de Defesa da Floresta. Este Plano foi elaborado pela Câmara Municipal do Fundão e aprovado pela Comissão Municipal de Defesa da Floresta contra Incêndios e ICNF em 2017.

3.7 PLANO RODOVIÁRIO NACIONAL (PRN)

O Plano Rodoviário Nacional, vulgarmente conhecido por PRN2000, foi instituído pelo Decreto-Lei n.º 222/98, de 17 de julho, e alterado pela Declaração de Retificação nº 19-D/98 de 31 de outubro, pela Lei nº 98/99 de 26 de julho e pelo Decreto-Lei 182/2003 de 16 de agosto.

O PRN constitui o instrumento regulador das infraestruturas rodoviárias nacionais, otimizando as condições da ocupação do solo e do ordenamento do território, tendo sempre subjacente a minimização dos impactes ambientais, o interesse público e o das populações em particular.

O PRN permitiu dar resposta ao desenvolvimento socioeconómico verificado após a adesão de Portugal à União Europeia, prevê um total de cerca de 16 500 km dos quais cerca de 5000 foram incluídos numa nova categoria - Estradas Regionais, de interesse supra municipal e complementar à Rede Rodoviária Nacional, tinha subjacente que apenas se manteriam provisoriamente na responsabilidade da administração central, admitindo-se que transitariam para as futuras regiões, cujo processo, , não teve desenvolvimento.

Neste Plano incluiu-se uma rede nacional de autoestradas com cerca de 3 000 km correspondendo a cerca de metade da extensão da rede de Itinerários Principais (IP) e Complementares (IC).

A revisão do PDM do Fundão contempla a classificação da rede rodoviária definida no PRN e salvaguarda a servidão instituída pelo Estatuto das Estradas da Rede Rodoviária Nacional (EERRN), aprovado pela Lei n.º 34/2015, de 27 de abril.

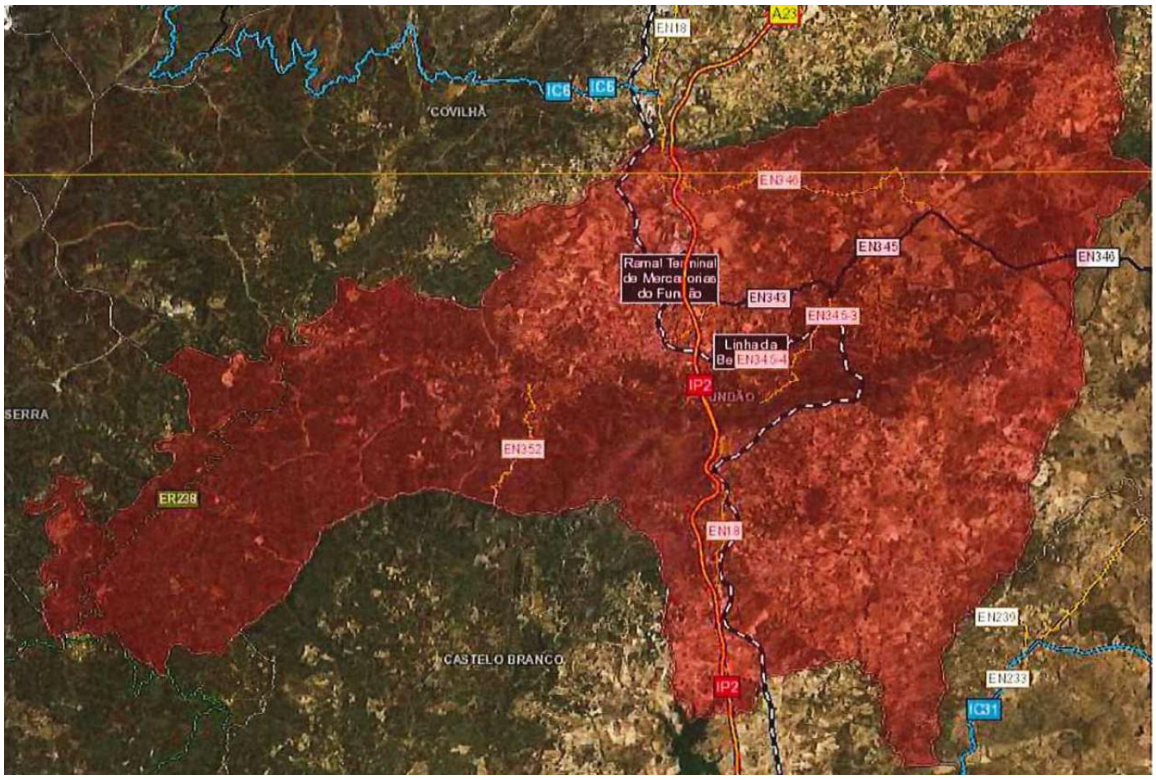
De acordo com o PRN em vigor (PRN 2000), a Rede Rodoviária existente, no concelho do Fundão, é constituída por Rede Rodoviária Nacional, Estradas Regionais e Estradas Nacionais Desclassificadas sob jurisdição da IP, designadamente:

- Rede Nacional Fundamental: Itinerário Principal (IP2/A23);
- Rede Nacional Complementar:
  - Estradas Nacionais (EN343, EN345 e EN346),

- Estradas Regionais e das Estradas Nacionais Desclassificadas:
  - Estradas Regionais (ER112 e ER238);
  - Estradas Nacionais Desclassificadas (EN18, EN18-6, EN343, EN345, EN345-3, EN345-4, EN346 e EN352).

As Estradas Regionais e as Estradas Nacionais Desclassificadas não fazem parte da Rede Nacional Complementar nem da Rede Rodoviária Nacional, mas sim das categorias das Estradas Regionais e das Estradas Nacionais Desclassificadas.

Figura 10: Estradas da Rede Rodoviária Nacional (RRN)



Fonte: Infraestruturas de Portugal

3.8 PLANO INTERMUNICIPAL DE ADAPTAÇÃO ÀS ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS (PIAAC CIMBSE)

O Plano Intermunicipal de adaptação às Alterações Climáticas (2019), promovido pela Comunidade Intermunicipal das Beiras e Serra da Estrela (CIMBSE), abrange a Serra da Estrela, Beira Interior Norte e Cova da Beira na qual se integram os concelhos de Almeida, Belmonte, Celorico da Beira, Covilhã, Figueira de Castelo Rodrigo, Fornos de Algodres, Fundão, Guarda, Gouveia, Manteigas, Meda, Pinhel, Sabugal, Seia e Trancoso.

"O presente plano procura estabelecer um roteiro estratégico que facilite a adaptação da região das Beiras e Serra da Estrela aos riscos climáticos assim como colocar as ameaças decorrentes dos riscos climáticos na agenda pública." (PIAAC)

Constitui-se assim, como um documento estratégico e orientador que se pretende que se venha a constituir como um quadro de referência para que os IGT concretizem nas suas diferentes áreas de intervenção, a estratégia de adaptação às alterações climáticas.

O PIAAC integra quatro objetivos principais:

- Informação e conhecimento – foca-se na necessidade de consolidar e desenvolver uma base científica e técnica sólida;
- Reduzir vulnerabilidades e aumentar a capacidade de resposta – pretende promover o trabalho de identificação, definição de prioridades e aplicação de medidas de adaptação;
- Participar, sensibilizar e divulgar – pretende promover o conhecimento sobre alterações climáticas e transmitir a necessidade de ação e maior participação na definição e aplicação do plano;
- Cooperar a nível internacional – pretende abordar as responsabilidades em matéria de cooperação internacional na área da adaptação às alterações climáticas.

Pretende ainda, dar resposta aos seguintes desafios:

- Integrar a adaptação às alterações climáticas em processos de planeamento e decisão de agentes locais e regionais;
- Sensibilizar os agentes locais;
- Aumentar a capacidade de incorporação de medidas de adaptação e mitigação nos seus instrumentos de planeamento locais;
- Assegurar que estratégias se adequam às especificidades territoriais;
- Garantir a participação ativa de diversos agentes nas diversas fases do desenvolvimento do plano.

No âmbito da contextualização/avaliação climática da Região que desenvolve o plano indica como expectáveis, as seguintes alterações climáticas:

- Diminuição da precipitação média anual
  - Diminuição da precipitação média anual
  - Diminuição da precipitação sazonal (diminuição nos meses da primavera e outono)
  - Secas mais frequentes e intensas
- Aumento da temperatura média anual, em especial das máximas
  - Subida da temperatura média anual e sazonal;
  - Dias muito quentes;

- Ondas de calor mais frequentes e intensas;

- Aumento dos fenómenos extremos
  - Sobretudo precipitação intensa em períodos de tempo curtos;
  - Ocorrência de tempestades de inverno mais intensas com chuva e vento forte.

Face a essa expectativa e com base na vulnerabilidade detetada para a região, o plano estabelece ainda que os riscos climáticos que apresentam um risco mais acentuado e preocupante para região são os relacionados com o aumento das temperaturas elevadas/ondas de calor/secas (com consequente aumento do risco e ocorrência de incêndios) e precipitação excessiva/intensa (com consequente aumento de cheias e inundações rápidas).

Identifica ainda um conjunto de medidas de mitigação e adaptação ás alterações climáticas e os instrumentos de apoio e fontes de financiamento necessárias para a implementação do PIAAC.

3.9 PLANO REGIONAL DE ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO DO CENTRO

A elaboração do Plano Regional de Ordenamento do Território do Centro (PROT Centro) foi determinada pela Resolução de Conselho de Ministros n.º 31/2006, de 23 de março. Aguarda-se ainda a publicação do Plano, tendo-se assumido a última versão do documento, de maio de 2011.

Apesar de constituir um instrumento de hierarquia superior, que pretende enquadrar a política de desenvolvimento territorial da região, o sucesso e a implementação do PROT encontram-se fortemente condicionados pela forma como se venham a desenvolver os PMOT, e em particular os PDM (e a gestão urbanística decorrente da sua aplicação). Do ponto de vista do PROT é fundamental que os planos municipais "*quantifiquem o uso e ocupação do território em termos de limites mínimos e máximos - entre os mínimos que viabilizam infraestruturas, equipamentos, funções centrais de polos urbanos e os máximos que não comprometem os recursos naturais disponíveis e mobilizáveis (designadamente o sistema ecológico metropolitano), nem sejam desajustados à procura real de espaços adaptados aos diversos usos e atividades.*".

Tratando-se o PROT de um plano bastante exaustivo e detalhado, do qual se faz em seguida apenas uma muito breve súmula, frisa-se que as suas orientações estarão sempre subjacentes ao desenvolvimento dos princípios e propostas de intervenção a apresentar no âmbito do processo de Revisão do PDM do Fundão, independentemente do facto de a elas se fazer referência ou não no presente documento.

Uma vez que o PROT Centro se encontra ainda em elaboração, é de realçar que a Proposta de Modelo Territorial, bem como as normas e diretrizes estabelecidas, são passíveis de sofrer alterações,

decorrentes, da necessidade de estabelecer consensos ou mesmo da eventual mutação da realidade em presença, ao longo do procedimento de elaboração do Plano.

A proposta do PROT Centro teve por base uma **visão estratégica** desenvolvida com base nas seguintes problemáticas:

- Enquadramento estratégico do QRE-Centro;
- Proposta de geoestratégia territorial;
- Valorizar estrategicamente os ativos específicos de internacionalização da Região;
- Viabilizar a transição sustentada na região para a Sociedade Inclusiva do Conhecimento;
- Visão estratégica territorialmente diferenciada para o mundo rural;
- Valorizar complementaridades e sinergias entre recursos turísticos suscetíveis de reconhecimento de procura;
- Valorizar os recursos culturais e patrimoniais como ativos específicos de afirmação;
- Valorizar o potencial de energias renováveis da Região como fator de diferenciação competitiva;
- Organizar e valorizar o potencial para o policentrismo;
- Potenciar a biodiversidade e as suas mais-valias ambientais;
- Implementar políticas de prevenção e mitigação de riscos;
- Uma estratégia para os territórios de baixa densidade.

A concretização desta visão para a Região é explicitada na Proposta de Modelo Territorial, através da territorialização das principais orientações estratégicas.

A construção do **Modelo Territorial** para a região Centro foi desenvolvida com a seguinte abordagem:

A. Texturas e estruturas do modelo territorial - análise do território com base numa reflexão em torno das texturas e estruturas territoriais, sendo que:

- a "textura" enfatiza os indicadores físicos associados às características naturais (relevo, rede hidrográfica, climas), de paisagem, dos principais usos agrícolas e florestais, e das áreas sujeitas a regimes de proteção ambiental e/ ou de perigosidade natural ou tecnológica, integrando ainda a análise as variáveis demográficas. Esta divide-se em: *"textura" biofísica* e *"textura" demográfica e de povoamento*.
- a "estrutura" aborda aspetos relacionados com as variáveis económicas (emprego), polaridades urbanas, infraestruturas arteriais de mobilidade e parâmetros de vulnerabilidade social e de

exposição ao risco. Esta divide-se em: *concentrações residenciais e de emprego e rede viária* e *nucleações urbanas, relações funcionais e redes*.

A este nível Fundão está localizado na Beira Interior, na sub-região da Cova da Beira, atravessado por um sistema estruturante de povoamento, associado ao atravessamento da A23/ IP2, no eixo Guarda, Covilhã/Fundão, Castelo Branco. A Cova da Beira é a unidade onde se verifica a maior difusão do povoamento fora dos aglomerados urbanos tradicionais.

B. Sistemas estruturantes do modelo territorial - constituem plataformas de integração de conhecimento consideradas necessárias para a formulação das representações síntese do modelo, que assentam em:

Sistemas produtivos

- Prospetiva económica e inovação – a estratégia alicerça-se em torno de 5 núcleos urbanos principais, Aveiro, Coimbra, Leiria, Viseu e do eixo urbano Guarda-Covilhã/Fundão-Castelo Branco, que estruturam três grupos territoriais distintos, mas complementares:

- Territórios com forte capacidade de produção e vocação, para disseminação de conhecimento e de novas tecnologias (Baixo Vouga, Baixo Mondego e Cova da Beira);
- Territórios com vocação para apropriação de conhecimento e de novas tecnologias (Pinhal Litoral, Dão-Lafões e o Eixo Interior);
- Territórios de baixa densidade cujas características requerem políticas públicas que reforcem a articulação com os principais núcleos de desenvolvimento.

Neste contexto, o PROT considera que as áreas de baixa densidade "*não possuem representatividade significativa em termos regionais, em nenhuma das principais fileiras económicas da região*" para além do potencial em termos turísticos, energéticos e florestal, devendo por isso assumir "*o desígnio estratégico de se estruturarem como palco para a articulação com os principais núcleos de desenvolvimento (principalmente no acesso a serviços) e para a amarração da estratégia de desenvolvimento regional, com particular realce para os centros urbanos que, embora de pequena dimensão, revelam potencial de amarração do território*".

É, contudo, reconhecida alguma dinâmica ao eixo Leiria/Pombal-Castelo Branco, que poderá vir a constituir-se como uma unidade experimental "para o desenvolvimento de ações integradas e implantação de projetos-piloto" com destaque para domínios como a floresta, energia, novas soluções de mobilidade e transportes públicos, telemedicina e formação em TIC.

O desenvolvimento da região Centro deve basear-se na articulação diferenciada dos papéis destes territórios partindo das suas especificidades. Fundão posiciona-se no Eixo da Beira Interior (Guarda

– Covilhã/Fundão – Castelo Branco), um eixo de desenvolvimento fundamental na estruturação e amarração das políticas de desenvolvimento territorial do interior da Região Centro.

Fundão carece assim de uma política que estruture e articule as políticas de desenvolvimento territorial do interior da Região Centro, com capacidade para apostar na criação de conhecimento e de formação superior. Acresce, ainda, o potencial de crescimento e desenvolvimento de serviços e cuidados de saúde. O Eixo Interior deverá procurar aumentar a capacidade relacional dos seus elementos de C&T e destes com as empresas e, simultaneamente, estimular a cooperação com os principais polos regionais de produção de conhecimento e de desenvolvimento de novas tecnologias.

Desenvolvimento rural e atividades agroflorestais – numa perspetiva global, o espaço agrícola ou florestal deve ser classificado em três grandes grupos: produção agrícola, produção florestal e outras áreas parcialmente ocupadas com atividades não direcionadas para o mercado, sendo que estas últimas devem classificar-se consoante a principal vertente da sua utilização dominante – produção florestal, reserva ambiental e conservação da natureza (floresta de conservação e proteção ou outros espaços naturais), e outras atividades territoriais (caça, pesca, iniciativas desportivas e ambientais, turismo, entre outras). A valorização da produção agrícola e florestal obriga a passar da perspetiva de uma agricultura indiferenciada para a noção de produto-marca-território, criando assim espaços agrícolas competitivos e que contribuam para o desenvolvimento rural.

A este nível Fundão integra-se na "Área Agrícola e Florestal da Cova da Beira", onde assume grande importância a fruticultura, a vinha, a produção pecuária, principalmente a exploração de pequenos ruminantes, abrange a maioria do Aproveitamento Hidroagrícola da Cova da Beira. Entre os produtos de qualidade reconhecida destacam-se a Maçã da Cova da Beira (IGP), a Cereja e o Pêssego da Cova da Beira (IGP) e ainda o vinho Beira Interior (DOC).

Turismo – a proposta de modelo territorial para o desenvolvimento turístico da Região Centro assenta num conjunto de pressupostos orientadores, que importa explicitar para compreender o alcance do modelo proposto:

- A transversalidade do desenvolvimento turístico e a sua transformação como instrumento de reconversão produtiva e socioeconómica de territórios em perda demográfica e produtiva requer: i) a existência de fatores de atratividade e de competências de gestão; ii) a definição rigorosa de segmentos de mercado; iii) a garantia de condições de acessibilidade e mobilidade; iv) a consolidação de produtos turísticos suscetíveis de assegurar a sustentabilidade dos fatores de atratividade; v) a disseminação de práticas de hospitalidade entre a população local;
- Os efeitos multiplicadores de rendimento e de emprego que tendem a alargar a influência da atividade turística, para além dos espaços que apresentam fatores de atratividade, devem ser tidos em conta;

- O reforço da capacidade empresarial no setor é fundamental, assim como assegurar a essa capacidade empresarial uma maior intervenção no desenho de estratégias de organização de oferta, de valorização de recursos e de captação de mercados.

O PROT Centro reforça a criação e consolidação de rotas regionais e o desenvolvimento de atividades de animação, que associem o recreio e o lazer com o património cultural e ambiental (natural), como forma de potenciar os produtos estratégicos definidos no Plano Estratégico Nacional do Turismo (PENT).

Na perspetiva de turismo multitemático e em função da qualidade dos produtos turísticos regionais, o modelo territorial de desenvolvimento do PROT-C evolui em torno de quatro áreas de ordenamento da atividade turística, onde se podem criar sinergias e integrar recursos e produtos turísticos: Centro Litoral, Dão-Lafões, Pinhal e Beira Interior[2]. Relativamente ao território concelhio destaque para a presença da Serra da Gardunha e da Aldeia Histórica de Castelo Novo, enquanto destinos turísticos, onde se pretende promover o desenvolvimento turístico.

Património Cultural - constitui um importante recurso de afirmação e desenvolvimento do território da Região Centro, sendo um eixo estruturante da memória coletiva que é, por isso mesmo, urgente promover a qualificação das condições do seu conhecimento, estudo e valorização, bem como formas que fomentem a sua proteção e divulgação. O desenvolvimento urbano e rural deverá ter em conta esta realidade, estabelecendo políticas e estratégias de desenvolvimento que ampliem as suas potencialidades, enquanto elemento de elevada relevância económica. De facto, é a especificidade do património local, composto por bens materiais e imateriais, que permite ao mesmo tempo a diferenciação e diversificação dos destinos turísticos, incrementando a competitividade do turismo regional e nacional. O território concelhio regista diversos exemplares interessante de património edificado, cultural, natural e arqueológico, encontrando-se alguns classificados e outros em vias de classificação.

Sistema urbano

As apostas estratégicas e a construção do modelo territorial baseiam-se num conjunto de fundamentos que devem constituir-se como referencial para o desenvolvimento do Sistema Urbano da Região Centro:

- O sistema urbano está polarizado por um pequeno núcleo de cidades. Em torno de cada cidade há um território onde gravitam outras aglomerações urbanas e espaços rurais,

[2] A Proposta de PROT-C não está em vigor sendo certo que, a Resolução do Conselho de Ministros n.º 177/2021, de 17 de dezembro determina a elaboração do Programa Regional de Ordenamento do Território do Centro inexistindo, contudo, à presente data, documentos a ter em consideração na presente revisão do PDM.

definindo territórios polarizados, que se organizam em torno de mobilidades para o trabalho e usufruto de comércio e serviços estruturando subsistemas urbanos;

- Os subsistemas urbanos não são estruturas fechadas, mas espaços de articulação de geometria variável, havendo um potencial de concertação estratégica regional e com as regiões adjacentes que deve ser dinamizado;
- Os subsistemas urbanos lideram as redes de internacionalização regional. Dominantemente organizadas a partir da base económica e das redes de conhecimento (redes tecnológicas e de investigação e formação avançada);
- Os subsistemas urbanos estabelecem um contexto apropriado para conceber projetos estruturantes, para consolidar estratégias concertadas e para contratualizar as diferentes realizações sectoriais.

O subsistema urbano da Beira Interior desenvolve-se em torno do corredor do IP2/A23, abrangendo as aglomerações da Guarda, Belmonte, Covilhã/Fundão e Castelo Branco, que polarizam os territórios de baixa densidade envolventes. Um eixo marcado por atividades industriais tradicionais, como o têxtil e os lacticínios, embora apresente atualmente uma estrutura funcional diversificada, com especial relevância para a vocação turística ligada sobretudo ao sistema montanhoso Serra da Estrela - Serra da Gardunha e aos valores patrimoniais existentes. Desatacando-se o município do Fundão pela produção local de excelência como a cereja

Sistema de acessibilidades e transportes

As opções estratégicas de atuação sobre o sistema de transportes e logística da região procuram responder às necessidades de reorientação do atual modelo territorial que passam por:

- Consolidar a rede de infraestruturas de transporte e logística de suporte à afirmação externa dos principais sistemas urbanos regionais;
- Concluir a rede básica de infraestruturas de transporte de suporte à melhoria da acessibilidade intrarregional;
- Reorganizar a oferta de serviços de transporte público de âmbito sub-regional e local de modo a ganhar eficácia e eficiência das necessidades de mobilidade da população.

Em termos de consolidação e otimização, o modelo territorial preconizado pelo PROT-Centro assenta em quatro corredores estruturantes (Corredor do Litoral; Corredor do Interior (incluindo IC31); Corredor Aveiro-Vilar Formoso; Corredor Figueira da Foz-Castro Daire), todos eles de cariz rodoferroviário, os quais devem desempenhar um papel fundamental na realização do potencial de

desenvolvimento e internacionalização da base económica regional e, inclusivamente, na própria conectividade entre os principais sistemas urbanos da Região[3].

Em matéria de construção e qualificação, o modelo territorial preconizado pelo PROTC define quatro Eixos Prioritários de Coesão (Tomar/ Coimbra - IC3[4]; Covilhã/ Coimbra - IC6; Oliveira do Hospital/ Fornos de Algodres (Guarda) - IC7; Castelo Branco/ Pombal - IC8; Covilhã/ Viseu - IC6-IC7-IC37), todos eles de cariz rodoviário, os quais se revelam absolutamente necessários para mitigar os défices de integração espacial, económica e social que ainda se verificam em vastas parcelas do território regional. A materialização dos Eixos Prioritários de Coesão deverá assentar na concretização dos Itinerários Complementares previstos no âmbito do Plano Rodoviário Nacional, admitindo otimizações no traçado aí sugerido por este instrumento que contribuam para a racionalização dos custos de construção e para a minimização de impactes ambientais

Referência ainda para a via-férrea que assume na estratégia de acessibilidades e transportes da região um papel relevante na criação de condições de mobilidade intrarregião e da sua articulação com o exterior. As opções fundamentais passam por: maximizar as condições de ancoragem do TGV na região; por minimizar impactes ambientais do atravessamento do cordão litoral pelo traçado do TGV; eletrificar a Linha da Beira Baixa; reforçar as condições e modelo de funcionamento da Linha da Beira Alta; entre outras.

Neste âmbito, Fundão é atravessado pelo corredor estruturante, do IP2/A23 e via-férrea da Beira Baixa, que permitem uma melhor acessibilidade ao concelho.

Sistema de Proteção e Valorização Ambiental

A região Centro integra um importante conjunto de áreas de elevado valor ecológico/ambiental/hidrológico, apresentando, contudo, fatores de degradação e poluição ambiental que afetam de forma significativa os recursos e valores naturais.

A Estrutura Regional de Proteção e Valorização Ambiental (ERPVA) é parte integrante do modelo territorial e consiste no conjunto de áreas com valores naturais e sistemas fundamentais para a proteção e valorização ambiental, tanto na ótica do suporte à vida natural como às atividades humanas. É, no essencial, constituída por áreas nucleares, nas quais se integram as áreas classificadas (Áreas Protegidas, ZPE eZEC, etc.) e outras áreas sensíveis (povoamentos de folhosas autóctones, zonas húmidas, sistemas dunares e arribas costeiras, entre outras) e corredores

[3] A Proposta de PROT-C não está em vigor sendo certo que, a Resolução do Conselho de Ministros n.º 177/2021, de 17 de dezembro determina a elaboração do Programa Regional de Ordenamento do Território do Centro inexistindo, contudo, à presente data, documentos a ter em consideração na presente revisão do PDM.

[4] Transformando-se, em Coimbra, como variante sul-nascente (ou seja, o PRN deve contemplar à volta de Coimbra uma Circular Regional Envolvente de Coimbra).

ecológicos, classificados em estruturantes (linhas de água principais e zona costeira) e secundários (corredores ecológicos dos PROF).

A implementação do modelo territorial deverá também ser acompanhada da promoção de um vasto conjunto de medidas específicas, de entre as quais se destacam:

- Dar prioridade à construção de infraestruturas ligadas ao saneamento e ao tratamento de águas residuais nas áreas identificadas como problemáticas/conflituosas;
- Salvaguardar as áreas onde a qualidade da água é superior impedindo assim a sua contaminação;
- Perceber a paisagem como um recurso de suporte da atividade do homem, promotor da qualidade de vida das populações e do desenvolvimento;
- Reconhecer e inverter a descaracterização e degradação da paisagem, proporcionada pela extração de recursos não ordenada, escombreiras, escavações, lixeiras, vazadouros, desenho e manutenção desadequada das estradas municipais e caminhos vicinais, cursos de água descontínuos e degradados;
- Reconhecer e inverter os padrões de paisagem pobres, resultantes da ineficiência no ordenamento das matas de suporte e florestas de produção; do espaço agrícola desordenado e sebes de compartimentação descontinuadas; do uso ineficiente dos solos agrícolas; do crescimento desordenado dos perímetros urbanos e urbanização difusa ao longo das vias de comunicação, resultando na perda de unidade dos aglomerados;
- Aceitar e aproveitar as oportunidades referentes às paisagens, como o valor da identidade das suas várias unidades, que é elementar para a sustentabilidade dos povoamentos; a diversidade e qualidade; o valor cénico das paisagens ordenadas; a valorização da paisagem como fator de melhoria da qualidade do ambiente, do nível de vida e das condições de vida das populações, promovendo o desenvolvimento do recreio, da saúde, da economia locais;
- Promover o ordenamento e organização das paisagens do centro do país, valorizando a sua diversidade;
- Desenvolver o turismo de natureza/interior;
- Promover na Serra da Malcata as espécies autóctones e a gestão florestal compatível com a conservação da biodiversidade, promover a reintrodução do lince e a recuperação do Habitat, inverter a tendência de despovoamento das áreas rurais e criar infraestruturas de apoio ao turismo (turismo em espaço rural, natureza);
- Promover a instalação/conservação da galeria ripícola, promover o tratamento das águas residuais antes do lançamento ao meio hídrico e promover condições que permitam a migração/circulação das espécies ao longo das linhas de água.

A ERPVA presente no concelho do Fundão é atravessada pelo corredor ecológico estruturante, correspondente à zona adjacente ao Zêzere, por corredores ecológicos secundários, relativos aos definidos no PROF do Centro Interior, e por uma zona de mais-valia ambiental de intervenção prioritária de nível 2, na área abrangida pela Zona Especial de Conservação (ZEC) Serra da Gardunha.

Sistema de riscos naturais e tecnológicos

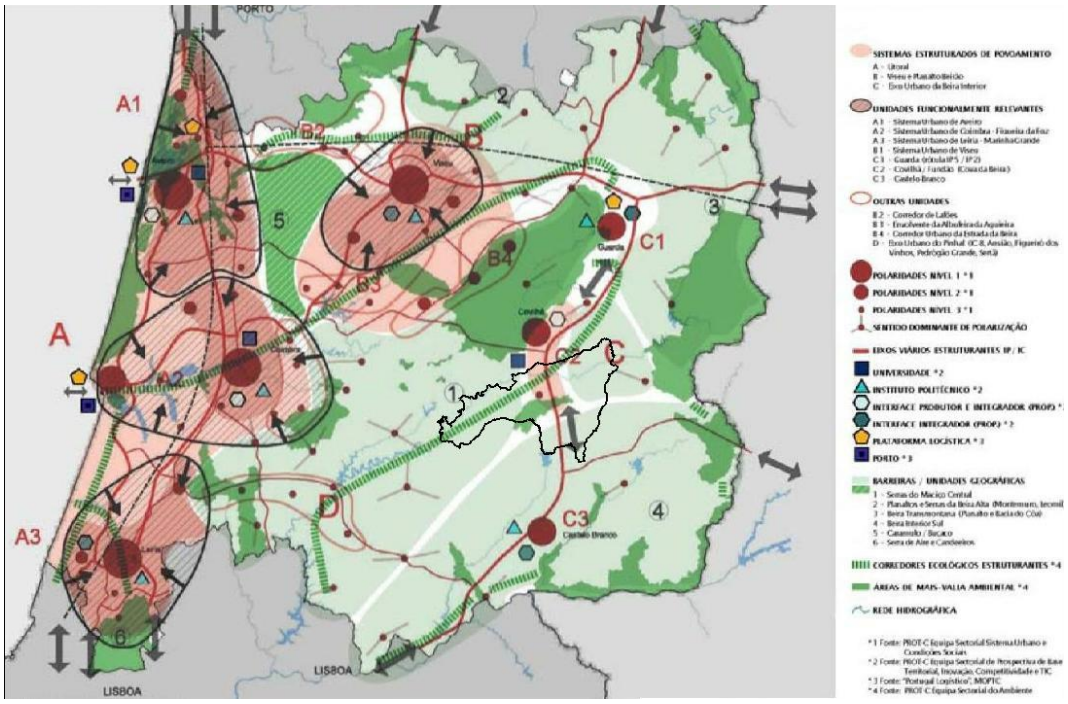
Foram identificados cinco espaços de risco (Litoral, interface Litoral/Interior, Alto Vouga e do Médio e Alto Mondego, Maciço Central e Beira Serra Sul e Raiano) que representam espaços de associação tipológica e de grau de incidência, com incidência na análise, gestão e operacionalização dos riscos. Fundão integra o Espaço Maciço Central e Beira Serra Sul, num espaço que apresenta uma elevada incidência dos processos climáticos e meteorológicos extremos, que determinam uma elevada suscetibilidade à seca, às ondas de calor e de frio, e a incêndios florestais.

Da observação da cartografia dos riscos do PROT Centro "Expressão territorial da perigosidade relacionada com os processos naturais e tecnológicos", Fundão encontra-se sujeito a alguns riscos, nomeadamente:

- Suscetibilidade a movimentos de massas de vertentes;
- Suscetibilidade a ondas de calor;
- Suscetibilidade à seca;
- Suscetibilidade a incêndios florestais;
- Suscetibilidade elevada ao transporte de mercadorias perigosas.

Da integração dos diversos sistemas apresentados resulta o Modelo Territorial do PROTC ilustrado na figura seguinte.

Figura 11: Modelo Territorial



Fonte: Proposta do PROT Centro - CCDR-C, maio 2011

A região Centro caracteriza-se pela sua diversidade de âmbitos geográficos e também por uma dicotomia litoral/ interior que, genericamente, é reconhecida por todos. Esta opõe as Terras Baixas do Litoral – grosso modo o Baixo Vouga, Baixo Mondego e Pinhal Litoral – às montanhas e planaltos da Cordilheira Central e das Beiras Alta e Baixa. Estas diferenças levam à necessidade de serem definidas **Unidades Territoriais** (UT), como espaços geográficos relevantes para a definição de políticas públicas de base territorial enquadráveis nos IGT e para a formulação de orientações estratégicas de suporte à territorialização de políticas não enquadráveis em IGT, que, ao nível sub-regional contribuem para a operacionalização dos objetivos contidos no PROT Centro.

As Unidades Territoriais definidas são: Centro Litoral; Dão-Lafões e Planalto Beirão; Beira Interior; e, Pinhal Interior e Serra da Estrela.

Fundão encontra-se na unidade **Beira Interior**, que se pode considerar dividida em três sub-regiões marcadas por características biofísicas diferenciadas, a Beira Interior Norte, a Beira Interior Sul (na qual se integra o território concelhio) e na Cova da Beira.

A rede urbana desta unidade é caracterizada por duas realidades distintas: por um lado a presença de uma "*armadura urbana de nível regional*" que integra as aglomerações da Guarda, eixo Covilhã/Fundão, e Castelo Branco, e por outro lado "*uma constelação de pequenos centros*", onde se regista uma tendência acentuada de quebra demográfica e envelhecimento.

Atendendo a estas assimetrias e à necessidade de consolidação de um modelo territorial de âmbito regional, destacam-se as seguintes prioridades de intervenção nesta unidade:

- O fecho das redes arteriais rodoviárias, procurando melhorar as ligações nacionais entre as principais cidades e polos económicos, e as ligações inter-regionais e transfronteiriças;
- O reforço funcional das principais cidades a par da fixação da rede de pequenos aglomerados;
- A gestão das políticas para a baixa densidade e para a rarefação, sobretudo em relação à rede de equipamentos e de serviços de proximidade;
- O reforço funcional das sedes de concelho, assegurando um "pacote mínimo" de funções, equipamentos e serviços;
- Possibilidade de trabalhar lógicas de fileira.

Atendendo ao Modelo Territorial e à definição das Unidades Territoriais, o PROTC estabelece um quadro orientador, que "*assume uma natureza indicativa e estratégica, propondo um modelo de organização e estruturação do território*". É neste sentido que o Plano enfatiza que "*as normas orientadoras do PROTC, embora não assuma uma natureza regulamentar, constituem orientações com incidência nos diferentes domínios do ordenamento territorial e urbano. Assim, os critérios de ordenamento e gestão territorial tendentes a estabelecer padrões de contenção, polaridade, mobilidade e sustentabilidade, têm em conta os diferentes modelos de afirmação da urbanidade na região, de forma a que as orientações e recomendações sejam incorporados nos PMOT que determinam em exclusivo o uso do solo*". Estas normas são subdivididas em:

- Normas gerais, que identificam os princípios gerais de enquadramento que consubstanciam a filosofia de regulação e de gestão territorial que suporta a proposta de modelo territorial;
- Normas específicas por domínio de intervenção, que definem o conjunto de orientações a respeitar pelas diferentes entidades públicas cuja intervenção é considerada necessária para a concretização do modelo territorial, com aplicação generalizada a todo a Região;
- Normas de base territorial, que sistematizam as orientações que devem preferencialmente aplicar-se nas diferentes Unidades Territoriais consignadas na proposta de modelo territorial;
- Orientações de Política sectorial, definidas para alguns domínios e consideradas necessárias para assegurar a viabilização da proposta de modelo territorial.

Na generalidade, e atendendo ao seu conteúdo, estas normas assumem particular relevância na definição do modelo de desenvolvimento e proposta de ordenamento a estabelecer no âmbito da revisão do PDM do Fundão, pelo que serão explanadas em maior detalhe na fase de proposta do Plano, sem prejuízo de poderem vir a ser referenciadas quando necessário ao longo do presente documento.

4. PLANOS MUNICIPAIS, COMPROMISSOS E PRETENSÕES

Neste capítulo pretende-se fazer uma síntese dos planos municipais eficazes, focando os seus principais objetivos e opções, procurando, desta forma, agilizar a articulação do PDM (na sua 1ª revisão) com os restantes Instrumentos de Gestão Territorial de âmbito municipal. As pretensões resultantes da prévia consulta pública são também objeto de análise no presente capítulo.

A informação disponível encontra-se sistematizada na peça desenhada n.º 02 – "*Planos, Compromissos e Pretensões*".

4.1 PLANOS E ESTUDOS NO CONCELHO DO FUNDÃO

Neste âmbito são analisados os planos e estudos de abrangência concelhia ou infra concelhia, nomeadamente Planos Municipais de Ordenamento do Território (PMOT), as Áreas de Reabilitação Urbana (ARU) aprovadas e outros Planos, que embora não se configurem como instrumentos de gestão territorial (ao abrigo do RJIGT), são de elaboração obrigatória ou recomendada, por via de legislação referente a domínios específicos, possuindo, inevitavelmente influência ao nível da definição do modelo de desenvolvimento concelhio. São também identificados os regulamentos municipais relacionados com esta temática, bem como os planos de aldeia desenvolvidos pela Câmara Municipal do Fundão.

Assim, no território concelhio, como PMOT, encontram-se **em vigor** o Plano Diretor Municipal do Fundão, cuja abordagem acompanha os elementos da revisão do PDM, no âmbito da " *Avaliação da Execução do PDM em Vigor*", bem como os seguintes instrumentos de gestão do território:

- Plano de Pormenor da Área Poente do Fundão;
- Plano de Pormenor da Zona Industrial de Silvares.

No âmbito da estratégia para a reabilitação urbana, encontram-se definidas 6 Áreas de Reabilitação Urbana (ARU) no concelho do Fundão (Alcaide, Alpedrinha, Barroca, Castelo Novo, Fundão e Janeiro de Cima), para as quais foram desenvolvidas operações de reabilitação urbana (ORU), com o princípio de preservar, revitalizar, requalificar e reabilitar estes núcleos, em perfeita articulação com o PDM.

São também de salientar o Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano (PEDU) desenvolvido para a ARU do Fundão, os Planos de Aldeia desenvolvidos para Alcaide, Alcongosta, Aldeia de Joanes, Aldeia Nova do Cabo, Capinha, Donas, Fatela, Souto da Casa Barroca e Janeiro de Cima, que assumem grande importância na reabilitação destes núcleos, e os regulamentos em vigor para a zona antiga do Fundão (Edital n.º 373/2016, de 27 de Abril de 2016), para a Vila de Alpedrinha e da Aldeia Histórica de Castelo Novo (Edital n.º 145/2013, de 7 de Fevereiro de 2013) e para as Aldeias do Xisto de Janeiro de Cima (Edital n.º 146/2013, 7 de Fevereiro de 2013) e de Barroca (Edital n.º 146/2013, de 7 de Fevereiro de 2013, alterado pelo Declaração de Retificação n.º 544/2016, 31 de Maio).

De âmbito municipal há ainda a referir o Plano Municipal de Defesa da Floresta contra Incêndios (PMDFCI - 2017) e o Plano Municipal de Emergência e Proteção Civil (PMEPC).

De seguida, faz-se uma análise mais pormenorizada das opções destes planos.

4.1.1 Plano de Pormenor da Área Poente do Fundão

Este Plano foi **aprovado** em Assembleia Municipal a 29 de setembro de 1990, tendo sido publicado no Diário da República n.º 244, II Série de 28 de maio de 1991.

A área de intervenção do PP situa-se no centro da Cidade, a Norte da avenida principal, e totaliza cerca de 42.07 ha. O Plano define uma estrutura urbana subdividida em três zonas, correspondendo, cada uma delas, ao faseamento da construção. O PP classifica a área de intervenção como sendo uma zona de expansão e de consolidação urbana, destinando os espaços essencialmente à função habitacional, comercial, administrativa e a equipamentos de apoio e a espaços verdes.

No entanto, e face à realidade social e urbanística da Cidade, este plano encontrava-se bastante desatualizado e inadequado nalgumas soluções pelo que, foi revogado conforme Aviso 1146/2022, de 18 de janeiro, publicado na 2.ª Série do Diário da República n.º 12.

4.1.2 Plano de Pormenor da Zona Industrial de Silvares

Aprovado no seguimento da publicação do Aviso n.º 13036/2014, de 21 de novembro, e alterado pelo Aviso n.º 1544/2018, de 1 de fevereiro, o Plano de Pormenor da Zona Industrial de Silvares totaliza uma área de19,8 ha e prevê a criação de 56 lotes destinados a indústria e armazenagem e 3 frações para comércio e serviços.

O Plano teve por objetivo programar a instalação de todas as redes de infraestruturas: viárias, ambientais e tecnológicas, garantindo a ocupação e a estruturação de uma área empresarial que incorpore a defesa dos princípios de ecoeficiência e de sustentabilidade ambiental, em todos os domínios.

A organização espacial do Plano compreende a conceção do espaço para atividades económicas, o desenho dos espaços públicos, dos espaços verdes e dos espaços livres e a definição do desenho urbano, com indicação dos usos e funções urbanas admitidas, das áreas dos lotes, das áreas máximas de implantação e de construção, do n.º de pisos e do n.º de lugares de estacionamento privado.

4.1.3 Áreas de Reabilitação Urbana, Regulamentos e Planos de Aldeia

No âmbito do ordenamento do território e tendo como prioridade preservar e realçar algumas freguesias do concelho pelas características arquitetónicas do edificado que integra o tecido urbano consolidado e

sua envolvente, foram elaborados planos estratégicos e planos de aldeia, para as seguintes freguesias: Fatela; Capinha, Aldeia Nova do Cabo, Aldeia de Joanes, Alcaide, Janeiro de Cima, Barroca, Alcongosta, Alpedrinha e Castelo Novo.

Sobrepõem se a estes planos as áreas de reabilitação urbana (ARU) já referenciadas que têm associados Regulamentos Municipais específicos, elaborado também para a zona antiga do Fundão.

No que se refere a Áreas de Reabilitação Urbana (ARU), há a referir as seguintes no concelho:

- ARU da cidade do Fundão, publicada no Edital n.º 372/2016, de 27 de abril, alterada pelo Aviso n.º17067/2020, de 26 de outubro;
- ARU da vila de Alpedrinha, publicada no Edital n.º226/2016, de 9 de março, alterada pelo Aviso n.º17067/2020, de 26 de outubro;
- ARU da aldeia histórica de Castelo Novo, publicada no Edital n.º 530/2018, de 24 de maio, alterada pelo Aviso n.º17067/2020, de 26 de outubro;
- ARU da Aldeia do Xisto da Barroca, publicada no Edital n.º 419/2016, de 16 de maio, alterada pela Declaração de Retificação n.º 544/2016, de 31 de maio, alterada pelo Aviso n.º17067/2020, de 26 de outubro;
- ARU da Aldeia do Xisto de Janeiro de Cima, publicada no Edital n.º 416/2016, de 13 de maio, alterada pelo Aviso n.º17067/2020, de 26 de outubro;
- ARU da aldeia do Alcaide, publicada Aviso n.º17067/2020, de 26 de outubro.

Com a publicação do Aviso n.º17067/2020, de 26 de outubro, que aprova as alterações/delimitações das Áreas de Reabilitação Urbana (ARU) do concelho do Fundão, foram aprovadas ase respetivas Operações de Reabilitação Urbana (ORU) do tipo Sistemática, orientadas pelo Programa Estratégico de Reabilitação Urbana da Área de Reabilitação Urbana (PERU), nos termos do n.º 1 e n.º 5 do artigo 17.º do Regime Jurídico da Reabilitação Urbana (RJRU), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 307/2009, de 23 de outubro, na sua redação atual.

Refiram-se ainda os seguintes regulamentos municipais aprovados, onde o Município tem como princípio preservar, revitalizar, requalificar e reabilitar estes núcleos, em perfeita articulação com o PDM:

- Regulamento da Vila de Alpedrinha e da Aldeia Histórica de Castelo Novo, publicado no Edital n.º145/2013, de 7 de fevereiro;
- Regulamento das Aldeias do Xisto (Barroca e Janeiro de Cima), publicado no Edital n.º146/2013, de 7 de fevereiro, alterado pela Declaração de Retificação n.º544/2016, de 31 de maio;
- Regulamento da Zona Antiga do Fundão, publicado no Edital n.º373/2016, de 27 de abril;

São também de salientar alguns estudos de âmbito estratégico, já concretizados, nomeadamente os **Planos de Aldeia** para Alcaide, Alcongosta, Aldeia de Joanes, Aldeia Nova do Cabo, Capinha, Donas, Fatela e Souto da Casa, apesar de não possuírem eficácia legal.

4.1.4 Plano Municipal de Defesa da Floresta contra Incêndios

Os PMDFCI são definidos pelo Decreto-Lei nº 124/2006, de 28 de junho como instrumentos que contêm medidas necessárias à defesa da floresta contra incêndios e, para além das medidas de prevenção, incluem a previsão e o planeamento integrado das intervenções das diferentes entidades envolvidas perante a eventual ocorrência de incêndios. Têm de ser elaborados de acordo com o Plano Nacional de Prevenção e Proteção da Floresta Contra Incêndios e com o respetivo Plano Regional de Ordenamento Florestal (o PROF-BIN, neste caso).

A elaboração do PMDFCI prevê através de atividades concretas melhorar os meios de prevenção, deteção e combate a incêndios florestais, assim como estabelecer propostas de planeamento e ordenamento das áreas florestais. Em suma, pretende-se com este documento dotar o município de um levantamento dos fatores mais relevantes para a prevenção e combate de fogos florestais assim, como lançar as bases para uma política municipal florestal, concertada com a realidade local preservando pessoas e bens do flagelo que são os incêndios florestais sem adiar a defesa dos recursos florestais.

O PMDFCI do Fundão foi aprovado em reunião de Comissão Municipal de Defesa da Floresta em 23 de Outubro de 2017, com vigência legal para o período 23/10/2017 ate 22/10/2022, e tem como objetivos:

- Reforço da rede de faixas de gestão de combustível das redes primária e secundária;
- Substituição gradual de povoamentos de resinosas por folhosas;
- Manutenção da equipa de sapadores florestais do Município;
- Investimento nas ações de sensibilização junto das populações e comunidade escolar;
- Manutenção e aumento da rede viária florestal;
- Manutenção e alargamento da rede de pontos de água.

O concelho do Fundão apresenta uma forte predisposição para a ocorrência de incêndios florestais, sendo que as freguesias urbanas e envolventes à sede do Concelho constituem as de menor risco de incêndio. Em suma, o concelho do Fundão pode definir-se como um Concelho de perigosidade de incêndio elevada, sendo o risco moderado em virtude da grande área agrícola.

No que se refere ao modelo de combustíveis florestais, o PMDFC do Fundão conclui que existem 3 tipos de combustíveis dominantes, o grupo arbustivo, áreas de mato denso, o grupo manta morta, folhada em bosque denso de coníferas ou folhosa, e o grupo herbáceo, composto por pasto fino, seco e baixo.

4.1.5 Plano Municipal de Emergência e Proteção Civil

O PMEPC é elaborado de acordo com a diretiva relativa aos critérios e norma técnicas para a elaboração e operacionalização de planos de emergência de proteção civil, publicadas na Resolução de Conselho de Ministros nº 25/2008, de 18 de julho, assim como, os critérios e normas técnicas emanadas pela Autoridade Nacional de Proteção Civil através do seu manual de apoio à elaboração e operacionalização de Planos de Emergência de Proteção Civil (setembro de 2008) e da Lei de Bases da Proteção Civil (Lei nº 27/2006, de 3 de julho, Alterada pela Lei Orgânica n.º 1/2011, de 30 de novembro e pela Lei n.º 80/2015, de 3 de agosto, que republica o diploma), que define os objetivos e princípios reguladores da atividade de proteção civil e estabelece as ações de coordenação, direção e execução das diferentes atividades.

O Plano Municipal de Emergência de Proteção Civil do concelho do Fundão, elaborado em 2012, é um instrumento de que o Serviço Municipal de Proteção Civil (SMPC) passa a dispor para o desencadeamento das operações de proteção civil com vista a possibilitar uma unidade de direção e controlo para a coordenação das ações a desenvolver e gestão de meios e recursos mobilizáveis, face a um acidente grave ou catástrofe, tendo em vista minimizar os prejuízos e perdas de vidas e assegurar, no mais curto espaço de tempo, o restabelecimento da normalidade. Atualmente encontra-se em processo de revisão, de modo a cumprir as novas diretivas legais, em direta articulação com a Associação de Municípios da Cova da Beira.

Os principais objetivos do PMEPC do Fundão são:

- Providenciar, através de uma resposta concertada, as condições e os meios indispensáveis à minimização dos efeitos adversos de um acidente grave ou catástrofe;
- Definir as orientações relativamente ao modo de atuação dos vários organismos, serviços e estruturas a empenhar em operações de proteção civil;
- Definir a unidade de direção, coordenação e comando das ações a desenvolver;
- Coordenar e sistematizar as ações de apoio, promovendo maior eficácia e rapidez de intervenção das entidades intervenientes;
- Inventariar os meios e recursos disponíveis para acorrer a um acidente grave ou catástrofe;
- Minimizar a perda de vidas ou bens, atenuar ou limitar os efeitos de acidentes graves ou catástrofes e restabelecer, o mais rapidamente possível, as condições mínimas de normalidade;
- Assegurar a criação de condições favoráveis ao empenhamento rápido, eficiente e coordenado de todos os meios e recursos disponíveis no concelho do Fundão, sempre que a gravidade e a dimensão das ocorrências o justifique;

- Habilitar as entidades envolvidas no plano a manterem o grau de preparação e de prontidão necessário à gestão de acidentes graves ou catástrofes;
- Promover a informação da população através de ações de sensibilização tendo em vista a sua preparação, a assunção de uma cultura de autoproteção e o entrosamento na estrutura de resposta à emergência.

É um Plano com uma grande vertente operacional, elaborado tendo em consideração os principais perigos, vulnerabilidades e riscos existentes no concelho do Fundão, nomeadamente:

Quadro 11: Riscos naturais, tecnológicos e mistos

Riscos Naturais	Riscos Tecnológicos	Riscos Mistos
Precipitação intensa	Acidentes Graves de Tráfego	Incêndios Florestais
Ciclones e tempestades	Acidentes Rodoviários	Acidentes de poluição
Ondas de calor	Acidentes Ferroviários	
Vagas de frio	Acidentes Aéreos	
Nevões e geada	Acidentes no transporte de mercadorias perigosas	
Cheias e inundações	Colapso de túneis, pontes e outras infraestruturas	
Secas	Rutura de Barragens	
Sismos	Acidentes em condutas de transporte de substância perigosas	
Movimentos de massa em vertentes	Acidentes em parques industriais	
	Acidentes em indústrias pirotécnicas e de explosivos	
	Acidentes em instalações de combustíveis	
	Emergências radiológicas	
	Incêndios em edifícios	
	Colapso de estruturas	

Fonte: Plano Municipal de Emergência de Proteção Civil do Fundão

No contexto da revisão do PDM o principal contributo do PMEPCF é ao nível da disponibilização de informação relativa à análise de riscos, uma vez que permitirá orientar a proposta de ordenamento do concelho no sentido de minimizar e disciplinar a ocupação de áreas de maior perigosidade de ocorrência de acidentes ou catástrofes, procurando assim diminuir o risco associado.

4.1.6 Plano Estratégico de Desenvolvimento Turístico

A elaboração do Plano Estratégico para o Desenvolvimento do Turismo do concelho, aprovado em 2003, revestiu-se de uma importância fulcral na definição de objetivos e estratégias que permitam ao concelho evidenciar-se no contexto Nacional, através da afirmação da sua identidade e da promoção das suas especificidades turísticas locais. Trata-se de um setor com um potencial indiscutível, mas ainda pouco expandido, situação que a implementação do Plano espera melhorar.

O *Plano Estratégico de Desenvolvimento do Turismo*, através da identificação crítica de recursos, de agentes e de projetos previstos, identificou um conjunto oportunidades e ameaças em 2013, e atualmente, considerando a atualização deste documento prevista, resultam nas seguintes:

Oportunidades	Ameaças
· Riqueza paisagística, patrimonial, cultural e Humana · Bom nível de conservação do património construído de algumas freguesias · Aposta no Turismo como vetor- chave de desenvolvimento · Existência de potencial para o desenvolvimento de um vasto leque de produtos turísticos · Boas acessibilidades · Aposta na valorização dos produtos locais · Potencialidades do concelho respondem às tendências da procura turística · Notoriedade do Concelho · Diversidade de Oferta Hoteleira do Concelho · Oferta Cultural anual diferenciadora · Plano anual de eventos desportivos · Crescente investimento do sector privado · Regadio da Cova da Beira como alavanca do agroturismo · Integração em redes turísticas regionais e nacionais como a Rede das Aldeias Históricas de Portugal, a Rede das Aldeias do Xisto, a Rede das Aldeias de Montanha, Turismo do Centro e CIM Beiras e Serra da Estrela · Casas Temáticas e Turismo Natureza · Investimentos em energias renováveis	· Descaracterização das " aldeias" · Perda de parte da herança cultural, nomeadamente artesanato · Aumento da concorrência de destinos similares · Problemas ao nível da acessibilidade de algumas infraestruturas turística · Desertificação/Despovoamento · Encerramento de serviços públicos · Custos de contexto, nomeadamente as portagens, preço dos combustíveis, entre outros · Abandono de artes e ofícios tradicionais, como a cestaria, esparto, construção de bombo, olaria, entre outros

Considerações gerais
· Grande disparidade entre as regiões este e oeste do Concelho, em termos de paisagem e estrutura da propriedade
· Algumas áreas do concelho fortemente descaracterizadas por força da "construção moderna"
· Possibilidade de aproveitamento de antigas minas para fins turísticos

Fonte: CMF

O plano aponta para a implementação de um conjunto de ações que têm como objetivo promover o setor turístico do concelho. Atualmente, verifica-se que muitas das ações foram implementadas e que outras terão que ser repensadas na atualização deste documento, face ao contexto atual.

4.1.7 Plano Estratégico para a Inovação do Município do Fundão

O Plano Estratégico para a Inovação do Município do Fundão (PEIMF), aprovado pelo Edital n.º 56/2015, publicado no Diário da República n.º 14, II Série de 21 de Janeiro, foi elaborado no seguimento da necessidade de inversão do processo de degradação do tecido económico do concelho e do

envelhecimento demográfico, exigindo soluções renovadas e inovadoras. A aposta de intervenção passa pela oferta de condições estruturais e de serviços dedicados ao empreendedorismo e iniciativa privada, que implica a construção de sinergias e plataformas de convergência que promovam oportunidades de desenvolvimento socioeconómico. Para tal foi criado o Living Lab Cova da Beira (LLCB), prevendo a criação de redes de cooperação territorial, fator fundamental para difundir lógicas inovadoras e integradas que proporcionem uma dinâmica de fluxos, com especial atenção à atração de investimento e à criação de um ambiente favorável ao desenvolvimento de empresas e respetivo potencial de criação de riqueza e emprego.

O Plano estabelece as normas gerais relativas às diversas valências que concretizam o conceito de Incubadora Urbana Polinucleada de Empresas e Negócios — Fundão (IUPEN), determina normas de desenvolvimento empresarial, relacionadas com atividades económicas consideradas de interesse para o Município.

A Incubadora Urbana Polinucleada de Empresas e Negócios — Fundão (IUPEN) possui um conjunto de infraestruturas/valências que a concretizam e materializam, nomeadamente:

1. **Incubadora Social e Empresarial "A Praça"**, integrando o espaço CoWork Fundão e o Fab Lab Aldeias do Xisto estão instaladas no edifício da Antiga Praça Municipal do Fundão, no Fundão, reabilitado e adaptado pelo Município do Fundão, para o efeito. A Incubadora Social e Empresarial A Praça e o espaço de Cowork Fundão podem vir a descentralizar as suas instalações no perímetro territorial do concelho do Fundão, caso se entenda necessário para o desenvolvimento de novos projetos.

   A valência Cowork Fundão é um espaço de partilha, entre profissionais de diversas áreas, com o objetivo de dividir conhecimentos, mantendo um ritmo de trabalho independente, criando sinergias entre profissionais de diversas áreas, que partilham o mesmo espaço físico, apesar de trabalharem em áreas diferentes e de forma independente.

   O Fab Lab Aldeias do Xisto constitui-se como uma valência integrada do Living Lab da Rede Internacional de FAB LAB´s, pertencem a uma rede global de laboratórios locais, oferecendo as condições ideais para fomentar o espírito de inovação e criatividade, ao disponibilizar o acesso a ferramentas para fabricação digital.

   O Município do Fundão, através desta valência, pretende apoiar pessoas singulares e ou coletivas no processo de desenvolvimento sustentado das suas ideias de negócios. O apoio abrange também as empresas de base tecnológica, serviços e inovação, designadamente nas áreas de robótica, tecnologia, produção biológica, entre outras atividades. É ainda objetivo da incubadora a promoção da interação entre o meio empresarial e as instituições de ensino e investigação e desenvolvimento, com vista a usufruir de vantagens, sinergias e complementaridade que daí decorre.

2. **Espaços de acolhimento de negócios e empresas** - No âmbito do Plano Estratégico para a Inovação e integrado no quadro de valências geradas da plataforma do Living Lab Cova Da Beira, designadamente no que respeita à implementação da Incubadora Urbana Polinucleada de Empresas e Negócios, o Município do Fundão, promove políticas de atração de investimento e estímulo ao desenvolvimento empresarial, visando o reforço da competitividade e produtividade das empresas, bem como de promoção da inovação e do empreendedorismo. Para alcançar estes objetivos o Município do Fundão dispõe de um conjunto de mecanismos que se consubstanciam em apoiar as iniciativas empresariais e contribuir para o desenvolvimento de novas oportunidades de negócio, nomeadamente:

   - Centro de Negócios e Serviços do Fundão, estão instalados no edifício do Pavilhão Multiusos, que sofreu obras de adaptação para esse efeito;
   - Nearshore "A Moagem", está instalada no edifício da Antiga Moagem do Fundão, atual Moagem — Cidade do Engenho e das Artes, em espaços adaptados para esse efeito;
   - Mercado Abastecedor da Cova da Beira (MACB) constituiu-se como uma Plataforma Logística, onde se concentram atividades de apoio, de comercialização e distribuição com capacidade para a atração de novos clientes, quer pela diversidade de oferta, quer pela criação e partilha de sinergias, rentabilidade e eficiência dos operadores instalados, encontra- -se localizado na Zona Industrial do Fundão.
   - Outros edifícios industriais ou comerciais
   - Bolsa Imóveis/Casa oficina - o município do Fundão disponibiliza um conjunto de mecanismos que se consubstanciam em apoiar as iniciativas empresariais e contribuir para o desenvolvimento de novas oportunidades de negócio estruturantes no concelho, designadamente através da disponibilização/facilitação de uma bolsa de imóveis para habitação dos colaboradores das empresas a instalar e de espaços de oficina e comércio desocupados, permitindo assim uma envolvente favorável com vista ao aumento da competitividade das empresas e outros investidores.

Desde o lançamento do Plano de Inovação, não foi construída nenhuma infraestrutura nova, tendo o Município optado por reabilitar edifícios devolutos ou subaproveitados no concelho para disponibilização aos investidores e empreendedores. Essa opção foi tomada considerando a aposta numa estratégia sustentável que visava, promover a reabilitação urbana e a fixação de empresas e pessoas no centro da cidade com dinamização da economia local.

Atualmente verifica-se um acréscimo considerável dos processos de reabilitação urbana promovidos por privados e um dinamismo crescente no centro da cidade com fixação de novos residentes. Com base nesses pressupostos de reabilitação e sustentabilidade, o Município desenvolveu as seguintes iniciativas necessárias ao sucesso da estratégia:

- **Criação de um Centro de Negócios e Serviços** através da refuncionalização de um antigo Pavilhão Multiusos com 15 anos de existência e pouca utilização, classificada em 2018 pela Comissão Europeia como o melhor projeto europeu desenvolvido com aplicação de fundos comunitários considerando o impacto na economia e o contributo para uma transição industrial inteligente, tendo sido atribuído ao Município do Fundão o galardão RegioStars 2018. Permitiu atrair 14 empresas de tecnologia, dinamizar um ecossistema e criar mais de 700 novos postos de trabalho qualificados na área do desenvolvimento de software.
- **Criação de uma Incubadora e Aceleradora de empresas pela ocupação de um antigo mercado devoluto e abandonado**, uma infraestrutura certificada para todos os programas de incubação e que foi recentemente classificada num estudo da Microsoft como um "hotspot" para a aceleração de empresas em Portugal. No edifício funcionam ainda um Fab Lab, um cowork e um ninho de associações e projetos de inovação social.
- **Criação de um Centro de Formação Avançada**, em parceria com o Instituto de Emprego e Formação Avançada, através da reabilitação de um antigo imóvel industrial abandonado, com vista ao desenvolvimento de ofertas formativas em articulação com o tecido empresarial local e regional, nomeadamente nos setores agroalimentar, têxtil, metalomecânica de precisão, TIC e biotecnologia.
- **Centro de Acolhimento de Empresas Tecnológicas** – CAET, permitirá a criação de mais de 900 postos de trabalho qualificado na cidade.
- **Reabilitação do Cineteatro** – cujas obras já estão a iniciar.
- **Reabilitação de espaços industriais** para reforço da capacidade e condições para instalação de empresas no concelho, face ao considerável aumento dos investimentos ao longo dos últimos anos.
- **Dinamização de um Centro de Biotecnologia de Plantas** tendo em vista a capacitação do sector agrícola e agroalimentar, a investigação em torno dos produtos endógenos, o desenvolvimento de novas fileiras de elevado valor acrescentado e a transferência de conhecimento.
- **Criação de um Centro de IoT Agrotech** através da refuncionalização de um antigo Seminário, colocando o imóvel ao dispor dos empreendedores e agentes económicos locais para desenvolvimento de soluções tecnológicas destinadas à valorização do sector primário e à resposta a problemas e desafios típicos dos territórios de baixa densidade.
- **Instalação de novas ideias de negócios** por via de aceleração de empresas da Incubadora para lojas na Zona Antiga do Fundão.

- **Refuncionalização de outros equipamentos municipais** para afetação ao acolhimento e desenvolvimento empresarial: Moagem, Casino, Mercado Abastecedor.

A estratégia tem como objetivo atrair e fixar empresas e pessoas no centro da cidade, promovendo a reabilitação urbana e a economia local e os indicadores demonstram a sua eficácia, ao nível do crescimento dos processos de reabilitação, do investimento realizado na ARU e da fixação de novos residentes.

Por fim, realça-se que a estratégia depara-se com dois desafios centrais: a carência de novos espaços de acolhimento empresarial para crescimento das empresas instaladas e fixação de novos investimentos, e a necessidade de reforçar iniciativas para a atração de talento de outras regiões e países para o Fundão. A proposta de revisão do PDM irá assim procurar colmatar estas carências.

4.1.8 Estratégia Local de Habitação do Fundão

No âmbito da Nova Geração de Políticas de Habitação (RCM n.º 50-A/2018, de2 de maio) e dos atuais instrumentos de política pública habitacional, o acesso ao Programa 1º Direito[5] (Programa de Apoio ao Acesso à Habitação) obriga à realização da **Estratégia Local de Habitacional** municipal.

O município do Fundão concluiu este documento em dezembro de 2020. Este, é um instrumento estratégico e que tem como **Missão** "garantir o acesso universal à habitação, contribuindo para o reforço da coesão, qualidade de vida e competitividade do concelho".

A Estratégia Local de habitação está estruturada em 5 patamares: i) Missão, ii) Visão; iii) Eixos Estruturantes; iv) Objetivos Estratégicos e; v) Medidas.

A **Visão** preconizada para o horizonte da ELH (2021-2026) é:

"Em 2027, o concelho do Fundão afirmar-se-á como uma referência no mercado habitacional inclusivo, promovendo um modelo de intervenção ativo, focado no ajustamento entre a oferta e a procura e no desenvolvimento urbano sustentável."

Configurando-se como uma estratégia global para o município, e não estritamente dirigida a responder às necessidades das populações mais vulneráveis, a ELH Fundão identifica 3 públicos-alvo distintos:

- **População em situação habitacional indigna**, que integra a população residente com fragilidades socioeconómicas e consequentemente mais vulnerável, sendo necessário assegurar respostas habitacionais inclusivas e dignificantes, nomeadamente ao abrigo do Programa 1º Direito;

5 Programa de apoio público à promoção de soluções habitacionais para pessoas que vivem em condições habitacionais indignas e que não dispõem de capacidade financeira para suportar o custo do acesso a uma habitação adequada) obriga à realização da Estratégia Local de Habitação (Artigo 2º do DL n.º37/2018, de 4/6).

- **População em geral**, que integra a população residente no município e que se pretende que se mantenham no concelho;
- **Novos residentes**, que integram dois subgrupos: i) trabalhadores que têm sido atraídos pelas oportunidades criadas por empresas crescentemente instaladas no município e que necessitam de recursos especializados e que, para além do emprego, pretendem encontrar casa no concelho e possivelmente trazer a família e constituir aqui o seu município; ii) população estrangeira que se identifica com as características do concelho e pretende aqui instalar-se.

Nesta medida, a ELH do Fundão, contemplando a crescente procura habitacional por parte destes diferentes grupos-alvo, preconiza a criação de um contexto urbano e social coeso e inclusivo que potencie o acesso a toda a população a uma resposta habitacional digna e adequada e a uma rede de equipamentos e serviços coletivos de qualidade, num ambiente urbano equilibrado e sustentável, ambicionando-se uma perspetiva integrada e multidimensional da habitação e da qualidade de vida, capaz de reter a população concelhia e atrair novos residentes.

Foram definidos **4 eixos estratégicos**, cada um dos quais com **2 objetivos estratégicos**:

Eixo 1 – Criação de respostas a situações de exclusão e carência habitacional e social

OE1 – Promover soluções habitacionais dignas e ajustadas às necessidades da população mais vulnerável, garantindo a melhoria das condições de alojamento

OE2 – Promover a inclusão social e a proteção da população mais fragilizada, apoiando iniciativas de base comunitária, a empregabilidade e o acesso a bens e serviços de suporte à qualidade de vida

Eixo 2 – Desenvolvimento urbano integrado e sustentável, promovendo a reabilitação urbana como âncora de ativação de um mercado habitacional inclusivo

OE3 – Incentivar e apoiar a regular manutenção do parque edificado assim como a sua reabilitação e adequada refuncionalização

OE4 – Valorizar modelos urbanísticos sustentáveis e promotores de inclusão, atraindo investimento e residentes para espaços urbanos consolidados e com redes de serviços de apoio de qualidade

Eixo 3 – Promoção de um mercado habitacional diversificado e de qualidade que potencie o acesso à habitação de toda a população

OE5 – Dinamizar o mercado de arrendamento a custos acessíveis contribuindo para taxas de esforço saudáveis dos agregados familiares

OE6 – Estimular o aumento da oferta habitacional e a regulação dos valores de mercado através do incentivo à construção de qualidade a custos adequados a diferentes perfis de população

Eixo 4 – Valorização da coesão territorial e reforço da habitação como fator de atratividade e competitividade do território

OE7 – Reforçar um modelo de desenvolvimento urbanístico e habitacional "sem idade" que contribua para a qualidade de vida da população sénior de todo o concelho

OE8 – Reforçar a comunicação interna e externa para a consolidação do posicionamento estratégico do território no mercado habitacional.

Para cada eixo foram definidas várias medidas, num total de 14, com concretização faseada ao longo de seis anos (2021-2026).

Quadro 12: Medidas por eixo estratégico da ELH do Fundão, 2021/2026

Eixo	Medidas
Eixo 1 - Criação de respostas a situações de exclusão e carência habitacional e social	1.Reforço do parque habitacional público para resolução das situações mapeadas de carência 2. Programa de apoio à inclusão habitacional e social da comunidade cigana 3. Programa de resposta habitacional e apoio à inclusão social de migrantes 4.Resolução de situações habitacionais indignas em domínio privado 5. Piquete de intervenção rápida-medida de apoio social 6.Programa de capacitação, mobilização e empoderamento social
Eixo 2 - Desenvolvimento urbano integrado e sustentável, promovendo a reabilitação urbana como âncora de ativação de um mercado habitacional inclusivo	7. Reconversão urbanística do núcleo degradado das Quintãs 8. Apoio à reabilitação urbana e ao reforço da oferta habitacional 9. Reforço e adaptação de serviços públicos de proximidade 10. Elaboração da Carta Municipal de Habitação
Eixo 3 - Promoção de um mercado habitacional diversificado e de qualidade que potencie o acesso à habitação de toda a população	11. Bolsa municipal de habitação 12. Iniciativas locais de estímulo ao arrendamento acessível
Eixo 4 - Valorização da coesão territorial e reforço da habitação como fator de atratividade e competitividade do território	13. Programa territórios sem idade 14. Marketing territorial e captação/qualificação de investimento no domínio da habitação

Fonte: Estratégia Local de Habitação do Fundão, dezembro 2020

4.2 COMPROMISSOS E INTENÇÕES

Além dos Planos e estudos referidos, aprovados ou em elaboração, identificados na respetiva peça desenhada, existem uma série de outros projetos, quer camarárias, quer de outros atores, que interessam destacar, a maioria previstos no âmbito do Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano (PEDU), nomeadamente:

- Implementação de ciclovias:
  - Ciclovia - Ligação Rua cidade da Covilhã - Zonas Comerciais;
  - Ciclovia Fundão/ Covilhã;
  - Ciclovia Fundão Centro - Zona Antiga;

- Ciclovia Fundão - áreas periurbanas + Via pedonal - Instalação de Parques de bicicletas, estações de serviço para bicicletas autorrecarregáveis e estações intermodais - Desenvolvimento de Suportes de comunicação e sinalética inteligente;

- Reabilitação de edifícios e de espaços públicos:
  - Reabilitação do Antigo colégio Santo António para acolher a design factory;
  - Reabilitação de espaços comerciais e industriais devolutos e/ou em mau estado de conservação no âmbito da Requalificação de parque comercial e industrial privado / Reabilitação do parque habitacional e criação de uma Bolsa de casas para arrendamento - habitações devolutas e /ou em mau estado de conservação, de iniciativa privada; em curso:
  - Reabilitação de loja devoluta no âmbito do Projeto «home for you – casa inteligente - CSI
  - Reabilitação de edifício da Antiga IFAL;
  - Reabilitação de edifício industrial Antiga Cartel;
  - Reabilitação do edifício da Camara Municipal;
  - Requalificação da Rua das Quintãs (reabilitação de edifício habitacional, demolição de 2 edifícios para beneficiação de circular semi-externa da cidade) - R. Aurélio Pinto;
  - Reabilitação do Hospital Velho;
  - Reabilitação de edifícios antigas pensões e comércio devoluto para adaptação a Residência polinucleada de Estudantes.
- Requalificação de espaços públicos:
  - Requalificação do eixo Rua Luís Magalhães/Rua Adolfo Portela/Zonas adjacentes;
  - Reabilitação do espaço da antiga estação rodoviária e adaptação a zona verde;
  - Reabilitação dos Espaços envolventes à Zona do Mercado;
  - Requalificação da Avenida da Liberdade;
  - Requalificação da Praça do Município e artérias adjacentes para ampliação de mercados de proximidade com implementação e reforço das estruturas de feira;
- Intervenção no pavilhão da ADF e edifício FabLab;
- Centro Intermodal - Construção de interface (rodoferroviário) na envolvente à estação de comboios;
- Ampliação do Parque Verde - Equipamentos vocacionados para idosos;
- Infraestruturas:
  - Projeto da Rede Elétrica Nacional, que prevê a construção de linhas de transporte de eletricidade e de uma subestação da REN;
  - Centrais fotovoltaicas – estão previstos 11 parques fotovoltaicos no concelho.

- Zonas Industriais – existe intenção de ampliar as zonas industriais do Fundão e da Soalheira e criação de uma zona industrial rural nos Três Povos;
- Regadio da Zona Sul da Gardunha;
- Reabilitação das aldeias históricas;
- Criação de uma AIGP da Gardunha, uma área integrada de gestão da paisagem, que visa uma abordagem territorial integrada para dar resposta à necessidade de ordenamento e gestão da paisagem e de aumento de área florestal gerida a uma escala que promova a resiliência aos incêndios, a valorização do capital natural e a promoção da encomia rural.

4.3 PRETENSÕES RESULTANTES DA PRÉVIA CONSULTA PÚBLICA

O Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial, estabelece no art.º 6º, que todas as pessoas, singulares e coletivas, incluindo as associações representativas dos interesses ambientais, económicos, sociais e culturais, têm o direito de participar na elaboração, na alteração e na revisão dos planos territoriais, através da possibilidade de formulação de sugestões e de pedidos de esclarecimento.

De acordo com o art.º 76º, a elaboração dos planos municipais é determinada por deliberação da Câmara Municipal, a qual estabelece os prazos de elaboração e o período de participação, sendo publicada no Diário da República e divulgada através da comunicação social, da plataforma colaborativa de gestão territorial e no sítio na Internet da câmara municipal. E de acordo com o art.º 88º, determina que a deliberação estabelece um prazo, que não deve ser inferior a 15 dias, para a formulação de sugestões e para a apresentação de informações, sobre quaisquer questões que possam ser consideradas no âmbito do respetivo procedimento de elaboração.

Neste sentido, a Câmara Municipal, enquanto entidade responsável pela revisão do Plano Diretor Municipal do Fundão, desencadeou o processo de revisão do PDM e estabeleceu a abertura de um período de participação prévia, com a publicação do Aviso n.º 8663/2019, de 20 de maio, o qual decorreu entre 28 de maio de 2019 e 19 de junho 2019. Deste período de participação pública, foram apresentadas duas participações, conforme sistematizadas em anexo.

Interessa salientar que o processo de revisão já se encontra a decorrer há alguns anos e que no início deste procedimento, foi também efetuada uma fase de consulta prévia, da qual resultaram um total de 208 participações, conforme se encontram identificadas em anexo.

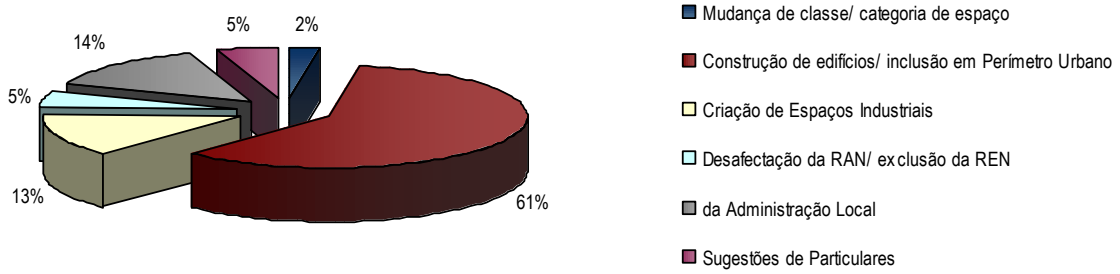
Neste contexto, foram apresentadas à Câmara Municipal diversas sugestões e pretensões, conforme identificadas na peça desenhada n.º 2, que se agruparam nas seguintes categorias:

- Pretensões particulares para mudança de classe/ categoria de espaço;
- Pretensões particulares para construção de edifícios/ inclusão em perímetro urbano;

- Pretensões particulares para criação de espaços industriais;
- Pretensões particulares para desafetação da RAN/ exclusão da REN;
- Pretensões da Administração Local;
- Sugestões de Particulares.

O agrupamento das pretensões por categorias evidenciou, desde logo, que a grande maioria corresponde a pretensões particulares para construção de edifícios ou inclusão em Perímetro Urbano. O gráfico abaixo, indica a percentagem que cada tipo de pretensão representa no total das pretensões apresentadas.

Figura 12: Pretensões e sugestões apresentadas na consulta pública, agrupadas por categorias

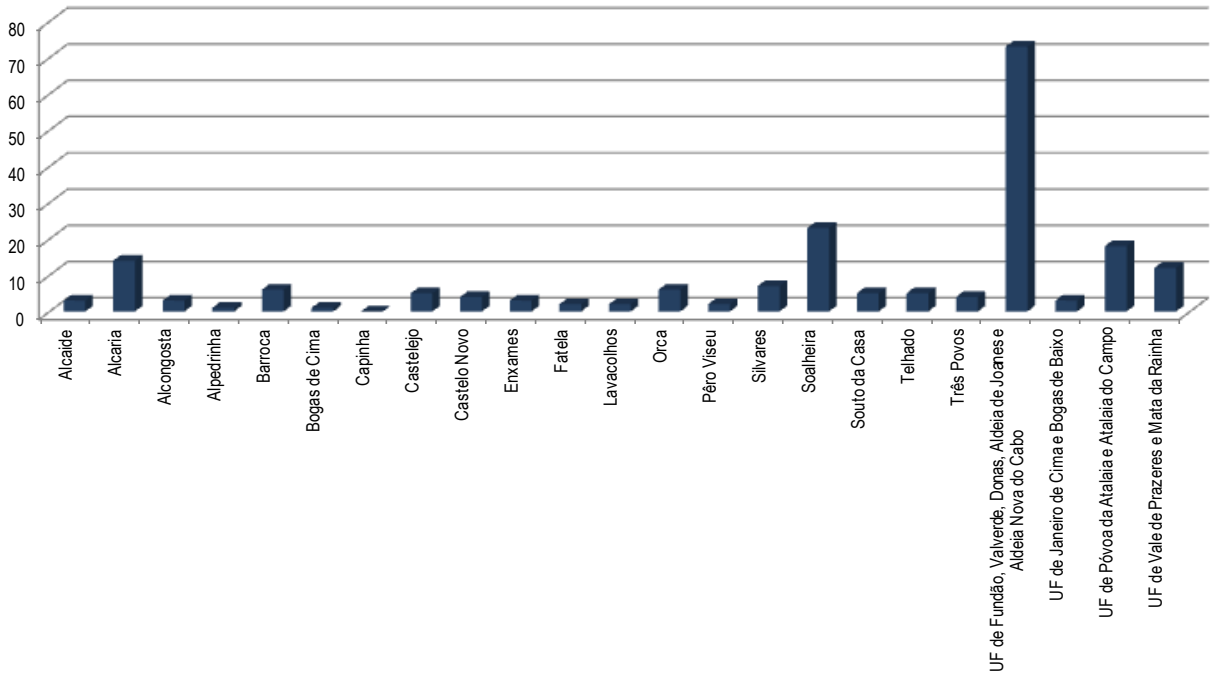


Fonte: Câmara Municipal do Fundão. Tratamento dos dados- NRV

Note-se que, na maior parte dos casos, as pretensões têm como objetivo a construção de edifícios ou implantação de loteamentos, pelo que a análise efetuada deve ser tomada como meramente ilustrativa da forma como as pretensões foram apresentadas pelos requerentes. Podem, inclusivamente, ocorrer casos em que uma pretensão se enquadra em mais do que um tipo (ex: uma pretensão apresentada como mudança de classe/categoria de espaço podia ser incorporada no grupo das pretensões para exclusão da REN, caso o terreno em causa estivesse sob este regime).

Uma vez cartografadas, foi possível fazer uma leitura espacial sobre as situações que predominam e os locais de maior pressão. Assim sendo, ressalta a incidência destas pretensões nas freguesias do Fundão e de Soalheira, com, respetivamente, 44 e 23 das 208 pretensões recebidas. Embora em menor escala, também as freguesias de Póvoa da Atalaia, de Valverde e de Alcaria, se destacam das demais em termos de número de pretensões. Como seria de esperar, estas geralmente ocorrem com maior "densidade" nas áreas próximas aos perímetros urbanos existentes, o que é facilmente explicável pelo facto das pessoas considerarem que, os seus terrenos, estando próximos de zonas urbanas, e muitas vezes próximos de zonas infraestruturadas, são, legitimamente, propensos à edificação.

Figura 13: Distribuição das pretensões e sugestões, apresentadas na consulta pública, pelas freguesias do concelho



Fonte: Câmara Municipal do Fundão. Tratamento dos dados- NRV

Os pedidos para construção de edifícios/ inclusão em perímetro, surgem em todas as freguesias, com exceção de Capinha, embora com maior incidência:

- UF de Fundão, Valverde, Donas, Aldeia de Joanes e Aldeia Nova do Cabo, concentrando 36,2% do total de pretensões apresentadas, especialmente a norte da Cidade e da linha férrea;
- Freguesia da Soalheira (11,4%);
- União de Freguesias de Póvoa da Atalaia e Atalaia do Campo (8,9%), numa área a Poente dos aglomerados e a Sul da EM560, e na freguesia de Alcaria (6,9%), ao longo da via que estabelece a ligação entre Alcaria e a EN18 e numa área envolvente ao cruzamento entre estas duas vias.

Foram 20, as entidades da Administração Local a apresentarem sugestões/pretensões. Destacando-se de cada uma o seguinte, considerando a anterior divisão administrativa:

- A **Junta de Freguesia de Alcaide** o alargamento do perímetro de Alcaide por forma a incluir construções existentes;
- A **Junta de Freguesia de Alcaria** pretende que seja inserido em perímetro urbano o Sítio do Lopes/ Lameira do Vale, a Espanadeira, o Cruzamento de Alcaria e zona envolvente à EN18 e à EN346, a Quinta da Pola e zona envolvente à EM e a Quinta S. Folgosinho.

Sugerem também o aumento do índice de construção para 0.6 e um número máximo de 2 pisos, a existência de uma proteção à zona histórica no intuito de preservar os edifícios em pedra ainda existentes. Pretendem também, instalar unidades hoteleiras na freguesia;

- A **Junta de Freguesia de Alcongosta** sugere o prolongamento do perímetro até ao caminho de S. Gens, a desafetação da REN do Campo de Jogos e do futuro Polidesportivo, o aumento do perímetro para incluir construções existentes e a elaboração de um Plano de Pormenor para o aglomerado;
- A **Junta de Freguesia de Aldeia de Joanes** pretende a integração da Quinta do Cercado no perímetro urbano, por considerar que esta área já tem construções existentes embora mal servidas por infraestruturas.
- A **Junta de Freguesia de Alpedrinha** sugere o aumento da área urbanizável para Sul, a Norte e a Nascente (incluir Matijas e Loureiros), que as construções só tenham dois pisos, e que a construção não seja permitida no Terreiro de Santo António (Nascente), no largo das placas e na praça nova (Nascente). Pretendem também que seja definido perímetro urbano no sítio da Touca, aproveitando o existente para fins turísticos e recuperando as fachadas;
- A **Junta de Freguesia de Bogas de Baixo** pretende a redefinição do perímetro urbano, contemplando novas áreas de expansão;
- A **Junta de Freguesia de Bogas de Cima** sugere o alargamento do perímetro de Bogas de Cima, de Bogas do Meio e de Malhada Velha. A J.F. pretende também construir um Parque Aventura no terreno do antigo campo de futebol. Este equipamento consiste na construção de desportos radicais, de um parque infantil e de infraestruturas de apoio;
- A **Junta de Freguesia de Castelejo** pretende o alargamento do perímetro urbano de Castelejo e de Enxabarda;
- A **Junta de Freguesia de Castelo Novo** sugere a contemplação em perímetro de uma faixa (100 metros para cada lado) de construção ao longo da EN 18, entre a Catraia de Castelo Novo e a Estação de Castelo Novo (passagem de nível) numa extensão de 1.8Km.
- A **Junta de Freguesia de Donas** pretende que o alargamento do perímetro urbano para incluir a zona da rotunda à cidade do Fundão, a zona dos Cascalhos, envolvente em toda a estrada de Donas-Valverde, parte da zona da Sr.ª do Abade e de Santa Menina, a zona da Maria Negra, junto ao antigo Seminário, onde se encontra em construção o Hotel, a zona do bairro de S. Sebastião, a zona envolvente ao S. Roque, a zona da EM de Teixugas e uma área limítrofe ao aglomerado de Chãos.
- A **Junta de Freguesia de Enxames** pretende que os perímetros que constituem a freguesia sejam alargados;

- A **Junta de Freguesia de Fatela** pretende estabelecer a obrigatoriedade de elaborar um Plano de Pormenor para as áreas de expansão definidas, bem como para a ocupação das Quintas, definir áreas de proteção maiores para os imóveis classificados, bem como classificar uma série de outros, implementar uma série de projetos (alguns têm correspondência no Plano Estratégico de Turismo), sendo de destacar uma ligação direta da freguesia à A23;
- A **Junta de Freguesia de Lavacolhos** pretende que o perímetro urbano seja alargado;
- A **Junta de Freguesia de Pêro Viseu** pretende aumentar o perímetro, para implementar várias infraestruturas de apoio à população, instalar pequenas oficinas, tais como, carpintarias, serralharias e outras atividades não poluentes. Pretende também, expandir o Parque de Lazer e o Miradouro e o Campo de Tiro;
- A **Junta de Freguesia de Salgueiro** pretende integrar no mesmo perímetro urbano os aglomerados de Salgueiro, de Escarigo e de Quintãs, criar novas áreas de expansão, com ocupação faseada, criar uma Zona Industrial a Sul do aglomerado, identificar como Espaço de Equipamento a área urbanizável do aglomerado de Salgueiro e identificar outra área, a Norte desta, também com o Equipamento, poder construir e/ou legalizar, as construções de apoio à atividade agrícola em espaço agrícola, identificar os núcleos históricos das três aldeias: Salgueiro, Quintãs e Escarigo, propor a elaboração de um Plano de Pormenor para os Três Povos e melhorar as acessibilidades através da beneficiação da rede existente.
- A **Junta de Freguesia de Silvares** apresenta sugestões de três munícipes e solicita a inclusão de uma área para a implantação do loteamento industrial do Souto, o alargamento do perímetro nas imediações, o alargamento até ao sítio do cruzeiro (50m ao longo da EN 238), a alteração das áreas classificadas como Verde Urbano para urbanas e incluir em perímetro o Cabeço do Pião;
- A **Junta de Freguesia de Souto da Casa** pretende a criação dos seguintes equipamentos e serviços: creche, centro de apoio permanente para idosos, centro de convívio em Vale de Urso, parque infantil, parque desportivo polivalente, centro comunitário que albergue um centro de artes e ofícios, posto de turismo, venda de artesanato e produtos gastronómicos, associações e coletividades, fundação a Casa da Castanha e do Castanheiro, criação da Rota das azenhas e moinhos, casas e oficinas tradicionais, parque de lazer de azenha da Figueira e praia fluvial no sítio de Cascalhais. Pretende também a pavimentação de algumas aldeias e a definição de perímetro para os aglomerados de Cruzeiro, Vale Palaio, Ourela, Vale Mendinho, Casal de Álvaro Pires;
- A **Junta de Freguesia de Telhado** pretende a criação de uma zona urbana no Lugar do Freixial e a ampliação do espaço urbano de Telhado, junto à EN 343;

- A **Junta de Freguesia de Vale de Prazeres** sugere o alargamento do perímetro urbano nas aldeias de Cortiçada, Monte Leal, Catrão, Póvoa Palhaça e Quintas da Torre.
- A **Junta de Freguesia de Valverde** pretende que o alargamento do perímetro.

Foram apresentados vários pedidos para criação de espaços industriais, que tiveram incidência em apenas três freguesias:

- Soalheira – junto ao nó da A23, que permite o acesso à vila da Soalheira, e numa área um pouco a Norte de grande dimensão;
- Fundão – na EN18, junto à saída para Fundão - Norte da A23;
- Valverde – a Norte do aglomerado, junto ao limite da freguesia com Fatela, na estrada que liga Valverde a Pêro Viseu.

Em relação aos pedidos para desafetação dos regimes de RAN e REN, existem 12, e ocorrem arbitrariamente em seis freguesias, embora com maior incidência na cidade do Fundão, numa área a Norte do cruzamento entre a EN18 e o acesso da A23 e também em casos pontuais da freguesia de Valverde.

Foram também apresentadas nove sugestões de proveniência particular, com maior incidência na freguesia do Fundão, sugerindo o aumento do número de pisos e dos índices de construção, a permissão da construção com mais de dois pisos na área compreendida entre a calçada do Convento e a estrada do Convento assim como a redução da área mínima para construir em solo rural.

Finalmente, os pedidos para mudança de classe/categoria de espaço expressamente, constituem, a minoria das pretensões, tendo surgido apenas 5, com incidência no Fundão, em Alcaria, em Silvares e em Valverde.

Alerta-se, ainda, para o facto de algumas pretensões não virem acompanhadas de planta ou descrição, que permitam a sua localização territorial.

Todas as pretensões/sugestões recebidas serão ponderadas e tomadas em consideração, tanto ao nível individual, como ao nível de uma abordagem global. Contudo, isto não significa que venham a ser atendidos todos os intentos dos requerentes, já que, a análise técnica a elaborar, incidirá, essencialmente, sobre perspetivas de ordem estratégica e de viabilidade física, económica, social e ambiental.

5. CARACTERIZAÇÃO BIOFÍSICA

A caracterização biofísica visa sistematizar os aspetos estruturantes da paisagem e o funcionamento do território, no sentido de identificar e diagnosticar os valores presentes, as aptidões do território enquanto suporte de atividades humanas e, também, as potencialidades os condicionalismos existentes sob o ponto de vista biofísico e paisagístico.

Através da análise de diversas variáveis, designadamente de enfoque físico, ecológico e cultural, referentes a elementos passivos em ordenamento do território, e, em função das suas características intrínsecas e das características socioeconómicas do local de ocorrência, é possível determinar a aptidão ou potencialidade biofísica para o desenvolvimento de ações de ordenamento. Assim, é possível alcançar conclusões que fundamentem uma intervenção adequada, obrigatoriamente compatível com a permanência dos valores presentes e que limite potenciais impactes negativos.

A implementação de estratégias de desenvolvimento sustentável implica garantir a permanência dos valores que determinam a qualidade da paisagem e a sustentabilidade dos sistemas físico e ecológico, considerados essenciais para um modelo territorial de referência.

Acompanham este capítulo as peças desenhadas n.º 03, 04 e 05 que dizem respeito à Análise Fisiográfica (Hipsometria, Declives e Exposições) e as peças desenhadas n.º 06, 07 e 08, referentes à Ocupação do Solo, Valores Naturais e Potenciais Disfunções Ambientais, respetivamente.

5.1 BREVE ENQUADRAMENTO BIOFÍSICO

O breve enquadramento biofísico aborda de uma forma muito sucinta as seguintes temáticas: geologia, climatologia, recursos minerais, análise fisiográfica.

O concelho do Fundão, abrange as seguintes **unidades geológicas**:

- Complexo xisto-grauváquico, conhecido também por "Formações Xistosas das Beiras", que ocupa grande área na parte ocidental do Concelho;
- Plutonito do Fundão;
- Maciço Granítico das Beiras;
- Maciço Granítico de Castelo Branco.

Em termos geológicos o concelho do Fundão desenvolve-se na Zona Centro Ibérica do Maciço Hespérico (principal unidade morfoestrutural do território nacional), apresentando um substrato rochoso constituído essencialmente por rochas granitoides e por rochas sedimentares.

Em termos morfológicos, destaca-se a Serra da Gardunha, uma ramificação da Serra da Estrela que se localiza na zona ocidental do território municipal. É maioritariamente composta por granitos, apresentando também xistos no setor mais ocidental. O complexo xisto-grauváquico é constituído sobretudo por xistos (material mais argiloso) e grauvaques (material mais arenoso). Ocupa a zona mais a oeste e noroeste da Serra e encontra-se menos representado que os granitos. Os granitos encontram-se bastante representados em toda a área envolvente a esse complexo, merecendo destaque o afloramento que abrange a vertente norte da Serra.

A sua vertente setentrional, coincide com o limite sul da bacia tectónica da Cova da Beira, unidade morfológica que determina a morfologia aplanada e influencia a topografia de todo o setor norte do município do Fundão. Nesta área as altitudes não ultrapassam os 500 m, à exceção do relevo residual da colina de Pero Viseu que regista uma altitude de 773 m. Este, em conjunto com o rio Zêzere, definem o limite setentrional do município com o da Covilhã. O ponto mais alto da Serra da Gardunha atinge os 1227 m, constituindo o principal relevo montanhoso do bloco SE da Cordilheira Central.

A **climatologia** é analisada ao nível dos principais elementos climáticos: temperatura, precipitação, humidade do ar, insolação, vento e geada. Para esta análise recolheram-se os registos da estação meteorológica do concelho do Fundão.

A temperatura média mensal na região, para o período de 1971-2000, é de 14,4ºC, sendo que a temperatura média máxima é de 30.7ºC, no mês de julho, e a temperatura média mínima é de 2,5ºC, no mês de janeiro. Os valores extremos são de 40ºC, nos meses de julho, agosto e setembro e de -7,2ºC, no mês de janeiro. À medida que se sobe em altitude, a temperatura diminui e consequentemente a humidade aumenta.

A precipitação é um dos principais fatores responsáveis pela regularização do equilíbrio hídrico da vegetação e do solo. De entre os vários fatores ambientais, a água é o que mais afeta a morfologia interna e externa dos órgãos vegetais que determinam a fisionomia da vegetação, e em certa medida, a estrutura e composição das comunidades vegetais. A sua importância reflete-se, também, enormemente, nas caraterísticas dos solos.

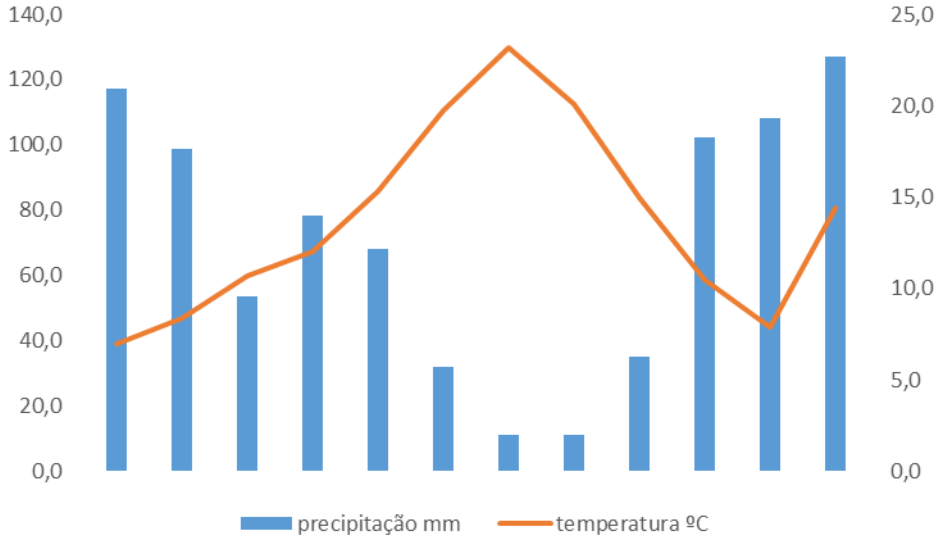
A precipitação média anual atinge os 842,9mm, com valores médios mensais de 11,3mm, em julho e agosto, e de 127,1mm, em dezembro. A maior parte da precipitação verifica-se entre outubro e março (80% da precipitação) correspondendo os meses de junho, julho e agosto a meses secos, característica tipicamente mediterrânea. Associado à precipitação indicam-se o número de dias com solo coberto de neve que, neste caso, são de 1,8 dias.

O valor médio anual de humidade relativa do ar, às 9 horas, para o período de 1971-2000, é de 66%, variando entre os 50%, em agosto, e os 82% no mês de janeiro. Os baixos valores apresentados durante os meses de verão, devem-se à fraca pluviosidade que se regista nesse período.

A insolação, ou seja, o número de horas de sol descoberto num dado local, durante um determinado intervalo de tempo, compreende valores médios anuais de 2614,6 horas.

O vento predominante sopra de Oeste (26,9%), embora surja também dos restantes quadrantes, em especial de Noroeste, Sudeste Este, com 13,7; 13,4, 13,6 (% de frequência), para o período de 1971-2000. Quanto à geada, ocorre em sete meses, cerca de 24,1 dias.

Figura 14: Valores de precipitação média mensal e valores da temperatura média mensal da Estação meteorológica do Fundão (1971-2000)



Fonte: Instituto de Meteorologia, 2015

A análise de todos os elementos climáticos anteriormente referidos, permite-nos classificar o clima do Fundão, como sendo um clima temperado, pouco húmido e com deficit de água no Verão (PDM, 1993).

Segundo a classificação de Ferreira (2005), para as Regiões Climáticas de Portugal continental, o município do Fundão enquadra-se numa região climática de influência mediterrânea, nomeadamente de domínio continental, onde P/ETP anual é em termos médios ligeiramente deficitário, sendo que os meses secos correspondem aos meses de verão.

Quanto aos **recursos hidrogeológicos**, existem as seguintes nascentes de água mineral natural:

- Águas de S. Vicente da Beira (com 2 captações no concelho do Fundão);
- Serra da gardunha (com 5 captações em Castelo Novo);
- Fonte da Gardunha (com 1 captação em Donas).

Os **recursos minerais** do concelho deram origem a algumas explorações, destacando-se como minérios disponíveis a volframite, a cassiterite e a calcopirite podendo ainda aparecer prata, ouro e assenopirite, entre outros, mas em teores limitados.

Quanto aos recursos geológicos existentes no concelho, de acordo com a Direção Geral de Energia e Geologia (DGEG), referem-se os seguintes **depósitos minerais (minas),** e processos em curso:

- Concessões mineiras

Nº de cadastro	Denominação	Concessionário	Substância
MNC000018	PANASQUERA	BERALT TIN & WOLFRAM (PORTUGAL), SA	Ag, As, Cu, Sn, W, Zn
MNC000098	CABEÇO DA ARGEMELA	FELMICA – MINERAIS INDUSTRIAIS, SA	Feld, Qz
MNC000166	ARGEMELA	PANNN – CONSULTORES DE GEOCIÊNCIAS, LDA	Li, Sn, Ta, Nb, W, Rb, Cu, Pb, Zn, Au, Ag, Cs, Sc, terras raras, pirites

- Pedidos de Prospeção e Pesquisa

Nº de cadastro	Designação da Área	Titular	Substância
MNPPP0495	VOLTA	FMG EXPLORATION PTY LTD	Au, Ag, Pb, Zn, Cu, Li, W, Sn, min associados
MNPPP0497	RAPOSA	FMG EXPLORATION PTY LTD	Au, Ag, Pb, Zn, Cu, Li, W, Sn, min associados
MNPPP0496	CARAPETEIRO	FMG EXPLORATION PTY LTD	Au, Ag, Pb, Zn, Cu, Li, W, Sn, min associados
MNPPP0492	CANECA	FMG EXPLORATION PTY LTD	Au, Ag, Pb, Zn, Cu, Li, W, Sn, min associados

- Recuperação Ambiental (fev. 2015)

Nº	Nome
1	Argemela
2	Mata da Rainha

No que se refere a **massas minerais (pedreiras)** existentes no concelho, e de acordo com a DGEG, a situação é a seguinte:

Nº de cadastro	Designação	Situação
5310	NAVE REDONDA	Em funcionamento
5031	MEIMOA	Em encerramento, caducidade de licença
5175		Caducada pela CMF
3843		Arquivada/sem licença
1675		Arquivada/sem licença
2501634		Licenciamento não concluído (sem direitos)

O concelho é abrangido por uma área identificada geologicamente como potencial em lítio, de acordo com a Avaliação Ambiental Estratégica (AAE) ao Programa de Prospeção e Pesquisa para lítio, da DGEG.

A **análise fisiográfica** do território municipal é efetuada em três vertentes: hipsometria, festos e talvegues e declives. Para a hipsometria escolheram-se cinco classes tendo em conta a escala do trabalho, o relevo presente e o objetivo do Plano. As classes de declive adotadas são as seguintes:

- <400 metros – corresponde à zona mais baixa do Concelho localizando-se essencialmente nos terrenos agrícolas, na faixa Sudeste, embora apareça em alguns pontos na zona do rio Zêzere e da foz da ribeira da Meimoa;
- 400 – 600 metros – constitui a classe hipsométrica mais representativa no território, demonstrando o seu caráter planáltico;
- 600 – 800 metros – corresponde ao terço inferior das encostas do sistema da Gardunha, bem como de algumas outras elevações pontuais;
- 800 – 1000 metros – corresponde ao terço médio/superior daquele sistema;
- >1000 metros – zonas de cumeada da serra da Gardunha, que apresenta o valor máximo de 1227 metros na Gardunha.

Fotografia 1: Serra da Gardunha

Fotografia 2: Serra da Maunça

Fotografia 3: Rio Zêzere

Em relação aos festos, assinalam-se os de maior importância nomeadamente o festo da serra da Malcata, o da serra da Maunça, outros festos associados ao sistema da Gardunha, o festo que separa a ribeira da Meimoa do rio Zêzere, bem como alguns festos secundários. Dos principais talvegues destacam-se a rio Zêzere e na sua bacia, a ribeira da Meimoa, a ribeira dos Enxames, a ribeira da Pouca Farinha, a ribeira de Alcambar, a ribeira da Enxabarda, a ribeira de Ximassas, a ribeira das Bogas, a ribeira do Braçal e a ribeira de Escarigo, onde se encontra a barragem do Escarigo, e na bacia do Ponsul a ribeira do Taveiro e a ribeira de Alpreade. Devem ainda indicar-se as barragens da Capinha, na freguesia da Capinha e a barragem de Santa Águeda na Soalheira, tendo esta última o Plano de Ordenamento de Albufeira de Santa Águeda e Pisco, aprovado e publicado pela RCM nº 107/2005, de 28 de junho. No que se refere aos declives, de uma forma geral dominam os declives suaves em grande parte do território municipal, sendo que, os mais acentuados, superiores a 30%, encontram-se ligados às zonas de encosta, principalmente na faixa ocidental do Concelho, onde o relevo é mais ondulado,

com particular destaque para a serra da Gardunha e serra da Maunça, onde os declives são bastante acentuados.

5.2 OCUPAÇÃO DO SOLO

Este capítulo, além da análise da Ocupação do solo, efetua também uma abordagem ao projeto do Aproveitamento Hidroagrícola da Cova da Beira, pela sua importância em termos de promoção da agricultura no concelho.

5.2.1 Análise da ocupação do solo

Antes de mais é importante referir que a peça desenhada que acompanha este tema teve como base uma consulta ao site *www.igeo.pt*, do Instituto Geográfico Português (IGP). Aqui, a informação relativa à ocupação do solo, obtém-se através da COS' 2018 – Carta de Ocupação do Solo (informação cartográfica à escala 1/25 000).

Para o concelho do Fundão a COS 2018 encontra-se dividida em 8 níveis de detalhe de ocupação (nível 1) e em 60 de nível 4, conforme informação disponível no site da Direção Geral do Território. A informação apresentada no âmbito do Plano é referente ao nível 1 e surge na Peça Desenhada relativamente à Planta da Situação Existente e na figura seguinte.

No quadro seguinte apresenta-se a informação desagregada ao nível 4, para o concelho do Fundão.

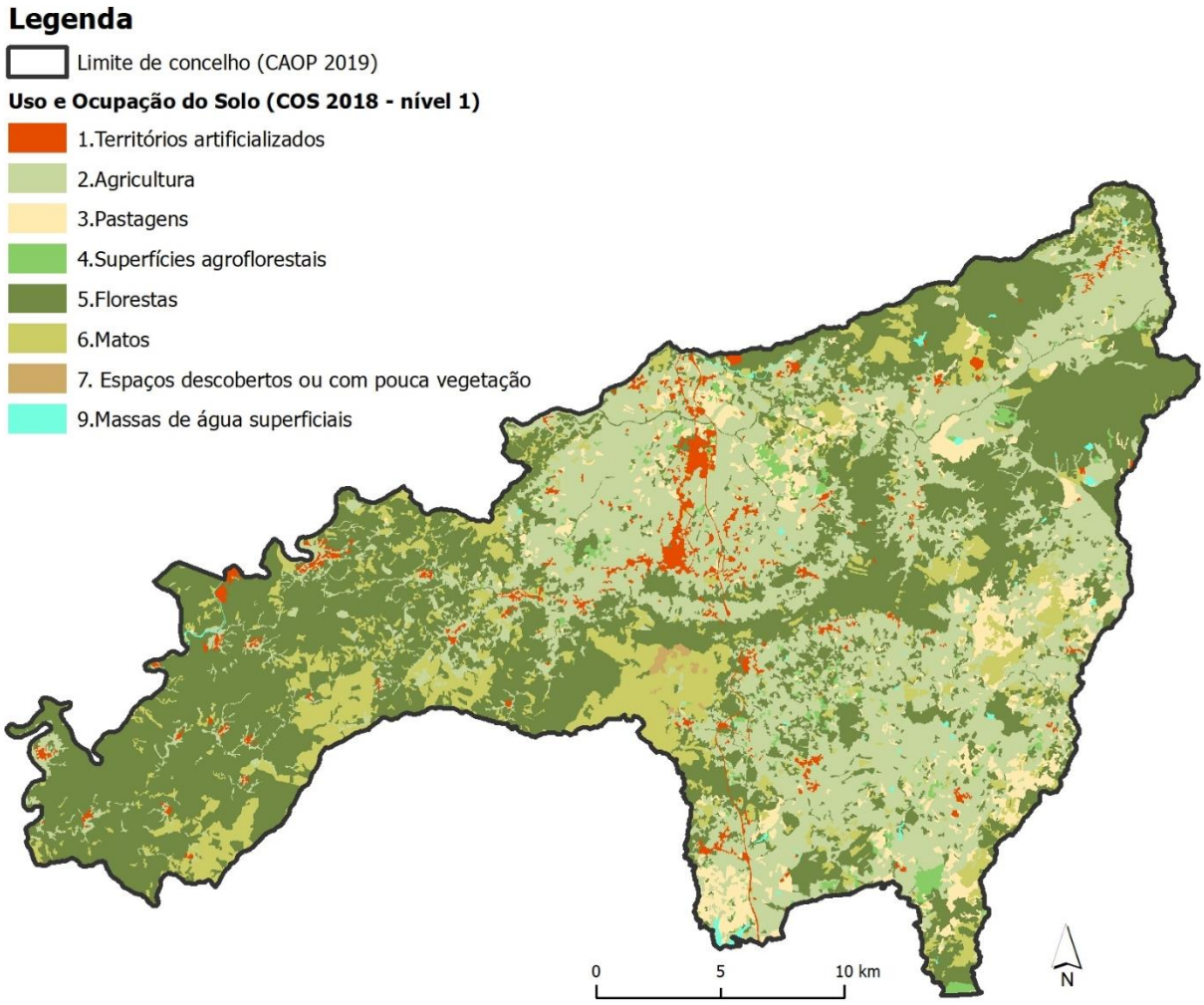
Quadro 13: Carta de Uso e Ocupação do Solo (COS2018)

Nível 1	Nível 4	Área (ha)
1.Territórios artificializados	1.1.1.1 Tecido edificado contínuo predominantemente vertical	72,8
	1.1.1.2 Tecido edificado contínuo predominantemente horizontal	459,6
	1.1.2.1 Tecido edificado descontínuo	280,9
	1.1.2.2 Tecido edificado descontínuo esparso	139,3
	1.1.3.1 Áreas de estacionamentos e logradouros	4,2
	1.2.1.1 Indústria	126,7
	1.2.2.1 Comércio	43,5
	1.2.3.1 Instalações Agrícolas	30,9
	1.3.1.1 Infraestruturas de produção de energia renovável	0,4
	1.3.1.2 Infraestruturas de produção de energia não renovável	1,3
	1.3.2.2 Infraestruturas de tratamento de resíduos e águas residuais	4,8
	1.4.1.1 Rede viária e espaços associados	170,3
	1.4.1.2 Rede ferroviária e espaços associados	6,8
	1.5.1.2 Pedreiras	97,5
	1.5.2.1 Aterros	24,7
	1.5.2.2 Lixeiras e Sucatas	17,1
	1.5.3.1 Áreas em construção	63,6
	1.6.1.2 Instalações desportivas	22,7
	1.6.2.2 Equipamentos de lazer	1,0
	1.6.4.1 Cemitérios	2,1

Nível 1	Nível 4	Área (ha)
	1.6.5.1 Outros equipamentos e instalações turísticas	30,4
	1.7.1.1 Parques e jardins	12,8
2.Agricultura	2.1.1.1 Culturas temporárias de sequeiro e regadio	11 968,4
	2.2.1.1 Vinhas	548,4
	2.2.2.1 Pomares	3 646,8
	2.2.3.1 Olivais	4 057,0
	2.3.1.2 Culturas temporárias e/ou pastagens melhoradas associadas a pomar	4,6
	2.3.1.3 Culturas temporárias e/ou pastagens melhoradas associadas a olival	299,0
	2.3.2.1 Mosaicos culturais e parcelares complexos	3 314,3
	2.3.3.1 Agricultura com espaços naturais e seminaturais	576,7
	2.4.1.1 Agricultura protegida e viveiros	31,5
3.Pastagens	3.1.1.1 Pastagens melhoradas	3 194,0
	3.1.2.1 Pastagens espontâneas	555,7
4.Superfícies agroflorestais	4.1.1.1 SAF de sobreiro	421,8
	4.1.1.2 SAF de azinheira	73,8
	4.1.1.3 SAF de outros carvalhos	250,0
	4.1.1.5 SAF de outras espécies	11,6
	4.1.1.6 SAF de sobreiro com azinheira	42,3
	4.1.1.7 SAF de outras misturas	121,7
5.Florestas	5.1.1.1 Florestas de sobreiro	1 566,4
	5.1.1.2 Florestas de azinheira	97,5
	5.1.1.3 Florestas de outros carvalhos	1 170,0
	5.1.1.4 Florestas de castanheiro	248,3
	5.1.1.5 Florestas de eucalipto	5 501,3
	5.1.1.6 Florestas de espécies invasoras	255,2
	5.1.1.7 Florestas de outras folhosas	1 633,0
	5.1.2.1 Florestas de pinheiro bravo	19 767,2
	5.1.2.2 Florestas de pinheiro manso	146,3
	5.1.2.3 Florestas de outras resinosas	60,1
6.Matos	6.1.1.1 Matos	8 390,6
7. Espaços descobertos ou com pouca vegetação	7.1.1.1 Praias, dunas e areais interiores	1,6
	7.1.2.1 Rocha nua	119,7
	7.1.3.1 Vegetação esparsa	0,1
9.Massas de água superficiais	9.1.1.1 Cursos de água naturais	133,4
	9.1.1.2 Cursos de água modificados ou artificializados	23,5
	9.1.2.1 Lagos e lagoas interiores artificiais	45,8
	9.1.2.2 Lagos e lagoas interiores naturais	3,2
	9.1.2.3 Albufeiras de barragens	101,1
	9.1.2.4 Albufeiras de represas ou de açudes	4,5
	9.1.2.5 Charcas	20,0
Total		**70 019,8**

Fonte: DGT, COS2018

Figura 15: Ocupação do solo baseada no COS 2018

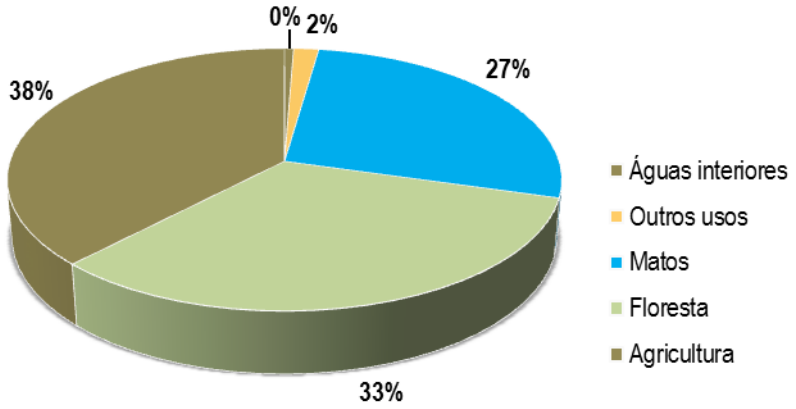


Fonte: DGT, COS2018

O desenvolvimento deste tema faz-se também com recurso a outras fontes, nomeadamente a dados estatísticos do ICNF e ao Recenseamento Geral de Agricultura (2009), que permitem ter uma ideia bastante aproximada de como é a ocupação do solo no Concelho. Relativamente ao Recenseamento Geral da Agricultura importa referir, que em 2021, a informação mais recente publicada pelo Instituto Nacional de Estatística reporta ao ano de 2009.

Os dados estatísticos do ICNF referem-se a uma aplicação informática disponível no respetivo sítio, com a designação *FloreStat*. Nesta aplicação consta uma estimativa das áreas conforme a ocupação do solo, sendo baseada numa amostra de cerca de 130 000 fotopontos, obtidos por fotointerpretação da cobertura aerofotográfica de 2005. Estes dados permitiram elaborar o gráfico referente ao uso do solo, que se apresenta em seguida.

Gráfico 3: Uso atual do solo no concelho do Fundão



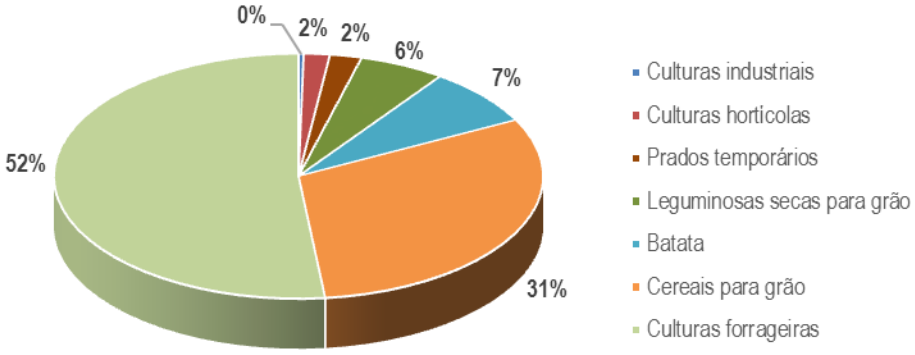
Fonte: ICNF, *Florestat,* 2005

É possível verificar que, na sua maioria, o uso do solo do concelho é agrícola e florestal, ocupando ambos cerca de 38% e 33% do território respetivamente, sendo semelhante a área ocupada por matos (27%). Com uma representatividade muito pequena apresentam-se as águas interiores (0%) e os outros usos (2%), normalmente referentes às áreas socias. No concelho predominam as zonas agrícolas, a nordeste e sudeste do Município, enquanto as manchas de floresta, surgem por todo o concelho, mas predominam a sudoeste e a sul, essencialmente pinheiro bravo (*Pinus pinea*), havendo também povoamentos de eucalipto (*Eucalyptus globulus)* e carvalho (*Quercus pyrenaica* e *Quercus robur*). Por sua vez os matos surgem espalhados por todo o território, com maior incidência nas encostas declivosas a ocidente, traduzindo-se em grandes manchas de ocupação herbácea e arbustiva (pastagens naturais pobres e vegetação arbustiva baixa, matos, vegetação arbustiva alta e floresta degradada ou de transição, com vestígios de pinheiros, sobreiros, azinheiras e carvalhos).

Ocupação agrícola

A agricultura tem uma grande importância no concelho do Fundão, principalmente onde o relevo é mais plano. Assim, é na parte oriental do Concelho que a atividade agrícola tem maior expressão. É também aqui que se encontra a maioria do efetivo animal, daí a grande ocupação com culturas forrageiras (52%), sendo que na freguesia da Orca, embora haja gado bovino, domina o gado ovino, e nas freguesias de Póvoa da Atalaia e Atalaia do Campo o gado bovino é a espécie mais representativa. Os cereais para grão são a cultura que, depois das culturas forrageiras, tem maior expressão (31%). As culturas hortícolas, sem expressão a nível concelhio por terem um caráter de autossubsistência, ocupam pequenas parcelas, dentro dos aglomerados, junto às linhas de água.

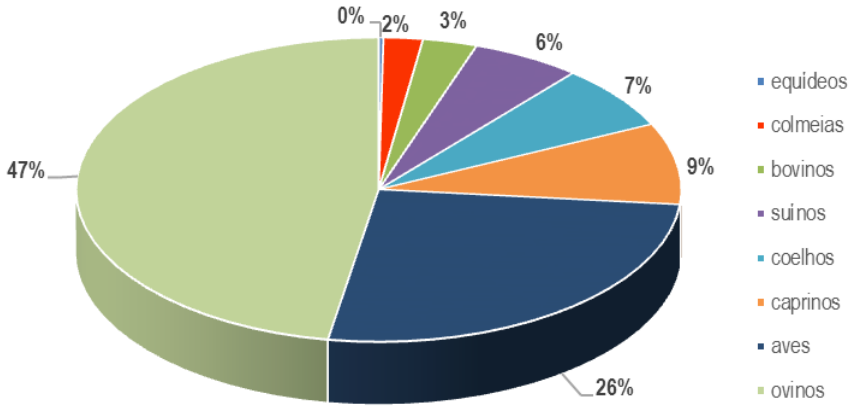
Figura 16: Áreas ocupadas por culturas temporárias no concelho do Fundão



Fonte: INE, Recenseamento Geral de Agricultura, 2009
(dados mais recentes do INE, em 2021)

Em relação ao efetivo animal propriamente dito, são os ovinos os mais representativos (47%), com uma grande diferença das aves, 26%, e do restante efetivo animal, o gado caprino (9%), coelhos (7%), suínos (3%).

Gráfico 4: Efetivo animal no concelho do Fundão



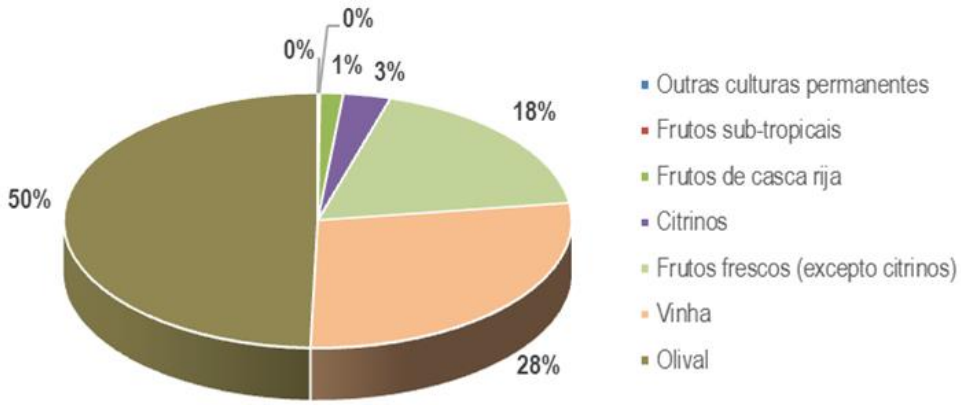
Fonte: INE, Recenseamento Geral de Agricultura, 2009
(dados mais recentes do INE, em 2021)

Das culturas permanentes, é o olival a mais importante (50%), estando presente em todas as freguesias exceto na zona leste onde o relevo é mais elevado e, como tal, quando aparece localiza-se nos vales. Seguem-se a vinha e os frutos frescos (cerejeiras, pessegueiros e macieiras), com 28% e 18%, respetivamente. A Sudeste, os pomares, são fundamentalmente de pessegueiros e citrinos, enquanto que, a Norte da serra da Gardunha, nas freguesias de Alcaria, Telhado, Aldeia de Joanes, Aldeia Nova do Cabo, Fundão, Donas e Alcongosta, os pomares são de cerejeiras, pessegueiros e macieiras. Quanto à vinha, encontra-se, principalmente, nas

Fotografia 4: Hortas na margem da ribeira de Moinho

freguesias de Soalheira, Castelo Novo, Póvoa da Atalaia, Atalaia do Campo, Orca, Vale de Prazeres, Salgueiro, Telhado e Alcaria e, segundo o Decreto-Lei n.º 442/99, de 2 de novembro, que aprovou os Estatutos das Zonas Vitivinícolas de Castelo Rodrigo, Cova da Beira e Pinhel, os seus vinhos são reconhecidos como aptos a merecerem o estatuto de vinhos de qualidade produzidos em região demarcada (VQPRD).

Gráfico 5: Áreas ocupadas por culturas permanentes no concelho do Fundão



Fonte: INE, Recenseamento Geral da Agricultura, 2009
(dados mais recentes do INE, em 2021)

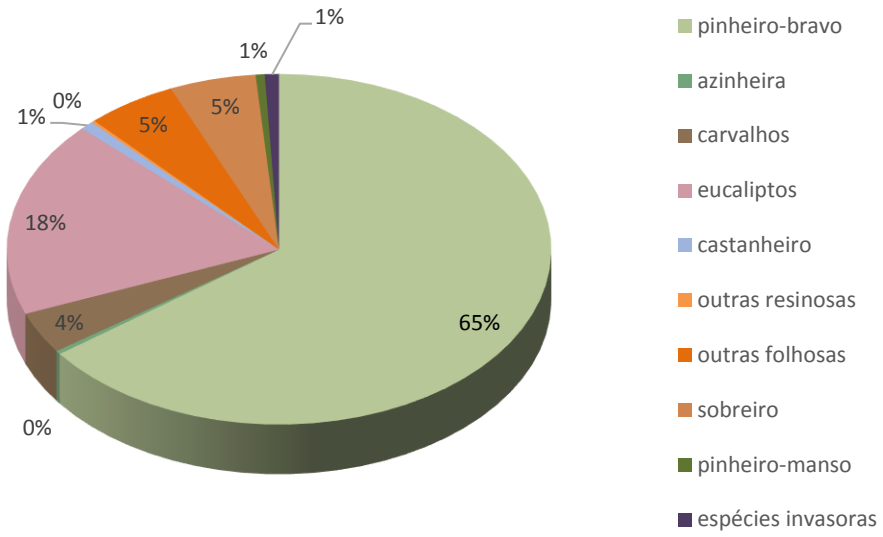
É nas margens das ribeiras da Meimoa, do Taveiro e Turgalha que se verifica alguma diversidade de culturas com a presença de culturas cerealíferas, leguminosas, vinha e pomares de pessegueiro. Nas zonas aluvionares da ribeira da Meimoa cultiva-se tabaco, milho e tomate. É aqui, e a Norte da sede de concelho, que se localiza uma mancha de solos com alta capacidade de uso, de tal modo que fazem parte da área de Regadio da Cova da Beira.

Ocupação Florestal

Mediante a análise da Carta de Ocupação do Solo (COS 2018), conclui-se que as áreas florestais de pinheiro-bravo são as que dominam no território do Fundão (65%), seguido do eucalipto (18%), dos sobreiros (5%), outras folhosas (5%) e dos carvalhos (4%). Este facto traduz-se, também, na Carta de Ocupação do Solo do Fundão, com povoamentos de pinheiro bravo, a Oeste, na zona do sistema da serra da Gardunha, nas freguesias de Alcaide, Enxames e Vale dos Prazeres bem como em várias manchas dispersas no resto do território. Os principais povoamentos de eucalipto surgem, a Nordeste, no Salgueiro, em Vale dos Prazeres, em Fatela, em Enxames, na Capinha e, a Sudeste, na Orca. Os carvalhais, de grande valor ecológico, têm maior expressão numa faixa a Norte do concelho (Capinha, Pêro Viseu, Fatela, Valverde e Alcaria). Devem ainda mencionar-se os povoamentos de castanheiro concentrados nas freguesias de Alcongosta, do Fundão, da Capinha, de Donas e de Alcaide, bem como

ao longo da ribeira da Meimoa. A presença de sobreiro é relativamente diminuta estando as maiores manchas presentes nas freguesias da Orca, de Castelo Novo e da Mata da Rainha. Os povoamentos mistos são frequentes – pinheiro-bravo e sobreiro, pinheiro-bravo e carvalho, pinheiro-bravo e castanheiro, pinheiro-bravo e eucalipto, castanheiro e carvalho e eucalipto e carvalho.

Gráfico 6: Distribuição das espécies florestais no concelho do Fundão



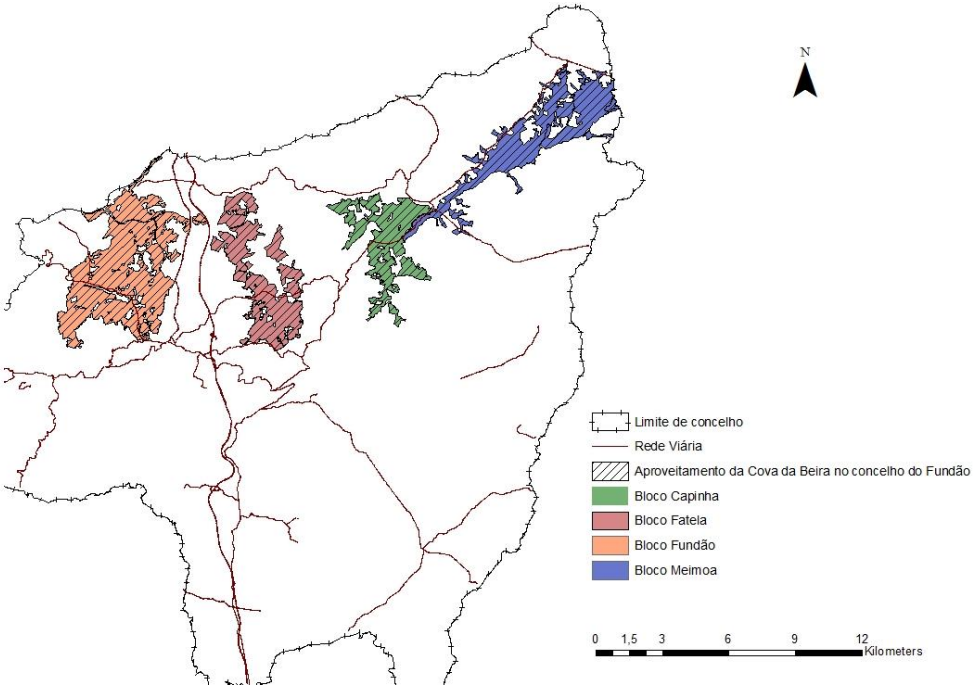
Fonte: DGT, COS 2018

5.2.2 Aproveitamento Hidroagrícola da Cova da Beira

Localizado na bacia superior do rio Zêzere e do Alto Coa, o Aproveitamento Hidroagrícola da Cova da Beira (AHCB) tem uma área beneficiada de 12.500 ha e prevê que se venha a beneficiar, através do regadio, os concelhos do Fundão, Sabugal, Belmonte, Covilhã e Penamacor, o sistema de abastecimento de água dos concelhos do Fundão, Sabugal, Pinhel e Penamacor, a regularização fluvial, a defesa contra as cheias e a produção de energia elétrica. No concelho do Fundão, as freguesias beneficiadas por este Aproveitamento são: Alcaide, Alcaria, Aldeia de Joanes, Aldeia Nova do Cabo, Capinha, Donas, Enxames, Fatela, Fundão, Pêro Viseu, Telhado, Valverde e Salgueiro.

O Despacho n.º 2107/2015, de 27 de fevereiro, procede à publicação da base cartográfica relativa aos projetos de execução das redes secundárias de rega do aproveitamento hidroagrícola da Cova da Beira, de que resulta fixado o perímetro de rega.

Figura 17: Aproveitamento Hidroagrícola da Cova da Beira (blocos da Covilhã, Fundão e Fatela)



Fonte: DGADR, 2015

O AHCB teve a construção no período de 2009 a 2013, numa área total de 5662 ha, das seguintes infraestruturas[6]:

Quadro 14: Aproveitamento Hidroagrícola da Cova da Beira

	Bloco da Covilhã	Bloco da Fatela	Bloco da Capinha	Bloco do Fundão
Área	1.643 ha	1.134 ha	864 ha	2.021 ha
Rede de Rega:	66.642 m	35.900 m	32.300 m	64.600 m
Rede de Drenagem	5.400 m	5.700 m	2.600 m	5.200 m
Rede Viária:	30.187 m	21.300 m	8.700 m	18.000 m

Foram também construídos os seguintes reservatórios:

- Reservatório de Peraboa: Vol. útil de regularização — 34.700 m3
- Reservatório do Ferro: Vol. útil de regularização — 20.000 m3
- Reservatório da Fatela: Vol. útil de regularização — 16.500 m3
- Reservatório da Capinha: Vol. útil de regularização — 19.600 m3

[6] Consulta na internet do portal *http://sir.dgadr.pt/images/conteudos/regadios/fichas/reg_exploracao/Centro/Cova_da_Beira.pdf*

- Reservatório do Fundão: Vol. útil de regularização — 32.000 m3

Em junho de 2015 foram inauguradas as obras de infraestruturação da totalidade dos blocos de rega do AHCB e a sua entrada em funcionamento. As obras realizadas permitiram beneficiar 12.500 ha, através do regadio e abastecer publicamente os concelhos de Sabugal, Almeida, Pinhel, Penamacor, Belmonte e Fundão (80.000 habitantes no total).

Encontrando-se atualmente em fase de adesão de regantes, o perímetro ainda não se encontra em utilização plena. O nível de adesão dentro do perímetro tem vindo a aumentar regularmente, particularmente em resposta a novos investimentos em fruticultura de frutos frescos e secos. O aumento de regantes precários (fora do perímetro), que atingiu um valor próximo de 2000 ha, encontra-se atualmente condicionado o seu aumento por decisão ministerial.

Por se tratar de uma zona de elevada sensibilidade a eventuais alterações climáticas, a sua preservação deverá ser acautelada pelo elevado valor ecológico, económico e social que representa.

Nesse sentido o AHCB poderá atenuar o impacto das eventuais alterações climáticas e contribuir para a sua mitigação (através da diminuição da produção de gases com efeito de estufa, diminuindo a anormal subida da temperatura e a consequente alteração do ciclo hidrológico), estando de acordo com várias medidas preconizadas no Plano Intermunicipal e planos municipais para as alterações climáticas apresentado pela Comunidade intermunicipal das Beiras e Serra da Estrela em 2019, como a melhoria do uso eficiente da água e a redução de desperdícios, criação de sistemas de rega alternativos, etc.

Poderá, também, contribuir decisivamente para a adaptação e maior resiliência do território, constituindo uma reserva de água estratégica para diferentes usos (rega, abastecimento público e produção de energia), para a sustentabilidade dos ecossistemas fluviais e para fazer face aos fenómenos extremos.

5.2.3 Aproveitamento hidroagrícola da Gardunha Sul

No concelho do Fundão interessa ainda referir os projetos de Aproveitamento hidroagrícola da Gardunha Sul:

- Aproveitamento hidroagrícola da Gardunha Sul – Bloco Marateca - o Estudo de Viabilidade do Bloco da Marateca, parte integrante do Aproveitamento Hidroagrícola da Gardunha Sul, incide numa área que abrange os concelhos do Fundão e Castelo Branco, no distrito de Castelo Branco. O Bloco da Marateca, com uma área total de aproximadamente 2 000 ha, compreende 1000 ha nas freguesias da Soalheira e Castelo Novo, no concelho do Fundão.

  Após parecer favorável emitido pela Autoridade Nacional do Regadio, que revela reconhecido mérito como atesta o parecer da Direção Geral de Agricultura e Desenvolvimento Rural

(DGADR), foi submetida uma candidatura no contexto do Aviso nº2 do programa nacional de regadios. Este bloco foi projetado para 2 fins – o abastecimento público (já a vigorar) e a rega (ainda em fase de execução).

- Aproveitamento hidroagrícola da Gardunha Sul – Blocos gravíticos nº1 e nº2 - o Estudo de Viabilidade que contempla aproximadamente 5000 ha no concelho do Fundão, encontra-se elaborado e aguarda oportunidade de abertura de concurso no âmbito do Programa Nacional de Regadios. Estes blocos encontram-se em fase de análise.

5.3 VALORES NATURAIS

5.3.1 Flora[7]

A maior parte do concelho do Fundão integra-se no chamado Carvalhal da Zona Continental Seca e Fria. Este apresenta temperaturas baixas de inverno, com ventos frios e secos e presença de neve, e elevadas no verão com baixa humidade relativa e largo período de seca estival. As espécies arbóreas mais comuns são: o carvalho-negral (*Quercus pyrenaica*), o carvalho-roble (*Quercus robur*), o sobreiro (*Quercus suber*), a azinheira (*Quercus rotundifolia*), o pinheiro-manso (*Pinus pinea*), o medronheiro (*Arbutus unedo*), o vidoeiro (*Betula pubescens*), a tramazeira (*Sorbus aucuparia*), o catapereiro (*Pyrus pyraster*), a cerejeira-brava (*Prunus avium*) e o azevinho (*Ilex aquifolium*). Quanto aos arbustos, são o pilriteiro (*Crataegus monogyna*), o abrunheiro-bravo (*Prunus spinosa*), o teixo (*Taxus baccata*), a giesteira-das-vassouras (*Cytisus scoparius* var. *eriocarpus*), a giesteira-branca (*Cytisus multiflorus*), o amieiro-negro (*Fragula alnus*), o arando (*Vaccinium myrtillus*), a roseira-brava (*Rosa sempervirens*) e o zimbro (*Juniperus communis* ssp. *alpina*) as espécies que o caracterizam. Considera-se esta a zona limite da cultura do pinheiro-bravo (*Pinus pinaster*).

A região Sudeste do município já se integra numa zona com características diferentes – Carvalhal da Zona Continental Seca e Quente – onde as temperaturas extremas são muito elevadas no verão, com ventos secos e quentes, e relativamente baixas no inverno, com ventos secos e frios. Aqui, o período estival é de cerca de 4 meses. As espécies presentes são o carvalho-negral (*Quercus pyrenaica*), o carvalho-cerquinho (*Quercus faginea*), o sobreiro (*Quercus suber*), a azinheira (*Quercus rotundifolia*), o carrasco (*Quercus coccifera*) o pinheiro-manso (*Pinus pinea*), o medronheiro (*Arbutus unedo*), o zambujeiro (*Olea europaea* var. *sylvestris*), o catapereiro (*Pirus piraster*) e a zêlha (*Acer monspessulanum*), no estrato arbóreo, enquanto que o estrato arbustivo é marcado por espécies como a gilbardeira (*Ruscus aculeatus*), o espargo-bravo-menor (*Asparagus acutifolius*), o estrepes (*Asparagus albus*), a giesteira-branca (*Cytisus multiflorus*), o piorno-amarelo (*Retama sphaerocarpa*), a cornalheira (*Pistacia terebinthus*), o lentisco (*Phillyrea angustifolia*), o jasmineiro-do-monte (*Jasminum fruticans*),

[7] Caldeira Cabral, F., Ribeiro Telles, G. – A Árvore em Portugal, Lisboa, 1999.

a madressilva-caprina (*Lonicera etrusca*), o sanguinho-das-sebes (*Rhamnus alaternus*), o loendro (*Nerium oleander*) e a bela-luz (*Thymus mastichina*).

No entanto, a vegetação que ocorre atualmente na maior parte do território concelhio, diferencia-se do coberto vegetal espontâneo ou característico na região. Com efeito, da identificação da atual composição vegetal do território, com vegetação arbustiva baixa (*Cistus ladanifer* (Esteva), *Erica scoparia* (Urze), *Lavandula stoechas* (Rosmaninho), *Genista triacanthos* (Tojo), etc.), depreende-se que ela estará diretamente relacionada com a ocupação humana, de que depende, o que implicou o estabelecimento de usos que se adaptassem às novas exigências.

É de salientar a presença da abrótega (*Asphodelus bento-rainhae* subsp. *bento-rainhae*), uma planta endémica da vertente Norte da serra da Gardunha, que se instala nos soutos e carvalhais, em altitudes compreendidas entre 490 e 850m, ou nas beiras dos caminhos e pomares de cerejeiras. Devido à importância na conservação deste endemismo, implementando-se o projeto Life Natureza[8], desenvolvido pela Associação de Defesa e Desenvolvimento da Serra da Gardunha, em parceria com a Câmara Municipal do Fundão, a fim de, com a conciliação das atividades socioeconómicas, conservar os seus habitats.

Fotografia 5: Mancha de sobreiros - Telhado

Fotografia 6: Urze – Janeiro de Cima

5.3.2 Rede Natura 2000

A criação da Rede Natura 2000 resulta de duas diretivas comunitárias: a Diretiva 79/409/CEE, relativa à proteção das aves selvagens – Diretiva das Aves, e a Diretiva n.º 92/43/CEE, de 21 de maio, relativa à preservação dos habitats naturais, da fauna e da flora selvagens – Diretiva Habitats. Em Portugal, a transposição para a ordem jurídica interna foi inicialmente efetuada pelo Decreto-Lei n.º 226/97, de 27 de agosto, que estabelecia a criação de ZEC – Zonas Especiais de Conservação (baseado nos sítios de

[8] Os projetos Life-Natureza são o instrumento financeiro da Comunidade Europeia para a implementação da Diretiva 92/43/CEE (Diretiva Habitats) nos estados membros, tendo em vista a construção de uma rede transeuropeia de áreas de conservação da Natureza (Rede Natura 2000). (Fonte: www.gardunha.com)

importância comunitária – SIC) e as ZPE – Zonas de Proteção Especial. Seguidamente, procedeu-se à aprovação da Lista Nacional de Sítios (1ª fase – SIC), através da resolução de Conselho de Ministros n.º 142/97, de 28 de agosto. Por fim, surgiu a 2ª lista nacional de sítios, com a Resolução do Conselho de Ministros n.º 76/2000, de 5 de julho, e o estabelecimento de Zonas de Proteção Especial - ZPE para o Continente com o Decreto-Lei n.º 384-B/99, de 23 de setembro.

O Decreto-Lei nº 140/99, de 24 de abril com a redação dada pelo Decreto-Lei nº 49/2005, de 24 de fevereiro, foi alvo de alteração através do Decreto-Lei nº 156-A/2013, de 8 de novembro, com vista a proceder à adaptação dos anexos B-I, B-II e B-IV do Decreto-Lei nº 140/99, de 24 de abril, alterado pelo Decreto-Lei nº 49/2005, de 24 de fevereiro, assim como, proceder a alguns ajustamentos ao referido diploma, tendo em vista a sua simplificação e clarificação. A Portaria nº 29/2007, de 1 de agosto, publicitou que "Os sítios da lista nacional de sítios aprovados ela Resolução o Conselho de Ministros nº 142/97, de 28 de agosto (1ª fase), alterada ela Resolução do Conselho de Ministros nº 135/2004, de 30 e setembro (sítio Gardunha), e pela Resolução o Conselho de Ministros nº 76/2000, de 5 de julho (2ª fase), respetivamente, foram reconhecidos como sítios de importância comunitária (SIC), tendo sido aprovados pelas Decisões a Comissão nºs2004/813/CE, de 7 de dezembro e 2006/613/CE de 19 julho".

Segundo o Decreto-Lei n.º 49/2005, os instrumentos de gestão territorial aplicáveis nas ZEC e nas ZPE devem garantir a conservação dos habitats e das populações das espécies em função dos quais as referidas zonas foram classificadas. Porém, quando a totalidade ou parte das ZEC e ZPE se localizam dentro dos limites de áreas protegidas, classificadas nos termos da lei, o objetivo previsto no número anterior é assegurado através de planos especiais de ordenamento das áreas protegidas (art. 8º, ponto 2).

Mais recentemente, foi publicado o Decreto Regulamentar n.º 1/2020, de 16 de março, que procede à classificação como zonas especiais de conservação (ZEC) dos sítios de importância comunitária (SIC) do território de Portugal Continental, no anexo I do decreto regulamentar, e estabelece medidas de conservação, medidas de salvaguardar e medidas complementares de conservação para as zonas especiais de conservação. Com a publicação deste diploma, o sítio Serra da Gardunha (PTCON0028) passou a designar-se por PTCON0028 – Zona Especial de Conservação Serra da Gardunha.

A Rede Natura 2000 é objeto de um plano sectorial, elaborado nos termos do Decreto-Lei n.º 380/99, de 22 de setembro e da Resolução do Conselho de Ministros n.º 66/2001, de 6 de junho, aprovado pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 115-A/2008, de 21 de julho, tendo em conta o desenvolvimento económico e social das áreas abrangidas e estabelecendo orientações para:

- A gestão territorial nos sítios da lista nacional de sítios, nos sítios de importância comunitária, nas ZEC e nas ZPE;

- As medidas referentes à conservação das espécies da fauna, flora e habitats.

Neste contexto, o concelho do Fundão inclui o sítio Serra da Gardunha (PTCON0028) que se passa a descrever.

No sítio Serra da Gardunha estão presentes diversos habitats naturais e seminaturais constantes do Anexo B-I do Decreto-Lei n.º 140/99 de 24 de abril, entre eles:

- **4030 - Charnecas Secas Europeias** - Urzais, urzais-estevais, urzais-tojais, tojais e tojais-estevais heliófilos, mesofilos ou xerófilos de substratos duros. Este habitat está presente predominantemente na freguesia de Souto da Casa e São Vicente da Beira, ocorrendo pequenas manchas nas freguesias do Alcaide, Alpedrinha, Alcongosta e Vale de Prazeres.
- **4090 - Charnecas Oromediterrânicas Endémicas Com Giestas Espinhosas** - Comunidades orófilas de leguminosas espinhosas em forma de almofada, em Portugal representadas pelas comunidades do endemismo ibérico Equinospartum ibericum. A área deste habitat situa-se nas freguesias de Castelo Novo, Souto da Casa, Alpedrinha, São Vicente da Beira, Louriçal do Campo e Alcongosta.
- **6310 - Montados de Quercus Spp. de Folha Perene** - Mosaico de pastagens naturais perenes sob coberto variável, pouco denso, de sobreiros (Quercus suber) ou/e azinheiras (Quercus rotundifolia), associado a um sistema de pastorícia extensiva por ovinos e por vezes incluindo parcialmente sistemas de agricultura arvense extensiva em rotações longas. São dominadas por hemicriptófitos cespitosos, principalmente Poa bulbosa, Trifolium sp. pl. e Plantago sp. pl. e mais raramente correspondem a pastagens anuais.
- **- 91E0* - Florestas Aluviais de *Alnus glutinosa* e *Fraxinus excelsior*** (*Alno-Padion, Alnion incanae, Salicion albae*) (habitat prioritário) - Bosques caducifólios, frequentemente densos e sombrios, ripícolas ou paludosos. Ausentes dos cursos de água temporários ou de acusado regime torrencial. Está presente em maior área na freguesia do Souto da Casa e Alcongosta, existindo pontualmente também nas freguesias de Alcaide, Donas, Castelo Novo, Louriçal do Campo e São Vicente da Beira.
- **9230 - Carvalhais Galaico-Portugueses de *Quercus robur* e *Quercus pyrenaica*** - Mesobosques caducifólios climácicos dominados por Quercus robur e/ou Quercus pyrenaica, pontualmente por Betula celtiberica. Ocorre nas freguesias de Alcongosta, Aldeia de Joanes, Alcaide e São Vicente da Beira.
- **9260 - Florestas de *Castanea sativa*** - Formações dominadas por Castanea sativa, quer para produção de varas, quer para produção de castanha com árvores velhas. Este habitat ocorre predominantemente na vertente norte da serra nas freguesias de Alcongosta,

Alcaide, Donas, Fundão, Aldeia Nova do Cabo e Aldeia de Joanes. Existindo apenas uma pequena área nas freguesias de Alpedrinha, Castelo Novo e São Vicente da Beira.

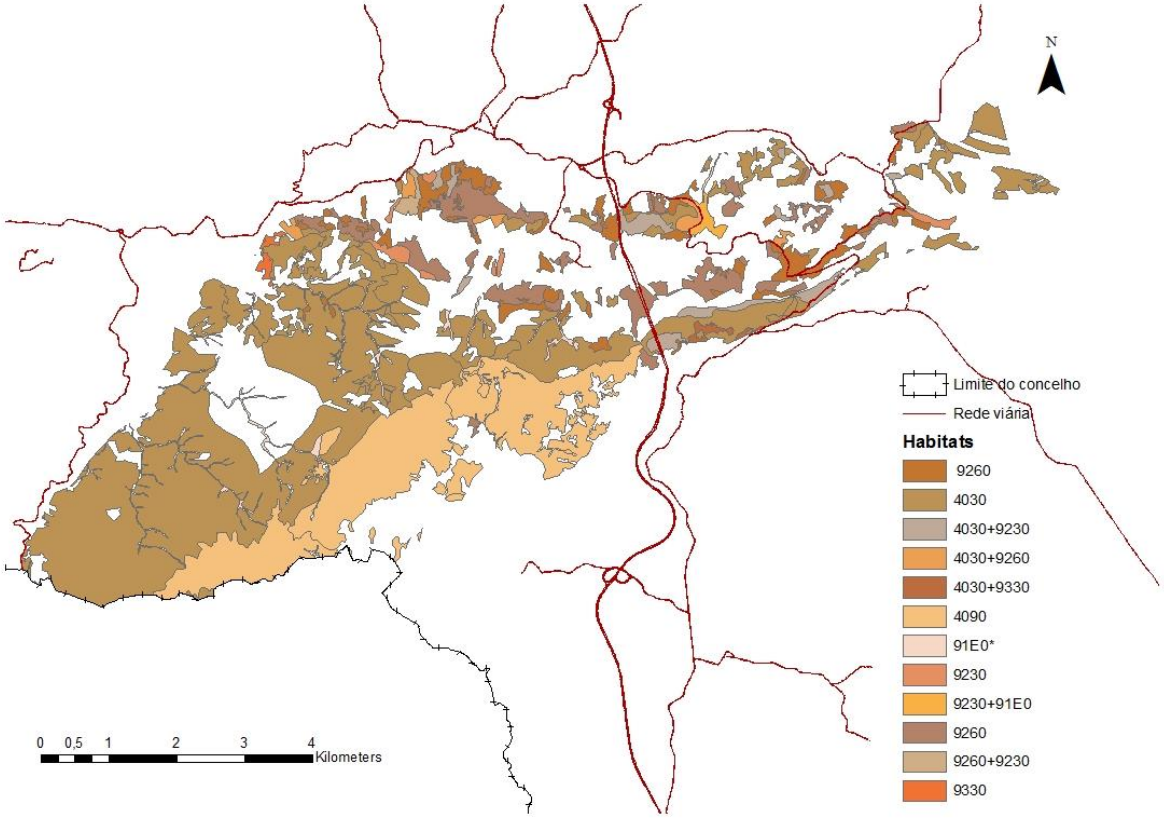
- **9330 - Florestas de *Quercus suber*** - São bosques de copado cerrado, dominados por Quercus suber, por vezes codominados por outras árvores; com estratos lianóide, arbustivo latifoliado/espinhoso e herbáceo vivaz ombrófilo bem desenvolvidos e com intervenção humana reduzida ou nula sob coberto. Existe uma pequena área na vertente norte da serra na freguesia do Souto da Casa.

No Quadro seguinte estão referenciados os locais onde coexistem simultaneamente dois habitats naturais:

Quadro 15: Localização geral na Serra da Gardunha dos habitats naturais da Rede Natura 2000

HABITATS NATURAIS	LOCALIZAÇÃO
9230 Carvalhais galaico-portugueses de *Quercus robur* e *Quercus pyrenaica* 4030 Charnecas secas europeias	Pequenas áreas na vertente Este da serra nas freguesias de Alcaide, Vale de Prazeres, Alpedrinha, Donas, Fundão e Alcongosta
4030 Charnecas secas europeias 9260 Florestas de *Castanea sativa*	Pequenas áreas na vertente Norte nas freguesias do Souto da Casa, Aldeia de Joanes, Fundão, Donas e Alcaide
4030 Charnecas secas europeias 9330 Florestas de *Quercus suber*	Existe uma pequena área na vertente Sul da serra na freguesia de Alpedrinha
9230 Carvalhais galaico-portugueses de *Quercus robur* e *Quercus pyrenaica* 91E0* Florestas aluviais de *Alnus glutinosa* e *Fraxinus excelsior* (*Alno-Padion, Alnion incanae, Salicion albae)*	Estão presentes na vertente Norte da serra nas freguesias de Donas e Alcaide
9260 Florestas de *Castanea sativa* 9230 Carvalhais galaico-portugueses de *Quercus robur* e *Quercus pyrenaica*	Ocorrem na vertente Sul, na freguesia de Aldeia de Joanes, existindo uma pequena área na freguesia de Alpedrinha

Figura 18: Habitats da ZEC Serra da Gardunha da Rede da Natura 2000



5.3.3 Paisagem Protegida Regional da Serra da Gardunha

A Serra da Gardunha faz parte da Rede Nacional de Áreas Protegidas como PPRSG – Paisagem Protegida Regional da Serra da Gardunha: Aviso n.º 6151/2014, D.R. 2.ª série - N.º 95 - 16 de maio, Declaração de retificação n.º 1050/2014, publicada no D.R. 2.ª série, n.º 199, de 15 de outubro e Declaração de retificação n.º 1288/2014, D.R. 2.ª série - N.º 241 de 15 de dezembro.

A Serra apresenta uma forte intervenção humana, o uso do solo é predominantemente agrícola com alguns usos florestais (sobretudo pinhal e eucaliptal). Nas encostas norte e nordeste, os cerejais ocupam os solos com melhor aptidão agrícola, assumindo grande importância na economia local. Esta vertente é, também, caracterizada pela presença de castinçais e carvalhais, e pela ocorrência da espécie *Asphoelus bento-rainhhae* subsp*. bento-rainhae,* um endemismo lusitano exclusivo deste sistema montanhoso.

Na vertente sul, os matos assumem uma forte expressão, resultado dos incêndios florestais e do abandono agrícola, sendo compostos essencialmente, por giestas, urzes e tojos, conferindo dinâmica e cor à paisagem serrana. Destaca-se de entre este conjunto, comunidades de montanha de caldoneira,

um endemismo ibérico. Quanto à fauna, verifica-se a ocorrência de várias espécies, incluídas no Anexo II da Diretiva Habitats e possui 17 comunidades vegetais do Anexo I da mesma Diretiva.

Na área envolvente aos aglomerados urbanos, predominam as áreas agrícolas de policultura, com forte presença das hortícolas e do olival.

A vertente sul é, ainda, marcada pelos seus afloramentos rochosos de granito, cobertos por vegetação rasteira ou sem qualquer vegetação. São, também, caraterísticos o castanheiro, o carvalho e o sobreiro, que se encontram bastante ameaçados pela ação humana e pelos incêndios florestais que aí ocorrem.

As galerias ripícolas têm uma expressão bastante reduzida, sendo na maioria compostas por exemplares de amieiros e salgueiros. Salienta-se o facto de apenas o amial – que corresponde ao *habitat* 91EO – Florestas aluviais de *Alnus glutinosa* e *Fraxinus excelsior* (*Alno-Padio*, *Alnion incanae*, *Salicion albae*) – se encontra classificado como *habitat* prioritário para a conservação, ao abrigo do Plano Setorial da Rede Natura 2000.

A existência de "Aldeias históricas", Castelo Novo e Alpedrinha, constituem elementos culturais que reforçam a identidade desta paisagem. O domínio dos solos litólicos com alguns afloramentos rochosos fazem com que estas terras sejam pouco férteis e de reduzida acessibilidade e, portanto, pouco povoadas.

Para além das aldeias históricas, a Serra da Gardunha possui um conjunto significativo de valores patrimoniais arquitetónicos e diversos vestígios arqueológicos, resultado de milhares de anos de povoamento nesta área e que se enraizaram na paisagem, a qual, ao longo dos séculos se foi transformando e que agora importa estudar, proteger e divulgar.

5.3.4 Árvores Classificadas

É de referir a classificação como arvoredo de interesse público de um exemplar da espécie *Morus nigra L.,* situado no Largo da Amoreira, União das Freguesias de Póvoa de Atalaia e Atalaia do Campo, do concelho do Fundão (Despacho nº 5926/2020, de 29 de maio).

Para além deste exemplar, existe árvores monumentais com são o caso de uma oliveira com cerca de dois mil anos, localizada na freguesia de Orca, e o denominado "carvalho da honra", localizado na freguesia da Capinha, que deverão ser classificados num futuro próximo.

5.3.5 Outros valores naturais

O Concelho é abrangido pela Zona Especial de Conservação Serra da Gardunha (PTCON0028), numa vasta área, e este, por sua vez, encerra uma variedade e quantidade de valores naturais, que foram já

descritos no respetivo subcapítulo. Deste modo, quanto a outros valores naturais, resta mencionar os aspetos considerados mais importantes, resultantes da observação empírica do território.

Com uma diversidade marcante, advinda da riqueza das suas paisagens que, ao estenderem-se por vales e montanhas, bons e maus solos, regadios e matagais, o território expressa uma beleza única na região, que varia consoante a estação do ano.

Assim, o Concelho proporciona excelentes vistas panorâmicas que permitem usufruir da sua beleza paisagística. Destaca-se a vista da Casa da Floresta, no alto da serra da Gardunha para Sul, bem como para o vale do Fundão, com a serra da Estrela como pano de fundo; da EN18 também para o vale do Fundão e serra da Estrela; do alto do castelo de Castelo Novo, com as encostas de afloramentos de granito, a Norte, e, a Sul, as planícies com atividade agrícola e manchas florestais; da estrada da Cortiçada para a Quinta do Monte Real e do Vale de Prazeres para o relevo suave, a Sul, com policultura e olival, contrastando com o coberto florestal nas encostas declivosas da serra da Gardunha; do miradouro da Mata da Rainha, para um relevo mais ondulado no concelho de Penamacor, cuja fronteira é o ribeiro do Taveiro; do marco geodésico de Fragana, na freguesia de Escarigo, para o vale agrícola da ribeira da Meimoa; do alto do aglomerado de Pêro Viseu para a serra da Gardunha e para o vale da ribeira da Meimoa e do Fundão; da estrada de Pêro Viseu para Alcaria que, com vista para o Fundão, atravessa campos agrícolas com manchas de carvalhal; da EM1065, na Aldeia de Joanes, para a serra da Estrela; da capela de Santa Luzia, freguesia de Castelejo, para a serra da Maunça e serra da Gardunha; do Alto de S. Domingos e da Maunça que, devido às altitudes que atingem (904m e 1005m, respetivamente), proporcionam vistas panorâmicas em todas as direções; de Lavacolhos para a ribeira de Ximassas; da capela da Senhora da Rocha para o rio Zêzere e da EN238 para vários pontos do rio Zêzere entre Janeiro de Cima e Alqueidão.

Fotografia 7: Vista da Casa da Floresta - Gardunha

As estradas com interesse paisagístico proporcionam vistas panorâmicas e têm uma envolvente que, de algum modo, merece ser mencionada. A estrada que liga Carvalhal a Fatela, integrada num relevo suave, é envolvida por prados interrompidos por manchas de sobreiros e carvalhos e atravessa a ribeira da Pouca Farinha, com galeria ripícola bem constituída. Esta mesma estrada, entre Fatela e a EN345, já com um relevo mais acentuado, apresenta, no primeiro troço, o território mais compartimentado com manchas de carvalho, sobreiros e prados, criando-se, inicialmente, um alinhamento de sobreiros sendo que, mais à frente, a estrada é abraçada por um povoamento de pinheiro bravo; a EN345, entre o cruzamento de Enxames e o cruzamento de Capinha, para além do alinhamento de pinheiros em parte do percurso, o pinhal, o carvalhal e os prados também estão presentes. Mais para Este, e depois de atravessar o ribeiro de Enxames, a estrada, agora com alinhamentos de bétulas, acompanha a ribeira da Meimoa; a estrada de Pêro Viseu para o Carvalhal, com o revelo ondulado suave, atravessa a ribeira da Meimoa e desce até à ribeira da Pouca Farinha, entre matos, prados e manchas de carvalhal; a EN18 de Vale de Prazeres para o Fundão, ao subir a serra da Gardunha, cria situações de excelentes vistas panorâmicas por entre a vegetação que cobre a encosta e, quando desce para a cidade do Fundão, segue a encosta em socalcos onde se instalam os pomares de cerejeiras, com troços com alinhamentos de choupos; a EN352 de Vale do Paloio para Vale de Urso, num sinuoso percurso de encosta, junto à serra da Gardunha, com manchas de pinhal ou de vegetação rasteira de urzes e tojo e, nos vales, prados e culturas anuais; a EN517, entre Enxabarda e Vale de Açor, com vários pontos de vista, quer para a serra da Gardunha, quer para a serra da Maunça, com manchas de pinhal e matos de urze e tojo; a estrada para o Rio, antigas instalações de apoio das minas da Panasqueira, com interessantes vistas para o rio Zêzere; a estrada entre Boxinos e Malhada Velha, freguesia de Bogas de Cima, integrada numa zona de pinhal, com vistas de interesse e a estrada para Alqueidão, ao longo do rio Zêzere.

Entre os caminhos rurais de interesse paisagístico indicam-se o caminho de acesso à capela de S. Macário, em Alcaide, entre vegetação arbórea com alinhamentos de cedros e pinheiros e o caminho para a casa da floresta, na serra da Gardunha, também chamado "caminho da floresta" onde se encontram vestígios de uma estrada romana, e onde os de pinheiros, carvalhos e cedros criam uma mata densa nas encostas declivosas.

Pela paisagem que apresenta, como já foi mencionado, poder-se-á considerar que todo o Concelho é de interesse paisagístico. Ao nível de representação na Planta afeta a este tema, são localizados, pontualmente, outros locais de interesse paisagístico que, de algum modo, se destacam do resto do território. Assim têm-se:

Figura 19: Vista EN517

1. Parque fluvial de Alcaria – de pequenas dimensões, mas de grande importância, esta praia fluvial faz a ligação do aglomerado ao rio Zêzere;
2. Parque fluvial do Souto da Casa – situado entre levadas e azenhas de águas puras e cristalinas que correm livremente por entre a vegetação, dando vida aos campos agrícolas que ainda existem;
3. Parque fluvial de Lacavolhos – encontra-se rodeada de pinhais e possui águas límpidas e refrescantes, em plena comunhão com a natureza. Possui um conjunto de infraestruturas de apoio, como bar e parque de merendas;
4. Parque fluvial da Lavandeira (Janeiro de Cima) – nas margens do Rio Zêzere, esta praia fluvial tem estruturas de apoio e permite um fácil acesso ao plano de água. A margem direita tem declives elevados e pertence ao concelho da Pampilhosa da Serra;
5. Praia fluvial de Castelo Novo – situa-se em plena Serra da Gardunha, à entrada da aldeia histórica de Castelo Novo. O conjunto de enorme valor paisagístico e recreativo, formado pelas águas cristalinas da Ribeira de Alpreade e as várias cascatas, convida à estadia ou apenas ao passeio ao longo da Ribeira, fazendo o percurso histórico de Castelo Novo. Tem estruturas de apoio como zona de merendas, zona de relva e parque de estacionamento;

Fotografia 8: Parque fluvial da Lavandeira

6. Parque fluvial da Barroca – neste local, embora o rio Zêzere não tenha uma galeria ripícola muito desenvolvida, as margens apresentam afloramentos muito interessantes e as encostas declivosas estão cobertas de matos. Uma pequena represa cria duas zonas distintas - a montante um espelho de água calmo e a jusante um leito mais agitado e com afloramentos de rocha;
7. Barragem do Escarigo – de utilização livre, este plano de água apresenta uma zona de lazer com bar, parque infantil e um parque de merendas. Estes equipamentos estão integrados em manchas de pinheiro e carvalho;
8. Barragem da Capinha – classificada como protegida, esta barragem integra infraestruturas de apoio – circuito de manutenção, parque de merendas, e piscina. Na zona a jusante da barragem, onde se encontram implantados o circuito de manutenção

e o parque de merendas, verificam-se manchas de carvalho e alguns afloramentos rochosos;

9. Moinhos da Ponte – na ribeira da Meimoa, com uma pequena represa, localiza-se na margem direita uma antiga azenha, integrada numa zona plana com alguns afloramentos rochosos, onde também se encontram duas pequenas casas abandonadas;
10. Azenha da Ponte – localiza-se no cruzamento da EN352 com a ribeira do Tormentoso. Esta linha de água tem uma galeria ripícola bem constituída e, nas suas margens, encontram-se uma antiga azenha e lameiros;
11. Barragem de Santa Águeda – classificada como protegida, esta barragem tem grandes dimensões, estando apenas parte dentro dos limites do concelho do Fundão; Tem uma elevada diversidade biológica;
12. Rio Zêzere – Alqueidão – onde o rio Zêzere curva, a ocupação é agrícola nos terrenos mais planos e as encostas declivosas estão cobertas maioritariamente por matos. A presença do curso de água é muito marcante na paisagem.

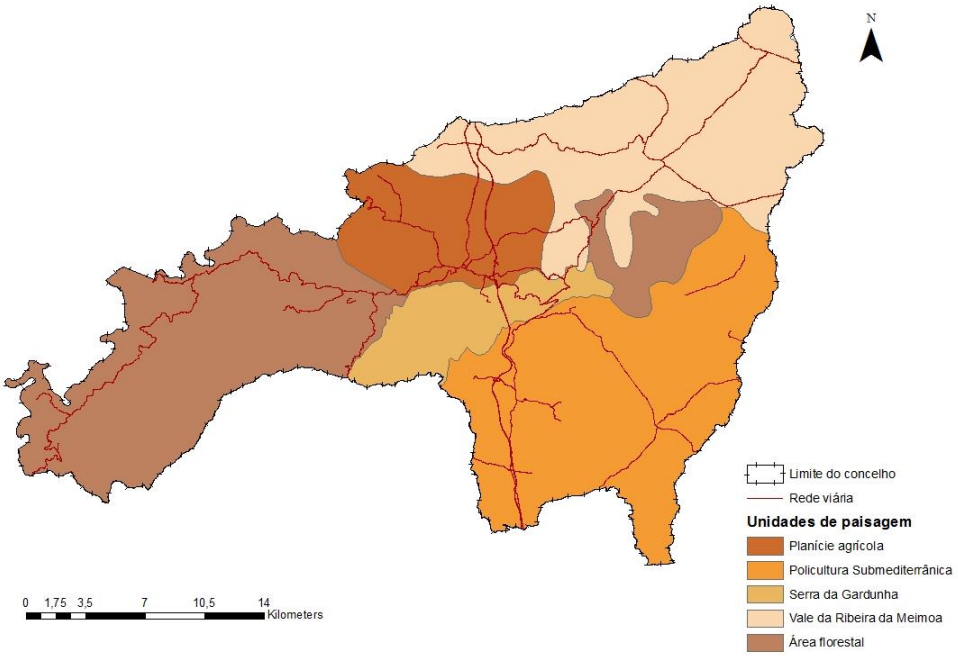
5.4 UNIDADES DE PAISAGEM

A definição de unidades de paisagem surge da análise conjunta e integrada de vários fatores intervenientes na paisagem. O processo de marcação passa pela definição de macro-unidades com base nas características litológicas/geomorfológicas, climatológicas e de relevo do território, após o que se desce a um nível de classificação mais operativo com base nas restantes características consideradas, de que ressaltam o uso atual do solo e as suas potencialidades de utilização. No concelho do Fundão, diferenciam-se cinco grandes áreas, com geologia, características climáticas e relevo distintas havendo, inevitavelmente uma diferente ocupação do solo. Assim, podem definir-se as seguintes unidades de paisagem:

- Área Florestal – na parte ocidental do Concelho, com povoamentos de pinheiro-bravo ou ocupação de matos rasteiros, insere-se numa zona de relevo muito ondulado e declives acentuados. Nos vales, junto das linhas de água, verificam-se terrenos com agricultura de subsistência;
- Planície Agrícola – abrangendo parte das freguesias do Fundão, Aldeia de Joanes, Aldeia Nova do Cabo, Alcaria, Donas e Valverde, apresenta um declive muito reduzido e predominam os solos litólicos não húmicos associados a aluviossolos com elevada capacidade produtiva. A ocupação do solo é fundamentalmente feita por pomares (cerejeiras, pessegueiros e macieiras), forragens, produtos hortícolas, vinha e culturas arvenses. É aqui que incide parte do Aproveitamento Hidroagrícola da Cova da Beira;

- Vale da Ribeira da Meimoa – na faixa Norte do Concelho, integrando a ribeira da Meimoa, e com relevo mais acentuado, os solos são essencialmente derivados de xistos e grauvaques. Surge a vinha e o olival e junto das linhas de água cultiva-se tabaco, tomate e milho. Duas grandes manchas de eucalipto estão aqui instaladas bem como alguns povoamentos de carvalho. São as freguesias de Alcaria, Pêro Viseu, Capinha, Salgueiro, Escarigo, Fatela, Enxames e Alcaide que fazem parte desta unidade. Algumas destas áreas também pertencem ao Aproveitamento Hidroagrícola da Cova da Beira;
- Serra da Gardunha – com declives muito acentuados, superiores a 30%, é na sua maior parte ocupada por matos, incluindo, no entanto, algumas manchas de pinheiro-bravo. Localização de uma espécie endémica - a abrótega (*Asphodelus bento-rainhae*);
- Policultura Submediterrânica – abrange a zona Sudeste do concelho do Fundão, com declives que não ultrapassam os 16%, e verificam-se culturas como os cereais, leguminosas, vinha, pomares (pessegueiros e citrinos) e oliveiras.

Figura 20: Unidades de paisagem



5.5 DISFUNÇÕES AMBIENTAIS

No concelho do Fundão existem algumas disfunções ambientais, provenientes da intensa atividade agrícola e da consequente utilização de produtos químicos. Encontram-se também a laborar unidades industriais, associadas à agricultura e à produção animal, bem como algumas unidades de extração de inertes.

Sendo assim, os principais tipos de disfunções ambientais concentram-se nos seguintes aspetos:

- Poluição em espaço urbano;
- Poluição em espaço agrícola;
- Monoculturas florestais.

5.5.1 Poluição em espaço urbano

Atualmente, todas as explorações agrícolas de dimensão média a grande estão em Modo de Produção Integrada, pelo que não é significativa a pressão deste tipo de poluição sobre as linhas de água. Relativamente às questões de saneamento dos aglomerados é necessário acautelar a descarga de águas residuais, uma vez que nem todos os aglomerados têm rede de saneamento básico, como é o caso de Urgeiro, Enxames, Catrão, Póvoa Palhaça e Quintas da Torre.

Em relação aos RSU's, a recolha indiferenciada é efetuada pela LUREC - Limpeza Urbana e Reciclagem, S.A. e a recolha seletiva pela RESIESTRELA, sendo que ambos os resíduos são encaminhados para o Centro de Tratamento de Resíduos Sólidos Urbanos da Cova da Beira – RESIESTRELA.

A principal adega do Concelho é a adega cooperativa do Fundão. Esta atividade no passado foi responsável por impacto associado aos resíduos produzidos. Atualmente na Adega todas as águas residuais derivadas de lavagens de depósitos, prensas, filtros entre todas as atividades de uma Adega são tratadas na ETAR própria e eliminados os poluentes. Todo o engaço é utilizado como corretivo orgânico numa parceria estabelecida com diversos agricultores e com as explorações agrícolas geridas pelo município. Relativamente ao cartão, plástico, vidro, são recolhidos por uma empresa externa para reciclagem.

Fotografia 9: Adega Cooperativa do Fundão

Os lagares de azeite também podem acarretar graves problemas ambientais, pelo que a legislação é exigente no que concerne ao licenciamento da sua operação. As condições impostas para o licenciamento (obrigatório por Decreto Regulamentar n.º 25/93 de 17 de agosto) de lagares de azeite são definidas na Portaria n.º 407/2000 de 17 de julho. A laboração só pode iniciar-se uma vez terminada a instalação e apresentado um pedido de vistoria à Direção Regional da Agricultura. Os lagares em funcionamento, licenciados e com representatividade na economia do Concelho, são cinco, existentes

no Fundão (Cooperativa Agrícola dos Olivicultores do Fundão), Alcaria (Loca - Lagar Oleicola), Telhado (Lagar Novo do Telhado), Donas e Orca, instalados em ambiente urbano ou em proximidade a estes aglomerados.

Face à sua localização são acauteladas as seguintes matérias:

- Os resíduos orgânicos sólidos (folhas, terra e pedúnculos), provenientes da limpeza da matéria-prima, são armazenados no interior do recinto dos lagares, devidamente delineado e pelo menor espaço de tempo possível, até serem novamente transportados para as explorações agrícolas dos colaborantes externos ou plataforma de tratamentos de resíduo Biomassa.
- As águas sujas, resultantes da lavagem da matéria-prima, são controladas periodicamente, depositadas em dois compartimentos fechados para o efeito, fazendo a decantação de algum resíduo sólido grosseiro no primeiro e o resultante do segundo depósito (após decantação grosseira), que, com permissão para o efeito, são descarregadas no coletor público.
- O sistema de extração utilizado é de duas fases, uma faze (azeite) e outra fase Bagaço (pasta líquida constituída por polpa, caroço, água e alguma percentagem de gordura residual), sendo que este último tem como destino uma unidade de tratamentos de bagaços de azeitona.

5.5.2 Poluição em espaço agrícola

As culturas permanentes mais significativas, a fruticultura, olivicultura e viticultura, encontram-se na sua grande maioria, ou praticamente a totalidade, integradas na política agrícola comum. Assim, obrigam-se a cumprir a condicionalidade, e respeitar os princípios da proteção integrada. Destes, particularmente fruticultores e olivicultores e viticultores de maior dimensão, estão abrangidos pelas medidas agroambientais da Produção Integrada, devido a obrigações comerciais. Muitos destes estão ainda por razões comerciais sob controlo de referenciais mais exigentes em termos de qualidade do produto, proteção ambiental e responsabilidade social A franja de agricultores que se encontra sem controlo efetivo das autoridades nacionais e comunitárias, é muito baixa, e poderemos considerar que este grupo poderá realizar alguma pressão sobre o ambiente por não podermos garantir que realizam uma agricultura racional.

A produção animal associada à produção leiteira de pequenos ruminantes é caracterizada pela condução em regime extensivo. A pressão animal realizada por esta prática não conduz a problemáticas associadas à concentração de efluentes. No entanto as unidades transformadoras associadas a esta atividade, devido à carde de efluentes com elevada carga de CBOs e CQOs produzidos, deverá ser acompanhada,

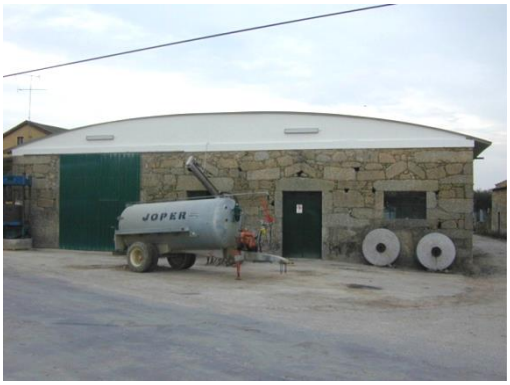
garantindo o tratamento e destino ambientalmente seguro. Deverão os planos de Gestão de Efluentes destas unidades no contexto do seu licenciamento (REAP), garantir o cumprimento de todo o normativo associado. Associadas a esta atividade surgem as queijarias – duas na proximidade de Soalheira e outra em Alcaria, na proximidade da EN18.

A proliferação de depósitos de entulho e lixos é frequente em algumas das estradas do Concelho – em Bogas de Baixo, Lavacolhos, Silvares, 3 no Fundão, um deles situado na envolvente à zona industrial do Fundão, entre outras. Será necessário definir espaços para receber este tipo de resíduos, bem como parques de sucatas, evitando situações como as verificadas na freguesia de Alcaria, Fundão e Aldeia de Joanes.

Segundo a Direção Geral de Energia e Geologia (DGEG), as unidades de extração de inertes licenciadas localizam-se nas minas da Panasqueira, para a exploração de volfrâmio, estanho, prata, zinco e arsénio, sendo que, no concelho do Fundão de encontram as instalações de apoio, no Rio. O impacto na paisagem das areias contaminadas é bastante elevado.

A extração de granitos na pedreira a Norte do Fundão também está licenciada por esta entidade, bem como as na freguesia de Capinha, com o nome Quinta do Vale Dourado e Nave Redonda. Em Pesinho encontra-se uma pequena extração de argila que, para além da degradação da encosta, criou uma lagoa artificial.

Fotografia 10: Lagar de Azeite – Orca



Fotografia 11: Minas da Panasqueira - Rio

De referir, ainda, a existência de perigosos resíduos tóxicos provenientes da exploração mineira passada, das Minas da Panasqueira, localizados junto à povoação de Cabeço de Pião. Destacam-se, pelo potencial perigo e ameaça ambiental, a barragem de lamas e as escombreiras, face à sua proximidade ao rio Zêzere. Para que as escombreiras não atingissem as margens do rio, estas estenderam-se ao longo da vertente esquerda do vale do rio Zêzere para jusante, por cerca de 1,5km de extensão,

causando um forte impacto na paisagem circundante e constituindo uma grave ameaça ambiental com fortes repercussões na vida da população.

Devido, sobretudo, aos elevados declives (atingindo, em algumas vertentes, declives de 35º) e à contaminação química que apresenta, a escombreira do Cabeço do Pião não apresenta vegetação em cerca de 80% da área total. A proteção inicial destes resíduos contra enxurradas ou precipitações anormais, consistia na execução de valas circundantes (em manilhas de betão), implantadas de forma a acompanhar o declive do terreno. No entanto, esta proteção não se revelou eficaz, dada a inexistência de um sistema de impermeabilização que impedisse a drenagem em profundidade das águas provenientes da precipitação, com o consequente arrastamento dos metais pesados, ou ainda, o vazamento das águas a meio da barragem de lamas, dirigindo-se diretamente para o rio Zêzere.

Face ao exposto, e sendo a estabilização das escombreiras e a contenção da contaminação urgente, a autarquia do Fundão em parceria com entidades privadas, apresentou um projeto para a Recuperação Ambiental e Paisagística desta área, em setembro de 2009, que tem vindo a ser implementado. Este estudo compreende 3 tipos de ações, nomeadamente:

- Ação A - Estudo de Viabilidade da Fitoestabilização das Escombreiras do RIO – com o objetivo da valorização ambiental e socioeconómica desta área, criando melhores condições para o uso futuro do solo, através da reabilitação dos locais contaminados e da utilização de produtos vegetais para benefício da população. Esta ação visa a diminuição do impacto paisagístico criado pela antiga atividade mineira, a redução e eliminação da contaminação existente e a diminuição do risco de movimentos de vertente (deslizamentos). De entre as espécies vegetais em estudo, destaca-se o medronheiro *(Arbutus unedo*), por ser uma espécie pioneira e por ser utilizado na produção de aguardente, constituindo-se, também, como uma fonte de rendimento para a população local. De entre outras espécies propostas, destaca-se, também, o Carvalho negral (*Quercus pyrenaica*), uma espécie autóctone adequada para programas de reflorestação, resiliente à passagem de fogos, com utilidade económica na produção de madeira e alimento para os animais, pertencente à floresta mediterrânica e, que pela sua configuração, (boa abertura de copa) constitui uma boa proteção contra a erosão hídrica e o suporte do substrato;

- Ação B – Selagem da Barragem e Recuperação do Circuito de Lixiviados – realização de obras necessárias ao saneamento e integração ambiental e paisagística da barragem de lamas, com o consequente revestimento vegetal de toda a área (através de hidrossementeira), de modo a proceder à estabilização dos taludes e controle da erosão, no sentido de promover a minimização do seu impacte visual e integração na paisagem envolvente, conseguida através de: limpeza e regularização das zonas envolventes para confinar os resíduos; modelação da massa de resíduos; regulação e modelação dos taludes para inclinações que garantam maior estabilidade; selagem de toda a área através da aplicação de geomembrana em polietileno para

evitar a infiltração das águas pluviais; aplicação de camada de terra para receber o revestimento vegetal; implantação de sistema de drenagem pluvial que permita o desvio destas águas contaminadas das linhas de água existentes; arranjo paisagístico.

- Ação C – Manutenção de possíveis ravinamentos provocados por condições climáticas adversas – consistem na manutenção e mobilização de terras, devido a ravinamentos provocados pela ocorrência de condições climatéricas adversas.

Figura 24: Cabeço de Pião, Silvares

Fonte: *Google maps* – extraído em 22/09/2021

O Centro de triagem de resíduos da Resiestrela, do Centro de tratamento de resíduos sólidos urbanos, localiza-se na estrada de Peroviseu na Quinta das Areias no Fundão. Procede à Triagem manual e enfardamento de resíduos recicláveis. Trata resíduos provenientes de Almeida, Belmonte, Celorico da Beira, Covilhã, Figueira de Castelo Rodrigo, Fornos de Algodres, Fundão, Guarda, Manteigas, Meda, Penamacor, Pinhel, Sabugal e Trancoso.

É ainda de referir a lixeira do Souto Alto, agora desativada. Trata-se de uma lixeira com uma área de 80000m2, com cerca de 20 anos de exploração, onde eram depositados os resíduos sólidos urbanos provenientes dos municípios da Cova da Beira. Foi realizada a selagem e impermeabilização do topo,

assim como a drenagem de águas lixiviantes e águas pluviais e captação e queima de biogás. A selagem desta lixeira foi englobada no processo da Estação de Tratamento de Resíduos Sólidos da Cova da Beira

5.5.3 Monoculturas florestais com manchas de Acácia

Quanto às manchas de Acácia, vulgarmente conhecida como acácia, torna-se importante referenciá-las, através de registos cartográficos, visto tratar-se de uma espécie invasora em propagação no concelho, devendo-se procurar adotar medidas urgentes de controlo e erradicação dessas manchas. Indicam-se algumas situações como a que se verificam a norte da freguesia de Pêro Viseu, na EN238 entre Castelejo e Silvares, na EN352 entre Vale Mendinho e Vale D´Urso, em Bogas de Baixo, na Enxabarda, na freguesia de Enxames e na União de Freguesias de Vale de Prazeres e Mata da Rainha.

De referir ainda a presença de algumas manchas de outra espécie invasora, a *Aillanthus altíssima*, vulgarmente denominada "Árvore do céu", cujo crescimento é muito rápido, com vigorosos rebentamentos de raiz. Também para esta espécie invasora torna-se importante e necessário registar cartograficamente as áreas onde estão presentes e posteriormente tomar medidas para seu controlo e erradicação.

Uma referência às manchas de eucaliptais presentes no território do concelho. Em mais de 95% dos casos a exploração florestal destes espaços é feita por grandes empresas e grandes proprietários, cujo objetivo único é a produção. Em ambas as situações providenciam, anualmente, ações de silvicultura preventiva (beneficiação de caminhos florestais, aceiros, gestão de combustíveis, adubações, desbastes e desramações). Assim, estes povoamentos bem geridos, acabam por não constituir um perigo tão premente para o risco de incêndio, apesar da espécie em causa ser bastante inflamável e poder originar projeções incandescentes para grandes distâncias.

A extensão destas áreas deverá ser controlada pelo Município, por questões ecológicas, ambientais e paisagísticas, de acordo com a legislação aplicável. Segundo o Anexo IV do Regulamento do Programa Regional de Ordenamento Florestal do Centro Interior (publicado no Anexo A da Portaria nº 55/2019, de 11 de fevereiro, retificada através da Declaração de Retificação nº 17/2019, de 12 de abril), o limite máximo de área a ocupar por espécies do género *Eucalyptus* spp. No concelho do Fundão, para efeitos de aplicação do Decreto-Lei nº 96/2013, de 19 de julho, na sua redação atual é de 3649 ha.

5.5.4 Área Integrada de Gestão da Paisagem e "Mosaicos de paisagem"

Refere-se, também, a constituição de uma Área Integrada de Gestão da Paisagem (AIGP) aprovada pelo Despacho nº 7109-A/2021, de 16 de julho de 2021, na área da Paisagem Protegida da Serra da Gardunha. Estas áreas (AIGP), visam dar resposta à necessidade de ordenamento florestal dos espaços rurais, em zonas de minifúndio e de elevado risco de incêndio. Visam, também, a gestão e exploração comum dos espaços agroflorestais, com o objetivo de reforçar a diversidade da paisagem, promover a

resiliência do território ao risco (maioritariamente de incêndios), a valorização do capital natural e dos serviços dos ecossistemas, afirmando a biodiversidade como um ativo crucial assente numa abordagem integrada que visa a diversificação de usos no mosaico definido como AIGP, e a promoção da economia rural.

A opção pelos "mosaicos de paisagens", ou descontinuidade da floresta, preconizada pela AIGP, em que os espaços florestais são integrados em espaços agrícolas, pretende tornar o território mais produtivo e aumentar a eficácia da prevenção contra os incêndios.

De entre os objetivos estipulados pela AIGP, destacamos, ao nível da:

- **Unidade Agroflorestal**
  - Floresta sustentável e produtiva (fruto), através da reintrodução do castanheiro e reforço do medronheiro;
  - A promoção da apicultura como ferramenta para a proteção e recuperação das florestas;
  - Criação de campos de valorização na área da AIGP para a produção de cogumelo silvestre;
  - Na área da Silvicultura, redução dos custos (até aos 50%) de transporte da biomassa para a central, e das perdas nos ciclos de transformação da energia térmica, partindo da área da AIGP;
  - Mitigação de riscos e Alterações Climáticas;
  - Serviços dos Ecossistemas - O mosaico de usos múltiplos definido na AIGP, além de fornecer os produtos mais imediatos como madeira, cortiça e frutos ou sementes, também contribui para reduzir a poluição do ar, retendo partículas e poeiras, e para a purificação da água, capturar e armazenar carbono, reduzir a probabilidade de cheias e influenciar a precipitação a nível local e regional. Além disso, é também um espaço de lazer e recreio e melhora a qualidade estética da paisagem;
  - Turismo de Natureza: influenciar e impulsionar o desenvolvimento sustentável no território através do favorecimento de um desenvolvimento socioeconómico que respeita o ambiente;
  - Investigação - associar a investigação e o conhecimento aos fins múltiplos das áreas que constituem a AIGP é imprescindível para a valorização de todos os sectores de atividade que coincidem naquela área;
  - Incrementar a plantação, no mosaico de fins múltiplos supra descritos, as espécies de castanheiro, medronheiro, pinho, carvalho e sobreiro (zona sul). Os eucaliptais que habitem nesta área serão reordenados, com o intuito de serem implementados instrumentos que incentivem a conversão por espécies autóctones.
- **Unidade Agropecuária**
  - Reintrodução de pequenos ruminantes.
- **Unidade Agrícola**
  - Fomentar a produção de cereais de outono-inverno na área proposta, em zonas de menor declive;

- Potenciar a produtividade de pomares de cerejeira já instalados e plantar novos, em pontos específicos e com determinadas mobilizações de solo, que não contribuam para a erosão;

- **Outros Objetivos**
  - Realizar o cadastro na globalidade da área proposta;
  - Criação de um fundo de arrendamento de terras (Bolsa de Terras), em que a gestão ficará da responsabilidade do consórcio;
  - Implementação de infraestruturas associadas à rede LORA necessárias para dar cobertura de rede na paisagem protegida da Serra da Gardunha;
  - Instalação de equipamentos associados à rede SIGFOX necessários para o desenvolvimento do projeto geolocalização de pequenos ruminantes em pastoreio na AIGP;
  - Implementação de instrumento digital (aplicação/plataforma) que realiza o diagnóstico da floresta de forma remota e automatizada via satélite, nomeadamente dos fatores biológicos, químicos e físicos que afetam a floresta, além de minimizar os riscos de incêndio através monitorização e mapeamento das zonas de trisco;
  - Apresentação da OIGP em 7 meses;
  - Contacto com Universidades e Institutos Politécnicos ligados à Agro-silvo-pastorícia, para que a formação dos novos profissionais tenha uma componente prática forte.

Figura 25: Área Integrada de Gestão da Paisagem (AIGP) "Serra da Gardunha"

Fonte: DGT, 2021

6. CONDIÇÕES ECONÓMICAS E SOCIAIS

6.1 CARACTERIZAÇÃO DEMOGRÁFICA

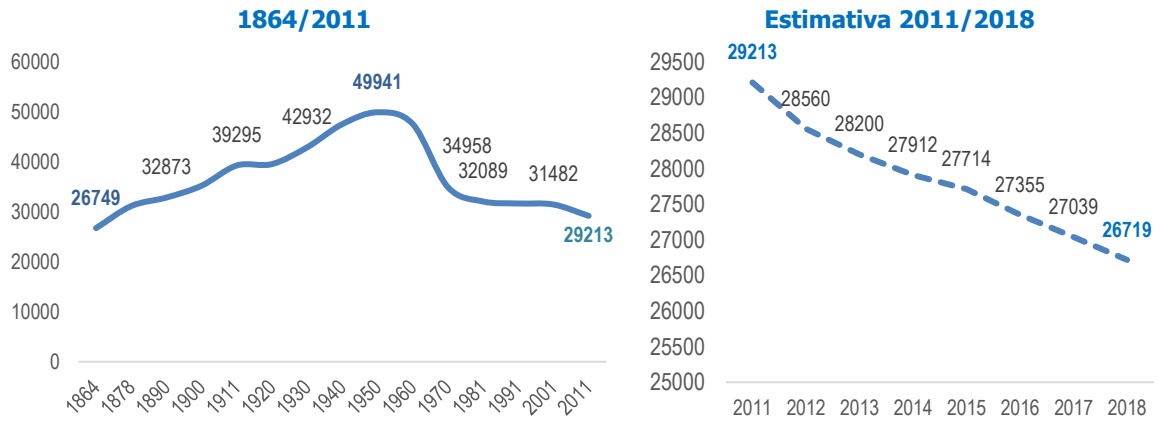
A análise efetuada remonta maioritariamente a 2011, por ser o ano do último momento censitário. Contudo, sempre que possível, recorreu-se às Estimativas Provisórias Intercensitárias do INE, relativas ao ano de 2018.

6.1.1 População residente

A década de 1950 foi o período com maior número de residentes no concelho do Fundão, no entanto e, após o cenário de saída de população durante o estado novo e do fenómeno de transição demográfica, o município tem assistido à diminuição progressiva de pessoas no seu território.

A população residente em **2011 era de 29 213 habitantes**. Segundo as estimativas do INE, entre 2011 e 2018 o município do Fundão terá **perdido cerca de 8,5 %** dos seus residentes (-2494 pessoas), tendo atualmente um valor estimado de **26 719 de residentes.**

Gráfico 7: Evolução da População Residente (N.º) no concelho do Fundão, 1864/2018



Fonte: INE-Portugal, Recenseamentos Gerais da População e Estimativas Provisórias da População Residente.

No quadro regional e atendendo à evolução mais recente, o município do Fundão acompanha o comportamento dos municípios das Beiras e Serra da Estrela, apresentando-se, contudo, com uma ligeiramente maior resiliência demográfica, na medida da menor intensidade das perdas registadas relativamente à média regional.

Se em 10 anos (2001 e 2011) a BSE perdeu 8,8% da população, estima-se que em apenas 7 anos (2011/2018) esse decréscimo tenha sido mais intenso (-9,6%), tendo-se passado de uma taxa de

crescimento anual médio de -0,9 para -1,4%/ano. O município do Fundão, nos mesmos dois períodos, registou taxas de crescimento anual médio de -0,7 e -1,3%/ano, respetivamente.

Quadro 16: Evolução da População na CIM Beiras e Serra da Estrela, 2001/2018

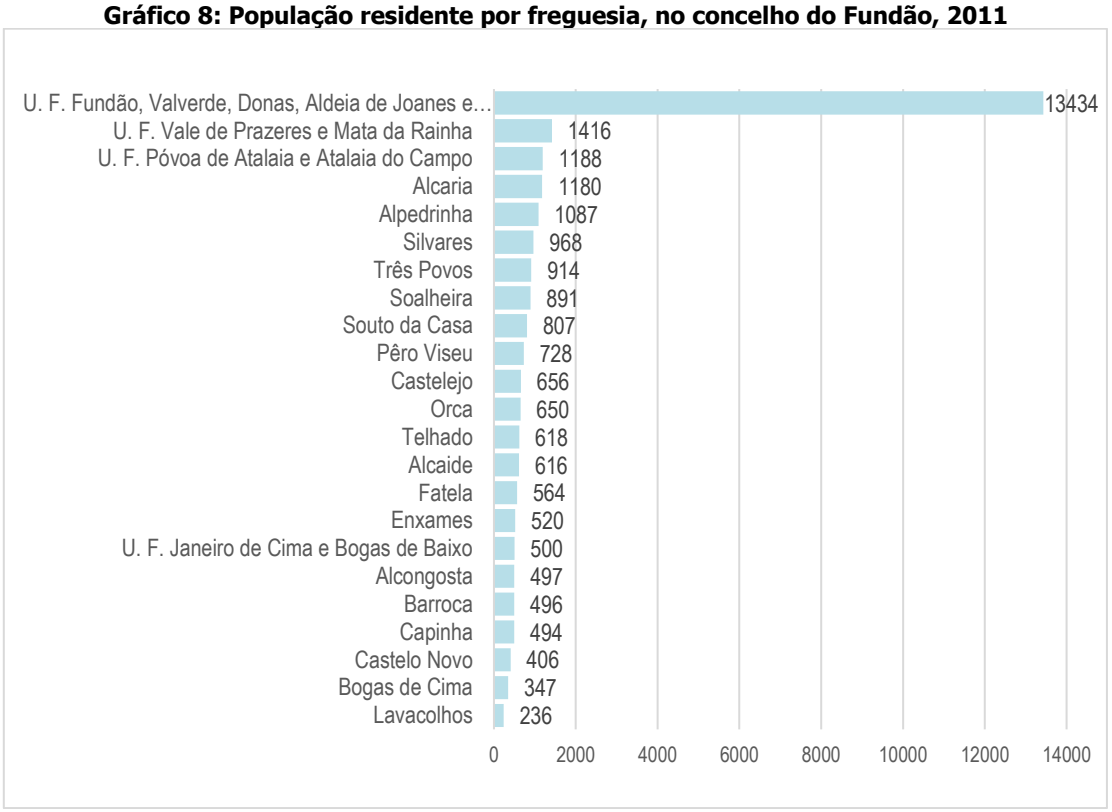
Municípios	População (N.º)			Variação (%)		Taxa de Crescimento Anual Médio (%)	
	2001*	2011*	2018	2001/11	2011/18	2001/11	2011/18
Almeida	8423	7242	5926	-14,0	-18,2	-1,5	-2,8
Belmonte	7592	6859	6407	-9,7	-6,6	-1,0	-1,0
Celorico da Beira	8875	7693	6978	-13,3	-9,3	-1,4	-1,4
Covilhã	54505	51797	47127	-5,0	-9,0	-0,5	-1,3
Figueira de Castelo Rodrigo	7158	6260	5652	-12,5	-9,7	-1,3	-1,4
Fornos de Algodres	5629	4989	4561	-11,4	-8,6	-1,2	-1,3
Fundão	**31482**	**29213**	**26719**	**-7,2**	**-8,5**	**-0,7**	**-1,3**
Gouveia	16122	14046	12486	-12,9	-11,1	-1,4	-1,7
Guarda	43822	42541	39103	-2,9	-8,1	-0,3	-1,2
Manteigas	4094	3430	3037	-16,2	-11,5	-1,8	-1,7
Mêda	6239	5202	4617	-16,6	-11,2	-1,8	-1,7
Pinhel	10954	9627	8607	-12,1	-10,6	-1,3	-1,6
Sabugal	14871	12544	10748	-15,6	-14,3	-1,7	-2,2
Seia	28144	24702	22412	-12,2	-9,3	-1,3	-1,4
Trancoso	10889	9878	8946	-9,3	-9,4	-1,0	-1,4
Beiras e Serra da Estrela	**258799**	**236023**	**213326**	**-8,8**	**-9,6**	**-0,9**	**-1,4**

*Apesar de nestas datas ainda não estar constituída a CIM Beiras e Serra da Estrela, optou-se por fazer a agregação para a área territorial poder ser comparável.

Fonte: INE-Portugal, Recenseamentos Gerais da População e Estimativas Provisórias da População Residente

No âmbito municipal a distribuição da população é bastante assimétrica. A União de freguesias que compõem a sede do concelho destaca-se claramente como polo agregador de população, concentrando cerca de 46% dos residentes do município. Com valores acima do milhar de residentes contavam-se apenas 5 freguesias em 2011: a UF. de Vale Prazeres e Mata da Rainha, a UF de Póvoa da Atalaia e Atalaia do Campo, Alcaria e Alpedrinha.

Gráfico 8: População residente por freguesia, no concelho do Fundão, 2011

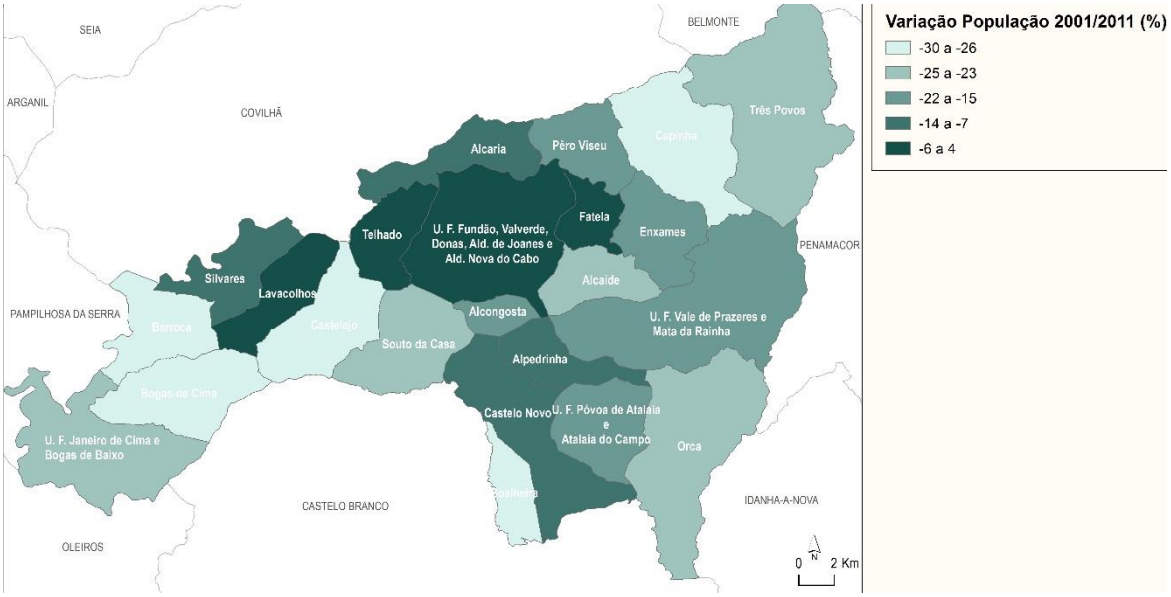


Fonte: INE – Portugal, Censos 2011

Quando se foca a atenção na variação de população no período entre 2001 e 2011, destaca-se também a sede concelhia, que registou uma evolução positiva de 4%. Com variação igualmente positiva, destaca-se a freguesia de Fatela (3%) que, pela proximidade física da U. F. de Fundão, Valverde, Donas, Aldeia de Joanes e Aldeia Nova do Cabo, reforça o papel polarizador da cidade no espaço concelhio.

Telhado é a terceira freguesia das 23, no que respeita à variação do número de residentes, mas apresenta um valor próximo de zero, mas já negativo (-0.16%). No patamar inferior, com os valores mais negativos, indicando perdas populacionais mais acentuadas, encontra-se Bogas de Cima, Barroca e Soalheira.

Figura 21: Variação relativa da População, 2001/2011



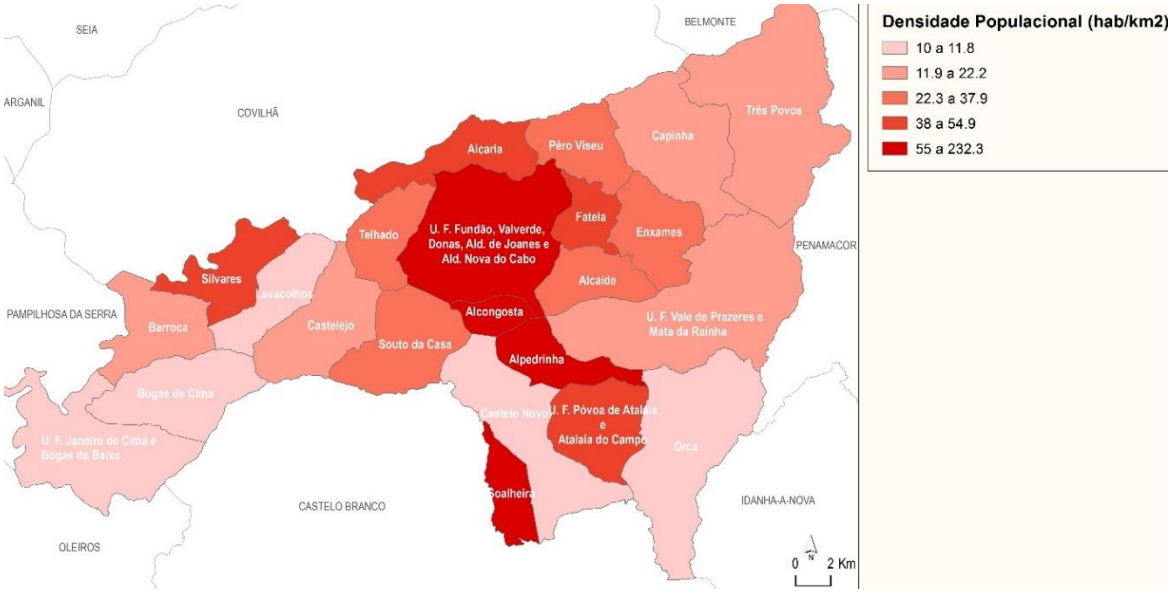
Fonte: INE-Portugal, Censos 2011

A densidade populacional permite perceber a distribuição dos indivíduos no território, demonstrando a pressão exercida sobre o espaço, em cenários de sobrelotação ou de despovoamento dos locais. De acordo com as informações dos Censos 2011, o concelho do Fundão apresenta, uma densidade populacional de 42 habitantes/km^2, tendo já registado um decréscimo estimado para 38 habitantes/km^2, em 2018.

Sobressaindo da média concelhia, a U.F. Fundão, Valverde, Donas, Aldeia de Joanes e Aldeia Nova do Cabo exibe uma média de 232 residentes por km^2, estendendo-se os valores altos para as freguesias contíguas de Alcongosta e Alpedrinha. Não obstante a sua localização geograficamente isolada da sede de concelho e perda populacional relevante, Soalheira, com 72 hab/km^2, apresenta o segundo valor mais alto do conjunto das 23 freguesias. Castelo Novo e a União das freguesias de Janeiro de Cima e Bogas de Baixo têm as densidades populacionais mais baixas com cerca de 10 habitantes por cada km^2.

Transparece a fraca capacidade de retenção de pessoas da faixa oeste do concelho, onde se incorporam as aldeias de xisto de Janeiro de Cima e Barroca que, não obstante o elevado valor turístico, são cada vez menos atrativas como espaço de fixação de pessoas.

Figura 22: Densidade Populacional nas freguesias do Concelho do Fundão, 2011

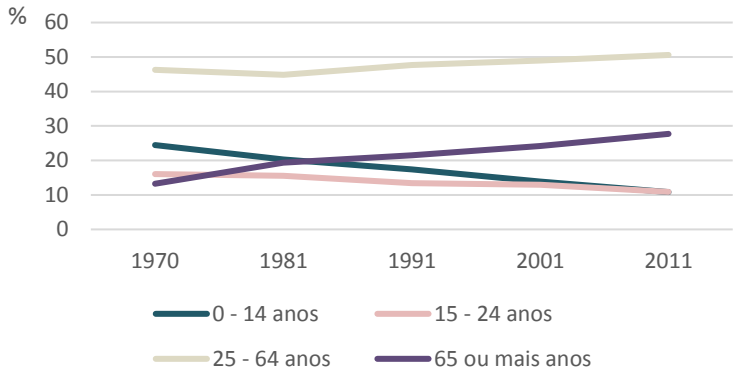


Fonte: INE-Portugal, Censos 2011

6.1.2 Estrutura etária da população

O envelhecimento populacional é uma realidade à escala nacional. O concelho do Fundão não é exceção neste padrão, sofrendo ainda das contingências da interioridade face às assimetrias de distribuição de oportunidades entre o litoral e o interior. Assiste-se inequivocamente, desde 1970, a um fenómeno de aumento da população adulta e idosa na proporção inversa que diminui o número de crianças e jovens.

Gráfico 9: Evolução da proporção dos grandes grupos etários no total População Residente, 1970/2011

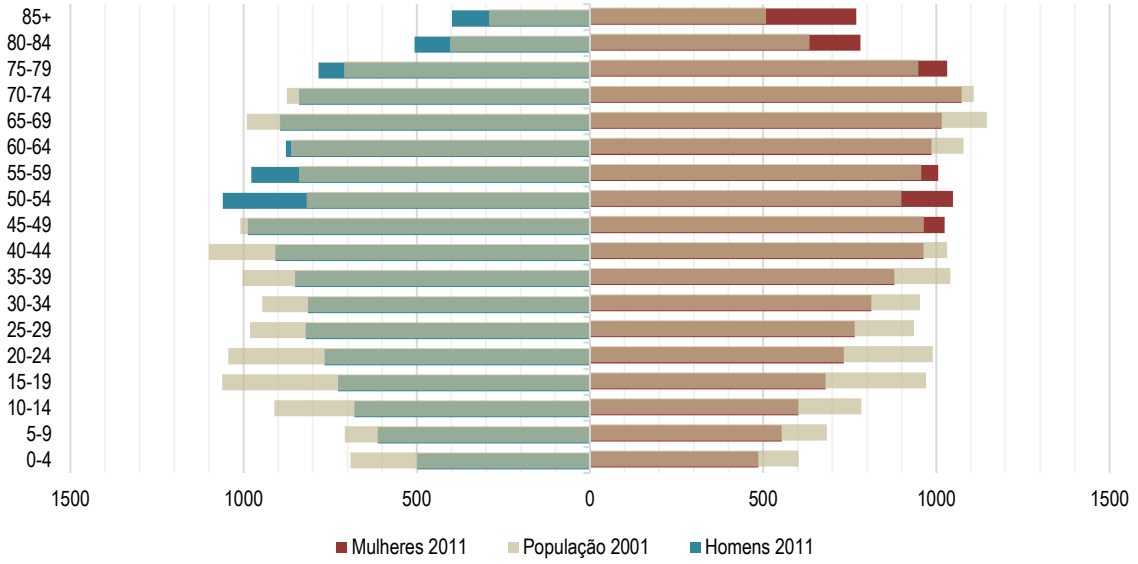


Fonte: INE - Portugal, Recenseamentos Gerais da População

Não é, por isso, de estranhar que a pirâmide etária do Fundão apresente um padrão de estrutura populacional envelhecida, com as classes dos adultos a assumirem os valores mais altos do conjunto para ambos os sexos, cenário agravado no período de 10 anos entre 2001 e 2011.

Observou-se uma diminuição da população jovem em ambos os sexos, enquanto no topo da pirâmide etária, se notou um aumento generalizado, com mais relevância para o sexo feminino nas faixas acima dos 75 anos.

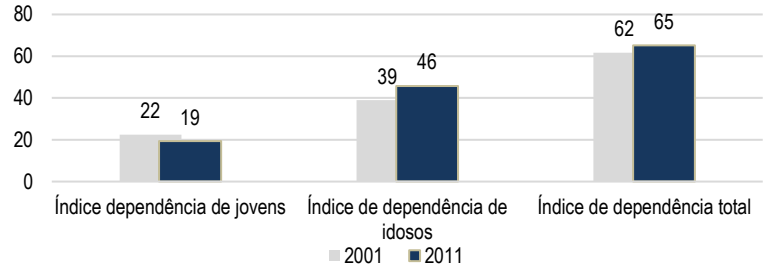
Gráfico 10: Pirâmide etária do Fundão, 2001 e 2011



Fonte: INE-Portugal, Censos 2001 e 2011

Após a análise dos dados apresentados, consegue perceber-se a variação dos índices de dependência. Concomitantemente à diminuição do índice de dependência de jovens, o índice de dependência dos idosos subiu devido ao envelhecimento da população. Esta situação refletiu-se no aumento do índice de dependência total no período de 2001 para 2011.

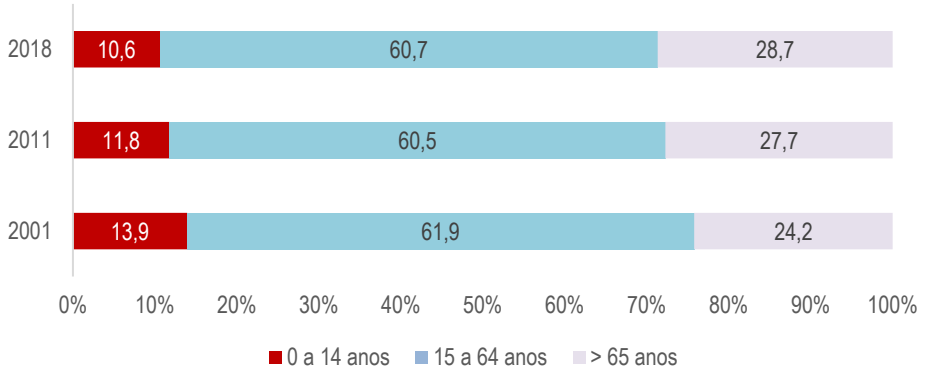
Gráfico 11: Evolução Índice de dependência de jovens; índice de dependência de idosos; índice de dependência total (N.º), 2001 e 2011



Fonte: INE-Portugal, Censos 2001 e 2011

A evolução estimada, considerando o período 2011/2018, coloca, como seria de esperar, a questão do envelhecimento populacional em níveis mais preocupante: em 2018, o concelho do Fundão poderá ter quase 3 vezes mais idosos do que jovens. Em termos percentuais, esta circunstância é obtida com 11% de jovens e 29% de idosos.

Gráfico 12: População por grupos funcionais, 2001/2018

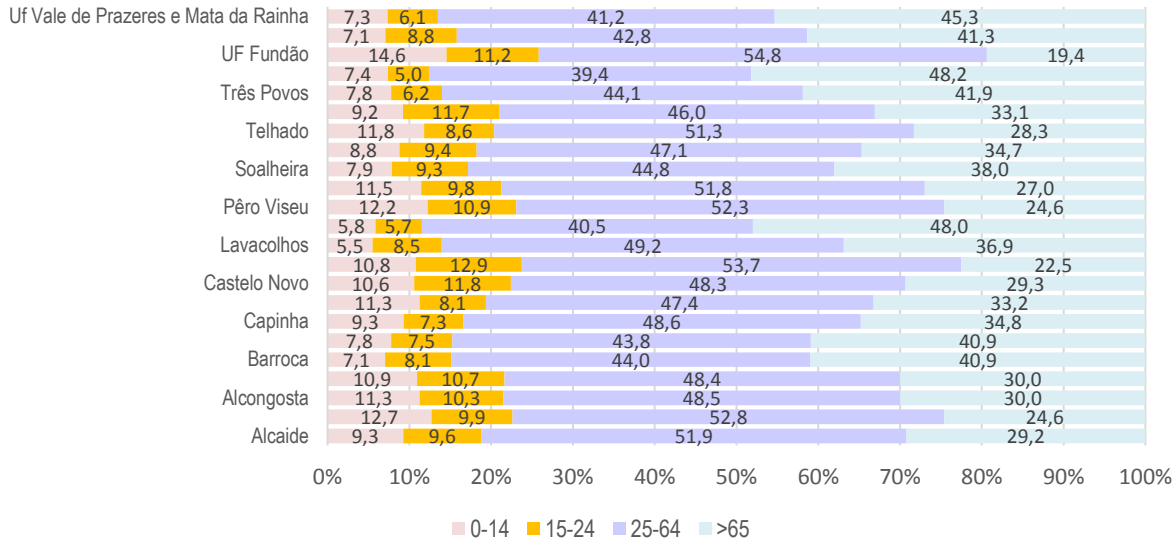


Fonte: INE - Portugal, Recenseamentos Gerais da População

A observação da distribuição espacial deste fenómeno por freguesias aponta para algumas situações distintas.

A distribuição de pessoas no concelho do Fundão é muito centrada na cidade, destacando-se assim, como polo agregador de população a U.F. Fundão, Valverde, Donas, Aldeia de Joanes e Aldeia Nova do Cabo, que apresentava, o perfil mais jovem do grupo freguesias do concelho, com 15% da população na faixa etária com menos de 14 anos. Em 2011 somente 19% dos residentes nesta união de freguesias estavam acima dos 65 anos e com a fatia da população ativa, entre os 24 e os 65 a representar 55% da população.

Gráfico 13: População por grandes grupos etários (%), por freguesia, Fundão, 2011



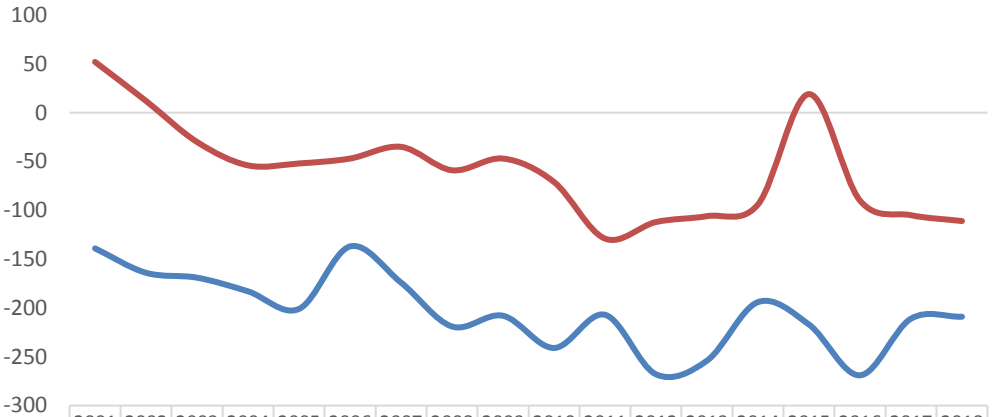
Fonte: INE- Portugal, Censos 2011

Lavacolhos está na situação oposta com o menor número de população residente e, fazendo par com Orca, com a percentagem mais baixa de crianças com menos de 14 anos, correspondendo a 6% do seu efetivo populacional. A U.F. de Janeiro de Cima e Bogas de Baixo é a que apresenta um percentual mais elevado na faixa etária dos maiores de 65 anos dos seus residentes (48%).

6.1.3 Crescimento natural e crescimento migratório

A evolução dos movimentos natural e migratório determina o crescimento de uma população (crescimento efetivo) e provoca modificações nas respetivas estruturas etárias. A fórmula que fornece a estrutura da evolução demográfica envolve, assim, duas dimensões: i) a respeitante às variáveis de natalidade e mortalidade registadas no interior do concelho, e ii) a relativa às entradas e saídas de população (para e do) concelho.

Gráfico 14: Saldo Natural e Saldo migratório (n.º), concelho do Fundão, 2001/2018



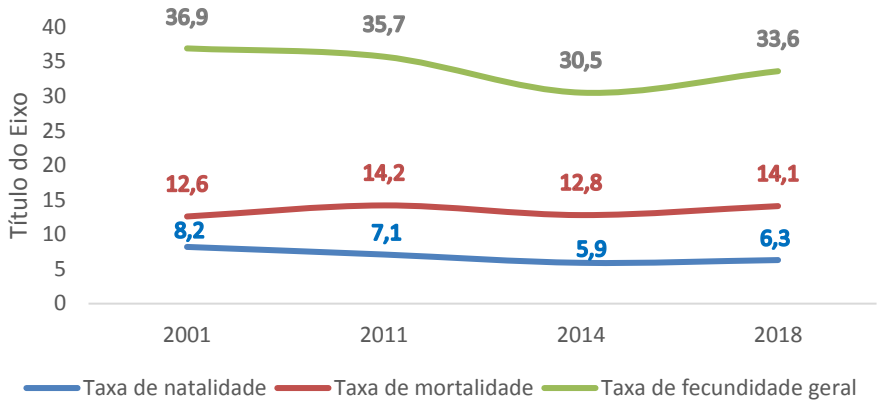
	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018
Saldo Natural	-139	-164	-169	-183	-201	-137	-174	-219	-208	-241	-207	-268	-254	-194	-217	-269	-211	-209
Saldo Migratório	52	12	-30	-54	-52	-47	-35	-59	-47	-71	-129	-112	-106	-94	19	-90	-105	-111

Fonte: INE- Portugal, (https://ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_base_dados)

O crescimento efetivo real da população do Fundão entre 2001 e 2011 e estimado entre 2011 e 2018 (persistentemente negativo) encontra justificação num contexto cultural e político mais amplo (da região e do País). Deste contexto, as variáveis microdemográficas têm-no justificado através de saldos naturais e migratórios, desde o início do século XXI, ambos de forma generalizada com sinal negativo, com exceção do saldo migratório que no início do século se revelou positivo, e excecionalmente, no ano 2015 também. Ainda assim, em nenhum caso aquele conseguiu compensar o volume do saldo natural.

Da observação do comportamento das principais taxas do estudo da demografia encontra-se a justificação para a evolução do saldo natural. Assim, tem-se verificado uma diminuição progressiva da taxa de natalidade (8,2%, em 2001 e 6,3%, em 2018) e uma progressão da taxa de mortalidade, ainda que verificando algumas oscilações (12,6‰, em 2001 e 14,1‰, em 2018). Por sua vez, a taxa de fecundidade geral, que reporta ao número de nados vivos face ao efetivo médio de mulheres em idade fértil (entre os 15 e os 49 anos), após uma queda acentuada entre 2011 e 2014, evidencia sinais de ligeiro aumento, em 2018.

Gráfico 15: Evolução das taxas de Natalidade, Mortalidade e Fecundidade geral, 2001/2018



Fonte: INE-Portugal, Censos 2001 e 2011

A taxa de crescimento natural negativa, a par com o envelhecimento da população, vem pondo em risco a renovação de gerações, contudo esta é uma realidade transversal ao País no seu todo e de forma particular, ao interior do país, não obstante todos os esforços de dinamização económica e de criação de condições de fixação de população.

6.1.4 Famílias e contexto social

Sintomático da evolução do contexto social, o número de famílias em Portugal, entre 1991 e 2001, aumentou 15.9%, tendo registado um acréscimo de cerca de 10% na década seguinte (2001 a 2011). No Fundão, no mesmo período, deu-se uma diminuição de cerca de 1% no número de famílias (de 12 110 para 11 995) contrariando o cenário de 1991 a 2001, quando se assistiu a um crescimento de 4%.

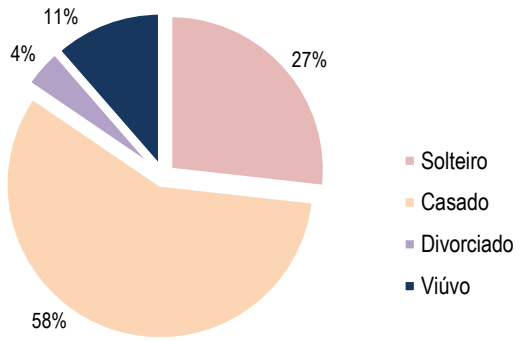
No perfil da família predominavam os núcleos familiares com uma ou duas pessoas, representando cerca de 60% do conjunto total de famílias, valor que 1991 se cifrava nos 51 %. Esta transformação denota o aumento do número de famílias monoparentais ou com apenas dois elementos.

A tendência para a diminuição do número médio de pessoas por família é comum a todo o país, menos filhos, maior número de divórcios e mais pessoas a viverem sozinhas, estão na base desta evolução do padrão social de família.

A dimensão média das famílias também tem vindo a diminuir. Em Portugal a média de indivíduos por família era em 1970 de 3,7 passando, em 2011, a balizar-se nas 2,6 pessoas. No **município do Fundão** o comportamento replica a tendência nacional: se em 1960 a média de elementos por família era de 3,5 pessoas, esse valor reduziu para **2,4 pessoas/família, em 2011**.

Os parâmetros de constituição da família vêm sofrendo alterações, tendo este facto importância no contexto do estado civil da população. O padrão de casamento era ainda, em 2011, o mais frequente: 58% da população no concelho do Fundão encontra-se legalmente casada (num total de 15.335 pessoas).

Gráfico 16: População Residente segundo o estado civil legal, Fundão, 2011



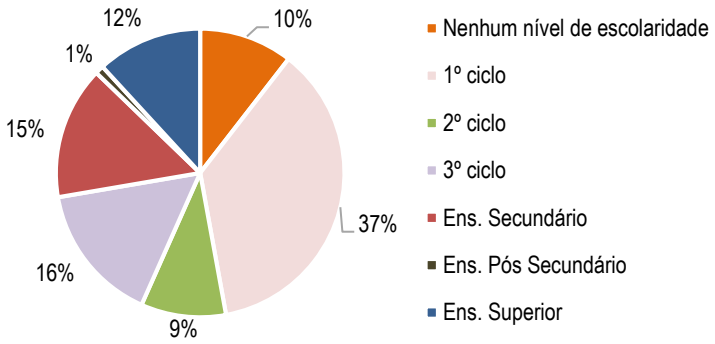
Fonte: INE-Portugal, Censos 2011

6.1.5 Escolaridade

A literacia é um importante indicador de desenvolvimento humano. Havia em 2011, no concelho do Fundão 2.885 pessoas analfabetas, correspondendo a 10% dos residentes, sendo que a maior fatia da população-33%- tem o 1º ciclo do ensino básico completo.

Na U.F. Fundão, Valverde, Donas, Aldeia de Joanes e Aldeia Nova do Cabo encontra-se o maior número de pessoas que não sabem ler nem escrever: 658 indivíduos. Contudo, face à proporção de população residente, tal valor corresponde à menor fatia do concelho, estando Orca e a U. F. Vale de Prazeres e Mata da Rainha no patamar oposto, com cerca de 24% dos seus residentes a não terem qualquer grau de escolaridade. Este indicador apresenta evoluções o que é sintoma de um nível de escolaridade cada vez mais satisfatório dos indivíduos.

Gráfico 17: População residente por nível de escolaridade, Fundão, 2011



Fonte: INE-Portugal, Censos 2011

Em 2011, os 3.306 indivíduos que frequentavam ou concluíram o ensino superior correspondiam a 12% de população com mais de 6 anos, valor que aumentou desde 2001 onde 2.250 fundanenses tinham ou estavam no ensino superior.

A freguesia de U.F. Janeiro de Cima e Bogas de Baixo, com 5% dos seus residentes com o ensino superior concluído ou a frequentar, é a freguesia com a menor proporção de residentes com este grau de ensino, enquanto a U. F. Fundão, Valverde, Donas, Aldeia de Joanes e Aldeia Nova do Cabo revela a maior percentagem neste indicador, correspondendo a 17% dos seus habitantes.

6.1.6 População com deficiência

Os dados oficiais mais recentes existentes para caraterizar as situações de deficiência, nas quais se incluem as que induzem à "mobilidade condicionada", constam dos Censos 2011. Por terem um método de abordagem diferente do utilizado nos Censos 2001, os dados não são diretamente comparáveis, pelo que a breve análise que se apresenta remete, apenas, para a situação em 2011, não sendo por isso, possível, fazer uma avaliação da evolução recente.

A metodologia utilizada pelo INE (proposta pelo *Washington Group on Disability Statistics*, ONU) considerou a existência de seis domínios de funcionalidade através da avaliação do grau de dificuldade que a pessoa sente (autoavaliação), diariamente, na realização de determinadas atividades devido a problemas de saúde ou decorrentes da idade (envelhecimento); para que se considere a existência de dificuldade, esta deve existir pelo menos há seis meses.

Os domínios de funcionalidade definidos são: a) Dificuldade em ver mesmo usando óculos ou lentes de contacto; b) Dificuldade em ouvir mesmo usando aparelho auditivo; c) Dificuldade em andar ou subir degraus; d) Dificuldades de memória ou de concentração; e) Dificuldade em tomar banho ou vestir-se

sozinho; f) Dificuldade em compreender os outros ou fazer-se entender. A dificuldade é classificada de acordo com a seguinte escala[9]: i) Não tem dificuldade ou tem pouca; ii) Tem muita dificuldade; iii) Não consegue mesmo.

Esta abordagem privilegia, assim, a perceção da dificuldade real dos indivíduos *versus* a realidade atestada por um técnico de saúde, da incapacidade/deficiência física, aproximando-se mais da realidade vivida pela população.

Para efeitos da presente análise, privilegiam-se duas das seis dificuldades elencadas: i) motoras ("andar ou subir degraus") e ii) visuais ("ver"), sendo que no Fundão:

- cerca de 12% da população com mais de 5 anos tem muita dificuldade em "andar ou subir escadas" (3368 indivíduos) e 1% não conseguem "andar ou subir degraus" (329 indivíduos);
- também 12% da população (3271 indivíduos) tem muitas dificuldades visuais e 74 pessoas são invisuais.

No seu conjunto, têm alguma expressão as potenciais dificuldades de mobilidade da população deste concelho, na medida em que, em 2011, cerca de 23% da população concelhia com mais de 5 anos tem pelo menos uma dificuldade.

Quadro 17: População residente com 5 ou mais anos segundo o tipo de dificuldade, por grau de dificuldade sentido, no concelho do Fundão, 2011

Zona geográfica / Grau de dificuldade sentido	Ver	Ouvir	Andar ou subir degraus	Memória ou concentração	Tomar banho ou vestir-se sozinho	Compreender os outros ou fazer-se compreender
Não tem dificuldade ou tem pouca em efetuar a ação	24883	26069	24531	26002	26631	26876
Tem muita dificuldade em efetuar a ação	3271	2068	3368	1938	1210	1150
Não consegue efetuar a ação	74	91	329	288	387	202
Total População com 5 ou + anos no concelho	28228					

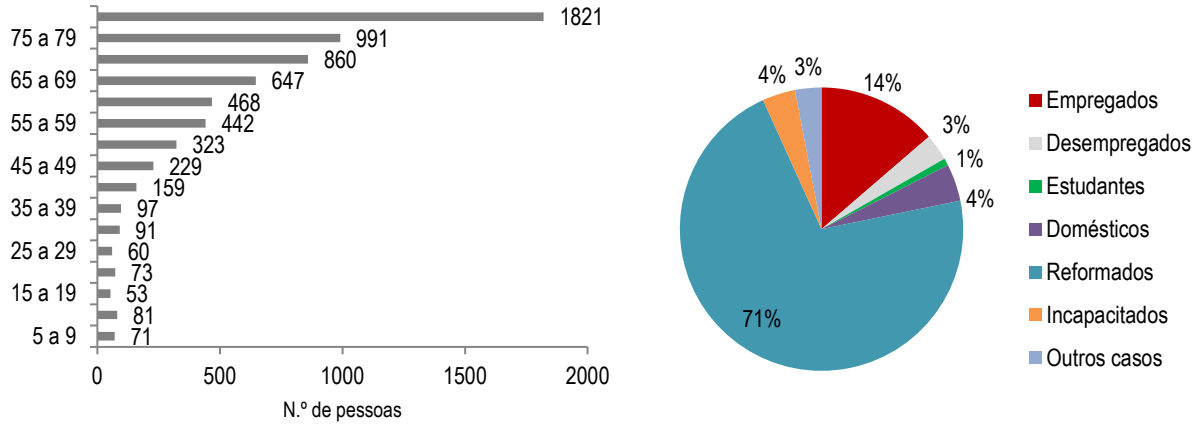
Fonte: INE – Portugal, Censos 2011

Estas dificuldades estão maioritariamente associadas ao envelhecimento populacional. Com efeito, **cerca de 2/3** das pessoas com mais de 5 anos que tem pelo menos uma dificuldade (no total

[9] Nota: Para as crianças que, devido à idade, ainda não conseguem realizar as atividades mencionadas nas alíneas c), d), e) e f) foi considerada a modalidade "Não tem dificuldade ou tem pouca", na medida em que ainda não é possível avaliar a existência de dificuldade na realização das referidas atividades.

contavam-se 6466 indivíduos), **são idosos - com mais de 65 anos -,** facto que corrobora a distribuição da mesma população segundo a sua condição perante a atividade económica: **71% da população que alegou dificuldades refere-se à população "Reformada, aposentada ou na reserva".**

Gráfico 18: População com, pelo menos, uma dificuldade, por escalão etário (com 5 ou mais anos) e População segundo a sua situação perante a atividade económica (com 15 ou mais anos), no concelho do Fundão, 2011



Fonte: INE – Portugal, Censos 2011

Esta realidade aponta para a necessidade, no âmbito de todos os instrumentos de gestão territorial, incluindo o presente PDM, da inclusão das medidas necessárias, em articulação com a legislação em vigor, que possam facilitar e mitigar as dificuldades da população com mobilidade reduzida.

6.1.7 População estrangeira

Em **2019**, segundo dados do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (SEF) a sub-região Beiras e Serra da Estrela contava com **4779 estrangeiros**, sendo que este volume decorreu de um aumento de 71% relativamente ao ano de 2011. No Caso do Fundão, esta população mais do que duplicou nos 8 anos mencionados (Cf. Anexo III).

Do quantitativo regional, **19% estava a residir no concelho do Fundão (920 indivíduos)** e só dois concelhos ultrapassavam aquele volume, nomeadamente 1635 pessoas na Covilhã (34%) e 963 pessoas na Guarda (20%). Complementarmente, sabe-se que existe um quantitativo significativo de migrantes sazonais que não está patente nestes números, pelo que a autarquia considera que os valores reais serão consideravelmente superiores.

Esta realidade convoca crescentemente a autarquia do Fundão para a criação de condições de acolhimento desta população, na medida em que a evolução recente indicia um cenário de mudança, o qual é muito positivo ao município.

A **origem desta população** (cf. Anexo III) era, em 2019, maioritariamente (mais de 2/3) de seis países: **Reino Unido** (181 indivíduos), **Brasil** (168 indivíduos), **Bulgária** (148 indivíduos), **França** (45 indivíduos), a **Guiné-Bissau** (41 indivíduos) e a **Holanda** (40 indivíduos).

Outros dados complementares para uma leitura mais abrangente desta realidade referem-se ao **número de pedidos de estatuto de residentes** por parte de cidadãos estrangeiros, o qual também tem vindo a aumentar de forma expressiva, desde 2011.

O concelho de Fundão é, nas Beiras e Serra da Estrela, o terceiro município mais procurado por parte da população estrangeira que solicita estatuto de residente, se considerada a população global, mas o primeiro se considerada a população da União Europeia. Efetivamente, apesar de os concelhos de Covilhã e Guarda apresentarem quantitativos superiores de pedidos de residência, nesses territórios a maioria dos pedidos parte de cidadãos fora da UE, ao contrário do que acontece no Fundão em que mais de 50% dos pedidos são de cidadãos europeus. De sublinhar que se registou um aumento considerável de pedidos extra-UE no concelho de Fundão em 2018, comparativamente com os anos anteriores. (Cf Anexo III).

A população estrangeira que procura o concelho tem motivações distintas, havendo casos que não possuem estatuto de residente, mas sim permissões diversas de permanência em território nacional. De acordo com informação dos serviços municipais relevam-se as seguintes situações, as quais poderão impactar significativamente a procura habitacional do concelho:

- Crescente procura do concelho para segunda residência por parte da população estrangeira, em especial da EU;
- Crescente atração de trabalhadores para as empresas instaladas no concelho, muitas de base tecnológica. De acordo com os serviços municipais de apoio à instalação de recursos humanos[10], residem no concelho 85 cidadãos estrangeiros que trabalham em empresas sediadas no Fundão (proveniência: 62 Brasil; 7 Índia; 5 Tunísia, 2 Maurícia, 1 Síria, 1 Venezuela, 1 França, 1 Nigéria, 1 Espanha, 1 Bélgica, 1 Paquistão, 1 Cabo Verde; 1 Madagáscar).
- População acolhida ao abrigo de leis de asilo e integração de migrantes, com necessidades específicas de acompanhamento e apoio, e que, de acordo com os dados municipais, em alguns casos já se encontram integrados no mercado de trabalho.

De sublinhar que o município do Fundão aderiu ao Fundo para o Asilo, a Migração e a Integração (FAMI) e tem em implementação o Plano Municipal para a Integração de Migrantes do Fundão.

[10] Dados relativos aos Beneficiários da Bolsa de Imóveis promovida pelo Município do Fundão.

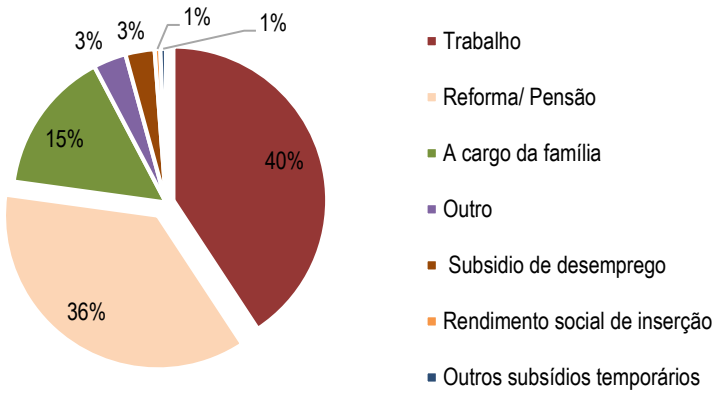
6.2 ATIVIDADE E EMPREGO

6.2.1 Modo de vida e Emprego

Dos 25.779 residentes no Fundão com idade superior a 15 anos, a maior fatia (40%, correspondente a 10 415 indivíduos) tem no trabalho a sua principal fonte de rendimento. De acordo com o exposto, e dada a evolução demográfica do concelho, justifica-se que o segundo principal meio de vida seja a reforma/pensão, com 9312 indivíduos a usufruírem de rendimentos desta proveniência em 2011, representando uma proporção de 36% da população residente.

Merecem referência as 153 pessoa cujo principal meio de subsistência declarado em 2011 é o rendimento social de inserção. No entanto, e como indicador de carência financeira importa referir que, segundo o Anuário Estatístico-INE, no ano de 2011 existiam 719 beneficiários deste apoio social tendo o número reduzido em 2013 para 620 pessoas, mas aumentado novamente para 844 pessoas, em 2018.

Gráfico 19: População Residente (mais de 15 anos), segundo o principal meio de vida, Fundão, 2011



Fonte: INE-Portugal, Censos 2011

A União das freguesias de Fundão, Valverde, Donas, Aldeia de Joanes e Aldeia Nova do Cabo é a que apresenta uma maior proporção de população empregada, 50% da população acima dos 15 anos. A União das freguesias de Vale de Prazeres e Mata da Rainha mostra a fatia mais reduzida de pessoas empregadas, rondando os 22%.

No que se refere à população sem atividade económica, Barroca mostra o maior percentual de pessoas domésticas (12%) e Castelo Novo tem cerca de 9% de população estudante, a maior proporção do conjunto. Orca e a União das freguesias de Janeiro de Cima e Bogas de Baixo têm a fatia de população reformada com maior relevo, cerca de 57 % que corresponde a 351 e 262 pessoas, respetivamente. No

que concerne ao número de indivíduos incapacitados, Capinha apresenta a maior proporção do conjunto 2,9%.

Da análise dos principais indicadores de emprego no concelho observa-se que cerca de 80% da população empregada trabalhava dentro do município, em **2011**, a **taxa de atividade rondava os 42 %** (46,3 dos Homens e 37,9% das mulheres).

No cômputo das freguesias, o percentual da taxa de atividade[11] é mais elevado na U. F. Fundão, Valverde, Donas, Aldeia de Joanes e Aldeia Nova do Cabo com 48,3 % da sua população residente ativa. Com cerca de 25% apenas dos seus residentes na faixa entre os 15/64 anos face à população total, observa-se a freguesia de U. F. Vale de Prazeres e Mata da Rainha. Tal cenário pode justificar-se em parte pelo seu perfil etário, sendo uma das mais envelhecidas do concelho. É também aqui que a taxa de emprego da população em idade ativa[12] demonstra os registos mais baixos do concelho, apenas 42,4% dos seus residentes em idade ativa estão efetivamente empregados.

As relações de localização do trabalho e da residência inserem-se no conjunto de indicadores de estrutura que importa analisar no âmbito dos planos municipais (Cardoso, 1991)[13], daí a pertinência de calcular a relação entre a população empregada que trabalha no concelho onde reside.

Os valores mais elevados da taxa de dependência de emprego no concelho[14] acontecem na freguesia de Bogas de Cima, significando que 91% da população empregada que reside na freguesia, tem no concelho do Fundão o seu local de trabalho. A freguesia destaca-se também no parâmetro que relaciona a população empregada com o total de população em idade ativa, rondando os 85%.

A freguesia cuja população ativa, em proporção, mais sai do concelho para desempenhar a sua atividade laboral é U. F. Janeiro de Cima e Bogas de Baixo com apenas 55% da sua população residente empregada a trabalhar dentro do município do Fundão. Tal cenário é facilmente justificável pela localização da freguesia na fronteira com os concelhos de Oleiros e Pampilhosa da Serra.

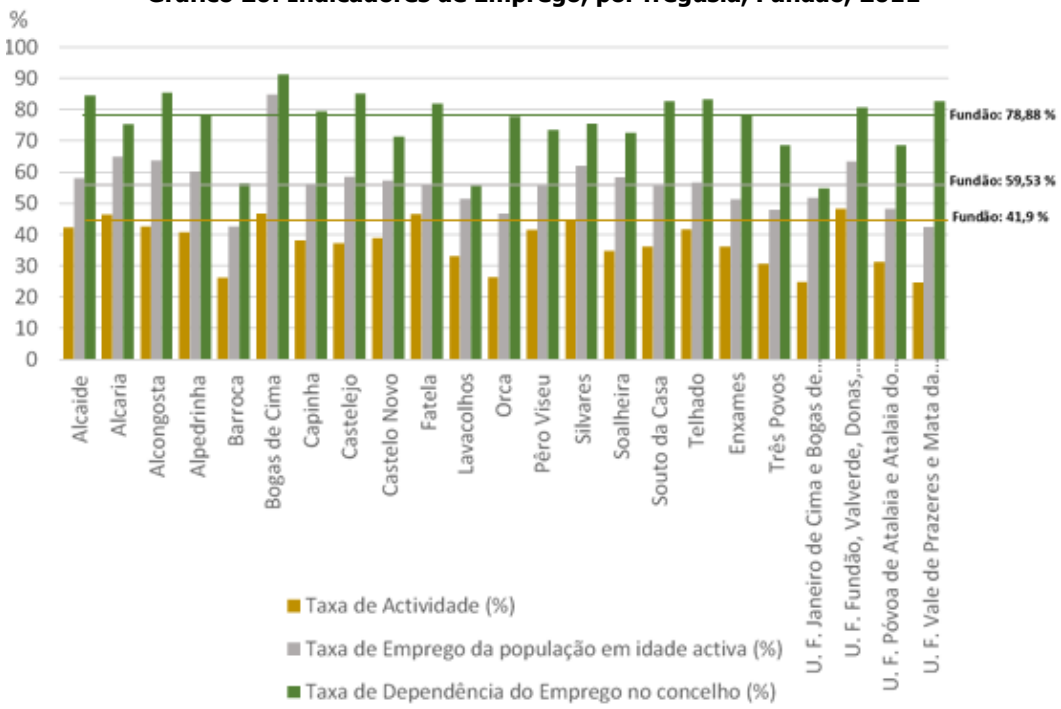
[11] Taxa de atividade: População residente Ativa/População Total*100

[12] Taxa de emprego da população em idade ativa: População residente Empregada/População 15-64 anos*100

[13] Cardoso, A. (1991). O Planeamento Municipal e a Habitação.

[14] Taxa de dependência de emprego no concelho = População residente a trabalhar no Concelho de residência/População empregada*100

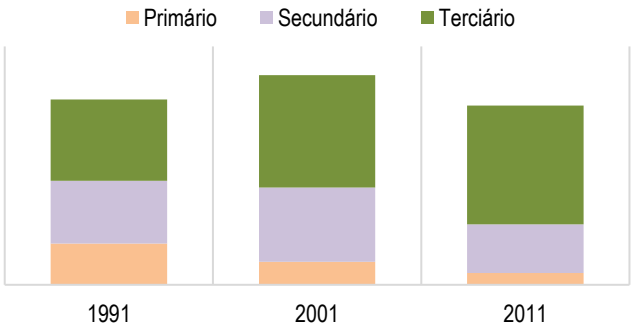
Gráfico 20: Indicadores de Emprego, por fregusia, Fundão, 2011



Fonte: INE – Portugal, Censos 2011

Assistiu-se a um aumento da população ativa na última década do século passado e, paralelamente, registou-se um incremento dos ativos no setor secundário neste período. Entre 2001 e 2011, a terciarização do emprego acentuou-se, mas inverteu-se o crescimento do número de empregados no setor secundário. A par do fenómeno de diminuição da população ativa, persiste a redução do número de ativos no setor primário e secundário. Esta situação é comum aos concelhos vizinhos de Belmonte e Covilhã, que verificaram o mesmo fenómeno de terciarização da sua população empregada.

Gráfico 21: Evolução da população ativa, por setor de atividade, Fundão, 1991/2011



Fonte: INE - Portugal, Recenseamentos Gerais da População

6.2.2 Desemprego

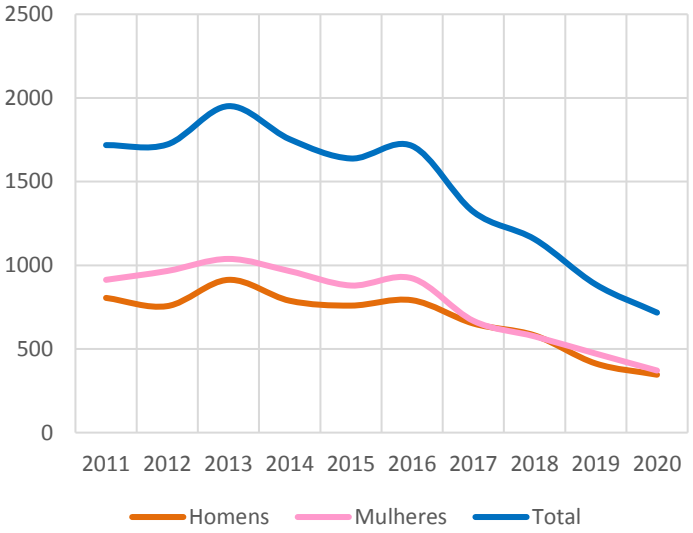
Em 2011 o concelho do Fundão apresentava uma taxa de desemprego total de 14% (1718 desempregados), muito superior à registada em 2001 (5,4%), mas justificada pela crise económica iniciada em 2008. Naquele ano, a freguesia com maior número absoluto de população desempregada era a União das freguesias de Fundão, Valverde, Donas, Aldeia de Joanes e Aldeia Nova do Cabo embora, em proporção, Fatela apresentasse o número mais significativo de desempregados (10%). Bogas de Cima era a freguesia com a proporção mais reduzida de desempregados (3,4%).

Na mesma data, o reflexo do desemprego nas famílias fazia-se sentir em 11% das famílias clássicas, as quais tinham pelo menos um elemento desempregado e, de forma mais preocupante, em 191 famílias (1,6% das famílias do concelho) que tinham dois ou mais elementos desempregados.

Nove anos volvidos sobre os Censos 2011, dados mais recentes do desemprego dão conta da redução significativa do volume do desemprego. Em fevereiro de 2020 (ainda sem as consequências da crise pandémica Covid 19), o número de desempregados do Fundão inscritos no IEFP, era de 717 desempregados (uma redução de 58%). Não sendo conhecida a taxa de desemprego do município, ela será hoje, seguramente, bastante inferior. Em 2020, o INE estima que a região Centro verifique uma taxa de desemprego média de 6%.

O gráfico seguinte faz uma análise retrospetiva do número de desempregados do concelho desde 2011 até fevereiro de 2020, inscritos no IEFF, dele se destacando dois aspetos essenciais: i) a tendência decrescente em termos de volume do desemprego e ii) a nivelação do desemprego masculino e feminino.

Gráfico 22: Evolução do número de desempregados no concelho do Fundão, 2011/2020



Quadro 18: Características do desemprego no concelho do Fundão, 2/2020

Características	Descrição	N.º	%
Sexo	Homens	346	48,3
	Mulheres	371	51,7
Tempo de inscrição	< 1 ano	400	55,8
	> 1 ano	317	44,2
Grupo Etário	<25 anos	103	14,4
	25-34 anos	104	14,5
	35-54 anos	254	35,4
	> 55 anos	256	35,7
Categoria	1º Emprego	105	14,6
	Novo Emprego	612	85,4
Nível de escolaridade	< 1º CEB	83	11,6
	1º CEB	138	19,2
	2º CEB	116	16,2
	3ºCEB	170	23,7
	Secundário	141	19,7
	Superior	69	9,6
Total de desempregados			**717**

Fonte: IEFP – Estatísticas mensais por Concelhos (www.iefp.pt)

A análise dos dados disponibilizados pelo Instituto do Emprego e Formação Profissional, permite aprofundar o estudo da evolução do desemprego no concelho e, nomeadamente, atualizá-lo com dados mais recentes. Em **fevereiro de 2020, o perfil do desemprego** neste concelho caracteriza-se globalmente pelo seguinte: i) percentagem aproximada do desemprego masculino (embora ligeiramente inferior: 48%) e do feminino; ii) Maior peso do desemprego com duração inferior a um ano (56%); iii) a grande maioria está à procura de um novo emprego (85%); iv) estrutura etária geral elevada (71% tem mais de 35 anos); v) nível de habilitações predominantemente baixo, (apenas 10% possui ensino superior).

6.3 ATIVIDADES ECONÓMICAS

6.3.1 Trabalhadores

O emprego[15], em 2018, encontrava-se concentrado em torno de 3 atividade económicas principais: o comércio, a indústria transformadora e a agricultura, sendo que no total, estes 3 setores afetam mais de metade do pessoal ao serviço nos estabelecimentos localizados no concelho do Fundão (56%). Outras atividades que promovem o desenvolvimento económico e empresarial do município, como a

[15] *O âmbito de atividade económica considerado compreende as empresas classificadas nas secções A a S da CAE Rev.3, com exceção das Atividades Financeiras e de Seguros (Secção K) e da Administração Pública e Defesa; Segurança Social Obrigatória (Secção O).*

construção, o alojamento e restauração, atividades de consultoria, científicas, técnicas e similares e atividades de informação e comunicação, têm alguma expressão (em todos os casos superior a 5% do emprego), concentram no seu conjunto aproximadamente ¼ do emprego.

Quadro 19: Pessoal ao serviço nos estabelecimentos, por atividade económica do Fundão, 2018

Secção (CAE Rev. 3)		N.º	%
A	Agricultura	1080	13,5
C	Indústrias Transformadoras	1606	20,1
E	Captação, trat. e distrib. de água; Saneamento; Gestão de Resíd. e Despoluição	130	1,6
F	Construção	592	7,4
G	Comércio por grosso e a retalho; Repar. de veículos automóv. e motociclos	1779	22,3
H	Transportes e Armazenagem	293	3,7
I	Alojamento, Restauração e similares	571	7,1
j	Atividades de Informação e Comunicação	397	5,0
L	Atividade Imobiliárias	62	0,8
M	Atividades de consultoria, científicas, técnicas e similares	464	5,8
N	Atividades Administrativas e dos serviços de apoio	298	3,7
P	Educação	148	1,9
Q	Atividades de saúde humana e apoio social	262	3,3
R	Atividades artísticas, de espetáculos, desportivas e recreativas	68	0,9
S	Outras Atividades de Serviços	219	2,7
Total		7990	100

Fonte: www.ine.pt (Produtos/Base de Dados)

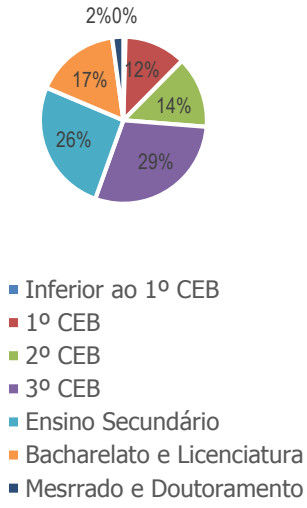
Considerando somente os trabalhadores por conta de outrem (4759 trabalhadores) e os dados estatísticos mais recentes disponíveis, é possível caracterizar o emprego ao nível das habilitações, das profissões, e dos rendimentos médios auferidos.

É evidente a crescente escolarização dos trabalhadores. Embora cerca de ¼ possuam escolaridade até ao nível do 2º CEB, constata-se, contudo, que 26% do emprego possui escolaridade ao nível do ensino secundário e com ensino superior existe quase 1/5 do emprego. Esta distribuição está em consonância com as apostas deste município em setores estratégicos ligados à tecnologia e ao conhecimento.

As profissões mais expressivas neste município são as que se incluem no grupo dos "Trabalhadores não qualificados" (23%), nos "Trabalhadores dos serviços pessoais, de proteção e segurança e vendedores" (18%) e dos "trabalhadores da indústria, construção e artífices" (14%). No seu conjunto e atendendo à evolução ao longo dos tempos, destacam-se os "especialistas das atividades intelectuais e científicas, os quais, associados aos quadros dirigentes, totalizam aproximadamente 15% do emprego por conta de outrem.

Gráfico 23: Trabalhadores por conta de outrem, por habilitações literárias e profissão principal, município do Fundão, 2017

Habitações literárias



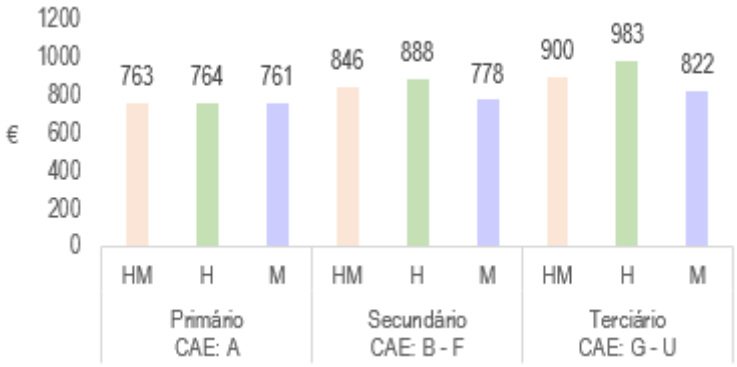
Profissão principal

Profissão principal	%
Representantes do poder legislativo e de órgãos executivos, dirigentes, diretores/as e gestores/as executivos/as	2,6
Especialistas das atividades intelectuais e científicas	12,8
Técnicos/as e profissionais de nível intermédio	9,0
Pessoal administrativo	9,6
Trabalhadores/as dos serviços pessoais, de proteção e segurança e vendedores/as	18,2
Agricultores/as e trabalhadores/as qualificados/as da agricultura, da pesca e da floresta	1,7
Trabalhadores/as qualificados/as da indústria, construção e artífices	13,6
Operadores/as de instalações e máquinas e trabalhadores/as da montagem	9,4
Trabalhadores/as não qualificados	23,1
Total	100,0

Fonte: INE-Portugal, Anuário Estatístico da Região Centro, 2018 (edição 2019)

É no setor primário que se verifica o mais baixo ganho médio mensal (763€) quando comparado com o setor secundário (846€) e com o terciário (900€). Também ainda é observável uma distinção de ganhos baseado no género que beneficia os homens, em qualquer dos três setores de atividade, no entanto essa diferenciação de entre homens e mulheres é mais marcada no setor secundário (diferença de 110€ mensais) mas sobretudo no terciário (161 €).

Gráfico 24: Ganho médio mensal dos/das trabalhadores/as por conta de outrem nos estabelecimentos do Fundão, segundo o setor de atividade e sexo, 2017



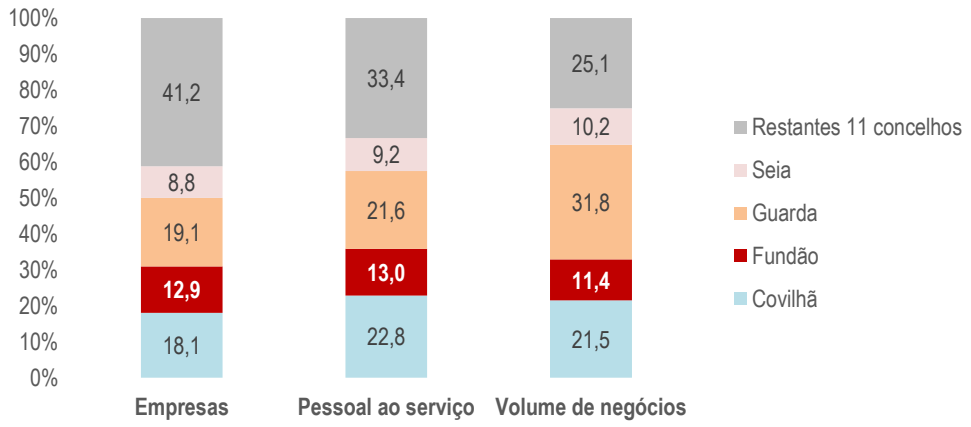
Fonte: INE-Portugal, Anuário Estatístico da Região Centro, 2018 (edição 2019)

6.3.2 Empresas

Dados de 2018, do INE, confirmam que quatro dos 15 concelhos da sub-região Beiras e Serra da Estrela corporizam um importante domínio ao nível da dotação empresarial, associada a uma expressiva capacidade de criação de emprego e de negócios. Os concelhos da Guarda, Covilhã, Fundão e Seia concentravam em 2018, 56% das empresas, 67% do emprego e 75% do volume de negócios das Beiras e Serra da Estrela.

Considerando o município do Fundão individualmente, este tem um tecido empresarial composto por 3208 empresas (12,9% no total das BSE), 7390 pessoas ao serviço (13%) e concretizou um volume de negócios de 402.596 milhares de euros (11,4%), mantendo a sua posição enquanto terceiro maior concelho da CIM BSE, historicamente encabeçada pela Guarda e Covilhã.

Gráfico 25: Empresas, pessoal ao serviços e volume de negócios nas Beiras e Serra da Estrela, 2018



Fonte: INE-Portugal, www.ine.pt (Produtos/Base de Dados- dados atualizados em 13/2/2020)

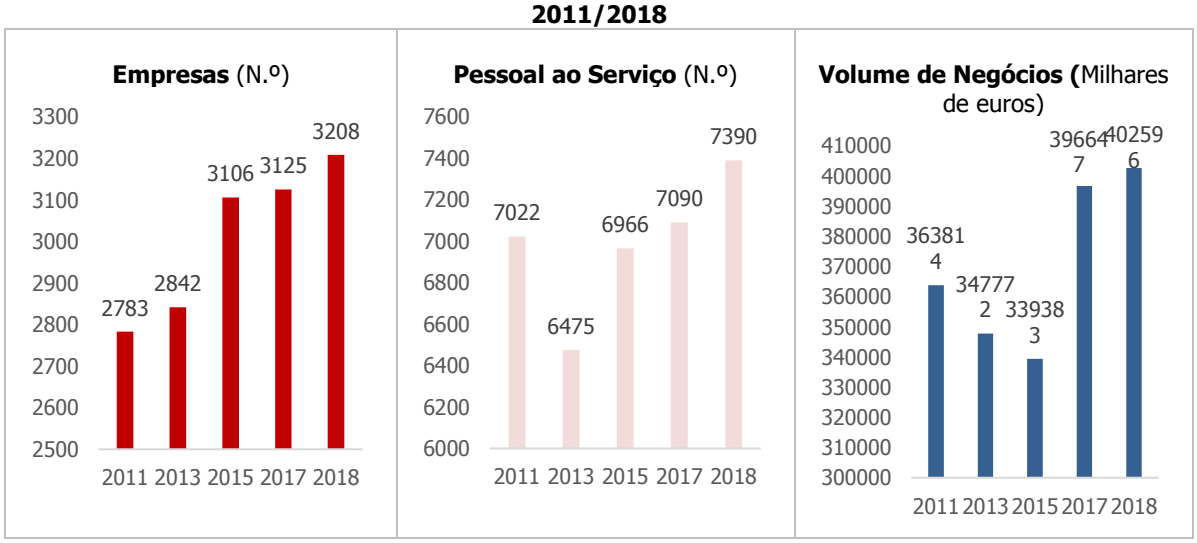
O Fundão é um caso de referência no que ao desenvolvimento empresarial diz respeito. Em 6 anos (2011/2017) viu incrementar o indicador relativo à densidade empresarial de forma expressiva, tendo passado de 4,0 empresas/Km^2 para 4,5 empresas/km^2, em 2017. A sub-região apresentava um valor médio inferior de 3,9 empresas (dados de 2017).

O tecido empresarial do Fundão (2018) é composto dominantemente por pequenas e médias empresas (só existe uma grande empresa). Das PME, 96,9% são microempresas (3108 empresas), 2,8% são pequenas (89 empresas) e 0,3% são médias (10 empresas). A forma jurídica predominante é a empresa individual (2350 empresas) e apenas 858 empresas sediadas no Fundão são sociedades. Esta distribuição acompanha de perto a verificada pela média regional.

A **evolução** ocorrida em 7 anos (**2011-2018**) no concelho do Fundão, traduziu globalmente uma dinâmica de reforço e crescimento empresarial, especialmente ocorridos a partir de 2015, no pós-crise económica. Globalmente, essa evolução traduziu-se, ao nível do:

- **volume de empresas**, registando uma evolução positiva de **15%** (mais 425 empresas);
- **pessoal ao serviço nas empresas**, que aumentou 5,2%, contudo é especialmente importante o reflexo da crise económica, sendo que em 2013, após o encerramento de muitas empresas, o município contava com 6475 empresas; desde essa data até 2018, esse crescimento foi, então, de **14%;**
- **volume de negócios** que sofreu um crescimento de 11%, contudo, pelos mesmos motivos, é especialmente relevante a evolução verificada entre 2015 e 2018, na ordem dos **19%**.

Gráfico 26: Evolução do n.º de empresas, pessoal ao serviço e volume de negócios, Fundão, 2011/2018

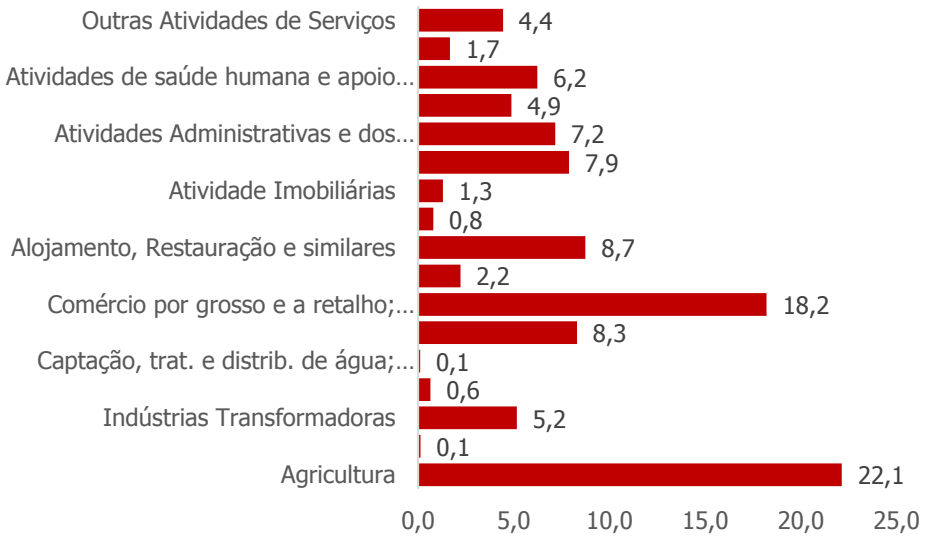


Fonte: INE-Portugal, Anuários Estatísticos da Região Centro e www.ine.pt (Produtos/Base de Dados- dados atualizados em 13/2/2020)

A análise destas variáveis por setores de atividade revela as principais atividades económicas desenvolvidas pelas empresas sediadas no Fundão. Com efeito, os dados mais recentes disponíveis reafirmam **a importância da atividade agrícola** (e, especificamente, agroalimentar**), da indústria transformadora** (têxtil e metalomecânica) **e do comércio** neste concelho:

- As **atividades agrícola e do comércio** revelam essa importância sobretudo no domínio da **concentração empresarial**, sendo que 22,1% das empresas do município são agrícolas e 18,2% laboram no setor comercial.

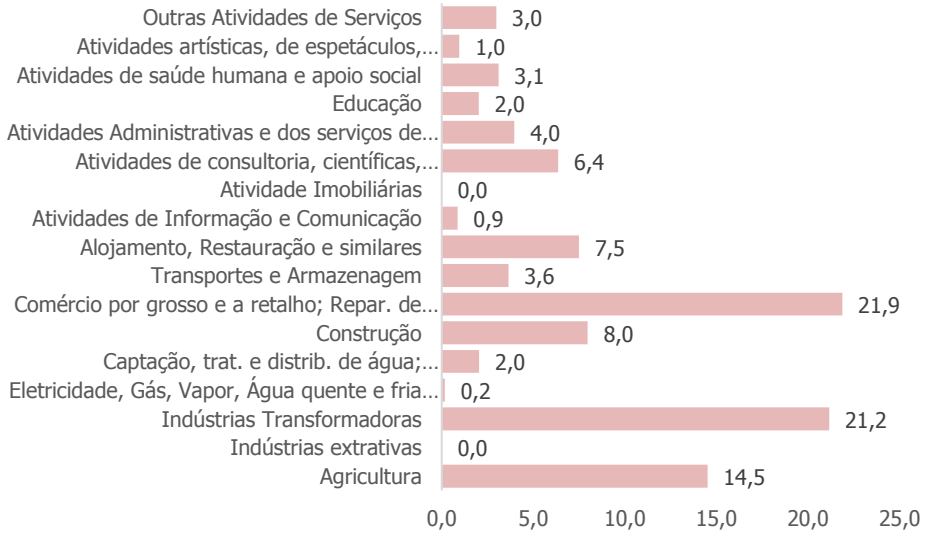
Gráfico 27: Empresas com sede no Fundão, segundo a CAE-Rev.3, 2018



Fonte: INE-Portugal, www.ine.pt (Produtos/Base de Dados)

- O comércio (por grosso e a retalha e reparação de veículos), a **indústria transformadora** e a **agricultura**, revelam essa importância ao nível do **emprego gerado,** na medida em estas 3 atividades concentram 58% do emprego.

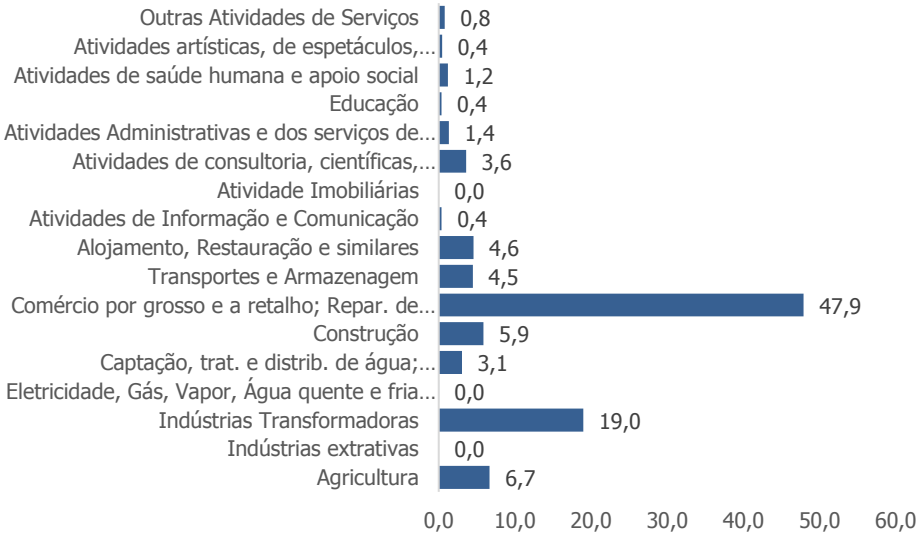
Gráfico 28: Pessoal ao serviço nas empresas com sede no Fundão, segundo a CAE-Rev.3, 2018



Fonte: INE-Portugal, www.ine.pt (Produtos/Base de Dados)

- é o setor do **comércio** que gera o maior **volume de negócios** (47,9%), sendo secundado pela **indústria transformadora** (19%); por sua vez, a atividade agrícola, pela sua especificidade, gera volumes de negócio bastante inferiores (6,7%); os três setores concentram quase ¾ do volume de negócios da totalidade das empresas do município.

Gráfico 29: Volume de negócios (%) das empresasdo Fundão, segundo a CAE-Rev.3, 2018



Fonte: INE-Portugal, www.ine.pt (Produtos/Base de Dados)

6.3.3 Perspetivas futuras

O Município do Fundão, à semelhança de todo o Interior de Portugal, tem registado ao longo das últimas décadas uma acentuada tendência de despovoamento traduzida numa perda populacional que afeta principalmente os mais jovens e os mais qualificados: hoje o concelho tem cerca de 27.000 habitantes face aos 50.000 em 1950.

Nesse contexto, o Município desenhou e tem vindo a desenvolver uma estratégia dedicada à atração de investimento, criação de emprego e promoção da inovação e empreendedorismo com vista à valorização socioeconómica do concelho, diversificação do tecido económico e reforço da atratividade territorial para fixação de empresas e pessoas.

Essa estratégia, que ficou conhecida por Plano de Inovação para o Fundão, foi concebida para ser sustentável e integrada, atuando sobre as diversas componentes que influenciam a atratividade do território, trabalhando em rede e promovendo efeitos multiplicadores e transversais.

O programa foi concebido para promover os setores económicos tradicionais, como o agroalimentar, o têxtil ou metalomecânica de precisão, capacitando o Fundão para a economia global e para a fixação de investimento e emprego em áreas de futuro e valor acrescentado, como as tecnologias de informação e comunicação, os serviços de base tecnológica ou a biotecnologia.

Pretendia-se, nomeadamente, atuar sobre: i) as infraestruturas de acolhimento empresarial capacitando o território para a fixação de novos negócios; ii) os incentivos e suporte institucional à fixação de empresas e pessoas; iii) o capital humano promovendo a retenção de talento bem como a capacitação para as novas competências profissionais; e iv) a comunicação para afirmar o Fundão como destino para inovação e investimento.

Desde o lançamento do Plano de Inovação, em 2013, não foi construída nenhuma infraestrutura nova, tendo o Município optado por reabilitar edifícios devolutos ou subaproveitados no concelho para disponibilização aos investidores e empreendedores.

Essa opção foi tomada considerando a aposta numa estratégia sustentável que visava, nomeadamente, promover a reabilitação urbana e a fixação de empresas e pessoas no centro da cidade com dinamização da economia local. Volvidos 5 anos, registamos um acréscimo considerável dos processos de reabilitação urbana promovidos por privados – mais 75% por ano face ao registado em 2012 – e um dinamismo crescente no centro da cidade com fixação de novos residentes e novas famílias.

Para tanto, e com base nesses pressupostos de reabilitação e sustentabilidade, o Município desenvolveu uma série de iniciativas para criação do ecossistema necessário ao sucesso da estratégia:

- Criação de um Centro de Negócios e Serviços através da refuncionalização de um antigo Pavilhão Multiusos com 15 anos de existência e pouca utilização. Esta iniciativa foi classificada em 2018 pela Comissão Europeia como o melhor projeto europeu desenvolvido com aplicação de fundos comunitários considerando o impacto na economia e o contributo para uma transição industrial inteligente, tendo sido atribuído ao Município do Fundão o galardão *RegioStars* 2018. Permitiu atrair 14 empresas de tecnologia, dinamizar um ecossistema e criar mais de 700 novos postos de trabalho qualificados na área do desenvolvimento de software.
- Criação de uma Incubadora e Aceleradora de empresas pela ocupação de um antigo mercado devoluto e abandonado, cujo processo de reabilitação tem decorrido ao longo dos últimos 5 anos com envolvimento e participação dos empreendedores e empresas incubadas através de diversas benfeitorias realizadas no imóvel. Trata-se de uma infraestrutura certificada para todos os programas de incubação e que foi recentemente classificada num estudo da Microsoft como um "*hotspot*" para a aceleração de empresas em Portugal. No edifício funcionam ainda um *Fab Lab*, um *cowork* e um ninho de

associações e projetos de inovação social. Ao longo de 5 anos permitiu acelerar mais de 70 *startups* e projetos inovadores com criação líquida de mais de 100 novos postos de trabalho. Hoje temos 2 *startups* no top 25 nacional apresentado na *Web Summit* 2018.

- Criação de um Centro de Formação Avançada, em parceria com o Instituto de Emprego e Formação Avançada, através da reabilitação de um antigo imóvel industrial abandonado, com vista ao desenvolvimento de ofertas formativas em articulação com o tecido empresarial local e regional, nomeadamente nos setores agroalimentar, têxtil, metalomecânica de precisão, TIC e biotecnologia. Com 2 anos de existência, o CFA já deu formação e certificou mais de 700 pessoas. Destacar ainda um programa específico criado no seu âmbito e que visa converter desempregados em programadores informáticos através de *bootcamps* intensivos de 14 semanas, o qual já permitiu colocar no mercado de trabalho cerca de 300 novos programadores saídos do desemprego (94% de taxa de empregabilidade), com impacto considerável no Orçamento de Estado (3.500.000€ considerando um subsídio de desemprego médio de 511€ durante 24 meses) e na competitividade do território para fixação de novos investimentos.
- Reabilitação de espaços industriais para reforço da capacidade e condições para instalação de empresas no concelho, face ao considerável aumento dos investimentos ao longo dos últimos anos.
- Dinamização de um Centro de Biotecnologia de Plantas tendo em vista a capacitação do sector agrícola e agroalimentar, a investigação em torno dos produtos endógenos, o desenvolvimento de novas fileiras de elevado valor acrescentado e a transferência de conhecimento.
- Criação de um Centro de IoT Agrotech através da refuncionalização de um antigo Seminário, colocando o imóvel ao dispor dos empreendedores e agentes económicos locais para desenvolvimento de soluções tecnológicas destinadas à valorização do sector primário e à resposta a problemas e desafios típicos dos territórios de baixa densidade.
- Instalação de novas ideias de negócios por via de aceleração de empresas da Incubadora para lojas na Zona Antiga do Fundão.
- Refuncionalização de outros equipamentos municipais para afetação ao acolhimento e desenvolvimento empresarial: Moagem, Casino, Mercado Abastecedor.

Importa referir que o ecossistema criado no Fundão desde 2013 é gerido por uma equipa de técnicos municipais que já integravam os quadros de pessoal da autarquia e que, presentemente, asseguram ainda o funcionamento da valência mais recente: o Espaço Empresa que, em 4 meses, já permitiu criar 12 empresas e tem uma média de 50 atendimentos por mês a potenciais investidores.

Estamos a falar de uma estratégia que pretende atrair e fixar empresas e pessoas no centro da cidade, promovendo a reabilitação urbana e a economia local. E hoje temos indicadores disso ao nível do crescimento dos processos de reabilitação, do investimento realizado na ARU e da fixação de novos residentes.

Para tanto, o Município do Fundão foi um dos primeiros municípios em Portugal a criar uma Área de Reabilitação Urbana disponibilizando assim um conjunto de incentivos legalmente previstos, para além de um acompanhamento permanente dos projetos de investimento e de colocar o foco na zona antiga da cidade.

À data, esta estratégia depara-se com dois desafios centrais: a carência de novos espaços de acolhimento empresarial para crescimento das empresas instaladas e fixação de novos investimentos, e a necessidade de reforçar iniciativas para a atração de talento de outras regiões e países para o Fundão.

A estratégia pretende promover a diversificação da atividade económica tornando o concelho mais resistente às dinâmicas e flutuações da economia, capacitar e posicionar o Fundão no mundo global marcado pela digitalização da economia e pela fragmentação dos processos produtivos.

Os incentivos e apoios disponibilizados pelo Município surgiram como um instrumento essencial e diferenciador no âmbito desta estratégia.

A estratégia implementada, da qual faz parte integrante o sistema de incentivos, permitiu conceber um ecossistema global e atrativo para a fixação de investimento, criação de emprego e fomento da inovação, tendo sido alcançados diversos resultados transversais que cumpre assinalar desde 2013:

- Mais de 200 projetos de investimento privado apoiados e/ou acompanhados pelo Município em diversas áreas;
- Mais de 150 milhões de euros de investimento privado em setores produtivos e geradores de emprego;
- Instalação de 3 investimentos classificados como Projetos de Interesse Nacional, os primeiros da história do concelho: um na área tecnológica, um no agroalimentar e outro no sector energético;
- Instalação de 14 novas empresas apenas na área das TICE (4 delas multinacionais);
- Hoje, o Fundão é um dos únicos 5 locais em Portugal, para além de Lisboa e Porto, onde funcionam centros de desenvolvimento de software em regime de *nearshore*, vocacionados 100% para a exportação;

- Redução do desemprego de cerca de 1700 desempregados em fevereiro de 2012 para cerca de 700 em fevereiro de 2020;
- Criação de mais de 700 novos postos de trabalho qualificados no sector TICE (nova empregabilidade);
- Criação de cerca de 1.000 postos de trabalho pelos sectores tradicionais: agroalimentar, têxtil, metalomecânica de precisão, energia, floresta, turismo e sector social;
- Mais de 700 pessoas formadas e certificadas pelo Centro de Formação Avançada nos primeiros 2 anos de funcionamento;
- Retirada de 300 pessoas do desemprego através dos *bootcamps* de conversão profissional, agora empregados como programadores informáticos em empresas TICE com salários médios de entrada de 900€;
- Saldo migratório positivo em 2015, pela primeira vez em muitos anos e novamente em 2019;
- Aceleração de mais de 70 *startups* e novas ideias de negócio através da Incubadora: 2 startup do Fundão no top 25 nacional apresentado durante o Web Summit 2018; mais de 100 postos de trabalho criados na Incubadora;
- Primeiro concelho a colocar a programação informática de forma universal nas escolas públicas para todas as crianças após os 6 anos de idade, promovendo a literacia digital;
- No agroalimentar foi desenvolvida a estratégia de eficiência coletiva Clube de Produtores, a qual permitiu unir as empresas do sector, abrir novos canais comerciais e assegurar presença em eventos e mercados onde seria impossível estar de forma isolada; foi ainda criada a Organização de Produtores Cerfundão e, no âmbito do PDR 2020, os investidores privados do Fundão realizaram mais investimento que toda a Cova da Beira em conjunto.
- Aumento de 75% nos processos de urbanismo desde 2012;
- Reconhecimentos externos da estratégia desenvolvida:
  - Prémio Europeu de Desenvolvimento do Ambiente Empresarial 2015, atribuído pelo IAPMEI;
  - .Cereja do Fundão como melhor marca nacional, pela revista Marketeer;
  - **Município do Ano 2016**, pela Universidade do Minho;
  - Microsoft classificou ecossistema do Fundão como hotspot para aceleração de empresas;
  - **Vencedor do EEPA 2018**, promovido em Portugal pelo IAPMEI, na categoria Competências Empreendedoras;
  - **Vencedor europeu do RegioStars 2018**, atribuído pela Comissão Europeia;
  - **Município mais Inovador e Smart**, pelo júri do Portugal Smart Cities 2019.

Os resultados alcançados resultam de uma estratégia integrada que colocou os incentivos como complemento de um ecossistema orgânico que tem sido desenvolvido de forma a acompanhar as tendências globais em matéria de emprego e valorização económica, apostando igualmente na I&D e em iniciativas pioneiras com impacto social.

Para o sucesso deste programa muito terá contribuído o envolvimento da comunidade local e regional, trabalhando em parceria, nomeadamente através do Living Lab Cova da Beira, um consórcio informal que permitiu colocar em articulação uma série de entidades com impacto direto na vida das empresas e da comunidade. Foi ainda determinante a definição da estratégia a partir de um espírito de abertura e partilha, promovendo processos participativos.

Estamos a falar de um projeto com elevado impacto na economia local, que colocou o Fundão no radar dos investidores, pelo que a manutenção de tais medidas se mostra absolutamente imprescindível para a sustentabilidade e para o desenvolvimento socioeconómico do concelho.

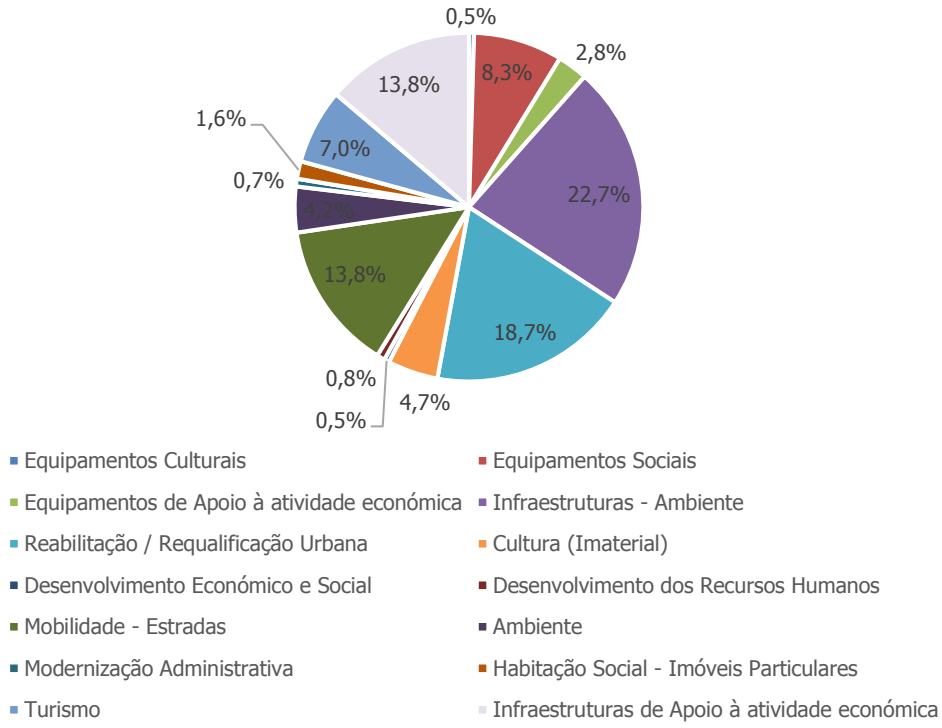
A presente revisão do PDM irá contribuir para suprir uma necessidade de base neste momento da vida concelhia, nomeadamente com a ampliação dos espaços de atividades económicas (Zonas Industriais do Fundão e de Soalheira) e a criação de um espaço industrial a sul de Três Povos. Também as melhorias previstas no Regadio da Zona Sul da Gardunha, serão vitais enquanto infraestrutura de suporte ao maior desenvolvimento do município.

6.4 DINÂMICAS DO INVESTIMENTO MUNICIPAL

A trajetória do município do Fundão em matéria de desenvolvimento, patente no ponto anterior, assentou, como se referiu, na aposta estratégica do executivo municipal em determinados domínios, especialmente patente no Plano Estratégico para a Inovação do Município do Fundão, e centrada na atração de investimento, criação de emprego e promoção da inovação e empreendedorismo com vista à valorização socioeconómica do concelho, diversificação do tecido económico e reforço da atratividade territorial para fixação de empresas e pessoas. Esta trajetória bem-sucedida foi naturalmente subsidiária dos financiamentos disponibilizados pelos quadros comunitários de apoio.

No âmbito do QREN (2007/2013), e num período antecipatório ao plano Estratégico para a Inovação, foram aprovados 96 projetos, com um investimento total de 37 501 147€, que foram comparticipados em aproximadamente 77%, tendo-se destacado em termos de volume de investimento 4 domínios essenciais: Infraestruturas-Ambiente (23%), Reabilitação/Requalificação Urbana (19%), Mobilidade-Estradas (14%) e Infraestruturas de apoio à atividade económica, também com14% do investimento.

Gráfico 30: Distribuição do investimento por eixo estratégico do QREN, município do Fundão



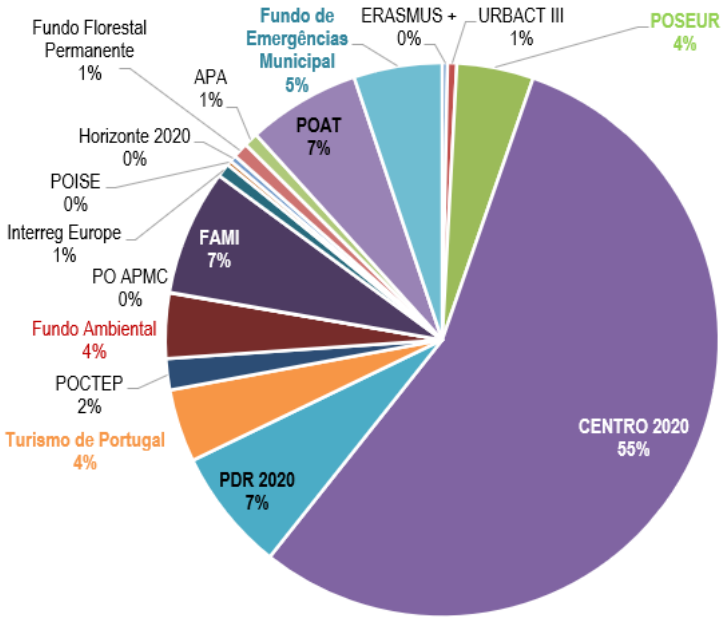
Fonte: Câmara Municipal do Fundão

No período subsequente, **2014-2020**, ainda em curso, o município do Fundão viu aprovados até ao momento **57 projetos** (Cf. Anexo), bem como outros **4 projetos em parceria** (em que o município não é o beneficiário principal) e **8 projetos aguardam aprovação**. Os projetos aprovados (sem contar com os projetos em parceria) totalizaram um investimento de 24.705.912,12€, tendo sido comparticipado 65% desse valor. Os projetos que aguardam aprovação totalizam um investimento de 5 365 846 € e terão uma comparticipação de aproximadamente 62%.

Dos 57 projetos aprovados, o principal financiamento provém do Programa Centro 2020, com cerca de 55% do investimento total. Outros financiamentos têm alguma expressão no total do investimento como os provenientes do Fundo para o Asilo, Migração e a Integração (FAMI), do Plano de Desenvolvimento Rural (PDR2020) e do Programa Operacional de Assistência Técnica - Fundo Europeu de Solidariedade para compensar danos decorrentes dos incêndios 2017 (POAT), cada um com uma participação de 7% no investimento total incorporado no município do Fundão e perfazendo, assim, cerca de 1/5 do investimento. O Fundo de Emergência Municipal (5%), o Turismo de Portugal (4%) e o Fundo Ambiental (4%) também tiveram alguma expressão.

Quadro 20: Projetos aprovados 2014-2020, Município do Fundão

Programa	Investimento total
ERASMUS +	76140,00
URBACT III	133149,16
POSEUR	1107294,45
CENTRO 2020	13678866,29
PDR 2020	1766595,94
Turismo de Portugal	1051302,84
POCTEP	449862,13
Fundo Ambiental	938580,58
PO APMC	6888,71
FAMI	1814889,86
Interreg Europe	198025,00
POISE	66821,16
Horizonte 2020	93687,50
Fundo Florest. Permanente	221434,00
APA	203000,00
POAT	1625784,49
Fundo de Emergências Municipal	1273590,01
Total	**24705912,12**



Fonte: Câmara Municipal do Fundão

Quadro 21: Projetos aprovados em parceria

Programa	Designação do Projeto	Promotores e copromotores
CENTRO 2020	INCUBAÇÃO CENTRO 2016 - IC |16	CEC; CCIC; AIRO; AIRV; ABAP; Associação BLL3; IEFF; IDD; Instituto Politécnico de Coimbra; IPN Incubadora; Município do Fundão; OPEN; PARKUBIS; TAGUSVALCEY; WRC
CENTRO 2020	BIOTECH@CENTRO	ASSOCIAÇÃO BEIRA ATLÂNTICO PARQUE; ASSOCIAÇÃO CBPBI - CENTRO DE BIOTECNOLOGIA DE PLANTAS DA BEIRA INTERIOR
CENTRO 2020	PROVERE Rede das Aldeias do Xisto	ADXTUR
CENTRO 2020	Programa da Valorização da fileira do Queijo da Região Centro	ANCOSE; COAPE; ESTRELACOOP; APQDCB; APRORABAÇAL; IPCB; IPV; CIMBSE; CIMBB; CIMVDLAFÕES; CIMCOIMBRA; INOVCLUSTER; CATAA; CBPBI

Quadro 22: Projetos que aguardam aprovação

Programa	Designação do Projeto	Investimento total (€)	Investimento elegível (€)	Taxa de comparticipação	Comparticipação (€)
Interreg Europe	Osiris (fase 2)+ IHome4You	73 830,23	73 830,23	85,00%	62 755,70
CENTRO 2020	Ações de valorização do Património Natural da Serra da Gardunha - Fundão	457 558,32	278 035,40	85,00%	236 330,09

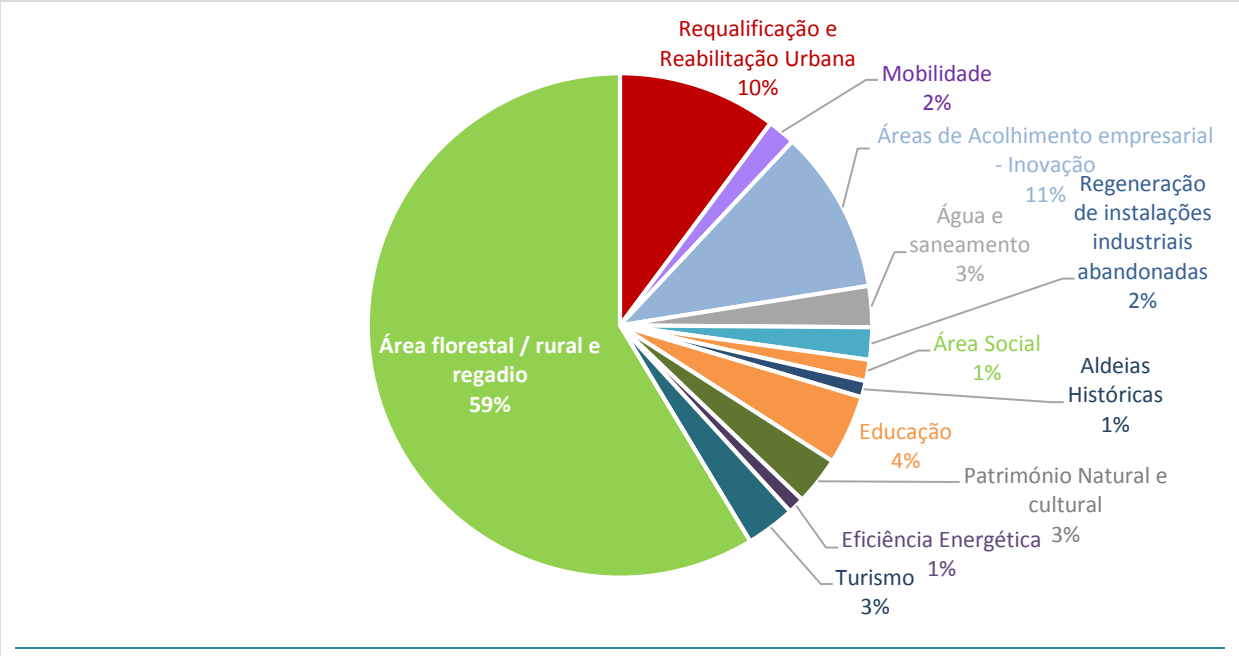
CENTRO 2020	Reabilitação do Cineteatro da Gardunha	2 912 522,35	2 742 279,58	85,00%	2 330 937,64
CENTRO 2020	Integração de jovens e/ou adultos no mercado laboral - PEPAL	99 864,00	99 864,00	100,00%	99 864,00
CENTRO 2020	Extensão de Saúde de Silvares	158 470,00	117 647,06	85,00%	100 000,00
CENTRO 2020	Medicina Nuclear - Fundão	1 224 343,58	192 908,52	85,00%	163 972,24
Turismo de Portugal	Roteiro "Terras do Volfrâmio e Estanho - História e Memória das Comunidades Mineiras - Fase2	429 257,81	429 257,81	70,00%	300 480,47
Turismo de Portugal	Rede Regional do Turismo Literário - Centro de Portugal	10 000,00	10 000,00	70,00%	7 000,00
	Total	5 365 846,29	3 943 822,60		3 301340,14

Fonte: Câmara Municipal do Fundão

O município do Fundão desenvolveu a sua lista de projetos (cf. Anexo) a candidatar a financiamentos no âmbito do próximo quadro comunitário **2021-2027** e a inscrever na Estratégia da Região Centro 2030. O orçamento, no momento, ronda os 95 077 794,44€ e a maior fatia tem a ver com a "Área florestal/rural e regadio", com uma preponderância de 59% de afetação do investimento e, neste âmbito, dos 8 projetos inscritos, aquele que captará a grande proporção do investimento será o Aproveitamento Hidroagrícola Gardunha Sul.

As outras duas áreas de intervenção/investimento mais expressivas são as "Áreas de Acolhimento Empresarial-Inovação" (11%) e a "Requalificação e Reabilitação Urbana" (10%), materializando a continuação da aposta do município no desenvolvimento e dinamização empresarial/inovação, bem como a regeneração/reabilitação urbana em várias dimensões (refuncionalização de edifícios para funções na área do desenvolvimento empresarial, qualificação do espaço urbano, facilitação do acesso à habitação, entre outros).

Gráfico 31: Investimento previsto dos Projetos 2030, por áreas de intervenção, do município do Fundão (%)



Fonte: Câmara Municipal do Fundão

7. CARATERIZAÇÃO URBANÍSTICA

Neste subcapítulo pretende-se fazer uma análise da estrutura urbana concelhia, assim como da dinâmica construtiva e da evolução dos aglomerados à luz do Plano Diretor Municipal em vigor, tendo, ainda, em atenção o desenvolvimento dos sistemas construtivos e da linguagem arquitetónica. Desta forma, a componente seguinte constituirá, essencialmente, uma comparação entre a situação descrita no PDM em vigor e a avaliação que se fez no trabalho de levantamento.

7.1 ESTRUTURA DO POVOAMENTO

Importa, antes de mais, perceber como se estrutura o povoamento na área do concelho do Fundão.

O concelho do Fundão engloba 23 freguesias, de acordo com a recente divisão administrativa, e está situado no distrito de Castelo Branco, confrontando a Norte com a Covilhã e Belmonte, a Oeste com Pampilhosa da Serra, a Sul com Oleiros e Castelo Branco e a Este com Penamacor e Idanha-a-Nova.

Das 23 freguesias, apenas a União de Freguesias que integra a sede municipal é considerada urbana, sendo as restantes de predominantemente rurais. Além da Cidade, que é indubitavelmente o maior centro urbano do concelho, são de destacar na rede urbana Silvares e Soalheira, já que os restantes aglomerados, são, na generalidade, de pequena dimensão. No quadro seguinte apresentam-se as freguesias do concelho do Fundão:

Quadro 23: Freguesias do concelho do Fundão

Identificação	Área		Pop. Res. (2011)		Densidade pop. (hab./km²)
	Km²	%	n.º	%	
Alcaide	16,72	2,4%	616	2,1%	36,8
Alcaria	21,48	3,1%	1.180	4,0%	54,9
Alcongosta	7,31	1,0%	497	1,7%	68,0
Alpedrinha	16,19	2,3%	1.087	3,7%	67,1
Barroca	23,1	3,3%	496	1,7%	21,5
Bogas de Cima	31,24	4,5%	347	1,2%	11,1
Capinha	39,64	5,7%	494	1,7%	12,5
Castelejo	29,52	4,2%	656	2,2%	22,2
Castelo Novo	40,51	5,8%	406	1,4%	10,0
Enxames	22,48	3,2%	520	1,8%	23,1
Fatela	11,27	1,6%	564	1,9%	50,0
Lavacolhos	19,87	2,8%	236	0,8%	11,9
Orca	54,98	7,9%	650	2,2%	11,8
Pêro Viseu	19,2	2,7%	728	2,5%	37,9
Silvares	20,25	2,9%	968	3,3%	47,8
Soalheira	12,42	1,8%	891	3,1%	71,7
Souto da Casa	29,37	4,2%	807	2,8%	27,5
Telhado	17,64	2,5%	618	2,1%	35,0
Três Povos	65,96	9,4%	914	3,1%	13,9
UF de Fundão, Valverde, Donas, Aldeia de Joanes e Aldeia Nova do Cabo	57,83	8,3%	13.434	46,0%	232,3

Identificação	Área		Pop. Res. (2011)		Densidade pop. (hab./km²)
	Km²	%	n.º	%	
UF de Janeiro de Cima e Bogas de Baixo	46,36	6,6%	500	1,7%	10,8
UF de Póvoa da Atalaia e Atalaia do Campo	24,18	3,5%	1.188	4,1%	49,1
UF de Vale de Prazeres e Mata da Rainha	72,69	10,4%	1.416	4,8%	19,5
Concelho do Fundão	**700,21**	**100,0%**	**29.213**	**100,0%**	**41,7**

Fonte: Instituto Nacional de Estatística (INE) – Portugal, Censos 2011

A análise do quadro anterior permite distinguir a UF que integra a cidade do Fundão, que concentra 46% do total populacional do concelho, as Uniões de Freguesias de Vale Prazeres e Mata da Rainha e de Póvoa de Atalaia e Atalaia do Campo, e a freguesia de Alcaria, que concentram, respetivamente, 4.8%, 4.1% e 4.0% dos habitantes do concelho. A cidade do Fundão constitui, como seria de esperar, o principal polo aglutinador de população, uma vez que, sendo sede de concelho, concentra os serviços e equipamentos de maior importância.

Quadro 24: Evolução da População Residente nas freguesias do concelho do Fundão, entre 1991 e 2011

Zona Geográfica	População residente			Crescimento Pop. (%)		
	1991	2001	2011	1991/2001	2001/2011	1991/2011
Alcaide	826	764	616	-7,5%	-19,4%	-25,4%
Alcaria	1.264	1.271	1.180	0,6%	-7,2%	-6,6%
Alcongosta	645	573	497	-11,2%	-13,3%	-22,9%
Alpedrinha	1.348	1.184	1.087	-12,2%	-8,2%	-19,4%
Barroca	751	634	496	-15,6%	-21,8%	-34,0%
Bogas de Cima	649	466	347	-28,2%	-25,5%	-46,5%
Capinha	753	620	494	-17,7%	-20,3%	-34,4%
Castelejo	949	824	656	-13,2%	-20,4%	-30,9%
Castelo Novo	525	439	406	-16,4%	-7,5%	-22,7%
Enxames	661	596	520	-9,8%	-12,8%	-21,3%
Fatela	633	549	564	-13,3%	2,7%	-10,9%
Lavacolhos	331	242	236	-26,9%	-2,5%	-28,7%
Orca	1.008	800	650	-20,6%	-18,8%	-35,5%
Pêro Viseu	950	831	728	-12,5%	-12,4%	-23,4%
Silvares	1.278	1.104	968	-13,6%	-12,3%	-24,3%
Soalheira	1.172	1.130	891	-3,6%	-21,2%	-24,0%
Souto da Casa	1.124	988	807	-12,1%	-18,3%	-28,2%
Telhado	509	619	618	21,6%	-0,2%	21,4%
Três Povos	1.105	1.116	914	1,0%	-18,1%	-17,3%
UF de Fundão, Valverde, Donas, Aldeia de Joanes e Aldeia Nova do Cabo	10.871	12.945	13.434	19,1%	3,8%	23,6%
UF de Janeiro de Cima e Bogas de Baixo	821	627	500	-23,6%	-20,3%	-39,1%
UF de Póvoa da Atalaia e Atalaia do Campo	1.437	1.436	1.188	-0,1%	-17,3%	-17,3%
UF de Vale de Prazeres e Mata da Rainha	2.077	1.724	1.416	-17,0%	-17,9%	-31,8%
Concelho do Fundão	**31.687**	**31.482**	**29.213**	**-0,6%**	**-7,2%**	**-7,8%**

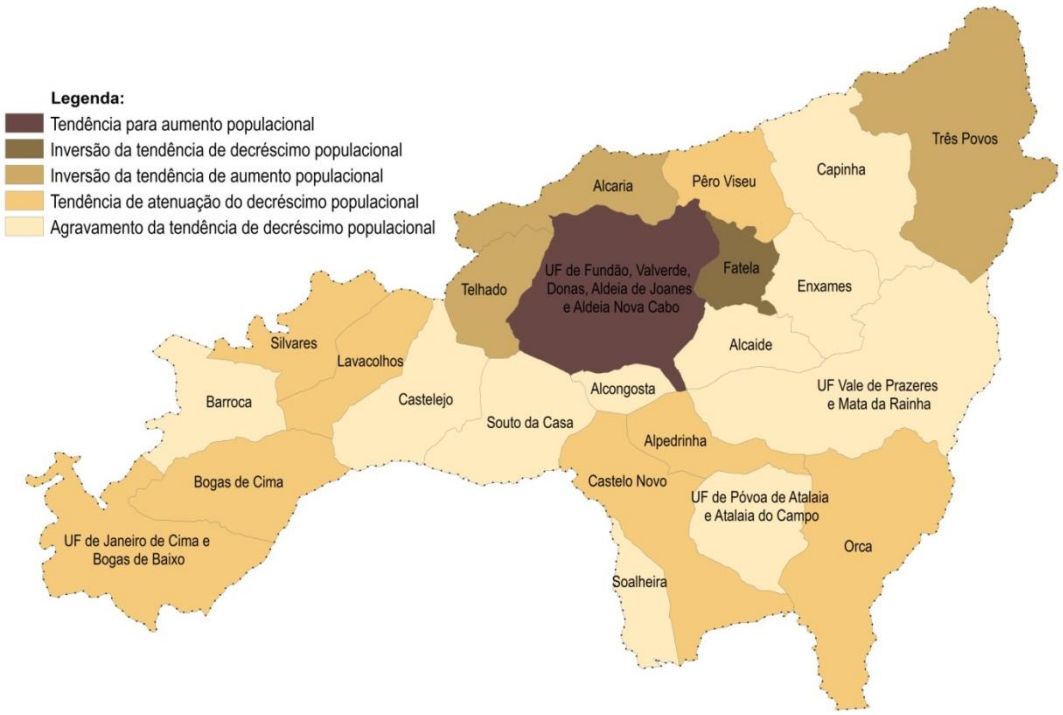
Fonte: Instituto Nacional de Estatística (INE) - Censos 1991, 2001 e 2011

Numa primeira abordagem, a análise do Quadro 24 permite concluir que o concelho tem vindo a sofrer decréscimo demográfico, tendo perdido, entre 1991 e 2011, 7,8% da sua população.

Agrupando as freguesias do concelho em cinco tipos, consoante o seu comportamento populacional nas três últimas ações censitárias (91/01 e 01/11), é possível concluir que a união de freguesias que integra a cidade do Fundão, foi a única a registar nestes últimos 20 anos aumento populacional, e que a freguesia de Fatela foi a única a registar crescimento populacional, nesta última ação censitária, para além da UF do Fundão. A grande maioria apresenta um agravamento da tendência de decréscimo populacional (43%) e 35% do total de freguesias registou atenuação do decréscimo populacional, quando comparadas com a anterior ação censitária (1991-2001).

Verifica-se que no cômputo dos 20 anos (1991-2011), o concelho registou um decréscimo populacional na ordem dos 7,8%. Neste período, apenas duas freguesias registaram aumento populacional, nomeadamente a UF do Fundão (+23,6%) e Telhado (+21,4%). As restantes perderam população, destacando-se os decréscimos populacionais registados nas freguesias de Bogas de Cima (-46,5%), de UF de Janeiro de Cima e Bogas de Baixo (-9,1%) e de Orca (-35,5%), à custa do abandono das freguesias rurais em favor da sede de concelho ou de outros aglomerados urbanos com importância à escala nacional.

Quadro 25: Freguesias do Fundão, consoante o comportamento verificado entre 1991 e 2011



Fonte: INE (Censos 1991, 2001 e 2011); NRV

Morfologicamente, a superfície concelhia abarca boa parte da bacia hidrográfica do rio Zêzere (que limita o concelho a Noroeste/ Este), inclui, portanto, pequenas depressões correspondentes aos vales de numerosos cursos de água de menor expressão. Destes, destaque para o afluente principal do Zêzere – a ribeira da Meimoa, que, desde a freguesia de Escarigo, corre no sentido Nordeste/Oeste para ir desaguar em Alcaria, no rio Zêzere. São também de referir as ribeiras de Alpreade (nasce na vertente Sudeste da Gardunha, correndo depois na direção Noroeste-Sudeste até à Orca), do Barbado (desenvolve-se na freguesia de Orca no sentido Norte-Sul), das Bogas (situada no extremo Sudoeste do concelho e corre no sentido Este-Oeste até ao Zêzere), do Taveiró (nasce a Nordeste e orienta-se no sentido Norte-Sul, junto aos limites com Penamacor e Idanha-a-Nova), de Castelejo (atravessa o aglomerado do mesmo nome a Sul e desenvolve-se para Noroeste para desaguar no rio) e alguns dos seus tributários.

Podem distinguir-se duas áreas distintas: a **Poente**, uma zona montanhosa, constituída em parte pela área da serra da Gardunha, e a **Nascente**, uma zona mais plana, relacionada com a bacia hidrográfica do Zêzere e com região da Cova da Beira, na transição entre a Serra da Estrela e a Serra da Gardunha.

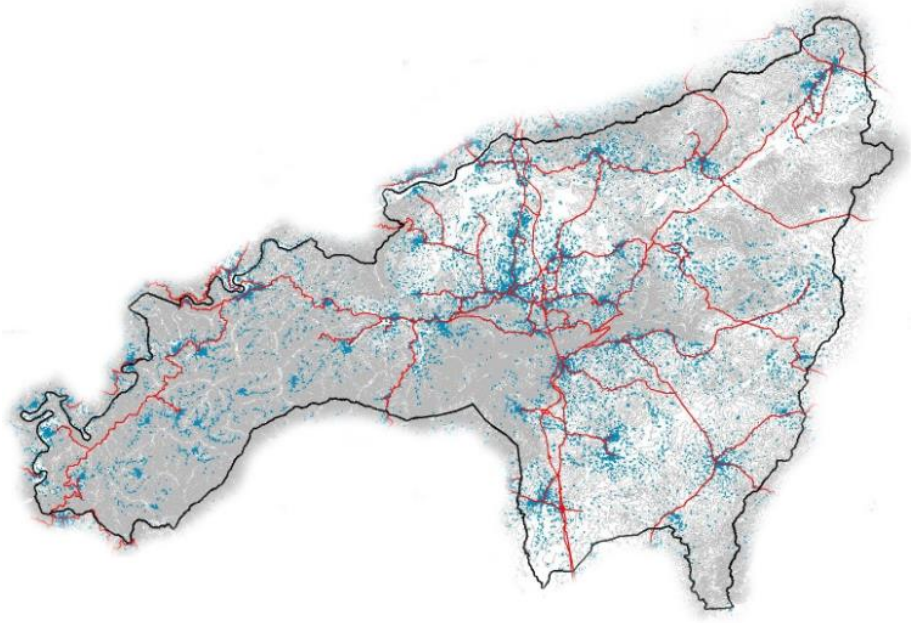
A orografia é um fator que condiciona fortemente a distribuição da população, traduzindo-se, neste caso, em densidades mais elevadas nas zonas mais planas, de maior aptidão agrícola e com maior desenvolvimento económico, e em densidades mais baixas na zona serrana, mais árida e de menor expressão económica. Como tal, a freguesia com menor densidade é Castelo Novo (10 hab./km^2), seguida da União de freguesias de Janeiro de Cima e Bogas de Baixo (10,8 hab./km^2), ambas integradas na zona mais acidentada do concelho, e as de maior densidade são a UF de Fundão, Donas, Aldeia de Joanes e Aldeia Nova do Cabo e Valverde, com 232,3 hab/km^2, e a freguesia de Soalheira (71,7hab/km^2), todas enquadradas na zona plana.

O relevo influenciou decisivamente o estabelecimento da população, tanto por razões estratégicas e culturais, como pela existência de terrenos férteis localizados na proximidade de importantes linhas de água, base da sua subsistência. O povoamento é claramente concentrado, sendo que, só nas zonas de ocupação mais recente, existe alguma tendência para a dispersão.

A população do concelho distribui-se por 62 aglomerados[16], concentrando a cidade do Fundão, concentra, aproximadamente, 46% da população concelhia.

[16] **Alcaide**, **Alcaria**, Pesinho, Espanadeira/ Cruzamento - EN18, **Alcongosta**, **Aldeia de Joanes**, **Aldeia Nova do Cabo**, **Alpendrinha**, **Atalaia do Campo**, **Barroca**, Alqueidão, S. Martinho, **Bogas de Baixo**, Urgeiro, Ladeira, Maxial, **Bogas de Cima**, Bogas do Meio, Malhada Velha, Descoberto, Boxinos, **Capinha**, **Castelejo**, Açor, Enxabarda, **Castelo Novo**, **Donas**/ Teixugas, Chãos, **Enxames**, **Escarigo**, **Fatela**, **Fundão**, **Janeiro de Cima**, **Lavacolhos**, **Mata da Rainha**, **Orca**, Martianes, Zebras, **Peroviseu**, Vales de Peroviseu, **Póvoa da Atalaia**, **Salgueiro**/ Quintãs, **Silvares**, Rio, **Soalheira**, **Souto da Casa**, Casal Álvaro Pires, Cruzeiro, Salgueiral, Serrado, Vale de Urso, **Telhado**, Freixial, **Vale dos Prazeres**, Catrão, Cortiçada, Quinta do Monte Leal, Póvoa Palhaça, Quintas da Torre, **Valverde**, Carvalhal.

Figura 23: O concelho do Fundão – orografia, rede viária e rede urbana



Fonte: NRV

O povoamento é, assim, consequência das características naturais do território, que vão influenciando, e sendo influenciadas, pela evolução histórica. As condições que o concelho apresenta serão as mais propicias ao povoamento urbano, todavia, a existência de achados permite confirmar a presença humana desde épocas bastante remotas.

Os aglomerados rurais, inicialmente constituídos por pequenos grupos de habitações ou conjuntos de construções que serviam de apoio à exploração agrícola familiar, fixavam-se, ora em pontos altos, tal como Castelo Novo, Alpedrinha e Alcongosta, ora ao longo das vias de comunicação, como é o caso de Fatela, Silvares e Salgueiro/ Escarigo/ Quintãs, ora na proximidade de cursos de água importantes (rio Zêzere), tal como Alcaria, Barroca e Janeiro de Cima.

Relativamente à cidade do Fundão, situada ao centro do concelho, têm-se, a Nascente, as freguesias de Valverde e Donas, a Sul, a freguesia de Alcongosta, a Poente, a freguesia de Aldeia de Joanes, e a Norte, a freguesia de Alcaria. Deste conjunto, só Alcaria e Valverde, seguido da Cidade, são dos principais centros de concentração de população do concelho, respetivamente, 4.0% e 4.5%, assim como Vale de Prazeres, localizado a Sudeste da Cidade, que tem aproximadamente 4.8% da população concelhia.

A estrutura urbana dos aglomerados não obedece a nenhuma regra específica, desenvolvendo-se geralmente em torno de fortificações, de igrejas ou de praças, tanto de forma radial como concêntrica, e com características orgânicas. Os aglomerados são, à exceção da sede de concelho, bastante

ruralizados, apresentando todos eles aspetos comuns que se podem resumir numa estrutura desordenada, que resultou de um desenvolvimento espontâneo, ora em torno do largo principal, ora em torno da igreja. A sua expansão fez-se sobre as vias de comunicação, ou, noutras situações, materializou-se sobre os vales de encosta suave. As habitações são, maioritariamente, unifamiliares e os edifícios, nas zonas mais antigas, surgiram de forma espontânea e linear, permitindo o desencadear de arruamentos que surgem estreitos e sinuosos, numa adaptação ao cadastro e à topografia, embora salvaguardando os terrenos com melhor aptidão agrícola. Já os materiais de construção utilizados encontram razão de ser nas condições geográficas, climáticas, geológicas e agrícolas da região.

As zonas de expansão desenvolveram-se na periferia dos aglomerados, em torno dos conjuntos urbanos originais ou ao longo dos arruamentos mais importantes. No entanto, parte das construções novas, surgem no interior da estrutura urbana, associadas ao processo de renovação urbana, o que, em algumas situações, contribuí para a descaracterização dos aglomerados, tanto pela introdução de linguagens arquitetónicas importadas e distintas das locais, como pela utilização de materiais desadequados.

No concelho encontram-se, essencialmente, quatro tipologias de construção distintas. A primeira, corresponde à **casa tradicional**, característica de uma arquitetura popular. Neste aspeto, o concelho apresenta duas situações distintas. Assim, no extremo Poente, mais concretamente nas freguesias de Bogas de Cima, Bogas de Baixo,

Fotografia 12: Casa tradicional, em Janeiro de Cima

Janeiro de Cima e Barroca, situadas na proximidade do rio Zêzere, a casa tradicional aplica o xisto, sendo, habitualmente de dois pisos, destinando o R/C aos animais e o andar sobrado à habitação. O telhado, de telha caleira ou, por vezes, de placas de lousa dispostas um pouco desordenadamente, é de duas ou quatro águas, raramente com chaminé. O material de construção é, como se referiu, o xisto, raramente aparelhado e, quase nunca, com argamassa ou reboco. Nas restantes freguesias, a Nascente, a casa tradicional é de arquitetura beirã, aplicando a pedra de granito, por vezes aparelhada com argamassa ou reboco. São edifícios de planta quadrada, compreendendo, geralmente, dois pisos, sendo o de baixo destinado a guardar os animais e alfaias agrícolas e o outro à habitação.

Fotografia 13: Casa tradicional, em Soalheira

Como segunda tipologia, tem-se a **moradia unifamiliar**, correspondente, na maioria dos casos, a construções recentes, localizadas nas zonas envolventes ao núcleo antigo, ou mesmo, no centro das povoações, resultantes de um processo de renovação urbana e/ou de preenchimento. Esta tipologia

está associada ao crescimento dos aglomerados, conduzindo, em alguns casos, à sua descaracterização, tanto por empregarem materiais dissonantes, como por utilizarem linguagens arquitetónicas distintas das do local em que se inserem. O sistema construtivo utilizado é o betão armado, e são, na generalidade, edifícios inestéticos quanto à sua forma, volumetria e imagem. Estes edifícios, que começaram a surgir, sensivelmente, a partir de 1960, correspondem, em alguns casos, à típica "casa de emigrante".

Fotografia 14: Moradias unifamiliares, em Donas

Fotografia 15: Moradias unifamiliares, em Vale de Prazeres

Fotografia 16: Moradias unifamiliares, em Valverde (Carvalhal)

São de referir também os edifícios de **habitação coletiva**. Com 3 ou mais pisos, que surgem essencialmente na sede de concelho, mas também em algumas sedes de freguesia, tal como, e a título de exemplo, em Aldeia de Joanes, Silvares, Souto da Casa e Vale de Prazeres, estando associados a intervenções recentes.

Fotografia 17: Habitação coletiva, no Fundão

Fotografia 18: Habitação coletiva, em Aldeia de Joanes

Fotografia 19: Habitação coletiva, em Souto da Casa

Por último, uma referência às diversas **casas senhoriais**, **solarengas** e **brasonadas**, que surgem espalhadas um pouco por todo o território concelhio, algumas integradas na estrutura urbana dos aglomerados, outras disseminadas pelo espaço rural, em quintas. Estas são características de uma arquitetura tradicional mais erudita, e correspondem a moradias de famílias nobres ou importantes. Distinguem-se pela sua dimensão, pelo acabamento, pelos materiais que empregam e pela forma como são trabalhados, por exemplo pelo trabalho da pedra nas cantarias, nos cunhais, nos embasamentos e nas cornijas.

Concluindo, na generalidade, apresentam uma imagem de contraste entre a casa tradicional e a moradia unifamiliar de linguagem tantas vezes dissonante face ao contexto em que se insere. É importante focar, uma vez mais, o gradual abandono a que têm sido votados alguns edifícios tradicionais e nobres destes núcleos. No entanto, nos últimos anos têm-se observado a uma inversão deste processo, sentindo-se uma maior preocupação e investimento na valorização da imagem urbana.

Interessa também salientar, que no âmbito da estratégia para a reabilitação urbana, encontram-se definidas 6 Áreas de Reabilitação Urbana (ARU) no concelho do Fundão (Alcaide, Alpedrinha, Barroca, Castelo Novo, Fundão e Janeiro de Cima), para as quais foram desenvolvidas operações de reabilitação urbana (ORU), com o princípio de preservar, revitalizar, requalificar e reabilitar estes núcleos, em perfeita articulação com o PDM.

7.2 DINÂMICA CONSTRUTIVA E ESTADO DE CONSERVAÇÃO

O estado de conservação dos aglomerados não depende somente das condições de habitabilidade dos edifícios, mas também da qualidade estética do conjunto em que se inserem. Paradoxalmente, a melhoria nas condições de habitabilidade conduz, por vezes, à destruição arquitetónica de alguns núcleos primitivos dentro dos aglomerados. No concelho do Fundão, esta situação assume algum significado em alguns aglomerados sujeitos a maior pressão construtiva.

Como já se referiu, em alguns casos, os núcleos mais antigos têm vindo a ser abandonados, ficando os edifícios votados ao abandono. É necessário implementar medidas que permitam inverter esta tendência, promovendo a recuperação destes imóveis, à luz dos parâmetros e das necessidades atuais, pois só assim se poderá evitar o abandono das zonas antigas e a redução da ocupação em áreas periféricas.

Parte das edificações novas localizam-se, tendencialmente, nas zonas envolventes ao conjunto urbano, ao longo dos eixos viários, ou em alguns casos, como já se mencionou, em zonas centrais, correspondendo a operações de renovação urbana.

Em geral, os aglomerados do concelho do Fundão encontram-se em razoável estado de conservação, destacando-se, a título de exemplo, os aglomerados da freguesia de Bogas de Cima e Bogas de Baixo, em que predominam edifícios em pior estado, e Fundão, Castelo Novo e Alpedrinha, como aqueles em que o parque edificado se encontra em melhor estado de conservação.

No âmbito da presente revisão do PDM foi efetuado a o "*Relatório de Avaliação do Grau de Execução do PDM em Vigor*", elemento que acompanha o Plano e que permite um maior conhecimento da ocupação e dinâmica urbana do concelho, que entre 2001 e 2011, segundo os dados dos Censos do INE, registou uma redução na ordem dos 7,2%, ou seja, de 2.269 habitantes. De acordo com dados mais recentes do INE, considerando o resultado da ação censitária de 2011 (28.940 habitantes) e a

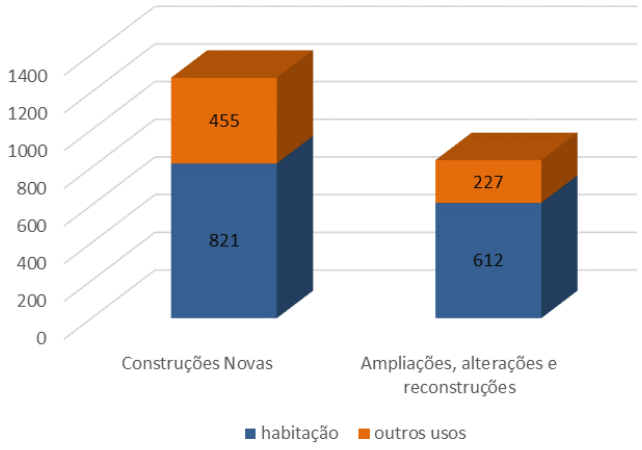
estimativa da população residente para 2020 (26.464 habitantes), verifica-se que o concelho mantém a tendência de decréscimo populacional, na ordem dos 9,3%.

A dinâmica urbanística registada, patente na emissão de licenças, tanto para a construção de novos edifícios, como para intervenções em edifícios existentes, é um indicador de análise da ocupação urbana existente.

Na planta n.º 2 que acompanha o presente relatório encontram-se identificados os processos de obras ocorridos no concelho do Fundão, entre 2005 e 2020.

De acordo com os dados disponibilizados pelo INE, entre 2005 e 2020, foram emitidas **2115 licenças** para a totalidade do concelho do Fundão (Gráfico 32), 58,3% destinadas à construção de novos edifícios, 60,3% das quais para construção de novas habitações, e as restantes a intervenções em edifícios existentes (39,7%).

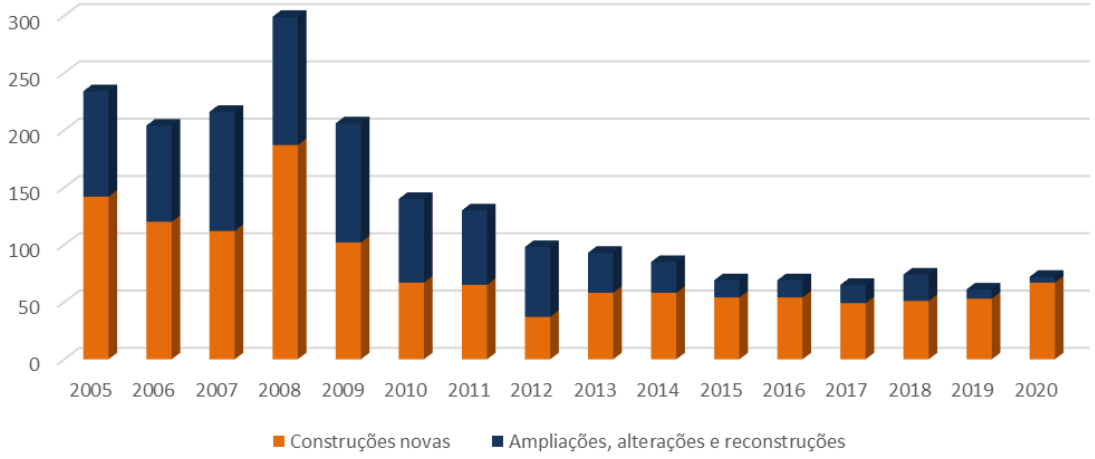
Gráfico 32: N.º de licenças de edifícios, por uso e destino, para o concelho do Fundão, durante a vigência do PDM, entre 2005 e 2020



Fonte: INE

Verifica-se que a dinâmica construtiva, a par da situação económica do país, tem vindo a reduzir drasticamente nos últimos anos, sendo que em 2016 e 2019, foram os anos em que registaram menor número de processos desde 2005. Das licenças emitidas pela CM, destacam-se as emitidas em 2008, uma vez que foi neste último ano que se registou um maior número de licenciamentos. Contudo, é de realçar que em 2018, verificou-se um ligeiro aumento na dinâmica construtiva do concelho.

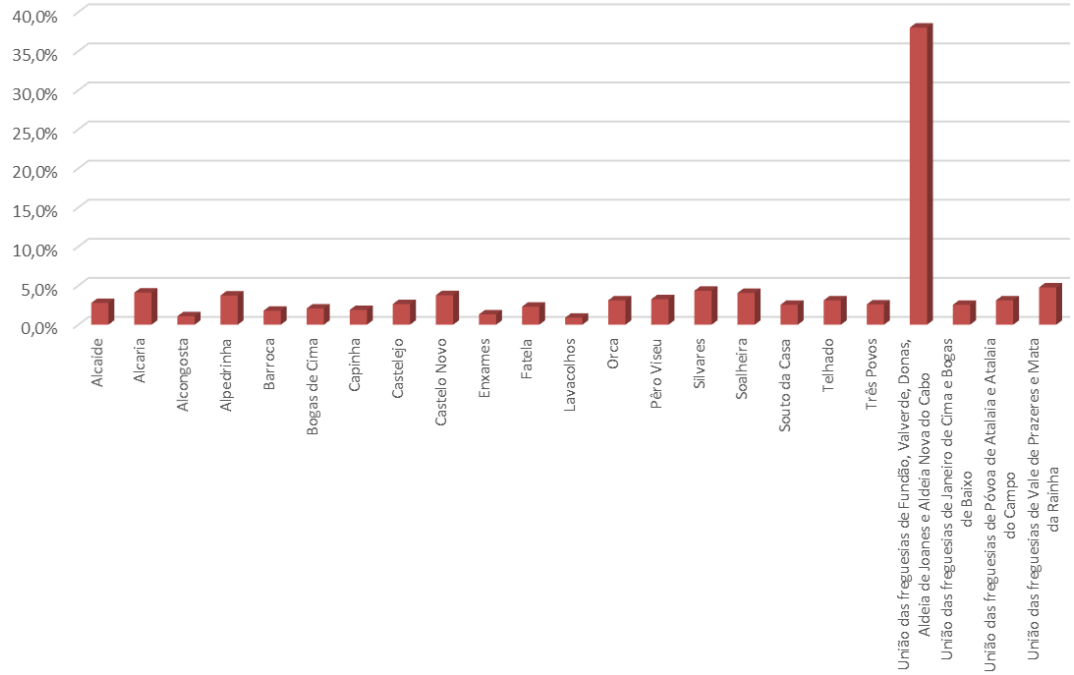
Gráfico 33: Edifícios licenciados, por ano, no concelho do Fundão, durante a vigência do PDM, entre 2005 e 2020, por tipo de obra



Fonte: INE

Analisando agora a expressão territorial destes processos, tendo por base os dados do INE disponíveis, desagregados por freguesia (2005/2020) e os dados georreferenciados da CM (2005/2020), conclui-se que as licenças emitidas concentraram-se na freguesia da União das Freguesias do Fundão, Valverde, Donas, Aldeia de Joanes e Aldeia Nova do Cabo, cerca de 38,0% dos licenciamentos registados no concelho. Observando o ocorrido nas restantes freguesias, verifica-se que todas tiveram pouca expressão quando comparadas à sede de concelho, contudo a União de Freguesias de Vale de Prazeres / Mata da Rainha, Silvares, Alcaria e Soalheira, destacam-se positivamente das restantes.

Gráfico 34: Edifícios licenciados, no concelho do Fundão, entre 2005 e 2020, por freguesia



Fonte: INE. Tratamento de dados – NRV

Procurando estabelecer um estudo comparativo entre freguesias, recorreu-se à análise do número de edifícios, apoiada nos dados dos Recenseamentos Gerais da População e da Habitação – 1991, 2001 e 2011. Conclui-se, que em 2011, o concelho do Fundão detinha um parque edificado composto por **18168 edifícios**, tendo registado, relativamente a 1991, um aumento de 4,7% (+813 edifícios). Desta forma, e analisando o número de edifícios registados nas últimas ações censitárias (1991 e 2011) por freguesia, que constam do quadro seguinte, têm-se que Castelejo, UF de Póvoa da Atalaia e Atalaia do Campo, Bogas de Cima e Capinha foram as freguesias que apresentaram maior redução no seu parque edificado, e a UF do Fundão, Alcaria e Pêro Viseu, como as que registaram maior aumento no seu número de edifícios, o que pode indiciar a existência de algumas intervenções clandestinas, um desfasamento entre a concessão de licenças e a intervenção efetiva ou a existência de problemas no levantamento de dados dos recenseamentos.

Quadro 26: N.º de edifícios registados nos Censos de 1991, 2001 e 2011

Freguesias	1991	2001	2011	Variação 1991-2011
Alcaide	515	575	526	2,1%
Alcaria	549	664	674	22,8%
Alcongosta	404	372	369	-8,7%
Alpedrinha	690	613	755	9,4%
Barroca	566	564	582	2,8%
Bogas de Cima	408	308	356	-12,7%
Capinha	629	495	558	-11,3%
Castelejo	767	670	469	-38,9%
Castelo Novo	416	446	465	11,8%
Enxames	335	311	350	4,5%
Fatela	441	340	486	10,2%
Lavacolhos	274	312	273	-0,4%
Orca	750	717	802	6,9%
Pêro Viseu	573	599	671	17,1%
Silvares	829	862	827	-0,2%
Soalheira	607	629	667	9,9%
Souto da Casa	728	746	726	-0,3%
Telhado	458	418	456	-0,4%
Três Povos	874	916	902	3,2%
UF Fundão, Valverde, Donas, A. Joanes, A. Nova Cabo	3455	3573	4179	21,0%
UF Janeiro de Cima e Bogas de Baixo	558	599	629	12,7%
UF Póvoa de Atalaia e Atalaia do Campo	1143	1091	996	-12,9%
UF Vale de Prazeres e Mata da Rainha	1386	1472	1450	4,6%
Concelho do Fundão	**17355**	**17292**	**18168**	**4,7%**

Fonte: INE, Instituto Nacional de Estatística

7.3 CARACTERIZAÇÃO DOS AGLOMERADOS

A este nível far-se-á uma análise da estrutura urbana dos aglomerados, particularmente da sua evolução recente, procedendo à sua inserção territorial e identificando, sempre que possível, as áreas preferenciais de ocupação. Para a presente análise, para além de um vasto conjunto de informação disponibilizada pela Autarquia e por outras fontes relevantes, procedeu-se a um exaustivo e detalhado trabalho de campo no concelho.

7.3.1 Freguesia de Alcaide

A freguesia de Alcaide integra na rede urbana o aglomerado de Alcaide, sede de freguesia. Alcaide está situado na encosta Norte da Serra da Gardunha, junto à EN345-4 e a cerca de 6 km a Nascente do Fundão. Atravessado por uma linha de água com alguma importância a sul, é um aglomerado de alguma dimensão, cuja estrutura urbana, a Poente, mantém as características originais, e que apresenta um desenvolvimento linear com alguma dispersão, no seu prolongamento para Nascente.

Fotografia 20: Alcaide

Neste aglomerado existem diversos exemplos de recuperação, assim como algumas casas senhoriais. Os edifícios do núcleo mais antigo ainda conservam um pouco das características tradicionais, enquanto que na zona mais recente as casas são sobretudo moradias unifamiliares com 2 pisos.

A dinâmica urbanística de Alcaide foi pouco expressiva, de acordo com os dados disponibilizados pelo INE, entre 2005 e 2018, foram emitidas 58 licenças, destinadas maioritariamente a intervenções em edifícios existentes (58,6%), representando a construção de novos edifícios habitacionais 25,9% do número total de licenças emitidas durante este período, sendo que as restantes se destinaram à construção de novos edifícios para outros usos.

Analisando os dados desagregados ao território, verifica-se que incidiram, maioritariamente, em áreas interiores aos perímetros urbanos, onde a maioria se destinou a intervenções em edifícios existentes.

De acordo com os dados disponíveis das últimas ações censitárias, entre 2001 e 2011, a freguesia observou um decréscimo populacional na ordem dos 19,3%.

7.3.2 Freguesia de Alcaria

Esta freguesia situa-se no extremo Norte do concelho, sendo limitada pelo rio Zêzere. Está implantada numa zona de vale aberto, com potencial agrícola e florestal. Para além da presença do rio, é de destacar a ribeira da Meimoa, que constitui o seu principal afluente, que atravessa a freguesia no seu limite Sul e faz a fronteira com a freguesia de Aldeia Nova do Cabo, Aldeia de Joanes, Fundão e Valverde.

Esta freguesia conta com a presença de três núcleos urbanos: Alcaria, Pesinho e Espanadeira/ cruzamento EN 18. Alcaria é a freguesia que, a seguir ao Fundão, tem mais procura, pela sua proximidade à cidade, por ter acesso pelo seu principal eixo, a EN18, e por possuir área disponível para a edificação.

O aglomerado de Alcaria está implantado numa encosta do rio Zêzere, que lhe confere um interessante enquadramento natural e paisagístico, com uma praia fluvial, sendo atravessado pela linha férrea, que o divide, pela CM 1046, que possibilita a ligação à EN18 e a Dominguizo, na Covilhã, através de uma ponte nova sobre o Zêzere. O aglomerado possui arruamentos de traçado complexo e estreito e um casario característico, tendo a expansão urbana sido feita de modo linear, essencialmente, para Nascente e ao longo do eixo principal, que estabelece a ligação à EN18, com moradias unifamiliares.

Fotografia 21: Alcaria

Espanadeira/ cruzamento da EN18 integra um conjunto de construções que ao longo dos tempos foram sendo edificadas em torno do cruzamento entre dois importantes eixos. As construções existentes são de diversas tipologias e usos: armazéns industriais, moradias unifamiliares e até edifícios de habitação coletiva com mais de 4 pisos.

Pesinho abrange a pequena aldeia, localizada no extremo Poente da freguesia, numa encosta do rio Zêzere, com pouca relação funcional com Alcaria, e com linguagens arquitetónicas diferentes das características do local. O acesso é possibilitado pela EM515, que estabelece a ligação à EN343 e, recentemente, ao aglomerado de Barco, no concelho da Covilhã, integrando uma variante, que o contorna e permite o atravessamento do rio.

De acordo com os dados disponibilizados pelo INE, entre 2005 e 2018, foram emitidas 83 licenças na freguesia, destinadas a intervenções em edifícios existentes (37,3%), representando as novas construções habitacionais 36,1%.

Fotografia 22: Pesinho

De acordo com a análise da localização das licenças, verifica-se que uma grande parte das licenças emitidas incidiu em áreas exteriores aos perímetros urbanos, essencialmente ao longo da EN18 e na via de ligação à sede de freguesia.

Alcaria foi uma das freguesias do concelho com maior dinâmica (6ª), concentrando 4,2% do total de licenças emitidas para o território municipal. Alcaria também registou decréscimo populacional, tendo entre 2001 e 2011, registado um decréscimo de 7,16% do seu total populacional, de acordo com os dados disponíveis relativos às ações censitárias.

7.3.3 Freguesia de Alcongosta

Situado na Serra da Gardunha, a Sul da cidade do Fundão, o único aglomerado da freguesia, Alcongosta, está encaixado numa encosta orientada a Norte, tendo a particularidade, pelas suas condições climáticas, de incluir extensões de suave encosta cobertas de cerejeiras, árvore de fruto típica na região. Alcongosta tem acesso pela EM 521, que a partir da EN18 estabelece a ligação principal ao aglomerado, e culmina numa zona de lazer situada no cume da Gardunha, onde se insere a casa do guarda, uma piscina, um parque de merendas e um circuito de manutenção. Tem acesso a poente pela EM 1068, que possibilita o acesso a Souto da Casa e a Nascente pela EM1070, que liga também à EN18.

De declive acentuado, o aglomerado encontra-se constrangido pela passagem da ribeira de Bárbara, a Poente, e por ser atravessado na vertente Este pela A23.

Fotografia 23: Alcongosta

O núcleo antigo de estrutura radial apresenta uma concentração de edifícios, na média com 3 pisos, em torno da zona da igreja. Posteriormente o desenvolvimento fez-se pela encosta, ao longo de arruamentos. A Norte deste conjunto mais urbano, existem diversas construções unifamiliares que se dispõem, encosta acima, junto ao acesso para o campo de futebol. Pelas restrições existentes, face à orografia, a dinâmica construtiva na freguesia tem sido muito fraca.

De acordo com os dados disponibilizados pelo INE, entre 2005 e 2018, foram emitidas 22 licenças, destinadas maioritariamente a intervenções em edifícios existentes (54,5%), representando a construção de novos edifícios para habitação apenas 9,1% do número total de licenças emitidas durante este período.

Por ser um aglomerado de ocupação difícil pelas suas características físicas e condicionantes, nota-se que a dinâmica construtiva tem sido muito fraca e que as pessoas têm-se deslocado para outros locais, sendo que entre 2001 e 2011, a freguesia observou um decréscimo populacional na ordem dos 13,3%.

7.3.4 Freguesia de Alpedrinha

Situada a Sudeste do Fundão, junto ao sopé da vertente setentrional do maciço da Gardunha, esta freguesia integra a vila de Alpedrinha, antiga sede de circunscrição concelhia até ao século XVIII, que é atravessada a Poente pela A23, atravessada no interior pela EN 18 e contornada a Sul pela via férrea. Esta freguesia tem uma interessante história e um património edificado de grande valor.

De estrutura urbana antiga de dimensão razoável, uma das mais importantes ao nível concelhio, Alpedrinha organizou-se de forma radial e orgânica em torno da igreja e, posteriormente, em redor deste e linearmente ao logo dos eixos existentes. As áreas de expansão mais recente incidem essencialmente numa área a Nascente da linha de água que atravessa o aglomerado de Norte para Sul e que estruturalmente divide a zona antiga da mais recente. No interior do núcleo existem diversas construções de grande valor patrimonial, verificando-se já uma preocupação no sentido da reabilitação destes imóveis. Estes têm em média 2 e 3 pisos. As áreas de ocupação mais recente, são constituídas por moradias unifamiliares e até por alguns edifícios de habitação coletiva com 4 ou mais pisos.

Fotografia 24: Alpedrinha

Apesar de existirem diversas construções novas em Alpedrinha, de acordo com os dados disponibilizados pelo INE, entre 2005 e 2018, foram emitidas um total de 75 licenças, destinadas maioritariamente a intervenções em edifícios existentes (45,3%), representando a construção de novos edifícios habitacionais 32% do número total de licenças emitidas durante este período.

Conclui-se, que a dinâmica de Alpedrinha tem sido expressiva, sendo um dos que registou maior dinâmica do concelho (8º), contudo, entre as últimas ações censitárias (2001 e 2011), a freguesia observou um decréscimo de 8,19%.

7.3.5 Freguesia de Barroca

Situada no limite Noroeste do concelho, e contornada pelo rio Zêzere, faz a fronteira com o concelho de Pampilhosa da Serra, apresenta uma topografia acidentada e uma presença dominante de afloramentos rochosos. A freguesia de Barroca é composta pelos núcleos urbanos de Barroca, Alqueidão e São Martinho.

Barroca situa-se, sensivelmente, ao centro da freguesia e a Norte da EN238, num cume sobranceiro ao rio Zêzere, entre dois dos seus afluentes. O aglomerado encontra-se dividido em dois núcleos de épocas e estruturas distintas, adotando os declives mais favoráveis para a implantação de arruamentos e de edifícios. O núcleo antigo, com início em torno da igreja, é compacto e composto por uma malha complexa de ruas estreitas, contornado por um arruamento principal que "abraça" todo o conjunto. Integra alguns edifícios históricos de valor arquitetónico, embora degradados, no entanto verifica-se já uma certa preocupação na sua recuperação.

As zonas de expansão incidem em duas áreas opostas, uma a Nascente do núcleo antigo e da ribeira da Barroca, e outra mais recente, a Poente do aglomerado, ao longo do acesso para o Santuário de Nossa Senhora da Rocha e a Sul da EN238. O parque edificado no interior de Barroca encontra-se bastante descaracterizado, existindo diversas construções com linguagens arquitetónicas muito descontextualizadas intercaladas com edifícios de cariz tradicional. Nas áreas mais recentes surgem, maioritariamente, moradias unifamiliares isoladas, com 2 ou 3 pisos.

Fotografia 25: Barroca

Alqueidão é um pequeno aglomerado situado num extremo do concelho, num local de topografia acidentada e sobranceiro ao rio Zêzere, apresentando uma vista de grande valor natural e paisagístico assim como terrenos favoráveis à agricultura. Este aglomerado, de estrutura incaracterística, contempla

edifícios de 2 e 3 pisos com linguagens descontextualizadas, face às características arquitetónicas e construtivas locais.

São Martinho está situado a Nascente de Barroca, junto à EN238, com desenvolvimento a partir desta via para Sul. Possui um povoamento disperso, condicionado pelo atravessamento das ribeiras que o contornam a Sul e a Poente, como pela topografia acidentada. Os edifícios, essencialmente, moradias unifamiliares, encontram-se um pouco degradados.

Fotografia 26: Alqueidão

Fotografia 27: S. Martinho

É uma freguesia que não apresenta muita dinâmica, uma vez que de acordo com os dados disponibilizados pelo INE, entre 2005 e 2018, foram emitidas para a freguesia apenas um total de 37 licenças, destinadas a intervenções em edifícios existentes (40,5%) e à construção de novos edifícios habitacionais (35,1%).

Analisando os dados desagregados ao território, verifica-se que a grande maioria incidiu no aglomerado sede de freguesia (Barroca), seguido de São Martinho e Alqueidão, respetivamente.

Conclui-se, que a dinâmica em Barroca tem sido baixa, acompanhando os registos populacionais, visto que entre 2001 e 2011, a freguesia observou um decréscimo populacional na ordem dos 21,8%.

7.3.6 Freguesia de Bogas de Cima

Integrada na zona central da vertente Poente do concelho, a freguesia de Bogas de Cima apresenta declives acentuados. É constituída pelos núcleos urbanos de Bogas de Cima, Bogas do Meio, Boxinos, Descoberto e Malhada Velha, que no conjunto apresentam grandes problemas de desertificação, pois têm vindo a perder drasticamente a sua população.

Bogas de Cima é um aglomerado de estrutura linear, com desenvolvimento ao longo do eixo principal a partir da zona da igreja, situada no extremo mais alto do arruamento. É limitado, a Poente e a Sul, por importantes linhas de água e com desenvolvimento ao longo do eixo principal. Inclui alguns edifícios de cariz tradicional, embora em mau estado de conservação ou enquadrados por edifícios de construção mais recente. No interior do aglomerado os edifícios são em banda com 2 e 3 pisos e nas zonas periféricas são unifamiliares, geralmente de tipologia de ocupação isolada. A ocupação mais recente surgiu a Nascente, a meia encosta.

Fotografia 28: Bogas de Cima

Fotografia 29: Bogas do Meio

Bogas do Meio está situada no extremo Poente da freguesia, numa encosta da ribeira da Meimoa. É de pequena dimensão e apresenta declive acentuado, sendo a sua estrutura urbana incaracterística, com início em torno da igreja. É composto por arruamentos estreitos e edifícios de 3 pisos com linguagens arquitetónicas dissonantes. Existem algumas construções novas no interior do aglomerado, resultantes de processos de substituição de edifícios antigos.

Os aglomerados de Boxinos, de Descoberto e de Malhada Velha são pequenos conjuntos urbanos implantados em encostas de declive acentuado, sobranceiros a afluentes da ribeira das Bogas. A ocupação foi-se fazendo ao longo dos arruamentos existentes. A dinâmica é muito fraca, embora existam diversos edifícios já adulterados devido à introdução de materiais e estruturas descontextualizados.

Fotografia 30: Boxinos

Fotografia 31: Descoberto

Fotografia 32: Malhada Velha

De acordo com os dados disponibilizados pelo INE, desde 2005 até 2018 foram emitidas 44 licenças, destinadas maioritariamente a intervenções em edifícios existentes (54,5%), representando a construção de novos edifícios para habitação 27,3% do número total de licenças emitidas durante este período.

Para a freguesia, analisando os dados desagregados ao território, verifica-se que incidiram com maior expressão em Bogas de Cima e Bogas do Meio, seguindo de Malhada Velha e de Boxinos.

Conclui-se, que a dinâmica da freguesia de Bogas de Cima tem sido pouco expressiva, a acompanhar os movimentos populacionais, visto que entre as últimas ações censitárias (2001 e 2011), a freguesia observou um decréscimo significativo de 25,5%.

7.3.7 Freguesia de Capinha

Situada a Nordeste da cidade do Fundão, numa colina sobranceira à serra da Santinha, a freguesia de Capinha é apenas composta pelo seu aglomerado sede de freguesia, Capinha. Este aglomerado é atravessado pela EN345, que possibilita a ligação à Covilhã, e pelo início da EN346, que estabelece a ligação a Pêro Viseu, e contornado pela ribeira das Poldras, a Poente, e atravessada por um seu afluente, a Sudeste do conjunto mais antigo. Na freguesia é de destacar a presença da Barragem de Capinha, que integra uma área de lazer.

Fotografia 33: Capinha

O núcleo antigo de Capinha, de traçado orgânico, tem arruamentos estreitos e irregulares e possui um interessante património arquitetónico, com diversas casas senhoriais. As áreas de expansão mais recentes localizam-se ao longo dos arruamentos que permitem aceder ao interior do aglomerado. Os edifícios têm, na generalidade, 2 a 3 pisos, constituindo moradias unifamiliares em banda. Na generalidade, o parque edificado encontra-se em bom estado de conservação, existindo diversos edifícios reabilitados.

A ocupação verificada tem justificação na dinâmica urbanística ocorrida nos últimos anos em Capinha, uma vez que de acordo com os dados disponibilizados pelo INE, entre 2005 e 2018, foram emitidas 40 licenças, destinadas, maioritariamente, a intervenções em edifícios existentes (55%), representando a construção de novos edifícios para habitação 32,5%, do número total de licenças emitidas durante este período.

Conclui-se, que a dinâmica de Capinha nos últimos anos foi fraca, acompanhando os registos populacionais, visto que entre 2001 e 2011, a freguesia observou um decréscimo populacional na ordem dos 20,3%.

7.3.8 Freguesia de Castelejo

A freguesia de Castelejo é de pequena dimensão, confrontando a norte com o concelho da Covilhã e a sul com o de Castelo Branco. Da freguesia fazem parte, para além da povoação principal, Castelejo, os aglomerados de Açor e de Enxabarda.

Castelejo está implantado numa encosta, algo inclinada, cortada por alguns afluentes à ribeira do Tormentoso que o contorna a Sul. Apresenta um núcleo antigo, apoiado, essencialmente, na EN238, que atravessa e estrutura o aglomerado. O conjunto teve início ao longo eixo principal, onde se situa a igreja, e desenvolveu-se, ora ao longo deste, ora em arruamentos perpendiculares. É atravessado por uma via de tráfego intenso, possui um parque edificado degradado, integrando ainda edifícios de cariz tradicional, de 3 pisos, com interesse no seu conjunto.

Fotografia 34: Castelejo

Açor está situado no extremo Sudoeste da freguesia, com acesso a partir do CM1063. De estrutura linear, esta aldeia desenvolve-se ao longo do eixo principal e sobre uma encosta com alguma inclinação, orientada a Nascente e atravessada por alguns afluentes à ribeira da Enxabarda. Este aglomerado encontra-se descaracterizado e em mau estado de conservação, apresenta edificações com linguagens arquitetónicas descontextualizadas, e outras ainda antigas, em avançado estado de degradação.

Fotografia 35: Açor

Enxabarda localiza-se a Sul de Castelejo e tem acesso pela EM517, a partir da EN238, a Poente da sede de freguesia. É um conjunto urbano de alguma dimensão, pois inclui para além do seu núcleo antigo, bolsas periféricas urbanizadas, atravessado pela ribeira da Enxabarda e alguns afluentes. O núcleo mais

antigo é denso, composto por ruas estreitas de traçado um pouco irregular, e está disposto sobre uma encosta sobranceira à ribeira da Enxabarda e a um afluente, que o contorna na vertente Norte e Nascente. Os edifícios nesta zona são em banda e têm geralmente 2 e 3 pisos. As áreas de ocupação mais recente, situadas a Norte do núcleo antigo e ao longo do arruamento que permite o seu acesso, dispõem-se numa zona menos acidentada sobranceira à ribeira e têm uma ocupação bastante dispersa.

Fotografia 36: Enxabarda

A dinâmica urbanística ocorrida nos últimos anos em Castelejo tem sido pouco expressiva, de acordo com os dados disponibilizados pelo INE, entre 2005 e 2018, foram emitidas 52 licenças, destinadas maioritariamente a intervenções em edifícios existentes (59,6%), representando a construção de novos edifícios para habitação 28,8%, do número total de licenças emitidas durante este período.

Para a freguesia, de acordo com os dados desagregados ao território, a maioria das licenças incidiu maioritariamente em Castelejo, seguido de Enxabarda e de Açor, tendo este último apenas registado 3 licenças durante o período em análise.

A dinâmica acompanha os movimentos populacionais, visto que entre as últimas ações censitárias (2001 e 2011), observou um decréscimo significativo de 20,4%.

7.3.9 Freguesia de Castelo Novo

Com uma área considerável, a freguesia de Castelo Novo está situada na zona central/ Sul do concelho, fazendo fronteira com o concelho de Castelo Branco, a Poente e a Sul. A freguesia apresenta uma densidade populacional baixa, pelo facto de ter apenas concentração populacional na aldeia de Castelo Novo e, de forma mais dispersa, na zona de Gândaras, mas para a qual não foi definido perímetro urbano. Na vertente sul da freguesia, junto à A23 e ao aglomerado da Soalheira, integra a área destinada à zona industrial, com plano de pormenor em curso.

Castelo Novo, está situado a meia encosta da Serra da Gardunha, numa área orientada a Nascente, implantada a Sul da ribeira de Alpreade. É atravessado pela EM523, que a partir da EN 18 possibilita o seu acesso. A aldeia de Castelo Novo, de grande interesse patrimonial, é uma das Aldeias Históricas de Portugal, tendo já sido vila e sede de concelho. A malha urbana é complexa, de estrutura radio concêntrica em torno do castelo e da igreja, com pequenas áreas de expansão na periferia. Os edifícios no interior da aldeia são representativos da construção tradicional em granito, com 2 pisos. As construções mais recentes, são poucas, na maioria moradias unifamiliares isoladas.

Fotografia 37: Castelo Novo

Gândaras é um núcleo urbano onde existem diversas construções de tipologia unifamiliar com dois pisos, de povoamento algo disperso. Esta concentração, com maior expressão no cruzamento entre a EM 560, que estabelece a ligação entre Póvoa da Atalaia e a EN18, e a linha do caminho-de-ferro, desenvolve-se até à EN18 e estende-se para a zona a Poente deste eixo. A sul deste conjunto de casas, atravessa a ribeira de Alpreade.

De acordo com os dados do INE, entre 2005 e 2018, foram emitidas 77 licenças, destinadas maioritariamente a intervenções em edifícios existentes (58,4%), representando a construção de novos edifícios para habitação 18,2% do número total de licenças emitidas durante este período.

Analisando os dados desagregados ao território, verifica-se que incidiram maioritariamente no interior do perímetro urbano de Castelo Novo, destinadas a intervenções em edificado existente, sendo que as restantes localizaram-se em solo rústico, na zona das Gândaras e no povoamento disperso situado nas suas imediações e na zona industrial da Soalheira, na maioria, destinadas à construção de novos edifícios.

Considera-se que a dinâmica de Castelo Novo nos últimos anos foi positiva, face ao contexto municipal, tendo sido uma das freguesias que registou maior número de processos de licenciamento durante a vigência do PDM, especialmente nos últimos anos, pelo fato de ser uma das Aldeias Históricas de Portugal, onde as intervenções de conservação assumem prioridade. Na última ação censitária, entre 2001 e 2011, reduziu 7,52%.

7.3.10 Freguesia de Enxames

Situada na área central da zona Nordeste do concelho, entre a Serra da Gardunha e a Serra da Canaveira, apresenta uma topografia bastante plana, sendo atravessada pela ribeira dos Enxames, um

afluente da ribeira da Meimoa, que passa entre as diversas aglutinações de casas da freguesia. É caracterizada por uma grande dispersão, não existindo um núcleo consolidado onde se regista maior concentração de população.

Enxames não possui uma estrutura urbana definida, sendo constituído por vários conjuntos de casas que se foram agregando ao longo dos arruamentos existentes, constituindo, desta forma, uma situação particular no território concelhio. No entanto, dispõe de alguns equipamentos de caracter básico, no âmbito da saúde, desporto e lazer, enquadrados no conjunto urbano de Enxames. Na generalidade, os edifícios são de construção relativamente recente e correspondem a moradias unifamiliares com 2 pisos, estando alguns inseridos em pequenas quintas.

Ao todo, a freguesia de Enxames é constituída pelos conjuntos urbanos existentes em Amieiro Alto, Salgueiral, Enxames, Sr.ª do Fastio, Bairro da Ponte Nova e Rossio do Magalão.

Nos últimos anos, de acordo com os dados disponibilizados pelo INE, para a freguesia de Enxames, entre 2005 e 2018, foram emitidas 26 licenças, destinadas maioritariamente a novas construções habitacionais (42,3%), representando as intervenções em edifícios existentes 30,8%, do número total de licenças emitidas durante este período.

Analisando os dados desagregados ao território, verifica-se que incidiram em áreas exteriores aos perímetros urbanos, especialmente a nascente, nas imediações de um troço viário existente, destinadas à construção de novos edifícios.

Conclui-se, que a Enxames apesenta um povoamento disperso, incaracterístico, constituído por construções relativamente recentes, referentes a habitações unifamiliares. A dinâmica é pouco expressiva, sendo que nas últimas ações censitárias (2001 e 2011), a freguesia observou um decréscimo de 12,75%.

Fotografia 38: Enxames/ ribeira dos Enxames

7.3.12 Freguesia de Fatela

Situada a Nascente do Fundão, junto à EN343, apresenta uma topografia pouco acidentada e está integrada na área do Aproveitamento Hidroagrícola da Cova da Beira. A freguesia é constituída pelo aglomerado de Fatela e pelo pequeno núcleo urbano da Fatela-Gare, que integra as edificações que situadas em torno da estação, e ao longo da via, e uma pequena área industrial, com início no cruzamento entre a EN345, classificado como solo rústico.

Fatela apresenta uma estrutura linear, com desenvolvimento original a partir da zona da igreja, tendo as áreas de ocupação mais recente surgido, essencialmente, a Sul deste núcleo, ao longo do arruamento principal e de uma via de acesso local, com extensão para Sudeste, e a Nordeste da área central, também ao longo de uma via. Integra diversos imóveis de interesse patrimonial e alguns edifícios tradicionais de revestimento a pedra, existindo, porém, linguagens arquitetónicas desenquadradas face ao contexto local. Fatela é cruzada por um afluente à ribeira de Pouca Farinha, que atravessa a Sul do núcleo antigo.

Fatela-Gare é um pequeno núcleo, atravessado subterraneamente pela linha férrea, e onde está localizada a antiga estação de Fatela e diversos edifícios de apoio, situados no extremo Nascente, uma pequena área industrial, com início no cruzamento entre a EN345 e algumas moradias unifamiliares bastante recentes.

De acordo com os dados disponibilizados pelo INE, entre 2005 e 2018, foram emitidas 43 licenças, destinadas essencialmente a intervenções em edifícios existentes (67,4%), representando a construção de novos edifícios para habitação 23,3% do número total de licenças emitidas durante este período. Analisando os dados desagregados ao território, verifica-se que a maioria incidiu no interior do perímetro urbano de Fatela.

Fatela foi uma das 3 freguesias com aumento populacional, entre 2001 e 2011, tendo observado um ligeiro aumento de 2,75%.

Fotografia 39: Fatela

Fotografia 40: Fatela-Gare

7.3.13 Freguesia de Lavacolhos

A freguesia de Lavacolhos está situada a Poente da cidade do Fundão e integra o aglomerado urbano de Lavacolhos, atravessado pela EN238, que estabelece a ligação entre o Fundão e o concelho de Pampilhosa da Serra. A Norte do aglomerado, numa zona de vale, passa a ribeira de Ximassas, que nasce na Gardunha, e a Poente passa a ribeira da Malhada, que contorna um pouco a povoação.

O núcleo urbano de Lavacolhos dispõe de uma malha bastante interessante, organizada em torno da igreja, com um desenvolvimento radial e orgânico, edifícios em banda com 2 pisos, representativos de uma arquitetura tradicional, existindo, no entanto, diversos edifícios adulterados. As áreas de expansão surgem a Nascente do núcleo antigo e são ocupadas, essencialmente, por moradias unifamiliares isoladas.

Fotografia 41: Lavacolhos

De acordo com os dados disponibilizados pelo INE, entre 2005 e 2018, foram emitidas apenas 18 licenças, destinadas essencialmente a intervenções em edifícios existentes (61,1%), representando a construção de novos edifícios para habitação 22,2% do número total de licenças emitidas durante este período.

Analisando os dados desagregados ao território, incidiram essencialmente no interior do perímetro urbano de Lavacolhos e destinadas a intervenções em edifícios existentes.

Conclui-se, que a dinâmica de Lavacolhos foi muito fraca, sendo o concelho que registou menor número de licenças durante o período em análise, e que entre 2001 e 2011, a freguesia observou um decréscimo populacional na ordem dos 2,48%, conforme os dados disponíveis das últimas ações censitárias.

7.3.14 Freguesia de Orca

Esta freguesia, de relevo montanhoso, está situada na vertente Sudeste do território, junto ao concelho de Idanha-a-Nova e de Castelo Branco e é limitada a Nascente pelo ribeiro do Taveiro e a Sul pela ribeira de Alpreade. É atravessada pela EN239, sendo composta por três aglomerados: Orca, Martianas e Zebras.

Orca é um aglomerado de alguma dimensão, atravessado pela EN239, que permite o acesso a Idanha-a-Nova, sendo composto por um núcleo antigo muito denso, situado na vertente Sul do eixo que atravessa Orca. A estrutura do núcleo é complexa, com ruas muito estreitas e de traçado labiríntico, enquanto que as zonas de ocupação mais recente se localizam essencialmente numa zona situada a Norte da EN239. Este conjunto é atravessado por um afluente da ribeira do Taveiro, que passa a Este do núcleo antigo e se desenvolve para Norte. Na zona mais antiga, existem ainda diversos edifícios com interesse, embora algo degradados, assim como alguns de caracter tradicional com 2 e 3 pisos. Nas zonas mais recentes, a tipologia dominante é a habitação unifamiliar.

Fotografia 42: Orca

Martianas é uma pequena aldeia de traçado linear e com ocupação dispersa, mais acentuada no núcleo mais a Sul. Localizada a Nordeste de Orca e muito próxima do concelho vizinho, nesta aldeia há a destacar o enquadramento paisagístico, situada no vale do ribeiro do Taveiro, a meia encosta, com presença de diversos afloramentos graníticos que vão pontuando a paisagem. As casas são moradias unifamiliares, algumas em banda, e apresentam 2 a 3 pisos.

Fotografia 43: Martianas

Zebras é uma pequena aldeia com início junto à EM558 e a Nascente da Ribeira de Alpreade. O núcleo mais antigo possui alguns imóveis com interesse e diversos edifícios tradicionais que se dispõem a partir de uma zona central, ao longo de arruamentos muito estreitos e de traçado complexo. Estes têm 2 pisos, sendo que, no núcleo mais denso, são em banda e nas zonas periféricas de tipologia isolada.

A análise do nível de ocupação nestes aglomerados nos últimos anos foi pouco expressiva, uma vez que de acordo com os dados disponibilizados pelo INE, entre 2005 e 2018, foram emitidos um total de 65 licenças, destinadas essencialmente a intervenções em edifícios existentes (50,8%), sendo que a construção de novos edifícios para habitação representou 20%, relativamente ao número total de licenças emitidas durante este período.

Analisando os dados desagregados ao território, verifica-se que incidiram maioritariamente em áreas interiores ao perímetro urbano de Orca e destinada a intervenções em edifícios existentes.

A freguesia de Orca, de acordo com os dados das últimas ações censitárias, entre 2001 e 2011, observou um decréscimo populacional na ordem dos 18,75%.

7.3.15 Freguesia de Pêro Viseu

Localizada no extremo Norte do concelho, a freguesia de Pêro Viseu é atravessada pela EN346, que possibilita a ligação entre Alcaria e Penamacor. A Sul, a freguesia é delimitada pela ribeira da Meimoa, numa orografia pouco acidentada. Esta freguesia é composta pelos aglomerados de Pêro Viseu e de Vales de Pêro Viseu.

Fotografia 44: Pêro Viseu

Pêro Viseu é um aglomerado de alguma dimensão, constituído pelo núcleo antigo e por uma área de ocupação recente. O núcleo antigo é denso e dispõe-se sobre uma encosta inclinada e orientada a Sudoeste, tendo-se desenvolvido numa malha labiríntica, composta por ruas estreitas e irregulares. O conjunto inclui diversos edifícios de cariz tradicional, alguns com linguagens arquitetónicas descontextualizadas. As construções mais recentes, distribuem-se um pouco por todo o núcleo histórico, particularmente, numa área situada a Sul e a Poente da EN346, e referem-se a moradias unifamiliares de tipologia isolada e com 2 pisos de volumetria. O aglomerado é atravessado por diversas linhas de água, que, de certa forma, condicionam a sua ocupação.

Fotografia 45 Vales de Pêro Viseu

Vales de Pêro Viseu está implantada numa encosta de inclinação suave e com exposição a Sul. É uma pequena aldeia que teve início junto à capela e, posteriormente, se estendeu ao longo do arruamento que a estrutura e dá acesso. Atualmente, e no geral, a ocupação é dispersa e já se prolonga até à EN 346, através de moradias unifamiliares que vão pontuando o arruamento de acesso.

De acordo com os dados disponibilizados pelo INE, entre 2005 e 2018, foram emitidas 65 licenças, grande parte destinadas a intervenções em edifícios existentes (41,5%) e 32,3% destinadas à construção de novos edifícios residenciais.

Analisando os dados desagregados ao território, verifica-se que incidiram, maioritariamente, no perímetro urbano de Pêro Viseu, verificando-se algumas em Vales de Pêro Viseu e diversas disseminadas pela freguesia.

Esta freguesia tem apresentado alguma dinâmica construtiva, contudo na última ação censitária, entre 2001 e 2011, registou uma redução de 12,4% da sua população residente.

7.3.16 Freguesia de Silvares

A freguesia de Silvares está situada na vertente noroeste do Fundão, junto ao rio Zêzere que estabelece a fronteira entre o concelho do Fundão e da Covilhã, que lhe confere uma envolvente natural e paisagística de destaque. É constituída por dois núcleos urbanos, integrados em perímetro urbano: Silvares e Rio.

Fotografia 46: Silvares

Silvares situa-se numa encosta do rio Zêzere bastante acidentada, constituindo um importante núcleo urbano de estrutura densa e de grande dimensão. Esta Vila é atravessada pela EN238, que possibilita a ligação ao Fundão e se assume como o eixo estruturante da ocupação, concentrando numa área central, junto à igreja, as principais funções terciárias de apoio. Os edifícios são geralmente em banda e com 3 pisos, sendo que parte deles continua a ser de cariz tradicional. A ocupação mais recente processou-se ao longo da EN238, quer através de uma simples ocupação linear, quer através da criação de vias perpendiculares a esta, mas também numa área a Norte do aglomerado, junto à via que dá acesso à outra margem do rio (concelho da Covilhã) e numa área a Sul do afluente ao Zêzere, que atravessa o aglomerado a Sul. Nestas áreas surgiram não só moradias unifamiliares (2 e 3 pisos), isoladas ou em banda, mas também edifícios de habitação coletiva e equipamentos. Em Silvares, numa área exterior ao perímetro urbano, encontra-se em vigor o Plano de Pormenor da Zona Industrial de Silvares, publicado no Diário da República, 2ª Série – Nº 226 - 21 de novembro de 2013, que totaliza uma área de 19,8 ha e prevê a constituição de 57 novos lotes destinados a indústria e/ou armazenagem. Este plano ainda não foi implementado.

Silvares é um dos principais centros do concelho do Fundão, e neste sentido tem registado uma dinâmica urbanística expressiva.

Rio é um pequeno núcleo construído de raiz para os trabalhadores das Minas da Panasqueira. Este núcleo foi recentemente recuperado, mantendo os edifícios e estruturas originais (residências, refeitório, edifícios de apoio e o edifico da lavagem do minério), tendo sido alguns destes adaptados para acolher a atual Pousada da Juventude da Mina, inaugurada em 2007. A aldeia encontra-se junto ao Rio Zêzere, permitindo o acesso a um conjunto de atividades desportivas.

Fotografia 47: Rio

De acordo com os dados disponibilizados pelo INE, foram emitidas 88 licenças, entre 2005 e 2018, destinadas maioritariamente a intervenções em edifícios existentes (36,4%), representando a

construção de novos edifícios para habitação 33% do número total de licenças emitidas durante este período. Neste aglomerado a construção de novos edifícios para outros usos assume maior destaque, representando 30,7% das licenças emitidas.

Analisando os dados desagregados ao território, verifica-se que incidiram, maioritariamente, no interior do perímetro urbano de Silvares, destinadas a intervenções em edifícios existentes e à construção de usos não residenciais. Em Rio, durante este período, apenas foi emitida uma licença.

Apesar da dinâmica expressiva, atendendo que foi uma das que concentrou maior número de licenças do concelho (5ª), na última década censitária, entre 2001 e 2011, registou uma perda de população na ordem dos 12,3%.

7.3.17 Freguesia de Soalheira

A freguesia da Soalheira está situada no extremo Sul do concelho, numa encosta da Serra da Gardunha orientada a Sul, fazendo fronteira com o concelho de Castelo Branco. A estrutura urbana da freguesia é constituída pelo aglomerado da Soalheira.

Solheira teve origem num núcleo antigo de traçado orgânico, implantado entre duas linhas de água, e posteriormente apresentou um desenvolvimento linear para Sudoeste e Norte. É um aglomerado de dimensão considerável, que assume importância a nível concelhio, tanto pela sua disposição como por se situar muito próximo do nó da A23, com a EN18. Possui diversos equipamentos de apoio, assim como áreas que possibilitam a expansão do aglomerado. As construções nas áreas de ocupação recente surgem, na generalidade, sob a forma de moradias unifamiliares com 2 pisos, de tipologia isolada, geminada ou em banda.

Fotografia 48: Soalheira

É ainda de salientar que a ocupação na zona a Sudoeste do núcleo antigo, resulta de uma estrutura urbana com início nos anos 70 e com base numa ocupação composta por moradias unifamiliares de tipologia isolada.

A nascente do perímetro urbano da Solheira, junto à A23, administrativamente pertencente à freguesia de Castelo Novo, mas com maior relação territorial com a da Soalheira, encontra-se definida a Zona Industrial da Soalheira, para a qual se encontra em elaboração um Plano de Pormenor.

De acordo com os dados disponibilizados pelo INE, entre 2005 e 2018, foram emitidas 83 licenças, destinadas, maioritariamente, à construção de novos edifícios habitacionais (42,2%), representando as intervenções em edifícios existentes 37,3% do número total de licenças emitidas durante este período.

Analisando os dados desagregados ao território, verifica-se que a maioria incidiu no interior do perímetro urbano de Soalheira.

Soalheira foi uma das freguesias do concelho que concentrou maior número de licenças nos últimos anos (5ª), no entanto de acordo com os registos populacionais, entre 2001 e 2011, observou um decréscimo populacional expressivo, na ordem dos 21,2%. Considera-se também, que com a implementação da zona industrial da Solheira, situada junto à A23, na freguesia de Castelo Novo, esta situação poderá ter sido, em resultado da criação de novos postos de trabalho.

7.3.18 Freguesia de Souto da Casa

A freguesia de Souto da Casa está situada numa falda da Serra da Gardunha disposta a Norte, e a Poente do Fundão, confrontando o seu limite Sul com o concelho de Castelo Branco. É composta pela sua sede de freguesia, Souto da Casa, e por mais cinco pequenos aglomerados: Casal Álvares Pires, Serrado, Vale de Urso, Vale Mendinho/Salgueiral e Vale Paloio. Apenas a sede de freguesia e a pequena aldeia de Vale de Urso foram contempladas com perímetro urbano no PDM em vigor, os restantes aglomerados encontram-se integrados em solo rústico.

Fotografia 49: Souto da Casa

Souto da Casa é atravessado pela EN 238, encontrando-se o grosso do aglomerado a Sul deste eixo. Apresenta um núcleo antigo compacto, de traçado radio concêntrico e arruamentos estreitos, tendo-se posteriormente expandido tentacularmente ao longo dos eixos viários, em torno do núcleo mais antigo. No interior do aglomerado existem diversos edifícios tradicionais, embora já intercalados com novas construções resultantes de processos de renovação urbana, que conferem ao conjunto alguma descaracterização. As zonas de ocupação mais recente têm uma ocupação dispersa, já que os edifícios se vão implantando arbitrariamente pelo espaço, embora ao longo de arruamentos existentes. Nas áreas situadas nas imediações do perímetro urbano existem diversos edifícios, integrados em solo rústico.

Vale de Urso, situado no extremo Sul da freguesia e a Poente da EN352 e de um afluente à ribeira do Tormentoso, que o limitam a Sul, está implantado numa encosta sobranceira à ribeira que o contorna. A ocupação, não muito densa, foi-se estabelecendo ao longo de arruamentos perpendiculares à pendente, e os edifícios, destinados ao uso habitacional, têm geralmente dois pisos e são de tipologia em banda.

Fotografia 50: Vale de Urso

Vale Paloio está situado a Poente do aglomerado de Souto de Casa, no entroncamento da EN238 com a EN352, que vai estabelecer a ligação ao concelho de Castelo Branco. Este pequeno núcleo urbano corresponde a um conjunto de casas que ao longo dos tempos se foram instalando neste local. Os edifícios têm, na generalidade, 2 pisos, tendo utilização unifamiliar. E os pequenos aglomerados de Casal Álvares Pires, Vale Mendinho/Salgueiral e Serrado, têm acesso a partir da EN 352. São estruturados pelo eixo que possibilita o acesso e acompanhados pela ribeira do Tormentoso. As aldeias são pouco densas, tendo as edificações 1 ou 2 pisos.

A dinâmica urbanística de Souto da Casa foi pouco expressiva, uma vez que de acordo com os dados disponibilizados pelo INE, entre 2005 e 2018, foram emitidas 52 licenças, destinadas maioritariamente a intervenções em edifícios existentes (61,5%), representando a construção de novos edifícios habitacionais 23,1% do número total de licenças emitidas durante este período, sendo que as restantes se destinaram à construção de novos edifícios para outros usos.

Analisando os dados desagregados ao território, verifica-se que incidiram, maioritariamente, em áreas interiores aos perímetros urbanos, especialmente no de Souto da Casa, onde a maioria se destinou a intervenções em edifícios existentes.

De acordo com os dados disponíveis das últimas ações censitárias, entre 2001 e 2011, a freguesia de Souto da Casa registou um decréscimo populacional na ordem dos 18,3%.

7.3.19 Freguesia de Telhado

A freguesia de Telhado situa-se na metade ocidental do território concelhio, num local de relevo pouco acidentado, atravessado pelas ribeiras da Gardunha, das Gabefas, do Carcavão e do Tormentoso. A estrutura urbana da freguesia é constituída pelos aglomerados de Telhado e de Freixial, contemplados com perímetro urbano no PDM em vigor.

Telhado está situado a Noroeste da Cidade do Fundão, junto ao arruamento que dá acesso a Aldeia de Joanes. É um aglomerado de pequena dimensão, que se desenvolveu, a partir do núcleo mais antigo que contorna a igreja, de forma linear e dispersa ao longo dos arruamentos envolventes. O núcleo antigo é consolidado e inclui ainda alguns edifícios de interesse arquitetónico. As construções novas surgem de forma difusa um pouco por toda a área envolvente à zona do núcleo consolidado, constituídas por moradias unifamiliares de tipologia de ocupação isolada e têm geralmente 2 pisos.

Fotografia 51: Telhado

Freixial é uma pequena aldeia situada a Sul de Telhado e a Norte da EN238. Este núcleo tem ocupação ao longo do arruamento que o atravessa e o vai estruturando. No entanto, inclui no seu interior um pequeno conjunto de casas bastante denso, que deu origem à sua formação. As casas encontram-se muito degradadas e em mau estado de conservação, não apresentando grande sintoma de dinamismo urbano. Contudo, as construções novas vão-se localizando tendencialmente ao longo do arruamento que interliga Freixial a Aldeia Nova do Cabo e ao Fundão.

Fotografia 52: Freixial

De acordo com os dados disponibilizados pelo INE, entre 2005 e 2018, foram emitidas 62 licenças, destinadas à construção de novos edifícios para habitação (38,7%), a intervenções em edifícios existentes (38,7%) e as restantes à construção de novos edifícios destinados a outros usos.

Analisando os dados desagregados ao território, a maioria concentrou-se no interior do perímetro urbano de Telhado, em Freixial e as restantes disseminadas pelo solo rústico, em parcelas de maior dimensão.

Neste sentido, conclui-se que dinâmica de Telhado nos últimos anos foi pouco expressiva, no entanto entre 2001 e 2011, a freguesia manteve o seu total populacional, tendo neste período apenas perdido 1 habitante, de acordo com os dados da última ação censitária.

7.3.20 Freguesias de Três Povos

A freguesia dos Três Povos está inserida na área de regadio da Cova da Beira, situada no extremo Nordeste do concelho, envolvidas por recursos hídricos importantes, como são a Barragem de Escarigo, situada a Norte deste aglomerado e a ribeira da Meimoa, que atravessa a freguesia a Sul do aglomerado de Escarigo, e permitindo a prática de agricultura. Esta freguesia integra o núcleo denominado de "Três Povos", constituído por Salgueiro, Quintãs e Escarigo.

Salgueiro tem o seu núcleo antigo situado a Nascente da EN570, a via que atravessa os três núcleos. Inicialmente com um traçado orgânico, tem desenvolvimento posterior ao longo do arruamento para Poente, de traçado linear e com alguma inclinação, e ao longo da EN para Sul, numa grande extensão. Na zona antiga, encontram-se ainda edifícios com algum valor arquitetónico. Nas áreas mais recentes, os edifícios têm entre 2 e 3 pisos, e apresentam, em algumas situações dissonâncias.

Fotografia 53: Salgueiro (EN570)

Quintãs situa-se um pouco a Norte da sua sede de freguesia, tendo apenas como separação um afluente à ribeira da Meimoa. O desenvolvimento de Quintãs deu-se em torno da Igreja, situada a Poente da EN 570, e para uma área a Nascente deste eixo, onde ainda existem diversos edifícios tradicionais. Mais recentemente a expansão processou-se ao longo dos arruamentos situados a Poente da EN. As áreas de ocupação recente apresentam uma ocupação algo dispersa, constituída, essencialmente, por moradias unifamiliares isoladas, com 2 e 3 pisos.

Fotografia 54: Quintãs

Escarigo, situado diretamente a Norte do aglomerado de Quintãs, tem uma estrutura com desenvolvimento inicial em torno da igreja, situada junto à EN 570, e mais recentemente, para uma área a Nascente e ao longo deste eixo. Na generalidade, o aglomerado encontra-se bastante degradado e descaracterizado pela presença de edifícios com linguagens arquitetónicas descontextualizadas. Os edifícios no interior do aglomerado chegam a atingir 4 pisos, enquanto que nas áreas mais periféricas têm geralmente 2 pisos.

Fotografia 55: Escarigo

De acordo com os dados disponibilizados pelo INE, entre 2005 e 2018, foram emitidas 49 licenças,

destinadas essencialmente a intervenções em edifícios existentes (42,9%), representando a construção de novos edifícios para habitação 38,8%, do número total de licenças emitidas durante este período.

Analisando os dados desagregados ao território, verifica-se que incidiram, maioritariamente, no interior do perímetro urbano dos Três Povos.

A dinâmica nos Três Povos nos últimos anos tem sido relativamente fraca, face ao contexto municipal, acompanhando os registos populacionais, visto que entre 2001 e 2011, a freguesia observou um decréscimo populacional na ordem dos 18,1%, segundo a última ação censitária.

7.3.21 União de Freguesias de Fundão, Valverde, Donas, Aldeia de Joanes e Aldeia Nova do Cabo

De acordo com a nova divisão administrativa, a freguesia sede municipal integrou as freguesias envolventes, nomeadamente Donas, Aldeia de Joanes, Aldeia Nova do Cabo e Valverde, o maior polo de concentração de população do concelho, integrando os perímetros urbanos da cidade do Fundão, integrando a Aldeia de Joanes, da Aldeia Nova do Cabo, de Donas e Teixugas, de Chãos e de Valverde e Carvalhal.

A cidade do Fundão, apresenta um núcleo antigo, de alguma dimensão, com uma malha urbana que ao longo dos anos foi perfeitamente absorvida pela estrutura geral da cidade, e se foi expandido em direção à zona da estação ferroviária e às indústrias adjacentes. A malha antiga integra um emaranhado de ruelas estreitas, com construções quinhentistas com portados decorados e elementos arquitetónicos tradicionais do passado serrano, enquadradas num conjunto envolto por becos e pequenos largos, arcos e passadiços.

Na zona central encontram-se instaladas as funções terciárias, em edifícios de tipologia tradicional um pouco degradados, verificando-se uma preocupação crescente na recuperação do edificado e sua reutilização para usos distintos. A cidade tendeu a expandir-se para Poente do núcleo antigo, resultante da implementação de edifícios de habitação coletiva com mais de 5 pisos, em função do Plano de Pormenor aprovado.

Fotografia 56: Eixo da Zona de Expansão Poente e Nascente

Fotografia 57: Ocupação ao longo da EN18

Mais recentemente, foi ocupada a área a Nascente da estrutura antiga, junto à EN 18, com a construção de edifícios coletivos e também unifamiliares. Neste eixo, a norte, têm-se também apoiado, para além de utilizações residenciais, funções terciárias, turísticas ou mesmo industriais. A par do crescimento urbano, foram implementados diversos equipamentos nas mais diversas valências, salientando-se, as Escolas, o Hospital, o Pavilhão Multiusos, as Piscinas, o Tribunal, o Parque Desportivo Municipal, a Biblioteca, o Anfiteatro, entre outros.

Fotografia 58: Pavilhão Multiusos

Fotografia 59: Piscinas

Fotografia 60: Tribunal

Atualmente, a cidade do Fundão beneficia de um excecional eixo de comunicação rodoviária, que proporciona uma melhor acessibilidade entre as capitais distritais, Guarda e Castelo Branco. Nos últimos anos têm sido feitos vários investimentos para incrementar o tecido empresarial local, que por sinal tem vindo a aumentar gradualmente. Neste sentido, foi construído o Parque Industrial do Fundão, situado a Norte da cidade, junto ao acesso à A23, gozando, desta forma, de uma localização privilegiada. As empresas instaladas nesta zona são, predominantemente, indústrias transformadoras, nos seus diversos ramos, seguidas de atividades comerciais. Esta área encontra-se praticamente ocupada, pelo que é necessário prever novos espaços a afetar a esta utilização, pelo que já está em elaboração um Plano de Pormenor que prevê o seu alargamento para Nascente.

É ainda de salientar, que a malha urbana da cidade contornada, a Nascente, pela nova variante à EN18 e pela via férrea, o que de certa forma provoca constrangimentos no tráfego de atravessamento e à expansão urbana.

Fisicamente ligada à Cidade, surge Aldeia de Joanes, situada a Poente, junto à EM1065, que possibilita a ligação entre a cidade e Freixial. Este conjunto, sob influência da cidade, encontra-se descaracterizado, por incluir, numa pequena extensão, diversas tipologias de

Fotografia 61: Aldeia de Joanes

ocupação, desde edifícios de habitação coletiva com mais de 6 pisos, até ao casario tradicional, e por apresentar linguagens arquitetónicas contrastantes e descontextualizadas face ao núcleo mais antigo, que apresenta uma estrutura densa com arruamentos estreitos e labirínticos. As áreas de ocupação recente têm resultado de loteamentos, com moradias unifamiliares e habitações coletivas, contudo, existem ainda diversos espaços desocupados no interior do aglomerado.

No seguimento de Aldeia de Joanes para Poente, pela EM1065, localiza-se Aldeia Nova do Cabo, um pequeno aglomerado que apresenta um desenvolvimento linear ao longo arruamento que o atravessa e ao longo de vias perpendiculares a este. Este conjunto conserva uma imagem interessante, pois incorpora diversas casas senhoriais e vários edifícios com interesse patrimonial. Todavia, existem alguns edifícios no seu interior que destoam do conjunto, por apresentarem linguagens arquitetónicas dissonantes e volumetrias desadequadas. Integra na entrada Nascente uma pequena área industrial.

Fotografia 62: Aldeia Nova do Cabo

Nos últimos anos têm sido feitos vários investimentos para incrementar o tecido empresarial local, tendo sido construído o Parque Industrial do Fundão, no perímetro urbano para o efeito, a Norte da cidade, junto ao acesso à A23, incluindo empresas, predominantemente, relativas à indústria transformadora, de diversos ramos, e atividades comerciais. Esta área encontra-se praticamente ocupada, pelo que é necessário prever novos espaços a afetar a esta utilização, no âmbito da revisão do PDM.

Donas/ Teixugas são dois lugares integrados no mesmo aglomerado e que se encontram separados pelo atravessamento da linha férrea, junto à EN18 e ao nó da A23, que atravessa a Poente. Pela sua localização nas proximidades da Cidade, este aglomerado apresenta pressão urbanística. O núcleo antigo apresenta uma organização polinuclear, com desenvolvimento em torno de espaços públicos onde se localizam edifícios de grande interesse arquitetónico.

Fotografia 63: Donas

As áreas de expansão surgem em zonas periféricas de forma dispersa e difusa, ao longo dos arruamentos existentes, com a

implantação de moradias unifamiliares isoladas. As áreas já consolidadas apresentam ainda diversos espaços que não foram ocupados, pelo que é necessário colmatar esta estrutura urbana

Chãos situa-se a Nascente de Teixugas, junto à EM522, que possibilita a ligação a Alcaide. É um pequeno aglomerado com desenvolvimento ao longo de uma via perpendicular ao eixo que a atravessa. No interior da sua estrutura urbana existem alguns edifícios com interesse e outros de tipologia arquitetónica tradicional. Nas áreas periféricas, essencialmente, a Norte e ao longo da EM522, surgem edifícios mais recentes de utilização unifamiliar.

Fotografia 64: Chãos

Valverde tem um núcleo antigo de pequena dimensão composto por arruamentos estreitos de traçado irregular, que, posteriormente, se desenvolveu linearmente ao longo da EN343 - via que o atravessa e estabelece a ligação entre o Fundão e Fatela. As construções existentes têm geralmente 2 pisos, sendo que no interior do aglomerado são de caracter tradicional, grande parte em mau estado de conservação, e nas zonas de ocupação recente são moradias unifamiliares, em banda, geminadas ou isoladas. Recentemente, as novas construções têm-se vindo a fixar, essencialmente, ao longo da EN343 e ao longo a variante a Valverde, que dá acesso a Carvalhal.

Fotografia 65: Valverde

Carvalhal situa-se diretamente a Nascente de Valverde, junto à EN343, que possibilita a ligação a Fatela, e, ao contrário da sede de freguesia, não possui núcleo antigo. É um aglomerado de feição recente, com a sua ocupação apoiada, essencialmente, no eixo viário que o atravessa. As edificações têm 2 ou 3 pisos. É de salientar que no limite deste aglomerado, existe uma pequena unidade industrial destinada ao fabrico de cozinhas.

Fotografia 66: Carvalhal

A análise do nível de ocupação nestes aglomerados tem justificação na dinâmica urbanística ocorrida nos últimos anos, uma vez que de acordo com os dados disponibilizados pelo INE, entre 2005 e 2018, foram

emitidas 735 licenças, destinadas maioritariamente a novas construções residenciais (47,6%), assumindo as intervenções em edifícios existentes também expressão, representando 32,5%, e as destinadas à construção de novos edifícios para outros usos, 19,9% do número total de licenças emitidas durante este período.

Analisando os dados desagregados ao território, verifica-se que incidiram maioritariamente em áreas interiores ao perímetro urbano do Fundão, sendo que existem diversas em solo rústico, com incidência no povoamento disperso existente na vertente poente e norte do perímetro urbano da Cidade.

Conclui-se, que a dinâmica da freguesia do Fundão é positiva e assume expressão face ao contexto territorial, visto que entre as últimas ações censitárias (2001 e 2011), a freguesia observou aumento populacional, na ordem dos 3,78%.

7.3.22 União de Freguesias de Janeiro de Cima e Bogas de Baixo

A União de Freguesias de Janeiro de Cima e de Bogas de Baixo, está situada no extremo Sudoeste do concelho, junto à margem do rio Zêzere e num local de topografia suave, bastante distante da sede municipal, com acesso a partir da EN238. Contempla para além dos perímetros urbanos em vigor de Janeiro de Cima e de Bogas de Baixo, os das aldeias de Ladeira, Maxial e Urgueiro.

Janeiro de Cima, possui um núcleo antigo denso, situado ao centro do aglomerado, e com origem em torno da antiga igreja. O núcleo original assume uma forma radial, através de uma estrutura complexa composta por arruamentos muito estreitos de casario humilde de arquitetura tradicional, em xisto. Este núcleo é interessante, especialmente porque concentra diversos edifícios em xisto, embora alguns deles estejam já adulterados e debilitados. As áreas de expansão, ocupadas por moradias unifamiliares isoladas com 2 pisos, surgem tanto ao longo do arruamento que possibilita o seu acesso, como em toda a área a Norte, e apresentam uma ocupação dispersa. A poente do conjunto urbano, Janeiro de Cima possui uma praia fluvial, associada a uma zona desportiva.

Fotografia 67: Janeiro de Cima

Bogas de Baixo situado a Nascente da EN238, apresenta um povoamento com tendência para a dispersão ao longo das vias, não possuindo propriamente um núcleo consolidado. A ocupação tem

surgido sobre a encosta sobranceira à ribeira das Bogas, já que os terrenos adjacentes à ribeira são bastante férteis para a agricultura. Este aglomerado encontra-se bastante alterado, com edifícios, maioritariamente, habitacionais com 2 e 3 pisos e linguagens arquitetónicas dissonantes.

Ladeira é uma pequena aldeia implantada numa vertente exposta a Norte, com alguma inclinação. É atravessada pela ribeira da Ladeira e por alguns afluentes, sendo composta por poucas casas que surgem implantadas arbitrariamente, mas que, apesar de tudo, permitem uma boa integração na paisagem. Estas casas são em xisto e têm geralmente 1 e 2 pisos, encontrando-se a maioria em mau estado de conservação.

Fotografia 68: Bogas de Baixo

Fotografia 69: Ladeira

Fotografia 70: Maxial

Maxial situa-se a Norte de Ladeira, e apresenta uma estrutura linear com desenvolvimento ao longo dos eixos existentes. Uma pequena área no interior do núcleo urbano, integra uma estrutura mais antiga, com edifícios de 1 piso, em xisto, embora em avançado estado de degradação.

Finalmente, no que se refere a Urgeiro, cujo acesso se faz a partir de um arruamento que sai da EN 238, há a destacar o seu enquadramento paisagístico, pois está implantado numa encosta sobranceira ao rio Zêzere. Este aglomerado, de muito pequena dimensão, teve um desenvolvimento com início em torno da zona da igreja, de forma bem densa, e posteriormente para Poente, embora de forma mais dispersa.

De acordo com os dados disponibilizados pelo INE, entre 2005 e 2018, foram emitidas 47 licenças, destinadas maioritariamente a intervenções em edifícios existentes (46,8%), à construção de novos edifícios habitacionais (29,8%) e à construção de novos edifícios destinados a outros usos (23,4%).

Analisando os dados desagregados ao território, verifica-se que incidiram essencialmente em áreas interiores ao perímetro urbano, maioritariamente em Janeiro de Cima, concentrando grande parte das licenças.

Conclui-se, que a dinâmica da freguesia tem sido pouco expressiva, a acompanhar os movimentos populacionais, visto que entre as últimas ações censitárias (2001 e 2011), observou um decréscimo significativo de 20,26%.

7.3.23 União de Freguesias de Póvoa de Atalaia e Atalaia do Campo

As freguesias de Póvoa de Atalaia e de Atalaia do Campo situam-se junto às faldas da Serra da Gardunha, na sua vertente Nordeste, e a Sudeste da cidade, sendo constituídas por uma estrutura urbana interligada, separadas pelo atravessamento da ribeira de Alpeadre, tendo, no entanto, cada uma um núcleo antigo próprio e dissociado do outro, pelo que no conjunto, a freguesia contempla dois perímetros urbanos, uma que integra o aglomerado de Atalaia do Campo, a sul, e outro para Póvoa de Atalaia, a norte, com acesso a partir da EM 560.

Atalaia do Campo está implantada numa zona delimitada a Sul pela ribeira de Alpreade, a Este pela ribeira de Meceira e a Norte por um afluente desta ribeira, pelo que se encontra algo constrangida. Este aglomerado possui uma estrutura linear com início em torno da igreja e posterior desenvolvimento ao longo de eixos de traçado retilíneo, essencialmente ao longo da EM 560. Foram efetuadas intervenções no núcleo antigo que alteraram, de alguma forma, o património edificado e conferiram ao aglomerado uma certa descaracterização urbana. Na generalidade, os edifícios têm 2 pisos e são destinados ao uso habitacional.

Fotografia 71: Atalaia do Campo / ribeira de Alpreade

Fotografia 72: Póvoa de Atalaia

Póvoa da Atalaia está situada a Norte de Atalaia do Campo, com um afluente à ribeira da Meceira e uma área de ocupação recente a separar os dois aglomerados. Apresenta um povoamento pouco denso, com base num desenvolvimento linear, composto por diversos arruamentos. Os edifícios na zona mais antiga, situada no extremo Nascente da via estruturante, são geralmente em banda com 2 pisos, enquanto que, nas áreas de ocupação mais recente, são moradias unifamiliares, implantadas em lotes de área razoável. Este aglomerado inclui uma unidade industrial (fabrico de enchidos) e uma represa de água, de alguma dimensão.

Embora interligados, Póvoa de Atalaia demonstra uma maior dinâmica do que Atalaia do Campo, tanto a nível populacional como ao nível do parque edificado.

De acordo com os dados disponibilizados pelo INE, entre 2005 e 2018 foram emitidas 66 licenças, destinadas essencialmente a intervenções em edifícios existentes (45,5%), representando a construção de novos edifícios para habitação 36,4%, do número total de licenças emitidas durante este período.

Analisando os dados desagregados ao território, verifica-se que incidiram maioritariamente no interior dos perímetros urbanos, especialmente em Póvoa de Atalaia.

Conclui-se, que a dinâmica UF de Póvoa da Atalaia e Atalaia do Campo nos últimos anos foi expressiva, face ao contexto local e municipal, no entanto os registos populacionais, entre 2001 e 2011, concluem que a freguesia observou um decréscimo populacional na ordem dos 17,3%.

7.3.24 União de Freguesias de Vale de Prazeres e Mata da Rainha

Situadas no extremo Nascente do concelho, a união de freguesias de Vale de Prazeres e Mata da Rainha, fazem fronteira com o município de Penamacor, tendo o seu limite na ribeira do Taveiro. Apresentam declive acentuada, e uma topografia variada, com valores paisagísticos de merecido destaque. Fazem parte desta União de Freguesias os seguintes seis aglomerados urbanos: Mata da Rainha, Vale de Prazeres, Catrão, Cortiçada, Póvoa Palhaça, Quinta do Monte Leal e Quintas da Torre.

Mata da Rainha, com acesso a partir da EM1074, está implantado numa área montanhosa, incluída ainda na periferia do maciço da Serra da Gardunha, num local sobranceiro a toda a área de vale, com grande interesse natural e paisagístico. É um aglomerado de estrutura linear, com origem no recinto da Igreja, e posterior desenvolvimento ao longo dos eixos que possibilitam o seu acesso. Este aglomerado encontra-se bastante descaracterizado e degradado, não apresentando quaisquer sintomas de dinâmica construtiva. Os edifícios dispõem-se em banda ao longo dos arruamentos, sendo de tipologia unifamiliar, com 2 pisos.

Fotografia 73: Mata da Rainha

Fotografia 74: Vale de Prazeres

Vale de Prazeres situa-se na vertente poente da União de freguesias e é cortada por diversos afluentes da ribeira dos Cravos, no sentido Norte-Sul, sendo estes provenientes da encosta da Serra da Gardunha. É atravessada pela EM239, que estabelece a ligação entre a EN 18 e o concelho de Idanha-a-Nova, e é

contornada a Norte pela linha férrea. O núcleo antigo do aglomerado desenvolveu-se em torno da igreja, com base num traçado composto por ruas estreitas e irregulares e edifícios com 2 ou 3 pisos habitacionais, apresentando alguns deles linguagens descontextualizadas face às características arquitetónicas locais. As áreas de ocupação recente, situadas na área a Nascente do núcleo antigo, são constituídas, essencialmente, por moradias unifamiliares com dois pisos.

Catrão é um aglomerado com um povoamento bastante disperso, sem qualquer estrutura de ocupação. O local onde se concentra um maior número de construções, situa-se junto à EM1075, onde se encontra também implantada a igreja. As casas são, maioritariamente, de 1 e 2 pisos.

Cortiçada localizada a Este do aglomerado de Vale de Prazeres e na EM 1075 é uma pequena aldeia que se desenvolveu em torno do cruzamento entre duas vias. Atravessado por uma linha de água, este pequeno aglomerado tem diversas construções novas, apoiadas no eixo viário principal, constituídas por moradias unifamiliares isoladas e 2 pisos.

Póvoa Palhaça é uma pequena aldeia situada ao longo da EM 561(que permite o acesso à EN 346), e bastante distante da sua sede, sendo atravessada, a Nascente, por um dos vários afluentes do ribeiro de Rija. Fora do aglomerado urbano, mas junto à via que o atravessa, existem uma igreja e uma escola. Este aglomerado encontra-se algo degradado.

Quinta do Monte Leal está situado numa encosta, junto à linha férrea e à via que atravessa Cortiçada, embora mais a Nascente, é um aglomerado de pequena dimensão, que se desenvolveu, a partir do núcleo mais antigo, enquadrado entre duas linhas de água e numa área inclinada, de forma linear face à EM 1075. Os edifícios, geralmente, são moradias unifamiliares com 2 ou 3 pisos.

Finalmente, no que se refere a Quintas da Torre, cujo acesso se faz pela EM 561, há a destacar que este local é constituído por três conjuntos urbanos de muito pequena dimensão e pouca expressão, situando-se dois junto à referida via e o terceiro numa zona interior, com acesso próprio. A ocupação é bastante dispersa, sendo constituída por moradias unifamiliares com 1 e 2 pisos.

Fotografia 75: Cortiçada

Fotografia 76: Quinta do Monte Leal

Fotografia 77: Quintas da Torre

De acordo com os dados disponibilizados pelo INE, desde a aprovação do PDM foram emitidas 95 licenças, entre 2005 e 2018, destinadas essencialmente a intervenções em edifícios existentes (42,1%), representando a construção de novos edifícios para habitação 32,6%, e a construção de novos edifícios destinados a outros usos 25,3%, do número total de licenças emitidas durante este período.

Analisando a incidência territorial destas licenças, verifica-se que a grande maioria tem incidência em solo rústico, em áreas disseminadas pela freguesia, especialmente nas imediações de Vale de Prazeres.

Conclui-se, que a dinâmica de UF de Vale de Prazeres e Mata da Rainha nos últimos anos foi baixa, acompanhando os registos populacionais da última ação censitária, visto que entre 2001 e 2011, a freguesia observou um decréscimo populacional na ordem dos 17,9%.

8. VALORES CULTURAIS

Neste capítulo far-se-á uma abordagem do território concelhio no que diz respeito ao património arquitetónico e arqueológico, tendo em vista a sua salvaguarda, valorização e divulgação. São ainda identificadas algumas áreas consideradas *conjuntos com interesse* pela sua unidade, integração na paisagem ou pelo seu valor histórico.

No contexto da revisão do PDM, não se pretende fazer uma abordagem exaustiva sobre esta temática, sendo preocupação central a identificação dos principais valores culturais em presença, para que, no âmbito da definição das estratégias de desenvolvimento e do modelo de ordenamento se definam orientações e normas com vista à sua preservação e dinamização.

O Homem criou, ao longo dos tempos, obras que constituem um património que importa estudar, proteger e divulgar. Durante várias décadas assistiu-se a uma progressiva destruição desse património, em detrimento das novas formas de cultura importadas e estandardizadas que não conseguem dialogar em harmonia com as formas tradicionais próprias do meio envolvente. Contudo, nas últimas décadas tem-se verificado uma consciencialização crescente da importância que assume a defesa do património cultural assistindo-se, progressivamente, à inventariação, valorização e salvaguarda de edifícios, conjuntos e locais com valor próprio ou de enquadramento.

O concelho do Fundão guarda ainda vestígios da vida dos povos que, ao longo dos séculos, o ocuparam. A preservação ou recuperação do património construído surge como uma tarefa algo difícil, dada a descaracterização de alguns núcleos resultante da introdução de novas construções de má qualidade arquitetónica e implantadas de forma desordenada. Existem alguns imóveis classificados ou em vias de classificação e outros edifícios, não só de arquitetura erudita, mas de feição mais popular, bem como diversos vestígios arqueológicos, que urge proteger.

A Câmara Municipal, tem desempenhado um importante papel na preservação do património, quer natural, quer construído. A pouco e pouco, tem vindo a dar forma a diversas iniciativas de divulgação e investigação, das quais se chama particular atenção para a elaboração da Carta Arqueológica do concelho e dos inventários do património edificado. No entanto, estas iniciativas devem prosseguir com a realização de trabalhos que aprofundem e divulguem o estudo, conservação e ou recuperação de alguns dos locais identificados, que poderão constituir atrativos turísticos e culturais para o concelho.

Tendo por base uma política preventiva, todas as intervenções diretas sobre os valores patrimoniais, e respetivas áreas de proteção, inscritos no inventário de Valores Culturais do Concelho, deverão ser objeto de ponderação pelos serviços competentes da Câmara Municipal do Fundão, tendo em conta o grau de afetação das suas características intrínsecas que possa m consubstanciar uma perda irreparável para o património cultural concelhio.

Nos dias de hoje é impensável que o crescimento e evolução da paisagem de uma comunidade se faça à custa da desvalorização e destruição da sua densidade patrimonial histórica, arqueológica e arquitetónica . Estes bens deverão ser percecionados como partes integrantes da sua estratégia e processo de desenvolvimento, constituindo uma mais-valia não só para o conhecimento do passado, como essencialmente para as especificidades identitárias do território. O património é sempre um bem coletivo que tem que ser salvaguardado, valorizado e projetado para o futuro.

A caracterização dos valores culturais teve como base, para além do trabalho de campo realizado, a consulta de documentação diversa, nomeadamente a disponibilizada pelos organismos da administração central com tutela sobre o património cultural, a que consta do PDM em vigor, bem como de outros trabalhos desenvolvidos para a Autarquia. Todo este conjunto de valores culturais foi identificado na peça desenhada "Valores Culturais".

8.1 ENQUADRAMENTO LEGAL

Quanto à legislação existente sobre esta matéria, o conceito e o âmbito de Património Cultural vêm definidos na **Lei n.º 107/2001 de 8 de setembro**, que estabelece as bases da política e do regime para a sua proteção e valorização desta realidade da maior importância para a compreensão, salvaguarda e estruturação da identidade nacional e para a democratização da cultura.

As disposições da Lei n.º 107/2001 aplicam-se apenas à classificação de bens culturais imóveis que mereçam a designação de monumento nacional ou de interesse publico e, quando assim seja previsto na legislação de desenvolvimento desta lei, aos bens classificados como de interesse municipal. Há ainda a considerar o Decreto-Lei n.º 309/2009, de 23 de outubro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 115/2011, de 5 de dezembro, e pelo Decreto-Lei n.º 265/2012, de 28 de dezembro, que diz respeito às zonas de proteção, o Decreto-Lei n.º 140/2009, de 15 de junho, relativo aos projetos de obras de edificação, e o Decreto-Lei n.º 138/ 2009, de 15 de junho, que cria fundo de salvaguarda do Património Cultural.

No âmbito da legislação aplicável, consideram-se imóveis com valor cultural os que, do ponto vista histórico, arqueológico, artístico, científico, social ou técnico, são particularmente notáveis pela sua antiguidade, autenticidade, originalidade, raridade, singularidade ou exemplaridade, e por isso devem ser objeto de especial proteção e valorização. Assim sendo, a proteção legal destes bens tem por base a sua classificação e inventariação, podendo ser classificados de acordo com a seguinte hierarquia:

- de **interesse nacional,** sejam monumentos, conjuntos ou sítios, adotando-se a designação "Monumento Nacional", quando representam um valor cultural de significado para a Nação. Podem ainda incluir bens culturais imóveis incluídos na lista do património mundial;

- de **interesse público** quando representam ainda um valor cultural de importância nacional, mas para os quais o regime de proteção inerente à classificação como de interesse nacional se mostra desproporcionado;
- de **interesse municipal** quando representam um valor cultural de significado predominante para um determinado município.

A proteção legal dos bens com valor cultural classificados é fixada por Decreto, quando se trate de monumento nacional, por Portaria quando se trate de um bem com interesse público, e por competência da Câmara Municipal quando são de interesse municipal.

Estes bens imóveis classificados ou em vias de classificação, beneficiam na sua envolvente de uma **zona de proteção de 50m** contados a partir dos limites externos do imóvel, fixada automaticamente com o início do procedimento de classificação, bem como de uma **zona especial de proteção** (ZEP), fixada por Portaria, onde é indicada a área sujeita a servidão e os encargos por ela impostos. Esta ZEP pode incluir zonas *non aedificandi*.

Neste âmbito, interessa também salientar o **património cultural imaterial (PCI)**, cuja salvaguarda é da Direção-Geral do Património Cultural, que tem por missão e atribuições assegurar o cumprimento das obrigações do Estado no domínio do estudo, salvaguarda, valorização e divulgação do (PCI), de acordo com o Decreto-Lei n.º 139/2009, de 15 de junho (atualizado pelo Decreto-Lei n.º 149/2015, de 4 de agosto) e pelo Decreto-Lei 115/2012, de 25 de maio.

Nos termos da Lei de Bases do Património Cultural, a proteção legal dos bens culturais imateriais assenta exclusivamente no registo patrimonial de «inventariação». Ao património cultural imaterial (PCI) não é aplicável nenhum dos 3 (três) níveis de proteção (interesse «nacional», «público» ou «municipal») estabelecidos para o registo patrimonial de «classificação», aplicável unicamente aos bens móveis e imóveis. Assim, a proteção legal do PCI consiste na inscrição de uma expressão imaterial no Inventário Nacional do Património Cultural Imaterial, que decorre do quadro legal instituído pela Lei de Bases do Património Cultural desenvolvido pelo Decreto-Lei n.º 139/2009, de 15 de junho (atualizado pelo Decreto-Lei n.º 149/2015, de 4 de agosto), que estabelece o regime jurídico para a salvaguarda do PCI.

8.2 BREVE PANORÂMICA HISTÓRICA[17]

No concelho do Fundão existem diversos vestígios que testemunham a presença humana desde a Pré-História ao período romano, como por exemplo umas gravuras rupestres que remontam ao período **paleolítico**, que foram encontradas no Alto Zêzere e recentemente tornadas públicas. A toponímia de

[17] Baseado em informações retiradas de diversos sítios da Internet e em Pinto da Silva, João, Veiga, António Veiga, Fundão – Ecos de um Passado Milenar, Fundão, 2003.

alguns aglomerados – Orca, Castelejo, Prado-das-Antas, Quinta-do-Castro, Calçada-Velha ou Corredoura, coincide com importantes vestígios pré-históricos de transição e lusitanos-romanos da descoberta de notáveis monumentos epigráficos. Foram, entretanto, registados no concelho do Fundão, sete estações arqueológicas de âmbito cronológico proto-histórico e, em grande parte, presumivelmente conotáveis com a cultura castreja. São elas o Cabeço da Argemela, o monte de S. Roque/ Trigais, a Quinta do Ervedal, a Covilhã Velha, o Cabeço do Escarigo, a Tapada das Argolas e a Cabeça Gorda.

O Fundão terá tido origem num castro situado no Monte de S. Brás, provavelmente datado do 1º milénio a.C.. É um arqueosítio que, pelo seu posicionamento, evidencia a importância geo-estratégica que o povoado deverá ter assumido, denotando-se ainda a presença de, pelo menos, uma forte linha de muralha constituída por blocos irregulares de granito e de xisto-grauváquico, com diversas construções, que poderão corresponder a várias unidades habitacionais.

Durante o tempo da conquista **Romana**, assiste-se a uma tendência para trazer as populações para a planície tendo sido por esta altura que o castro de S. Brás terá começado a entrar em declínio. A população fixou-se na zona mais fértil e amena, onde hoje se situa o Fundão, sendo que no lugar da Quintã, tradicionalmente tida como a rua mais antiga do Fundão, foram descobertos vestígios romanos, tais como abundantes materiais de construção, elementos de moagem, bordos de cerâmica de armazenagem, pesos de tear, cerâmicas domésticas e uma espada, indicadores de que aqui terá existido uma *villa* romana de tipologia rural. Para além deste sítio, foram localizados nas freguesias do Fundão, de Capinha (Vila Velha), de Alcaria (Cabeço do Covão) e de Alcongosta (Trigais) outro conjunto de sítios onde foram detetados arqueofactos atribuíveis ao período romano. O quadro relacional entre o mundo indígena e o mundo romano foi recíproco, tendo sido descoberto uma inscrição funerária: o epitáfio de Nepos, no adro da igreja do Fundão, e encontradas duas aras dedicadas à deusa Victoria e à deusa Trebaruna, nas proximidades do Fundão.

A aldeia de Castelo Novo, do período **tardo-romano** (século IV a V), é exemplo do período medieval, resultando o seu topónimo da existência de dois castelos, tendo este, ficado após o abandono de Castelo Velho, por possuir melhores características de defesa. A construção do Castelo data do século XII-XIII, por responsabilidade de D. Pedro Guterri e de Gualdim Pais, mestre da Ordem do Templo no reinado de D. Sancho I, e reformulado no século XIV a mando de D. Dinis. Contudo, em 1505, já se encontrava em ruína, tendo sido remodelado em 1510, por Ordem de D. Manuel I. Castelo Velho, guarda, muito possivelmente testemunhos de antigas ocupações, provavelmente proto-históricas. A freguesia de Capinha conserva também, para além dos diversos monumentos epigráficos encontrados, importantes vestígios de povoamento romano em diversos sítios: Tigelais, S. Pedro, Cavalinho, Bica e Ponte da Meimoa. Constata-se, então, que o concelho do Fundão apresenta uma grande diversidade de vestígios: testemunhos epigráficos, calçadas, pontes, muralhas fortificadas bem como outros vestígios ainda do período romano.

Da época da **Reconquista** (século IX a XI) há registo de sepulturas, embora algumas remontem ao período tardo-romano e à ocupação suevo-visigótica (V a VIII). Das diversas fortificações utilizadas, como recintos defensivos muralhados (alguns com torres militares), poucas sobreviveram até aos dias de hoje. Referenciando-se, para além da arruinada fortificação de Castelo Novo, algumas pistas toponímicas, como é Castelejo, Atalaia do Campo e Covilhã Velha (freguesia de Vale Prazeres), onde foi registada a existência de restos evidentes de muralhas, eventualmente da Idade do Ferro ou ainda Bronze Final, embora com possível reutilização medieval.

Voltando à evolução do que hoje é a cidade do Fundão, o povoamento terá então evoluído em torno da villa, lugar de Quintã, até à **Idade Média**, altura em que terá sido reaproveitada para construção de uma casa senhorial fortificada, da qual subsistem alguns merlões com seteiras descobertos nos escombros de uma casa que recentemente ruiu. As primeiras referências ao nome de Fundão surgem em documentos de 1307, depois nas Inquirições Dionisinas de 9 de agosto de 1314 (descrevendo a existência de "32 casais nos lugares do Fundão e da Levada") e mais tarde em 1320-21. Até então não existem quaisquer referências a esse nome nem sequer no Foral da Covilhã, em 1186.

Alguns dos aglomerados do concelho, já foram sede de concelho, nomeadamente Alcaide, Alpreada/ Castelo Novo, Alpedrinha, Atalaia do Campo, Escarigo e Zebras. Castelo Novo e Escarigo, são os únicos aglomerados que beneficiam de foral antigo, tendo sido outorgado o de Castelo Novo em 1202 e o de Escarigo em 1296. Também a aldeia de Zebras, hoje integrada na freguesia de Orca, foi alvo de uma carta de foral, passada em 1245, possivelmente pelos finais do reinado de D. Sancho II, ou do início do de D. Afonso III e, posteriormente, confirmada em Tomar, em 1436, pelo Infante D. Henrique. Na reforma quinhentista, é dado novo foral a Castelo Novo, em 1510, e a Atalaia do Campo, que recebe traslado do foral manuelino de Castelo Novo, em 1570, por provisão de D. Sebastião assinada no mesmo ano, em Sintra. Já Alpedrinha e Alcaide, não tiveram carta foral. Atualmente existem quatro pelourinhos – o da antiga Vila do Fundão e os de Alpedrinha, Atalaia do Campo e Castelo Novo. Em Escarigo também deve ter existido um, já que o monarca D. Dinis concedeu a esta terra carta de foral. Desta época, é também possível identificar testemunhos arquitetónicos, usualmente designados de "manuelinos", que surgem, por vezes em modestos edifícios habitacionais dotados de emolduramentos nos vãos exteriores. Dos vários exemplos destacam-se algumas casas na atual Cidade, em Alpedrinha, em Castelo Novo, em Atalaia do Campo e na aldeia de Quintãs.

Nos **séculos XV e XVI**, diversos judeus chegaram ao concelho, em fuga de Espanha pelo Édito dos Reis Católicos de Espanha. Este facto impulsionou a área comercial e financeira do Fundão e deixou marcas – a Rua da Cale, uma das ruas mais emblemáticas da Cidade, tem como significado o termo hebraico que define um ponto de encontro, onde os judeus se encontrariam para praticar o seu culto. A importância desta comunidade foi evidente quando, em 1580, um grupo de populares desafiou e

agrediu os representantes da Inquisição que aqui haviam sido enviados com o intuito de prenderem judeus e cristãos novos importantes.

Em 1746, é assinado pela Rainha D. Maria I o alvará que cria o concelho do Fundão, que assim se desliga do concelho da Covilhã. No ano seguinte, em 1747, por carta régia de D. João V, é confirmada a criação do concelho e na mesma ocasião, o Fundão é elevado a vila, e, finalmente, elevado a cidade em 18 de abril de 1988.

Quanto ao **topónimo** "Fundão" muito se tem debatido acerca da sua origem. Algumas teorias alegam que a palavra derivará do aumentativo do termo latino Fundus (Herdade ou Quinta) ou Fundanus (Quinteiro ou Lavrador), outras apresentam a sua localização geográfica como prova evidente da sua origem.

8.3 PATRIMÓNIO CLASSIFICADO E EM VIAS DE CLASSIFICAÇÃO

Entende se por bens classificados ou em vias de classificação, todos aqueles cuja proteção e valorização representam, no todo ou em parte, um valor cultural de significado predominante ao nível nacional, público ou municipal.

Aos bens classificados ou em vias de classificação aplicam se os perímetros de proteção legalmente estabelecidos. No entanto, e como medida de salvaguarda e proteção contra a descaracterização das áreas envolventes a estes bens, sobretudo aos que se encontram em tecidos urbanos históricos consolidados , que não dispõem de zona geral de proteção ou zona especial de proteção, é estabelecido um perímetro de proteção de 50 metros. Os projetos, obras e infraestruturas a serem efetuados nessas áreas ficam sujeitos a parecer prévio emitido por um conjunto técnico do Município, relacionado com as áreas do planeamento, urbanismo, história e arqueologia, o que poderá implicar a obrigatoriedade de adoção, pelo promotor, de eventuais medidas preventivas.

No concelho do Fundão existem 29 imóveis inventariados, 22 classificados e 7 em vias de classificação, de acordo com a informação disponível da Direção Geral do Património Cultural, conforme representados na respetiva peça desenhada, a saber:

Monumentos Nacionais

1. Pelourinho do Fundão (MN, Dec. 16 de junho de 1910, DG n.º 136 de 23 junho 1910).

Imóveis, Monumentos e Conjuntos de Interesse Público

2. Capela do Leão e Fonte Monumental (Alpedrinha) (IIP, Dec. n.º 32973, DG n.º 175 de 18 agosto 1943 e Dec. n.º 38147, DG n.º 4 de 05 janeiro 1951);
3. Casa do Paço das Donas (IIP, Dec. n.º 129/ 77, DR n.º 226 de 29 setembro 1977);

4. Igreja de Fatela/ Torre Sineira da Capela e fachada da Capela Joanina (Fatela) (IIP, Dec. n.º 47508, DG n.º 20 de 24 janeiro 1967);
5. Igreja da Misericórdia do Fundão (IIP, Dec. n.º 95/ 78, DR n.º 210 de 12 setembro 1978);
6. Altar-mor da igreja da Póvoa da Atalaia (IIP, Dec. n.º 42692, DG n.º 276 de 30 novembro 1959);
7. Igreja Matriz de Aldeia de Joanes (Alcongosta) (IIP, Dec. n.º 67/97, DR n.º 301 de 31 dezembro 1997);
8. Pelourinho de Alpedrinha (IIP, Dec. n.º 23122, DG n.º 231 de 11 outubro 1933);
9. Pelourinho de Atalaia do Campo (IIP, Dec. n.º 23122, DG n.º 231 de 11 outubro 1933);
10. Pelourinho de Castelo Novo (IIP, Dec. n.º 23122, DG n.º 231 de 11 outubro 1933);
11. Ponte Romana de Pêro Viseu (IIP, Dec. n.º 5/2002, de 19 fevereiro 2002);
12. Capela de São Francisco (MIP, Portaria n.º 320/2020, de 27 março);
13. Capela do Espírito Santo (MIP, Portaria n.º 316/2020, de 27 março);
14. Aldeia de Castelo Novo (CIP, Portaria n.º 606/2020, de 19 de outubro);
15. Zona Histórica de Alpedrinha (Alpedrinha/Fundão) (CIP, Portaria n.º629/2020, de 23 de outubro).

Imóveis, Monumentos e Sítios de Interesse Municipal

16. Casa da Orca ou "Casa Grande'" (Orca) (IIM, Dec. n.º 67/97, DR n.º 301 de 31 de dezembro 1997);
17. Fontes de mergulho (duas), a Fonte da Rua da Fonte e a Fonte Figueiredo (Aldeia de Joanes) (IIM, Dec. n.º 67/97, DR n.º 301 de 31 dezembro 1997);
18. Lagareta em Castelo Novo (IIM, Dec. n.º 67/97, DR de 31 dezembro 1997);
19. Cine-Teatro Gardunha (IIM, Edital de 16-01-2009 da CM do Fundão);
20. Fonte do Goducho ou Fonte do Mergulho (Solheira) (IIM, Edital n.º 1084/2010, DR, 2.ª série, n.º 211, de 29-10-2010);
21. Casa do Cimo (Aldeia Nova do Cabo/Fundão) (MIM, Declaração de Retificação n.º 232/2018, DR, 2. ª série, n.º 61, de 27 03 2018;
22. Casa dos Maias (Fundão) (MIM, Edital n.º 429/2018, DR, 2.ª série, n.º 83, de 30-04-2018);
23. Edifício dos Paços do Concelho do Fundão (Fundão) (MIM, Edital n.º 722/2017, DR, 2.ª série, n.º 184, de 22-09-2017);
24. Solar Vaz de Carvalho / Antigo Colégio de Santo António (Fundão) (MIM, Edital n.º 686/2018, DR, 2.ª série, n.º 144, de 27-07-2018);
25. Castro da Argemela (Lavacolhos, Fundão) (SIM, Edital n.º246/2020, de 14 de fevereiro);
26. Antigo Convento do Seixo/Convento de Santo António do Fundão (Fundão) (Edital n.º 168/2021, de 5 de fevereiro).

Imóveis em Vias de Classificação

27. Centro de Interpretação das Rotas da Transumância / Palácio do Picadeiro (Anúncio n.º 197/2015, DR, 2.ª série, n.º 160, de 18-08-2015);
28. Vias antigas em Alpedrinha e Castelo Novo (Despacho de 27-02-1991);

29. Ruínas Romanas da Quinta do Ervedal (Castelo Novo/Fundão) (Proposta de 27 05 2019 da DRC do Centro para a abertura de procedimento de classificação de âmbito nacional. Despacho de abertura de 8 08 2019 da diretora geral da DGPC);
30. Seminário Menor do Fundão (Edital n.º 258/2019, de 2 de dezembro);
31. Antiga Capela de São Pedro (Despacho de 15-05-2020 da DGPC).

8.3.1 Monumentos Nacionais

1. Pelourinho do Fundão (MN, Dec. 16 de junho de 1910, DG n.º 136 de 23 junho 1910) (MN) (Fotografia 78) – Situado no jardim em frente ao edifício dos Paços do Concelho, corresponde a um notável exemplo de recuperação já que em 1882 foi destruído, por decisão municipal. O Pelourinho do Fundão, de construção provável do século XIV, foi reconstituído em 1935, segundo estudo de José Germano da Cunha realizado no final do século XIX. O soco do Pelourinho é constituído por sete degraus quadrangulares, uma coluna octogonal, de superfície plana e assente em plinto. O capitel, elemento subsistente do antigo Pelourinho, é de secção octogonal e composto por vários anéis, e rematado por uma forma tronco-piramidal, de base quadrangular, decorada por folhas de acanto e coroado por motivo cónico encimado por crucifixo em ferro.

Fotografia 78: Pelourinho do Fundão

8.3.2 Imóveis, Monumentos e Conjuntos de Interesse Público

No concelho do Fundão existem 12 exemplares classificados como imóveis, monumentos ou conjuntos de interesse público, nomeadamente:

2. Capela do Leão e Fonte Monumental (Alpedrinha) (IIP, Dec. n.º 32973, DG n.º 175 de 18 agosto 1943 e Dec. n.º 38147, DG n.º 4 de 05 janeiro 1951) - situam-se ambas num atro calcetado e são representativas de uma arquitetura tardo-gótica. A Capela, construída nos finais do século XV, é dedicada a Santa Catarina e encontra-se adossada ao Solar dos Morgados de Pancas. É revestida com azulejos, sendo composta por uma nave de planta retangular e por uma capela-mor de planta quadrada. O portal é em arco pleno, ladeado por colunas e capitéis decorados por cabeças e encimado por frontão angular de marcação heráldica. A Fonte Monumental apresenta um leão esculpido no espaldar e foi mandada construir pelos Morgados de Pancas. O nome destes imóveis ficou a dever-se à decoração escultórica nela representada.

Fotografia 79: Capela do Leão e Fonte do Leão, em Alpedrinha

3. Casa do Paço das Donas (IIP, Dec. n.º 129/ 77, DR n.º 226 de 29 setembro 1977) - localizada na proximidade da Igreja Matriz, é um interessante exemplar de arquitetura civil, de caracter residencial, que engloba soluções ornamentais de tipo manuelino com um gosto maneirista, tal como a data inscrita no portão de acesso (1688) o comprova. A Casa, de planta retangular com dois pisos com diferenciação funcional, tem acesso ao piso superior através de escadaria de dois lanços e foi residência do Cardeal de Alpedrinha. Na fachada principal do edifício foi, recentemente, encaixada uma pequena pedra de armas, que evidencia dois lobos sobrepostos na primeira pala e serpentes na segunda, mantendo por timbre um estilizado lobo.

Fotografia 80: Casa do Paço das Donas

4. Igreja de Fatela/ Torre Sineira da Capela e fachada da Capela Joanina (Fatela) (IIP, Dec. n.º 47508, DG n.º 20 de 24 janeiro 1967) - representativos de uma arquitetura religiosa, quinhentista e barroca situam-se no interior do aglomerado, junto à Igreja Matriz e à EN343. A Capela com fachada de três panos divididos por pilastras de ordem toscana, é de tipologia joanina tem planta longitudinal composta. O portal é em arco abatido com a data de 1858 e o alçado lateral encontra-se adossado a um edifício com dois pisos. O Campanário, situado no largo da Igreja Matriz, é de construção maciça em cantaria e tem acesso através de uma escada de um lanço desprovida de guarda. Possui uma abertura sineira com dois arcos rematados com pináculos e dois registos.

5. Igreja da Misericórdia do Fundão (IIP, Dec. n.º 95/ 78, DR n.º 210 de 12 setembro 1978) - representativa de uma arquitetura religiosa, foi construída em 1580. A igreja encontra-se adossada à Capela de São Miguel e situa-se no largo da Igreja Matriz do Fundão. A sua fachada principal é rasgada por um portal encimado por frontão triangular, e, à sua direita, localiza-se o antigo edifício do Hospital da Misericórdia, uma construção oitocentista com fachada principal simétrica e dois pisos de volumetria, cada um deles com sete vãos e com um eixo central composto por um portal e por uma janela de sacada.

Fotografia 81: Igreja de Fatela/ Torre Sineira e Capela de N. R.ª da Conceição

Fotografia 82: Igreja da Misericórdia do Fundão

6. Altar-mor da igreja da Póvoa da Atalaia (IIP, Dec. n.º 42692, DG n.º 276 de 30 novembro 1959) - localizada numa plataforma plana e isolada, mas integralmente circundada por construções que organizam o largo, a igreja é de tipologia barroca e tem o retábulo em talha dourada e policromada do estilo nacional, executado no final do século XVII. Apresenta uma planta longitudinal e tem adossada a sacristia e o campanário. Há referência à sua existência desde o século XVI, como anexa à Igreja de Castelo Novo, juntamente com as de Alpedrinha e Fatela, embora haja registos em como a edificação da Igreja Paroquial de Póvoa da Atalaia só tenha ocorrido em 1802.
7. Igreja Matriz de Aldeia de Joanes (Alcongosta) (IIP, Dec. n.º 67/97, DR n.º 301 de 31 dezembro 1997) - representativa de uma arquitetura religiosa românica, a igreja situa-se num pequeno largo, com cruzeiro, sendo que o adro tem acesso por duas escadarias. É composta por nave, capela-mor e capela lateral adossada. Na fachada principal tem um portal de volta perfeita e um campanário adossado que tem acesso pelo exterior. No interior a cobertura da nave é em madeira e a da capela-mor em abóbada pintada. Os retábulos são em talha dourada do estilo maneirista na capela-mor, e tardo-barroco no conjunto da capela lateral. A fachada orientada a Norte tem duas portas e um meio óculo entaipado que tem numa pedra esculpida a data de 1585.

Fotografia 83: Igreja de Póvoa de Atalaia

Fotografia 84: Igreja Matriz de Aldeia de Joanes

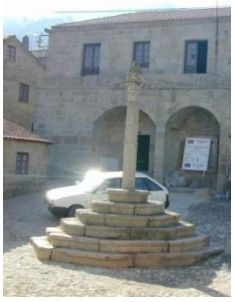
8. Pelourinho de Alpedrinha (IIP, Dec. n.º 23122, DG n.º 231 de 11 outubro 1933) - representativo de uma arquitetura civil seiscentista, este Pelourinho encontra-se numa pequena praça do aglomerado de Alpedrinha, entre diversos edifícios, entre os quais se destacam os Antigos Paços seiscentistas. O seu soco é constituído por três degraus quadrangulares, a coluna tem dupla base quadrangular, que sustenta o fuste octogonal de superfície plana, e o capitel é encimado por quatro ferros de sujeição, decorados com cabeças de serpente.
9. Pelourinho de Atalaia do Campo (IIP, Dec. n.º 23122, DG n.º 231 de 11 outubro 1933) - de arquitetura civil manuelina (século XVI), foi implantado quando D. Sebastião, em 1570, atribuiu carta de foral a Atalaia do Campo. O concelho viera a ser extinto em 1836. Inicialmente foi erguido nas imediações da Igreja Paroquial de Atalaia do Campo, onde se localizavam os desaparecidos Paços do Concelho, e posteriormente, em 1876, deslocado para um espaço pavimento, descentrado no eixo viário e ladeado por uma árvore de grande porte e por diversos edifícios sem qualquer interesse patrimonial. O soco é constituído por três degraus circulares, a coluna, sem base, tem o fuste octogonal de superfície plana, e o capitel é composto por vários anéis, decorados por motivos em forma de cabo, um remate do tipo gaiola fechada, composta por oito colunelos que alternam com a superfície plana e, finalmente, é coroado por uma roca em cone, constituída pela sobreposição de vários anéis decorados por motivos entrelaçados e em forma de cabo.
10. Pelourinho de Castelo Novo (IIP, Dec. n.º 23122, DG n.º 231 de 11 outubro 1933) - localizado num pequeno largo, em frente aos antigos Paços do Concelho, é representativo de uma arquitetura com inspiração manuelina. O soco é constituído por seis degraus octogonais, a coluna é desprovida de base com fuste composto por peça octogonal e por uma peça cilíndrica com superfície estriada e decorada por meias esferas e remate boleado, e o capitel é decorado com meias esferas e flores-de-lis, sendo delimitado por anéis salientes a partir dos quais se projetam quatro "ferros de sujeição" decorados com cabeças de serpente. É rematado por peça octogonal, que apresenta nos lados Norte e Sul a Cruz de Cristo o escudo nacional, no lado

Este e a esfera armilar, no lado Oeste. É encimado por peça piramidal de base poligonal decorada por trifólios.

Fotografia 85: Pelourinho de Alpedrinha

Fotografia 86: Pelourinho de Atalaia do Campo

Fotografia 87: Pelourinho de Castelo Novo



11. Ponte Romana de Pêro Viseu (IIP, Dec. n.º 5/2002, de 19 fevereiro 2002) - situada sobre a Ribeira da Meimoa, na estrada que liga Valverde a Pêro Viseu, é da época romana, sendo constituída por três arcos de volta perfeita, apresentando o do meio de maior dimensão. As guardas são constituídas por silhares de granito de forma paralelepipédica e o tabuleiro da ponte permite ver algumas lajes ainda pertencentes à primitiva estrada.

Fotografia 88: Ponte Romana de Pêro Viseu

12. Capela de São Francisco (MIP, Portaria n.º 320/2020, de 27 março) - situada no interior da Cidade, num adro pavimentado e ajardinado e ladeado por edifícios algo descaracterizados, é representativa de uma arquitetura religiosa maneirista, tendo sido construída em meados do século XVII. É uma capela de planta simples, com uma nave e alpendre fechado, que tem na fachada principal um portal de volta perfeita com a moldura constituída pelas aduelas e ladeado por duas janelas quadrangulares.
13. Capela do Espírito Santo (MIP, Portaria n.º 316/2020, de 27 março) – representativa de uma arquitetura religiosa quinhentista, situa-se num dos extremos da Cidade, junto à EN18, à Capela do Calvário e ao chafariz do Espírito Santo. Esta capela alpendrada, constituída por uma nave, uma capela-mor mais estreita e uma sacristia adossada, foi restaurada e ampliada ainda no século XVII, conforme a data inscrita na pedra de fecho do arco.

Fotografia 89: Capela de S. Francisco, no Fundão

Fotografia 90: Capela de Espírito Santo, no Fundão

14. Aldeia de Castelo Novo (CIP, Portaria n.º 606/2020, de 19 de outubro) há testemunhos que provam a sua existência deste o período Neocalcolítico. Na Idade do Bronze, seria designada por Alpreada (nome da ribeira que atravessa Castelo Novo). Supõe-se que tenha sido um fortim dos romanos, dos visigodos e uma das várias atalaias que os árabes mantiveram para proteção dos seus arraiais, tal como prova um resto do Arco da Ponte encontrado. A pequena aldeia começou por pertencer aos extensos territórios doados pelos monarcas portugueses à Ordem dos Templários, depois Ordem de Cristo, para, em terras da Beira, promoverem e assegurarem a posse dos domínios conquistados aos muçulmanos no século XIII. Castelo Novo recebe 2º foral no século XVI, por ordem de D. Manuel I, existindo ainda diversos testemunhos da sua intervenção, tendo sido o 1º foral entregue a Alpreada por Pedro Guterri, em 1202. A estrutura urbana do aglomerado tem características essencialmente medievais, sendo composta por uma malha complexa, por ruas estreitas e de traçado irregular, praças e largos, sendo mais significativas as intervenções do período manuelino (século XVI) e barroco (século XVIII). O conjunto que engloba a aldeia de Castelo Novo é dominado pelo Castelo e estendeu-se pela encosta da Serra da Gardunha, desprovida de cerca, mas ao abrigo da estrutura fortificada dos Templários. Destacam-se deste conjunto os edifícios de natureza pública e religiosa, bem como habitações de famílias mais abastadas, tais como o Castelo, a Casa da Câmara e a Cadeia, a Igreja Matriz, a Capela de Santo António, a Igreja de Santo António, as Casas Falcão, Correia Sampaio, D. Luís J. Correia, a Casa da Cerca, o solar da família Gamboa e diversos chafarizes que surgem pela aldeia. É ainda de salientar que a aldeia de Castelo Novo é uma das 10 aldeias históricas de Portugal.

Fotografia 91: Aldeia de Castelo Novo

15. Zona Histórica de Alpedrinha (Alpedrinha/Fundão) (CIP, Portaria n.º629/2020, de 23 de outubro) - o povoado de Alpedrinha foi constituído durante a época de ocupação romana, designado como Petratinia. Dessa época, a vila conserva a estrada romana. Durante a Idade

Média, a povoação era administrada por donatários e em 1266 Diogo Lopes e Urraca Afonso doaram as terras de Alpedrinha à Ordem do Templo. Nesse mesmo ano terá sido iniciada a edificação da primitiva matriz de Alpedrinha, a Capela do Espírito Santo, cujas obras foram terminadas no ano de 1301. Durante as duas centúrias seguintes a povoação cresceu e na segunda metade do século XV inicia-se, segundo Jaime Cortesão, o "período de esplendor da vila", que se prolongaria até ao século XVII (CORTESÃO, Jaime, 1965, p. 10). Datam desta época as casas manuelinas edificadas no centro da vila, de que subsistem cinco edifícios, no conjunto destaca-se uma casa com janela de balcão ornamentada com elementos renascentistas. Deste período são exemplo a fundação da Misericórdia local e a edificação da Capela de Santa Catarina, o templo da irmandade, a Capela de Santa Catarina, ou Capela do Leão, mandada construir em 1501. Na centúria de Seiscentos a vila continuou a crescer, renovando o seu tecido urbano, e desta época datam a Casa do Cardeal Alpedrinha e os Paços do Concelho, um grande edifício de planta retangular dividido em três pisos edificado em 1680. A povoação de Alpedrinha foi elevada a sede de concelho em 1675 pelo regente D. Pedro, tendo sido construído o pelourinho local na praça central da vila. No século XVIII foi construído um majestoso fontanário barroco num dos extremos da vila, mandado edificar por D. João V em 1714. Mais tarde foi construído, nos arredores da povoação, o Palácio do Picadeiro, um solar de gosto barroco.

8.3.3 Imóveis, Monumentos ou Sítios de Interesse Municipal

No concelho do Fundão existem 5 imóveis classificados como de interesse municipal, nomeadamente:

16. Casa da Orca ou "Casa Grande'" (Orca) (IIM, Dec. n.º 67/97, DR n.º 301 de 31 de dezembro 1997) - localizada em frente à Igreja Matriz, corresponde a uma casa beirã de meados do século XIX, representativa de uma arquitetura residencial oitocentista, com planta retangular e dois pisos de volumetria. Os alçados estão circunscritos por pilastras de granito e por remate em cornija. No 1º piso tem seis janelas de guilhotina gradeadas e uma porta com inscrição por cima do lintel. No 2º piso tem seis janelas de guilhotina e uma de sacada com bandeira. Recentemente foi aprovado um projeto para a instalação de turismo de habitação neste imóvel.

Fotografia 92: Casa Grande, na Orca

17. Fontes de mergulho (duas), a Fonte da Rua da Fonte e a Fonte Figueiredo (Aldeia de Joanes) (IIM, Dec. n.º 67/97, DR n.º 301 de 31 dezembro 1997) - situam-se em Aldeia de Joanes, uma num largo junto à Capela de Nossa Senhora do Amparo, apresentando uma cobertura quadrada rasgada por arco de volta perfeita, e outra, de estrutura mais simples, numa das extremidades

da aldeia, também com tanque abaixo do nível do solo, sendo este encimado por cobertura quadrada com vão de moldura reta.

Fotografia 93: Fonte (Rua da Fonte), em Aldeia de Joanes

Fotografia 94: Fontes Figueiredo, em Aldeia de Joanes

18. Lagareta em Castelo Novo (IIM, Dec. n.º 67/97, DR de 31 dezembro 1997) - integrada no interior da aldeia de Castelo Novo, próximo da Casa da Comenda e da Casa de São Mateus, corresponde a um lagar composto por duas tinas escavadas num afloramento granítico, uma de maior dimensão com planta circular e outra de menor dimensão, com planta retangular. O seu acesso é assegurado por duas escadarias laterais, de largura generosa, por forma a facilitar a comodidade na subida com o carrego das uvas. Ao centro da tina existe um orifício onde era firmado o eixo helicoidal da prensa manual para espremer o "engaço", e no fundo existe, em forma de vazadouro, um orifício por onde escorria o mosto que, era recolhido numa pia mais pequena. Esta Lagariça de cariz familiar é representativa de uma arquitetura agrícola vernacular e foi provavelmente edificada entre o século VII e o século VIII, pelos romanos, visigodos ou até mesmo árabes.

Fotografia 95: Lagareta, em Castelo Novo

19. Cine-Teatro Gardunha (IIM, Edital de 16-01-2009 da CM do Fundão) – construído no Século XX, anos 40- 50, foi uma das principais salas de espetáculos da região. É um edifício de planta retangular com uma sala para cinema e teatro para 747 espectadores, entrada monumental em pirâmide edifício com 2 pisos e terraço. Está desativado desde o final do século XX, altura em que os cinemas sofreram grandes percas económicas causadas pela digitalização de imagem e Clubes de Vídeo.

Fotografia 96: Cine Teatro do Fundão

20. Fonte do Goducho ou Fonte do Mergulho (Solheira) (IIM, Edital n.º 1084/2010, DR, 2.ª série, n.º 211, de 29-10-2010) – construída na centúria de Quinhentos a fonte de mergulho do Goducho, é um modelo arquitetónico civil muito popularizado no nosso país que permitia um abastecimento em larga escala as populações, inspirado nas estruturas hidráulicas romanas. A Fonte do Goducho está situada na zona mais antiga da vila da Soalheira e apresenta planimetria retangular, sendo coberto por uma estrutura de cantaria que forma uma espécie de alpendre. Este espaço, rasgado por um vão em arco quebrado, é coroado com merlões e interiormente coberto com abóbada de berço. Originalmente dispunham-se no interior pequenos bancos de pedra.

Fotografia 97: Fonte do Goducho, na Soalheira

21. Casa do Cimo (Aldeia Nova do Cabo/Fundão) (MIM, Declaração de Retificação n.º 232/2018, de 27 março) -A Casa Nobre do Cimo situa-se na zona Sul da Aldeia Nova do Cabo. O imóvel encontra-se junto a um dos principais acessos à povoação, defronte à escola primária da aldeia, interessante projeto do arquiteto Adães Bermudes. A Casa do Cimo possuiu uma planta retangular de dois pisos destacando-se, ao nível da cobertura, um conjunto de trapeiras. Com as alterações urbanísticas que, ao longo dos anos, foram ocorrendo nesta localidade, o alçado principal da casa passou a ser o posterior. Atualmente o edifício construído em alvenaria de granito apresenta-se sem reboco com o aparelho à vista onde se destacam as molduras dos vãos de janela com a respetiva saia em cantaria, bem como o brasão de armas da família sobre a porta de entrada. No seu interior são visíveis alguns elementos construtivos importantes como a escadaria de pedra de granito que dá acesso ao primeiro piso e os soalhos e os tetos em madeira maciça.

Fotografia 98: Casa Alvaiázere, em Aldeia Nova do Cabo

Fotografia 99: Casa dos Maias, no Fundão

22. Casa dos Maias (Fundão) (MIM, Edital n.º 429/2018, de 30 abril) - situada na Praça do Município, onde se localizam a Câmara Municipal do Fundão, o Pelourinho e o Casino Fundanense, é uma construção de tipologia arquitetónica tardo-barroca (século XVIII). É uma casa composta por dois volumes, sendo de destacar o portal principal com moldura recortada e um átrio calcetado. É de destacar o jardim existente, que conserva as espécies

exóticas presentes, o espírito revivalista romântico que se integra na campanha de obras do século XIX. Recentemente reabilitado, apresenta os paramentos rebocados e pintados a branco. Na fachada principal é de destacar o embasamento em lajes de granito e um grande cunhal no gaveto de material idêntico. O portal principal ostenta um arco abatido de moldura recortada, ladeado por duas colunas toscanas assentes em plintos galbados, encimadas por frontão curvo interrompido para receber a sacada. Ainda no portal, tanto a pedra de fecho com as armas da época de D. Miguel Ataíde Malafaia, como as colunas, surgem rematadas por pináculos.

23. Edifício dos Paços do Concelho do Fundão (Fundão) (MIM, Edital n.º 722/2017, de 22 setembro) – encontra-se implantado na praça do Município, onde se situa o Pelourinho, numa plataforma elevada relativamente à Avenida da Liberdade. Na frontaria sobressai um pórtico antecedido por um alpendre de caraterísticas neoclássicas em granito com aparelho isódomo, onde, nas três faces inferiores, surgem arcos de volta perfeita, o principal com pedra de fecho decorada. Sobre este pórtico surge um varandim com guarda de balaústres para o qual se abre uma janela de sacada encimada por frontão interrompido onde se encontra inscrita a data de 1915, época em que se efetuaram as obras de adaptação do antigo edifício da Real Fábrica de Lanifícios do Fundão, fundado em 1755 por Marquês de Pombal, a Paços do Concelho. A fachada termina ainda num frontão triangular onde se encontra um relógio, sobrepujado de campanário com sineira. A fachada posterior correspondia à frontaria principal da Real Fábrica de Lanifícios. No interior destaca-se, o átrio de entrada devidamente calcetada com o brasão da cidade, átrio este que dá acesso ao piso superior através de uma escadaria de dois lanços divergentes com guardas de ferro forjado pintado a preto.

Fotografia 100: Antiga Real Fábrica de Lanifícios do Fundão/ C.M. do Fundão

24. Solar Vaz de Carvalho / Antigo Colégio de Santo António (Fundão) (MIM, Edital n.º 686/2018, de 27 julho) – situa-se na zona histórica da cidade, a sudoeste da igreja Matriz. O edifício principal tem dois pisos, as fachadas rebocadas e pintadas de branco com cunhais apilastrados e remates em friso e cornija igualmente em granito. O beiral é duplo na fachada principal e triplo na lateral virada a Sudoeste. Os vãos retangulares ostentam molduras de granito sendo a verga sensivelmente mais larga. O alçado principal, que hoje se encontra ocupado por lojas, possuía sete portas, e o piso superior, alinhadas com as portas, abrem-se seis janelas de sacada com guarda em ferro fundido. Ao centro da fachada principal encontra-se embutida uma pedra de armas em granito. A fachada lateral ostenta seis janelas gradeadas no piso térreo e,

superiormente, cinco janelas de sacada com guarda em ferro forjado de desenho mais recente, certamente do século XIX. No interior os salões ostentam notáveis tetos em masseira, assim como rodapés altos em madeira trabalhada, elementos estes de relevante interesse patrimonial. Integra uma pequena capela sem retábulo do século XIX, em mau estado de conservação, e um espaço verde nas traseiras, delimitado por gradeamento e com entrada pela Rua Padre Francisco Bento, onde existe um poço circular e uma fonte de mergulho situada a cerca de três metros abaixo do solo, com caraterísticas barrocas com bica carranca representando um fauno.

25. Castro da Argemela (Lavacolhos, Fundão) (SIM, Edital n.º246/2020, de 14 de fevereiro) - situa-se no topo de uma elevação a uma altitude de 746 m. Destaca-se na paisagem pela sua grande visibilidade sobre a vertente oriental da Serra da Estrela, sobre o rio Zêzere toda a extensão do fosso tectónico da Cova da Beira. O Castro da Argemela possuiu três linhas de muralha, bem como um eventual fosso na vertente meridional do monte, formando assim um importante sistema defensivo concêntrico orientado Noroeste/Sudoeste, polarizado ainda por uma pequena "acrópole". Foram detetados diferentes níveis de ocupação associados a estruturas, bem como a diferentes materiais, nomeadamente cerâmica decorada, mós manuais, peças líticas e elementos relacionados com a prática da metalurgia, apontando assim para uma ocupação prolongada no tempo entre a transição do II para o I milénio a.C. (finais da Idade do Bronze e derradeiros momentos da Idade do Ferro). O Castro da Argemela com cerca de 3000 anos de existência possuiu um inegável valor histórico, patrimonial e paisagístico que importa preservar, sendo mesmo um dos mais relevantes castros pré-históricos da Beira Baixa.

26. Antigo Convento do Seixo/Convento de Santo António do Fundão(Fundão) (Edital n.º 168/2021, de 5 de fevereiro) - é representativo de uma arquitetura renascentista e manuelina e situa-se em espaço rural, junto à EN 236 e nas proximidades do monumento a Nossa Senhora de Fátima. O Convento encontra-se em estado de ruína, restando apenas as estruturas do templo, o claustro e alguns anexos. Edificado em 1526, o Convento de Santo António do Fundão faz parte de um conjunto de conventos franciscanos edificados nas Beiras a partir da centúria de Quatrocentos. Apesar da sua fundação no primeiro quartel do século XVI, o convento do Fundão só seria inaugurado em 1577, sendo que foi alvo de campanhas de obras pontuais até aos finais de Setecentos. O conjunto é composto pela igreja e pelas dependências conventuais organizadas em torno do claustro. De planta retangular, a igreja possui fachada principal de sóbrias linhas maneiristas, dividida em dois registos, apresenta no primeiro uma arcada embebida na parede, com três arcos de volta perfeita, o do centro enquadrando o portal principal, os laterais, de moldura

Fotografia 101: Convento de Santo António, no Fundão

cega, com janelas. O piso superior tem uma janela ao centro ladeada por dois nichos monumentais e encimada por um terceiro nicho. O interior da igreja resulta das obras executadas no século XVIII, apresentando nave única com cabeceira retangular e abóbada de berço -originalmente em madeira policromada -um arco triunfal, dois confessionários e dois púlpitos laterais. A capela-mor, reedificada em 1738, possuía originalmente um imponente retábulo de talha, que em 1923 foi vendido para a Igreja Matriz de Partida. O claustro, de dois pisos, congrega em seu torno as antigas dependências conventuais, nomeadamente o refeitório e cozinha, o scriptoria, a biblioteca, adega e oficinas. O piso superior destinava-se às celas dos frades, à casa de hóspedes e respetiva enfermarias.

8.3.4 Imóveis em Vias de Classificação

27. Centro de Interpretação das Rotas da Transumância / Palácio do Picadeiro (Anúncio n.º 197/2015, DR, 2.ª série, n.º 160, de 18-08-2015) – este solar de planta retangular, com dois pisos e fachada principal simétrica, é representativo de uma arquitetura residencial barroca. Foi mandado construir nos finais do século XVIII por Francisco Lopes Sarafana Correia da Silva, sobre uma construção que teria sido residência dos Jesuítas, para depois a abandonar no século XIX e a arrendar ao tribunal da comarca. Este palácio, que se destaca no aglomerado pela sua singularidade e pela sua implantação, é antecedido por um grande pátio murado, com obeliscos a marcar os ângulos e vários bancos na face interna do muro. Apesar do péssimo estado de conservação, é possível verificar que o desenvolvimento interno se fazia a partir de duas escadarias dispostas longitudinalmente face à fachada principal. A recuperação deste imóvel está prevista para breve.
28. Vias antigas em Alpedrinha e Castelo Novo (Despacho de 27-02-1991) - correspondem a troços de vias com origem no período romano e medieval, que apresentam traçados curvilíneos, de tendência retilínea. A pavimentação é em blocos de granito alinhados lateralmente e com configuração irregular na faixa de rodagem. No total, compreendem seis vias, que se desenvolvem numa extensão, agora descontínua, com, aproximadamente, 765 metros, sendo de referir que: a via compreendida entre o largo. D. João V (Alpedrinha) e o lugar - Portela, em direção a Alcongosta, tem cerca de 190 metros; a via compreendida entre a EN18 e o lugar de São Brás, em direção a Castelo Novo, tem cerca de 200 metros, integrando também, junto à Ribeira de Alpreade, uma pequena ponte semissoterrrada resultante da alteração do curso da ribeira; a via que parte do lugar de Barcelos, na periferia de Alpedrinha, em direção ao Lugar de Carvalhal Redondo, tem cerca de 170 metros; a via que parte do Lugar de Barcelos, na periferia de Alpedrinha, em direção ao Lugar de Nogueirões, tem cerca de 50 metros; a via que parte da ribeira de Alpreade, passando pelo Cemitério de Castelo Novo, tem aproximadamente 95 metros e, finalmente, a via compreendida entre o Lugar das Gândaras e o Lugar da Ponte Velha, tem cerca de 60 metros.

29. Ruínas Romanas da Quinta do Ervedal (Castelo Novo/Fundão) (Proposta de 27-05-2019 da DRC do Centro para a abertura de procedimento de classificação de âmbito nacional. Despacho de abertura de 8-08-2019 da diretora-geral da DGPC) - a Quinta do Ervedal implanta-se na base da vertente sul da Serra da Gardunha, onde a nascente corre a Ribeira de Alpreade. A dispersão dos vestígios abarca sensivelmente uma área de dez hectares. Os dados recolhidos nas escavações arqueológicas realizadas permitem identificar este local como um *vicus*com uma ocupação balizada entre o início do século I d.C. e o século VI/VII. A norte/noroeste conhecem-se diversos sítios arqueológicos com uma cronologia coeva, nomeadamente Ervedal II, IV, VI e VII e vários troços de estradas, as designadas vias romanas de Alpedrinha a Castelo Novo. Até à data, foram postos a descoberto dois complexos termais, separados por trinta metros, que terão funcionado simultaneamente. Com características distintas, o mais pequeno – *balneum* I, tem indícios de uma estrutura privada, integrado numa *domus*, enquanto que o *balneum* II, corresponderá a um equipamento público.

30. Seminário Menor do Fundão (Donas) (Edital n.º 258/2019, DR, 2.ª série, n.º 30, de 12-02-2019) – situado na periferia da Cidade, junto à saída da A23 para o Fundão, é um conjunto isolado, que, para além da função religiosa, integra uma escola. O edifício do seminário está implantado num amplo terreno murado, com planta de forma quadrangular, e com um claustro de alguma dimensão, no miolo da sua construção.

Fotografia 102: Seminário Menor do Fundão

31. Antiga Capela de São Pedro (Capinha) (Despacho de 15-05-2020 da DGPC a determinar a abertura do procedimento de classificação de âmbito nacional) - Antiga Capela de S. Pedro (Capinha) – este imóvel está situado a Sudeste do aglomerado de Capinha, junto à estrada e próximo da Ribeira da Meimoa.

8.4 OUTROS IMÓVEIS COM INTERESSE

Tendo em atenção o PDM em vigor, o inventário efetuado pelo Ministério da Cultura e o trabalho de campo realizado, foram identificados alguns imóveis que se consideram possuir algum valor, devendo, por isso, ser preservados. Alguns destes imóveis possuem linhas marcadamente urbanas, outros são de feição mais rural, mais ligados à propriedade. Podem ser exemplos de: Arquitetura Religiosa, Arquitetura Industrial, Arquitetura Civil Privada, Arquitetura Civil Pública e Estruturas de Apoio.

Arquitetura Religiosa

1. Igreja Matriz de Alcaide - integrada no interior do aglomerado de Alcaide, foi construída no século XIII e tem características romanas. A atual igreja resulta da ampliação da antiga e

compreende três naves sustentadas pelas paredes e por oito colunas interiores. Na capela-mor foi recentemente descoberto um arco romântico, onde se encontrava venerada a imagem de Cristo Crucificado.

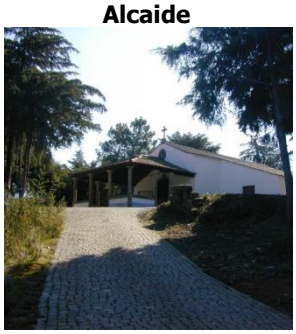
2. Capela S. Francisco de Assis, em Alcaide – esta capela, de uma nave, encontra-se adossada ao cemitério de Alcaide, tendo sido construída em 1678, como sede da Ordem Terceira de S. Francisco. Localiza-se na periferia do aglomerado, junto à estrada que o atravessa.
3. Capela Espírito Santo, em Alcaide – situada na entrada Nascente de Alcaide, é uma das mais antigas capelas do aglomerado, tendo sido construída em 1608. Esta capela possui também um campanário que tem a particularidade de ter dois púlpitos, um dos quais no exterior. Recentemente foi alvo de obras de beneficiação. Ao lado da capela situa-se um calvário, implantado numa plataforma sobrelevada.
4. Capela de S. Macário, em Alcaide – é uma das ermidas da freguesia e está integrada, fora da povoação de Alcaide, num local elevado e florestado. Em redor da capela está instalado um parque de merendas e um espaço amplo para as romarias.

Fotografia 103: Igreja Matriz de Alcaide

Fotografia 104: Capela S. Francisco de Assis, Alcaide

Fotografia 105: Capela Espírito Santo, Alcaide

Fotografia 106: Capela de S. Macário, Alcaide



5. Igreja Matriz de Alcaria – situada no interior da malha urbana do aglomerado de Alcaria, corresponde a uma estrutura austera, de feição arquitetónica muito provavelmente setecentista, que integra, adossado a um dos flancos, um pequeno torreão sineiro que suporta o campanário com dois sinos.

6. Capela de N. Sr.ª das Necessidade, em Alcaria – implantada num amplo espaço situado na periferia do núcleo consolidado mais antigo, é uma pequena capela, que é alvo de uma romaria anual. Na sua fachada principal tem inscrita a data da sua construção - 1878.

7. Igreja Matriz de Alcongosta – corresponde a um edifício de traça arquitetónica seiscentista, com um gosto maneirista, integrado no interior da aldeia de Alcongosta. Tem adossada à fachada principal uma austera torre sineira.

Fotografia 107: Igreja Matriz de Alcaria

Fotografia 108: Capela de N. Sr.ª Necessid., em Alcaria

8. Capela de S. Francisco, em Alcongosta – é uma pequena capela de uma só nave que se encontra implantada paralelamente ao arruamento viário que atravessa o aglomerado e dá acesso à Serra da Gardunha.

9. Capela de S. Sebastião, em Alcongosta – situa-se num largo, um pouco mais acima relativamente à capela de S. Francisco. É uma pequena capela alpendrada, do período tardo-medieval, de uma só nave.

Fotografia 109: Igreja Matriz de Alcongosta

Fotografia 110: Capela de S. Francisco, em Alcongosta

Fotografia 111: Capela de S. Sebastião, em Alcongosta

10. Igreja Matriz de Aldeia Nova do Cabo – de tipologia barroca, é uma igreja bastante interessante, que se localiza num adro sobrelevado relativamente à cota da praça principal de Aldeia Nova do Cabo e que tem acesso por uma escadaria central. Tem na sua fachada um pórtico rematado por recortes e contracurvas e, num dos flancos, uma bem proporcionada torre sineira.

11. Igreja Matriz de Alpedrinha – representativa de uma estrutura de cariz quinhentista, mais concretamente do período de transição renascentista maneirista, foi alterada posteriormente, no século XVII e XVIII, com a construção das duas torres que a adoçam lateralmente. Situa-se

no interior da malha urbana, num adro elevado, que vence a topografia acidentada do aglomerado e que tem acesso por escadarias laterais.

12. Igreja e Lar da Misericórdia, em Alpedrinha – este conjunto situa-se junto ao arruamento principal que atravessa Alpedrinha e é representativo de uma arquitetura religiosa tardo-barroca. A igreja é um belo templo de graciosa traça barroca que é acessível através de ampla escadaria fronteira, que tem adossado o edifício do lar de idosos.

Fotografia 112: Igreja Matriz de Aldeia Nova do Cabo

Fotografia 113: Igreja Matriz de Alpedrinha

Fotografia 114: Igreja e Lar da Misericórdia, em Alpedrinha

13. Capela de S. Sebastião, em Alpedrinha - esta pequena capela ergue-se numa zona inclinada sobranceira à Vila e junto à calçada romana que liga Alpedrinha a Castelo Novo. Foi provavelmente edificada no século XVII, pelos padres Jesuítas, que tinham o seu convento no Palácio do Picadeiro. É representativa de uma arquitetura religiosa vernácula. Tem uma planta longitudinal de uma nave, um alpendre e capela-mor.
14. Capela de Santo António, em Alpedrinha – situa-se num amplo espaço sobranceiro à Ribeira que atravessa Alpedrinha e na entrada da Vila. Esta capela, construída em 1830, é de uma só nave e tem na fachada principal um pórtico encimado por uma janela.
15. Capela do Anjo da Guarda, em Alpedrinha – de tipologia vernacular seiscentista, é uma pequena capela alpendrada composta por nave única e capela-mor. A sacristia está adossada ao alçado lateral esquerdo. Tem na fachada principal um portal de arco abatido, ladeado por uma janela e encimado por óculo quadrilobado. Esta pequena capela situa-se junto à estrada principal num terreno algo desnivelado, que é vencido por patamares murados e empedrados.

Fotografia 115: Capela de S. Sebastião, em Alpedrinha

Fotografia 116: Capela de Santo António, Alpedrinha

Fotografia 117: Capela do Anjo da Guarda, Alpedrinha

16. Capela do Espírito Santo, em Alpedrinha – é representativa de uma arquitetura maneirista e barroca, tendo sido construída no final do século XVII. É uma capela de pequena dimensão, integrada no interior da estrutura urbana de Alpedrinha, de uma só nave, com capela-mor. O pequeno campanário e a sacristia estão adossados à fachada principal.
17. Igreja de Atalaia do Campo – situado no interior do aglomerado, é um templo paroquial que remonta ao período oitocentista (1876-1889), embora recuperando um modelo antecedente de gosto barroco. A igreja tem adossada uma torre sineira e na fachada principal um pórtico e dois janelões gradeados.
18. Capela de Santo António, em Atalaia do Campo – implantada paralelamente ao arruamento principal, num largo já bastante descaracterizado pelas construções existentes, assinalava a entrada meridional da antiga vila. Foi construída no século XVII e recentemente restaurada.
19. Igreja Matriz de Barroca – integrada no interior da estrutura urbana de Barroca, junto à Casa Grande, é uma igreja de feição arquitetónica setecentista, tendo sido construída em 1768.
20. Capela N. Sr.ª da Rocha, em Barroca – sobranceiro ao aglomerado de Barroca e ao Rio Zêzere, num ponto elevado e isolado, ergue-se o templete invocando a Nossa Senhora da Rocha. A capela é de cariz oitocentista, tendo sido recuperada em 1931.
21. Capela Mortuária, em Barroca – é uma pequena capela situada no interior do aglomerado de Barroca junto a um pequeno largo onde atualmente se localiza um espaço de lazer. É revestida de pedra e tem na fachada principal um pórtico encimado por um óculo redondo.

Fotografia 118: Igreja de Atalaia do Campo

Fotografia 119: Capela N. Sr.ª da Rocha, em Barroca

Fotografia 120: Capela Mortuária, em Barroca

22. Igreja Matriz de Capinha – representativa de uma arquitetura maneirista e barroca, situa-se num adro ajardinado com coreto, junto a uma das entradas de Capinha. É uma igreja de alguma dimensão que tem adossada uma torre sineira, sendo que na fachada existe um pórtico em arco redondo, encimado por um óculo de moldura circular perfurada por oito aberturas foliadas.
23. Capela de Santo António, em Capinha – implantada num adro pavimentado, circundado por casas de habitação algo descaracterizadas, está situada no interior da malha urbana de Capinha, sendo representativa de uma arquitetura religiosa maneirista. Foi construída no século XVII, mais precisamente em 1664. É uma capela de planta simples, com nave e alpendre fechado, que tem na fachada principal um portal axial de volta perfeita e um alpendre com púlpito, assente em pilares e colunas toscanas. Junto da capela está um calvário com três cruzes.
24. Igreja Matriz de Castelejo – situada junto à via que atravessa o aglomerado, é uma estrutura de razoável dimensão que evidência uma traça arquitetónica ao gosto barroco, provavelmente do período setecentista. A igreja, recentemente revestida a azulejo de gosto duvidoso, tem na fachada principal um pórtico de lintel arqueado rematado por um gracioso frontão e encimado por um janelão gradeado. A torre sineira, de dimensão equilibrada, está adossada à Igreja Matriz de Castelejo.
25. Capela de Santa Luzia, em Castelejo – localizada num amplo espaço sobranceiro ao aglomerado de Castelejo constitui, em conjunto com o restante santuário, razão para uma importante romaria da região. Este templo foi construído na primeira metade do século XVIII, e tem na fachada principal um pórtico rematado por um interessante frontão, ladeado por duas janelas gradeadas e encimado por um óculo também gradeado.

Fotografia 121: Igreja Matriz de Capinha

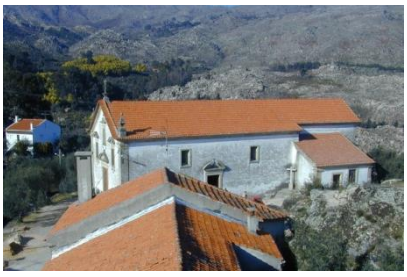
Fotografia 122: Capela de Santo António, em Capinha

Fotografia 123: Igreja Matriz de Castelejo

Fotografia 124: Capela de Santa Luzia, em Castelejo

26. Igreja Matriz de Castelo Novo – situada na vertente Norte do aglomerado junto ao Castelo é uma construção que remonta ao período medieval, tendo sido totalmente remodelada no século XVIII. No seu interior possui elementos representativos do estilo barroco.
27. Igreja da Misericórdia de Castelo Novo – integrada na estrutura urbana da aldeia, no Terreiro da Misericórdia, foi provavelmente construída no século XVII, tendo sido restaurada já na segunda metade do século XX. É uma capela representativa de uma arquitetura maneirista, de nave única e com sacristia adossada à fachada.
28. Capela de Santo António, em Castelo Novo – de tipologia vernácula e de construção medieval, é uma capela muito simples de espaço único, com cobertura de madeira em masseira e que tem na fachada principal um portal de volta perfeita, rematado em empena, e um sino no vértice direito. Situa-se no interior do aglomerado urbano, num pequeno largo caracterizado como adro, nas proximidades da Antiga Casa da Câmara e do Castelo.

Fotografia 125: Igreja Matriz de Castelo Novo



Fotografia 126: Igreja da Misericórdia de Castelo Novo

Fotografia 127: Capela de Santo António, em Castelo Novo

29. Igreja Matriz das Donas – corresponde a uma construção seiscentista que se situa a muito curta distância do Paço das Donas e que tem adossada, num dos flancos, a Capela dos Pancas, afeta a um antigo morgadio instituído pelos senhores de Pancas. Esta é dotada de robustos botaréus angulares, em ambos os cunhais exteriores, e é rematada, ao alto, por uma combinação de arquitrave renascentista com coruchéus artesoados ao gosto manuelino.

30. Igreja Matriz e Torre Sineira de Escarigo – integrada no interior do aglomerado, junto ao arruamento que o atravessa, está implantada no centro de um pequeno largo de traçado irregular. É uma igreja de dimensão mediana, que apresenta uma arquitetura com traços setecentistas e que tem adossada à cabeceira uma torre sineira que suporta um campanário de dupla ventana.

Fotografia 128: Igreja Matriz das Donas

31. Igreja Matriz de Salgueiro – de tipologia seiscentista, tem numa das janelas a inscrição de 1721, tendo sido restaurada já no início do século XX. Situada no interior da malha urbana de Salgueiro, tem na sua fachada principal um pórtico em arco redondo encimado por uma janela também recortada com o mesmo formato, e uma torre sineira com duplo campanário, num dos flancos.

32. Capela de S. Sebastião, em Fatela – situa-se num terreno de alguma dimensão, isolado e murado, no extremo do aglomerado de Fatela, junto ao cemitério. É uma pequena capela alpendrada que tem acesso por uma pequena escadaria que vence o desnível face à cota da rua para o espaço onde se situa, cujo estado é bastante mau.

Fotografia 129: Igreja Matriz e Torre Sineira de Escarigo

Fotografia 130: Igreja Matriz de Salgueiro

Fotografia 131: Capela de S. Sebastião, em Fatela

33. Igreja Matriz do Fundão – representativa de uma arquitetura religiosa maneirista e barroca, situa-se no interior do centro histórico do Fundão, junto a diversos edifícios habitacionais de famílias abastadas e à Igreja da Misericórdia. É uma igreja de planta longitudinal de uma nave, com uma capela-mor mais estreita e baixa, uma sacristia e duas torres sineiras adossadas. A fachada principal é marcada pelo portal em arco de volta perfeita encimado por frontão interrompido e ladeado por óculos circulares.

34. Capela de N. Sr.ª da Conceição, no Fundão – integrada num dos extremos da Cidade, num largo circundado por alguns edifícios incaracterísticos, é de tipologia maneirista, tendo sido construída em 1561, por ordem de João Dias e mais tarde, em 1680, reconstruída e acrescentado o alpendre. É, portanto, uma capela alpendrada de planta longitudinal simples, de uma nave, com a capela-mor mais estreita e alta, e sacristia adossada. A fachada principal,

orientada para o largo, tem um portal em arco de volta perfeita, com moldura em aresta boleada.

Fotografia 132: Igreja Matriz do Fundão

Fotografia 133: Capela de N. Sr.ª da Conceição, no Fundão

35. Capela de Nossa Senhora da Luz, no Fundão – representativa de uma arquitetura vernácula quinhentista, esta capela está implantada num outeiro murado e isolado situado nas proximidades do Seminário do Fundão. É uma capela de planta longitudinal simples com nave adossada ao lado esquerdo, que tem na fachada principal um portal em arco abatido, ladeado por uma janela, e, no interior, um retábulo de talha policromada com apontamentos decorativos barrocos.

Fotografia 134: Capela de Nossa Senhora do Seixo/ Capela do Miradouro, no Fundão

36. Capela de N. Sr.ª do Seixo/ Capela do Miradouro, no Fundão – de tipologia maneirista e barroca, é uma capela alpendrada de uma nave e com sacristia adossada. Na fachada principal tem um portal em arco abatido, ladeado por janelas com as extremidades curvas. Está situada na Quinta do Convento, nas proximidades do Convento de Santo António, e encontra-se envolvida por eucaliptal. Foi construída no século XIV, por ordem de Miguel Antunes da Costa e sua mulher, D. Maria, e no século XVII passou a ser denominada Capela do Miradouro, tendo sido posteriormente, em 1668, reconstruída pelos monges do Convento de Santo António.
37. Capela de S. Sebastião, no Fundão – de tipologia barroca e construída em 1777 por ordem da família Vaz de Carvalho, reaproveitando a estrutura anterior do início do século XVI, está situada num local isolado sobranceiro à Cidade, correspondendo a uma capela de planta simples com nave e capela-mor mais estreita, que tem na fachada principal um portal em arco abatido, encimado por frontão e ladeado por janelas. Está implantada num adro murado com acesso

por portão metálico junto à fachada principal. No interior do adro, surgem algumas lápides funerárias e, no exterior, em frente à fachada principal, situa-se um cruzeiro.

38. Capelas do Calvário, no Fundão – situa-se no mesmo largo que a Capela do Espírito Santo, junto da EN18. É uma interessante capela alpendrada, embora se encontre algo degradada.

Fotografia 135: Capela de Santo António, no Fundão

Fotografia 136: Capela de S. Sebastião, no Fundão

Fotografia 137: Capelas do Calvário, no Fundão

39. Igreja Matriz de Lavacolhos – é uma estrutura de mediana dimensão, de uma incaracterística traça oitocentista (1890), situada num pequeno largo interior da malha urbana, para onde confinam diversos arruamentos. A fachada principal tem um portal em arco redondo encimado por um pequeno óculo de recorte estrelado. Adossada está uma torre sineira dotada de um campanário de dupla ventana, de um gosto "abarrocado".
40. Igreja Matriz e Torre Sineira de Mata da Rainha – de tipologia oitocentista é um templo que se situa num dos extremos do aglomerado, num local sobranceiro à paisagem e junto ao torreão sineiro.
41. Igreja Matriz de Orca – esta igreja encontra-se integrada no interior do aglomerado de Orca, em frente à Casa Grande, correspondendo a um templo paroquial de raiz seiscentista, com posterior reforma no início do século XVIII. A fachada é composta por um pórtico encimado por uma janela e por uma torre sineira adossada, de elevada altura.
42. Igreja de Zebras (Orca) – localizada num dos extremos da povoação, é uma igreja simples revestida a pedra de pequena dimensão.

Fotografia 138: Igreja Matriz de Lavacolhos

Fotografia 139: Igreja Matriz e Torre Sineira de Mata da Rainha

Fotografia 140: Igreja Matriz de Orca

Fotografia 141: Igreja de Zebras

43. Igreja Matriz de Pêro Viseu – representativa de uma arquitetura seiscentista/ setecentista, esta igreja é de uma nave, com uma capela-mor mais estreita e baixa e sacristia adossada. A torre sineira está implantada no adro. Está situada no cimo da povoação, orientada para um pequeno largo e implantada num adro sobrelevado que tem acesso por escadaria dianteira.
44. Capela do Espírito Santo, em Pêro Viseu – corresponde a um austero, mas atraente exemplar de uma arquitetura tardo-medieval, muito possivelmente já quinhentista. Na fachada principal tem pórtico aberto em arco apontado, ladeado por duas pequenas janelas e adossado um púlpito exterior de bacia circular em pedra lavrada.
45. Capela S. Romão, em Pêro Viseu – esta pequena capela está perfeitamente integrada na estrutura urbana do aglomerado de Pêro Viseu, sendo constituída por um volume simples de planta longitudinal, orientada a Oeste. Na sua fachada principal destaque-se um pórtico encimado por cruz.

Fotografia 142: Igreja Matriz de Pêro Viseu

Fotografia 143: Capela do Esp. Santo, em Pêro Viseu

Fotografia 144: Capela S. Romão, em Pêro Viseu

46. Igreja Matriz de Silvares – situada num espaço confinante com a estrada que atravessa o aglomerado (EN238), está orientada a Oeste e implantada num pequeno adro gradeado com acesso por um pequeno portão.

47. Capela de Espírito Santo, em Silvares – enquadrada num pequeno largo junto ao arruamento que atravessa o interior da malha urbana de Silvares, é uma capela de pequena dimensão que tem apenas na sua fachada principal um pórtico.
48. Capela de S. Sebastião, em Silvares – é uma pequena capela situada no mesmo arruamento que a capela de Espírito Santo, num pequeno largo rodeado de edifícios.
49. Capela N. Sr.ª de Fátima, em Silvares – esta capela está situada junto à EN238 num adro elevado e sobranceiro ao vale da Ribeira do Moinho. Possui um portal, ladeado por duas pequenas janelas e encimado por um óculo de recorte estrelado e tem adossada à fachada principal uma torre sineira.
50. Santuário de Santa Luzia, em Silvares – está integrado num ponto elevado no interior do aglomerado de Silvares, com acesso por extensa escadaria.

Fotografia 145: Igreja Matriz de Silvares

Fotografia 146: Capela de Espírito Santo, em Silvares

Fotografia 147: Capela de S. Sebastião, em Silvares

Fotografia 148: Capela N. Sr.ª de Fátima, em Silvares

Fotografia 149: Santuário de Santa Luzia, em Silvares

51. Igreja Matriz de Soalheira – representativa de uma arquitetura religiosa oitocentista, esta igreja está situada num dos extremos do aglomerado. Corresponde a uma estrutura ampla, dotada de uma torre sineira encaixada num dos flancos, implantada numa plataforma elevada e resguardada por muretes. É composta por nave única, com coro-alto e uma capela-mor mais estreita. Na fachada principal tem um portal em arco abatido e um janelão retangular. No interior, é de destacar o retábulo de estrutura e a decoração rococó.

52. Capela de N. Sr.ª das Necessidades, em Soalheira – de tipologia seiscentista e de traça maneirista, é uma capela de nave única com o coro-alto, a capela-mor e uma sacristia adossada. Tem na fachada principal um portal com frontão e cornija e, no interior, o retábulo principal é em talha policromada do estilo maneirista e os retábulos laterais de estilo rococó. A capela situa-se num adro ajardinado de grande dimensão, onde também se localizam um cruzeiro e um coreto.
53. Igreja Matriz de Souto da Casa – esta igreja é uma edificação de alguma dimensão, de aspeto setecentista e com uma torre sineira adossada a um dos flancos. Na fachada principal o pórtico abre-se em arco redondo, inscrito em moldura retangular, encimado por um janelão gradeado.
54. Capela de S. Gonçalo, em Souto da Casa – integrada num largo de Souto da Casa, circundado por diversos edifícios, é uma interessante capela que neste momento se encontra bastante degradada, quase em ruína. Tem na fachada um pórtico encimado por um óculo redondo e num dos vértices um pequeno campanário.

Fotografia 150: Igreja Matriz de Soalheira

Fotografia 151: Capela de N. Sr.ª das Necessidades, em Soalheira

Fotografia 152: Igreja Matriz de Souto da Casa

Fotografia 153: Capela de S. Gonçalo, em Souto da Casa

55. Igreja Matriz de Vale Prazeres – de dimensão considerável é um templo, de cariz setecentista barroco, que está integrado no interior da malha urbana do aglomerado. Devido ao declive do terreno a igreja está sobrelevada, tendo acesso por alguns degraus dianteiros. Na fachada principal tem um pórtico com frontão, encimado por uma janela que serve de iluminação ao coro da igreja.
56. Capela de Espírito Santo, em Vale Prazeres – é uma pequena capela inserida no interior do aglomerado de Vale de Prazeres, que integra um pórtico de volta inteira, e que remonta ao período seiscentista.
57. Capela de Cortiçada (Vale Prazeres) – integrada no interior do pequeno aglomerado de Cortiçada, é uma capela revestida a pedra que tem na fachada principal um pórtico encimado por uma janela retangular, por um campanário e por uma cruz.
58. Igreja Matriz de Valverde – é uma bela estrutura de feição arquitetónica setecentista ao gosto barroco, de razoável dimensão, harmoniosa traça e dotada de uma torre sineira colocada ao

seu lado. Está localizada num espaço amplo com adro elevado e calcetado, onde se situa um cruzeiro em granito com a data de 1711. No seu interior, é de destacar uma pia batismal de avultado interesse artístico.

59. Capela de S. Marcos, em Valverde

Fotografia 154: Igreja Matriz de Vale de Prazeres

Fotografia 155: Capela de Espírito Santo, em Vale Prazeres

Fotografia 156: Capela de Cortiçada (Vale Prazeres)

Fotografia 157: Igreja Matriz de Valverde

Arquitetura Civil Privada

Está representada por diversos imóveis, cuja existência comprova a importância que alguns aglomerados do concelho tiveram no passado, dos quais se destacam os seguintes:

60. Casa João Franco, em Alcaide – situado na rua principal do aglomerado, próximo dos antigos Paços Municipais de Alcaide e da Igreja Matriz. É uma construção de estilo revivalista de meados do século XIX para residência da família Castelo Branco, onde residiria o conselheiro João Franco. É uma casa de planta retangular com dois pisos e mansarda, contendo a fachada principal um portal central encimado por uma janela de sacada, por vãos de verga reta, no primeiro piso, e em arco apontado, no segundo, de inspiração gótica. À frente do edifício existe um pequeno jardim murado e gradeado.
61. Casa do Visconde de Alcaide – de tipologia isolada, é uma moradia implantada num terreno ajardinado e murado com alguma dimensão. Tem dois pisos de volumetria e tem a sua planta é quadrangular. Localiza-se num dos extremos do aglomerado, diante da Capela de Santo António, tendo sido a residência do Visconde de Alcaide.

62. Casa Solarenga na Travessa de Espírito Santo, em Alcaide – enquadrada numa das ruas estreitas do aglomerado, na mesma rua que a casa do Visconde de Alcaide, é uma casa bastante interessante, tanto pela sua grandeza como pela traça arquitetónica que apresenta. Este imóvel tem dois pisos de volumetria e mansarda, sendo os vãos do primeiro piso em verga reta e os do segundo em arco apontado.
63. Casa do Largo, em Alcaide – situada no largo central de Alcaide, é uma casa de esquina com dois pisos, possuindo entrada alpendrada ao nível do segundo piso e janelas de verga reta. É um imóvel bastante interessante que, pela sua tipologia e interesse arquitetónico, qualifica o conjunto urbano em que se insere.

Fotografia 158: Casa João Franco, em Alcaide

Fotografia 159: Casa do Visconde de Alcaide

Fotografia 160: Casa Solarenga, em Alcaide

Fotografia 161: Casa do Largo, em Alcaide

64. Solar da Quinta do Ortigal/ Casa Grande do Ortigal (Alcaria) – integrado na Quinta do Ortigal pertencente à freguesia de Alcaria, constitui um interessante exemplo de arquitetura quinhentista de tipologia barroca. É uma casa brasonada de dois pisos com a capela adossada. Atualmente, este conjunto está bastante degradado, praticamente em ruína.

Fotografia 162: Quinta do Ortigal, em Alcaria

65. Casa Tristão, em Alcongosta – situa-se no interior de Alcongosta, na rua principal do aglomerado que dá acesso à Serra da Gardunha. Com três pisos, possui varandas de sacada no segundo piso e no último pequenas janelas de peito. O edifício foi residência de Manuel Tristão.

Fotografia 163: Casa Tristão, em Alcongosta

66. Quinta do Paço, em Aldeia de Joanes – esta quinta está enquadrada no interior da Aldeia de Joanes, sendo que o edifício não confina com a via pública. Está recuado e disposto para os terrenos agrícolas da quinta.
67. Casa de Nossa Senhora de Fátima, em Aldeia Nova do Cabo – esta casa brasonada com capela adossada, tem dois pisos de volumetria e é de interessante tipologia arquitetónica quinhentista. Situa-se num arruamento estreito que dá acesso à EN 238. Atualmente, este edifício é utilizado como colégio.
68. Casa do Terreiro, em Aldeia Nova do Cabo - situada numa das extremidades do aglomerado, é uma casa quinhentista de cor rosa, com dois pisos de volumetria, tendo a Capela de S. Miguel Arcanjo adossada. Este interessante imóvel está recuado relativamente ao arruamento e integrado num espaço ajardinado, gradeado. Encontra-se bastado degradado.
69. Casa do Conde de Tondela, em Aldeia Nova do Cabo – situado numa zona central do aglomerado, junto ao arruamento que o atravessa, é um edifício com dois pisos, mansarda e capela adossada. Este interessante imóvel, com varandas no primeiro piso está a ser utilizado pela sede da Junta de Freguesia de Aldeia Nova do Cabo.
70. Casa dos Condes de Idanha, em Aldeia Nova do Cabo – situado num dos extremos do aglomerado, junto ao arruamento que o atravessa, este edifício já foi propriedade dos Condes de Idanha e depois da família Trigueiros. É um edifício de grande dimensão, com dois pisos, capela adossada e com grande área de terreno na propriedade da Quinta.

Fotografia 164: Casa de N. Sr.ª de Fátima, em Aldeia Nova do Cabo

Fotografia 165: Casa do Conde de Tondela, em Aldeia Nova do Cabo

Fotografia 166: Casa dos Condes de Idanha, em Aldeia Nova do Cabo

71. Casa da Comenda, em Alpedrinha (Fotografia 167) – situada nas proximidades da Igreja Matriz, supõe-se que seja anterior a esta e que tenha pertencido à Ordem de Cristo. Esta casa está rodeada de um quintal de grande dimensão muralhado e ajardinado, tendo pertencido ao comendador D. João Mascarenhas, III conde do Sabugal, que, pelos anos de 1685, era comendador de Alpedrinha. Entretanto teve vários donos, sendo agora pertença da Sr.ª D. Maria Isabel Boavida Godinho Carmona e do Sr. Eng.º Henrique Magalhães Carmona, que, em 1990, a transformou num Turismo de Habitação.
72. Solar dos Britos/ Casa do Pátio, em Alpedrinha – esta grande mansão com três pisos foi construída no século XVII, tendo sido ampliada no século XVIII e já no século XX dividida em vários apartamentos. De tipologia barroca, é uma casa comprida de planta retangular, que tem na fachada principal vários vãos dispostos uniformemente, com janelas de sacada com guardas de metal no 1ºpiso e, maioritariamente, de peitoril no superior. Situa-se num local sobranceiro a Alpedrinha, tendo a sua fachada principal orientada a Nascente.
73. Solar dos Pancas/ Casa das Senhoras Mendes, em Alpedrinha (Fotografia 168) – encontra-se adossado à Capela do Leão e disposto para um pátio gradeado e para o arruamento que dá acesso aos antigos Paços do Concelho. Este solar de três pisos, apresenta uma arquitetura oitocentista, de planta em L, estruturada em torno de uma escadaria central. Na fachada tem janelas de sacada e de guilhotina, com molduras de cantaria. Foi construído em 1859 e, em 1963, foi adquirido pela Santa Casa da Misericórdia de Alpedrinha.

Fotografia 167: Casa da Comenda, em Alpedrinha

Fotografia 168: Solar dos Pancas, Alpedrinha

74. Casa Solarenga, em Atalaia do Campo – situada em frente à Igreja Matriz é um exemplar de arquitetura civil, de caráter habitacional quinhentista.

Fotografia 169: Casa Redonda, em Bogas de Cima

75. Casa Grande, em Barroca – construída em 1783 por iniciativa do cónego Dr. Francisco Gonçalves, foi recentemente propriedade da família Fabião e, em 2002, adquirida pela autarquia do para instalar a Casa da Cultura. De tipologia setecentista, é uma casa de planta retangular, com dois pisos, composta pela zona residencial e por uma capela. A capela possui um portal com moldura recortada e intensamente decorado. À data do levantamento, este edifício encontrava-se em obras, bem diferente do que terá sido.

Fotografia 170: Casa do Vale Dourado e Pombal Anexo, em Capinha

76. Casa Redonda, em Bogas de Cima - perfeitamente enquadrada no interior do aglomerado de Bogas de Cima, é um edifício que se destaca pela sua configuração redonda, por ser revestido por xisto e por possuir adornos decorativos nos diversos vãos.

77. Casa do Vale Dourado e Pombal Anexo, em Capinha – situada na vertente Norte do aglomerado, está implantada numa encosta orientada para Sul. É uma grandiosa mansão, da centúria de setecentos, de grande prestígio arquitetónico. Encontra-se em estado de ruína, uma vez que recentemente foi afetada por um enorme incêndio que levou à morte os recentes proprietários.

Fotografia 171: Solar na Rua da Roseira, em Capinha

78. Solar na Rua da Roseira, em Capinha – implantado numa plataforma sobrelevada face à cota do arruamento que atravessa o aglomerado, está disposto para Nascente, sendo sobranceiro ao vale de um afluente da ribeira das Poldras.

Fotografia 172: Casa do Adro, em Capinha

79. Solar de S. João, em Capinha – de tipologia arquitetónica setecentista, corresponde a um solar de planta retangular, com dois pisos, com capela adossada. Sendo o primeiro piso destinado a arrumos e o segundo à zona residencial. A casa está integrada num amplo jardim organizado em patamares e murado,

estando adossada a um edifício de habitação. Foi construído em 1705 e remodelado no século XIX.

80. Casa do Adro, em Capinha (Fotografia 172) – situada nas traseiras da Igreja Matriz e disposta para um largo, esta casa brasonada está datada do século XVIII, encontrando-se cercada por um muro alto e rodeada por um amplo espaço ajardinado.

81. Casa Sampaio Roquete, em Castelo Novo (Fotografia 173) – integrada na entrada da Aldeia Histórica de Castelo Novo é uma casa com três pisos e janelas de sacada, construída nos finais do século XIX.

Fotografia 173: Casa Sampaio Roquete, em Castelo Novo

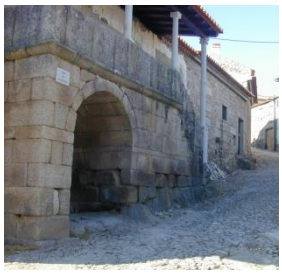
82. Casa Correia de Sampaio/ Quinta do Ouriço, em Castelo Novo – representativa de uma arquitetura residencial barroca corresponde a uma construção típica do século XVIII, de grandes dimensões e estruturada a partir, e em função, de um pátio aberto, com capela. Tem três pisos, vãos de perfil retilíneo e uma capela com coro-alto e retábulo de talha dourada. Da sua fachada principal destaca-se a entrada da Capela e o brasão da família Correia de Sampaio. Recentemente esta casa foi adotada para turismo de habitação.

83. Casa da Família Falcão, em Castelo Novo – situada num extremo de um quarteirão, na entrada da aldeia, em frente à casa Correia de Sampaio, esta casa foi construída em 1616 por Silvestre Francisco Leitão, alcaide-mor de Castelo Novo, sobre um edifício anterior, que correspondia à antiga prisão. É representativa de uma arquitetura maneirista, tendo planta retangular, conforme a "traça arquitetónica típica do edifício senhorial da Beira Baixa", seiscentista, mas, ainda dentro da linha dos Solares Quinhentistas, devido, às suas reduzidas dimensões.

84. Casa D. Luís de José Correia, em Castelo Novo – construído nos finais do século XIX, início do século XX, apresenta uma arquitetura vernácula. Este solar de dois pisos e de planta retangular, tem um corpo secundário adossado, sendo rasgado por vãos retilíneos. Destaque-se ainda para a escadaria de acesso ao interior.

85. Casa da Família Gamboa, em Castelo Novo – perfeitamente integrada na estrutura urbana de Castelo Novo, na praça dos antigos paços de concelho, esta casa com dois pisos, é de grande dimensão, ocupando na totalidade um quarteirão. Foi construído no século XVIII e apresenta uma traça arquitetónica maneirista. As fachadas são delimitadas por cunhais apilastrados graníticos e os vãos surgem dispostos regularmente.

Fotografia 174: Casa da Família Falcão, em Castelo Novo



Fotografia 175: Casa D. Luís de José Correia, em Castelo Novo

Fotografia 176: Casa da Família Gamboa, em Castelo Novo

86. Antigo Hotel, em Castelo Novo - situa-se no interior da aldeia, numa das ruas que dá acesso à praça onde se localiza o Pelourinho.

87. Casa da Comenda/ Casa do Alardo/ Casa da Cerca, em Castelo Novo - com uma localização sobranceira à povoação e próxima do local onde se supõe que existia o Castelo Velho, tem início a Quinta do Alardo, que se estende pela encosta da Serra da Gardunha. Esta casa com três pisos é representativa de uma arquitetura com traços manuelinos e maneiristas, tendo sido construída no século XVI. A sua planta é retangular e as fachadas rasgadas por vãos de perfil retilíneo. Após abandonada pelas Ordens Religiosas foi adquirida no século XIX pelos atuais proprietários.

88. Duas Casas Solarengas (Chãos), em Donas (Fotografia 177) – no aglomerado de Chãos, da freguesia de Donas, encontram-se duas casas de famílias abastadas, de interessante tipologia arquitetónica. Ambas têm dois pisos e estão bastante degradadas. Uma é de tipologia isolada, cercada pelo logradouro, e a outra está inserida no quarteirão, confinando com outras construções.

89. Solar Beirão/ Casa da Cerca, em Teixugas – situa-se no interior do aglomerado das Teixugas da freguesia das Donas e está integrada numa quinta de uma família abastada. É uma casa brasonada com dois pisos e capela adossada. É um imóvel interessante e em bom estado de conservação que ocupa a totalidade de um quarteirão, e tem acesso a partir de um arruamento estreito.

Fotografia 177: Casa Solarengas em Chãos (Donas)

Fotografia 178: Casa da Cerca, em Donas

90. Solar Conde de Quintãs (Quintãs), em Salgueiro – situado no aglomerado das Quintãs da freguesia de Salgueiro, este solar brasonado é um interessante exemplar arquitetónico, datado da época quinhentista. Está inserido num extremo do aglomerado e desenvolve-se em dois pisos, estando o primeiro semienterrado. A fachada principal tem a porta ao centro, encimada pelo brasão da família, permitindo o acesso por escadaria lateral. Os vãos são de lintel emoldurado, ao gosto desse período.
91. Solar no Largo Dr. Albano, em Salgueiro – enquadrado no interior do aglomerado de Salgueiro, nas proximidades da Igreja Matriz, é um notável exemplar de arquitetura residencial oitocentista, embora evidencie um gosto barroco de feição setecentista. Este solar de dois pisos é de grande dimensão e tem a fachada principal simétrica, com a porta ao centro, cujo acesso é feito por uma extensa escadaria dianteira, encimada por um bonito brasão de família.
92. Casa Rocha, em Fatela – disposta para a EN 343, que atravessa o aglomerado de Fatela, e próxima da Igreja Matriz, encontra-se esta casa de interessante traça arquitetónica. Tem dois pisos de volumetria e uma fachada simétrica com vãos de disposição regular. Encontra-se em mau estado de conservação.
93. Casa Martins de Carvalho, em Fatela – situada no interior do aglomerado de Fatela, esta casa de dois pisos apresenta características arquitetónicas bastante interessantes.

Fotografia 179: Solar Conde de Quintãs (Quintãs), em Salgueiro

Fotografia 180: Solar no Largo Dr. Albano, em Salgueiro

Fotografia 181: Casa Rocha, em Fatela

Fotografia 182: Casa Martins de Carvalho, em Fatela

94. Casa Brasonada na Rua da Cale, no Fundão – representativa de uma arquitetura residencial setecentista, esta casa de dois pisos, de planta retangular e com dependências adossadas à fachada posterior, tem na fachada principal pedra de armas e vãos de traçado retilíneos. Foi construída no século XVIII e remodelada no século XX.

95. Casa do Bispo D. Luís Brito de Homem, no Fundão – localiza-se no Largo Alfredo da Cunha, adossada à capela mortuária e à Casa dos Condes de Vila Real. De estilo maneirista, é uma construção com dois pisos e mansarda original do século XVIII. Tem planta retangular, fachada com brasão do fundador, vãos ritmados e retilíneos e janelas de peitoril, no primeiro piso, e de sacada, no superior.

96. Casa dos Condes de Vila Real, no Fundão – de estilo maneirista, é um edifício brasonado com três pisos que tem acesso através de escadaria interior. Situa-se num gaveto do largo Alfredo da Cunha e está adossado à Casa do Bispo D. Luís Brito de Homem e a um edifício de habitação incaracterístico. Foi construído no século XVII para residência dos Condes de Vila Real, sendo que nos finais do século XX viria a ser adquirido pelos atuais proprietários.

Fotografia 183: Casa na Rua da Cale, no Fundão

Fotografia 184: Casa dos Condes de Vila Real e do Bispo D. Luís Brito de Homem,

97. Casa dos Viscondes do Sardoal, no Fundão – situada num gaveto do largo da Igreja Matriz esta casa do século XIX foi construída pelos Viscondes do Sardoal. É um edifício com três pisos de planta em L, composto por dois volumes quadrangulares, com fachadas ritmadas pelos vãos e com acesso a partir de escadaria central. Esta casa é de grande sobriedade decorativa, exterior e interior, tendo todos os vãos moldura em cantaria de tipologias diferentes. O portal principal tem moldura recortada e elaborada e as sacadas são em ferro forjado profusamente decoradas por motivos vegetalistas. No interior, destaca-se o salão nobre com teto plano de madeira, decorado com florões e molduras em grega.

Fotografia 185: Casa Caldeira Borbon (Zebras), na Orca

98. Casa Visconde Pereira e Cunha, no Fundão – esta casa apresenta uma traça arquitetónica oitocentista, com três pisos de volumetria e o brasão do Visconde Pereira e Cunha na fachada principal. Encontra-se adossado a um edifico e disposto para a Praça Velha, confinado as restantes fachadas diretamente para arruamentos e nas proximidades do largo onde se localiza a Igreja Matriz.

Fotografia 186: Solar, em Pêro Viseu

99. Palácio do Quelho do Serrão, no Fundão – de tipologia arquitetónica setecentista e situado nas proximidades da capela de S. Francisco, este palácio foi construído no século XVIII e, em 2002, adquirido pela autarquia para a instalação de um Museu Arqueológico. É uma casa nobre com sobriedade decorativa e concheados rococó de planta retangular e dois pisos, sendo o primeiro destinado a arrumos e adega, e o superior a zona residencial. A fachada principal é marcada pelos vãos retangulares, com portas e janelas

Fotografia 187: Casa do Visconde de Tinalhas, em Soalheira

jacentes no piso inferior e janelas de peitoril no superior, ostentando pedra de armas. O acesso ao interior é feito através de uma escadaria que liga ao piso superior, com corredor central.

100. Palácio Tudela, no Fundão – é uma construção nobre, de grande sobriedade decorativa, do século XVII e de estilo maneirista. Tem três pisos e, na fachada principal, vãos retilíneos e um remate em frontão triangular que corresponde à entrada da capela. Esta casa está disposta para a Praça Velha e as traseiras para um amplo jardim, situando-se nas proximidades da Igreja Matriz.

101. Casa Caldeira Borbon (Zebras), na Orca – situa-se no interior do aglomerado de Zebras da freguesia de Orca, junto à Igreja. Esta casa brasonada está integrada num amplo espaço dianteiro de cariz privado, cercada por uma pequena vedação. Neste momento a casa está a ser sujeita a obras de recuperação com vista à sua readaptação a habitação.

102. Solar, em Pêro Viseu – integrado no interior do aglomerado de Pêro Viseu, corresponde a uma casa brasonada de família nobre. Tem dois pisos, sendo o primeiro destinado a arrumos e o segundo à zona residencial. Na fachada principal são de destacar os vãos retilíneos e a porta principal, encimada por brasão de armas.

103. Casa do Visconde de Tinalhas, em Soalheira – esta casa está integrada numa das ruas estreitas da vila de Soalheira, sendo que outrora já foi a residência do Visconde de Tinalhas. De tipologia arquitetónica interessante, é uma casa de dois pisos revestida a pedra e adossada a casas típicas da região da Beira Interior.

104. Casa Garrett, em Souto da Casa – representativa de uma interessante tipologia arquitetónica, está inserida no interior do aglomerado, numa das suas ruas estreitas. Tem dois pisos de volumetria e os vãos são de traçado retilíneo. São de destacar os elementos decorativos das cantarias.

105. Casa Apalaçada, em Souto da Casa – esta casa situa-se na rua principal de Souto da Casa, junto à Capela de S. Gonçalo. Está implantada de forma isolada e salvaguardada através e muro e grades, e destaca-se no aglomerado pela sua grandiosidade e pelas características arquitetónicas. Encontra-se em bom estado de conservação.

Fotografia 188: Casa Garrett, em Souto da Casa

Fotografia 189: Casa Apalaçada, em Souto da Casa

106. Casa Cascão Nunes, em Telhado – corresponde à antiga residência de Cascão Nunes e situa-se na entrada do aglomerado de Telhado, adossada à casa de Santo António. Atualmente integra as instalações da Casa do Povo da freguesia.

107. Casa de Santo António, em Telhado – adossado à casa do povo, é um solar brasonado com capela integrada, de grande interesse arquitetónico. Tem dois pisos de volumetria e encontra-se revestido a pedra e em mau estado de conservação.

108. Casa Solarenga, em Vale Prazeres – adjacente à EN 239 é um edifício com dois pisos que tem, no andar superior, a zona habitacional com acesso a partir de uma varanda alpendrada, e no piso inferior, áreas para arrumos. A fachada principal está orientada para o jardim que se encontra fechado por um muro alto que também serve de separação para a via pública.

Fotografia 190: Casa Cascão Nunes, em Telhado

Fotografia 191: Casa de Santo António, em Telhado

Fotografia 192: Casa Solarenga, em Vale Prazeres

109. Solar Pinto de Castello Branco/ Casa Pinto Quinta da Porta, em Vale de Prazeres – perfeitamente integrada no aglomerado, mais concretamente na rua que o atravessa, é uma casa de dois pisos, com janelas de sacada ao nível do primeiro piso. Encontra-se implantada numa plataforma sobrelevada em relação à cota da estrada, pelo que tem um acesso particular que permite vencer o desnível.

Fotografia 193: Solar Pinto de Castello Branco, em Vale de Prazeres

Arquitetura Civil Pública

A Arquitetura Civil Pública está representada por diversos imóveis de que se destacam os seguintes:

110. Antigos Paços de Alpedrinha - de tipologia arquitetónica seiscentista e situado na praça do Pelourinho, este edifício foi construído em 1680 para instalar os Paços do Concelho. Após a extinção do concelho, em 1885, ficou desativado para só depois, em meados do século XX ser restaurado. É um edifico de planta retangular, com três pisos e rasgado por vãos simples, que tem na fachada principal um pequeno nicho com uma escultura.

Fotografia 194: Antigos Paços de Alpedrinha

111. Antigos Paços de Castelo Novo – enquadrado no espaço mais importante do aglomerado, onde também se localizam o Pelourinho, o Solar dos Gamboas e, adossado à fachada principal, o Chafariz de D. João V, é um edifico de traça manuelina dos finais do século XIII, mandado construir por D. Dinis. Mais tarde, já no reinado de D. Manuel I, em 1510, é renovado, tendo sido esculpidas nesta altura as Armas Reais, a Cruz de Cristo e a esfera armilar. Com a obra o piso térreo foi destinado a cadeia e o superior, a Câmara. Com a extinção do concelho, em 1835, foi adotado a escola.

Fotografia 195: Antigos Paços de Castelo Novo

112. Escola, em Pêro Viseu – situada no largo da Igreja Matriz e orientada a Norte, constitui um edifício de tipologia arquitetónica de merecido destaque, que se desenvolve em dois pisos e tem a fachada simétrica, tendo ao centro um portal encimado por um frontão trabalhado e vãos ritmados de traçado retilíneo.

Fotografia 196. Escola, em Pêro Viseu

113. Edifício da Junta de Freguesia de Póvoa da Atalaia – integrado num arruamento do aglomerado de Póvoa da Atalaia, é um edifico de tipologia isolada, implantado numa zona ajardinada. Este edifício, e a área envolvente, encontram-se em muito bom estado de conservação, após terem sido recentemente sujeitos a obras de requalificação.

Fotografia 197: Edifício da junta de freguesia de Póvoa da Atalaia

114. Calvário, no largo de Santo António, em Alcaide – situado ao lado da capela de Santo António e sobre uma plataforma elevada com acesso por diversos degraus, atualmente, é constituído por apenas uma cruz.

115. Calvário no largo da Capela Santo António, em Capinha – situa-se no largo da capela de Santo António e é constituído por três cruzes assentes em quatro degraus.

116. Cruzeiro no largo da Igreja Matriz do Fundão – este cruzeiro está implantado no átrio frontal da Igreja Matriz, assente numa plataforma formada por três degraus.

117. Cruzeiro no largo da Capela de S. Sebastião, no Fundão - localizado em frente à capela de S. Sebastião é constituído por uma colunata encimada por uma cruz, assente sobre três degraus.

118. Cruzeiro no largo da Capela da N. Sr.ª das Necessidades, na Soalheira - implantado no amplo jardim do adro da Capela de Nossa Senhora das Necessidades é um bonito cruzeiro que está assente sobre diversos degraus, sendo encimado por uma pequena cruz.

Fotografia 198: Cruzeiro em Alcaide

Fotografia 199: Cruzeiros em Capinha

Fotografia 200: Cruzeiro no Fundão

Fotografia 201: Cruzeiro na Soalheira

119. Ponte Romana, em Atalaia do Campo – situa-se a Sudoeste do aglomerado de Atalaia do Campo, sobre a ribeira de Alpreade. Desde 1202 que é conhecida por "Ponte do Rechouso".

120. Ponte Romana, em Capinha – localizada próximo da Quinta de São Pedro e sobre a Ribeira de Meimoa, é uma ponte seiscentista constituída por oito arcos de volta perfeita de dimensões diferentes, sendo o que surge sobre a Ribeira mais alto e amplo, bem como os três que lhe ficam mais próximos. As aduelas dos arcos são estreitas e irregulares, as guardas em granito e o tabuleiro plano em pavimento betuminoso.

121. Ponte Romana no interior de Capinha – situa-se à entrada do aglomerado, na via que possibilita o seu acesso e atravessa um afluente da Ribeira das Poldras. É uma ponte bastante interessante de um só arco e com as guardas em muro de granito.

122. Ponte sobre a ribeira de Alverca, no Fundão – construída na época quinhentista é uma ponte de arco único de volta perfeita em granito, com tabuleiro plano e guardas em granito. Situada

numa zona de planície, esta ponte permite o atravessamento da ribeira de Alverca, estando rodeada por terrenos florestais. O acesso ao lado Sul processa-se numa curva apertada.

123. Ponte Romana (Vale de Urso), em Souto da Casa – situada em Vale de Urso, na EN 352, é uma ponte de um só arco, com as guardas em granito e pavimento betuminoso. Esta ponte atravessa o início de um afluente à ribeira do Tormentoso.

Fotografia 202: Ponte Romana, em Atalaia do Campo

Fotografia 203: Ponte Romana, em Capinha

Fotografia 204: Ponte Romana, em Capinha

Fotografia 205: Ponte Romana (Vale de Urso)

Arquitetura Industrial

124. Moagem do Centeio – núcleo inserido no equipamento cultural "A Moagem – Cidade do engenho e das arte" que mantêm o sistema moageiro austro-húngaro, num circuito de processamento do centeio por três pisos, que e reconstitui a singular maquinaria em madeira, ferro e pano, preservando a memória associada à identidade do próprio edifício, tornando-se num importantíssimo e único exemplar da arqueologia industrial, evidenciando o encadeamento de processos até ao produto final.

125. Fábrica de panos de Castelo Novo – localizada nos limites da aldeia, junto à ribeira de Alpreade, estava dependente da Real Fábrica do Fundão, instalada em 1771, e executava trabalhos de fiação e cardação. Atualmente encontra-se em ruínas, mantendo, contudo, o valor histórico da funcionalização e a associação à também histórica ribeira.

126. Complexo mineiro da Mata da Rainha – localizada junto da ribeira do Taveiró, onde ainda é possível identificar galerias e escombreiras, antigos edifícios e vagonetas. A intensa procura de volfrâmio no início do século XX, levou à identificação da área mineira da Mata da Rainha de uma importante reserva de estanho e volfrâmio. O auge de produção destas antigas explorações mineiras, que poderão remontar ao período romano, foi durante o período da "febre" do volfrâmio (1936-44), relacionado com o contexto da 2ª Guerra Mundial, cuja história é contada na célebre obra de Fernando Namora "Minas de San Francisco".

127. Resineira do Fundão – terá iniciado a sua laboração nos anos 30 do século passado. Preserva a sua memória no edifício de grande valor na história da arqueologia industrial da região que se manteve em funcionamento até 2016.

Estruturas de Apoio

Como Estruturas de Apoio, foram identificados e cartografados diversos chafarizes e fontes que foram considerados, pela sua antiguidade, ou pela sua tipologia, os que melhor ilustram os sistemas de abastecimento de água que serviram o concelho ao longo dos tempos. Estes elementos foram considerados individualmente, ou associados a outros, sendo designados de forma diferente consoante as suas características. Estes elementos localizam-se um pouco por todo o Concelho. Destacam-se, assim:

128. Chafariz de D. João V, em Alpedrinha – este chafariz, mandado construído em 1714, por ordem de D. João V, num estilo barroco. Situa-se no extremo Norte de Alpedrinha, perto do Palácio do Picadeiro. Implantado numa superfície sobrelevada com acesso a partir de uma espaçosa escadaria em U, é dotado de uma fonte central e de três bicas rematadas pela coroa real. Sabe-se que esta magnífica estrutura foi executada por Valentim Costa Castelo Branco.
129. Chafariz dos Burros, em Capinha – de raiz oitocentista, é uma estrutura do tipo obelisco, com coluna de granito e tanque retangular com bordos simples. O chafariz está implantado perto de um afluente da ribeira das Poldras, num espaço declivoso e delimitado por três muros.

Fotografia 206: Chafariz de D. João V, em Alpedrinha

Fotografia 207: Chafariz dos Burros, em Capinha

Fotografia 208: Chafariz da Bica, em Castelo Novo

130. Chafariz da Bica, em Castelo Novo - de cariz medieval, foi construído no século XIV, por ordem de D. Dinis. Situa-se à entrada da povoação, próximo da Casa da Família Falcão, da Casa Sampaio Roquete, da Casa D. Luís José Correia e do Solar Correia de Sampaio. Encontra-se adossado a um muro e é um chafariz simples, com duas bicas e um tanque retangular, encimado por cornija, com as armas reais de D. Dinis esculpidas.

131. Chafariz D´El Rei, em Castelo Novo – este chafariz, de tipologia barroca, foi construído no século XVIII, durante o reinado de D. João V. O chafariz encontra-se adossado a um afloramento granítico, e situa-se numa plataforma ladeada e murada por bancos em pedra granítica, com acesso por meio de escadaria ampla e com pilares encimados por vasos flamejantes.

Fotografia 209: Chafariz d´El Rei, em Castelo Novo

132. Chafariz de D. João V, em Castelo Novo – implantado no largo principal da povoação e adossado ao edifício dos antigos Paços do Concelho, é encimado pelo escudo de armas de D. João V. É representativo de uma arquitetura barroca de cariz joanino, sendo constituído por três bicas decoradas com elementos vegetalistas e dois tanques. Destaca-se pela sua dimensão e composição, não sendo possível dissociar a sua imponência de todo o conjunto arquitetónico formado em associação com os antigos Paços do Concelho.

Fotografia 210: Chafariz de D. João V, em Castelo Novo

133. Chafariz das Oito Bicas, no Fundão – este chafariz está implantado no largo do mesmo nome, é uma obra oitocentista cuja construção se deve ao Juiz Manuel Tavares de Melo, em 1818, conforme a inscrição gravada. É uma estrutura do tipo obelisco, com o chafariz central dotado de uma taça concheada, com um total de oito bicas.

134. Fonte Grande, no Fundão – esta fonte está situada no interior da malha urbana da cidade, num largo com o mesmo nome (Largo da Fonte Grande) e constitui uma grandiosa estrutura, embora num enquadramento já bastante desqualificado. Encontra-se adossada a um edifício já relativamente alto e implantada num pequeno espaço ajardinado.

135. Chafariz do Espírito Santo, no Fundão – conhecido outrora por Chafariz Central, situa-se no largo do Espírito Santo em conjunto com mais duas capelas. Segundo inscrição que ostenta num dos bancos laterais, foi construído em 1771. No entanto, sabe-se que em 1826 estava implantado na esquina da Rua dos Casados com a Rua da Cale, tendo sido posteriormente transferido para onde se encontra neste momento. É de destacar a vistosa pedra de armas Nacional que ostenta no seu espaldar.

136. Chafariz, em Souto da Casa – este chafariz de duas bicas encontra-se num extremo do aglomerado de Souto da Casa, numa superfície que se localiza abaixo da cota do arruamento, tendo acesso por alguns degraus.

Fotografia 211: Chafariz das Oito Bicas, no Fundão

Fotografia 212: Fonte Grande, no Fundão

Fotografia 213: Chafariz do Espírito Santo, no Fundão

Fotografia 214: Chafariz, em Souto da Casa

137. Fontes, em Capinha – em Capinha, e sobretudo numa zona por onde passa um afluente à ribeira das Poldras, registam-se duas fontes: a *Fonte de Baixo* e a *Fonte de Cima*. A primeira, provavelmente construída no século XVI, situa-se próximo do Chafariz dos Burros, e a segunda, proveniente da centúria de setecentos, situa-se nas proximidades da Capela de São Marcos. Ambas são idênticas, e constituem fontes de mergulho executadas em granito, com cobertura plana, destacando-se o escudo encimado por coroa e ladeado por duas esferas armilares, na Fonte de Baixo, e por dois leões e duas gárgulas de canhão, na Fonte de Cima.

138. Fonte, em Salgueiro – situada na periferia do aglomerado de Salgueiro, é uma fonte de mergulho de tipologia interessante. Tem a sua fachada em arco perfeito e, em frente, um tanque, que tem acesso por degraus laterais.

139. Fonte, na Orca – está situada no interior do aglomerado de Orca, junto ao arruamento que o contorna.

Fotografia 215: Fontes, em Capinha

Fotografia 216: Fonte, em Salgueiro

Fotografia 217: Fonte, na Orca

140. Fonte, em Pêro Viseu – esta fonte de mergulho encontra-se fechada por uma porta de chapa metálica, por razões de segurança. Contudo, é um exemplar notório deste tipo de estrutura. Encontra-se inserida no interior do aglomerado de Pêro Viseu, adjacente ao muro de uma propriedade.

141. Fontes, em Telhado – surgem um pouco por todo o aglomerado, pelo facto de este estar implantado numa zona atravessada por uma linha de água com alguma importância.

142. Fonte da Galé, em Valverde – de tipologia romana ou medieval, é uma fonte de tipo nicho, com vão de volta perfeita, com cobertura em abóbada. Localiza-se no aglomerado de Valverde, encaixada no terreno de um pequeno largo com acesso por quatro degraus.

Fotografia 218: Fonte, em Pêro Viseu

Fotografia 219: Fontes, em Telhado

8.5 SÍTIOS E CONJUNTOS COM INTERESSE

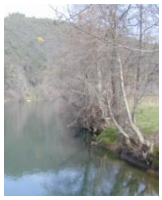
Distinguem-se alguns espaços (**sítios**) que, por constituírem uma associação equilibrada entre obras do homem e da natureza, com valor histórico, arqueológico, natural ou social, se assumem como uma mais-valia do ponto de vista patrimonial.

SÍTIOS:

- S1. Parque Fluvial de Alcaria – situada na margem Sul do Rio Zêzere, junto à ponte que interliga Alcaria ao concelho da Covilhã, esta área tem, pelas suas características e envolvente natural, uma aptidão inegável para o recreio e lazer.
- S2. Parque Fluvial de Janeiro de Cima – situada na margem direita do Rio Zêzere e na vertente Poente do aglomerado de Janeiro de Cima, é, em conjunto com a área desportiva que a envolve, uma zona de grande potencial para a prática de atividades recreativas.
- S3. Parque Fluvial de Lavacolhos - Em perfeita comunhão com a natureza, na aldeia de Lavacolhos, encontra-se a Praia Fluvial de Lavacolhos, junto à Ribeira da Gardunha. Este espaço possui uma zona desportiva contando com um campo de futebol, um parque de merendas e um parque infantil.

Fotografia 220: Parque Fluvial de Alcaria

Fotografia 221: Parque Fluvial de Janeiro de Cima



- S4. Azenha da Ponte Romana, em Pêro Viseu – situada na margem da ribeira da Meimoa, junto da Ponte Romana da estrada que liga Pêro Viseu a Valverde, é uma estrutura que, em conjunto com o terreno envolvente, com a ponte e com a linha de água, constituem uma área bastante interessante do ponto de vista paisagístico, natural e com grande potencial recreativo.

Fotografia 222: Parque Fluvial de Lavacolhos

Fotografia 223: Sítio da Azenha da Ponte Romana, em Pêro Viseu

- S5. Azenha da Ponte, em Souto da Casa – situada no cruzamento da EN 352 com a ribeira do Tormentoso, é um sítio de grande interessante paisagístico, pela existência de uma galeria ripícola bem constituída e pela integração da azenha numa área de lameiros.
- S6. Barragem de Capinha – localizada a Norte do aglomerado de Capinha, esta área é composta pelo espelho de água da barragem, com estrutura de apoio a banhos e a desportos náuticos, por um edifício de apoio à prática dos desportos e por um circuito de manutenção e parque de merendas.

Fotografia 224: Barragem de Capinha

- S7. Barragem de Escarigo – situada a Norte do aglomerado de Escarigo, esta área de lazer é composta pelo espelho de água da barragem, por um edifício de restauração, por um parque infantil e por um parque de merendas.
- S8. Barragem de Santa Águeda – situada no extremo Sul do concelho, na freguesia de Soalheira, corresponde a uma pequena área desta barragem que está inserida no concelho do Fundão. Esta área, integrada em espaço naturalizado, encontra-se desprovida de

qualquer infraestrutura de apoio, constituindo um sítio de grande interesse paisagístico pela sua dimensão e pelas diversidades faunística e florística. De acordo com o Plano de Ordenamento em vigor (RCM b.º 107/2005, de 5 de junho), no plano de água da albufeira são permitidas as seguintes atividades: pesca; banhos e natação (condicionada à classificação da água como balnear), a navegação recreativa com motor elétrico, a remo, pedais e vela.

Fotografia 225: Barragem de Escarigo

Fotografia 226: Barragem de Santa Águeda

Destacam-se também alguns **conjuntos** notáveis de imóveis arquitetónicos que pela sua unidade, pela sua integração na paisagem ou pelo seu valor histórico se julgam de suma importância. São, então, de referir, como detentores de bons exemplos da arquitetura tradicional e popular, assim como pela conservação de núcleos urbanos que apresentam ainda alguma coerência original, no seu traçado e edificado:

CONJUNTOS:

- C1. Aglomerado de Fatela - este aglomerado, no seu todo, é interessante por possuir um património edificado e cultural, dignos de ressalva. Numa zona central concentram-se diversos imóveis de grande valor patrimonial que conferem a este conjunto merecido destaque.

Fotografia 227: Aglomerado de Fatela

- C2. Aglomerado de Ladeira - é um pequeno aglomerado rural da freguesia de Bogas de Baixo, situado numa encosta sobranceira à Ribeira da Ladeira. A tipologia e os materiais dos edifícios existentes, a espontaneidade na ocupação do pouco espaço disponível, o

Fotografia 228: Aglomerado de Ladeira

atravessamento de uma importante linha de água, assim como o enquadramento da paisagem, conferem a este conjunto um grande valor patrimonial.

- C3. Aglomerado de Rio (aldeia mineira) - situado na freguesia de Silvares, este local servia de residência aos mineiros que trabalhavam nas Minas da Panasqueira, sendo que aqui se encontrava a lavaria dos minérios. Este núcleo foi recuperado, mantendo os edifícios e estruturas originais (residências, refeitório, edifícios de apoio e o edifico da lavagem do minério), tendo sido alguns destes adaptados para acolher a Pousada da Juventude da Mina.
- C4. Núcleo antigo de Alcaide - preserva no seu núcleo histórico uma estruturação urbana de caracter antiquíssimo, que revela um interessante conjunto edificado formado pela igreja Matriz, com a sua torre do relógio, os palacetes oitocentistas e a capela quinhentista de S. Sebastião. Conserva a vetusta Casa da Câmara, casas solarengas e muitas com fachadas compostas por portados biselados. Esta aldeia encontra-se integrada na Rede de Aldeias de Montanha.
- C5. Núcleo antigo de Alcaria - o aglomerado urbano preserva vestígios de exemplares edificados representantes de uma arquitetura vernacular, ainda possíveis de observar nas casas com varandas de pedra e madeira.
- C6. Núcleo antigo de Alcongosta - é uma pequena aldeia situada no sopé da Serra da Gardunha, que tem o seu núcleo histórico ainda bem preservado e com grande valor patrimonial. A zona mais antiga é compreendida por arruamentos bastante estreitos e irregulares e edifícios resultantes da época da sua formação. Esta aldeia encontra-se integrada na Rede de Aldeias de Montanha.
- C7. Núcleo antigo de Aldeia de Joanes - nos últimos anos tem alargado a sua malha urbana aproximando-se cada vez mais da sede do concelho, encontrando-se atualmente entrelaçadas as construções antigas com as modernas. Concentra um conjunto de casas quinhentistas, algumas brasonadas.
- C8. Núcleo antigo de Aldeia Nova do Cabo - na aldeia destacam-se as casas quinhentistas e seiscentistas, com os seus portados biselados, bem como a Igreja Matriz e demais capelas ao estilo barroco e as casas apalaçadas.
- C9. Núcleo antigo de Alpedrinha - com uma história bastante antiga, este aglomerado já foi a sede do concelho e guarda ainda marcas bastante evidentes da importância que teve no passado. É um aglomerado com um vasto e interessante património histórico e cultural, que demonstra alguma preocupação na recuperação do património e da história. Este núcleo encontra-se classificado como Conjunto de Interesse Público (Portaria n.º629/2020, de 23 de outubro). Esta aldeia encontra-se integrada na Rede de Aldeias de Montanha.

Fotografia 229: Núcleo antigo de Alpedrinha

- C10. Núcleo antigo de Atalaia do Campo – preserva na sua estrutura urbana edifícios antigos com os seus portados biselados e construções em granito. Do conjunto destaca-se a Fonte dos Namorados, o Cruzeiro dos Inocentes e o pelourinho.
- C11. Núcleo antigo de Barroca - faz parte da Rede das Aldeias do Xisto e o seu conjunto é constituído por elementos da arquitetura religiosa e de arquitetura erudita, nomeadamente a Casa Grande, que atualmente acolhe o centro dinamizador da referida Rede das Aldeias de Xisto e o Centro Interpretativo da Arte Pré-histórica do Poço do Caldeirão. Esta aldeia encontra-se integrada na Rede de Aldeias do Xisto, juntamente com Janeiro de Cima.
- C12. Núcleo antigo de Capinha - apresenta um conjunto patrimonial edificado riquíssimo e de grande interesse, conservando diversos edifícios de cariz quinhentista, com os seus lintéis ornamentados. Sobressaem, o património religioso, os diversos elementos de arquitetura civil e doméstica e os seus fontanários.
- C13. Núcleo antigo de Castelejo - apresenta um conjunto patrimonial marcadamente vernacular. Preserva edifícios com portados biselados e construções antigas com características eruditas.
- C14. Núcleo antigo de Castelo Novo – tendo de início pertencido a extensos territórios, foi depois elevada a concelho, o que se encontra bem testemunhado no património arquitetónico da aldeia. De estrutura urbana complexa e labiríntica, tem um castelo no seu interior e diversas praças que a vão pontuando. O casario típico é em granito com dois pisos. As casas senhoriais são imponentes e de grande valor arquitetónico. Este núcleo encontra-se classificado como Conjunto de Interesse Público (Portaria n.º 606/2020, de 19 de outubro) e integrado na rede de Aldeias Históricas.

Fotografia 230: Núcleo antigo de Castelo Novo

- C15. Núcleo antigo de Donas - Designou-se durante algum tempo por Aldeia Nova das Donas, o que faz supor que o seu (re) povoamento se teria processado um pouco tardiamente, talvez pelos séculos XIV-XV. A sua ascensão terá, decerto, resultado do incremento que lhe foi proporcionado no século XVI pelos Senhores de Pancas e da progressiva decadência de um pequeno povoado que lhe ficava próximo – Aldeia do Abade (que já, por volta de 1320, era freguesia). O incremento por que passou no quinhentismo encontra-se ainda bem patente em algumas janelas e portadas características desse tempo, mormente na chamada Casa do Paço e na capela dos Pancas (ambas classificadas como "Imóveis de Interesse Público").

- C16. Núcleo antigo de Enxames - Ainda que aqui o povoamento seja relativamente disperso, conserva na malha urbano elementos preservados da arquitetura tradicional.

- C17. Núcleo antigo de Escarigo - aglomerado com uma história antiga, preserva ainda exemplos de arquitetura vernacular, dos quais, o conjunto do Largo do Chafariz é o mais representativo.

- C18. Núcleo antigo de Fundão – este núcleo existe desde há mais de oito séculos e que, por este facto tem testemunhos que comprovam a sua importância histórica. Este conjunto reúne na zona central, em torno do largo da Igreja Matriz, da Praça Velha e do largo do Município, diversos imóveis com interesse.

Fotografia 231: Núcleo antigo do Fundão

- C19. Núcleo antigo de Lavacolhos - aglomerado urbano onde se destacam os diversos elementos arquitetura vernacular, com varandas de guardas em madeira trabalhada, os arruamentos estreitos, e de arquitetura religiosa como é o caso da Igreja Matriz e da Capela de S. António. Dispõe de um núcleo museológico - "Casa do Bombo" - onde se interpreta a cultura musical do bombo.

- C20. Núcleo antigo de Mata da Rainha - possui no seu núcleo mais antigo um conjunto edificado com características arquitetónicas vernaculares e preserva ainda pequenos troços de uma via antiquíssima – via da Mata.

- C21. Núcleo antigo de Orca - subsistem algumas casas de balcão e varanda em madeira, ressalta-se a existência de edificações que testemunham o alargamento do perímetro urbano na 2.ª metade do século XIX. Destaca-se a Capela de N. Senhora da Oliveira, a Igreja Matriz e a Casa Grande, de traça erudita.

- C22. Núcleo antigo de Pêro Viseu - é uma pequena aldeia, disposta sobre uma encosta, que possui uma estrutura urbana e um parque edificado bastante interessantes do ponto de vista patrimonial, uma vez que possui uma malha complexa constituída por ruelas estreitas e íngremes, adaptadas ao declive do terreno, e um casario ainda muito característico.

Fotografia 232: Núcleo antigo de Pêro Viseu

- C23. Núcleo antigo da Póvoa da Atalaia – Interessante conjunto patrimonial, cuja arquitetura doméstica preserva ainda diverso portados e cantarias lavradas. No núcleo urbano destaca-se a Igreja Matriz e o seu altar-mor.
- C24. Núcleo antigo de Salgueiro - Conjunto urbano em que se destaca a arquitetura religiosa, nomeadamente a igreja Matriz e os dois interessantes exemplares de residências solarengas – o Solar do Conde e o Solar D. Nuno Frazão.
- C25. Núcleo antigo de Silvares - preserva alguns exemplares da arquitetura tradicional beirão. Como património mais significativo refira-se o religioso.
- C26. Núcleo antigo da Soalheira – registam-se diversos edifícios religiosos, dos quais ressaltam a Igreja Matriz, a Capela de N. Senhora das Necessidades, a Capela de S. António e ainda um número considerável de outros de carácter doméstico, mantendo na sua maioria a traça vernacular. Nestes, é de destacar a preservação não só de bastantes moradias com portados biselados, como também a de muitas com balcões exteriores de pedra.
- C27. Núcleo antigo de Souto da Casa - conserva ainda que reaproveitado elementos patrimoniais de época romana, nomeadamente na igreja Matriz. No substrato urbano são bem evidentes a manutenção de elementos da arquitetura tradicional. Dispõe de núcleos museológicos ligado à arte do "saber fazer".
- C28. Núcleo antigo de Telhado - o seu núcleo antigo preserva ainda diversos exemplares de arquitetura vernacular. Na aldeia, fortemente ligada à memória da produção oleira, converteu-se o antigo palacete do centro urbano na "Casa do Barro", núcleo museológico onde estão refletidas as diversas fases do fabrico das loiças tradicionais e das histórias da vida da antiga comunidade oleira.
- C29. Núcleo antigo de Vale de Prazeres - O núcleo urbano apresenta sobretudo diversos elementos arquitetónicos de cariz vernacular sendo aqui também de realçar os vãos de pedraria com moldura em bisel. É mencionada a existência, em 1660, de um pequeno castelo na parte alta do burgo do qual ainda restam vestígios na Rua do Reduto. Destaca-se o património religioso existem, os palacetes, os fontanários e chafarizes.

- C30. Núcleo antigo de Valverde - No núcleo urbano ressalta o património de carácter sobretudo religioso, sendo ainda visíveis alguns resquícios de construções de época quinhentista.

8.6 PATRIMÓNIO ARQUEOLÓGICO

As considerações feitas a propósito do património construído aplicam-se, genericamente, também ao património arqueológico. No entanto, a inserção de uma parte exclusivamente dedicada ao património arqueológico visa, acima de tudo, evitar que o desenvolvimento se realize à custa da destruição das memórias do passado, que devem constituir o orgulho do Concelho. O património arqueológico constitui uma mensagem viva, das comunidades desaparecidas no tempo e, como tal, a inserção dos valores arqueológicos, como herança cultural, é essencial no âmbito do ordenamento do território.

Os valores arqueológicos materializam-se em ruínas, objetos e fragmentos que jazem no solo. Uma vez daí retirados, embora salvaguardados e constituindo sempre um importante testemunho, perdem grande parte do seu valor enquanto conhecimento para o estudo e para a compreensão da evolução das sociedades humanas, passando apenas a peças de museu. Por este motivo, existe uma preocupação crescente em preservar os lugares onde se sabe, ou se suspeita, que existem ruínas ou objetos arqueológicos.

A lavoura mecânica, os projetos de reconversão agrícola, a florestação intensiva, a abertura incontrolada e o alargamento de estradas e caminhos rurais, podem trazer efeitos devastadores para os sítios arqueológicos. Daí a importância das cartas arqueológicas, que devem ser previamente consultadas. Deve dar-se, ainda, particular atenção às envolventes de castelos, igrejas paroquiais e santuários, que geralmente estão associados a manifestações mais remotas. Uma das medidas mais importantes é sem dúvida, a sensibilização da população para a importância de todo um espólio móvel e imóvel, que constitui a memória dos povos.

A Câmara Municipal poderá desempenhar um importante papel na defesa do património e na construção e preservação da integridade histórica do seu Concelho, com a sensibilização da população, evitando ainda, que interesses especulativos provoquem não só demolições e revolvimentos, mas também a construção de edifícios de qualidade duvidosa e, portanto, com impacte negativo.

Os sítios arqueológicos refletem a história de uma comunidade anterior, independentemente do seu valor científico e do seu estado de conservação, pelo que é importante que se aposte na prevenção contra a destruição desta herança cultural.

São considerados como património arqueológico todos os vestígios, bens e outros indícios relacionados com o ser humano e o ambiente que o rodeia, nomeadamente sítios, depósitos estratificados, estruturas, construções, agrupamentos arquitetónicos, bens móveis e monumentos de outra natureza,

bem como o respetivo contexto, quer estejam localizados em meio rural ou urbano, no solo, subsolo ou em meio submerso.

O inventário de património arqueológico do concelho do Fundão apresentado de seguida resulta de um estudo exaustivo e de consulta de informações disponibilizadas nas bases de dados da Direção Geral do Património Cultural, nas pesquisas bibliográficas e de trabalhos arqueológicos de prospeção e escavação desenvolvidos pelo Museu Arqueológico Municipal José Monteiro, que contribuíram para a elaboração da Carta Arqueológica Concelhia. Esta assume-se como um instrumento fundamental de prevenção e diagnóstico de ações de conservação e preservação do património em consonância com o planeamento territorial, urbanístico e sua revisão. Neste campo de ação assume especial importância o Plano Diretor Municipal(PDM), que constitui um importante instrumento de ordenamento territorial, onde devem constar todas as ocorrências patrimoniais, com vista à sua salvaguarda, visando evitar que o desenvolvimento se realize à custa da destruição das memórias de um passado coletivo.

Ao património arqueológico aplica-se o regime de proteção e medidas de valorização definidas na legislação em vigor, bem como o normativo a definir no regulamento do presente plano diretor municipal.

Neste sentido, os sítios identificados no quadro seguinte e representados na Planta dos Valores Culturais, constam da Carta Arqueológica Municipal, sendo que os que integram o Código Nacional de Sítio (CNS), encontram-se inventariados pela DGPC.

Quadro 27: Património Arqueológico

N.º	CNS	Designação	Localização	x	y	Tipo Sítio	Período Cronológico
1	26703	Povoado do Alcaide	Alcaide	-7,4387	40,1298	Povoado	Indeterminado
2	26249	Chafurdas	Alcaide	-7,4282	40,1475	Quinta	Romano
3	5288	Alcaide	Alcaide	-7,4405	40,1325	Achado isolado/ Tesouro	Romano
4	10388	Covão	Alcaria	-7,5206	40,1989	Inscrições	Romano
5	16701	Quinta do Ortigal	Alcaria	-7,5466	40,1865	Villa	Romano
6	28568	Sítio da Raposa	Alcaria	-7,4689	40,2043	Casal	Romano
7	14373	Brejo	Alcaria	-7,4699	40,1949	Casal	Romano
8	12243	Espadaneira	Alcaria	-7,5089	40,1979	Casal	Romano
9	25981	Quinta da Botecela / Botecela I	Alcaria	-7,4709	40,1960	Villa	Romano
10	16652	Sepulturas da Botecela / Botecela II	Alcaria	-7,4687	40,1972	Sepultura	Idade Media
11	19646	Cabeça Gorda	Alcaria	-7.46758	40,2123	Povoado	Proto-história Bronze Fina/1.ª idade do ferro
12	16650	Villa da Botecela	Alcaria	-7,4689	40,2043	Villa	Romano
13		Portela	Alcongosta	-7,4736	40,1068	Inscrição	Romano
14	25388	Portela II	Alcongosta	-7,4749	40,1065	lagareta	Indeterminado

N.º	CNS	Designação	Localização	x	y	Tipo Sítio	Período Cronológico
15	556	Via antiga Alcongosta Alpedrinha	Alcongosta	-7,4761	40,1098	Via	Romano
16	25388	Portela III	Alcongosta	-7,4729	40,1054	lagareta	Indeterminado
17	37736	Ribeira da Bárbara	Alcongosta	-7,4876	40,1101	arte rupestre	Indeterminado
18	2189	Alpedrinha	Alpedrinha	-7,4687	40,1005	Vestígios diversos	Romano
19	556	Via antiga Alpedrinha Alcongosta	Alpedrinha	-7,4688	40,1001	Via	Romano
20	3413	Nogueirões	Alpedrinha	-7,4620	40,0877	Achado isolado	Neolítico / indeterminado
21		Zidro	Alpedrinha	-7,3953	40,0842	Achado isolado	romano
22		Águas Belas	Alpedrinha	-7,4552	40,0838	Casal	Romano
23	26926	Vale de Canos	Alpedrinha	-7,4765	40,0854	Vestígios Diversos	Romano
24	5174	São Martinho	Barroca	-7,7001	40,1072	achado isolado	pré-história recente
25		Costalta	Barroca	-7,7194	40,1113	Arte Rupestre	pré-história antiga
26	22568	Barroca	Barroca	-7,7193	40,1113	arte rupestre	proto-história
27	24604	Poço do Caldeirão	Barroca	-7,7238	40,1113	arte rupestre	pré-história antiga / Pré-história recente / proto-história
28		Poço do Caldeirão 2	Barroca	-7,7236	40,1111	arte rupestre	Pré história antiga
29	23381	Cabeço do Vale da Casa	Bogas de Cima	-7,6514	40,0852	indeterminado	Indeterminado
30	23383	Cigarrelho	Bogas de Cima	-7,6677	40,0690	indeterminado	Indeterminado
31	23377	Descoberto	Bogas de Cima	-7,7065	40,0624	Mamoa	Pré-história recente
32	23382	Vale da Amoreira/cigarrelho	Bogas de Baixo e Janeiro de Cima	-7,6533	40,0738	arte rupestre	indeterminado
33	23388	Lomba do Castelo	Bogas de Baixo e Janeiro de Cima	-7,7200	40,0458	Arte Rupestre	Pré-história recente (?)
34	23385	Zibreiro	Bogas de Baixo e Janeiro de Cima	-7,6990	40,0354	Indeterminado	Indeterminado
35	23387	Zibreiro I	Bogas de Baixo e Janeiro de Cima	-7,7119	40,0377	Indeterminado	Indeterminado
36	23384	Zibreiro/Portela da Moreira	Bogas de Baixo e Janeiro de Cima	-7,6882	40,0389	Arte Rupestre	Indeterminado
37	23386	Arte do Zibreiro	Bogas de Baixo e Janeiro de Cima	-7,7031	40,0327	Arte Rupestre	Indeterminado
38	28319	Cova de S. Sebastião	Bogas de Baixo e Janeiro de Cima	-7,8073	40,0511	Conheira	Indeterminado
39		Fonte da Tapada de S. Pedro da Capinha	Capinha	-7,3669	40,1915	Fonte	indeterminado
40	26177	Abrigo das Rasas	Capinha	-7,3815	40,1845	Abrigo	Romano
41	22558	Barragem da Capinha	Capinha	-7,3792	40,2118	Vestígios de superfície	Romano
42	24895	Barroca I	Capinha	-7,3891	40,2025	Abrigo	Romano
43	26038	Barroca III	Capinha	-7,3848	40,1993	Abrigo	Romano
44	24896	Barroca IV	Capinha	-7,3882	40,2013	Casal	Romano
45	15983	Calçada do Sítio das Lajens	Capinha	-7,3697	40,1971	Via	Romano (?)
46	22995	Capela de São Pedro da Capinha	Capinha	-7,3695	40,1909	Capela	Idade Media

N.º	CNS	Designação	Localização	x	y	Tipo Sítio	Período Cronológico
47	2990	Capinha	Capinha	-7,3756	40,2021	Vicus	Romano
48	16720	Carvalhal	Capinha	-7,3658	40,1849	Abrigo	Romano
49	15978	Casal das Rasas	Capinha	-7,3864	40,1875	Casal	Romano
50	26105	Casal de José Leal Feiteiro I	Capinha	-7,3580	40,1943	Casal	Romano
51	26107	Casal de José Leal Feiteiro II	Capinha	-7,3597	40,1958	Abrigo	Romano
52	26112	Casal de José Seguro	Capinha	-7,3628	40,1949	Abrigo	Romano
53	15986	Cavalinho / Bico	Capinha	-7,3779	40,2066	abrigo	Romano
54	25539	Caverna	Capinha	-7,3969	40,2133	Abrigo	Romano
55	30096	Chãos da Barroca	Capinha	-7,3910	40,2025	Povoado	Pré-história recente
56	24894	Currais I	Capinha	-7,3949	40,1992	Casal	Romano
57	26123	Currais II	Capinha	-7,3927	40,1940	Casal	Romano
58	16721	Freixa	Capinha	-7,3582	40,1768	Quinta	Romano
59	26124	Fundo do Cabeço da Vinha	Capinha	-7,3650	40,1953	Casal	Romano
60	24897	Pedra Aguda	Capinha	-7,4032	40,2266	Povoado	Indeterminada
61	24893	Pontão	Capinha	-7,4012	40,1953	Abrigo	Romano
62	26126	Porcaria I	Capinha	-7,3641	40,1961	Abrigo	Romano
63	26128	Porcaria II	Capinha	-7,3651	40,1969	Abrigo	Romano
64	16739	Prado Vasco II	Capinha	-7.331573	40,1973	Abrigo	Romano
65	15984	Quinta da Barroca I	Capinha	-7,3891	40,2017	Casal	Romano
66	15985	Quinta da Barroca II	Capinha	-7,3879	40,2004	Mancha de Ocupação	Romano
67	15987	Quinta da Caverna I	Capinha	-7,3914	40,2103	Quinta	Romano
68	26133	Quinta da Caverna II	Capinha	-7,3950	40,2104	Abrigo	Romano
69	26135	Quinta da Caverna III	Capinha	-7,3982	40,2104	Abrigo	Romano
70	26137	Quinta da Caverna IV	Capinha	-7,3894	40,2140	Abrigo	Romano
71		Quinta da Caverna V	Capinha	-7,3896	40,2092	Sepultura	Antiguidade Tardia / Medieval Cristão
72	16729	Quinta da Malta I	Capinha	-7,3348	40,2125	Abrigo	Romano
73	16731	Quinta da Malta II	Capinha	-7,3390	40,2163	Quinta	Romano
74	16733	Quinta da Malta IV	Capinha	-7,3367	40,2131	Abrigo	Romano
75	16734	Quinta da Malta V	Capinha	-7,3367	40,2163	Abrigo	Romano
76	16735	Quinta da Malta VI	Capinha	-7,3361	40,2117	Abrigo	Romano
77	26230	Quinta da Malta VIII	Capinha	-7,3323	40,2140	Abrigo	Romano
78	26229	Quinta de Malta III	Capinha	-7,3379	40,2185	Abrigo	Romano
79	26180	Santana	Capinha	-7,3793	40,2026	casal	Romano
80	26181	Santo António I	Capinha	-7,3576	40,2204	Quinta	Romano
81	26182	Santo António II	Capinha	-7,3550	40,2197	Abrigo	Romano
82	26183	Santo António III	Capinha	-7,3615	40,2220	Abrigo	Romano
83	2557	Sítio da Bica	Capinha	-7,3803	40,2099	Inscrição	Romano
84	15969	Tapada de São Pedro	Capinha	-7,3692	40,1908	Villa	Romano
85	15980	Tijelais I	Capinha	-7,3848	40,1930	Casal	Romano
86	15981	Tijelais II	Capinha	-7,3861	40.188256	casal	Romano
87	15982	Tijelais III	Capinha	-7,3829	40,1955	Casal	Romano
88	26199	Tijelais IV	Capinha	-7,3885	40,1916	Casal	Romano

N.º	CNS	Designação	Localização	x	y	Tipo Sítio	Período Cronológico
89	26207	Tijelais IX	Capinha	-7,3830	40,1978	Abrigo	Romano
90	26201	Tijelais V	Capinha	-7,3899	40,1905	Casal	Romano
91	26204	Tijelais VI	Capinha	-7,3883	40,1954	Abrigo	Romano
92	26205	Tijelais VII	Capinha	-7,3846	40,1942	Abrigo	Romano
93	26206	Tijelais VIII	Capinha	-7,3846	40,1950	Abrigo	romano
94	16724	Vale das Paredes	Capinha	-7,3532	40,1822	Abrigo	Romano
95	15977	Várzea	Capinha	-7,3840	40,1832	Abrigo	Romano
96	2987	Vila Velha /Tapada das Argolas	Capinha	-7,3715	40.21015	Povoado	Proto-história, romano
97	33395	Vinha Velha II	Capinha	-7,3750	40,1927		Romano
98	26214	Vinha Velha	Capinha	-7,3749	40,1930	Casal	Romano
99	22958	Castelejo	Castelejo	-7,5772	40,1240	Inscrição	Romano
100	23379	Alto do Acor	Castelejo	-7,6417	40,1040	Arte Rupestre	Indeterminado
101	36725	Malguinha	Castelejo	-7,5885	40,1502	Monumento Megalítico	neo-calcolítico
102		Chã das Veias	Castelejo	-7,5661	40,1278	Núcleo de povoamento	Moderno (?)
103	23378	Maunça	Castelejo	-7,6488	40,0955	Arte rupestre	Moderno
104		Carvalhal Redondo	Castelo Novo	-7,4616	40,0776	achado isolado	pré-história recente
105	19212	Calçada de Castelo Novo	Castelo Novo	-7,4924	40,0777	Calcada	Indeterminado
106		Carramenha	Castelo Novo	-7,4802	40,0735	Casal	Romano
107		Carvalhal Redondo	Castelo Novo	-7,4616	40,0776	Casal	romano
108	17532	Castelo de Castelo Novo	Castelo Novo	-7,4962	40,0777	Castelo	Medieval cristão
109	21843	Catraia	Castelo Novo	-7,4621	40,0035	Vestígios de Superfície	Romano
110	35191	Ervedal II	Castelo Novo	-7,4806	40,0642	Casal	Romano e neocalcolítico
111	35193	Ervedal III	Castelo Novo	-7,4762	40,0626	Casal	Romano
112	35195	Ervedal IV	Castelo Novo	-7,4778	40,0641	Casal	Romano
113		Ervedal V	Castelo Novo	-7,4743	40,0650	Lagar	Romano (?)
114	35196	Ervedal VI	Castelo Novo	-7,4743	40,0650	Indeterminado	indeterminado
115	35198	Ervedal VII	Castelo Novo	-7,4730	40,0661	Lagar	Romano (?)
116		Gândaras	Castelo Novo	-7,4645	40,0641	Indeterminado	Romano
117	2964	Lagareta de Castelo Novo	Castelo Novo	-7,4969	40,0773	Lagareta	Antiguidade tardia
118		Monte dos Carvalhos	Castelo Novo	-7,4569	40,0744	Indeterminado	Romano
119		Calçada da Ponte Velha	Castelo Novo	-7,4646	40,0560	via	indeterminado
120		Ponte Velha	Castelo Novo	-7,4657	40,0547	Casal	Romano
121		Souto Escuro	Castelo Novo	-7,4781	40,0599	Indeterminado	pré-história recente
122	111	Quinta do Ouriço / Vale do Souto (Capela de S. Brás)	Castelo Novo	-7,4841	40,0773	Quinta	Romano
123	25391	Penha	Castelo Novo	-7,5115	40,0965	Povoado / Capela	proto-história / Época Moderna
124	26934	Quinta das Obras / Barroca do Castinçal	Castelo Novo	-7,4685	40,0766	Achado isolado	Neolítico
125	6840	Quinta do Ervedal	Castelo Novo	-7,4695	40,0612	Termas	Romano

N.º	CNS	Designação	Localização	x	y	Tipo Sítio	Período Cronológico
126	25387	Sameiro	Castelo Novo	-7,5008	40,0845	Achado isolado	Pré-história recente
127		Via antiga Castelo Novo / Alpedrinha	Castelo Novo	-7,4835	40,0780	via	Romano
128		Sameiro I	Castelo Novo	-7,4976	40,0854	Via	Indeterminado
129	25935	Sepultura de Castelo Novo	Castelo Novo	-7,4842	40,0721	Sepultura	idade media
130		Sobreiras / Casa da Vinha	Castelo Novo	-7,4705	40,0560	Casal	Romano
131	21845	Vale das Cabeças	Castelo Novo	-7,4355	40,0362	Vestígios de Superfície	Romano
132		Vale Ramil	Castelo Novo	-7,4784	40,0777	Casal	Romano
133	35191	Ervedal II	Castelo Novo	-7,4806	40,0642	achado isolado	pré-história recente
134	5341	Fatela	Fatela	-7,4281	40,1597	Vestígios Diversos	Romano
135	10382	Donas	Donas	-7,4761	40,1311	Inscrição	Romano
136		Santa Menina 2	Donas	-7,4634	40,1444	casal(?)	romano
137		Soalheira	Fundão	-7,5297	40,1617	casal	Romano
138	5039	Teixugas	Teixugas	-7,4712	40,1324	Achado(s) Isolado(s)	Romano
139	27164	Casa do Paço das Donas	Donas	-7,4747	40,1312	Edifício	Moderno
140	4280	Santa Menina	Donas	-7,4699	40,1408	Sepultura	Romano
141	12240	São Roque /Trigais	Donas	-7,4712	40,1230	Povoado	Proto-história
142		Azenha Nova	Donas	-7,4563	40,1477	Indeterminado	Romano
143	33817	Fonte da Telha	Valverde	-7,4570	40,1868	Casal	Romano
144		Lameira Longa	Fundão, Valverde, Donas, A. de Joanes e A. Nova do Cabo	-7,4539	40,1417	Indeterminado	Romano
145	10378	Ponte de Moinhos	Valverde	-7,4444	40,1876	Ponte	Romano
146		Quinta das Nogueiras	Fundão	-7,4886	40,1578	Casal	romano
147		Tendeiro	Valverde	-7,4696	40,1666	sepultura	Antiguidade tardia
148		Menir de corgas	Donas	-7,4540	40,1448	Estátua-menir	Neo-Calcolítico / Idade do Bronze
149	26244	Capela de S. Gregório	Fundão	-7,4864	40,1370	Capela	Medieval
150		Capela de S. Pedro Velho	Fundão	-7,4914	40,1496	Quinta / sepultura	Romano / Antiguidade tardia / medieval
151		Eiró	Fundão	-7,4970	40,1390	Indeterminado	Romano
152	26248	Forca	Fundão	-7,4950	40,1403	Casal	Romano
153	30398	Fundão	Fundão, Valverde, Donas, A. de Joanes e A. Nova do Cabo	-7,4991	40,1371	Inscrição	Romano
154	2040	Rua da Quintã / Fundão	Fundão, Valverde, Donas, A. de Joanes e A. Nova do Cabo	-7,4965	40,1393	Sistema de condução de águas	moderna
155		Travessa da Fonte Nova / Fundão	Fundão, Valverde, Donas, A. de Joanes e A. Nova do Cabo	-7,4960	40,1396	Indeterminado	romano
156		Levada	Fundão, Valverde, Donas, A. de Joanes e A. Nova do Cabo	-7,4913	40,1365	Casal (?)	Romano

N.º	CNS	Designação	Localização	x	y	Tipo Sítio	Período Cronológico
157	26523	Monte de S. Brás	Fundão, Valverde, Donas, A. de Joanes e A. Nova do Cabo	-7,5050	40,1243	Povoado	Proto-história
158		Ortiga	Fundão	-7,4874	40,1641	casal	Romano
159		Quinta da Maria Negra	Fundão, Valverde, Donas, A. de Joanes e A. Nova do Cabo	-7,4773	40,1278	Casal	Romano
160	16633	Quinta da Meimoa	Fundão, Valverde, Donas, A. de Joanes e A. Nova do Cabo	-7,4815	40,1811	Núcleo de Povoamento	pré-história Recente
161	22003	Quinta das Malhosas 1	Fundão, Valverde, Donas, A. de Joanes e A. Nova do Cabo	-7,5243	40,1787	Vestígios de Superfície	Romano
162	19347	Quinta das Narcas	Fundão, Valverde, Donas, A. de Joanes e A. Nova do Cabo	-7,4905	40,1615	Anta	pré-história Recente
163	33818	Quinta do Campo	Fundão, Valverde, Donas, A. de Joanes e A. Nova do Cabo	-7,5155	40,1610	Casal	Romano
164	25889	Quinta do Ouro	Fundão, Valverde, Donas, A. de Joanes e A. Nova do Cabo	-7,4972	40,1308	Quinta	Romano
165	16634	Tapada da Caçoa	Fundão, Valverde, Donas, A. de Joanes e A. Nova do Cabo	-7,4862	40,1780	Casal	Romano
166	16879	Ponte da Meimoa 1	Fundão, Valverde, Donas, A. de Joanes e A. Nova do Cabo	-7,4891	40,1852	Vestígios Diversos	pré-história Recente
167	4134	Adro da Igreja de Joanes	Fundão, Valverde, Donas, A. de Joanes e A. Nova do Cabo	-7,5212	40,1366	Sarcófago	Medieval cristão
168		Quinta da Ponte Velha	Alcaria	-7,5167	40,1834	Indeterminado	Romano
169	33393	Quinta do Feital	Fundão, Valverde, Donas, A. de Joanes e A. Nova do Cabo	-7,5135	40,1425	Casal	Romano
170	26243	São Pelágio	Fundão, Valverde, Donas, A. de Joanes e A. Nova do Cabo	-7,5162	40,1328	Quinta	Romano
171	16880	Ponte da Meimoa 2	Fundão, Valverde, Donas, A. de Joanes e A. Nova do Cabo	-7,4902	40,1866	Vestígios Diversos	pré-história Recente
172	12244	Valverde	Fundão, Valverde, Donas, A. de Joanes e A. Nova do Cabo	-7,4742	40,1527	Habitat (?)	Romano
173		Antigo Convento do Seixo	Fundão	-7,5112	40,1331	Convento	Moderno
174		gravuras S. Brás	Fundão, Valverde, Donas, A. de Joanes e A. Nova do Cabo	-7,5008	40,1238	Arte Rupestre	Proto-história
175	14759	Argemela	Lavacolhos	-7,6040	40,1550	Povoado	Proto-história
176	23380	Maunça	Lavacolhos	-7,6500	40,0941	Indeterminado	Indeterminado
177		Casa Nova	Orca	-7,3911	40,0811	Villa, Romano	Romano
178		Pena Lobo	Orca	-7,3636	40,0793	Sepulturas	Antiguidade tardia
179		Sítio da Presa	Orca	-7,3543	40,0521	Villa	Romano
180	3971	Orca 1	Orca	-7,3685	40,0485	Anta	pré-história Recente

N.º	CNS	Designação	Localização	x	y	Tipo Sítio	Período Cronológico
181		Vale das Vinhas	Orca	-7,3299	40,0611	Indeterminado	Indeterminado
182	10379	Orca 2	Orca	-7,3703	40,0467	Estacão de Ar Livre	Romano
183	38073	Poste Ren L2160	Orca	-7,3703	40,0467	Forno	Romano
184	4063	Zebras	Orca	-7,3939	40,0230	Achado(s) Isolado(s)	Pré-história Recente
185	15988	Vale Feitoso / Quinta da Samaria	Pêro Viseu	-7,4537	40,2132	Povoado	Proto-história
186	25992	Lagariças do Vale Feitoso	Pêro Viseu	-7,4593	40,2041	Lagar	Idade Média
187	3052	Lameira do Forno	Pêro Viseu	-7,4549	40,1931	via	romano
188	26709	Meal Redondo	Pêro Viseu	-7,4349	40,2189	Povoado	Proto-história
189	21848	Pêro Viseu I	Pêro Viseu	-7,4519	40,2017	vestígios de superfície	Romano
190	3048	Pêro Viseu	Pêro Viseu	-7,4432	40,2076	Inscrição	Romano
191	26006	Rolo	Pêro Viseu	-7,4487	40,2078	Casal	Romano
192	3053	Romaxa	Pêro Viseu	-7,4517	40,2032	Casal	Romano
193	3049	São Marcos	Pêro Viseu	-7,4484	40,2012	Via	Romano
194	16718	Juais	Pêro Viseu	-7,4091	40,1929	Abrigo	Romano
195		S. Romão	Pêro Viseu	-7,4462	40,2068	Igreja	Idade Media
196		Lage das cruzinhas	Pêro Viseu	-7,4514	40,2149	Achado isolado	Indeterminado
197	21849	Calcada da Lameira do Forno / Vale Feitoso	Pêro Viseu	-7,4591	40,2086	Via	Romano
198	5336	Corricão	Povoa da Atalaia	-7,4092	40,0767	Vestígios Diversos	Romano
199	10387	Atalaia do Campo	Atalaia do Campo	-7,4351	40,0542	Inscrição	Romano
200	3525	Póvoa da Atalaia	Povoa da Atalaia	-7,4328	40,0642	Inscrição	Romano
201	21846	Quinta do Barbado 1	Povoa da Atalaia	-7,3905	40,0676	Vestígios de Superfície	Romano Paleolítico Inferior e Paleolítico Médio
202	21847	Quinta do Barbado 3	Povoa da Atalaia	-7,3905	40,0725	Vestígios de Superfície	Romano
203		Lameirão	Silvares	-7,6390	40,1434	Casal, Romano	Romano
204		Monte das Sobreiras / Monte do Capacho	Soalheira	-7,4669	40,0391	Casal	Romano
205	11262	Giesteira	Soalheira	-7,4779	40,0001	Vestígios de Superfície	Romano
206	3290	Soalheira	Soalheira	-7,4835	40,0330	Achado(s) Isolado(s)	Proto-história
207		Giesteira/Ribeira do Mioso 2	Soalheira	-7,4832	39,9961	Vestígios de Superfície	Vestígios de Superfície
208	30156	Mastro	Souto da Casa	-7,5632	40,0742	Arte Rupestre	Pré-história recente
209		Picoto	Souto da Casa	-7,5225	40,1206	Povoado	Proto-história
210		Igreja Matriz do souto da Casa	Souto da Casa	-7,5441	40,1207	Achado(s) Isolado(s)	romano
211		S. Gonçalo	Souto da Casa	-7,5290	40,0995	Capela (?)	medieval
212		Serrado	Souto da Casa	-7,5532	40,1164	Casal	Idade Media
213	10383	Carantonha I	Telhado	-7,5585	40,1721	Quinta	Romano
214	26238	Carantonha II	Telhado	-7,5562	40,1720	Casal	Romano
215	26240	Costa da Galinha	Telhado	-7,5440	40,1766	Casal	Romano
216	26861	Serra do Gomes	Telhado	-7,5851	40,1434	Monumento Megalítico	Pré-história recente

N.º	CNS	Designação	Localização	x	y	Tipo Sítio	Período Cronológico
217	33686	Estela da Idade do Bronze de Telhado	Telhado	-7,5583	40,1546	Estela	Proto-história
218	26241	Freixial	Telhado	-7,5599	40,1361	Inscrição	Romano
219		Souto do Senhor	Telhado	-7,5807	40,1449	Povoado	Pré-história recente
220	10389	Telhado	Telhado	-7,5579	40,1613	Inscrição	Romano
221	26239	Casal de Santa Maria	Telhado	-7,5763	40,1467	Villa	Romano
222	26239	Capela da Senhora do Mosteiro	Telhado	-7,5788	40,1478	Vicus	Romano
223	16767	Coito de Baixo I / Cabeças	Salgueiro	-7,3008	40,2137	Abrigo	Romano
224	16764	Coito de Baixo II	Salgueiro	-7,3041	40,2136	Casal	Romano
225	10377	Anta de Salgueiro / Moita do espinheiral	Salgueiro	-7,3196	40,2100	Anta	Pré-história Recente
226	15965	Cabeço do Escarigo	Escarigo	-7,2974	40,2529	Povoado	Proto-história
227	16772	Casal I	Três Povos	-7,2850	40,2438	Casal	Romano
228	16773	Casal II	Três Povos	-7,2805	40,2411	Casal	Romano
229	16737	Quinta da Malta VII	Três Povos	-7,3291	40,2099	Abrigo	Romano
230	16760	Quinta de João Silvestre II	Três Povos	-7,3085	40,2075	Casal	Romano
231	16754	Quinta do João Silvestre I	Três Povos	-7,3121	40,2084	Abrigo	Romano
232	16738	Prado Vasco I	Salgueiro	-7,3286	40,2045	villa	Romano
233	16743	Prado Vasco III	Três Povos	-7,3262	40,2045	abrigo	Romano
234	26233	Quinta da Caldeirinha	Escarigo	-7,2820	40,2177	abrigo	Romano
235	15968	Quinta da Caneca I	Salgueiro	-7,3351	40,2300	villa	Romano
236	26226	Quinta da Caneca II	Salgueiro	-7,3282	40,2263	Quinta	Romano
237	16762	Moita do Pinhal	Salgueiro	-7,3062	40,2106	Casal	Romano
238	20893	Quintãs	Quintãs	-7,2957	40,2452	Forno	Romano
239	15966	Sítio das Poldras / Coito de Cima II	Três Povos	-7,2964	40,2190	Mancha de Ocupação	Romano
240	15967	Tapada da Ribeira / Coito de Cima I	Três Povos	-7,2931	40,2191	Casal	Romano
241	16778	Tapada do Seixo	Escarigo	-7,2730	40,2284	Abrigo	Romano
242	26234	Terra do Cano	Três Povos	-7,3200	40,2482	Casal	Romano
243	16775	Vale de Casal I	Escarigo	-7,2754	40,2248	Casal	Romano
244	16779	Vale do Casal II	Escarigo	-7,2696	40,2207	Abrigo	Romano
245	26237	Vale do Gaiato	Escarigo	-7,2757	40,2450	Abrigo	Romano
246	16761	Quinta do João Silvestre III	Salgueiro	-7,3109	40,2062	Abrigo	Romano
247	16768	Quinta do Vale Carneiro I	Três Povos	-7,2917	40,2389	Abrigo, Romano	Romano
248	16770	Quinta do Vale Carneiro II	Três Povos	-7,2858	40,2402	Abrigo, Romano	Romano
249	5133	Escarigo	Escarigo	-7,2951	40,2488	Quinta	Romano
250	16771	Fragana	Escarigo	-7,2905	40,2429	Casal	Romano
251	10391	Inscrição de Salgueiro	Salgueiro	-7,3038	40,2399	Inscrição	Romano
252	16774	Lameira da Tenda	Salgueiro	-7,2764	40,2401	Casal	Romano
253	16748	Lameira Longa I	Salgueiro	-7,3113	40,2269	Abrigo	Romano
254	16749	Lameira Longa II	Salgueiro	-7,3083	40,2291	Abrigo	Romano
255	16751	Lameira Longa III	Salgueiro	-7,3048	40,2273	Casal	Romano

N.º	CNS	Designação	Localização	x	y	Tipo Sítio	Período Cronológico
256	16746	Lameirões I	Salgueiro	-7,3133	40,2339	Casal	Romano
257	16747	Lameirões II	Salgueiro	-7,3106	40,2291	Abrigo	Romano
258		N. Senhora do Rosário	Quintãs	-7,2967	40,2427	Igreja	Idade Media
259		S. Bartolomeu	Salgueiro	-7,3039	40,2390	Igreja	Idade Media
260	16776	Lavajola		-7,2725	40,2266	Abrigo	Romano
261		Vale Carrazedo	Escarigo	-7,3059	40,2564	Achado isolado	Romano
262	26215	Miliário do Coito de Cima	Três Povos	-7,2972	40,2227	Miliario	Romano
263		Quinta de Antão Alves	Mata da Rainha	-7,3042	40,1161	quinta	Romano
264		Lagar Velho II	Vale de Prazeres	-7,3220	40,1565	Casal	Romano
265		Lagar Velho III	Vale de Prazeres	-7,3160	40,1540	Casal	Romano
266		Quinta das Alagoas	Vale de Prazeres	-7,3037	40,1557	indeterminado	indeterminado
267		Casinhas	Vale de Prazeres	-7,3364	40,1447	Pequeno sítio	Romano
268		Rapoula I	Vale de Prazeres	-7,3252	40,1441	Pequeno sítio	Romano
269	10385	Torre dos Namorados	Quintas da Torre	-7,3021	40,1361	Núcleo de Povoamento	Romano
270	26714	Cabeça de Boi	Mata da Rainha	-7,3394	40,1108	Povoado	Indeterminado
271	12247	Catrão	Catrão	-7,3860	40,1079	Villa	Romano e Alta Idade Média
272		Sepultura do Catrão	Catrão	-7,3765	40,1047	Sepultura	Alta Idade Média
273	10460	Mata da Rainha	Mata da Rainha	-7,3139	40,1026	Inscrição	Romano
274	26708	Peixeira	Mata da Rainha	-7,2981	40,1201	Povoado	Indeterminado
275	10384	Póvoa Palhaça	Póvoa Palhaça	-7,3442	40,1249	Estacão de Ar Livre	Romano
276	33848	Sítio do Foro	Monte Leal	-7,4011	40,1097	Sepultura	Idade Média
277	5009	Vale de Prazeres	Vale de Prazeres e Mata da Rainha	-7,4316	40,1102	Mancha de Ocupação	Romano
278	31549	Vale de Prazeres 1 e 2	Vale de Prazeres e Mata da Rainha	-7,4264	40,1068	Via	indeterminado
279	5474	Covilhã Velha	Vale de Prazeres	-7,3423	40,1366	Povoado Fortificado	Proto-história
280		Rapoula II	Vale de Prazeres e Mata da Rainha	-7,3245	40,1425	Sepultura	Idade Media
281		Rapoula III	Vale de Prazeres e Mata da Rainha	-7,3226	40,1467	Pequeno sítio	Romano
282		Rapoula IV	Vale de Prazeres e Mata da Rainha	-7,3201	40,1467	Casal	Romano
283		Rapoula V	Vale de Prazeres e Mata da Rainha	-7,3204	40,1447	Villa	Romano
284		Bica I	Vale de Prazeres e Mata da Rainha	-7,3121	40,1493	Pequeno sítio	Romano
285		Bica II	Vale de Prazeres e Mata da Rainha	-7,3132	40,1472	Pequeno sítio	Romano
286		Bica III	Vale de Prazeres e Mata da Rainha	-7,3131	40,1454	casal	Romano
287		Bica IV	Vale de Prazeres e Mata da Rainha	-7,3087	40,1504	Pequeno sítio	Romano
288		Bica V	Vale de Prazeres e Mata da Rainha	-7,3082	40,1477	Indeterminado	Indeterminado
289		Bica VI	Vale de Prazeres e Mata da Rainha	-7,3101	40,1431	Pequeno sítio	romano
290		Bica VII	Vale de Prazeres e Mata da Rainha	-7,3060	40,1458	casal	romano

N.º	CNS	Designação	Localização	x	y	Tipo Sítio	Período Cronológico
291		Quinta da Feijoeira I	Vale de Prazeres e Mata da Rainha	-7,3007	40,1512	casal	romano
292		Quinta da Feijoeira II	Vale de Prazeres e Mata da Rainha	-7,2961	40,1501	Quinta	romano
293		Quinta da Feijoeira III	Vale de Prazeres e Mata da Rainha	-7,3021	40,1485	Pequeno sítio	romano
294		Quinta da Feijoeira IV	Vale de Prazeres e Mata da Rainha	-7,2994	40,1477	casal	romano
295		Quinta da Feijoeira V	Vale de Prazeres e Mata da Rainha	-7,3018	40,1442	casal	romano
296		Quinta da Feijoeira VI	Vale de Prazeres e Mata da Rainha	-7,2999	40,1451	casal	romano
297		Quinta da Feijoeira VII	Vale de Prazeres e Mata da Rainha	-7,3027	40,1463	casal	romano
298		Quinta do Pedro	Vale de Prazeres e Mata da Rainha	-7,3141	40,1371	lagar	Indeterminado
299		Casambo I	Vale de Prazeres e Mata da Rainha	-7,3163	40,1323	Quinta (?)	romano
300		Catrão I	Vale de Prazeres e Mata da Rainha	-7,3588	40,1208	Indeterminado	Indeterminado
301		Catrão II	Vale de Prazeres e Mata da Rainha	-7,3526	40,1194	casal	romano
302		Catrão V	Vale de Prazeres e Mata da Rainha	-7,3514	40,1181	casal	romano
303	26716	Tapado Fundeira	Vale de Prazeres e Mata da Rainha	-7,3282	40,1225	indeterminado	Indeterminado
304		Rapoula VI	Vale de Prazeres e Mata da Rainha	-7,3212	40,1441	Sepultura	Idade Média
305		Rapoula VII	Vale de Prazeres e Mata da Rainha	-7,3182	40,1444	Indeterminado	Romano
306		Rapoula VIII	Vale de Prazeres e Mata da Rainha	-7,3181	40,1435	Sepultura	Idade Media
307		Torre dos Namorados I - Vale Velho	Vale de Prazeres e Mata da Rainha	-7,2964	40,1416	casal	romano
308		Torre dos Namorados II - Caniça	Vale de Prazeres e Mata da Rainha	-7,2947	40,1415	casal	romano
309		Torre dos Namorados III- Vale Cortiço	Vale de Prazeres e Mata da Rainha	-7,2955	40,1356	Quinta	romano
310		Torre dos Namorados IV - Vale Cortiço I	Vale de Prazeres e Mata da Rainha	-7,2895	40,1338	Quinta	romano
311	23840	Quinta dos Coitos	Vale de Prazeres e Mata da Rainha	-7,3090	40,1375	Lagar	romano
312		Casambo II	Vale de Prazeres e Mata da Rainha	-7,3154	40,1314	Sepultura	Idade Media
313		Casambo III	Vale de Prazeres e Mata da Rainha	-7,3179	40,1316	Sepultura	Idade Media
314		Catrão VI	Vale de Prazeres e Mata da Rainha	-7,3506	40,1170	Sepultura	Idade Media
315		Lagar Velho I	Vale de Prazeres e Mata da Rainha	-7,3243	40,1562	Pequeno sítio	Romano
316		Caparrosa	Vale de Prazeres e Mata da Rainha	-7,2886	40,1283	Quinta	Romano

N.º	CNS	Designação	Localização	x	y	Tipo Sítio	Período Cronológico
317		Catrão III	Vale de Prazeres e Mata da Rainha	-7,3596	40,1187	Pequeno sítio	Romano
318		Cabanais de Baixo	Vale de Prazeres e Mata da Rainha	-7,3373	40,1165	Casal, Romano	Romano
319	26708	Peixeira	Vale de Prazeres e Mata da Rainha	-7,2972	40,1213	Núcleo de povoamento	indeterminado
320		Piçarra	Vale de Prazeres e Mata da Rainha	-7,2919	40,1199	Casal	Romano
321		Vale das Vacas I	Vale de Prazeres e Mata da Rainha	-7,3033	40,1114	Quinta	Romano
322		Vale das Vacas II	Vale de Prazeres e Mata da Rainha	-7,3054	40,1064	Casal	Romano

Fonte: Câmara Municipal do Fundão

8.7 PATRIMÓNIO IMATERIAL

A inventariação do Património Cultural Imaterial realiza-se com recurso a uma base de dados em linha de acesso público, universal e gratuito, o *MatrizPCI*, sistema de informação pioneiro a nível internacional, que suporta e promove a realização do procedimento de proteção legal do património cultural imaterial, de forma integralmente desmaterializada, com recurso exclusivo às tecnologias da informação.

De acordo com este inventário, no concelho do Fundão identifica-se apenas o seguinte registo de património cultural imaterial:

> **Construção de Bombos e Caixas no Concelho do Fundão** (N.º de inventário: PROC/0000000077) - A construção e os conhecimentos associados ao fabrico de bombos e caixas no aro concelhio do Fundão é hoje assegurada por dez artesãos nas seguintes localidades: Alcaide, Alcaria, Alcongosta, Aldeia Nova do Cabo, Lavacolhos, Salgueiro e Silvares. Essa construção é artesanal e baseia-se em métodos tradicionais, que são transmitidos, por observação e aprendizagem, de geração em geração. As caixas e bombos construídos neste contexto integram, no concelho do Fundão, especificidades próprias quanto à técnica de construção, aos materiais utilizados e ao som que deles se extrai. Deverá também salientar-se a originalidade da constituição instrumental dos conjuntos musicais que os bombos e caixas integram, bem como do seu reportório e da forma de o interpretar. Contexto social: a construção de bombos e caixas ocorre nas pequenas comunidades rurais do concelho do Fundão, relacionada com a prática musical dos chamados "bombos", grupos de bombos, caixas e pífaro que são presença ativa nas romarias do concelho, máxime a da Santa Luzia, no lugar do Castelejo, aonde acorrem gentes de toda a Cova da Beira e também das abas das serras da Gardunha, Estrela e Açor, bem como nas pequenas festas locais. Contexto territorial: os construtores de caixas e bombos estão sedeados nas aldeias do aro concelhio do Fundão suprarreferidas. Contexto temporal: a construção de caixas e bombos

não tem data nem época específica ou fixa. É uma atividade ocasional e irregular, embora constante, com especial incidência no período da Primavera/Verão, quando ocorre mais atividade performativa dos grupos musicais populares constituídos por bombos, caixas e pífaros.

Fotografia 233: Construção de Bombos no concelho do Fundão

Fonte: DGPC, MatrizPCI; 7maravilhas.pt/

8.8 SÍNTESE CONCLUSIVA

O concelho do Fundão reúne um conjunto muito significativo de valores patrimoniais. Além de vestígios de fortificações, de igrejas, de capelas, de solares, de casas tradicionais, etc., destacam-se ainda alguns sítios e conjuntos com interesse, com potencialidades para que se assumam como um atrativo turístico.

Algumas localidades têm assumido uma maior preocupação no que diz respeito à preservação e valorização do espólio patrimonial, muito embora existam alguns imóveis que parecem esquecidos. Deverá estruturar-se uma estratégia de intervenção para o concelho que permita o desenvolvimento equilibrado, sustentado e harmonioso dos aglomerados, promovendo a requalificação da imagem urbana e a salvaguarda do património.

Importa referir as ações do Município quanto à classificação patrimonial das aldeias, bem como a elaboração de regulamentos municipais de proteção nos aglomerados com interesse e relevo patrimonial e histórico (Castelo Novo, Alpedrinha, Janeiro de Cima, Barroca Grande, Zona Antiga do Fundão), e a própria classificação da Paisagem Protegida Regional da Serra da Gardunha (também com regulamento).

A Câmara Municipal tem assumido um papel de destaque neste processo, designadamente no sentido de promover a requalificação do património e de sensibilizar a população para a necessidade de salvaguardar valores que constituem uma das mais-valias do concelho.

9. REDE URBANA

"*O programa nacional da política de ordenamento do território, os programas regionais, os programas intermunicipais e os programas setoriais relevantes, definem os princípios e as diretrizes que concretizam as orientações políticas relativas à distribuição equilibrada das funções de habitação, trabalho e lazer, bem como à otimização de equipamentos e infraestruturas* (…)" (RJIGT-Decreto-Lei n.º 80/2015, de 14 de maio, na redação atual).

Nestes pressupostos, a análise do cenário atual das ofertas de funções ou serviços públicos e privados reveste-se de importância acrescida, por forma a auscultar o ponto de partida da organização territorial, permitindo uma gestão futura mais racional e sustentada do espaço físico e a distribuição de investimentos face às ofertas já existentes.

O Plano Diretor Municipal dispõe acerca da definição do zonamento para localização das diversas funções urbanas, designadamente comerciais e de serviços, face às condições da área territorial a que respeita, aos objetivos das políticas urbanas e às transformações previstas.

Salgueiro (1992)[18] inclui nos cânones de definição do conceito de cidade não apenas a forma de ocupação do território como também as atividades económicas desenvolvidas no seu interior. A verdade é que a organização urbana assenta em grande medida sobre pressupostos de oferta de bens e serviços, o mesmo número de residentes pode corresponder a realidades bem distintas.

A centralidade de um espaço urbano é definida então por vários parâmetros, um dos principais está ligado aos serviços que oferece e à escala de importância que estes têm no quotidiano dos cidadãos, quer se trate de necessidades do dia-a-dia (procura diária) ou se são apenas prestados esporadicamente.

Importa, por isso, perceber a importância e a hierarquia destas localidades no contexto do concelho do ponto de vista da centralidade das funções que apresentam e da população que albergam.

9.1 METODOLOGIA

Foram analisadas duas vertentes para a definição final da hierarquia dos centros urbanos. Em primeira instância a dimensão demográfica: onde se concentram os maiores volumes de população residente; as áreas menos povoadas; em que centros se verificou o maior declínio e onde, por oposição, se reforçou o número de residentes. Este indicador é importante uma vez que a dinâmica de instalação dos indivíduos e de desenvolvimento de funções centrais estão intimamente ligados. É por excelência a informação utilizada no estudo da hierarquia dos aglomerados/ centros urbanos. Não obstante, os dados

[18] Salgueiro, T. B. (1992). A cidade em Portugal.

datam de 2011 (por serem, no momento, os últimos dados oficiais por lugar), razão pela qual, a análise pode estar ligeiramente distorcida, embora se creia que estruturalmente semelhante em 2020.

O segundo parâmetro foi a dimensão funcional do setor público, nomeadamente as funções exercidas pelos equipamentos de utilização coletiva. Os dados das funções centrais do setor público datam de 2020 e foram consideradas as tipologias daqueles que efetivamente satisfazem as necessidades mais básicas da população, nomeadamente as relativas à educação, ao apoio social, à saúde, ao desporto, à cultura e à prevenção e segurança. O equipamento religioso/de culto não foi considerado (igrejas e cemitérios), nem foram considerados os equipamentos administrativos (tribunais, repartições de finanças, etc.), por serem equipamentos/serviços que existem, de um modo geral, em todas as sedes concelhias.

As definições das expressões utilizadas ao nível da análise da dotação funcional, são :i) **Centro urbano (ou Lugar Central)** - aglomerado onde se localiza uma ou mais funções centrais; ii) **Função Central** - tipo de estabelecimento comercial ou de serviços que exerce a sua atividade a partir de um ponto central relativamente à população que serve; iii) **Unidade funcional** - cada unidade da função central.

Os centros urbanos integrantes do sistema urbano municipal e identificados enquanto tal, referem-se à **cidade do Fundão**, às **Vilas de Alpedrinha, Soalheira e Silvares**, às **sedes das restantes 19 freguesias** e a **2 aglomerados** (Valverde e Donas) que antes da Lei n.º 11-A/2013de 28 de janeiro, eram sedes de freguesia e, cumulativamente, possuiam em 2011, uma dimensão demográfica significativa, isoladamente ou se associados a outros lugares próximos e constituindo um conjunto funcional (superior a 450 habitantes). No total **contabilizam-se 25 centros**. Todos os restantes lugares do concelho são integradas num último nível e designados de "restantes lugares".

O sistema urbano do Fundão tem subjacente a junção de alguns lugares num mesmo perímetro urbano ou situações de tal proximidade física entre lugares, que os torna, ou se deseja que no futuro se tornem, um conjunto funcional. Nesta situação, encontram-se os centros urbanos designados de:

- **Fundão** (agrega os lugares de Fundão, Aldeia de Joanes e Aldeia Nova do Cabo)
- **Póvoa da Atalaia** (agrega os lugares de Póvoa da Atalaia e Atalaia do Campo)
- **Três Povos** (agrega os lugares de Salgueiro, Quintãs e Escarigo)
- **Valverde** (agrega os lugares de Valverde, Carvalhal e Rosales)
- **Pêro Viseu** (agrega os lugares de Pêro Viseu e Sancha)
- **Vale dos Prazeres** (agrega Vale dos Prazeres e Cortiçada)
- **Donas** (agrega os lugares de Donas e Teixugas)

Ao longo do texto, quando se mencionam estes centros, está a referir-se a estas agregações como um todo.

9.2 DIMENSÃO DEMOGRÁFICA

Com exceção da cidade do Fundão (e de Telhado) na última década censitária (2001/2011), todos os restantes centros do sistema urbano concelhio registaram perdas demográficas com maior ou menor intensidade. Os que mais perderam, em termos relativos foram (> que 15%): Bogas de Cima, Castelo Novo, Três Povos, Souto da Casa, Barroca, Alcaide, Orca, Pêro Viseu e Póvoa da Atalaia. Os centros que registaram as menores perdas (< 5%) foram: Enxames, Lavacolhos, Fatela, Valverde, Donas e Alcaria.

Neste contexto, a cidade o Fundão viu reforçada a sua dimensão demográfica em 6,2%, concentrando assim cerca de 2/3 da população concelhia. Também Telhado registou um ligeiro reforço, no entanto pouco expressivo, por se tratar de um centro populacional de dimensão modesta.

A macrocefalia da cidade do Fundão é evidenciada pelo desfasamento entre o peso demográfico da cidade no concelho e o peso dos núcleos urbanos imediatamente mais populosos, que eram, em 2011, Valverde, Póvoa da Atalaia, Silvares, Alpedrinha e Soalheira, os quais, todos juntos, representam 17% da população concelhia.

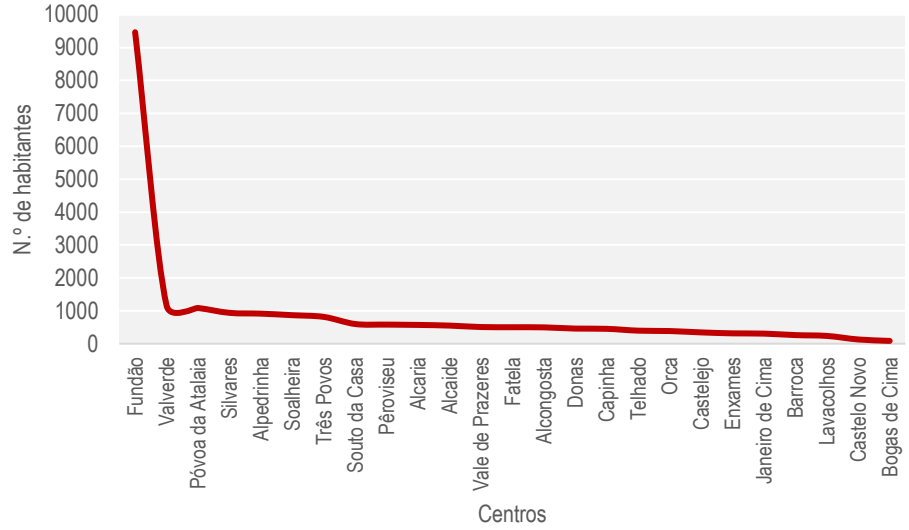
Quadro 28: Evolução da população dos centros urbanos do Fundão, 2001/2011

N.º de ordem	Centros urbanos	População			
		2001	2011	Var.%	% no concelho
1º	Fundão	8918	9467	6,2	32,4
2º	Valverde	1209	1159	-4,1	4,0
3º	Póvoa da Atalaia	1276	1085	-15,0	3,7
4º	Silvares	1050	937	-10,8	3,2
5º	Alpedrinha	980	913	-6,8	3,1
6º	Soalheira	1062	866	-18,5	3,0
7º	Três Povos	1022	814	-20,4	2,8
8º	Souto da Casa	750	598	-20,3	2,0
9º	Pêro Viseu	697	580	-16,8	2,0
10º	Alcaria	599	570	-4,8	2,0
11º	Alcaide	669	550	-17,8	1,9
12º	Vale de Prazeres	552	506	-8,3	1,7
13º	Fatela	514	500	-2,7	1,7
14º	Alcongosta	552	496	-10,1	1,7
15º	Donas	478	459	-4,0	1,6
16º	Capinha	521	452	-13,2	1,5
17º	Telhado	389	396	1,8	1,4
18º	Orca	467	384	-17,8	1,3
19º	Castelejo	398	343	-13,8	1,2
20º	Enxames	318	314	-1,3	1,1
21º	Janeiro de Cima	349	306	-12,3	1,0
22º	Barroca	322	261	-18,9	0,9
23º	Lavacolhos	242	236	-2,5	0,8
24º	Castelo Novo	168	128	-23,8	0,4
25º	Bogas de Cima	116	84	-27,6	0,3

N.º de ordem	Centros urbanos	População			
		2001	2011	Var.%	% no concelho
	Total dos Centros	23618	22404	-5,1	76,7
	Total do Concelho	31482	29213	-	-

Fonte: INE- Portugal, Censos 2001 e 2011

Gráfico 35: Escalonamento dos centros urbanos (dimensão demográfica), Fundão, 2011



Fonte: INE- Portugal, Censos 2011

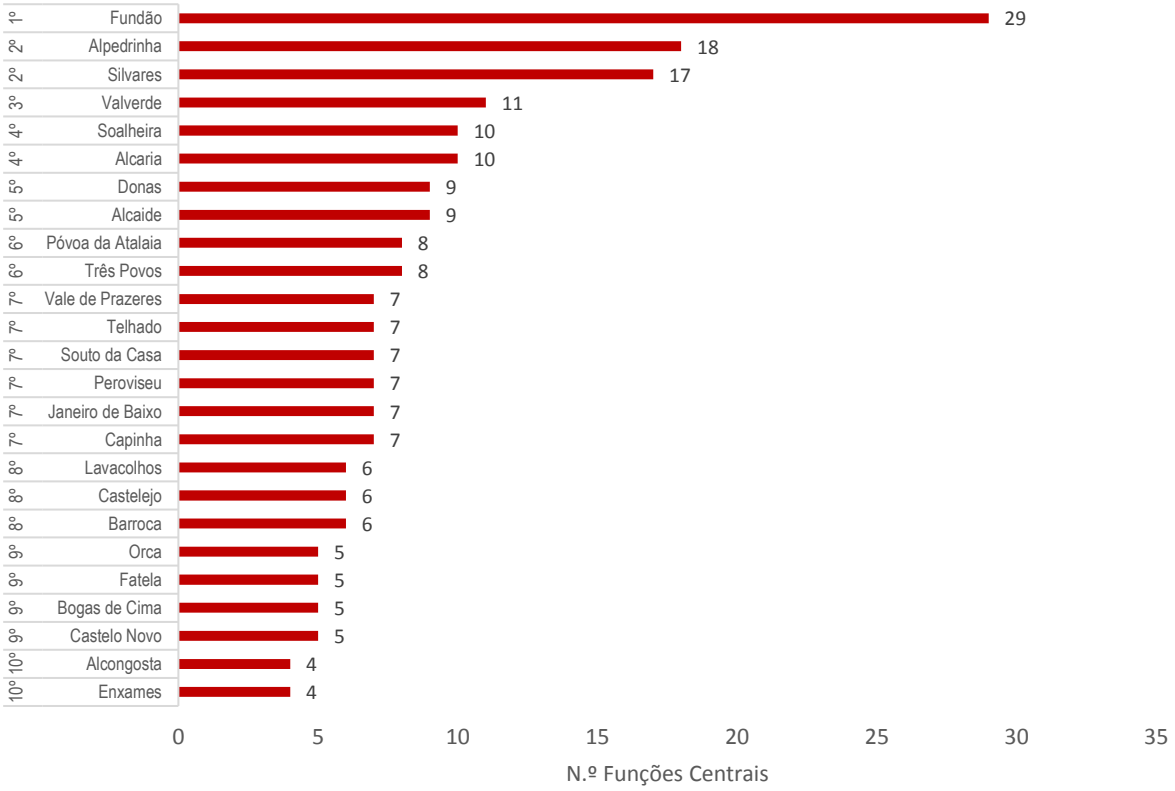
9.3 FUNÇÕES CENTRAIS DO SETOR PÚBLICO

As funções centrais do setor público dizem respeito essencialmente aos serviços e equipamentos de uso coletivo, obedecendo a uma vertente social muito importante. Tendo em vista a distribuição equitativa dos recursos e dos investimentos públicos a localização das funções do setor público depende, em larga medida, de fatores administrativos.

Também nesta matéria, é a cidade do Fundão o grande polo funcional, o qual concentra os equipamentos de nível superior (Hospital, Centro de Saúde, Escola Secundária, Escola Profissional, Biblioteca, Auditório, Estádio Municipal do Fundão, Piscinas Municipais). O restante território concelhio e especificamente, os restantes centros urbanos, estão menos equipados mas não é negligenciável a dotação de muitas das sedes de freguesia, o que permite um acesso relativamente equitativo aos equipamentos sociais (centros de dia, lares e AD), dos equipamentos de saúde (extensões de saúde), educativos (1º CEB) e desportivos (polidesportivos) que existem em praticamente todos os centros (cf. Anexo).

Numa posição cimeira, para além da cidade de Fundão, encontram-se as vilas de Alpedrinha, Silvares e Soalheira, bem como alguns outros centros, como Valverde, Alcaria, Donas e Alcaide.

Gráfico 36: Hierarquia dos centros urbanos de acordo com as funções centrais do setor público, 2020



Fonte: Câmara Municipal do Fundão

9.4 NÍVEIS HIERÁRQUICOS

A polarização socioeconómica e as suas consequências nas estruturas dos espaços estão intimamente ligadas às qualidades funcionais oferecidas permitindo a criação de uma rede hierarquizada numa ação dinamizadora da organização dos lugares. (Oliveira, 1980)[19].

A análise exposta e face aos parâmetros apresentados, permite-nos esboçar uma organização hierárquica dos aglomerados, posicionando-se no **Nível I, o centro urbano do Fundão**, que ocupa em ambos os parâmetros a posição cimeira. O seu grau de urbanidade superior espelha a sede do município como o centro gravitacional de maior importância, uma vez que integra as principais funções

[19] Oliveira, J. M. P. d. (1980). Análise comparativa dos centros urbanos de Portugal (ensaio metodológico): Universidade de Coimbra.

e tem um estatuto administrativo de ordem superior assumindo-se como um polo fundamental de fluxos de pessoas/ bens e serviços. Sendo a sede de concelho, os serviços que apresenta não são apenas de proximidade, contendo funções de elevada centralidade no concelho e até na NUT III Beiras e Serra da Estrela, como são exemplo disso o Hospital do Fundão (Centro Hospitalar Cova da Beira, EPE) ou a escola de ensino artístico (Academia de Música e Dança do Fundão). A **população residente**, numa proporção de **32% do total do concelho** atesta da importância e dinâmica daquele polo urbano/sede municipal face ao total do concelho.

No **nível II** encontram-se quatro aglomerados: **Silvares, Alpedrinha, Soalheira e Valverde**. No seu conjunto, concentravam em 2011, 13% da população concelhia e os três primeiros possuem o estatuto/função de vila. São centros que, apesar de deterem funções muito distintas da sede concelhia e de possuírem dimensões demográficas e funcionais não comparáveis com a cidade do Fundão, possuem alguma relevância territorial, demográfica, funcional e administrativa. Os aglomerados deste nível, apesar de concentrarem muitas funções principais e de constituírem áreas de atração municipal, servindo por isso muitos das outras freguesias envolventes, são tidas como centros gravitacionais de nível inferior face ao Fundão.

No **nível III** incluíram-se 8 núcleos urbanos que albergam 18% da população do concelho: **Póvoa da Atalaia, Três Povos, Alcaria, Alcaide, Vale de Prazeres, Donas, Souto da Casa e Pêro Viseu.** Com exceção de Póvoa da Atalaia, possuíam todos população em torno das 5 centenas de habitantes, embora quase todos sejam centros urbanos em perda, portanto, com vigor funcional potencialmente em queda também. As suas funções são de irradiação estritamente local, salvo raras exceções, como por exemplo, o caso de alguns equipamentos culturais.

O **nível IV** é constituído pelos **restantes 12 centro urbanos**, do total dos 25 elencados no sistema urbano e concentram 13% da população do concelho. Neste grupo os serviços existentes são maioritariamente de proximidade, funções que são utilizadas com muita frequência e, por essa razão, com uma área de influência que se restringe a uma fatia de população que lhes está geograficamente contígua.

Por fim, os **Centros de Nível V** correspondem a todas as outras pequenas aldeias do concelho delimitadas por perímetro urbano e cujas áreas de influência das poucas atividades neles existentes, são de cariz marcadamente local e possuem dimensões demográficas reduzidas.

Quadro 29: Níveis hierárquicos dos centros urbanos do concelho do Fundão

Centro Urbano	Níveis Hierárquicos
Fundão	1º
Alpedrinha Silvares Soalheira Valverde	2º
Três Povos Póvoa da Atalaia Alcaria Alcaide Vale de Prazeres Donas Souto da Casa Pêro Viseu	3º
Castelejo Orca Telhado Fatela Enxames Barroca Capinha Alcongosta Castelo Novo Bogas de Cima Janeiro de Cima Lavacolhos	4º
Restantes lugares	5º

Este escalonamento não tem sofrido grandes alterações ao longo do tempo na medida da manutenção da macrocefalia (reforçada na última década censitária) da cidade e do seu papel inequívoco no sistema urbano concelhio e de alguns centros secundários com importância nas dinâmicas sociodemográficas e económicas, como Silvares, Alpedrinha, Soalheira e Valverde.

Esta é uma análise que se quer dinâmica, devendo, por isso, ser vista numa perspetiva mais holística e necessitando de uma observação à luz do enquadramento socioeconómico do lugar. Ainda assim poderá servir de mote para intervenções futuras quer na diminuição das assimetrias, como no reajuste das distribuições, de forma a tornar mais equitativo o acesso e mais eficazes as intervenções e os investimentos.

10. HABITAÇÃO

As recentes formas de crescimento urbano no Fundão assentam em múltiplos fatores constituindo-se como a conjugação dos tipos de povoamento mais tradicionais com as dinâmicas aceleradas de modernização que tem ocorrido na sociedade portuguesa. A edificação dispersa é uma realidade em grande parte do território nacional que deverá ser regulada, procurando formas de a integrar no planeamento e gestão do território.

Considerando que «*a gestão territorial visa executar a política de solos, de ordenamento do território e de urbanismo e garantir, entre outros parâmetros, a melhoria das condições de vida e de trabalho das populações; e a correta distribuição e localização no território das atividades económicas, das funções de habitação, de trabalho, de cultura e de lazer*»[20] a caraterização da situação da habitação no âmbito da elaboração de um PDM tem como propósito organizar o conhecimento das situações e dos processos por forma a que possa ser útil na definição de ações e políticas (Cardoso, 1991).

Apesar de 10 anos volvidos sobre o último Recenseamento Geral da População e Habitação, não é possível ainda disponibilizar outros dados que não os de 2011 (em abril de 2021 realizar-se-á o próximo momento censitário). Contudo, em todos os casos possíveis (estimativas ou outras estatísticas do INE), foi feita a atualização com dados mais recentes.

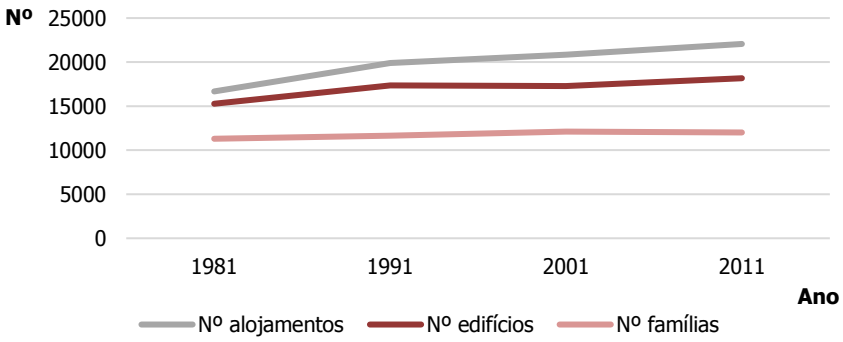
10.1 FAMÍLIAS, EDIFÍCIOS E ALOJAMENTOS

10.1.1 Famílias

O crescimento do número de famílias no concelho Fundão nas décadas de 80 e 90 do século passado, foi confrontado com uma inversão desta tendência na primeira década do presente século, na qual se registou um ligeiro decréscimo de 0,9%, tendo-se passando de 12110, em 2001, para 11995 famílias, em 2011. Em contrapartida, tanto os edifícios como os alojamentos têm tem apresentado acréscimos significativos.

[20] Lei de bases gerais da política pública de solos, de ordenamento do território e de urbanismo - Lei n.º 31/2014, de 30.05

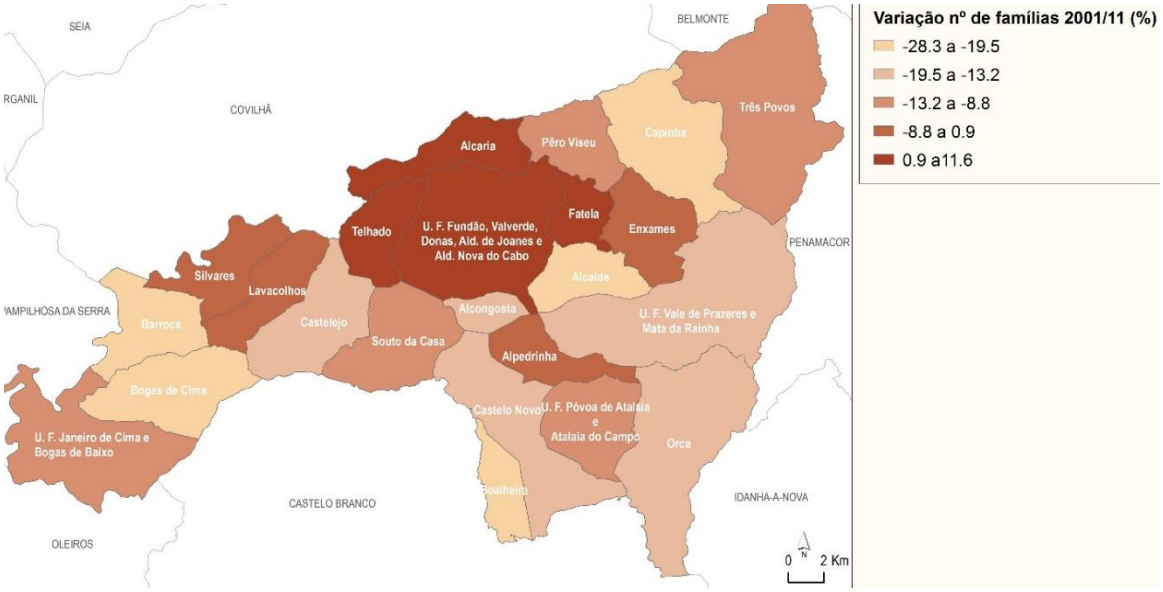
Gráfico 37: Evolução do número de edifícios, alojamentos e famílias, 1981/2011



Fonte: INE-Portugal, Recenseamentos Gerais da População e da Habitação

A variação do número de famílias, apresenta um padrão de distribuição concêntrica no concelho, com as freguesias mais centrais, e que rodeiam a cidade, a mostrarem um crescimento do número de famílias, enquanto as freguesias mais afastadas da cidade, nas franjas da fronteira concelhia, perderam famílias.

Figura 24: Variação do número de famílias, por freguesia, 2001/2011



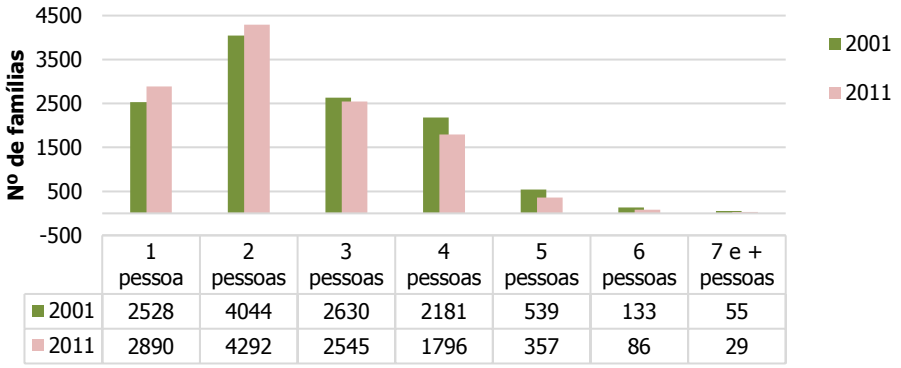
Fonte: INE-Portugal, Censos 2011

No cômputo geral do concelho diminuiu o número de famílias e o número médio de pessoas por família, sendo que o padrão passou a ser, como já referido, a família composta apenas por um ou dois elementos (60% das famílias). Apenas 19% das famílias do concelho têm quatro ou mais elementos

correspondendo a 9 791 indivíduos. A maior fatia, 36% das famílias são compostas por dois elementos, num total de 8 584 residentes.

A variação populacional foi apenas positiva em Fatela e na U. F. Fundão, Valverde, Donas, Aldeia de Joanes e Aldeia Nova do Cabo, contudo, o número de edifícios aumentou em 876 unidades no concelho, comportamento semelhante ao que aconteceu nas Beiras e Serra da Estrela.

Gráfico 38- Evolução do número de famílias segundo a sua dimensão, no concelho do Fundão, 2001/2011



	1 pessoa	2 pessoas	3 pessoas	4 pessoas	5 pessoas	6 pessoas	7 e + pessoas
2001	2528	4044	2630	2181	539	133	55
2011	2890	4292	2545	1796	357	86	29

Fonte: INE-Portugal, Censos 2001 e 2011

10.1.2 Edifícios

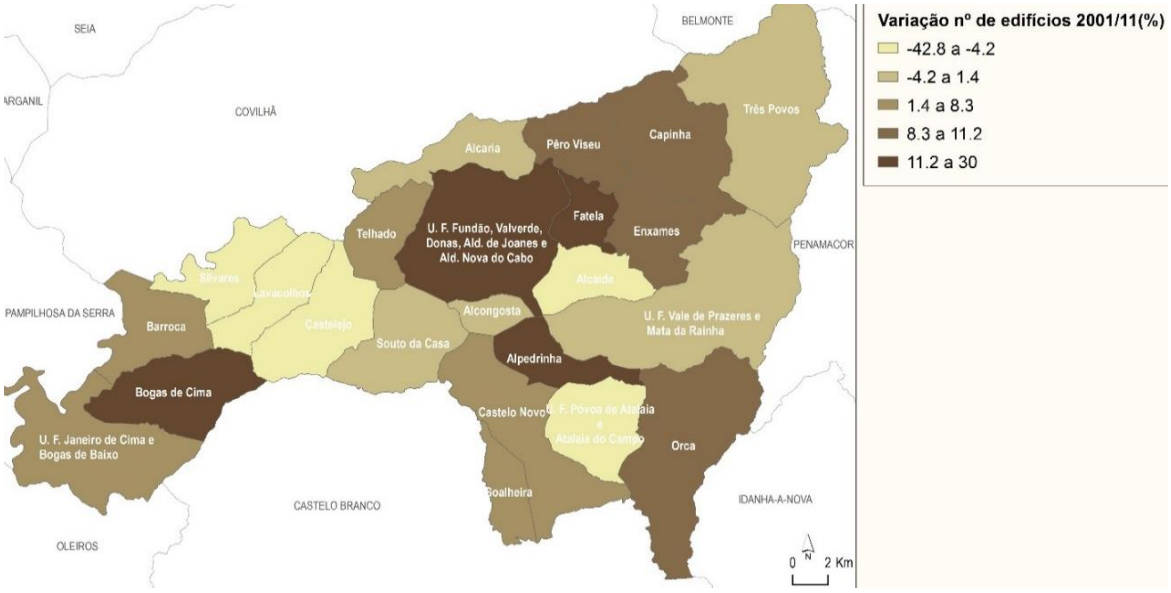
10.1.2.1 Volume e variação recente

Em 2011, o concelho do Fundão contabilizava 18 168 edifícios habitacionais. A variação ocorrida entre 2001 e 2011 rondou os 5% (+876 edifícios), sendo ainda assim o 10º concelho com crescimento mais baixo das Beiras e Serra da Estrela, que em média foi de cerca de 7%.

A U. F. Fundão, Valverde, Donas, Aldeia de Joanes e Aldeia Nova do Cabo com um incremento de 14,5% (606 edifícios), a par com a freguesia de Fatela (30% -146 edifícios), Alpedrinha (19% - 142 edifícios) e Bogas de Cima (13,5% - 48 edifícios), são as freguesias que denotam maior dinamismo na evolução do edificado no período entre os dois momentos censitários. Enquanto aumento absoluto de relevo, este aconteceu na sede do município, com mais 606 edifícios entre 2001 e 2011, Fatela foi a freguesia com maior crescimento em proporção: 30%, de 340 para 486 edifícios.

É pertinente fazer a comparação com o mapa de evolução da população, onde se pode observar que, não obstante a globalidade das freguesias do concelho ter perdido população, a dinâmica de construção não reflete essa perda, tendo mesmo aumentado em freguesias onde a redução de população foi significativa, o que concorre para a explicação do aumento de 5% no número de alojamentos vagos.

Figura 25: Variação do número de edifícios por freguesia, Fundão, 2001/2011



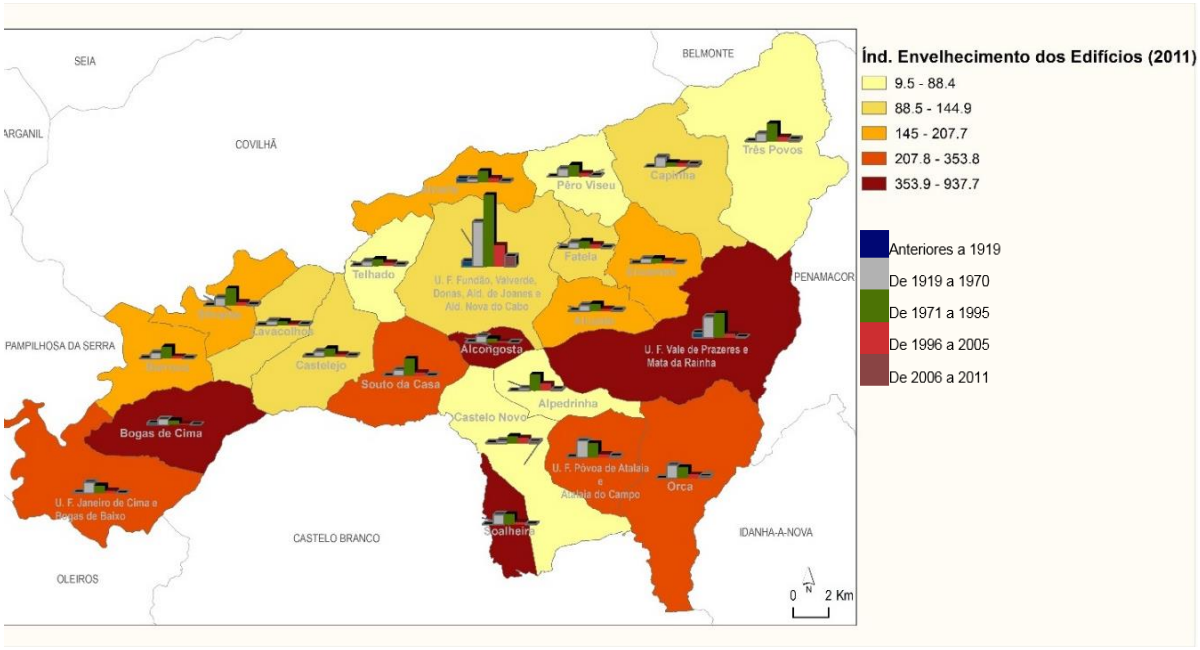
Fonte: INE- Portugal, Censos 2001 e 2011

10.1.2.2 Idade do edificado

A idade do edificado é um importante indicador do estado de conservação do parque habitacional ou da eventual necessidade de intervenção. O índice de envelhecimento, que relaciona o número de edifícios construídos antes da década de 1960 com as construções mais recentes, realizadas após o ano 2000, permite-nos identificar quais as freguesias com o edificado mais antigo. Quanto mais alto o valor do índice, mais envelhecido é o edificado em presença.

No concelho do Fundão, Alpedrinha apresenta o valor mais baixo do conjunto neste cálculo (9.5%) correspondendo a maior fatia dos seus edifícios a construções do período entre 1970 e 1995. Em termos percentuais, Capinha foi a freguesia com valores mais elevados de construções entre 2006 e 2011 (77 novos edifícios), que correspondem a cerca de 14% do parque construído da freguesia. A União das freguesias de Vale de Prazeres e Mata da Rainha, por seu lado, apresenta o índice de envelhecimento mais elevado do conjunto, cerca de metade do seu edificado (48%) é anterior a 1970.

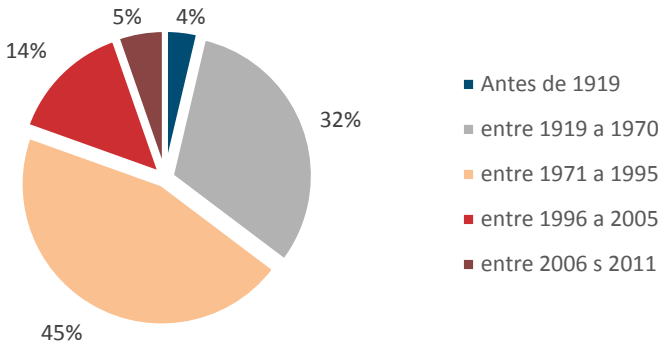
Figura 26: Índice de envelhecimento (N.º) dos edifícios e n.º de edifícios, segundo a época de construção, por freguesia, 2011



Fonte: INE-Portugal, Censos 2011

O concelho do Fundão tem a maior parte do seu edificado datado do intervalo 1971 a 1995 correspondendo a 8210 edifícios.

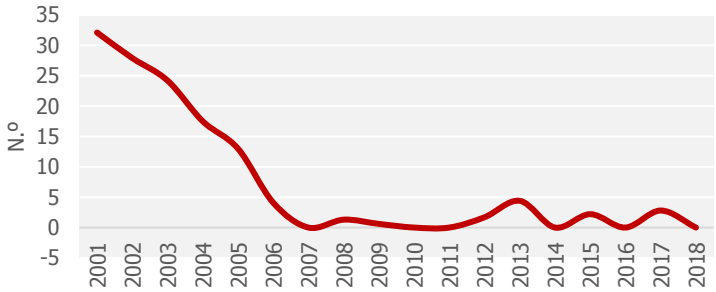
Gráfico 39: Edifícios segundo a época de construção no concelho do Fundão, 2011



Fonte: INE-Portugal, Censos 2011

Não sendo a idade um indicador por si só sintomático de degradação do edifício nota-se, no entanto, que o número de reconstruções tem vindo a decrescer de forma acentuada após um pico no início do século. Desde 2007, o número de reconstruções concluídas por 100 construções novas apresenta valores muito baixos atingindo o número de zero em vários anos.

Gráfico 40: Reconstruções concluídas por 100 construções novas concluídas (N.º), no Fundão, 2001/2018



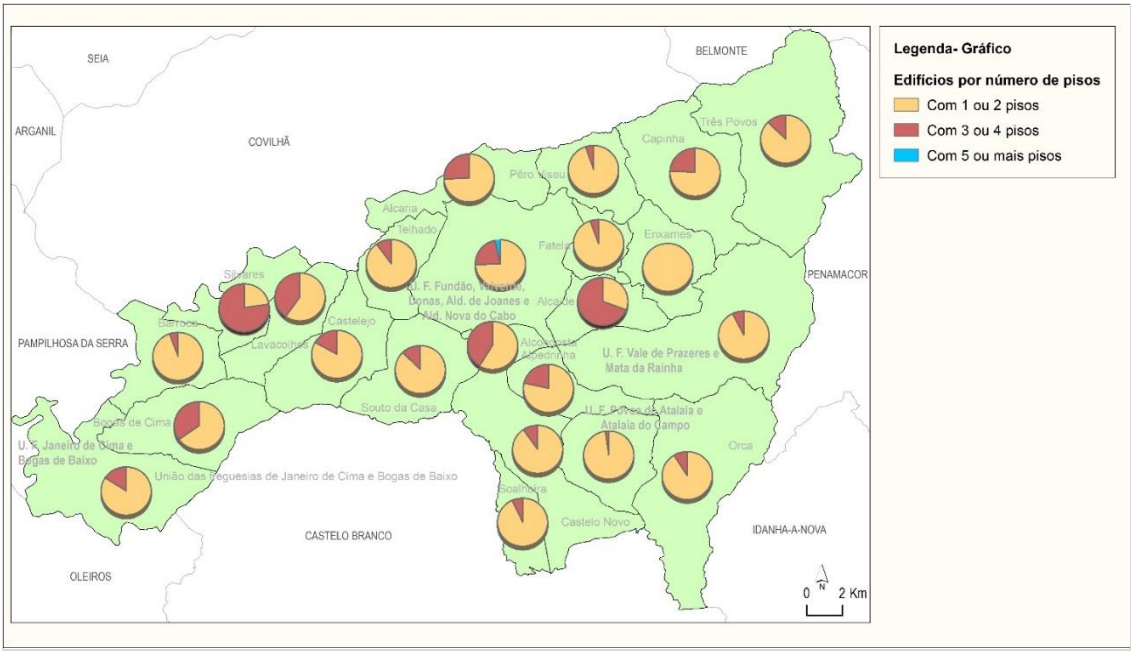
Fonte: INE – Portugal

10.1.2.3 Número de Pisos

O edificado obedece maioritariamente ao padrão de 1 a 2 pisos, fazendo jus ao cariz rural do concelho.

Merecem relevância, pelo padrão diferente, as freguesias de Silvares e Alcaide onde a maioria dos seus edifícios está no intervalo de 3 a 4 pisos, respetivamente 634 e 364. Dos edifícios com mais de quatro pisos que se encontravam, em 2011, na União das freguesias de Fundão, Valverde, Donas, Aldeia de Joanes e Aldeia Nova do Cabo (364), cerca de 90% pertenciam à cidade do Fundão.

Figura 27: Edifícios por número de pisos e freguesia, Fundão, 2011



Fonte: INE-Portugal, Censos 2011

10.1.2.4 Condições de acesso aos edifícios a pessoas com mobilidade condicionada

Não obstante a percentagem representativa de população residente com incapacidades motoras e visuais, *grosso modo*, diretamente relacionadas com o envelhecimento populacional (em 2011, 28% da população concelhia tinha mais de 65 anos), a realidade construtiva e da ocupação humana do território do Fundão antecipam a inexistência de desconformidades ou dificuldades acrescidas às pessoas com mobilidade condicionada. Com efeito, a tipologia dos edifícios predominantes, exemplo de um território rural de baixa densidade, com edificações predominantemente térreas ou de 2 pisos é, por si só, um contexto favorável à mobilidade das pessoas.

Quadro 30: Edifícios construídos estruturalmente para possuir 3 ou + alojamentos, segundo o número de pisos, por acessibilidade a pessoas com mobilidade condicionada e existência de elevador, concelho do Fundão, 2011

Acessibilidade e existência de elevador	Edifícios segundo o número de pisos				
	Total	Com 1	Com 2	Com 3	Com 4 ou +
Entrada acessível à circulação em cadeira de rodas	136	4	14	35	83
Com elevador	51	0	0	2	49
Sem elevador	85	4	14	33	34
Entrada não acessível à circulação em cadeira de rodas	458	5	42	148	263
Com elevador	89	0	0	4	85
Sem elevador	369	5	42	144	178
Concelho do Fundão	**594**	**9**	**56**	**183**	**346**

Fonte: INE, IP – Portugal, Censos 2011

Assim, em 2011, no concelho do Fundão existiam 594 edifícios construídos estruturalmente para possuir 3 ou mais alojamentos e, destes, 458 não possuíam entrada acessível à circulação em cadeira de rodas. Se considerarmos que o concelho do Fundão, contabilizava, em 2011, 18168 edifícios, rapidamente se constata a pouca expressividade de potenciais dificuldades no acesso às habitações municipais (2,5%).

10.1.3 Alojamentos

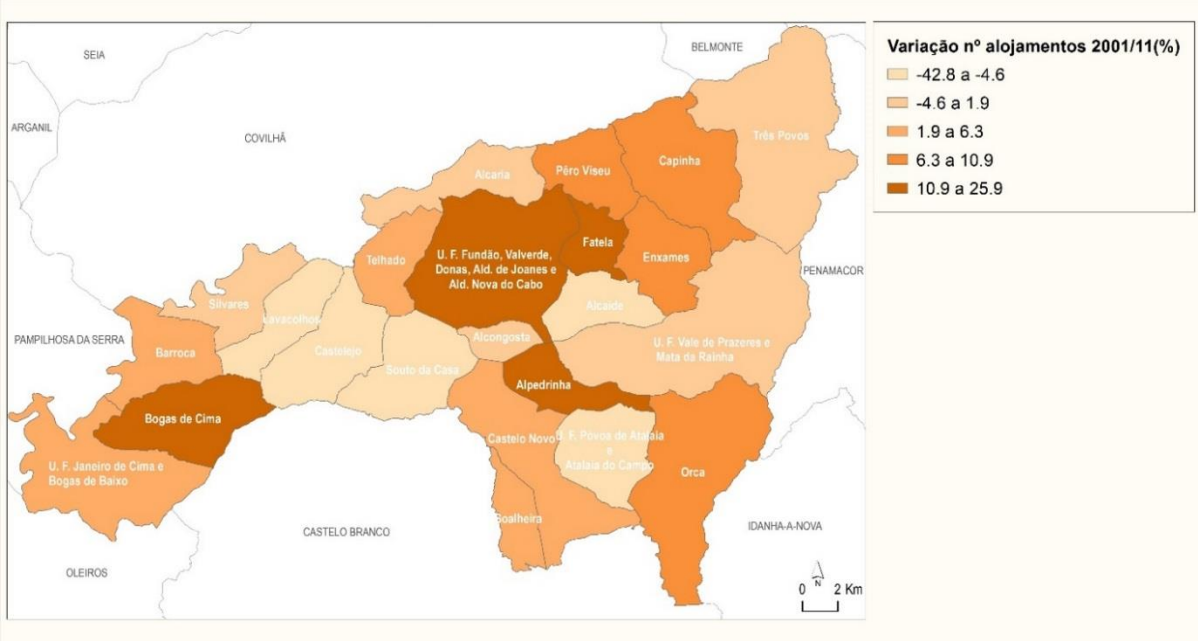
10.1.3.1 Volume e evolução recente

Em 2011 contavam-se 22 004 alojamentos familiares. Este volume é resultado de um acréscimo de 5,6%, relativamente a 2001 (mais 1175 alojamentos).

A freguesia de Fatela apresentou um aumento de 35% dos seus alojamentos, correspondendo a mais 127 habitações. Alpedrinha, Bogas de Cima e a União das freguesias de Fundão, Valverde, Donas, Aldeia de Joanes e Aldeia Nova do Cabo merecem também referência com crescimentos de 15%, 16,1% e 16,3%, respetivamente. Bogas de Cima destacou-se pelo aumento do número de edifícios e

alojamentos, não obstante ser a freguesia que mais população perdeu no concelho tendo, por isso, 20% dos seus alojamentos vagos.

Figura 28: Variação do número de alojamentos por freguesia, 2001/2011



Fonte: INE- Portugal, Censos 2001 e 2011

As estimativas do INE[21], apontam para que o município do Fundão tenha **22 278 alojamentos em 2018**, significando que, entre 2011 e 2018, se verificou **um ligeiro acréscimo de 1,2%** (mais 274 alojamentos).

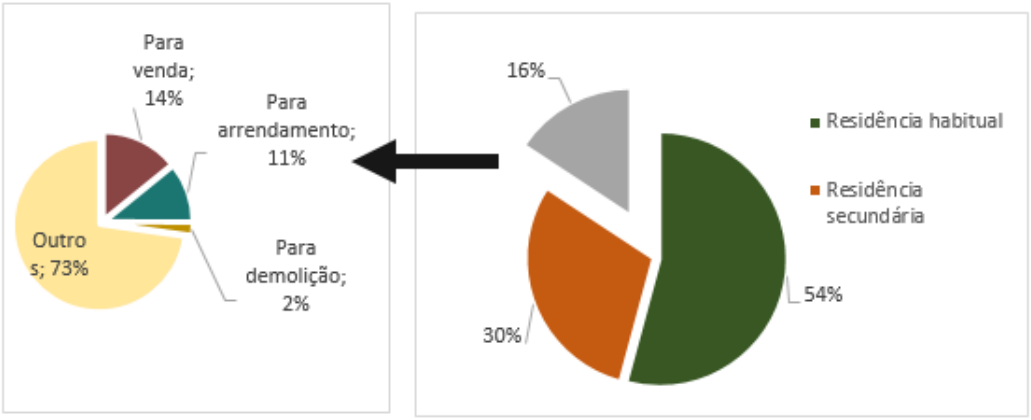
10.1.3.2 Formas de ocupação

Dos 21 981 alojamentos familiares clássicos do município, 11 916 correspondiam a alojamentos de residência habitual (54%), estando 3 455 alojamentos vagos (16%), valor que aumentou relativamente a 2001 (2049 alojamentos devolutos). Destes, 75 estavam devolutos a aguardar demolição, valor que mostra também diferenças relativamente aos 138 alojamentos que estavam nesta situação em 2001. Neste cenário não é negligenciável também a proporção de segundas residências (30%),

Os 39 alojamentos não clássicos do município do Fundão registados em 2001, que incluíam 14 barracas, passaram a 23, em 2011, com o número de barracas registadas a cingir-se a 5 unidades.

[21] Anuário Estatístico da Região Centro, 2018, (edição 2019)

Gráfico 41: Forma de ocupação dos alojamentos com ormenor da situação dos alojamentos vagos, Fundão, 2011



Fonte: INE-Portugal, Censos 2011

A freguesia de Alpedrinha apresenta, percentualmente a maior variação dos alojamentos vagos no período de dez anos entre os momentos censitários, passando de 7,5% para 23,6 %.

No que respeita aos alojamentos de uso sazonal, merece referência a freguesia de Castelo Novo onde 297 (64%) dos seus 464 alojamentos são residências secundárias, ultrapassando metade dos alojamentos clássicos da freguesia. Por sua vez, a U. F. de Fundão, Valverde, Donas, Aldeia de Joanes e Aldeia Nova do Cabo exibia a maior fatia de alojamentos ocupados como residência habitual (5159 alojamentos) que significavam 67% dos seus alojamentos clássicos.

Quadro 31: Formas de ocupação dos alojamentos clássicos (%), por freguesia, 2001/2011

Unidade Geográfica	Residência habitual		Uso sazonal		Vagos		Total Alojamentos Clássicos (nº)	
	2001	2011	2001	2011	2001	2011	2001	2011
Alcaide	50.5	47.8	39.3	43.4	10.2	8.8	606	546
Alcaria	59.4	60.3	26.9	28.2	13.8	11.5	748	763
Alcongosta	60.5	54.8	31.1	19.5	8.4	25.7	395	385
Alpedrinha	57.0	49.5	35.5	27.0	7.5	23.6	710	819
Barroca	49.7	38.5	49.2	0.3	1.1	61.2	569	590
Bogas de Cima	60.5	41.4	38.3	37.5	1.3	21.1	311	360
Capinha	53.0	38.3	36.7	40.5	10.2	21.2	498	561
Castelejo	49.7	59.5	40.5	31.9	9.8	8.6	676	474
Castelo Novo	39.7	33.6	52.9	64.0	7.4	2.4	446	464
Fatela	55.6	45.8	36.1	33.5	8.3	20.7	363	489
Lavacolhos	34.4	39.8	42.0	57.3	23.6	2.9	314	274
Orca	52.2	39.8	43.5	51.3	4.3	8.9	717	797
Pêro Viseu	53.0	45.0	34.5	30.8	12.5	24.1	624	675
Silvares	45.9	46.2	34.9	36.7	19.2	17.1	886	850
Soalheira	66.5	52.8	28.8	43.8	4.7	3.5	663	688

Unidade Geográfica	Residência habitual		Uso sazonal		Vagos		Total Alojamentos Clássicos (nº)	
	2001	2011	2001	2011	2001	2011	2001	2011
Souto da Casa	50.6	48.0	26.1	42.6	23.3	9.4	785	754
Telhado	56.5	55.2	38.1	27.3	5.4	17.5	441	469
Enxames	72.4	59.7	27.6	32.1	0.0	8.2	315	355
Três Povos	50.3	46.8	38.2	39.9	11.5	13.3	924	908
U. F. de Janeiro de Cima e Bogas de Baixo	44.2	38.3	43.7	46.0	12.2	15.7	600	630
U. F. de Fundão, Valverde, Donas, Aldeia de Joanes e Aldeia Nova do Cabo	69.2	67.3	22.2	18.8	8.6	13.9	6586	7662
U. F. de Póvoa de Atalaia e Atalaia do Campo	54.7	53.4	38.4	33.2	7.0	13.4	1121	1009
U. F. de Vale de Prazeres e Mata da Rainha	50.3	44.1	36.6	35.1	13.1	20.8	1492	1459
Fundão	57.9	54.2	32.3	30.1	9.9	15.7	20790	21981

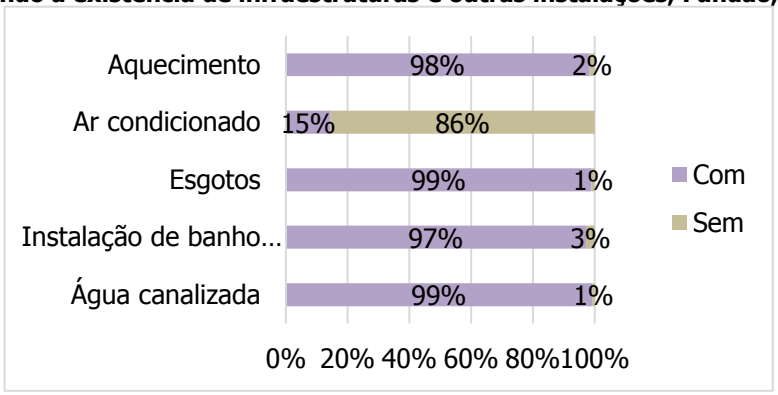
Fonte: INE; Censos 2001 e 2011

10.1.3.3 Condições de habitabilidade dos alojamentos

O concelho do Fundão tem a quase totalidade dos seus alojamentos cobertos por sistema de esgotos e abastecimento de água, à semelhança do que acontece na envolvente regional. Este é um importante indicador de qualidade dos serviços prestados pelo município e que mostra importantes evoluções. Em 1991 cerca de 25% dos alojamentos do concelho não dispunham de abastecimento de água, tendo este valor descido em 2001 para 3,1%.

Para além do referido, as instalações de aquecimento e a existência de banho ou duche são já uma realidade em quase todos os alojamentos do Fundão, todavia existem ainda no concelho 203 alojamentos que não possuem qualquer sistema de aquecimento, 96 que não dispõem de água canalizada, 344 sem instalação de banho ou duche e 122 sem ligação a qualquer sistema de esgotos. No que se refere à existência de ar condicionado, apenas 15 % dos alojamentos (1 731 casos) possuem este sistema.

Gráfico 42: Alojamentos ocupados como residência habitual, segundo a existência de infraestruturas e outras instalações, Fundão, 2011



Fonte: INE-Portugal, Censos 2011

Na análise da distribuição dos serviços de abastecimento de água e esgotos à escala da freguesia, a U. F. de Vale de Prazeres e Mata da Rainha e a freguesia de Enxames são as que apresentam ainda valores menos próximos dos 100% em ambos os serviços analisados (cf. Anexo).

O número de famílias que partilham fogos e os casos de alojamentos sobrelotados descrevem deficiências quantitativas do espaço, pelo que são apontados como indicadores de deficiência de provisão (Cardoso, 1991).

Quadro 32: Famílias que partilham alojamento e famílias em alojamentos sobrelotados, 2011

Freguesias	Famílias	Famílias que partilham fogos		Famílias em alojamentos sobrelotados	
	N.º	N.º	%	N.º	%
Alcaide	261	0		17	7%
Alcaria	462	4	1%	33	7%
Alcongosta	211	0		10	5%
Alpedrinha	410	8	2%	43	10%
Barroca	228	2	1%	6	3%
Bogas de Cima	150	0	-	4	3%
Capinha	215	0	-	28	13%
Castelejo	282	0	-	13	5%
Castelo Novo	157	0	-	12	8%
Fatela	225	0	-	24	11%
Lavacolhos	109	0	-	4	4%
Orca	324	0	-	20	6%
Pêro Viseu	305	2	1%	25	8%
Silvares	394	2	1%	15	4%
Soalheira	365	4	1%	19	5%
Souto da Casa	362	0	-	22	6%
Telhado	262	2	1%	15	6%
Enxames	212	0	-	11	5%
Três Povos	426	0	-	24	6%

Freguesias	Famílias	Famílias que partilham fogos		Famílias em alojamentos sobrelotados	
	N.º	N.º	%	N.º	%
U. F de Janeiro de Cima e Bogas de Baixo	241	0	-	6	2%
U. F. de Fundão, Valverde, Donas, A. de Joanes e Aldeia Nova do Cabo	5196	42	1%	341	7%
U. F. de Póvoa de Atalaia e Atalaia do Campo	546	13	2%	45	8%
U. F. de Vale de Prazeres e Mata da Rainha	652	13	2%	57	9%
Concelho do Fundão	**11995**	**92**	**1%**	**794**	**7%**

Fonte: INE-Portugal Censos 2011

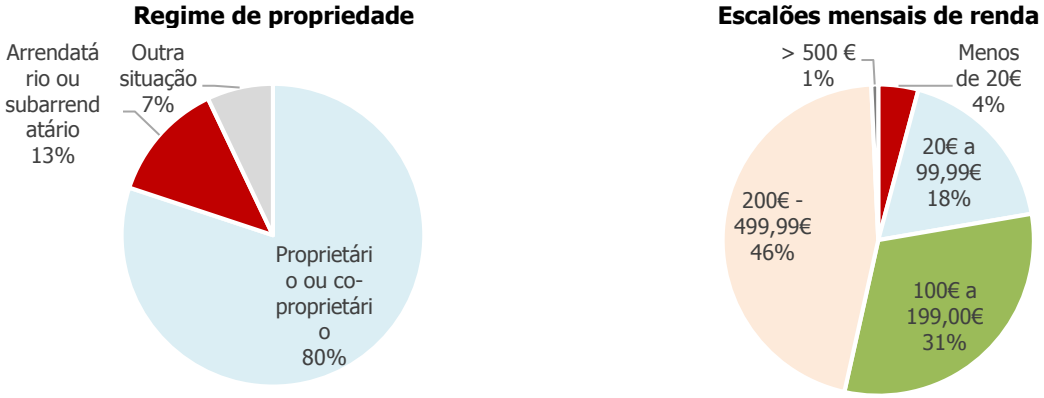
No caso da partilha do mesmo alojamento por várias famílias, observa-se que é uma situação pouco usual, que não acontece em muitas das freguesias do concelho. No entanto, quando comparamos o número de divisões, dos 11 916 alojamentos familiares clássicos ocupados como residência habitual no concelho, verifica-se que em 778 deles existe sobrelotação correspondendo a uma fatia que gravita em torno de 6.5%. Transpondo o indicador para o número de famílias, esta situação é mais frequente, a união de freguesias onde se enquadra a sede do concelho tem 341 famílias em alojamentos sobrelotados, representando 7% do total de famílias residentes. Em termos de proporção ultrapassam os 10% as famílias residentes em alojamentos sobrelotados em Capinha e Fatela com 13% e 11% respetivamente.

10.1.3.4 Mercado de arrendamento

O arrendamento tem vindo a assumir um papel preponderante nos últimos anos em Portugal. Ser proprietário imobiliário, quer em meio urbano quer em meios rurais, era até há pouco tempo um anseio que se apresentava como transversal à sociedade portuguesa por razões várias, mas onde se sublinhavam a rigidez do mercado de arrendamento ou a valorização social e económica que decorria da ampliação do património imobiliário individual/familiar. Contudo, este cenário, está em mutação no sentido da crescente valorização e dinamização do mercado de arrendamento, enquanto mercado mais flexível e adaptável às diversas situações que muitas famílias portuguesas vivem.

Não há dados atuais sobre esta questão, contudo, sabe-se que em 2011 a propriedade ou copropriedade era o regime de propriedade predominante (80%) e o regime de **arrendamento** ou subarrendamento **representava 13%,** sendo as outras situações pouco expressivas. O volume dos alojamentos arrendados totalizava 1531 fogos e na mesma data encontravam-se disponíveis no mercado de arrendamento 377 fogos para arrendamento.

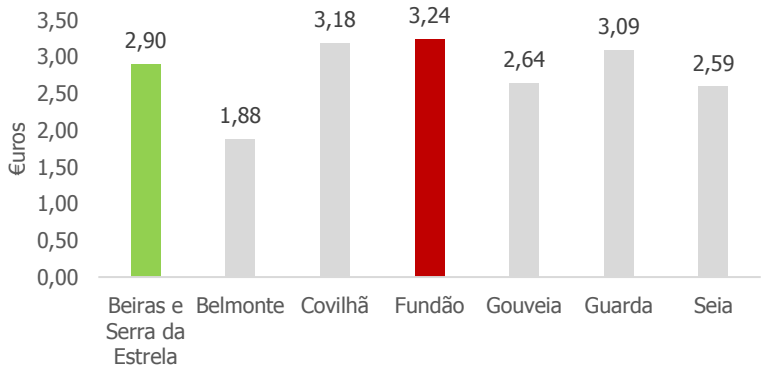
Gráfico 43: Alojamentos familiares clássicos segundo regime de propriedade e escalões de renda (no caso do arrendamento), Fundão, 2011



Fonte: INE-Portugal, Censos 2011

Dos alojamentos arrendados ocupados como residência habitual, e no que respeita ao escalão mensal da renda, 23% correspondiam a rendas até 100€ e as rendas superiores a 200€ correspondiam a 47% do total, podendo confirmar-se a razoável concordância com os preços de mercado, já em 2011, e sobretudo refletindo dinâmica demográfica e económica deste concelho, sobretudo da cidade, especificamente.

Gráfico 44: Valor mediano das rendas/m² por novos contratos de arrendamento, 2019



Nota: Só são conhecidos estes valores para estes concelhos das Beiras e serra da Estrela

Fonte: INE-Portugal, www.ine.pt (Produtos/Base de Dados)

Presentemente há a perceção da crescente atratividade do Fundão e das necessidades de mobilidade residencial que apontam claramente para a necessidade de flexibilização das opções de acesso à habitação e facilitação da mobilidade profissional dos trabalhadores. De facto, verifica-se uma procura crescente de habitações temporárias, de espaços mais pequenos e por vezes, por períodos mais curtos e, neste contexto, o arrendamento configura-se como a melhor resposta a estas necessidades.

Dados de 2019, evidenciam a importância do arrendamento no Fundão dando conta que este município é o que apresenta os maiores valores de renda/m^2 dos novos contratos de arrendamento, nomeadamente 3,24€/m^2 quando a média regional se situa nos 2,9€/m^2.

10.1.3.5 Habitação de cariz social

O município do Fundão desenvolve um leque amplo de iniciativas de ação social especialmente dirigidas aos fenómenos de pobreza e exclusão social, tentando atenuá-las e criar melhores condições de bem estar social. Uma dessas ações é a disponibilização de habitação social para famílias com menores recursos e com uma situação habitacional precária, apresentando cumulativamente vulnerabilidades económicas para aceder a uma habitação no mercado habitacional privado.

A atribuição de habitação social é regida pelo Regulamento para a Gestão de Habitações Sociais do Município do Fundão (Regulamento n.º62/2008, de 31 de janeiro) e a atribuição dos fogos pode ser feita através de três modalidades, nomeadamente, alienação, arrendamento ou cedência não onerosa.

O município do Fundão é proprietário de 28 fogos desta natureza, 27 dos quais se encontram ocupados e localizam-se no Bairro do Fomento, no Edifício Prohabita, no Bairro das Quintãs e na Rua João Franco, todos localizados nas União das Freguesias do Fundão. É expetável que este volume venha a aumentar em 6 fogos (encontram-se em negociação 6 fogos no Bairro das Quintãs).

O estado de conservação é razoável/bom em 20 dos 28 fogos, sendo que no Bairro das Quintãs e na Rua João Franco, devido ao mau estado de conservação dos fogos, verifica-se a necessidade de intervenção urgente.

10.2 CARÊNCIAS HABITACIONAIS

No plano da gestão territorial, um dos principais objetivos está relacionado com «*a aplicação de uma política de habitação que permita resolver as carências existentes*»[22];

A habitação pode ser encarada como um bem de consumo composto por vários atributos. No plano dos fatores internos,Cardoso (1991)[23] dá relevo à dimensão, à tipologia construtiva, ao número de divisões, à quantidade e qualidade dos equipamentos bem como à idade e à qualidade construtiva.

[22] Lei de bases gerais da política pública de solos, de ordenamento do território e de urbanismo - Lei n.º 31/2014, de 30.05

[23] Cardoso, A. (1991). O Planeamento Municipal e a Habitação.

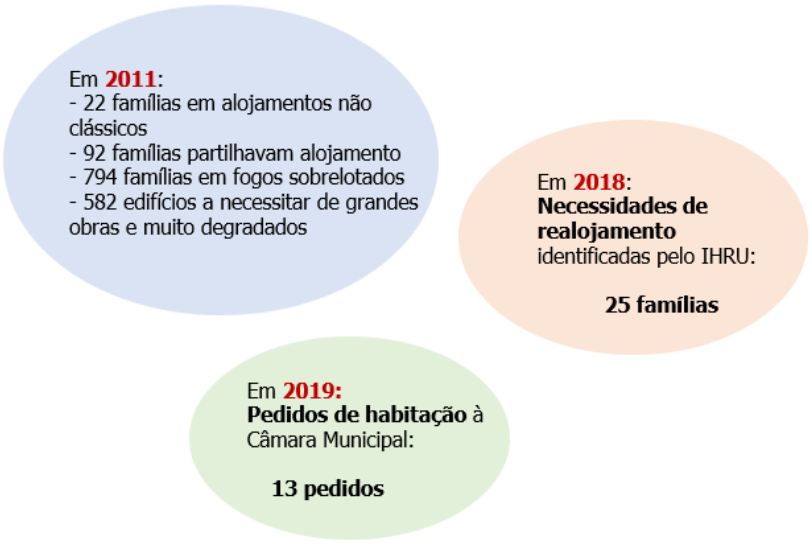
Aqui, quando se fala em défices/carências habitacionais não se está a referir a falta absoluta de alojamentos, mas a falta adequada às necessidades da população em função dos escalões de rendimento.

De um modo geral, consideraram-se, défice/carência habitacional, situações em que:

- **Famílias vivem em alojamentos não clássicos.** Os alojamentos não clássicos são todos aqueles que não correspondem aos padrões de habitabilidade com qualidade socialmente aceites (barracas, casas improvisadas, construções rudimentares de madeira, instalações móveis, entre outros). Em 2011 existiam **23 alojamentos de residência habitual não clássicos** que albergavam 24 famílias.
- **Famílias partilham fogos**. As situações de partilha ocorrem quando um alojamento familiar é ocupado, como residência habitual, por mais de uma família. À data dos Censos 2011 foram registadas **92 famílias que partilhavam o mesmo alojamento**. Contudo, este volume poderá não indicar que todas precisem de novos alojamentos.
- **Famílias em fogos sobrelotados.** Famílias que, vivendo sozinhas em fogos clássicos, os ocupam com défice de divisões em relação às pessoas que nele residem, cenário que aconteceu em 794 casos, em 2011.
- **Famílias vivem em fogos obsoletos (degradados)**. Na análise do parque habitacional tenta-se captar a sua obsolescência através de um indicador de degradação do edificado, considerando-se esta uma componente qualitativa dinâmica. Supondo que o alojamento vai somando deficiências à medida que o tempo de utilização aumenta, o indicador é representado pelos alojamentos de construção anterior a 1945 (que ultrapassam o tempo de vida útil de 70 anos). À data dos Censos de 2011, existiam 2 217 alojamentos nesta situação, no entanto, contavam-se perto de **600 edifícios que estavam a necessitar de grandes obras de reparação e/ou estavam muito degradado**s.

Tendo passado quase uma década sobre os últimos dados oficiais, poderia ser estéril a tentativa de apuramento de carências habitacionais quantitativas com algum realismo. Neste sentido, ficou atrás exposto qual o ponto de situação em 2011 relativamente aos principais problemas do parque habitacional (existência de alojamentos não clássicos, situações de partilha de alojamento, sobrelotação e degradação do parque habitacional). Por outro lado, verifica-se também um **elevado abandono do parque habitacional**, na medida da existência de aproximadamente 3500 alojamentos devolutos e, num total de quase 22 mil alojamentos clássicos, pouco mais de metade (54%) eram ocupados de forma permanente.

Figura 29: Enquadramento genérico das situações de carência habitacional no Fundão, 2011/2019



Fonte: INE-Portugal, Censos 2011; Câmara Municipal do Fundão; IHRU

No âmbito da Nova Geração de Políticas de Habitação, processo iniciado com a Estratégia Nacional para a Habitação para o período 2015-2031, sentiu-se a necessidade de fazer um levantamento nacional das carências habitacionais na perspetiva de quantificar as necessidades de realojamento habitacional. Esse levantamento foi efetuado pelo IHRU em 2018 e apurou um total de aproximadamente 26 mil famílias a necessitar de realojamento em todo o território nacional. Nas Beiras e Serra da Estrela, o volume apurado foi de 287 famílias e no concelho do Fundão foi apurado um volume de 25 famílias a necessitar de realojamento.

Quadro 33: Famílias que necessitam descer realojadas nas Beiras e Serra da Estrela, 2018

Concelhos	N.º de famílias	%
Almeida	20	7,0
Belmonte	2	0,7
Celorico da Beira	26	9,1
Covilhã	0	0,0
Figueira de Castelo Rodrigo	0	0,0
Fornos de Algodres	0	0,0
Fundão	25	8,7
Gouveia	28	9,8
Guarda	35	12,2
Manteigas	0	0,0
Mêda	5	1,7
Pinhel	0	0,0
Sabugal	99	34,5
Seia	47	16,4
Trancoso	0	0,0
Beiras e Serra da Estrela	**287**	**100,0**

Fonte: Levantamento Nacional das Necessidades de Realojamento Habitacional, IHRU, fevereiro de 2018

Como informação complementar, existem referenciados **13 pedidos de habitação** na Câmara Municipal do Fundão, em 2019, distribuídos por cinco freguesias: 6 fogos na U.F. do Fundão, 2 em Alcaide, 2 em Vale de Prazeres, 2 Souto da Casa e 1 em Pêro Viseu.

Quadro 34: Pedidos de habitação à Câmara Municipal do Fundão, 2019

Localidade	N.º pedidos (agregados)	Nº de pessoas
Fundão	5	25
Vale de Prazeres	2	2
Pêro Viseu	1	1
Donas	1	5
Alcaide	2	6
Souto da Casa	2	2
Total do concelho	13	41

Fonte: Câmara Municipal do Fundão

No âmbito da Estratégia Local de Habitação e, tendo por base os critérios de acesso ao Programa 1º Direito, foi realizado um trabalho de proximidade pelos serviços municipais com o envolvimento e auscultação da comunidade e de entidades locais, que originou um levantamento exaustivo das **situações de carência habitacional no município**. Foram sinalizados **55 agregados familiares**, num total de 153 indivíduos que vivem em situação habitacional considerada indigna. Para além destes 55 agregados para os quais se vai encontrar uma solução habitacional, o município do Fundão terá de encontrar resposta habitacional para **mais 90 migrantes**, acolhidos ao Abrigo do Fundo para o Asilo, a Migração e a Integração (FAMI). No total contabilizam-se 145 agregados e 243 indivíduos.

Quadro 35: Situações de carência habitacional no concelho do Fundão, por freguesia, 2020

Freguesia	Insalubridade e insegurança (n.º)		Precariedade (n.º)		Sobrelotação (n.º)		Inadequação (n.º)		Total (n.º)	
	Agregados familiares	Indivíduos	Agregados familiares	Indivíduos	Agregados familiares	Indivíduos	Agregados familiares	Indivíduos	Agregados familiares	Indivíduos
Alcaide	2	6	0	0	0	0	0	0	2	6
Alcaria	0	0	0	0	0	0	1	2	1	2
Alcongosta	1	10	0	0	0	0	0	0	1	10
Capinha	1	1	0	0	0	0	0	0	1	1
Castelo Novo	1	1	0	0	0	0	0	0	1	1
Orca	3	4	0	0	1	5	0	0	4	9
Pêro Viseu	2	3	0	0	1	5	0	0	3	8
Silvares	1	1	0	0	0	0	0	0	1	1
Souto da Casa	7	13	0	0	0	0	0	0	7	13
Três Povos	1	4	0	0	0	0	0	0	1	4
UF de Fundão, Valverde, Donas, Aldeia de Joanes e Aldeia Nova do Cabo	6	22	15	37	6	20	1	6	28	85
UF de Póvoa de Atalaia e Atalaia do Campo	3	7	0	0	0	0	0	0	3	7
UF de Vale Prazeres e Mata Rainha	2	6	0	0	0	0	0	0	2	6
								subtotal	55	153
								+ migrantes	90	90
TOTAL	30	78	15	37	8	30	2	8	145	243

Fonte: Câmara Municipal do Fundão, 2020 (extraído da ELH do Fundão, dezembro de 2020)

10.3 MEDIDAS DE POLÍTICA HABITACIONAL EM CURSO

Em linha com o novo paradigma e as orientações da nova geração de políticas de habitação, que operacionalizam a Estratégia Nacional de Habitação 2015-2031 e se apoiam em três pilares: reabilitação urbana, arrendamento habitacional e qualificação dos alojamentos, a câmara municipal do Fundão tem em curso várias medidas de política habitacional que concorrem para a concretização da visão nacional e local de "*facilitar o acesso das famílias portuguesas à habitação*", nomeadamente:

- **Delimitação de 6 Áreas de Reabilitação Urbana e consequentes Operações de Reabilitação Urbana (ORU)** e respetivos Programas Estratégicos de Reabilitação, (PERU), nomeadamente Alcaide, Alpedrinha, Barroca, Castelo Novo, Fundão e Janeiro de Cima) e que vigorarão por um período de 15 anos;
- **Delimitação de ARU com ORU simples** em todas as sedes de freguesia do concelho, em curso;
- **Incentivos financeiros através de Fundos Municipais** para as ARU do Fundão e Alpedrinha e Alcaide, inscritos no orçamento anual camarário para apoio a obras de intervenção ao nível das coberturas, fachadas, caixilharias. Desde 2013 até 2019, o fundo municipal do Fundão financiou 50 obras e um total de 176 mil euros (numa média de cerca de 24% do valor das intervenções). O Fundo municipal para a ARU de Alpedrinha financiou 5 obras, entre 2017 e 2019, num total de cerca de 12 mil euros e numa percentagem média de 14% do valor total das intervenções.

Quadro 36: Fundos Municipais do Fundão e Alpedrinha, 2013 a 2019

	Anos	N.º candidaturas/N.º Obras	Valor das interv.	Valor financiado	
				€	%
Fundão	2013	15 candidaturas/7 obras	107572,84	50000,00	46
	2014	13 candidaturas/8 obras	97130,05	32792,36	34
	2015	30 candidaturas/13 obras	153591,67	28762,21	19
	2016	16 candidaturas/7 obras	132005,22	29491,88	22
	2017	10 candidaturas /2 obras	21850,00	3277,50	15
	2018	17 candidaturas /4 obras	61362,00	7895,94	13
	2019	21 candidaturas /9 obras	165343,84	23384,48	14
	Sub-total Fundão		738855,62	175604,37	24
Alpedrinha	2017	3 candidaturas/3 obras	53135,00	7970,25	15
	2018	1 candidatura/1 obra	2400,00	360,00	15
	2019	1 candidatura /1 obra	31188,00	3742,56	12
	Sub-total Alpedrinha		86723,00	12072,81	14
Total			825578,62	187677,18	23

Fonte: Câmara Municipal do Fundão

- **Criação do Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano (PEDU),** enquanto instrumento de afirmação e de gestão das questões urbanas. Este plano mobilizou três prioridades de investimento previstas no Acordo de Parceria–Portugal 2020 tendo sido desenvolvidos 3 planos de Ação (PARU, PAICD e PAMUS), dos quais se destacam os dois primeiros, pelas implicações óbvias ao nível das condições de vivência urbana através das intervenções de reabilitação e regeneração urbanas.
- **Refuncionalização de algum edificado para funções sociais**, nomeadamente:

  i) No âmbito do programa Prohabita foi construído um edifício na Zona Antiga do Fundão com tipologias T1 e T2 com capacidade para alojar 7 famílias identificadas pela ação social como sendo carenciadas;

  ii) Foi funcionalizado edificado para acolher refugiados, como é o caso do Seminário do Fundão numa pareceria com o Alto Comissariado das Migrações;

  iii) Reabilitação de 19 fogos em edifício existente na zona antiga do Fundão (antigo Grémio) ao abrigo de uma candidatura ao Programa Reabilitar para Arrendar;

  A maior parte do edificado (propriedade do município) reabilitado e em reabilitação destina-se ao acolhimento de empresas tecnológicas, no âmbito da estratégia "Move to Fundão" (criação de investimento aliado à inovação)
- **Criação do "banco de materiais de construção e voluntariado**" para reabilitação de habitações, em casos de incapacidade financeira dos proprietários. Neste âmbito está a funcionar o "**Piquete de Obras Social**".
- **Criação de casas "amigas dos idosos",** no sentido em que há um volume de migrantes muito significativo que poderá retornar ao Fundão e deverá encontrar habitações adaptadas às necessidades de uma população maioritariamente envelhecida e com necessidades específicas de mobilidade (em muitos casos, mobilidade condicionada). O primeiro projeto encontra-se em procedimento concursal (início de 2020).
- **Bolsa de Imóveis** que consubstancia um apoio efetivo às iniciativas empresariais através da disponibilização/facilitação de imóveis para habitação dos colaboradores das empresas a instalar no município. Esta bolsa incide preferencialmente sobre prédios situados na zona antiga do Fundão, para os quais o município celebra contratos de arrendamento com os proprietários dos imóveis (arrendamento para subarrendamento). Os beneficiários do apoio atribuído comprometem-se a proceder à alteração do domicílio fiscal para o concelho do Fundão durante o período em que usufruem do benefício. Atualmente, esta bolsa é constituída por 178 imóveis, todos arrendados e de diversas tipologias, para um total de 353 indivíduos.
- **Elaboração da Estratégia Local de Habitação do Fundão** (concluída em dezembro de 2020). A ELH é de elaboração obrigatória para a candidatura ao Programa 1º Direito, que

tem como objetivo promover o acesso a uma habitação adequada às pessoas que vivem em situações habitacionais indignas e que não dispõem de capacidade financeira para encontrar uma solução habitacional condigna.

11. EQUIPAMENTOS COLETIVOS

Um dos pressupostos do ordenamento do território está relacionado com o esbater de iniquidades na disponibilidade de equipamentos e serviços, permitindo um acesso equitativo de todos os utilizadores e uma resposta adequada por parte dos equipamentos.

Veja-se a alínea c) do artigo 2º da Lei n.º 31/2014 de 30 de maio, com a alteração efetuada pela Lei n.º 74/2017, de 16 de agosto (Lei de Bases Gerais da Política Pública de Solos, de Ordenamento do Território e de Urbanismo – LBGPPSOTU) – que refere que constituem fins da política pública de solos, de ordenamento do território e de urbanismo: «*Reforçar a coesão nacional, organizando o território de modo a conter a expansão urbana e a edificação dispersa, corrigindo as assimetrias regionais, nomeadamente dos territórios de baixa densidade, assegurando a igualdade de oportunidades dos cidadãos no acesso às infraestruturas, equipamentos, serviços e funções urbanas, em especial aos equipamentos e serviços que promovam o apoio à família, à terceira idade e à inclusão social* »

Os equipamentos de utilização coletiva incluem, segundo o Anexo I (Ficha I-25) do Decreto Regulamentar n.º 5/2019, de 27 de setembro, «*as edificações e os espaços não edificados afetos à provisão de bens e serviços destinados à satisfação das necessidades coletivas dos cidadãos, designadamente nos domínios da saúde, da educação, da cultura e do desporto, da justiça, da segurança social, da segurança pública e da proteção civil*.»

Estes equipamentos são por isso, cada vez mais, apontados como elementos estruturantes no território e com uma importância crescente no quotidiano da população. A somar a este facto, a transferência de competências na gestão destas estruturas da administração central para as autarquias, reforçando a demanda por um processo de programação ponderada e racional, por forma a serem planeadas, as necessidades de distribuição, o número e a tipologia dos equipamentos.

Com o intuito de explanar de forma mais detalhada a oferta de equipamentos públicos relacionados com a função social do Estado e, que em termos hierárquicos, têm uma relação direta com a população local – rede de equipamentos de nível local e que respondem diretamente às necessidades imediatas da população - foram analisadas as seguintes tipologias de equipamentos:

- Equipamentos de Educação;
- Equipamentos de Saúde;
- Equipamentos Sociais;
- Equipamentos Desportivos;
- Equipamentos Culturais e Recreativos;
- Equipamentos de Prevenção e Segurança Pública.

11.1 EQUIPAMENTOS DE EDUCAÇÃO

O município do Fundão possui em implementação um Projeto Educativo Local (PEL), assumido como um instrumento estratégico para o município. Deste projeto faz parte um amplo leque de ambições e é composto por oito documentos[24], sendo que a Carta Educativa (homologada em 2007 e revista em 2015) é um dos documentos que o constituem. A Carta educativa é parte integrante dos elementos constitutivos da presente revisão do PDM do Fundão (Volume II).

O concelho do Fundão possui uma **rede pública de equipamentos de educação** organizada em duas unidades orgânicas (Agrupamentos de Escolas[25]), nomeadamente o Agrupamento de Escolas Gardunha e Xisto e o Agrupamento de Escolas do Fundão – e, no seu conjunto eram compostos, no ano letivo 2019/2020, por 32 estabelecimentos de educação ou ensino: 8 Jardins de Infância, 7 Escolas Básicas (EB) que ministram Educação Pré-escolar e 1º Ciclo do Ensino Básico; 13 EB que lecionam unicamente o 1º CEB, 3 EB que disponibilizam 1.º, 2.º e 3.º CEB e 1 Escola Secundária (ES) que oferece 3.º CEB e Ensino Secundário.

Quadro 37: Estabelecimentos de Educação da rede pública, segundo os agrupamentos de escolas, a sua designação, os ciclos ministrados e a freguesia no concelho do Fundão, 2020

FREGUESIA	AE	DESIGNAÇÃO DO ESTABELECIMENTO	CICLOS MINISTRADOS
U.F. do Fundão**	AE do Fundão	ES de Fundão	3º CEB*; Ensino Secundário Geral
U.F. do Fundão**		EB João Franco, Fundão	1º CEB; 2º CEB*; 3º CEB*
Alcaria		EB de Alcaria, Fundão	1º CEB
Fatela		EB de Fatela, Fundão	Educação Pré-escolar; 1º CEB
Pêro Viseu		EB de Pêro Viseu, Fundão	1º CEB
Três Povos		EB de Salgueiro, Fundão	1º CEB
U.F. do Fundão**		EB de Valverde, Fundão	1º CEB
U.F. do Fundão**		EB Santa Teresinha, Fundão	1º CEB
Capinha		EB de Capinha, Fundão	1º CEB
Enxames		JI de Enxames, Fundão	Educação Pré-escolar
Pêro Viseu		JI de Pêro Viseu, Fundão	Educação Pré-escolar
Capinha		JI de Capinha, Fundão	Educação Pré-escolar
U.F. do Fundão**	AE Gardunha e Xisto	EB Serra da Gardunha, Fundão	1º CEB; 2º CEB*; 3º CEB*
Silvares		EB de Silvares, Fundão	1º CEB; 2º CEB; 3º CEB
Alcaide		EB de Alcaide, Fundão	1º CEB
U.F. do Fundão**		EB de Aldeia de Joanes, Fundão	1º CEB
Alpedrinha		EB de Alpedrinha, Fundão	1º CEB
Póvoa de Atalaia e Atalaia do Campo		EB de Atalaias, Atalaia do Campo, Fundão	Educação Pré-escolar; 1º CEB

[24] Os documentos constituintes do PEL são: i) Enquadramento Demográfico e socioeconómico do Município do Fundão; ii) Revisão da Carta Educativa do Município do Fundão; iii) Reorganização da Rede escolar em Territórios de baixa densidade-Matriz de análise; iv) Ambiente nas escolas – Projetos e estratégias; v) Cidadania nas escolas – Projetos e estratégias; vi) Educação especial – Diagnóstico e Estratégias de Intervenção; vii) Oferta Formativa do Município do Fundão; viii) Sucesso escolar – Plano para a melhoria dos resultados escolares.

[25] De acordo com o artigo 2.º do Decreto Regulamentar n.º 12/2000, de 29 de agosto, o «agrupamento de escolas é uma unidade organizacional, dotada de órgãos próprios de administração e gestão, podendo integrar estabelecimentos de educação pré-escolar e de um ou mais ciclos do ensino básico, a partir de um projeto pedagógico comum».

FREGUESIA	AE	DESIGNAÇÃO DO ESTABELECIMENTO	CICLOS MINISTRADOS
Castelejo		EB de Castelejo, Fundão	Educação Pré-escolar; 1º CEB
U.F. do Fundão**		EB de Donas, Fundão	1º CEB
Janeiro de Cima e Bogas de Baixo		EB de Janeiro de Cima, Fundão	Educação Pré-escolar; 1º CEB
Soalheira		EB de Soalheira, Fundão	1º CEB
Souto da Casa		EB de Souto da Casa, Fundão	Educação Pré-escolar; 1º CEB
Telhado		EB de Telhado, Fundão	Educação Pré-escolar; 1º CEB
U.F. do Fundão**		EB de Tílias, Fundão	1º CEB
Vale de Prazeres e Mata da Rainha		EB de Vale de Prazeres, Fundão	Educação Pré-escolar; 1º CEB
U.F. do Fundão**		EB Nossa Senhora da Conceição, Fundão	1º CEB
U.F. do Fundão**		JI de Aldeia de Joanes, Fundão	Educação Pré-escolar
Alpedrinha		JI de Alpedrinha, Fundão	Educação Pré-escolar
U.F. do Fundão**		JI de Fundão	Educação Pré-escolar
Silvares		JI de Silvares, Fundão	Educação Pré-escolar
Soalheira		JI de Soalheira, Fundão	Educação Pré-escolar

Fonte: DGEstE (informação fornecida aquando do Parecer desta entidade: 11947/2021/DSRC-EMAG-UAGRE, de 13/7/2021)

Cumulativamente, o Fundão possui várias instituições Particulares de Solidariedade Social (IPSS) que ministram a educação pré-escolar e existem ainda uma Escola Profissional e 1 Escola de Ensino Artístico.

No seu conjunto contavam-se no ano letivo 2019/2020, 54 valências na totalidade dos estabelecimentos de ensino (públicos e privados), nomeadamente, 22 do pré-escolar, 23 do 1º CEB, 4 do 2º e 3º CEB e 2 estabelecimentos do ensino secundário (que leciona também ensino profissional), aos quais se associam 1 Escola Profissional e 1 Escola de Ensino Artístico.

Quadro 38: Síntese das valências (níveis de ensino) dos estabelecimentos educativos, públicos e privados (IPSS) por freguesias/união de freguesias, Fundão, 2019/2020

Freguesias	TOTAL de valências dos E.E.	Pré-escolar	1º CEB	2.º e 3º CEB	Ensino Secundário	Ensino Profissional	Ensino Artístico
Alcaide	2	1	1				
Alcaria	2	1	1				
UF. Fundão, Valverde, Donas, Aldeia de Joanes e Aldeia Nova do Cabo	20	6	8	2	1	2	1
Alpedrinha	5	2	1	1	1		
U.F. de Póvoa de Atalaia e Atalaia do Campo	2	1	1				
Capinha	2	1	1				
Castelejo	2	1	1				
Enxames	1	1					
Fatela	2	1	1				
U.F. de Janeiro de Cima e Bogas de Baixo	2	1	1				
Pêro Viseu	2	1	1				
Três Povos	1		1				
Silvares	3	1	1	1			
Soalheira	2	1	1				
Souto da Casa	2	1	1				
Telhado	2	1	1				

Freguesias	TOTAL de valências dos E.E.	Pré-escolar	1º CEB	2.º e 3º CEB	Ensino Secundário	Ensino Profissional	Ensino Artístico
U.F. de Vale de Prazeres e Mata da Rainha	2	1	1				
TOTAL: 54							

Nota: Um estabelecimento pode possuir uma só valência (p.e. a EB de Aldeia de Joanes só ministra o 1º CEB), 2 valências (p.e. a EB de Souto da Casa possui 2 valências: Educação pré-escolar e 1º CEB) e 3 valências (p.e. a EB João Franco, possui 3 valências (1º, 2º e 3º CEB)
Fonte: Câmara Municipal do Fundão

É na união das freguesias do Fundão, Valverde, Donas, Aldeia de Joanes e Aldeia Nova do Cabo que se concentram mais estabelecimentos de ensino e de todos os níveis enquanto nas freguesias mais rurais se privilegiam os estabelecimentos do ensino pré-escolar e do 1º Ciclo do Ensino Básico (1º CEB). As vilas de Alpedrinha e Silvares possuem estabelecimentos de nível superior às restantes freguesias rurais: de 2º e 3º Ciclos (em ambas) e Ensino secundário (no caso de Alpedrinha). Apenas as freguesias de Alcongosta, Barroca, Bogas de Cima, Castelo Novo, Lavacolhos e Orca não possuem nenhum estabelecimento de ensino, naturalmente por não reunirem a base populacional mínima que justifique a sua existência, sendo os alunos acolhidos nas escolas das freguesias vizinhas.

A evolução global do número de alunos no concelho do Fundão tem vindo a decrescer em linha com o declínio populacional do município. Nos últimos 5 anos letivos esse decréscimo foi de 4,4%, contudo verificaram-se diferenças expressivas por nível de ensino. A evolução do número de alunos nos níveis até ao 3º CEB tem sido negativa e têm ocorrido alguns ajustamentos nas escolas, conforme as dinâmicas demográficas o vão exigindo. No entanto, o ensino secundário registou nos últimos anos a manutenção/ligeiro crescimento (1,4%) e o ensino profissional registou um incremento muito expressivo (72%).

Quadro 39: Evolução do número de alunos no concelho do Fundão, 2014/2015 e 2019/2020

Níveis de Ensino	Ano Letivo 2014/2015	Ano letivo 2019/2020	Variação (%)
Pré-escolar	562	510	-9,3
1º CEB	862	741	-14,0
2º e 3º CEB	1244	1140	-8,4
Ensino Secundário	428	434	1,4
Ensino Profissional	260	447	71,9
Ensino Artístico	543	456	-16,0
Total	**3899**	**3728**	**-4,4**

Fonte: Câmara Municipal do Fundão

11.1.1 Educação Pré-Escolar

O ensino pré-escolar não se reveste de obrigatoriedade pelo que nem todas as crianças entre os 3 e os 5 anos frequentam este nível de ensino, havendo um número elevado de crianças que permanece no seio familiar até à entrada no 1º CEB.

Existiam no concelho do Fundão, no ano letivo de 2019/2020, 510 crianças (menos 52 crianças que no ano letivo 2014/2015) a frequentar estabelecimentos de ensino de nível pré-escolar, distribuídas por 22 estabelecimentos, 7 dos quais com estatuto de Instituição Particular de Solidariedade Social, sendo os restantes 15 de cariz público.

A adaptação dos horários escolares aos horários laborais dos encarregados de educação catapultou a disseminação do setor particular e social nas ofertas deste nível de ensino, uma vez que, numa fase inicial, o setor público não demonstrou suficiente flexibilidade e capacidade de adaptação aos novos horários e necessidades pedagógicas.

A união de freguesias do Fundão concentra 53% dos alunos do pré-escolar de todo o concelho, facto que não é de estranhar, se nos remetermos à estrutura etária da população da União de freguesias onde se integra a cidade que, para além do dinamismo inerente ao centro urbano (muitos pais optam por colocar os filhos a frequentar escolas perto do local de trabalho), possui a população mais jovem.

As condições de conservação dos edifícios de Jardim de Infância da rede pública são satisfatórias, com exceção para a freguesia de Alpedrinha cujo espaço necessita de melhorias urgentes. As freguesias de Enxames e Soalheira apresentam condições muito boas para acolher as crianças com edifícios recém-intervencionados.

Quadro 40: Educação Pré-escolar no concelho do Fundão, ano letivo 2019/2020

Freguesia	Localidade	Designação do Estabelecimento	N.º de alunos	Entidade proprietária	Estado de Conservação
Alcaide	Alcaide	JI Equipamento Social do Centro Social Paroquial do Alcaide	30	IPSS	
Alcaria	Alcaria	JI Centro de Convívio à Comunidade Dona Maria de Lourdes Almeida Silva e Sousa	18	IPSS	
U.F. de Fundão, Valverde, Donas, Aldeia de Joanes e Aldeia Nova do Cabo	Aldeia de Joanes	JI de Aldeia de Joanes, Fundão	43	Publico	Bom
	Aldeia Nova do Cabo	JI Casa Nª. Sra. Fátima	69	IPSS	
	Fundão	JI de Fundão	69	Publico	Bom
		Creche e Jardim de Infância da SCM do Fundão	61	IPSS	
	Valverde	JI Centro Paroquial de Bem-estar Social de Valverde	21	IPSS	
	Donas	JI Equipamento Social do Centro Paroquial de Assist. das Donas	35	IPSS	
Alpedrinha	Alpedrinha	JI de Alpedrinha, Fundão	7	Publico	Mau

Freguesia	Localidade	Designação do Estabelecimento	N.º de alunos	Entidade proprietária	Estado de Conservação
		Creche/JI da SCM de Alpedrinha	43	IPSS	
U.F. de Póvoa de Atalaia e Atalaia do Campo	Póvoa da Atalaia	EB de Atalaias, Atalaia do Campo, Fundão	6	Publico	Razoável
Capinha	Capinha	JI de Capinha, Fundão	3	Publico	Bom
Castelejo	Castelejo	EB de Castelejo, Fundão	5	Publico	Razoável
Enxames	Enxames	JI de Enxames, Fundão	6	Publico	Muito Bom
Fatela	Fatela	EB de Fatela, Fundão	3	Publico	Bom
U.F. de Janeiro de Cima e Bogas de Baixo	Janeiro de Cima	EB de Janeiro de Cima, Fundão	6	Publico	Bom
Pêro Viseu	Pêro Viseu	JI de Pêro Viseu, Fundão	12	Publico	Bom
Silvares	Silvares	JI de Silvares, Fundão	29	Publico	Bom
Soalheira	Soalheira	JI de Soalheira, Fundão	14	Publico	Muito Bom
Souto da Casa	Souto da Casa	EB de Souto da Casa, Fundão	21	Publico	Razoável
Telhado	Telhado	EB de Telhado, Fundão	3	Publico	Razoável
U.F. de Vale de Prazeres e Mata da Rainha	Vale de Prazeres	EB de Vale de Prazeres, Fundão	6	Publico	Razoável
Total do Concelho			**510**	-	

Fonte: Câmara Municipal do Fundão

11.1.2 1º Ciclo do Ensino Básico

No ano letivo 2019/2020 frequentaram o 1º CEB no concelho do Fundão 741 alunos (menos 121 alunos que no ano letivo 2014/2015), distribuídos pelas 23 escolas, 8 das quais localizadas na União das Freguesias do Fundão, sendo todas públicas.

Quadro 41: Escolas 1.º Ciclo Ensino Básico no concelho do Fundão, 2019/2020

Freguesia	Localidade	Designação do Estabelecimento	N. º de Alunos	Salas	Entidade proprietária	Conservação
Alcaide	Alcaide	EB de Alcaide, Fundão	27	6	Público	Razoável
Alcaria	Alcaria	EB de Alcaria, Fundão	18	4	Público	Razoável
Alpedrinha	Alpedrinha	EB de Alpedrinha, Fundão	33	4	Público	Bom
Capinha	Capinha	EB de Capinha, Fundão	6	2	Público	Razoável
Castelejo	Castelejo	EB de Castelejo, Fundão	7	2	Público	Razoável
Fatela	Fatela	EB de Fatela, Fundão	7	2	Público	Razoável
Pêro Viseu	Pêro Viseu	EB de Pêro Viseu, Fundão	14	4	Público	Razoável
Silvares	Silvares	EB de Silvares, Fundão	29		Público	Razoável
Soalheira	Soalheira	EB de Soalheira, Fundão	29	4	Público	Razoável
Souto da Casa	Souto da Casa	EB de Souto da Casa, Fundão	27	4	Público	Bom
Telhado	Telhado	EB de Telhado, Fundão	13	2	Público	Bom
Três Povos	Salgueiro	EB de Salgueiro, Fundão	12	2	Público	Razoável
U.F. de Fundão, Valverde, Donas, Aldeia de Joanes e Aldeia Nova do Cabo	Aldeia de Joanes	EB de Aldeia de Joanes, Fundão	77	2/2	Público	Razoável
	Donas	EB de Donas, Fundão	23	4	Público	Bom
	Fundão	EB Nª Sra. da Conceição, Fundão	81	4	Público	Bom
		EB Serra da Gardunha, Fundão	24			
		EB Santa Teresinha, Fundão	109	6	Público	Bom
		EB de Tílias, Fundão	73	6	Público	Bom
		EB João Franco, Fundão	41	2	Público	Bom
	Valverde	EB de Valverde, Fundão	38	4	Público	Razoável
U.F. de Janeiro de Cima e Bogas de Baixo	Janeiro de Cima	EB de Janeiro de Cima, Fundão	5	2	Público	Razoável
U.F. de Póvoa da Atalaia e Atalaia do Campo	Atalaia do Campo	EB de Atalaias, Atalaia do Campo, Fundão	25	4	Público	Razoável

Freguesia	Localidade	Designação do Estabelecimento	N. º de Alunos	Salas	Entidade proprietária	Conservação
U.F.de Vale de Prazeres e Mata da Rainha	Vale de Prazeres	EB de Vale de Prazeres, Fundão	23	4	Público	Razoável
		Total do concelho	**741**			

Fonte: Câmara Municipal do Fundão

Não possuíam este grau de ensino as freguesias de Alcongosta, Barroca, Bogas de Cima, Castelo Novo, Lavacolhos, Orca e Enxames, sendo os alunos encaminhados para as escolas das freguesias vizinhas.

De um modo geral, as escolas do 1º CEB apresentam um estado de conservação entre o Razoável e o Bom.

11.1.3 2.º e 3º Ciclo do Ensino Básico

Existem **4 estabelecimentos de ensino** no concelho que lecionam o 2º e 3º ciclo do ensino básico (do 5º ao 9º ano), localizados em Alpedrinha, Silvares e na cidade do Fundão (2 escolas). O Externato Capitão Santiago de Carvalho, em Alpedrinha, é o único estabelecimento de ensino particular e cooperativo beneficiário de apoio financeiro do Estado, as restantes três escolas integram a rede pública de ensino.

De acordo com os dados da Carta Educativa - Revisão | Município do Fundão, entre os anos letivos 2005/2006 e 2014/2015 assistiu-se a um decréscimo da população escolar a frequentar os 2º e 3ºciclos do ensino básico no concelho do Fundão, de -17,1% (de 1 501 para 1 244 alunos matriculados). Com **1140 alunos em 2019/2020**, o número de alunos do 2º e 3º CEB reduziu cerca de ¼, entre 2005/06 e 2019/2020.

Quadro 42: Escolas de 2.º e 3.º Ciclos do Ensino Básico no concelho do Fundão, 2019/2020

Freguesia	Localidade	Designação	Número de alunos	Entidade proprietária
Alpedrinha	Alpedrinha	Externato Capitão Santiago de Carvalho*	83	Privado (contrato de Associação com o M.E.)
U.F. de Fundão, Valverde, Donas, Aldeia de Joanes e Aldeia Nova do Cabo	Fundão	EB da Serra da Gardunha, Fundão	966	Publico
		Complexo Escolar (ES do Fundão e EB João Franco, Fundão)		Publico
Silvares	Silvares	EB de Silvares, Fundão	91	Público
		Total do concelho	**1140**	

*Ensino particular e cooperativo.

Fonte: Câmara Municipal do Fundão

11.1.4 Ensino Secundário

Existe apenas um estabelecimento de ensino secundário que compõe a rede pública, a Escola Secundária do Fundão, e integra o Agrupamento de Escolas do Fundão. Este estabelecimento acolheu

um total de 426 alunos. No que respeita à rede particular regista-se a presença do Externato Santiago de Carvalho na freguesia de Alpedrinha com 8 alunos no mesmo período letivo.

Este nível de ensino conseguiu manter o número de alunos, tendo registado um muito ligeiro acréscimo nos últimos 5 anos (em 2014/2015 possuía 428 alunos).

Quadro 43: Escolas do ensino Secundario no concelho do Fundão, 2019/2020

Freguesia	Localidade	Designação	Número de alunos	Entidade proprietária
Alpedrinha	Alpedrinha	Externato Capitão Santiago de Carvalho*	8	Privado
U.F. de Fundão, Valverde, Donas, Aldeia de Joanes e Aldeia Nova do Cabo	Fundão	ES de Fundão	426	Publico
	Total do concelho		**434**	**-**

*Ensino particular e cooperativo.

Fonte: Câmara Municipal do Fundão

11.1.5 Ensino profissional e artístico

O ensino profissional no concelho do Fundão é ministrado na Escola Profissional do Fundão e na Escola Secundária do Fundão, a um total de 447 alunos.

São disponibilizados cursos profissionais de Nível IV permitindo aos alunos fazerem uma formação escolar de nível secundário (12º ano) e, simultaneamente, uma formação profissional que os prepara para o mundo do trabalho e ainda cursos vocacionais, com equivalência ao 9º ou 12º ano de escolaridade ou ainda, em parceria com o Instituto Politécnico de Castelo Branco um Curso Técnico Superior Profissional (CTeSP).

O ensino artístico foi ministrado na Academia de Música e Dança (IPSS), no ano letivo 2019/2020 a 456 alunos. Esta academia ministra os cursos de: Iniciação, Curso Básico Curso Secundário e Curso Livre.

Quadro 44: Escolas do ensino Profissional e Artístico no concelho do Fundão, 2019/2020

Freguesia	Localidade	Nível de ensino	Designação	Número de alunos	Entidade proprietária
U.F. de Fundão, Valverde, Donas, Aldeia de Joanes e Aldeia Nova do Cabo	Fundão	Ensino Profissional	Escola Profissional do Fundão	252	APEPCB (privado)
		Ensino Profissional	Escola Secundária de Fundão	195	Público
		Ensino Artístico	Academia de Música e Dança	456	IPSS
Total do concelho do Fundão				**903**	-

Fonte: Câmara Municipal do Fundão

Em Anexo constam os dados do n.º de alunos e de turmas, por níveis de escolaridade, das unidades orgânicas da rede pública localizadas no concelho do fundão – Ensino Geral – ano letivo 2020/2021, bem como dados do Externato Capitão Santiago de Carvalho, conforme dados fornecidos pela DGEstE, no Parecer 11947/2021/DSRC-EMAG-UAGRE, de 13/7/2021.

11.2 EQUIPAMENTOS DE SAÚDE

O concelho do Fundão tem como hospital de referência o Centro Hospitalar Cova da Beira – **Hospital do Fundão,** com 32 camas (com uma lotação de 64% em 2016). O pessoal ao serviço totaliza 117 pessoas, das quais 4 médicos, 35 enfermeiros, 47 pessoal auxiliar, 6 técnicos de diagnóstico e 25 outras pessoas.

Segundo o Anuário Estatístico da Região Centro, o município apresentava em 2017 uma taxa de 1,7 enfermeiros por cada 1000 habitantes enquanto a média regional era de 7,2 e 2 médicos/1000 habitantes quando a Beiras e Serra da Estrela atingia os 3,3. As camas por cada 1 000 habitantes nos estabelecimentos de saúde (2016) rondou o 1.0.

A oferta complementar de cuidados de saúde é assegurada por **1 centro de saúde**, localizado na cidade do Fundão e por **25 extensões de saúde** a ele associadas: Alcaide, Lavacolhos, Fatela, Castelo Novo, Souto da Casa, Castelejo, Silvares, S. Martinho, Barroca, Bogas de Cima, Janeiro de Cima, Bogas de Baixo, Alcaria, Capinha, Enxames, Pêro Viseu, Três Povos/Quintãs, Póvoa da Atalaia, Atalaia do Campo, Soalheira, Alpedrinha, Quinta da Torre, Orca, Vale Prazeres e Mata da Rainha.

Quadro 45: Centro de Saúde e extensões do concelho do Fundão, 2020

Freguesia	Localidade	Tipologia	N.º Utentes*
Alcaide		Extensão de Saúde Alcaide	784
Alcaria		Extensão de Saúde Alcaria	791
Alpedrinha		Extensão de Saúde Alpedrinha	904
Barroca		Extensão de Saúde Barroca	277
		Extensão de Saúde S. Martinho	174
Bogas de Cima		Extensão de Saúde Bogas de Cima	461
Capinha		Extensão de Saúde Capinha	476
Castelejo		Extensão de Saúde Castelejo	517
Castelo Novo		Extensão de Saúde Castelo Novo	276
Enxames		Extensão de Saúde Enxames	462
Fatela		Extensão de Saúde Fatela	600
Lavacolhos		Extensão de Saúde Lavacolhos	182
Orca		Extensão de Saúde Orca	515
Pêro Viseu		Extensão de Saúde Pêro Viseu	661
Silvares		Extensão de Saúde Silvares	1167
Soalheira		Extensão de Saúde Soalheira	966
Souto da Casa		Extensão de Saúde Souto da Casa	692

Freguesia	Localidade	Tipologia	N.º Utentes*
Três Povos	Salgueiro	Extensão de Saúde Três Povos/Quintãs	849
U.F. de Fundão, Valverde, Donas, Aldeia de Joanes e Aldeia Nova do Cabo	Fundão	Centro de Saúde Fundão	16392
U.F de Janeiro de Cima e Bogas de Baixo	Bogas de Baixo	Extensão de Saúde Bogas de Baixo	194
	Janeiro de Cima	Extensão de Saúde Janeiro de Cima	345
U.F. de Póvoa de Atalaia e Atalaia do Campo	Atalaia do Campo	Extensão de Saúde Atalaia do Campo	560
	Póvoa da Atalaia	Extensão de Saúde Póvoa da Atalaia	759
U.F. de Vale de Prazeres e Mata da Rainha	Mata da Rainha	Extensão de Saúde Mata da Rainha	161
	Vale de Prazeres	Extensão de Saúde Quintas da Torre	225
		Extensão de Saúde Vale de Prazeres	1116

*Dados de 2016

Fonte: ARSC, ACES

Em todas as extensões de saúde existem consultas médicas e prestação de serviços de enfermagem, embora se verifiquem algumas divergências, conforme o volume populacional das freguesias. Assim, a maioria das extensões tem 2 períodos semanais de serviços de enfermagem, com exceção de Lavacolhos que só tem um e Silvares e Vale Prazeres que tem 3 e Alpedrinha que tem 4 períodos. Ao nível dos períodos de consultas médicas existem maiores divergências que variam entre 1 e 3 períodos semanais, sendo que quem possui maior frequência são as extensões de Silvares, Vale Prazeres, Alpedrinha, Alcaria, Alcaide, Soalheira e Três Povos/Quintãs.

Se em termos quantitativos o município pode ser considerado bem dotado de equipamentos de saúde, ao nível das condições de funcionamento das unidades, existem vários problemas inibidores do melhor funcionamento, como situações de humidade, ausência de extintor de incêndio, inexistência de local específico para resíduos hospitalares e inexistência de condições de acesso a pessoas com mobilidade condicionada na maioria dos casos. Recentemente a Extensão de Silvares foi alvo de obras de beneficiação.

Apesar da dotação diversificada de valências asseguradas pelo Centro de Saúde, no tocante a serviços ou consultas de especialidade, é necessária a deslocação ao Hospital do Fundão, para os casos de prestação de cuidados de saúde secundários, que é o Hospital de referência do município, o qual, conjuntamente com o Hospital Pêro da Covilhã, constituem o Centro Hospitalar da Cova da Beira. Este, tem como área de influência os concelhos do Fundão, Covilhã, Belmonte e Penamacor.

No sentido de colmatar uma importante necessidade do município, encontram-se em funcionamento, no Fundão duas **Unidades de Cuidados Continuados Integrados,** uma de média duração e

reabilitação e outra de longa duração e manutenção, ambas da responsabilidade da Santa Casa da Misericórdia do Fundão e cuja área de atuação se estende a todo o concelho do Fundão. Estas unidades estão vocacionadas para prestar cuidados de saúde e intervir no âmbito da prevenção da doença e na promoção da saúde junto da população o que se traduz em reais benefícios para as populações abrangidas, elevando-se os índices de qualidade de prestação de cuidados de proximidade e de bem-estar.

Também a **Unidade Móvel de Saúde do Fundão** contribui muito particularmente para a melhoria do acesso aos serviços de saúde e para a redução das desigualdades de acesso a estes serviços, na medida em que permite monitorizar através de equipamentos-padrão e de protótipos desenvolvidos pela UBI o estado de saúde das populações mais desfavorecidas do concelho, sobretudo pela questão do afastamento aos serviços de saúde. Esta unidade percorre todo o território concelhio e mede um vasto conjunto de dados fisiológicos cuja inserção nas bases de dados do SNS ocorrerá no local, sendo ainda possível emitir a prescrição médica no local.

Complementarmente, existem, no concelho do Fundão, **8 farmácias,** 5 das quais localizam-se na cidade do Fundão, 1 em Alpedrinha, 1 em Silvares e 1 em Vale de Prazeres. A capitação farmácia/habitantes neste concelho responde globalmente aos critérios legais existentes (Portaria n.º 352/2012, de 30 de outubro), nomeadamente a 3500 habitantes/farmácia (3500[26] * 8 farmácias = 28000 habitantes), e Fundão possuía, em 2011, 29.213 habitantes.

De acordo com a dotação atual e em termos quantitativos, o concelho encontra-se razoavelmente dotado de equipamentos de saúde, embora possa vir, de futuro, a ser ainda mais penalizado com o envelhecimento tendencial da população e com o inerente aumento da procura de cuidados de saúde.

Quadro 46: Farmácias no concelho do Fundão, 2020

Freguesia	Localidade	Farmácia
Alpedrinha		Farmácia Trindade Lourenço
Silvares		Farmácia Silvares
União das freguesias de Fundão, Valverde, Donas, Aldeia de Joanes e Aldeia Nova do Cabo	Fundão	Farmácia Taborda
		Farmácia Avenida
		Farmácia Vitória
		Duarte & Proença, Lda
		Farmácia Sena Padez
União das freguesias de Vale de Prazeres e Mata da Rainha	Vale de Prazeres	Farmácia Vale de Prazeres

Fonte: http://www.farmaciasdeservico.net

[26] Capitação mínima de 3500 habitantes por farmácia aberta ao público no município, salvo quando a farmácia é instalada a mais de 2 km da farmácia mais próxima (cf Artº 2º da Portaria n.º 352/2012, de 30/10)

11.3 EQUIPAMENTOS SOCIAIS

«*As respostas sociais que compõem a Rede de Serviços e Equipamentos Sociais (RSES) são um vértice fundamental no domínio da conciliação da vida pessoal e familiar com a atividade profissional, designadamente no que respeita aos cuidados a ascendentes e descendentes, a par do contributo para o reforço dos níveis de proteção social.*»[27]

Segundo a Carta Social considera-se equipamento social toda a estrutura física onde se desenvolvem as várias respostas de apoio social ou estão instalados os serviços de enquadramento às respostas que se desenvolvem diretamente junto dos utentes.

Os equipamentos sociais existentes no concelho do Fundão incluem para a faixa etária das crianças e jovens- Creche e ATL, e no estrato dos idosos: Lar de Idosos, Centro de Dia, Centro de Convívio e Serviço de Apoio Domiciliário. Ainda enquanto respostas sociais dirigidas a situações mais específicas e de maior vulnerabilidade existem: um Lar de Infância e Juventude (para as crianças e jovens em situação de perigo), o Centro de Atividades Ocupacionais e o Lar Residencial da APPCDM (para as pessoas adultas com deficiência), de Apoio Domiciliário a pessoas com deficiência e um Centro de Apoio Familiar e Aconselhamento Parental.

Para além da resposta institucional em termos de estruturas físicas de apoio encontram-se, em implementação, neste município, políticas, programas e medidas em resposta às crescentes necessidades e às problemáticas sociais existentes. Destaca-se a ação do gabinete de ação social, responsável pelo banco local de ajudas técnicas, banco municipal de voluntariado, cartão social municipal, centro local de apoio à integração do imigrante - gabinete de apoio ao emigrante, comissão de proteção de crianças e jovens, comissão municipal de proteção à pessoa idosa, gabinete de apoio à família, gabinete de inserção profissional, loja social, medida manuais escolares, oficina social, programa de financiamento para acesso à habitação, programa de generalização de refeições aos alunos do 1º ciclo do ensino básico e rede social.

São ainda de referir a academia sénior do Centro de Assistência Cultural e Formativo do Fundão (CACFF), a teleassistência da Cruz Vermelha Portuguesa - Delegação do Fundão e as cantinas sociais do CACFF e das Santas Casas da Misericórdia de Alpedrinha e do Fundão. A outro nível de intervenção, também o programa comunitário de ajuda alimentar a carenciados, o rendimento social de inserção e o complemento solidário para idosos são todas medidas de atuação levadas a efeito neste território.

[27] Fonte: http://www.cartasocial.pt/, folha informativa 19/2015

11.3.1 Apoio à infância e juventude

Creches

De acordo com os dados da Câmara Municipal existem 9 equipamentos com a valência de creche que, prestam apoio a 294 crianças, tendo capacidade para 330 utentes, traduzindo-se numa taxa de ocupação média de 89%.

A distribuição territorial destes equipamentos faz-se em 5 das 23 freguesias existentes: Alcaide, Alcaria, Alpedrinha, Silvares e União das Freguesias de Fundão, Valverde, Donas, Aldeia de Joanes e Aldeia Nova do Cabo, concentrando esta última 68% das crianças.

Quadro 47: Creches, por freguesia, no município do Fundão, 2019

Freguesia	Localidade	Capacidade (n.º de alunos)	N.º de alunos	Entidade Proprietária
Alcaide	Alcaide	26	26	Centro Social Paroquial do Alcaide
Alcaria	Alcaria	16	16	Centro Social Nossa Senhora das Necessidades de Alcaria
Alpedrinha	Alpedrinha	35	32	Santa Casa da Misericórdia de Alpedrinha
Silvares	Silvares	26	20	Associação de Solidariedade Social da Freguesia de Silvares
U.F. de Fundão, Valverde, Donas, Aldeia de Joanes e Aldeia Nova do Cabo	Aldeia Nova do Cabo	50	50	Casa Nossa Senhora de Fátima
	Donas	23	23	Centro Paroquial de Assistência das Donas
	Fundão	80	64	CACFF - Centro Assistência Cultural e Formativo do Fundão
		44	38	Santa de Casa da Misericórdia do Fundão
	Valverde	30	25	Centro Paroquial de Bem-estar Social de Valverde
Total do concelho		**330**	**294**	

Fonte: Câmara Municipal do Fundão

Centro de Atividades de Tempos Livres

Os Centros de Atividades de Tempos Livres proporcionam atividades de lazer a crianças e jovens a partir dos 6 anos até aos 15 anos, e funcionam sobretudo no prolongamento do horário escolar, em complementaridade com a escola. Existem no município do Fundão 7 centros de ATL, distribuídos por seis freguesias prestando auxílio a 310 utentes, num contexto de capacidade de 357 utentes e com uma taxa de ocupação de 87%.

Quadro 48: Centros de Atividade de Tempos Livres, por freguesia, no município do Fundão, 2019

Freguesia	Localidade	Equipamento	Capacidade (n.de alunos)	N. de alunos	Entidade Proprietária
Alcaide		Equipamento Social do Centro Social Paroquial do Alcaide	45	27	Centro Social Paroquial do alcaide
Alcaria		Centro de Convívio à comunidade Dona Maria de Lurdes Almeida S.Sousa	25	16	Centro Social Nossa Senhora das Necessidades de Alcaria
Silvares		Equipamento Social da Associação de Solidariedade da freguesia de Silvares	27	14	Associação de solidariedade Social da freguesia de Silvares
União das freguesias de Fundão, Valverde, Donas, Aldeia de Joanes e Aldeia Nova do Cabo	Donas	Equipamento Social do Centro Paroquial de Assistência das Donas	40	17	Centro Paroquial de Assistência das Donas
	Fundão	ATL da Misericórdia	100	86	Santa Casa da Misericórdia do Fundão
		CACFF	90	120	CACFF - Centro Assistência Cultural e Formativo do Fundão
	Valverde	Equipamento Social Centro Paroquial de Bem-estar Social de Valverde	30	30	Centro Paroquial de Bem-estar Social de Valverde
Total do concelho			**357**	**310**	

Fonte: Câmara Municipal do Fundão

Dado o contexto sociodemográfico do município e a sublotação de algumas das creches do concelho, considera-se que este município tem uma oferta suficiente em termos quantitativos para a procura desta valência, não significando que não se sintam as carências desta valência em algumas freguesias ou que não se deva fazer um ajustamento entre a oferta e a procura.

A mesma situação se verifica relativamente aos centros de Atividades de Tempos livres, em que as instituições são as mesmas que asseguram a valência creche e onde também se verifica uma subutilização da oferta existente. Também estando quase todas as unidades sublotadas e a oferta sendo superior à procura, considera-se que o Fundão está bem dotado de unidades de ATL em função da população residente potencialmente utilizadora.

Quadro 49: Síntese das Valências de Apoio à infância e juventude no concelho do Fundão, 2019

	N.º de equipamentos	Capacidade (N.º de utentes)	N.º de Utentes	Taxa de Utilização
Creche	9	330	294	89%
ATL	7	357	310	87%

Fonte: Câmara Municipal do Fundão

11.3.2 Apoio aos idosos

Neste concelho existem aproximadamente 3 dezenas de instituições do 3º setor que permitem um apoio alargado e bastante disseminado pelo território municipal. Em muitos casos o mesmo equipamento social presta apoio através de várias valências.

Neste domínio é possível encontrar no concelho do Fundão uma importante rede de equipamentos de apoio à população idosa, nomeadamente **18** instituições com a valência **"estrutura residencial para idosos", 31 Centros de Dia, 1 Centro de Convívio e 30** instituições prestam **apoio domiciliário**. Todas as instituições são IPSS, com exceção de duas entidades que têm fins lucrativos. A análise seguinte faz a diferenciação por valências.

Estruturas residenciais para idosos (Lares)

Considera-se estrutura residencial para pessoas idosas, *o estabelecimento para alojamento coletivo, de utilização temporária ou permanente, em que sejam desenvolvidas atividades de apoio social e prestados cuidados de enfermagem. A estrutura residencial pode assumir uma das seguintes modalidades de alojamento: a) Tipologias habitacionais, designadamente apartamentos e ou moradias; b) Quartos e c) Tipologias habitacionais em conjunto com o alojamento em quartos.*

Existem 18 instituições com esta valência, das quais 2 são privadas. No total têm capacidade para apoiar 662 idosos, mas em 2019 recorriam a esta valência 620 idosos.

Quadro 50: Estruturas residenciais para idosos (Lares), por freguesia, no município do Fundão, 2019

Freguesia	Localidade	Capacidade (n. de utentes)	N. de utentes	Entidade Proprietária
Alpedrinha	Alpedrinha	59	59	Santa Casa da Misericórdia de Alpedrinha
Alcaria	Alcaria	25	25	Centro Social Nossa Senhora das Necessidades de Alcaria
U.F. de Povoa de Atalaia e Atalaia do Campo	Atalaia do Campo	17	17	Centro de Dia Atalaia do Campo
	Povoa de Atalaia	17	17	Centro Social e Paroquial de Santo Estevão da Povoa de Atalaia
Bogas de Cima	Bogas de Cima	20	20	Associação de Apoio aos Jovens e Idosos de Bogas de Cima
U.F. de Janeiro de Cima e Bogas de Baixo	Bogas de Baixo	14	14	Centro Social e cultural de Bogas de Baixo
Capinha	Capinha	10	12	SCM do Fundão
Silvares	Silvares	39	39	Associação de Solidariedade Social da Freguesia de Silvares
Soalheira	Soalheira	72	64	Santa Casa da Misericórdia de Soalheira
Souto da Casa	Souto da Casa	20	18	Centro Paroquial de Assistência Souto da Casa
Telhado	Telhado	21	21	TECTO - Centro Social do Telhado
Três Povos	Três Povos	29	29	Centro de Assistência Social dos Três Povos

Freguesia	Localidade	Capacidade (n. de utentes)	N. de utentes	Entidade Proprietária
U.F. de Fundão, Valverde, Donas, Aldeia de Joanes e Aldeia Nova do Cabo	Aldeia de Joanes	10	13	Santa Casa da Misericórdia do Fundão – "Nossa Senhora do Amparo"
	Valverde	37	37	Centro Paroquial de Bem Estar de Valverde
	Fundão	60	40	CSM do Fundão – "Nossa Senhora de Fátima"
	Fundão	100	85	SCM do Fundão – "Lar da Misericórdia"
	Fundão	37	37	Lar de Idosos Senhora do Miradouro, LDA.
	Fundão	75	73	Hotel Sénior Prestige
Total do concelho		**662**	**620**	

Fonte: Câmara Municipal do Fundão

Centro de Dia

Resposta social, desenvolvida em equipamento, que consiste na prestação de um conjunto de serviços que contribuem para a manutenção das pessoas idosas no seu meio sociofamiliar.

Com uma importante disseminação pelo território municipal, existem 31 centros de dia, com uma capacidade total de apoio a 768 idosos, embora em 2019 esse apoio tenha sido dado a apenas 514 idosos.

Quadro 51: Centros de Dia, por freguesia, do Fundão, 2019

Freguesia	Localidade	Capacidade (N.º de utentes)	N. de utentes	Entidade Proprietária
Alcaide	Alcaide	40	27	Centro Social Paroquial do Alcaide
Alcaria	Alcaria	31	26	Centro Social N.ª Sra das Necessidades de Alcaria
	Pesinho	10	15	Santa Casa da Misericórdia do Fundão
Alcongosta	Alcongosta	20	14	Santa Casa da Misericórdia do Fundão
Alpedrinha	Alpedrinha	30	24	Fundação Gamboa Pina Ferrão
Barroca	Barroca	5	5	Centro de Dia de Barroca
Bogas de Cima	Bogas de Cima	8	8	Ass. de Apoio aos Jovens e Idosos Bogas de Cima
Capinha	Capinha	40	13	Santa Casa da Misericórdia do Fundão
Castelejo	Castelejo	30	19	Centro de Dia de Santa Luzia
	Castelejo	24	13	Centro de Dia de Enxabarda
Castelo Novo	Castelo Novo	15	10	Centro Social de Castelo Novo
Enxames	Enxames	30	19	Centro de Dia Nossa Senhora do Fastio
Fatela	Fatela	30	18	Centro Social Paroquial do Alcaide
Lavacolhos	Lavacolhos	20	2	Santa Casa da Misericórdia do Fundão
Orca	Orca	19	15	Instituto de São Miguel
Pêro Viseu	Pêro Viseu	25	16	Santa Casa da Misericórdia do Fundão
Silvares	Silvares	20	19	Ass. de Solidar. Social da Freguesia de Silvares
Soalheira	Soalheira	30	24	Santa Casa da Misericórdia de Soalheira
Souto da Casa	Souto da Casa	35	31	Centro Paroquial de Assistência de Souto da Casa

Freguesia	Localidade	Capacidade (N.º de utentes)	N. de utentes	Entidade Proprietária
Telhado	Telhado	28	23	Tecto - Centro Social do Telhado
Três Povos	Três Povos	30	5	Centro de Assistência Social dos Três Povos
U.F. de Fundão, Valverde, Donas, Aldeia de Joanes e Aldeia Nova do Cabo	Aldeia de Joanes	12	3	Santa Casa da Misericórdia do Fundão
	Donas	30	20	Centro Paroquial de Assistência das Donas
	Valverde	40	30	Centro Paroquial de Bem Estar de Valverde
	Fundão	60	56	SCM do Fundão – "Nossa Senhora de Fátima"
U.F. de Póvoa de Atalaia e Atalaia do Campo	Atalaia do Campo	17	8	Centro de Dia Atalaia do Campo
	Póvoa de Atalaia	30	13	C.S. e Paroquial de Sto Estevão Póvoa de Atalaia
U.F. de Janeiro de Cima e Bogas de Baixo	Bogas de Baixo	10	3	Centro Social e cultural de Bogas de Baixo
	Janeiro de Cima	9	5	Ass. de Solid. Social, Recr. e Cult de J. de Cima
U.F. de Vale de Prazeres e Mata da Rainha	Vale de Prazeres	30	22	Centro Paroquial de São Bartolomeu
	Quintas da Torre	10	8	Centro Social da Torre
Total do Concelho		**768**	**514**	

Fonte: Câmara Municipal do Fundão

Centros de Convívio

Resposta social, desenvolvida em equipamento, de apoio a atividades socio-recreativas e culturais, organizadas e dinamizadas com participação ativa das pessoas idosas de uma comunidade.

Existe um Centro de Convívio no Centro Assistencial Cultural e Formativo do Fundão, com capacidade para 250 utentes, mas, em 2019, recorriam a este centro apenas 84 utentes.

Apoio Domiciliário

Este serviço prevê «*a prestação de cuidados individualizados e personalizados no domicílio a indivíduos e famílias quando, por motivo de doença, deficiência ou outro impedimento, não possam assegurar temporária ou permanentemente, a satisfação das necessidades básicas e/ou as atividades da vida diária*»

No Fundão esta resposta é dada através de 30 instituições a um total de 425 utentes, havendo ainda capacidade para mais (capacidade total 624 utentes), ficando-se a taxa de utilização nos 68%.

Quadro 52: Apoio domiciliario, por freguesia, no município do Fundão, 2019

Freguesia		Capacidade	Utentes	Entidade
Alcaria	Alcaria	26	14	Centro Social Nª Sra das Necessidades de Alcaria
	Pesinho	5	5	Santa Casa da Misericórdia do Fundão
Alcongosta	Alcongosta	16	6	Santa Casa da Misericórdia do Fundão
Alpedrinha	Alpedrinha	12	10	Fundação Gamboa Pina Ferrão
Barroca	Barroca	20	14	Centro de Dia de Barroca
Bogas de Baixo	Bogas de Baixo	16	2	Centro Social e Cultural de Bogas de Baixo

Freguesia		Capacidade	Utentes	Entidade
U.F. Janeiro de Cima e Bogas de Baixo	Bogas de Cima	12	6	Ass. de Apoio aos Jovens e Idosos de B. de Cima
Capinha	Capinha	20	8	Santa Casa da Misericórdia do Fundão
Castelejo	Castelejo	10	5	Centro de Dia de Santa Luzia
		7	5	Centro de Dia de Enxabarda
Castelo Novo	Castelo Novo	11	5	Centro Social de Castelo Novo
Enxames	Enxames	25	24	Centro de Dia Nossa Senhora do Fastio
Janeiro de Cima	Janeiro de Cima	19	14	Ass. de Solid. Social Rec. e Cultural de J. de Cima
Lavacolhos	Lavacolhos	10	6	Santa Casa da Misericórdia do Fundão
Orca	Orca	15	13	Instituto de São Miguel
Pêro Viseu	Pêro Viseu	22	9	Santa Casa da Misericórdia do Fundão
Silvares	Silvares	20	20	Ass. de Solidar. Social da Freguesia de Silvares
Soalheira	Soalheira	15	15	Santa Casa da Misericórdia de Soalheira
Souto da Casa	Souto da Casa	30	16	Centro Paroquial de Assistência de Souto da Casa
Telhado	Telhado	20	10	TECTO - Centro Social do Telhado
Três Povos	Três Povos	15	15	Centro de Assistência Social dos Três Povos
U.F. de Fundão, Valverde, Donas, Aldeia de Joanes e Aldeia Nova do Cabo	Donas	5	4	Centro Paroquial de Assistência das Donas
	Fundão	70	58	SCM do Fundão – "Lar Nossa Senhora de Fátima"
		30	5	Maria Hermínia Ladeira Pires
	Valverde	8	8	Centro Paroquial de Bem-Estar social de Valverde
U.F. de Póvoa de Atalaia e Atalaia do Campo	Atalaia do Campo	40	28	Centro de Dia de Atalaia do Campo
	Póvoa da Atalaia	33	27	Centro Social e Paroquial de Santo Estêvão
U.F de Vale de Prazeres e Mata da Rainha	Mata da Rainha	32	27	Liga dos Amigos da Mata da Rainha
	Vale de Prazeres	35	27	Centro Paroquial de Bão Bartolomeu
	Quintas da Torre	25	19	Associação de Solidariedade Social
Total do concelho		**624**	**425**	

Fonte: Câmara Municipal do Fundão (Carta Social- Ministério da Solidariedade, Emprego e Segurança Social)

Síntese dos apoios aos idosos

No conjunto concelhio, os equipamentos e as valências de assistência à terceira idade dão apoio a 1642 idosos, o que materializa uma **taxa de cobertura de 21% da população com mais de 65 anos**[28], que é expressivo, sobretudo se se considerar que o município tem capacidade de oferta a mais 661 idosos, ou seja, teria uma capacidade de apoiar 30% dos idosos do concelho. A taxa de cobertura das respostas de apoio aos idosos no Fundão é tanto mais relevante quanto se sabe que a taxa de cobertura no País se ficou, em 2018, pelos 12,6%[29]. Todas as freguesias têm, pelo menos, uma valência de apoio aos idosos, sendo que a maioria associa as valências centro de dia e apoio domiciliário.

[28] Considerando a população idosa estimada, em 2018, (INE) que totaliza 7658 pessoas com mais de 65 anos.

[29] Carta Social, Rede de Serviços e Equipamentos - Relatório 2018, GEP.

Quadro 53: Respostas sociais aos idosos, Fundão, 2019

Respostas Sociais	Capacidade	Utentes	Taxa de utilização (%)
Estruturas Residencial	662	620	93,7
Centro de Dia	768	514	66,9
Centro de Convívio	250	84	33,6
Apoio domiciliário	624	425	68,1
Total	**2304**	**1643**	**71,3**

Fonte: Câmara Municipal do Fundão (Carta Social- Ministério da Solidariedade, Emprego e Segurança Social)

Em síntese, o concelho do Fundão tem uma expressiva rede de equipamentos sociais que cobre todo o território concelhio e em termos globais e puramente quantitativos é mais do que suficiente para a procura (taxa de utilização das unidades existentes de apenas 71%). Contudo, verifica-se igualmente que há um desajuste entre a oferta e a procura destas valências: os centros de dia, o centro de convívio e o apoio domiciliário têm uma oferta excedentária face à procura, ao contrário das estruturas residenciais (lares) que se encontram próximo do limiar de capacidade para a procura existente no concelho e, segundo dados de 2016, possuem uma lista de espera expressiva. É assim percetível que dada a evolução demográfica do município, é considerado como objetivo prioritário a continuidade da promoção das políticas sociais locais e será desejável um maior ajuste entre as respostas existentes e a procura.

11.3.3 Outras respostas

Existe uma associação no município que dispõem da valência de **Centro de Atividades Ocupacionais (CAO)**, dirigida a pessoas com deficiência, localizada na cidade do Fundão (APPACDM) com capacidade total para 45 utentes (39 utentes em janeiro de 2020); esta Associação dispõe também de **Lar residencial para pessoas com deficiência** para 6 pessoas.

A Associação de Solidariedade Social da Freguesia de Silvares presta **Apoio Domiciliário a Pessoas com Deficiência,** com capacidade para 30 pessoas.

Também existe um **Lar de Infância e Juventude para as crianças e jovens em situação de perigo** com capacidade para 45 crianças (Obra de Socorro Familiar – Abrigo de S. José) e O Centro Assistencial Cultural e Formativo do Fundão dispõe também da valência **Centro de Apoio Familiar e Aconselhamento Parental**, com capacidade para apoiar 80 utentes.

11.3.4 Intervenções do Gabinete de Ação Social e Saúde da Câmara Municipal

Face aos principais problemas de pobreza e exclusão social existentes no concelho, a autarquia do Fundão tem definido como principal resposta aquela que assenta no enquadramento da consolidação da Rede Social do Fundão. Existindo sempre a preocupação em fazer com algumas entidades que têm

responsabilidades e tutelam a área da luta contra a pobreza e exclusão social, se possam juntar e criar dinâmicas comuns a partir desta estrutura.

Para dar resposta às necessidades sentidas em todo o território concelhio, com uma população dispersa e envelhecida, a autarquia tem desenvolvido e implementado uma política de apoio social através de respostas específicas de intervenção direta, bem como, interagindo de forma ativa em processos de cooperação interinstitucional.

Quanto à intervenção direta e como interlocutor entre a autarquia e a comunidade, encontra-se o Gabinete de Ação Social, que desenvolve uma série de atividades no âmbito da função social, desempenhando um papel primordial nas relações para com o exterior e, com resultados positivos ao longo do tempo.

Este gabinete tem como principais funções, o atendimento especializado, o acompanhamento e encaminhamento de indivíduos com problemas sociais específicos, desenvolvendo diagnósticos e intervenções como forma de resolver e/ou minorar dificuldades, contribuindo para a promoção da mudança e melhoria da qualidade de vida das famílias e/ou indivíduos que a ele recorrem.

Assim, esta autarquia incrementou um conjunto de respostas de intervenção direta que estão ao dispor dos munícipes e que desempenham um papel elementar nas relações com a comunidade, a saber:

Gabinete de Ação Social e Saúde (GASS)	Estrutura de apoio e acompanhamento social individualizado, que intervém diretamente nas questões de vulnerabilidade socioeconómica dos indivíduos e coordena a maioria das medidas/políticas de ação social do Município. O gabinete tem como principais funções, o atendimento especializado, acompanhamento e encaminhamento de indivíduos com problemas sociais específicos, desenvolvendo diagnósticos e intervenções como forma de resolver e/ou minorar dificuldades, contribuindo para a promoção da mudança e melhoria da qualidade de vida das famílias e/ou indivíduos que a ele recorrem.
Gabinete de Apoio à Família (GAF)	Serviço mediador, facilitador e impulsionador de dinâmicas familiares saudáveis, intervindo de forma individual e/ou comunitária. Tem como propósito abarcar toda a população e especificamente situações que não se adequam na tipologia de intercessão das estruturas de apoio social dirigido a casos denominados como sociais.
Comissão Municipal de Proteção à Pessoa Idosa do Fundão (CMPPIF)	Grupo de trabalho multidisciplinar que visa promover a efetivação dos direitos da pessoa idosa do concelho do Fundão e prevenir ou pôr termo a situações suscetíveis de afetar a sua segurança, saúde e bem-estar.
Gabinete de Igualdade e Apoio a Vítimas (GIAV)	O Gabinete de Igualdade e Apoio a Vítimas surgiu da necessidade de se criar uma resposta organizada em rede, de prevenção e combate à Violência Doméstica, no concelho do Fundão. Tem como missão apoiar as vítimas e suas famílias, prestando-lhes serviços personalizados, presenciais e gratuitos, respeitando a confidencialidade e a escuta ativa.
Centro Local de Apoio à Integração de Migrantes (CLAIM)	Espaço de informação que visa ajudar a responder às questões que se colocam aos imigrantes, feito por um técnico que garante o atendimento e facilita todo um conjunto de informações essenciais à sua inclusão.
Gabinete de Apoio ao Emigrante (GAE)	Estrutura de apoio que visa prestar um serviço gratuito aos cidadãos emigrantes que já regressaram ou que estão a pensar regressar definitivamente ao país de origem, ajudando-os na sua reintegração e informando-os dos seus direitos.
Gabinete para a Inclusão e Diversidade Cultural (GID)	O Centro para as Migrações do Fundão, com gestão e dinamização a cargo da equipa técnica do GID – Gabinete para a Inclusão e Diversidade Cultural da Câmara Municipal do Fundão, serve atualmente como um Welcome Center a migrantes (voluntários (estudantes e trabalhadores) e refugiados), através do desenvolvimento de atividades de acolhimento, integração e autonomização; dirigidas à comunidade local e à comunidade migrante (novos

	locais) a fim de promover uma gestão consciente e coordenada da diversidade cultural que incentive a integração dos migrantes, o diálogo intercultural, a cooperação e a solidariedade.
Rede Social do Fundão (RSF)	Plataforma de articulação da intervenção social de diferentes parceiros públicos e privados do concelho, que através do trabalho em rede, da cooperação e da partilha de responsabilidades visam combater a pobreza e a exclusão social e promover a inclusão e coesão, bem como, o desenvolvimento e o planeamento social integrado.
Cartão Social Municipal (CSM)	Medida dirigida a todos os munícipes recenseados no concelho cujo rendimento per capita não ultrapasse o Salário Mínimo Nacional, que permite usufruir de diversos benefícios e descontos em serviços da autarquia, bem como, de outras entidades das quais esta seja parceira.
Loja Social do Fundão	Medida de carácter social que visa a rentabilização dos recursos existentes entre os vários parceiros, eliminando sobreposições de intervenção no sentido de atenuar as dificuldades sentidas pela população do concelho. Os utentes podem usufruir de apoio ao nível de géneros alimentares, vestuário, calçado e equipamentos.
Armazém Social (AS)	Estrutura de armazenamento, que centraliza bens doados, alguns de grande porte, onde é feita a respetiva triagem e acondicionamento.
Banco Local de Ajudas Técnicas (BLAT)	Medida que visa dar resposta ao nível de cedência gratuita de equipamentos a particulares e instituições, colmatando uma necessidade existente devido à incapacidade de resposta a este nível por parte dos serviços de saúde.
Gabinete de Inserção Profissional (GIP)	É um serviço de apoio ao emprego e aos desempregados do concelho, trabalhando em cooperação com o Centro de Emprego da Covilhã, visando agilizar e facilitar o acesso às diversas medidas disponibilizadas pelo Instituto de Emprego e Formação Profissional tanto aos jovens e adultos desempregados, como às empresas e instituições.
Projetos Piloto – Brain on Track	É um sistema de monitorização da saúde do cérebro, que tem por base a realização de testes periódicos (3 em 3 meses), através do acesso à internet, que permite avaliar o desempenho cognitivo do participante ao longo do tempo, possibilitando a análise dos resultados por parte de especialistas clínicos. O principal objetivo é colocar tecnologias ao dispor dos seus cidadãos com o intuito de melhorar a qualidade de vida na cidade.
Cogweb	É uma ferramenta que permite a implementação de programas personalizados de treino cognitivo. Uma vez que assenta numa plataforma online, onde quer que o profissional quer o doente podem aceder ao programa a partir de qualquer local onde exista uma ligação à internet. Esta característica permite diversos contextos de uso, que podem variar entre um contexto estritamente clínico e conforto do domicílio e ambiente familiar do doente. O presente projeto foi desenvolvido em duas IPSS: Centro Comunitário das Lameiras – Silvares e na Santa Casa da Misericórdia do Fundão.
MEMO_MOVE	O MEMO_MOVE é um Centro de Estimulação Cognitiva e Exercício Físico, sendo as áreas intervenção a Estimulação Coginitiva, Brain on Track, CogWeb, Exercício Físico, Treino Dual Tasck, Exergames, Sala de Sonoezelen e Musicoterapia.
Dignitude	Rede solidária do Medicamento – medida que abrange exclusivamente os medicamentos, quando prescritos em receita médica. O beneficiário do cartão abe adquire os medicamentos necessários gratuitamente.
10 Mil Vidas	Projeto de inovação social que promove a criação de um novo sistema de apoio a idosos, adotando a metodologia MAIS – Modelo de Apoio Integrado a Seniores, que tem como principal finalidade prolongar a vida saudável do idoso. Faculta um serviço de assistência 24h/24h, gerido online, que permite um acompanhamento personalizado de cada idoso por parte da família e dos técnicos especializados.
Lado a Lado – Rede Solidária de Vizinhos	É uma resposta social de proximidade no concelho do Fundão e pretende constituir-se como uma importante rede informal primária de apoio a idosos em situação de isolamento social, residentes na cidade do Fundão.
Piquete de Obras Social (POS)	Tem por finalidade promover a inserção social e autonomização de famílias caracterizadas por condições sociais e habitacionais deficitárias. Presta apoio domiciliário em pequenas reparações, melhorando as condições de conforto e habitação dos munícipes.
Banco Local de Voluntariado (BLV)	Estrutura de proximidade que promove o encontro entre a oferta e a procura de voluntariado, prestando um serviço à comunidade. O seu propósito é incentivar e divulgar novas iniciativas de indivíduos dispostos a desempenhar atividades de natureza voluntária e de organizações que os desejem integrar.
Habitação Social / Prohabita	Visa a valorização e melhoria da qualidade de vida dos beneficiários através da atribuição condigna e do acompanhamento social, tendo em vista a plena inclusão social.
Emergência Social	Com funcionamento contínuo e ininterrupto (24h por dia, todos os dias do ano), tem como objetivo garantir resposta imediata a situações que necessitem de atuação emergente e urgente no âmbito da proteção social.

11.4 EQUIPAMENTOS DESPORTIVOS

A prática de atividades físicas e desportivas é, atualmente, uma área de indiscutível importância na qualidade de vida da população que se pretende ativa e dinâmica.

O Decreto-lei nº 141/2009, de 16 de junho, alterado pelo DL n.º 110/2012, de 21/5, estabelece o regime jurídico das instalações desportivas de uso público, de onde se salientam as definições e classificação das instalações desportivas, agrupadas da seguinte forma:

a) Instalações desportivas de base;
   - Instalações recreativas;
   - Instalações formativas

b) Instalações desportivas especializadas ou monodisciplinares;

c) Instalações desportivas especiais para o espetáculo desportivo.

Segundo as Normas para a Programação e caracterização de Equipamentos Coletivos (DGOTDU) e em conformidade com as recomendações do Conselho da Europa e do Conselho Internacional para a Educação Física e o Desporto (UNESCO), deve ser atribuída a quota global de 4 m^2 de superfície desportiva útil por habitante.

No município do Fundão são dominantes os equipamentos que se enquadram na tipologia referida na alínea a) na subclasse de instalações formativas, «destinadas a educação desportiva de base e atividades (…) cujas características funcionais, construtivas e de polivalência são ajustadas aos requisitos decorrentes das regras desportivas que enquadram as modalidades desportivas a que se destinam», ainda que seja significativa também a dotação de instalações recreativas «que se destinam a atividades desportivas com caráter informal ou sem sujeição a regras imperativas e permanentes».

É com base nas instalações desportivas de base formativas que se define o rácio Superfície Desportiva Útil /Habitante. Atendendo à utilização deste rácio para aferição das dotações mais ou menos ajustadas aos volumes populacionais, vai dar-se destaque primordial a estas instalações.

Existem 55 instalações desportivas de Base Formativas no concelho do Fundão (cf. Anexo) sendo predominantes os Pequenos Campos de Jogos (37), seguidos dos Pavilhões Desportivos e Salas de Desporto Polivalentes (10), e dos Grandes Campos de Jogos (6) e das Piscinas (2).

A relação área desportiva por habitante no concelho do Fundão, com valores de população estimados para o ano de 2018 de 26719 residentes ronda os 2,7 m^2/habitante, valor que difere dos 4m^2 de superfície desportiva útil por habitante recomendados. Este valor é atingido e até ultrapassado nas freguesias de Silvares (7,6 m^2/habitante), Soalheira (7,1 m^2/habitante) e na U. F. Póvoa de Atalaia e Atalaia do Campo (4,8 m^2/habitante).

A grande concentração de equipamentos desportivos verifica-se na cidade do Fundão, ainda que a união das freguesias que a integram não cumpra os 4m²/habitantes, ficando-se pelos 3m²/habitantes (com dados populacionais de 2011).

Quadro 54: Área Desportiva Útil (m²), por freguesia, Fundão, 2020

Freguesias	População		Área Desportiva Útil (2020)	ADU/Habitante (m²)	
	2011	2018		2011	2018
Alcaide	616	n.d.	684	1,1	…
Alcaria	1180		800	0,7	
Alcongosta	497		450	0,9	
Alpedrinha	1087		1574	1,4	
Barroca	496		800	1,6	
Bogas de Cima	347		0	0	
Capinha	494		648	1,3	
Castelejo	656		800	1,2	
Castelo Novo	406		0	0	
Enxames	520		0	0	
Fatela	564		684	1,2	
Lavacolhos	236		800	3,4	
Orca	650		756	1,2	
Pêro Viseu	728		1005	1,4	
Silvares	968		7319	7,6	
Soalheira	891		6320	7,1	
Souto da Casa	807		0	0	
Telhado	618		0	0	
Três Povos	914		1600	1,8	
U.F. Fundão/Valverde/A. Joanes/A. Nova do Cabo	13434		39745	3,0	
U.F. Janeiro de Cima/Bogas de Baixo	500		1600	3,2	
U.F. Póvoa da Atalaia/Atalaia do Campo	1188		5729	4,8	
U.F. Vale de Prazeres e Mata da Rainha	1416		924	0,7	
Total do Concelho	**29213**	**26719**	**72238**	**2,5**	**2,7**

Fonte: Câmara Municipal do Fundão

Nesta matéria, o **município do Fundão apresenta assimetrias espaciais relevantes**, nomeadamente:

- 3 freguesias (Silvares, Soalheira e UF de Póvoa da Atalaia/Atalaia do Campo) possuem área desportiva útil excessiva;
- 15 freguesias possuem área desportiva útil insuficiente;
- 5 freguesias não possuem qualquer tipo de instalação desportiva (Bogas de Cima, Castelo Novo, Enxames, Souto da Casa e Telhado).

A repartição da área total pelas três grandes tipologias dista do que é recomendado oficialmente, já que se constata que existe um excesso de salas de desporto em detrimento das instalações ao ar livre e das superfícies de plano de água (piscinas de base formativas).

Quadro 55: Área Desportiva Útil recomendada e existente, de acordo com tipologia, 2020

Tipologias		N.º de Equipamentos	Área	Área Recomendada (%)	Área Existente (%)
Ar Livre	Pequeno Campo	37	32704	95%	91,6
	Grande Campo	6	33443		
Salas de Desporto	Pavilhão	7	5094	2 a 2,5%	7,9
	Sala de Desporto	3	589		
Superfícies de plano de água	Piscinas Coberta	2	408	1,50%	0,6
Total		**55**	**72238**		

Fonte: Câmara Municipal do Fundão

Para além destes equipamentos de base formativos, existem vários outros que não são contabilizados na área útil desportiva mas que concorrem igualmente para oferta de equipamentos, tendo globalmente uma vertente mais recreativa e valorizadora da função turística, tão importante neste município, nomeadamente: i) piscinas descobertas (Alcongosta, Alpedrinha, Atalaia do Campo, Orca, Silvares, Fundão (3), Bogas de Baixo); Piscina artificial da Barragem da Capinha e Piscina natural de Castelo Novo); ii) Circuitos de manutenção (Fundão e Capinha), iii) Pista de Autocross e Motocross de Silvares e iv) Campo de Futebol de Praia (Capinha). Todas estas instalações perfazem quase 3000m^2 de área desportiva útil recreativa (cf. Anexo).

11.5 EQUIPAMENTOS CULTURAIS E RECREATIVOS

O município do Fundão é rico em história, em património cultural e em iniciativas que promovem e divulgam ambos, razões pelas quais adotou a cultura como um dos pilares de evolução do concelho e tem vindo a apostar na aptidão criativa, na construção de espaços culturais e na implementação de propostas inovadoras que têm contribuído para o desenvolvimento e qualidade da oferta cultural.

O Município criou uma dinâmica inovadora em várias formas de expressão que vão desde as artes plásticas à música, ao teatro, à dança, à literatura e as às artes performativas e o Fundão é hoje um espaço de criação cultural permanente e um palco de uma intensa vida cultural, com projeção regional, nacional e internacional.

Enquanto estruturas físicas de suporte à atividade cultural, o município conta com um amplo conjunto de Museus/Casa temáticas ou Centros Interpretativos (mais de 3 dezenas), espalhados por todo o território concelhio, sendo uns dos aspetos diferenciadores deste município relativamente à região.

Enquanto equipamentos emblemáticos são de referir o Centro Cultural A Moagem- A cidade do Engenho e das Artes, equipamento moderno, constituído por Auditório, Estúdio, Centro de Recursos Multimédia, Sala de Exposições de Arte Contemporânea, Núcleo de Moagem do Centeio, Restaurante; a Biblioteca Eugénio de Andrade e o Museu Arqueológico Municipal José Alves Monteiro e tem potencial de valorização, presentemente, o Domus Mundi – Centro Museológico António Guterres, em Donas.

A Biblioteca Municipal Eugénio de Andrade encontra-se na sede do concelho, mas também existam algumas iniciativas de pequenos espaços bibliotecários à escala da freguesia dinamizadas pelas juntas de freguesia. Os dois espaços de auditório encontram-se no Agrupamento de Escolas do Fundão e na Moagem. Com funções similares existem também no Fundão a Sala Polivalente da Biblioteca Municipal e em Alpedrinha, o Palácio do Picadeiro. O serviço de informação local é assegurado por dois serviços de rádio e imprensa, a Rádio Cova da Beira e o Jornal do Fundão. A exibição cinematográfica é realizada na Moagem. O município também possui um Arquivo Municipal.

Complementarmente, e numa vertente mais recreativa, mas não só, é digna de destaque a atividade associativa desenvolvida no concelho (cf. Anexo VII), marcada pela existência de um vasto conjunto de associações (cerca de 5 dezenas), com incidência para as atividades desportivas, culturais e recreativas, às quais estão normalmente associados Salões de Festas, importantes locais de convívio e de práticas culturais. De entre elas, destacam-se pela sua capacidade de mobilização e dinamização da população as seguintes: Santa Casa da Misericórdia do Fundão, APPACDM, Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários do Fundão, Associação Desportiva do Fundão; Clube Académico do Fundão, Grupo de convívio e amizade das Donas, Pinus Verde, Academia de Música e Dança do Fundão – Santa Casa da Misericórdia do Fundão e Este – Estação Teatral.

Quadro 56: Equipamentos culturais no concelho do Fundão, 2020

Localidade	Tipologia do equipamento	Unidades
Fundão	Cinema	1
Fundão	Biblioteca	1
Fundão	Auditório	2
Em 19 localidades	Museu (Casa Temática/Centro Interpretativo)	36
Fundão, Alpedrinha	Sala de Espetáculos/ Espaço polivalente	3
Em 28 localidades	Salão de Festas	28
Fundão	Imprensa Local	1
Fundão	Rádio local	1
Fundão / Alpedrinha / Castelo Novo	Posto de Turismo	3
	Associações Culturais e Recreativas	43

Fonte: Câmara Municipal do Fundão

São vários os espaços de exposição no concelho, por entre museus e casas temáticas, num total de 36 unidades identificadas.

Quadro 57: Museus, Casas Temáticas ou Centros Interpretativos no município do Fundão, 2020

Localidade	Designação
Alcaide	Centro de Recolha do Cogumelo
Aldeia Nova do Cabo	Museu de Aldeia Nova do Cabo – O Lugar da Banda
	Casa do Brincar
Alcongosta	Casa da Cereja
Alpedrinha	Museu da Música da Liga dos Amigos de Alpedrinha
	Museu dos Embutidos da Casa António Santos Pinto
	Museu Etnográfico da Liga dos Amigos de Alpedrinha
	Centro de Interpretação das Rotas da Transumância
	Palácio do Picadeiro
Barroca	Centro de Interpretação de Arte Rupestre
Bogas de Cima	Casa do Cogumelo
	Casa do Mel
	Casa Redonda
Castelejo	Casa da Romaria da Santa Luzia
	Casa - Museu do Castelejo
Castelo Novo	Galeria Manuela Justino em Castelo Novo
Donas	Casa das Memórias de António Guterres
Fundão	Centro de Interpretação – Moagem do Centeio
	Casa Etnográfica de Valverde
	Domus Um
	Museu Arqueológico Municipal José Alves Monteiro
	Museu D`Imprensa & Tipographia
	Casa da Imprensa – António Paulouro (casino)
Janeiro de Cima	Casa das Tecedeiras
Lavacolhos	Casa do Bombo
Orca	Casa do Queijo
Povoa de Atalaia	Casa das Memórias de Eugénio de Andrade
Silvares	Museu de Silvares D.Ilda Valentina Mesquita
	Núcleo Museológico da Lavaria
Souto da Casa	Casa dos Oficios
	Exposição de Arte Sacra
Telhado	Casa do Barro e Fornos do oleiro
	Lagar de Varas
Três Povos	Núcleo Museológico da Pastorícia
Valverde	Casa – Museu D. João de Oliveira Matos
	Casa Etnográfica do Rancho de Valverde

Fonte: Câmara Municipal do Fundão

11.6 EQUIPAMENTOS DE PREVENÇÃO E SEGURANÇA PÚBLICA

Segundo o disposto no n.º 1 do artigo 46.º da Lei n.º 27/2006, de 3 de julho (alterado pela Lei Orgânica n.º 1/2011, de 30 de novembro e pela Lei n.º 80/2015, de 3 de agosto), que constitui a Lei das Bases de Proteção Civil, são considerados agentes de proteção civil os corpos de bombeiros, as forças de segurança, as forças armadas, os órgãos da Autoridade Marítima Nacional, a Autoridade Nacional de Aviação Civil, o INEM, I.P., e demais entidades públicas prestadoras de cuidados de saúde e os sapadores florestais.

No caso do Fundão, servem o concelho 4 quartéis de bombeiros e 4 postos territoriais da Guarda Nacional Republicana (GNR).

Quadro 58: Equipamentos de Prevenção e Segurança Pública no concelho do Fundão, 2020

Freguesia	Localidade	Tipo de Unidade	
União das freguesias de Fundão, Valverde, Donas, Aldeia de Joanes e Aldeia Nova do Cabo	Fundão	GNR	Destacamento Territorial de Fundão/ Posto Territorial de Fundão
Alpedrinha	Alpedrinha		Posto Territorial de Alpedrinha
Silvares	Silvares		Posto Territorial de Silvares
Soalheira	Soalheira		Posto Territorial de Soalheira
União das freguesias de Fundão, Valverde, Donas, Aldeia de Joanes e Aldeia Nova do Cabo	Fundão	Bombeiros	Museu/Parque de Viaturas
			Quartel (1.ª,2.ª e 3ª secções)
Silvares	Silvares		Quartel (4.ª secção)
Três povos	Três povos		Quartel (5.ª secção)
Soalheira	Soalheira		Quartel (6.ª secção)

Fonte: http://www.gnr.pt (consultado em 03-12-2015)
http://bvfundao.no.sapo.pt (consultado em 03-12-2015

Quadro 59: Síntese da distribuição dos equipamentos coletivos, por tipologia e freguesia, no concelho do Fundão, 2020

Freguesias	Educação				Saúde				Apoio Social					Desporto				Cultura	Proteção Civil	
	Pré-escolar	1º CEB	2.º e 3º CEB	ES/EP/ Artístico	Hospital	CS	Extensão	Farmácia	Creches	ATL	Lares	CD	AD	GCJ	PCJ	Sala Desp.	Piscinas		GNR	Bomb.
Alcaide	■	■					■		■	■		■			■			■		
Alcaria	■	■					■		■	■	■	■	■			■		■		
Alcongosta												■	■		■			■		
Alpedrinha	■	■	■	■			■	■	■		■	■	■		■	■		■	■	
Barroca							■					■	■		■			■		
Bogas de Cima							■				■	■	■					■		
Capinha	■	■					■				■	■	■		■			■		
Castelejo	■	■					■					■	■		■			■		
Castelo Novo							■					■	■					■		
Fatela	■	■					■					■			■			■		
Lavacolhos							■					■	■		■			■		
Orca							■					■	■		■			■		
Pêro Viseu	■	■					■					■	■		■	■		■		
Silvares	■	■	■				■	■	■	■	■	■	■	■	■	■		■	■	■
Soalheira	■	■					■				■	■	■	■	■			■	■	■
Souto da Casa	■	■					■				■	■	■					■		
Telhado	■	■									■	■	■					■		
Enxames	■											■	■					■		
Três Povos		■					■				■	■	■		■			■		■
U.F. de JC e BB	■	■					■				■	■	■		■			■		
U.F. de Fundão	■	■	■	■	■	■		■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■
U.F das Atalaias	■	■					■				■	■	■	■	■			■		
U.F. VP e MR	■	■					■	■				■	■		■			■		

Fonte: Câmara Municipal do Fundão

U.F. JC e BB - U.F. de Janeiro de Cima e Bogas de Baixo
U.F Fundão - U.F. de Fundão, Valverde, Donas, Aldeia de Joanes e Aldeia Nova do Cabo
U.F Atalaias - U.F de Póvoa de Atalaia e Atalaia do Campo
U.F. VP e MR - U.F de Vale de Prazeres e Mata da Rainha

12. TURISMO

O setor do turismo em Portugal tem vindo a crescer de forma muito significativa, quer em termos de oferta de alojamento e entretenimento, de número de viagens ou de número de visitas e turistas. Esta realidade tem a ver com o facto de Portugal possuir uma envolvente privilegiada para a consolidação da atividade turística, nomeadamente em função dos seus recursos naturais, culturais e humanos.

O turismo é, hoje, considerado um **setor estratégico prioritário para Portugal** não só pelas receitas externas que proporciona, como também pelo potencial que encerra para o combate ao desemprego, para a valorização do património natural e cultural do país, para a melhoria da qualidade de vida da população e para a atenuação das assimetrias regionais.

A atual visão para o turismo nacional, patente na Estratégia Turismo 2027, aponta para "*Afirmar o turismo como hub para o desenvolvimento económico, social e ambiental em todo o território, posicionando Portugal como um dos destinos turísticos mais competitivos e sustentáveis do mundo*".

Numa altura em que as atividades associadas aos setores primário e secundário continuam a perder importância no concelho do Fundão (à semelhança do que acontece um pouco por todo o país), o setor terciário assume-se cada vez mais como o *pivot* do desenvolvimento. Dentro deste setor, o turismo tem vindo a adquirir uma dimensão crescente e estruturante na economia concelhia.

Com efeito, são vários os recursos turísticos do município do Fundão e, reconhecendo-se desde cedo, a sua importância enquanto setor importante de alavancagem deste território do interior do País, tem-se apostado consistentemente no desenvolvimento turístico deste município. Desde logo, em 2003, elaborou-se o Plano Estratégico para o Desenvolvimento do Turismo, criou-se a Empresa Municipal de Turismo e criou-se a Escola de Hotelaria e Turismo. Do diagnóstico do referido Plano Estratégico, onde foram evidenciados os pontos fortes/oportunidades e os pontos fracos/ameaças definiram-se as principais potencialidades de desenvolvimento em dois patamares: i) enquanto potencialidades primárias: turismo cultural, ecoturismo e arqueologia industrial; ii) enquanto potencialidades secundárias: turismo juvenil, turismo sénior, turismo ativo e turismo rural.

Nos instrumentos de referência deste setor, definidos a partir da primeira década do século XXI, todos evidenciam o potencial da região onde o Fundão se integra para o desenvolvimento do Turismo associado à Cultura, à Natureza, à Gastronomia e Vinhos, como os produtos com maior potencial de desenvolvimento. Indiscutivelmente o Fundão é cenário de um conjunto de "recursos turísticos" de várias naturezas, ainda que não total e adequadamente explorados do ponto de vista turístico e possui vários "Produtos turísticos" consolidados ou em consolidação, sendo certo que num território que oferece cenários para tantas e tão diversificadas atividades de turismo e desporto na natureza, este produto turístico é claramente dominante.

12.1 CARATERIZAÇÂO DA ATIVIDADE TURISTICA

12.1.1 Recursos Turísticos

Considera-se como *recurso turístico* qualquer elemento natural ou produto da intervenção humana, capaz de motivar a deslocação de pessoas a determinado local ou de ocupar os seus tempos livres. Nesta aceção, o Fundão apresenta uma estrutura de recursos turisticamente muito relevantes, tanto em quantidade, como em diversidade, originalidade e qualidade. Os vetores de diferenciação dos recursos turísticos são definidos com base em aspetos avaliativos que distinguem o território, tais como: raridade e excecionalidade, tipicismo, autenticidade e genuinidade dos recursos territoriais – naturais, histórico-arqueológicos e culturais e outros, entretanto, criados de suporte, apoio e complementarização.

Com base no pressuposto do caráter diferenciador do Fundão, apresentam-se e descrevem-se sucintamente os principais recursos turísticos existentes.

Numa primeira abordagem e numa perspetiva sintetizadora dos **recursos turísticos potenciais** deste concelho, apresentam-se os recursos turísticos que, segundo o entendimento da entidade que tutela o turismo em Portugal – Turismo de Portugal, I.P. – são os principais atrativos turísticos, considerados como potenciais recursos de excelência para apropriação turística neste território. Estes são, sobretudo, recursos culturais (igrejas/capelas, palácios/solares, fontes/chafarizes, castelos/fortes, conventos/mosteiros, bibliotecas, museus, entre outros) embora também tenha sido considerado, enquanto recurso natural, o Parque Florestal da Gardunha. Nos pontos seguintes estruturou-se o capítulo em: Recursos Histórico-Culturais, Recursos Naturais, Recursos Recreativos e Outros Recursos de suporte.

12.1.1.1 Recursos Culturais

O âmbito dos recursos culturais promove a articulação entre as componentes arqueológicas, paisagísticas e/ou arquitetónicas do património construído. Estes recursos integram um vasto e valioso leque de edifícios de valor patrimonial vestígios arqueológicos, bem como alguns conjuntos urbanos, que constituem conjuntos edificados com importância histórica e arquitetónica. Também os fatores de identidade, autenticidade e afirmação na Beira Interior são constituídos, em grande parte, de usos, costumes e tradições culturais que, na ótica dos recursos, contribuem para aumentar os níveis de atratividade do território em referência. Assim, a crescente valorização das manifestações culturais tradicionais é um fator vantajoso para uma região que mantém vivas diversas feiras, festas, romarias, danças e cantares. As manifestações culturais, a gastronomia e os produtos agroalimentares tradicionais, bem como os museus existentes, constituem um património identitário que promove aspetos diferenciadores da cultura regional.

Tal como já foi referido no Capítulo "Valores culturais", nos Estudos de Caracterização do presente PDM, o concelho do Fundão guarda ainda vestígios da vida dos povos que, ao longo dos séculos, o ocuparam, possuindo um património construído e arqueológico rico e diversificado, que encerra em si um grande potencial, sobretudo se associado aos valores naturais, etnográficos e gastronómicos e podem e devem ter uma apropriação turística ajustada no sentido em que seja promovida a sua defesa, preservação e revitalização. Além de vestígios de fortificações, de igrejas, de capelas, de solares, de casas tradicionais, etc., destacam-se ainda alguns sítios e conjuntos com interesse, com potencialidades para que se assumirem como um atrativo turístico.

Quadro 60: Inventário dos Recursos Turísticos do Fundão, segundo o Turismo de Portugal, I.P.

Nome	Descrição de Abordagem	Freguesia
Capela de Nossa Senhora da Oliveira - Alcaide	Igrejas/Capelas/Ermidas	Alcaide
Capela de Santo António	Igrejas/Capelas/Ermidas	
Capela de São Francisco de Assis	Igrejas/Capelas/Ermidas	
Capela de São Macário	Igrejas/Capelas/Ermidas	
Capela do Espírito Santo e Calvário	Igrejas/Capelas/Ermidas	
Capela do Mártir São Sebastião	Igrejas/Capelas/Ermidas	
Igreja Matriz de Alcaide/Igreja de São Pedro	Igrejas/Capelas/Ermidas	
Casa do Conselheiro João Franco - Alcaide	Palácios/Solares	
Parque Florestal da Gardunha	Parques/Jardins Públicos	Alcongosta
Vias antigas em Alpedrinha e Castelo Novo	Estações Arqueológicas	Alpedrinha
Chafariz de D. João V	Fontes/Chafarizes/Aquedutos	
Capela da Senhora da Oliveira - Alpedrinha/Fundão	Igrejas/Capelas/Ermidas	
Capela de Santo António - Alpedrinha	Igrejas/Capelas/Ermidas	
Capela de São Sebastião - Alpedrinha	Igrejas/Capelas/Ermidas	
Capela do Anjo da Guarda - Alpedrinha	Igrejas/Capelas/Ermidas	
Capela do Espírito Santo - Alpedrinha	Igrejas/Capelas/Ermidas	
Capela do Leão, ou de Santa Catarina	Igrejas/Capelas/Ermidas	
Igreja e Lar da Misericórdia de Alpedrinha	Igrejas/Capelas/Ermidas	
Igreja Matriz de Alpedrinha / Igreja São Martinho do Bispo	Igrejas/Capelas/Ermidas	
Casa do Cardeal de Alpedrinha	Palácios/Solares	
Palácio do Picadeiro	Palácios/Solares	
Solar dos Britos / Casa do Pátio	Palácios/Solares	
Solar dos Pancas / Casa das Senhoras Mendes	Palácios/Solares	
Pelourinho de Alpedrinha	Pelouros/Cruzeiros/Obeliscos	
Pelourinho de Alpedrinha - Fundão	Pelouros/Cruzeiros/Obeliscos	
Pelourinho de Atalaia do Campo	Pelouros/Cruzeiros/Obeliscos	U.F. Atalaia do Campo/ Póvoa da Atalaia
Igreja Matriz da Póvoa de Atalaia / Igreja de Santo Estêvão	Igrejas/Capelas/Ermidas	
Chafariz dos Burros em Capinha	Fontes/Chafarizes/Aquedutos	Capinha
Fonte de Baixo em Capinha	Fontes/Chafarizes/Aquedutos	
Fonte de Cima em Capinha	Fontes/Chafarizes/Aquedutos	
Fonte dos Grelhais em Capinha	Fontes/Chafarizes/Aquedutos	
Capela de Santo António e Calvário em Capinha	Igrejas/Capelas/Ermidas	
Capela de São Marcos em Capinha	Igrejas/Capelas/Ermidas	
Capela de São Pedro - Capinha/Fundão	Igrejas/Capelas/Ermidas	
Capela do Espírito Santo em Capinha	Igrejas/Capelas/Ermidas	
Casa de São João em Capinha	Palácios/Solares	
Castelo de Castelo Novo	Castelos/Fortes	

Nome	Descrição de Abordagem	Freguesia
Castelo de Castelo Novo	Castelos/Fortes	Castelo Novo
Chafariz da Bica - Castelo Novo	Fontes/Chafarizes/Aquedutos	
Chafariz de D. João V / Chafariz da Praça / Fonte da Vila - Castelo Novo	Fontes/Chafarizes/Aquedutos	
Chafariz Fundeiro / Chafariz D'El Rei - Castelo Novo	Fontes/Chafarizes/Aquedutos	
Fonte Paio Pires - Castelo Novo	Fontes/Chafarizes/Aquedutos	
Capela de Santa Ana - Castelo Novo/Fundão	Igrejas/Capelas/Ermidas	
Capela de Santo António - Castelo Novo/Fundão	Igrejas/Capelas/Ermidas	
Capela de São Brás - Castelo Novo/Fundão	Igrejas/Capelas/Ermidas	
Igreja Matriz de Castelo Novo	Igrejas/Capelas/Ermidas	
Lagareta em Castelo Novo	Moinhos/Lagares/Espigueiros	
Casa D. Luís de José Correia - Castelo Novo/Fundão	Palácios/Solares	
Casa da Câmara/Antigos Paços do Concelho - Castelo Novo/Fundão	Palácios/Solares	
Casa da Comenda / Casa do Alardo / Casa da Cerca - Castelo Novo	Palácios/Solares	
Casa da Família Falcão / Solar de D. Silvestre / Solar do Visconde de Trancoso / Solar da Duquesa de Pozem	Palácios/Solares	
Casa Sampaio Roquete - Castelo Novo/Fundão	Palácios/Solares	
Solar da Família Correia de Sampaio	Palácios/Solares	
Solar dos Gamboas	Palácios/Solares	
Pelourinho de Castelo Novo	Pelouros/Cruzeiros/Obeliscos	
Pelourinho de Castelo Novo	Pelouros/Cruzeiros/Obeliscos	
Casa do Paço das Donas	Palácios/Solares	Donas
Capela de Nossa Senhora da Conceição	Igrejas/Capelas/Ermidas	Fatela
Igreja de Fatela	Igrejas/Capelas/Ermidas	
Biblioteca Municipal Eugénio de Andrade - Fundão	Bibliotecas	Fundão
Adega Cooperativa do Fundão. C.R.L.	Caves, Adegas, Destil. e Cerv.	
Convento de Santo António - Fundão	Conventos/Mosteiros	
Chafariz das Oito Bicas - Fundão	Fontes/Chafarizes/Aquedutos	
Chafariz do Espírito Santo - Fundão	Fontes/Chafarizes/Aquedutos	
Chafariz dos Golfinhos - Fundão	Fontes/Chafarizes/Aquedutos	
Capela de Nossa Senhora da Conceição - Fundão	Igrejas/Capelas/Ermidas	
Capela de Nossa Senhora da Luz	Igrejas/Capelas/Ermidas	
Capela de Nossa Senhora do Seixo/Capela do Miradouro - Fundão	Igrejas/Capelas/Ermidas	
Capela de Santo António - Fundão	Igrejas/Capelas/Ermidas	
Capela de São Francisco	Igrejas/Capelas/Ermidas	
Capela de São Pedro Velho	Igrejas/Capelas/Ermidas	
Capela de São Sebastião	Igrejas/Capelas/Ermidas	
Capela do Calvário - Fundão	Igrejas/Capelas/Ermidas	
Capela do Calvário - Fundão	Igrejas/Capelas/Ermidas	
Capela do Espírito Santo - Fundão	Igrejas/Capelas/Ermidas	
Igreja da Misericórdia do Fundão	Igrejas/Capelas/Ermidas	
Igreja Matriz do Fundão / Igreja de São Martinho	Igrejas/Capelas/Ermidas	
Museu Municipal do Fundão	Museus	
Casa Brasonada na Rua do Cale	Palácios/Solares	
Casa dos Condes de Vila Real - Fundão	Palácios/Solares	
Casa dos Maias - Fundão	Palácios/Solares	
Casa dos Viscondes do Sardoal - Fundão	Palácios/Solares	
Casa Visconde Pereira e Cunha	Palácios/Solares	
Palácio do Quelho do Serrão - Fundão	Palácios/Solares	
Parque Florestal da Gardunha - Fundão	Parques/Jardins Públicos	
Pelourinho do Fundão	Pelouros/Cruzeiros/Obeliscos	

Nome	Descrição de Abordagem	Freguesia
Ponte sobre a Ribeira de Alverca	Pontes (Obras de Arte)	
Fontes de mergulho (Fonte da Rua da Fonte e a Fonte Figueiredo)	Fontes/Chafarizes/Aquedutos	Aldeia de Joanes
Igreja Matriz da Aldeia de Joanes	Igrejas/Capelas/Ermidas	
Igreja de Lavacolhos - Fundão/Castelo Branco	Igrejas/Capelas/Ermidas	Lavacolhos
Fonte de Mergulho do Goducho	Fontes/Chafarizes/Aquedutos	Soalheira
Capela de Santo António	Igrejas/Capelas/Ermidas	
Capela de São Sebastião	Igrejas/Capelas/Ermidas	
Igreja da Misericórdia de Soalheira / Igreja de N. Senhora das Necessidades	Igrejas/Capelas/Ermidas	
Igreja Matriz de Soalheira / Igreja de São Lourenço	Igrejas/Capelas/Ermidas	
Ponte Romana de Pêro Viseu	Pontes (Obras de Arte)	Valverde

Fonte: Turismo de Portugal, I.P.

Para além destes recursos elencados pelo Turismo de Portugal, I.P., foi possível identificar **outros recursos culturais** de relevo neste território. De acordo com a estrutura dos recursos em presença, estes foram sistematizados da seguinte forma:

- Património arquitetónico e arqueológico
- Património etnográfico
- Museus
- Gastronomia
- Produtos tradicionais
- Eventos regulares com interesse para o turismo

No que respeita ao **património arquitetónico e arqueológico** classificado ou considerado de interesse pelo município, em jeito de síntese retoma-se a presença de:

- Património Classificado (Monumentos Nacionais: Pelourinho do Fundão; Imóveis de Interesse Público: Capela do Leão e Fonte Monumental, Casa do Paço das Donas, Igreja de Fatela/ Torre Sineira da Capela e fachada da Capela Joanina, Igreja da Misericórdia do Fundão, Altar-mor da igreja da Póvoa da Atalaia, Igreja Matriz de Aldeia de Joanes, Pelourinho de Alpedrinha, Pelourinho de Atalaia do Campo, Pelourinho de Castelo Novo, Ponte Romana de Pêro Viseu; Imóveis de Interesse municipal: Casa da Orca ou "Casa Grande', Fontes de mergulho (duas), a Fonte da Rua da Fonte e a Fonte Figueiredo, Lagareta em Castelo Novo, Cineteatro Gardunha, Fonte do Goducho ou Fonte do Mergulho;
- Património em vias de Classificação: Aldeia de Castelo Novo, Centro de Interpretação das Rotas da Transumância / Palácio do Picadeiro, Vias antigas em Alpedrinha e Castelo Novo, Capela de São Francisco, Capela do Espírito Santo;

- Outro património Cultural: arquitetura religiosa (vasto leque de Igrejas e Capelas), arquitetura industrial, arquitetura civil privada (vasto conjunto de casas, quintas e solares) e arquitetura civil pública;
- Conjuntos Urbanos (Núcleos Antigos de diversos aglomerados);
- Património arqueológico (vastíssima listagem de sítios).

O **património etnográfico** é outro recurso cultural importante do município do Fundão. No que ao artesanato diz respeito, o concelho do Fundão e todos os municípios da região são particularmente conhecidos pelas suas tradições nas Cestas de verga e Cestaria, Bonecos de pano, Artigos em pele, Artigos de lã, Olaria (recente inauguração da Casa do Barro na freguesia de telhado), Pintura, Bordados, Artigos em linho, Rendas, Tapeçaria, Brinquedos, Tamancaria, Serralharia, Latoaria e Queijo, existindo vários artesãos no concelho bem como Lojas de Artesanato.

Relativamente ao Folclore, o contínuo despovoamento das aldeias pode fazer perigar a continuidade deste património, no entanto, neste município, reconhecendo-se a importância desde património etnográfico, está feito o registo digital dos bens imateriais e culturais do concelho como forma de salvaguardar a memória das tradições populares. Os ranchos folclóricos do município do Fundão participam regularmente em encontros de ranchos nacionais e internacionais e, entre os mais ativos, contam-se os ranchos folclóricos de: Silvares, dos Amigos de Enxames, as Tricanas de Enxabarda, Casa do Povo de Alpedrinha, Valverde e Malhada Velha.

Os **museus,** que reúnem espólios respeitantes a várias temáticas do concelho e da região e são importantes meios de preservação das memórias do passado e recursos culturais de excelência. Contam-se **22 espaços entre museus, casas temáticas ou centros interpretativos** no concelho do Fundão, distribuídos por todo o território municipal: **Fundão** (Centro de Interpretação – Moagem do Centeio e Museu Arqueológico Municipal José Alves Monteiro)**; Alpedrinha** (Museu da Música da Liga dos Amigos de Alpedrinha, Museu dos Embutidos da Casa António Santos Pinto, Museu Etnográfico Dª Gracinha Correia e Palácio do Picadeiro); **Castelo Novo** (Núcleo Museológico de Castelo Novo e Galeria Manuela Justino/Atelier Histórias Criativas); **Silvares** (Museu de Silvares D. Ilda Valentina Mesquita e Núcleo Museológico da Lavaria); **Bogas de Cima** (Casa do Mel)**; Castelejo** (Casa da Romaria de Santa Luzia e Casa Museu do Castelejo); **Donas** (Casa das Memórias António Guterres); **Janeiro de Cima** (Casa das Tecedeiras); **Lavacolhos** (Casa do Bombo); **Póvoa da Atalaia** (Casa da Poesia Eugénio de Andrade); **Três Povos** (Casa do Pastor) e **Valverde** (Casa Etnográfica de Valverde e Casa D. João de Oliveira Matos); **Alcongosta** (Casa da Cereja); **Souto da Casa** (Casas Museu Rota das Azenhas).

A **gastronomia tradicional** é um dos importantes testemunhos das gerações passadas, inspirada nos produtos locais e nas vivências da vida quotidiana. O Fundão herdou um valioso património

gastronómico que se fortaleceu como recurso cultural, pois a alimentação é memória e esta está associada aos sentidos (olfato, visão e paladar). Tendo desenvolvido o *slogan* "Aqui come-se bem", este município promove quatro festivais gastronómicos ao longo do ano, associados a uma temática ou a um produto local, os quais se evidenciam por serem característicos do concelho e por contribuírem para valorizar a identidade territorial. A organização destes festivais gastronómicos são uma forma de desafiar os restaurantes e pastelarias do concelho a criar e a reinventar receitas tendo por base os produtos endógenos e genuínos que dão à gastronomia da Beira Baixa uma elevada qualidade. São eles:

- **Sabores da Páscoa** - No Fundão as tradições ligadas à Quaresma ainda se assumem hoje como um acontecimento central do ano litúrgico cristão. A gastronomia é um reflexo destas tradições, preservando a identidade gastronómica do Fundão e assumindo-se como reflexo das tradições quaresmais que se reproduzem na época pascal. Também os restaurantes e pastelarias aderentes transportam para os seus restaurantes a tradição das casas das avós, dando a saborear o bolo doce, o bolo de azeite, o cabrito no forno, salmão com crosta de amêndoa, borreguinho com azeite, alho e alecrim, as papas de carolo ou o arroz-doce.
- **Sabores da Cereja** - A cereja transformou-se no produto gastronómico de excelência, afirmando-se como fator fundamental para a promoção do concelho e da região, assim como produto de inovação e criatividade que está presente nas iguarias que os restaurantes e pastelarias oferecem. É possível degustar pratos como gambas flamejadas com cereja, bacalhau com crosta de cereja e broa, peito de pato com cerejas salteadas, tigelada de cereja, arroz-doce de cereja ou apenas com umas cerejas frescas.
- **Sabores do Cogumelo -** Frades, tortulhos e míscaros brancos são receitas típicas receitas da gastronomia regional. Muitos restaurantes do concelho empenham-se na confeção de pratos, para delícia dos amantes de cozinha, e de cogumelos em especial, obtendo iguarias irresistíveis como canja de cogumelos com cheirinho a hortelã, lombinho de porco com risoto de cogumelos do bosque, medalhões ao moscatel com cogumelos selvagens, ou ainda arroz -doce com caramelo de pera e cogumelos.
- **Festival da Tibórnia -** As pastelarias e os restaurantes oferecem as tradicionais receitas do bolo de azeite, biscoitos e filhoses ou com os originais e inovadores pratos, como a tibórnia vegetariana, a tibórnia de lombinho com redução de vinho do porto e castanhas glaciadas ou a tibórnia doce.

No Fundão, os **produtos tradicionais locais** evidenciam-se pela sua história e tradição. O saber-fazer, transmitido ao longo de várias gerações, leva à elaboração de produtos genuínos e de elevada qualidade numa gama de paladares únicos. A diversidade das caraterísticas dos solos do Fundão, permite a produção e exploração de produtos endógenos de qualidade ímpar. As condições climáticas

proporcionadas pela altitude e pela exposição solar tornam a Cereja do Fundão num produto único. Para além dela, destacam-se ainda a castanha, o mel, o vinho, o azeite, o queijo, os cogumelos silvestres, os enchidos, entre outros, que desde sempre estiveram na base da gastronomia da população local.

A qualificação de produtos tradicionais, detentores de nome protegido no espaço comunitário, vem contribuir para divulgar as potencialidades do Fundão e da Cova da Beira e as suas tradições alimentares. Neste sentido, as normas europeias vieram regulamentar o processo de produção de sabores regionais, o qual fica completo com o controlo e certificação que garante a genuinidade e qualidade de produtos. A origem, assim como os fatores naturais e físicos que influenciam diretamente a sua produção são aspetos centrais para a proteção de um nome. Assim, o concelho do Fundão integra zonas de produção (Denominação de Origem Protegida ou Identificação Geográfica Protegida) dos seguintes nomes protegidos:

a) enquanto Denominação de Origem Protegida (DOP): Azeite da Beira Baixa, Maçã Bravo de Esmolfe, Queijo Amarelo da Beira Baixa, Queijo de Castelo Branco, Queijo Picante da Beira Baixa, e Travia da Beira Baixa;
b) enquanto Identificação Geográfica Protegida (IGP): Cereja do Fundão, Maçã da Cova da Beira, Pêssego da Cova da Beira e vinhos da Região Vitivinícola da Beira Interior.

Existe também uma diversidade de **eventos regulares (sazonais) com interesse para o turismo** que preenchem o calendário do Fundão e que são manifestações da cultura, sendo de destacar neste âmbito:

- Cerejeiras em flor, em março - A Serra da Gardunha veste-se de branco e oferece uma paisagem de cortar a respiração. É possível usufruir desta paisagem magnífica com passeios de balão, num percurso de comboio turístico pelas deslumbrantes estradas panorâmicas no coração da Gardunha, ou de carro entre as aldeias que albergam este mágico manto branco de flores. Piquenicar no pomar ao sabor dos produtos do Fundão é também uma opção.
- Feira do Queijo da Soalheira - Acontece no final da Primavera. O concelho do Fundão destaca-se pela riqueza e diversidade na produção de queijo. Nesta feira pode-se provar o Queijo Queimoso, Queijo Amarelo da Beira Baixa, Queijo de Mistura, Queijo de Ovelha Amanteigado da Beira Baixa. A sua qualidade, aliada à tradição, provém das propriedades do leite, uma vez que o mesmo tem origem em rebanhos de produção extensiva.
- Quadragésima - Ciclo de Tradições da Quaresma e Semana Santa do Concelho do Fundão - As tradições religiosas da Quaresma são celebradas intensamente no Fundão. A celebração da Paixão, morte e ressurreição de Cristo é um acontecimento central do ano litúrgico para todos os cristãos. No Fundão, vivem-se manifestações religiosas únicas no país,

nomeadamente a Procissão dos Penitentes, um acontecimento em que o sagrado e o profano se misturam preconizando um ano agrícola fértil.

- É tempo das cerejas, inicia em maio - Este programa oferece para além da experiência da apanha de cerejas em pleno pomar, a possibilidade de descobrira a história deste fruto e do seu cultivo na região. Uma viagem pela etnografia e pelos sabores locais, que inclui ainda uma visita pela cidade do Fundão e pelo seu centro histórico, pela Rua da Cale (com a sua herança judaica) e pelo premiado Museu Arqueológico Municipal José Alves Monteiro e o Centro de Interpretação – Moagem do Centeio
- Festa da Cereja, em junho - Na aldeia serrana de Alcongosta produzem-se as cerejas que dão cor e sabor a esta festa recheada de animação, gastronomia e artesanato.
- Festival Cali e SangriAgosto - É o festival de rua do Fundão. Dele faz parte um vasto programa de animação musical e cultural, concertos, atividades circenses, feiras temáticas, arte urbana e outros. Durante 3 dias de animação na à cidade do Fundão pode vivenciar-se animação de rua, com um amplo cartaz cultural, social e internacional, decorrendo na Zona Antiga da cidade.
- Festival dos Caminhos da Transumância (Chocalhos), no final do verão - A prática ancestral da Transumância é celebrada cruzando a música pastoril, os produtos locais, a ruralidade e a tradição. Um dos momentos altos da festa é a viagem por um dos caminhos da Transumância, ao som dos chocalhos, dos bombos e pífaros. Pode-se acompanhar este rebanho e ser-se pastor por um dia. Na Vila de Alpedrinha, os habitantes abrem as portas de suas casas, convidando todos a visitar e provar os seus produtos.
- Mostra de Artes e Sabores da Maúnça - É no Açor, freguesia de Castelejo, em pleno coração da Serra da Maúnça, que decorre esta Mostra de Artes e Sabores, onde é celebrada a chegada da castanha…mas falar deste evento é também um apelo aos sentidos e à tradição. Os maranhos, os "miaus", o coelho em azeite, a chanfana e o típico feijão com couve fazem desta festa gastronómica única no concelho. É ao calor das lareiras que as pessoas se reúnem e podem provar a aguardente de medronho ou o pão acabado de fazer no forno comunitário. A feitura do queijo, do pão e do doce da castanha são saberes que se podem vivenciar nos diversos workshops que o programa inclui.
- Míscaros-Festival do Cogumelo, em novembro - Neste festival, em Alcaide, é possível aproveitar os passeios micológicos e disfrutar a natureza envolvente da Serra da Gardunha, degustar diferentes formas de confeção de cogumelos nas tasquinhas típicas, especialmente preparadas pelos habitantes da aldeia e aproveitar para saborear outras especialidades da região.

12.1.1.2 Recursos Naturais

O concelho do Fundão tem inscritos no seu território importantes **recursos naturais**, sendo o mais emblemático a ***Serra da Gardunha,*** classificada como Área Protegida Regional da Serra da Gardunha, que se encontra integrada na Rede Nacional de Áreas Protegidas, com as suas espécies de fauna e flora e comunidades vegetais de elevada importância para a conservação (Zona Especial de Conservação).

Para além deste, muitos outros se podem encontrar neste território e sobre os quais também se dispensam, neste capítulo, grandes pormenorizações por terem sido adequadamente detalhados noutro subcapítulo. São eles, enquanto, recursos apropriáveis pela atividade turística, os seguintes:

- Vistas panorâmicas

Destaca-se a vista da Casa da Floresta, uma das modernas/inovadoras e emblemáticas unidades de alojamento, no alto da serra da Gardunha para Sul, bem como para o vale do Fundão, com a serra da Estrela como pano de fundo, mas também as vistas panorâmicas a partir: da ***EN18 também para o vale do Fundão e Serra da Estrela***; do ***alto do Castelo de Castelo Novo***; da **estrada da** do ***miradouro da Mata da Rainha***, do ***marco geodésico de Fragana***; do **alto do aglomerado de Pêro Viseu**; da ***estrada de Pêro Viseu***; da ***EM1065***, na Aldeia de Joanes; da ***capela de Santa Luzia***, freguesia de Castelejo; do ***Alto de S. Domingos e da Maunça***; da ***capela da Senhora da Rocha*** e da ***EN238 para vários pontos do rio Zêzere*** entre Janeiro de Cima e Alqueidão.

- Estradas e Caminhos rurais com interesse paisagístico

- As estradas com interesse paisagístico proporcionam vistas panorâmicas e têm uma envolvente significante, destacando-se: a ***estrada que liga Carvalhal a Fatela***; a ***EN345, entre o cruzamento de Enxames e o cruzamento de Capinha***; a ***estrada de Pêro Viseu para o Carvalhal***; ***a EN18 de Vale de Prazeres para o Fundão***; a ***EN352 de Vale do Paloio para Vale de Urso***; ***a EN517, entre Enxabarda e Vale de Açor***; a ***estrada entre Boxinos e Malhada Velha***, freguesia de Bogas de Cima, integrada numa zona de pinhal, com vistas de interesse e a estrada para Alqueidão, ao longo do rio Zêzere; a **estrada rural que liga as aldeias do Souto da Casa e a aldeia de Alcongosta** proporcionando vistas deslumbrantes para os pomares da zona norte da Serra da Gardunha, assim como para a Cova da Beira e a Serra da Estrela.

- Entre os caminhos rurais de interesse paisagístico indicam-se o caminho de acesso à capela de S. Macário, em Alcaide, entre vegetação arbórea com alinhamentos de cedros e pinheiros e o caminho para a casa da floresta, na serra da Gardunha, também chamado "caminho da floresta" onde se encontram vestígios de uma estrada romana, e onde os de pinheiros, carvalhos e cedros criam uma mata densa nas encostas declivosas.

- Praias fluviais

- Praia fluvial de Janeiro de Cima – nas margens do rio Zêzere, esta praia fluvial tem estruturas de apoio e permite um fácil acesso ao plano de água. A margem direita tem declives elevados e pertence ao concelho de Pampilhosa da Serra;

- Parque Fluvial da Lavandeira

- Área de Lazer de Lavacolhos - Rodeada de belos e verdes pinhais no Parque Fluvial de Lavacolhos, os banhistas podem usufruir de águas refrescantes e límpidas em plena comunhão com a natureza. O visitante pode ainda usufruir de um conjunto de infraestruturas como o bar de apoio ou do parque de merendas onde se pode deliciar com os produtos do Fundão**.**

- Área de Lazer do Souto da Casa - Por aqui ainda há tradições e costumes que se mantém e que vão marcando o dia-a-dia de quem por ali aproveita o verão. Por entre levadas e azenhas mergulhe nas águas puras e cristalinas que correm livremente por entre a vegetação, dando vida aos campos agrícolas que por ali permanecem.

- Parque Fluvial da Barroca - Num ambiente rural e tranquilo descanse nas margens do Rio Zêzere. Aproveite o bar de apoio para se refrescar com uma bebida, ao mesmo tempo que relaxa ao som da água, no relvado junto à Estação Intermodal. Obrigatório é ainda uma caminhada pela aldeia e a visita às gravuras rupestres que se encontram no leito do Rio. O Parque Fluvial é também um dos pontos de partida para a Grande Rota do Zêzere – GR33, onde tem à sua disposição uma estação intermodal e um Bike Point.

- Praia Fluvial de Castelo Novo - Em plena Serra da Gardunha, à entrada da Aldeia Histórica de Castelo Novo, mergulhe nas águas cristalinas da Ribeira de Alpreada ou apenas aproveite para caminhar ao longo da mesma fazendo o caminho histórico de Castelo Novo (PR11 FND).

Não deixe de subir até ao topo da Aldeia de Castelo Novo, percorrendo todo o património histórico e cultural.

- Outros locais com interesse:

- Moinhos da Ponte – na ribeira da Meimoa, com uma pequena represa, localiza-se na margem direita uma antiga azenha, integrada numa zona plana com alguns afloramentos rochosos, onde também se encontram duas pequenas casas abandonadas;

- Barragens: da Capinha – classificada como protegida, esta barragem integra infraestruturas de apoio – circuito de manutenção, parque de merendas, e piscina. Na zona a jusante da barragem, onde se encontram implantados o circuito de manutenção e o parque de merendas, verificam-se manchas de carvalho e alguns afloramentos rochosos; ***do Escarigo*** – de utilização livre, este plano de água apresenta uma zona de lazer com bar, parque infantil e um parque de merendas. Estes equipamentos estão integrados em manchas de pinheiro e carvalho;

- ***Rio Zêzere – Barroca***: neste local, embora o rio Zêzere não tenha uma galeria ripícola muito desenvolvida, as margens apresentam afloramentos muito interessantes e as encostas declivosas estão cobertas de matos. Uma pequena represa cria duas zonas distintas - a montante um espelho de água calmo e a jusante um leito mais agitado e com afloramentos de rocha; - ***Alqueidão***: onde o rio Zêzere curva, a ocupação é agrícola nos terrenos mais planos e as encostas declivosas estão cobertas maioritariamente por matos. A presença do curso de água é muito marcante na paisagem.
- ***Azenha da Ponte*** – localiza-se no cruzamento da EN352 com a ribeira do Tormentoso. Esta linha de água tem uma galeria ripícola bem constituída e, nas suas margens, encontram-se uma antiga azenha e lameiros;
- ***Barragem de Santa Águeda*** – classificada como protegida, esta barragem tem grandes dimensões, estando apenas parte dentro dos limites do concelho do Fundão; Tem uma elevada diversidade biológica;

12.1.1.3 Recursos Recreativos

Como recurso recreativo pode entender-se o conjunto de equipamentos/infraestruturas de interesse para o turismo, os equipamentos de recreio e lazer e as atividades de animação turística.

No Fundão existem vários **espaços/equipamentos de recreio e lazer,** entre os quais se destacam: as Piscinas Municipais ao ar livre com a sua envolvente natural, associadas a uma zona desportiva composta por campo de ténis, basquetebol ou futebol 7 (Parque Desportivo do Fundão) e o Parque do Convento - espaço de lazer, bem-estar, desporto e aventura, onde é possível encontrar várias valências: Centro de BTT, Circuitos de manutenção, Parede de escalada, zona de lazer, Arvorismo. Para além destas, existem espalhadas pelo território concelhia várias outras piscinas descobertas (Piscina do Parque de Campismo do Fundão; Piscina da Orca; Piscina de Silvares; Piscina de Bogas de Baixo; Piscina flutuante da Capinha e a Piscina de Atalaia do Campo).

Também o Centro Cultural A Moagem, constituído por várias valências (Auditório, Estúdio, Centro de Recursos Multimédia, Sala de Exposições de Arte Contemporânea, Núcleo de Moagem do Centeio) se configura como um polo recreativo do município em complemento dos restantes.

As **atividades de animação turística**, compreendem a organização e a venda de atividades recreativas, desportivas ou culturais, em meio natural, ou em instalações fixas destinadas ao efeito, de caráter lúdico e com interesse turístico para a região em que se desenvolvem e que podem ser promovidas pela autarquia ou outros agentes locais e pelas empresas de animação turística.

O turismo de natureza tem na região onde o Fundão se integra um dos destinos com maior qualidade e notoriedade em Portugal. A neve, o principal recurso turístico, permite a realização de diversos desportos de neve mas é possível realizar muitas outras atividades turísticas e recreativas durante todo

o ano, nomeadamente passeios pedestres, de BTT e de jipe, jogar *paintball*, fazer canoagem, slide, *rappel*, escalada, orientação, caça ao tesouro, entre outras.

No Fundão são desenvolvidas interessantes ações de animação turística (turismo ativo e natureza), destacam-se algumas pelo protagonismo que assumem enquanto atrativos deste concelho e da região. O *touring* cultural e o pedestrianismo são ótimos exemplos e existem várias rotas/percursos:

- **GR 22 – Grande Rota das Aldeias Históricas de Portugal**

Tem um traçado circular com cerca de 600km, divididos por 12 etapas que iniciam e terminam em cada uma das 12 Aldeias Históricas de Portugal. As etapas percorrem caminhos ancestrais e são um convite à descoberta e exploração da nossa história. A imersão nas belezas naturais, a descoberta dos trilhos e a riqueza do património.

Rotas da Gardunha - São 12 os percursos que permitem descobrir o concelho do Fundão e em especial a Serra da Gardunha a pé, são mais de 140km de trilhos. O Fundão oferece ainda 250 km de percursos de BTT distribuídos por 8 percursos, com 4 níveis de dificuldade distinta e um Centro de BTT localizado no Parque do Convento.

- PR1 – Caminho do Xisto da Barroca-Rota das Gravuras Rupestres,
- PR2 – Caminho do Xisto de Janeiro de Cima
- PR3 – Rota da Pedra D`Hera
- PR4 – Rota da Marateca
- PR5 – Rota da Penha FND/CTB)
- PR6 – Rota da Portela da Gardunha
- PR7 – Rota da Cereja
- PR8 – Rota do Carvalhal
- PR9 – Rota dos Castanheiros
- PR10 – Rota da Ribeira de Alpreade
- PR11 – Caminho Histórico de Castelo Novo
- PR12 – Caminho Eugénio de Andrade

- **GR21 - Grande Rota das Aldeias de Xisto**

Pretende concretizar o objetivo de unir as 27 aldeias. E possível percorrê-las em bicicleta de estrada, pelo reduzido tráfego e pelos declives modestos, assim como em BTT, existindo vários centros BTT. Esta rota passa por florestas, praias fluviais e percorre as Serras da Lousã e do Açor, cruzando vários rios.

- **GRT - Grande Rota da Transumância**

Envolve como parceiros os municípios de Idanha-a-Nova, Castelo Branco, Fundão, Covilhã, Manteigas e Seia e a sua estratégia é o desenvolvimento do desenvolvimento do produto Turismo de Natureza nas Áreas Naturais Classificadas do Centro de Portugal. E um projeto que une as gentes e os agentes do Geoparque do Tejo Internacional, da Paisagem Protegida da Serra da Gardunha, da Reserva Natural da Serra da Malcata e do Parque Natural da Serra da Estrela.

- **GR33 – Grande Rota do Zêzere**

Ao longo de 370 Km, esta rota acompanha o Rio Zêzere desde a nascente, na Serra da Estrela, até à foz, em Constância, onde encontra o Rio Tejo. Projetado para ser multidisciplinar, o percurso pode ser feito a pé, de bicicleta ou de canoa, de forma contínua e encadeada, por troços ou mesmo em circuitos multimodais. Esta rota resultou de um consórcio liderado pela ADXTUR- Agência para o Desenvolvimento Turístico das Aldeias do Xisto, em parceria com todos os Municípios por onde o rio passa.

São várias as empresas de animação turística que atuam nesta sub-região. De entre elas, aquelas que desenvolvem atividades no concelho do Fundão, são:

1. YTRAVEL, Lda (sedeada no concelho do Fundão) - É uma empresa de animação turística, vocacionada para o desenvolvimento de atividades de observação da natureza (rotas geológicas, observação de aves, observação de cetáceos e similares); Caminhadas e outras atividades pedestres; Montanhismo; Passeios e atividades em bicicleta (btt e cicloturismo), em segway e similares; Visitas guiadas a museus, monumentos e outros locais de interesse patrimonial. Muitas destas atividades são reconhecidas de Turismo de Natureza;
2. Try Portugal (sediada no concelho do Fundão) - É uma empresa que promove programas e experiências personalizadas de turismo ativo, explorando o património Natural, cultural do País. Dão destaque às regiões do interior ainda desconhecido pela maior parte dos viajantes, através de programas de férias temáticas ou de serviços de alojamento e organização de eventos para operadores turísticos internacionais e turistas em geral.
3. Animactiva, Lda (Alvará nº 47/2011) - É uma empresa de atividades desportivas e de animação de eventos turísticos que tem como principal área de intervenção a Serra da Estrela e Cova da Beira. Realiza eventos desportivos e de animação bem como eventos turísticos e de animação turística que permitam aos participantes desfrutar do enorme valor ecológico, patrimonial e cultural da região.

A autarquia, por seu turno, promove programas de caráter permanente e sazonal, nomeadamente:

Programas Permanentes	Programas Sazonais
· Castelo Novo sob o olhar de José Saramago	· Semana Santa no Fundão
· Aldeias do Xisto, território de saberes	· Cerejeiras em Flor´
· Sinta a Natureza	· É tempo de Cerejas do Fundão
· Birds e farms	· Festa da Cereja
· Sabores Exclusivos só no Fundão	· Rebanho e Queijo
· O Fundão sob o olhar de Grandes Escritores Portugueses	· Pastores em Transumância
· Herança Templária do Fundão	· Prova de Azeite do Fundão
· Eugénio de Andrade e a sua Poesia	· Gardunha e os Cogumelos
· Da Gardunha ao Zêzere	· Míscaros – Festival do Cogumelo

12.1.1.4 Oferta de serviços de restauração

Registados pela câmara municipal, existem aproximadamente de 5 dezenas de restaurantes no concelho do Fundão[30], maioritariamente concentrados na cidade do fundão/União das Freguesias de Fundão, Valverde, Donas, Aldeia de Joanes e Aldeia Nova do Cabo (cerca de ¾) e mais cerca de 1 ou 2 em 10 das restantes 23 freguesias do concelho, nomeadamente em Castelo Novo (2), Alcaria (2), Janeiro de Cima, Telhado, Pêro Viseu, Três Povos, Alpedrinha, Barroca, Souto da Casa e Silvares

12.1.1.5 Outros recursos de suporte

Para além dos recursos elencados, com potencial interesse para o turismo, existem outros serviços e/ou infraestruturas que são essenciais ao desenvolvimento turístico, e que sem eles, o mesmo poderá estar comprometido, como é o caso da **informação turística e cultural e outros serviços de apoio**. A informação turística é prestada nos Postos de Turismo do Fundão, de Alpedrinha e de Castelo Novo, abertos todos os dias, incluindo sábados e domingos.

Existem infraestruturas, equipamentos e serviços diversos que, a par dos restantes já identificados, condicionam de igual forma a procura turística e que desempenham (ou deveriam desempenhar) um papel fomentador da atratividade dos lugares. Muitos deles estão diretamente relacionados com os recursos turísticos ou emergem destes e revestem-se de uma função comum: organizar, orientar e apoiar a visita e a estadia no concelho. Este conjunto de estruturas de apoio à atividade turística

[30] Fonte: Portal da CMF (extraído em outubro 2016)

engloba, essencialmente: agências de viagens e rent-a-car (em 2016[31] contavam-se 3 agências de viagem e turismo), para além das empresas de animação turística, referidas anteriormente.

Existe, ainda, um conjunto diverso de outros fatores de suporte a esta atividade, igualmente importantes para o seu desenvolvimento, sendo um dos principais **as acessibilidades** que, sobretudo a nível externo, são plenamente favoráveis ao desenvolvimento da atividade turística e à mobilidade geográfica no seu todo. Ao nível da rede rodoviária, o Fundão usufrui de um eixo estruturante de carater nacional, o IP2/A23, que assegura ligações aos centros urbanos portugueses de influência distrital e nacional, sendo que o concelho beneficia de quatro nós acesso a este eixo, dois à cidade do Fundão e os outros, a Soalheira e a Castelo Novo. Quanto à ligação rodoviária com Espanha, o Fundão encontra-se a 96 km da fronteira Vilar Formoso/Fuentes de Oñoro recorrendo ao IP2/A23 e ao IP5/A25 funcionando como a "porta para a Europa". Esta ligação permite que a Fundão esteja apenas a 424 km de Madrid.

O serviço de **transporte coletivo rodoviário** é assegurado, por um operador. Existem carreiras regulares para todas as aldeias do concelho e suas anexas em período escolar e Zona Industrial do Fundão. Existem ainda carreiras interurbanas para várias localidades pertencentes ao concelho de Castelo Branco como Orvalho, Lardosa e a sede concelho, assim como aldeias do concelho da Covilhã como Dornelas do Zêzere e Tortosendo e claro a sede concelho. Para além destas, o Concelho é servido por um conjunto razoável de carreiras do tipo Expresso, assegurando, entre outras, ligações a Lisboa, ao Porto, a Coimbra, a Viseu, à Guarda, a Castelo Branco, a Portalegre, a Vila Real e a Faro.

O transporte ferroviário assume uma expressão significativa no contexto sub-regional e o Fundão é servido pela Linha da Beira Baixa (comboios inter-regionais), que liga Lisboa à Covilhã e se articula com a linha do Norte a partir do Entroncamento, estabelecendo assim de ponde de ligação com o Porto, Coimbra, Espanha e restantes países europeus, tendo a sua principal estação na cidade do Fundão.

Os **equipamentos de saúde e de segurança pública** são aspetos importantes e que suportam a atividade turística, sobretudo para alguns segmentos da procura, como a 3ª idade, a quem importa sobretudo a qualidade do serviço e a garantia de funcionamento deste tipo de infraestruturas de apoio. Neste domínio, o concelho do Fundão está dotado de um hospital regional – Centro Hospitalar Cova da Beira/Hospital do Fundão e de agentes de segurança e proteção civil dimensionados para a procura gerada pela população residente.

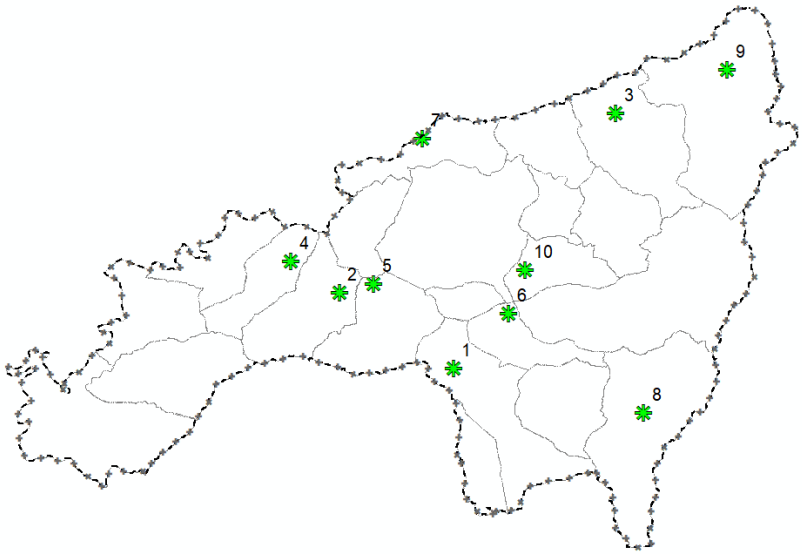
Por fim, uma referência às **Áreas de Serviço para Autocaravanas (ASA)** que não existem no município do Fundão, embora no Parque de Campismo do Fundão seja possível a pernoita de

[31] Fonte: RNT (Turismo de Portugal, I.P., extraído em 6/10/2016)

autocaravanas. Ainda, de acordo com o Art.º 50º-A do Código da Estrada, alterado pela Lei n.º66/2021, de 24 de agosto[32], qualquer estacionamento público poderá ser considerado local de pernoita desde que não permaneça mais 48h no mesmo município, entre as 22:00h e as 07:00h, sendo que é expressamente proibido o estacionamento de autocaravanas e similares nas áreas da Rede Natura 2000, áreas de Paisagem Protegida e zonas abarcadas pelos Planos de Ordenamento da Orla Costeira, salvo locais expressamente autorizados para o efeito, para os quais não se estabelece qualquer limite de pernoitas.

Existem no concelho do Fundão 10 locais de pernoita, conforme localização e identificação na figura seguinte.

Figura 30: Locais de pernoita de autocaravanas, Fundão, 2020



1. Parque de estacionamento da fábrica do Alardo, em Castelo Novo
2. Santuário Santa Luzia, em Castelejo
3. Barragem da Capinha
4. Parque fluvial de Lavacolhos
5. Santuário da Senhora da Saúde, em Souto da Casa
6. Anjo da Guarda, em Alpedrinha
7. Parque Fluvial de Alcaria
8. Recinto de Festas na Orca
9. Recinto de festas, em Três Povos
10. São Macário, no Alcaide

Fonte: Câmara Municipal do Fundão

[32] Modifica o regime de estacionamento, pernoita e aparcamento de autocaravanas, alterando o Código da Estrada e o Regulamento de Sinalização do Trânsito

12.1.2 Produtos Turísticos

O conceito de produto turístico adotado pelo Turismo de Portugal, I.P. "envolve um conjunto de recursos e atrações, de infraestruturas e equipamentos, de serviços e de atividades e experiências que, acrescidos da respetiva valoração em preço, traduz-se numa proposta de consumo comprada e consumida pelo cliente final/turista". Na medida da multiplicidade de motivações/interesses, o produto turístico é definido (catalogado) pela sua motivação primária, ou seja, pelo motivo principal da viagem, embora se admitam outras motivações secundárias ou complementares que valorizem a experiência do turista.

Os produtos turísticos principais deste município são o Turismo Ativo e de Natureza, o Turismo Cultural, o Turismo Gastronomia e Vinhos e o Turismo de Saúde e Bem-estar. No concelho do Fundão, são vários, e pode afirmar-se, complementares, os **"ativos" turísticos** que este território oferece:

Natureza

O turismo constitui uma das potencialidades do concelho do Fundão. A Serra da Gardunha como elemento natural principal do concelho, para além da paisagem singular que desperta está no coração de uma oferta turística variada que combina programas de visitação aos ativos patrimoniais mais relevantes do concelho, com a história, as tradições e a identidade do concelho. Destacam-se a aldeia histórica de Castelo Novo, as Aldeias de Xisto de Janeiro de Cima e Barroca, a rede de Casas Temáticas espalhadas por todo o concelho, a Moagem na cidade do Fundão como equipamento cultural de excelência, o Museu Arqueológico Municipal que guarda alguns dos mais importantes achados do país, o Palácio do Picadeiro como sede da Rota da Transumância, associado a uma cultura imensa de tradições populares combinada com uma gastronomia verdadeiramente única respeitando a autenticidade do concelho.

Aldeias Históricas

A rede das Aldeias Históricas é composta por doze antigos aglomerados urbanos com fundação anterior à nação portuguesa, de grande importância histórica. Erguem-se normalmente em terras altas, pois constituíam núcleos de defesa das populações que nelas se estabeleceram, ainda antes da denominação romana.

A Aldeia Histórica de Castelo Novo, totalmente recuperada e requalificada, constitui-se, assim, como um importantíssimo ativo turístico para o concelho do Fundão. A sua localização é privilegiada e encontra-se a dois minutos da A23, sendo a Aldeia histórica mais próxima da área da grande Lisboa.

Aldeias de Xisto

O Fundão faz parte da rede das Aldeias de Xisto, um projeto de desenvolvimento sustentável, de âmbito regional, liderado pela ADXTUR- Agência para o Desenvolvimento Turístico das Aldeias do Xisto, em parceria com 21 Municípios da Região Centro e com cerca de 100 operadores privados que atuam no território.

São 27 as Aldeias do Xisto distribuídas pela Região Centro, duas no concelho do Fundão, (Janeiro de Cima e Barroca), destacadas pela apresentação de produtos, serviços e profissionais de excelência, na produção gastronómica, no artesanato, no alojamento singular e na animação cultural. Aí, encontram-se produtos da terra, pistas de canoagem, circuitos de BTT e trekking, praias fluviais de água pura, monumentos, castelos e museus para ver.

Cereja

A cereja tem sido um forte pilar na sustentabilidade económica do concelho e da região, movimentando, vários milhões de euros na economia local. Para além do seu valor económico, a cereja é hoje, também, um produto turístico do Fundão e a autarquia tem promovido atividades e pacotes turísticos em torno dela. Atividades como ”apadrinhar” uma cerejeira, fazer um passeio de balão ou de comboio e participar na apanha da cereja são iniciativas promovidas pelo Município do Fundão para fomentar o turismo, sempre em torno da cerejeira nas suas várias fases. Na época das cerejeiras em flor é possível disfrutá-la, por exemplo, através dos passeios de balão, pedestres, BTT ou de comboio, sendo que os passeios de balão e de comboio funcionam aos fins de semana, mediante marcação prévia com o Turismo do Fundão. Estas atividade e possibilidades são promovidas em eventos turísticos anuais da iniciativa da autarquia, como é o caso das “Cerejeiras em flor”, “É Tempo de Cerejas” e a “Festa da Cereja” .

Percursos pedestres

São 12 os percursos pedestres criados na Serra da Gardunha num total de 140 km, constituindo-se como pequenos percursos que podem ser percorridos a pé em apenas um dia (inferiores a 30 km). São traçados ao longo de vários caminhos e trilhos da Serra da Gardunha, proporcionando a observação da fauna e da flora existentes na serra e a observação da paisagem.

Btt

São 8 rotas que se prolongam por mais de 120 km entre a cidade do Fundão e toda a Serra da Gardunha. Junto ao Parque de Campismo do Fundão, está localizado um centro de BTT no coração de um Parque Aventura – Parque do Convento, onde é possível percorrer um circuito de manutenção, praticar arvorismo, entre outros.

Casas Temáticas / Casas da Floresta – Lugares do Sentir

A Rede de Casas Temáticas/Casas da Floresta inclui a Casa do Mel (Bogas de Cima), a Casa do Bombo (Lavacolhos), a Casa das Tecedeiras (Janeiro de Cima) e também a Casa Redonda (Bogas de Cima) e a Casa Grande (Barroca), a Casa da Romaria de Santa Luzia (Castelejo), a Casa das Memórias António Guterres (Donas), a Casa da Poesia Eugénio de Andrade (Póvoa de Atalaia); a Casa do Pastor (Três Povos), a Casa do Barro (Telhado) e a Casa da Cereja (Alcongosta). Todas elas temáticas, pedagógicas e turísticas, mas essencialmente criadas para preservar tradições e os modos de produzir artesanais de elevada qualidade. Em termos turísticos, as Casas Temáticas/Casas da Floresta vêm estruturar no terreno uma rede de percursos temáticos de visitação, por entre saberes e sabores. Estão ligadas por dez circuitos temáticos, viários e pedestres, e também pelo Caminho do Xisto da Barroca. Estas casas encontram-se nas imediações de outros recursos e atrações, como as Aldeias do Xisto, as Praias Fluviais, a Arte Rupestre, o próprio Rio Zêzere, o Património Mineiro, entre outros.

Inature

Um destino de Turismo de Natureza definido por uma rede de 12 territórios no interior da Região Centro de Portugal, onde a descoberta de montanhas, rios e aldeias, nos proporciona experiências inesquecíveis. Uma região onde se concentra a maior densidade de património natural classificado do país, numa fronteira diversa entre Norte e Sul, entre Portugal e Espanha, na convergência entre paisagem atlântica e mediterrânea. Uma rede que se aventura nas Grandes Rotas, nos percursos pedestres e de BTT, que se detém na observação de aves e de um património geológico único, com um calendário de animação que se prolonga pelas estações do ano e que se envolve com a identidade cultural e autêntica das suas gentes. Um horizonte aberto onde a transumância dos pastores e dos rebanhos se cruza com a Arte na paisagem, num território diverso que resiste e recupera, na defesa do equilíbrio sustentável entre Homem e Natureza, da sua biodiversidade e das práticas ancestrais de preservação da paisagem e dos seus múltiplos usos. Uma diversidade de ambientes naturais que propõe a pureza do ar e das águas minerais, os sabores intemporais da gastronomia tradicional e as práticas de uma ruralidade quotidiana que procura o equilíbrio do Homem com a Natureza.

Aldeias de Montanha

Alpedrinha, Alcongosta e Alcaide, aldeias da encosta da Serra da Gardunha são as Aldeias de Montanha do município do Fundão. O objetivo deste projeto, alavancado pelo município de Seia e pela ADIRAM para a Serra da Estrela e Beira Interior, é preservar e requalificar o património e ligar as várias aldeias em rede, elaborando roteiros integrados cujo objetivo fundamental passa pelo desenvolvimento dessas mesmas aldeias através do turismo. O seu potencial do ponto de vista turístico complementará e diversificará a oferta na área do turismo de natureza permitindo a valorização da riqueza endógena e a

salvaguarda do património ambiental e cultural, assim como a afirmação destas aldeias e o desenvolvimento regional dos territórios de montanha.

Serra da Estrela (Turismo de Neve)

O Fundão encontra-se a 45 minutos da Serra da Estrela, lugar para explorar em qualquer altura do ano. Com temperaturas amenas no verão, ideais para caminhadas e passeios, no inverno é o destino ideal para quem gosta da prática de ski e snowboard e de todo o tipo de desportos de inverno. O Fundão deve retirar proveito desta proximidade e oferecer complementaridade turística.

12.1.3 Oferta de alojamento turístico

O desenvolvimento turístico de qualquer território está diretamente dependente da existência e criação de alojamento, restauração e animação turística. Estes, são o lado mais visível do conjunto de recursos de suporte à atividade turística. Sem alojamento e, cada vez mais, alojamento de qualidade, não é possível desenvolver o setor turístico. O turismo é um dos emblemas do concelho do Fundão e um pilar do seu desenvolvimento.

Numa abordagem regional, conforme dados do Anuário da Região Centro (2018), a **oferta de estabelecimentos** (Hoteleiros, TER, Turismo de Habitação e de Alojamento Local,) das Beiras e Serra da Estrela, totalizava, em 2018, as 177 unidades. Neste contexto, **o Fundão era o terceiro concelho** (antecedido por Seia e pela Covilhã) com maior número de estabelecimentos hoteleiros, sendo que das 15 unidades 4 são hotéis, 9 são unidades de Turismo em Espaço Rural e Turismo de habitação e as restantes são unidades de Alojamento Local com 10 ou mais camas.

Também no que se refere ao nível da **capacidade do alojamento** o Fundão se posiciona no **3º lugar**, no conjunto dos 15 municípios que integram a CIM das Beiras e Serra da Estrela, com 10,8% do total, ainda afastado da Covilhã que representa 23,6%, mas mais próximo de Seia com 16,6%.

Quadro 61: Estabelecimentos e capacidade de alojamento no Fundão e nas Beiras e Serra da Estrela, 2018

	Estabelecimentos				Capacidade de alojamento[33]			
	Total	Hoteleiros	Alojamento Local*	TER e Turismo de habitação	Total	Hoteleiros	Alojamento Local	TER e Turismo de habitação
Concelho do Fundão	15	4	2	9	798	562	…	…
Beiras e Serra da Estrela	177	37	48	92	7397	4077	1595	1725

*Só foram contabilizados os Alojamentos Locais com 10 ou mais camas
Fonte: INE, Anuário Estatístico da Região Centro, 2018 (edição de 2019)

[33] Número máximo de indivíduos que os estabelecimentos podem alojar num determinado momento ou período, sendo este determinado através do número de camas existentes e considerando como duas as camas de casal.

Dados mais recentes do Turismo de Portugal, IP., referentes a 2020 (cf. Anexo), dão indicação de que existiam, no concelho do Fundão, **26 empreendimentos turísticos** e **66 Alojamentos Locais**, assim distribuídos:

Empreendimentos turísticos	▪ **4 Estabelecimentos Hoteleiros - Hotéis**, 2 de 3 estrelas, 1 de 4 estrelas e 1 de 5 estrelas; ▪ **3 Empreendimentos de Turismo de Habitação** ▪ **16** Empreendimentos de **Turismo no Espaço Rural** (3 Casas de Campo, 3 Agro-Turismo e 1 Hotel Rural); ▪ **3 Parques de Campismo e Caravanismo** (Natura Glamping, Parque de Campismo da Fundatur e Parque de Campismo Rural das Lameiras)
Alojamento Local	▪ **66** estabelecimentos

No seu conjunto, os empreendimentos turísticos (Estabelecimentos Hoteleiros, Turismo de Habitação e Turismo no Espaço Rural), sem considerar os parques de campismo e caravanismo, possuíam uma capacidade total de 397 unidades de alojamento para uma capacidade total de 772 pessoas/utentes.

Quadro 62: Empreendimentos turísticos e alojamento local, concelho do Fundão, 2020

Unidade de Alojamento		Unidades de Alojamento (n.º)[34]	Capacidade (N.º de utentes)
Hotéis	Fundão Palace Hotel	44	88
	Hotel Samasa Fundão	50	100
	Alambique de Ouro Hotel Resort	153	296
	Convento do Seixo Boutique & Spa	24	48
	*Hotel Príncipe da Beira**	*Encerrado*	
	Total Hotéis	**271**	**532**
Empreendimentos de Turismo de Habitação (TH)		**19**	**33**
Empreendimento de Turismo no Espaço Rural (TER)		**107**	**207**
Parques de Campismo e Caravanismo (PCC)		**-**	**768**
Sub-total - Empreendimentos Turísticos sem Parques de Campismo e Caravanismo		**397**	**772**
Total dos Empreendimentos Turísticos		**397**	**1540**
Alojamento Local (Total)		**228**	**538**
TOTAL (EMPREENDIMENTOS TURÍSTICOS + ALOJAMENTO LOCAL)		**644**	**2078**

*Encerrou em meados de 2020. Adquirido pela SCM do Fundão para adaptação a residência de idosos

Fonte: Turismo de Portugal, IP (RNT: https://registos.turismodeportugal.pt/HomePage.aspx)

[34] Espaço delimitado destinado a uso exclusivo e privativo do utente do empreendimento turístico (podem ser quartos, suites, apartamentos ou moradias, consoante o tipo de empreendimento (cf. Artigo 7º do DL n.º 80/2017, de 30 de junho).

Associando a oferta de alojamento dos Parques de Campismo e Caravanismo, a capacidade ascende aos 1540 utentes. Com efeito, as 3 unidades da Tipologia "**Parques de Campismo e Caravanismo**", nomeadamente o Natura Glamping (24 utentes), Parque de Campismo da Fundatur (714 utentes) e o Parque de Campismo Rural das Lameiras (30 utentes) totalizam uma capacidade para **768 utentes**.

Considerando a **oferta total das unidades de alojamento do município do Fundão**, nomeadamente os **empreendimentos turísticos** (Hotéis, TH, TER e PCC) e o **alojamento local**, este município tem uma capacidade **de alojamento para um total de 2078 utentes.**

12.1.4 Procura de alojamento turístico

12.1.4.1 Hóspedes e dormidas

A análise do volume de dormidas e de hóspedes, em 2018, põe em evidência que o Fundão, face aos restantes municípios que integram a CIM Beiras e Serra da Estrela, é o 2º concelho com maior volume de dormidas (depois da Covilhã) e o 3º com maior volume de hóspedes (depois de Covilhã e da Guarda).

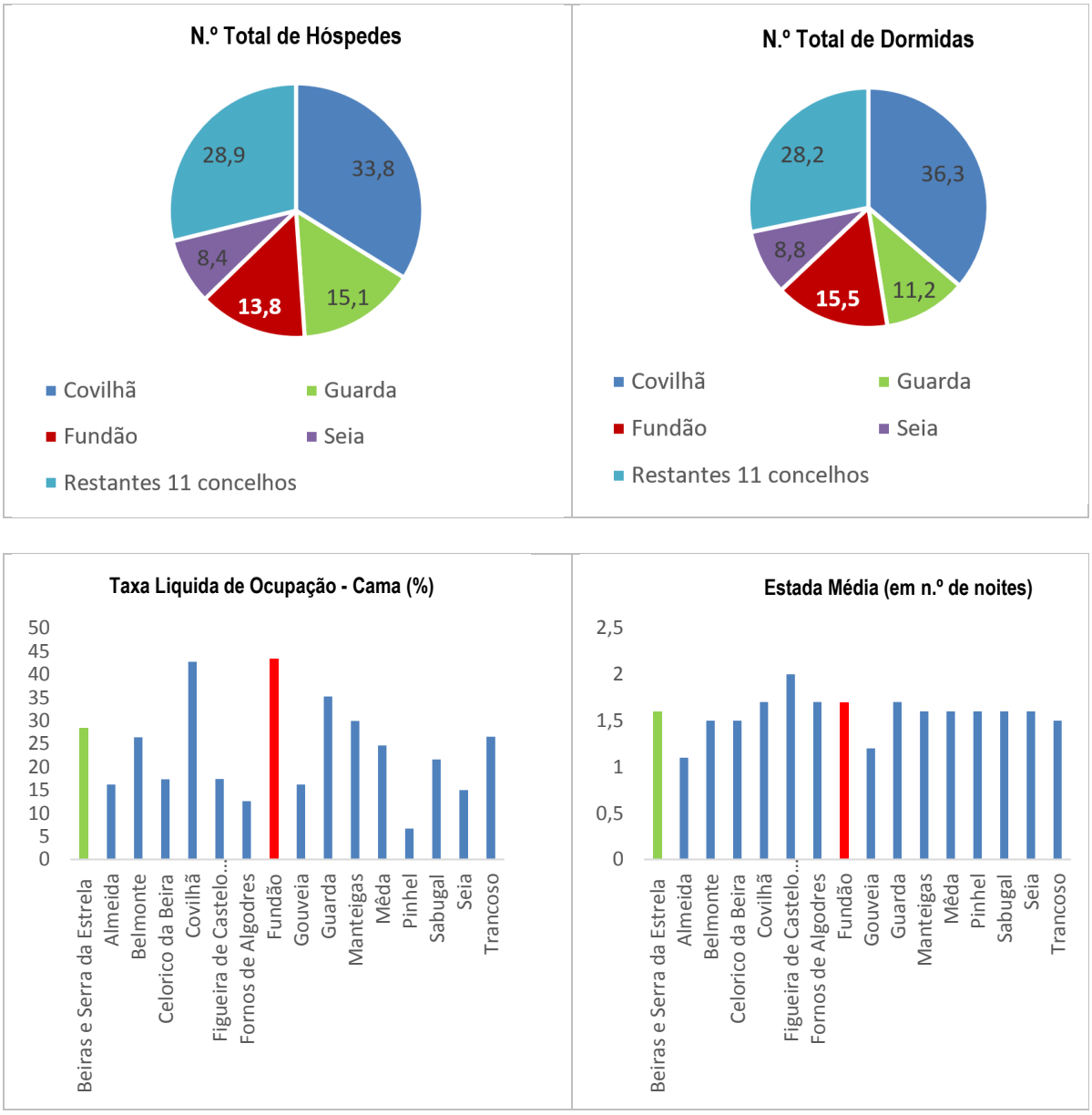
Este município registou 118.075 dormidas e 67.500 hóspedes, representando 15,5% do total das dormidas e 13,8% dos hóspedes da CIM BSE, proporções ainda relativamente distantes da oferta do município vizinho da Covilhã, que registou na mesma data 36,3% e 33,8%, respetivamente.

Quadro 63: Hóspedes e Dormidas nos estabelecimentos de alojamento turístico, Fundão e CIM BSE, 2018

	Hóspedes				Dormidas			
	Total	**Hotéis**	**Alojamento local**	**TER e Turismo de habitação**	**Total**	**Hotéis**	**Alojamento local**	**TER e Turismo de Habitação**
Fundão	67500	58584			118075	100059		
CIM Beiras e Serra da Estrela	**487 877**	**353 968**	**67775**	**66134**	**761 890**	**550897**	**96996**	**113997**

Fonte: INE, Anuário Estatístico da Região Centro, 2018 (edição de 2019)

Gráfico 45: Nº total de Hóspedes e de Dormidas, Taxa líquida de ocupação-cama e Estada média na CIM BSE, 2018



Notas: Taxa líquida de ocupação-cama = [Nº de dormidas durante o período de referência / (Nº de camas disponíveis x Nº de dias do período de referência)] x 100; Estada média = Relação entre o número de dormidas e o número de hóspedes que deram origem a essas dormidas.

Fonte: INE, Anuário Estatístico da Região Centro, 2018 (edição de 2019)

12.1.4.2 Procura interna e internacional de alojamento

O mercado do Fundão é claramente o mercado nacional. Em 2018, 92% dos hóspedes do Fundão foram portugueses e os restantes vieram maioritariamente da Europa.

No mesmo ano, o peso dos hóspedes portugueses verificado nas Beiras e Serra da Estrela foi inferior (83,3%), sendo que os restantes 16,7% eram oriundos da Europa (Espanha, França, Reino Unido e Alemanha), América, Ásia e África. Recorde-se que do total de hóspedes, naquele ano, nas Beiras e Serra da Estrela, 13,8% alojaram-se no Fundão, sendo claramente a Covilhã o principal polo de acolhimento dos hóspedes, com 33,8% do total.

Quadro 64: Hóspedes nos estabelecimentos de alojamento turístico, segundo o país de residência habitual, Fundão e CIM BSE, 2018

	Total	Portugal	Europa (excluindo Portugal)	UE28 (excluindo Portugal)					África	América	Ásia	Oceânia / n.e.
				Total	dos quais							
					Alemanha	Espanha	França	Reino Unido				
Fundão	67500	61 856	4914	4689	205	2129	1452	214	42	525	145	18
Beiras e Serra da Estrela	487877	406 654	54132	51876	4632	20258	12381	4171	1115	17505	7770	701

Fonte: INE, Anuário Estatístico da Região Centro, 2018 (edição de 2019)

12.1.4.3 Indicadores de alojamento

A relevância da atividade turística e especificamente na componente do alojamento turístico é, em síntese, possível de detetar através da leitura de alguns indicadores, calculados pelo INE, os quais colocam o Fundão num patamar superior à média regional.

O **concelho do Fundão** apresentava, **em 2018**, **a maior parte dos indicadores com superiores aos valores registados pela totalidade das Beiras e Serra da Estrela** como "estada média de hóspedes estrangeiros", a "estada média", "hóspedes por habitante", "taxa líquida de ocupação/cama", "proporção de dormidas entre julho e setembro", "dormidas por 100 habitantes" e "proveitos de aposento por capacidade de alojamento"**.** Em contrapartida, apenas nos indicadores "capacidade de alojamento por 1000 habitantes" e na "proporção de hóspedes estrangeiros", o Fundão apresentava valores inferiores à média das Beiras e Serra da Estrela.

Quadro 65: Indicadores de alojamento no Fundão e nas Beiras e Serra da Estrela, 2018

	Estada média de hóspedes estrangeiros	Estada média	Capacidade de alojamento/ 1000 habitantes	Hóspedes/ habitante	Taxa líquida de ocupação/ cama	Proporção de hóspedes de países estrangeiros	Proporção de dormidas entre julho-setembro	Dormidas em estabelecimentos de alojamento turístico /100 habitantes	Proveitos de aposento por capacidade de alojamento
	N.º de noites		N.º		%			N.º	Milhares de €
Concelho do Fundão	2,3	1,7	29,7	2,5	43,3	8,4	34,0	439,3	5,4
Beiras e Serra da Estrela	1,7	1,6	34,4	2,3	28,4	16,6	31,2	254,8	3,8

Fonte: INE-Portugal, Anuário Estatístico da Região Centro, 2018 (edição de 2019)

12.1.5 Síntese prospetiva

O **turismo está na ordem do dia da agenda nacional**, configurando-se como um setor estratégico prioritário para Portugal. Encontra-se definida a **Estratégia para o Turismo 2027**, assim como o **Plano Regional de Desenvolvimento Turístico do Centro**, que define a estratégia **2020-2030** que orientará o setor nos próximos 10 anos e enquadrará também o próximo quadro comunitário de apoio 2021-2027.

No **município do Fundão, essa aspiração já vem de há algum tempo a esta parte**, motivo pelo qual, já no início do presente século o município apostou na realização do Plano Estratégico para o Desenvolvimento do Turismo, criou a empresa Municipal do Turismo e, complementarmente, pôs a funcionar a Escola de Hotelaria e Turismo do Fundão.

As aspirações turísticas do Fundão devem-se, legitimamente, ao facto de este município se integrar numa região em que o turismo é uma atividade económica central, que funciona como "chapéu" de um conjunto de outros ativos regionais. A importância turística das Beiras e Serra da Estrela resulta da diferenciação da oferta turística, a qual assenta, numa sólida identidade territorial e, resumidamente, nos seguintes ativos: i) **Produtos do território**, resultantes das atividades agroalimentares; ii) **Marcas territoriais**, rede de infraestruturas e equipamentos rurais existentes: Serra da Estrela, Aldeias de Xisto, Aldeias Históricas, Rede de Judiarias, Inature – Rede de Áreas Naturais Classificadas, etc.; iii) **Património e atividades culturais**; iv) **Património paisagístico** como base de aposta no turismo natureza e v) **Competências na área da saúde e na rede de equipamentos termais** como base de aposta nas prestação de cuidados de saúde especializados e nos segmentos de turismo sénior e de turismo de bem-estar.

É de assinalável importância a evolução que este setor verificou deste a data do Plano Estratégico para o desenvolvimento do Turismo (2003) e o momento presente, sendo que ao nível do diagnóstico do sector e das suas fraquezas e ameaças, o Fundão deu um grande salto qualitativo e, hoje, é uma referência turística na região e no país. Esta evolução, contudo, não invalida que se continuem a desenvolver iniciativas e medidas que ainda potenciem mais os recursos turísticos deste município, num quadro óbvio de sustentabilidade ambiental.

Como principais recursos turísticos deste município, encontram-se os Bens Culturais que vão desde o valioso e extenso património arquitetónico e arqueológico, ao património etnográfico (artesanato e folclore), aos museus/casas temáticas/centros interpretativos e o calendário de eventos, à gastronomia tradicional (reforçada anualmente com os festivais gastronómicos, no âmbito do slogan criado "aqui come-se bem"), aos produtos tradicionais (vários produtos DOP e IGT, dos quais sobressai a cereja, mas também a castanha, o mel, o vinho, o azeite, os cogumelos, os enchidos) e ainda à diversidade de eventos regulares sazonais, com muito interesse para o turismo ("Cerejeiras em flor", "Feira do Queijo

da Soalheira", "Quadragésima", "Festa da Cereja", "Festival Cali e SangriAgosto", "Festival dos Caminhos da Transumância", "Mostra de Artes e Sabores da Maúnça" e "Festival do Cogumelo").

Enquanto **recursos naturais** destaca-se como o emblemático, a Serra da Gardunha (Paisagem Protegida Regional), mas também vistas panorâmicas a partir de vários pontos do território concelhio, estradas e caminhos com interesse paisagístico, praias fluviais e outros locais de interesse como barragens (da Capinha e de Santa Águeda), moinhos e azenha da ponte, entre outros.

Como **recursos recreativos**, podem encontrar-se no Fundão vários espaços/equipamentos de recreio e lazer que vão desde piscinas ao ar livre, normalmente associadas a zonas de lazer, mas também ao Parque do Convento (espaço de lazer, desporto e aventura), bem como a outras áreas de lazer como a da Lavandeira, Lavacolhos, souto da Casa, Castelo Novo e Barroca. Neste contexto, o Centro Cultural a Moagem é um importante equipamento para práticas recreativas e culturais. Neste contexto são também desenvolvidas importantes iniciativas de animação turística, especialmente em torno do turismo de natureza. O touring cultural e o pedestrianismo são ótimos exemplos e existem várias rotas (grandes e pequenos percursos), das quais se destacam a GR22 – Grande Rota das Aldeias Históricas, A GRT-Grande Rota da Transumância, A GR21 – Grande Rotas das Aldeias de Xisto e a GR33 – Grande Rota do Zêzere. São conhecidas algumas agências de animação turística, mas a autarquia é o importante agente de animação turística porquanto desenvolve um conjunto de iniciativas, nomeadamente programas permanentes como "Um dia pelas aldeias de Granito", "Pelas aldeias de xisto", Aventura na Serra da Gardunha", "Birdwhatching na Barragem da Marateca" e "Sabores com tradição".

Numa ótica complementar, o Fundão oferece **outros recursos de suporte**, sem os quais o turismo não poderia desenvolver-se cabalmente, como é o caso das boas condições de acessibilidade externa, do transporte coletivo rodoviário e ferroviário (Linha da Beira Baixa), bem como equipamentos de Saúde (Hospital do Fundão, pertencente ao Centro Hospitalar Cova da Beira) e equipamentos e serviços de segurança pública.

Como principais **produtos e ativos turísticos**, o Fundão oferece à região e ao país vários ativos turísticos que tem vindo crescentemente a ampliar e consolidar como o são**: Natureza**, a **Aldeia Histórica de Castelo Novo**, as **Aldeias de** Xisto de Barroca e Janeiro de cima, **Percursos pedestres**, **BTT e segway**, a **Cereja,** as **Casas da Floresta** (temáticas), as **Aldeias de Montanha de Alpedrinha, Alcongosta e Alcaide** e a **proximidade à Serra da Estrela** (para o turismo de neve).

O desenvolvimento turístico de qualquer território está muito dependente da **oferta de alojamento turístico**: sem alojamento e, cada vez, alojamento de qualidade, não é possível desenvolver grandemente o turismo.

Neste momento, o município possui **26 empreendimentos turísticos** (4 hotéis, 3 empreendimentos de turismo de habitação, 16 empreendimentos de turismo no espaço rural e 3 parques de campismo e caravanismo, os quais no seu conjunto, possuem uma capacidade de oferta de alojamento para 1540 utentes. Complementarmente, o Fundão possui **66 unidades de Alojamento Local** (2020) que incrementam a capacidade dos empreendimentos turísticos, ao nível do alojamento, para mais 538 pessoas/utentes.

Por seu turno, a **procura de alojamento** no Fundão é claramente originária do mercado nacional (apenas 8% dos hóspedes foram estrangeiros, em 2018). Neste ano também, 13,8% dos hóspedes alojaram-se no Fundão, sendo claramente a Covilhã o principal polo de acolhimento dos hóspedes, com 33,8% do total.

Como principal conclusão deve ser destacado o desenvolvimento assinalável do setor turístico do município do Fundão, onde o Turismo de Natureza e *Welness*, o Turismo Ativo e Desportivo, o Turismo Cultural, História e Património, são os produtos de excelência muito bem complementados pela Gastronomia e Vinhos havendo, contudo, espaço a uma maior potenciação e integração de novos produtos (é o caso do Turismo de Saúde e Bem-Estar e *Lifestyle* e *inspiracional*). No âmbito do alojamento houve também espaço para uma maior qualificação, em concreto com a abertura de um hotel de cinco estrelas e com a diversificação da oferta de alojamento, pois neste momento o concelho inclui na sua oferta turística, 3 parques de campismo e caravanismo, alojamento local, empreendimentos de turismo no espaço rural, empreendimentos de turismo de habitação e estabelecimentos hoteleiros de três, quarto e cinco estrelas.

Por último sublinham-se os projetos pendentes, a aguardar aprovação, com relevância para o turismo, desenvolvidos pelo município do Fundão, em Parceria com outras entidades, como é o caso do "Roteiro Terras do Volfrâmio e Estanho - História e Memória das Comunidades Mineiras - Fase2" e da "Rede Regional do Turismo Literário - Centro de Portugal", ambos em parceria com o Turismo de Portugal, I.P.

12.2 QUADRO DE REFERÊNCIA PARA O SETOR DO TURISMO NO ÂMBITO DOS IGT EM VIGOR

O quadro de referência para o setor turístico nacional de um modo geral e para a região Centro, em particular, assenta em quatro documentos essenciais:

- Primeira revisão do **Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território (PNPOT)**, aprovado pela Lei n.º 99/2019, de 5/9 (que revoga a Lei n.º 58/2007, de 4 de setembro). O PNOT é o instrumento de topo do sistema de gestão territorial, define objetivos e opções estratégicas de desenvolvimento territorial e estabelece o modelo de organização

do território nacional, constituindo -se como o quadro de referência para os demais programas e planos territoriais e como um instrumento orientador das estratégias com incidência territorial.

- **Estratégia Turismo 2027**, quadro de referência para o setor até 2027 e que sucede ao Plano Estratégico Nacional do Turismo (PENT), que tinha como objetivos definir as ações para o crescimento sustentável do Turismo Nacional, até 2015, e orientar a atividade turística em Portugal.
- **Plano de Desenvolvimento Turístico da Região Centro 2020-2030**, que agrega o seu Plano de Marketing, promovido pela Entidade Regional de Turismo do Centro de Portugal (TCP) considerados dois documentos estruturantes para o caminho a seguir na próxima década de atividade turística no Centro de Portugal nele se plasmando as metas turísticas concretas a atingir e os objetivos estratégicos gerais para a Região, bem como as linhas estratégicas de ação para atingir os objetivos propostos.
- **O Plano Regional de Ordenamento do Território do Centro (PROT C)** não chegou a ser aprovado, sendo que à data de junho de 2015, a proposta do Plano estava concluída e tinha sido enviada à tutela para aprovação. Do mesmo modo, será expectável que venha a sofrer alterações decorrentes da recente reforma legislativa, destacando-se a passagem de Plano Regional a Programa Regional de Ordenamento do Território, para além de que grande parte das orientações do PROT para o setor turístico emanavam do PENT, entretanto substituído pela Estratégia Turismo 2027. Atendendo a este contexto, optou-se por mencionar os aspetos essenciais de enquadramento do setor turístico no PROT C, razão pela qual assumem apenas um caráter indicativo.

Referência ainda para outros planos de âmbito regional, intermunicipal e municipal, relevantes para o desenvolvimento do turismo no concelho do Fundão, nomeadamente:

- O Plano Estratégico de Desenvolvimento Intermunicipal – Beiras e Serra da Estrela 2020. Neste plano o "Turismo e Agroindustrial" constitui uma das 5 áreas temáticas de atuação, através da "Associação entre marcas-chapéu, produtos do território e destinos turísticos.";

- O Plano Estratégico para o Desenvolvimento do Turismo do concelho de Fundão, aprovado em 2003. Este plano revestiu-se de uma importância fulcral que permitiu ao concelho evidenciar-se no contexto nacional, através da afirmação da sua identidade e da promoção das suas especificidades turísticas locais. O plano aponta para a implementação de um conjunto de ações que têm como objetivo promover o setor turístico do concelho;

- O Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano (PEDU), desenvolvido para a ARU do Fundão;

- Os Planos de Aldeia desenvolvidos para Alcaide, Alcongosta, Aldeia de Joanes, Aldeia Nova do Cabo, Capinha, Donas, Fatela, Souto da Casa Barroca e Janeiro de Cima, que assumem grande importância na reabilitação destes núcleos.

12.2.1 Plano Nacional de Ordenamento do Território (PNPOT)

O Domínio Económico é um dos 5 definidos, o qual enquadra 12 medidas de política. Uma destas medidas é dirigida especificamente ao setor turístico: **Medida 3.3 - AFIRMAR OS ATIVOS ESTRATÉGICOS TURÍSTICOS NACIONAIS**, com a qual se visa contribuir, de forma transversal para a territorialização da política nacional de turismo.

Os objetivos operacionais (em linha com o previsto na Estratégia Turismo 2027) são os seguintes:

- Valorizar o Território e as comunidades, envolvendo a conservação e o usufruto do património histórico-cultural e identitário, bem como o património natural, a autenticidade e a vivência das comunidades locais, a economia do mar e a qualidade urbana das cidades e regiões;
- Impulsionar a economia, assegurando a competitividade das empresas, a redução de custos de contexto, a atração de investimento, a economia circular e o estímulo ao empreendedorismo e inovação;
- Potenciar o conhecimento, dinamizando a formação adaptada às necessidades do mercado e à capacitação de empresários e gestores, criando e difundido conhecimento e afirmando Portugal como Smart Destination; 4. Gerar redes e conetividade, contemplando a captação e reforço de rotas aéreas, a melhoria dos sistemas de mobilidade rodoferroviária e de navegabilidade, incentivando o trabalho em rede e promovendo um turismo para todos;
- Projetar Portugal, reforçando a internacionalização de Portugal enquanto destino para visitar, investir, viver e estudar, dinamizando o turismo interno e captando congressos e eventos internacionais.

Os **efeitos esperados** são:

- Preservação e valorização económica sustentável do património natural e cultural e da identidade local, enquanto ativo estratégico para o desenvolvimento dos territórios, com destaque para as regiões rurais.
- Valorização económica das águas interiores enquanto ativo turístico estratégico, fator de desenvolvimento económico, social e ambiental da comunidade local e diminuição da sazonalidade.
- Enriquecimento da cadeia de valor do turismo, numa lógica de articulação intersectorial

- Reforço da qualificação e da competitividade turística do País e das regiões.
- Atração de turistas e residentes temporários, diversificando os segmentos da oferta turística e gerando maior valor acrescentado.
- Territorialização e integração de políticas públicas em torno do turismo.
- Potenciação da participação e da interação entre os agentes económicos e sociais congregando as empresas, associações, universidades e centros de I&D, autarquias, organismos públicos e sociedade civil.

12.2.2 Estratégia Turismo 2027 (ET27)

Constitui-se como uma estratégia de longo prazo que, simultaneamente, enquadra o novo quadro comunitário de apoio 2021-2027e que tem como Visão:

Afirmar o turismo como hub para o desenvolvimento económico, social e ambiental em todo o território, posicionando Portugal como um dos destinos turísticos mais competitivos e sustentáveis do mundo.

A ET27 **estabelece prioridades, definindo cinco eixos estratégicos**: i) valorizar o território; ii) impulsionar a economia; iii) potenciar o conhecimento; iv) gerar redes e conectividade; v) projetar Portugal. Destes, destacam-se em especial, face à sua relevância em termos de ordenamento turístico, os seguintes eixos e respetivas linhas estratégicas de atuação:

Eixo 1: "Valorizar o Território e as Comunidades":

- Conservar, valorizar e usufruir do património histórico-cultural e identitário;
- Valorizar e preservar a autenticidade do País e a vivência das comunidades locais;
- Afirmar o turismo na economia do mar;
- Potenciar economicamente o património natural e rural e assegurar a sua conservação;
- Promover a regeneração urbana das cidades e regiões e o desenvolvimento turístico sustentável dos territórios/destinos;
- Estruturar e promover ofertas que respondam à procura turística;

Eixo 2: "Impulsionar a Economia":

- Atrair investimento e qualificar a oferta turística;
- Estimular a economia circular no turismo;

Eixo 4: "Gerar Redes e Conectividade":

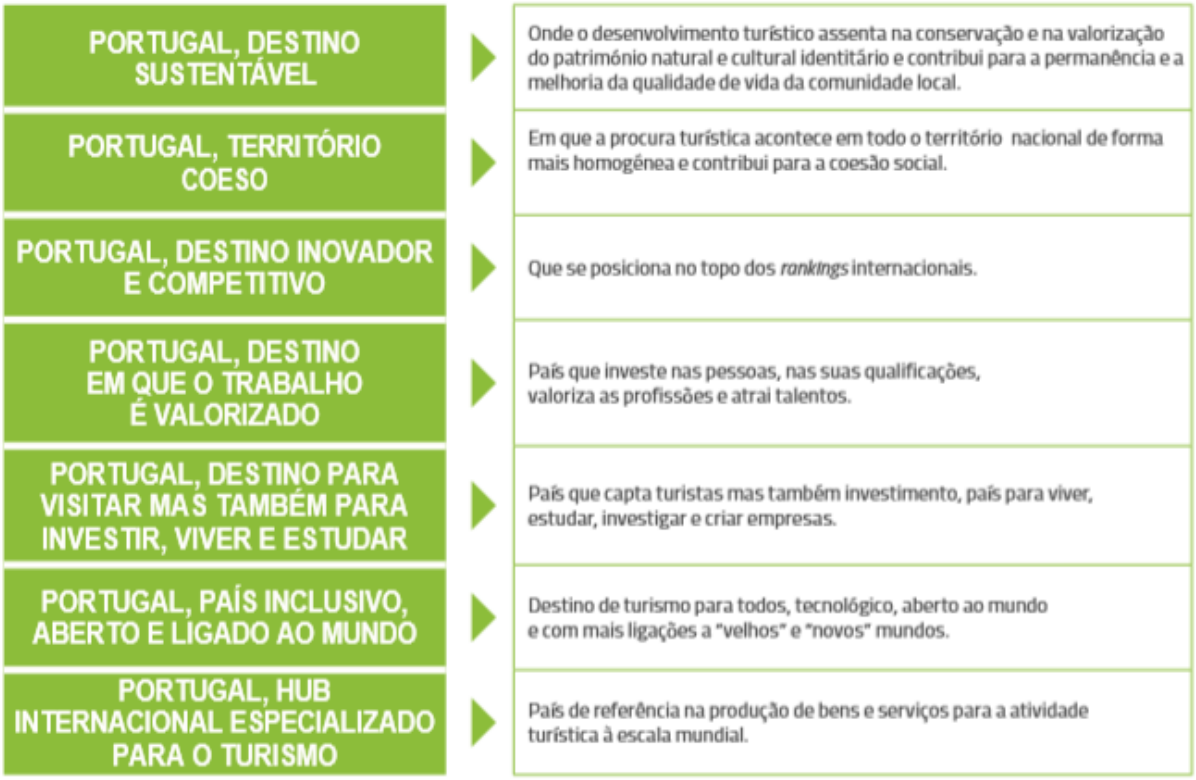
- Melhorar os sistemas de mobilidade rodo-ferroviária e de navegabilidade.

Também se compromete com metas de sustentabilidade económica, social e ambiental, nomeadamente:

- Metas de sustentabilidade económica: i) aumentar a procura em todo o território: 80 milhões de dormidas; ii) crescer em valor: 26 mil milhões de euros em receitas;
- Metas de sustentabilidade social: i) alargar a atividade turística a todo o ano, atingindo em 2027 o índice de sazonalidade mais baixo de sempre; ii) duplicar o nível de habilitações do ensino secundário e pós-secundário no turismo (de 30% para 60%); iii) assegurar que o turismo gera um impacto positivo nas populações residentes;
- Metas de sustentabilidade ambiental: i) assegurar que mais de 90% das empresas do turismo adotam medidas de utilização eficiente de energia e da água e desenvolvem ações de gestão ambiental dos resíduos.

A ET 27 centra-se em **dez ativos estratégicos do turismo nacional**: i) pessoas; ii) clima e luz; iii) história e cultura; iv) mar; v) natureza; vi) água; vii) gastronomia e vinhos; viii) eventos artístico-culturais, desportivos e de negócios; ix) bem-estar; x) living – viver em Portugal e define **8 objetivos estratégicos:**

Figura 31: Objetivos estratégicos para o setor do turismo



Fonte: Estratégia Turismo 2027

12.2.3 Plano Regional de Desenvolvimento Turístico da Região Centro 2020-2030

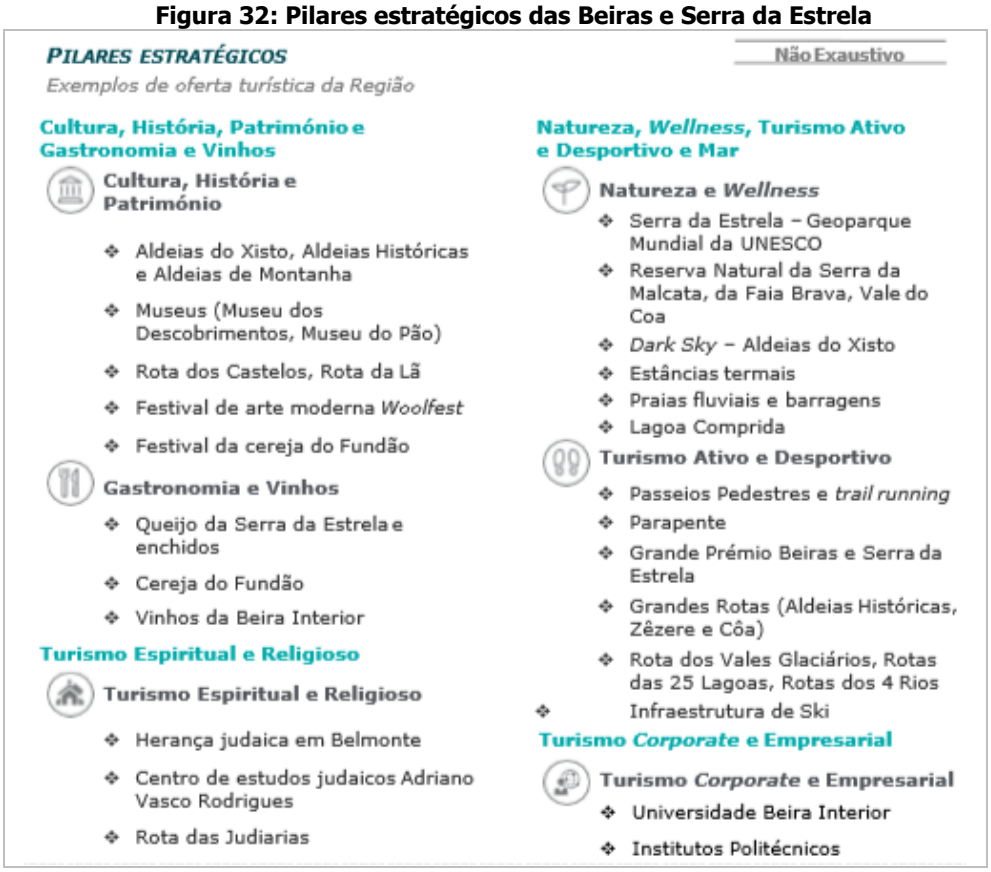
As metas para a região Centro, atendendo às suas especificidades, são:

- **Aumentar o número de dormidas nos mercados interno alargado e externo (**alcançar 9 milhões de dormidas em 2023 com base na evolução histórica evidenciada na última década)
- **Aumentar a estada média no território abrangido pela Região Centro** (Aumentar a estada média da Região Centro com base num crescimento anual moderado de 0,5%, recuperando gradualmente os valores registados no período anterior à recessão económica)
- **Aumentar a taxa líquida de ocupação – cama na Região Centro** (Aumentar a taxa líquida de ocupação – cama da Região Centro com base na evolução histórica evidenciada na última década)
- **Aumentar o Revenue per Available Room da Região Centro** (Aumentar o Revenue per Available Room da Região Centro com base na evolução histórica evidenciada na última década)

Este plano ambiciona que a marca Centro deve procurar afirmar-se como uma marca sólida alicerçada na autenticidade, na natureza e na espiritualidade e apoiada em 5 pilares estratégicos:

Para a **sub-região Beiras e Serra da Estrela** foram definidos como **pilares estratégicos:**

Figura 32: Pilares estratégicos das Beiras e Serra da Estrela



Fonte: PDTC 2020-2030

12.2.4 PROT-Centro[35]

O Sistema Estruturante Produtivo: Caso do Turismo

A afirmação da Região Centro como destino turístico é fortemente tributária das políticas públicas de preservação e de valorização dos recursos do património cultural e natural, da qualidade das paisagens urbanas ou naturais, e da qualidade dos serviços, tal como se preconiza nas opções estratégicas do PROT.

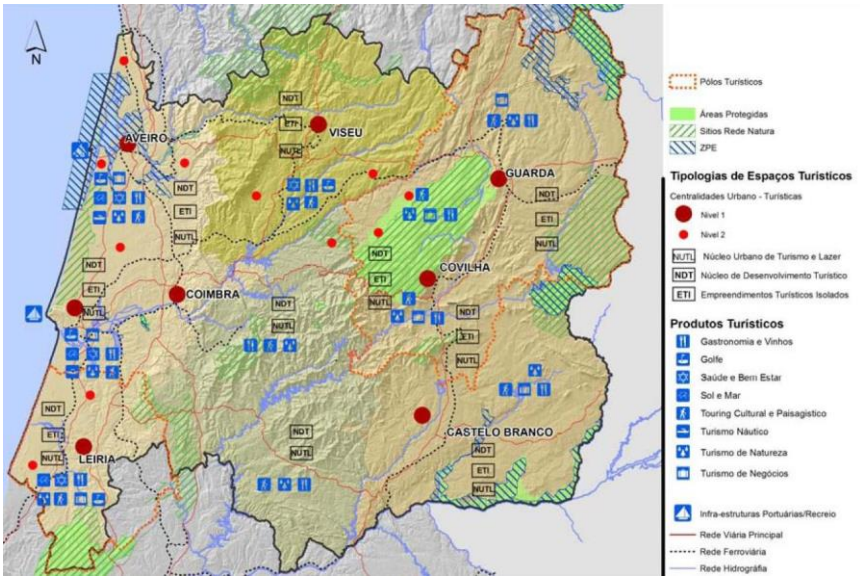
[35] A Proposta de PROT-C não está em vigor sendo certo que, a Resolução do Conselho de Ministros n.º 177/2021, de 17 de dezembro determina a elaboração do Programa Regional de Ordenamento do Território do Centro inexistindo, contudo, à presente data, documentos a ter em consideração na presente revisão do PDM.

O posicionamento geoestratégico da Região Centro possibilita a viabilização e o reforço de complementaridades e sinergias entre recursos turísticos, numa lógica de organização da oferta, através da exploração em rede dos ativos culturais e patrimoniais. A criação e consolidação de rotas regionais e o desenvolvimento de atividades de animação, que associem o recreio e o lazer com o património cultural e ambiental (natural), são a forma de potenciar, nesta perspetiva, os produtos estratégicos definidos no Plano Estratégico Nacional do Turismo (PENT).

Em termos de política territorial têm-se destacado alguns vetores estratégicos. A promoção de rotas culturais tem vindo a ser desenvolvida em torno dos ativos existentes: Rota das Aldeias Históricas, Rota das Aldeias do Xisto, Rota dos Escritores, Rota da Lã, Rota do Património Judaico, Rota do Vidro, Rota da Arte Nova, Rota dos Complexos de Gravuras Rupestres do Vale do Coa, Rota do Médio Tejo, entre outras. No âmbito do Turismo da Natureza têm sido desenvolvidas ações relevantes de qualificação e valorização do Litoral, da Rede Nacional de Áreas Protegidas, dos planos de água e das zonas ribeirinhas.

Na perspetiva de turismo multitemático e em função da qualidade dos produtos turísticos regionais, o modelo territorial de desenvolvimento estrutura-se em torno de **quatro áreas de ordenamento da atividade turística**, onde se podem criar sinergias e integrar recursos e produtos turísticos: Centro Litoral, Dão-Lafões, Pinhal e **Beira Interior**.

Figura 33: Desenvolvimento Turístico da Região Centro



Fonte: PROT-C, maio de 2011

O património cultural e natural são, em termos de modelo territorial, produtos estratégicos definidos no PENT. O ***Touring* cultural e paisagístico (aposta nas rotas temáticas)** e o **Turismo de Natureza**, para além de outros produtos como a Saúde e Bem-estar, e Gastronomia e Vinhos, têm especial relevância na região.

Normas gerais para o turismo

A afirmação da Região Centro como destino turístico pressupõe que:

- *A Região seja fortemente tributária das políticas públicas de preservação e valorização dos seus recursos de património cultural e natural, da qualidade das paisagens naturais, rurais e urbanas, e da qualidade dos serviços;*
- *Região promova em rede os ativos culturais e patrimoniais, designadamente através da criação e consolidação de rotas regionais e do desenvolvimento de atividades de animação associando o recreio e o lazer com o património histórico e natural.*

Normas específicas para o Turismo

A inserção territorial dos empreendimentos turísticos deve ocorrer segundo as seguintes tipologias de espaços:

1. *"Empreendimentos Turísticos Isolados (ETI), que correspondem a estabelecimentos hoteleiros, nas tipologias Hotéis, desde que associados a temáticas específicas (saúde, desporto, atividades cinegéticas, da natureza, educativas, culturais, sociais, etc.) que contribuam para a valorização económica e ambiental do espaço rural; empreendimentos de Turismo no Espaço Rural (TER); empreendimentos de Turismo de Habitação; Parques de Campismo e de Caravanismo;*
2. *Núcleos de Desenvolvimento Turístico (NDT), que correspondem às áreas de ocupação turística em solo rural, nas quais se integram conjuntos de empreendimentos turísticos e equipamentos de animação turística, bem como outros equipamentos e atividades compatíveis com o estatuto de solo rural. Nos NDT podem ser incluídos os seguintes empreendimentos turísticos: estabelecimentos hoteleiros, Aldeamentos Turísticos, empreendimentos de Turismo de Habitação, empreendimentos de Turismo em Espaço Rural, Parques de Campismo e Caravanismo e empreendimentos de Turismo da Natureza, bem como conjuntos turísticos (resorts) que englobem as tipologias anteriores.*
3. *Centralidades Urbano Turísticas (CUT), são centros urbanos que desempenham um papel âncora no apoio e desenvolvimento de serviços de apoio à atividade turística e onde se deve privilegiar a instalação de equipamentos e serviços de apoio ao turismo e lazer. Nos CUT são admitidos todos os tipos de empreendimentos turísticos*
4. *Núcleos Urbanos de Turismo de Lazer (NUTL), são aglomerados que, independentemente das funções urbanas que desempenham, integram, ou poderão vir a integrar, uma importante componente de alojamento turístico e/ou de residência*

secundária, e de concentração de funções turísticas e de serviços de apoio às atividades turísticas e de lazer. Estes conjuntos, além de integrarem funções urbanas, concentram recursos e funções turísticas, designadamente, empreendimentos turísticos, de restauração e de serviços de apoio às atividades turísticas e de lazer. Nos NUTL são admitidos todos os tipos de empreendimentos turísticos.

Nos perímetros urbanos são admitidos todos os tipos de empreendimentos turísticos.

Normas por unidade territorial

Deve ser conferida maior relevância aos recursos biofísicos, valores ambientais e paisagísticos, floresta e turismo, promovendo uma articulação mais efetiva com o recurso Serra da Estrela

1. Produtos Turísticos:

Nesta unidade territorial dever-se-á privilegiar os seguintes produtos turísticos: Touring Cultural e Paisagístico, Turismo de Natureza, Turismo de Negócios, Turismo de Saúde e Bem-Estar, Gastronomia e Vinhos.

2. Tipologias de Espaços Turísticos:

c) CUT:

i. CUT I: Guarda/Covilhã/Fundão/Castelo Branco;
ii. CUT III: Manteigas, Pinhel, Sabugal;
iii. Cabe aos PDM:
- Prever equipamentos e serviços a instalar;
- Prever a requalificação dos centros urbanos;
- Melhorar a conectividade com os NUTL e NDT.

d) NUTL:

i. Aldeias Históricas;
ii. Termas: Manteigas, Monfortinho, Unhais da Serra, Fonte Santa,
iii. Penhas da Saúde, Sabugueiro, Penhas Douradas;
iv. Outros definidos em PDM;
v. Cabe aos PDM:
- Prever a respetiva requalificação urbana e ambiental;
- Prever a qualificação e concentração de equipamentos e serviços;
- Melhorar a conectividade com os CUT e NDT.

e) NDT:

i. Área mínima de NDT – 15ha;
ii. Atividades preferenciais de recreio e lazer ao ar livre;
iii. Melhorar a conectividade com os CUT e NUTL., designadamente equacionado novas soluções de acesso ao maciço central.

f) São permitidos, em solo rural, todas as tipologias de empreendimentos turísticos previstas na modalidade de "Empreendimentos Turísticos Isolados". (ETI).

i. Os hotéis, pousadas e hotéis rurais construídos de raiz, devem obedecer aos seguintes parâmetros:
- Mínimo de 3 estrelas;

- Densidade máxima: 40 camas/ hectares;
- Número máximo de camas: 200 camas;
- Associar equipamentos de recreio e lazer de ar livre (campos de jogos, piscinas, percursos pedonais e ciclovias, etc.);
- Aos hotéis deve-se associar as temáticas específicas.

ii. Turismo em Espaço Rural (TER) e turismo de habitação: são permitidas todas as tipologias TER previstas na legislação em vigor.

3. Deverá ser potenciado o aproveitamento turístico das albufeiras de águas públicas, nomeadamente das barragens do Viriato e do Sabugal, entre outras, de acordo com o respetivo Plano de Ordenamento de Albufeira (POAAP).

Porém, a Proposta de PROT-C não está em vigor sendo certo que, a Resolução do Conselho de Ministros n.º 177/2021, de 17 de dezembro determina a elaboração do Programa Regional de Ordenamento do Território do Centro inexistindo, contudo, à presente data, documentos a ter em consideração na presente revisão do PDM.

12.2.5 Matriz-síntese das orientações estratégicas patentes nos IGT para a Região Centro, Beiras e Serra da Estrela

Na matriz-síntese pretende-se trazer de forma sistemática e sintética as principais orientações para o setor turístico com incidência ao nível do ordenamento territorial do Fundão, provenientes de Planos de caráter supramunicipal do território.

Na sequência do percurso hierárquico das orientações existentes para o setor turístico e, em concreto, para o Fundão, este município tem identificada a **Aldeia Histórica de Castelo Novo** como um **Núcleo Urbano de Turismo e Lazer (NUTL),** no âmbito do PROT Centro.

Quadro 34: Matriz-síntese das orientações estratégicas para o Turismo na Região Centro e Beiras e Serra da Estrela

	TURISMO 2020-2030	PROT-C
REGIÃO CENTRO	Pilares estratégicos da região Centro: . Cultura, História, património e Gastronomia e Vinhos . Natureza, Welness, Turismo Ativo e Desportivo e Mar . Turismo Espiritual e Religioso . Turismo Corporate e Empresarial . Lifestyle, Inspirational e novas tendências.	. Núcleos Urbanos de Turismo e Lazer (NUTL) . Empreendimentos Turísticos Isolados (ETI) . Núcleos de Desenvolvimento Turístico (NDT) . Centralidades Urbano Turísticas (CUT)

BEIRAS E SERRA DA ESTRELA	Pilares Estratégicos: . Cultura, História, património - Gastronomia e Vinhos . Turismo Espiritual e Religioso . Natureza e Wellness . Turismo ativo e desportivo . Turismo Corporate e empresarial	Devem-se privilegiar os seguintes produtos turísticos: . Touring cultural e paisagístico . Turismo de natureza . Turismo de negócios . Turismo de Saúde e Bem-estar . Gastronomia e Vinhos
CONCELHO DO FUNDÃO		. Centralidade Urbano Turística (CUT) - Guarda/Covilhã/Fundão/Castelo Branco . Núcleo Urbano de Turismo e Lazer (NUTL) - Castelo Novo . Empreendimentos Turísticos Isolados estabelecidos em solo rural (ETI) . Núcleos de Desenvolvimento Turístico (NDT)

13. ACESSIBILIDADE E MOBILIDADE

13.1 ENQUADRAMENTO

Situado na sub-região das Beiras e Serra da Estrela, o concelho do Fundão é atravessado, longitudinalmente, por um eixo de importância fundamental, pertencente à Rede Nacional Rodoviária, o **IP2/ A23** (SCUTVIAS), que assegura as principais acessibilidades exteriores a diversos níveis. Esta importante infraestrutura permitiu uma melhoria significativa nas ligações do concelho ao exterior, nomeadamente à Região Sul, com particular destaque para a região de Lisboa e Vale do Tejo e à Região Norte, por intermédio da sua articulação com o IP5/ A25.

Outros eixos de acessibilidades importantes ao exterior são a Estrada Regional **ER238**, que constitui a principal ligação do concelho na direção poente, estabelecendo a ligação entre a cidade do Fundão e Oleiros, e o acesso à Pampilhosa da Serra; as Estradas Nacionais **EN343, EN345** e **EN346**, que em conjunto estabelecem a ligação a Nascente, constituindo a principal acessibilidade entre a Cidade e os concelhos de Penamacor e Sabugal, e uma alternativa de ligação à fronteira de Vilar Formoso; a **antiga EN239**, que liga diretamente o concelho do Fundão ao concelho de Idanha-a-Nova, e indiretamente a Espanha, através da fronteira de Termas de Monfortinho, por intermédio de ligação com o IC31/EN229; a **antiga EN343** que se assume como a ligação mais direta à Sub-região da Serra da Estrela e ao IC7/EN17; e as estradas municipais **EM570** e **570-1** que, conjuntamente, constituem uma das melhores formas de acesso ao Sabugal e às Estradas Nacionais EN233, EN233-3 e EN232.

O Concelho é atravessado pela **Linha da Beira Baixa** (Covilhã / Lisboa) que se desenvolve ao longo da zona central do território concelhio, tendo a sua principal estação na Cidade do Fundão

Em termos de transportes, e quanto ao transporte rodoviário, o concelho é servido por um conjunto razoável de carreiras do tipo Expresso, que asseguram ligações a Lisboa, Porto, Coimbra, Viseu, Guarda, Castelo Branco, Portalegre, Vila Real, Faro, entre outras. No que concerne ao transporte ferroviário, o concelho é servido pela Linha da Beira Baixa (Entroncamento/Covilhã), que atravessa o concelho de norte a sul, tendo a sua principal estação na cidade do Fundão. Esta linha é servida pelo serviço Intercidades, com paragem apenas na cidade, e pelo serviço Regional/ Urbano, com paragem em Alcaria, Fundão, Donas, Alcaide, Fatela, Alpedrinha, Vale de Prazeres, Castelo Novo e Soalheira. A recente intervenção de Modernização da Linha da Beira Baixa, que incluiu a eletrificação total do Troço Covilhã/Guarda permitiu recolocar a linha da Beira Baixa na mobilidade regional e de longo curso da Beira Interior, contribuindo para a melhoria da acessibilidade da região, descongestionando a Linha do Norte e a Linha da Beira Alta.

O conceito de mobilidade sustentável, cada vez mais presente nas políticas e estratégias territoriais da UE, pressupõe que as pessoas disponham de condições que proporcionem deslocações com segurança

e conforto, em tempos e com custos aceitáveis e com maior eficiência energética e menores impactes ambientais. A este propósito, a autarquia tem em curso o procedimento de elaboração de um Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano (**PEDU)**, em consonância com o que são as orientações do Plano de Ação de Mobilidade Urbana Sustentável da Comunidade Intermunicipal das Beiras e Serra da Estrela (**PAMUS da CIM-BSE**) e demais orientações nacionais (e internacionais) neste domínio e tem como principais ações a melhoria da mobilidade e a reabilitação urbana. Assim, por **iniciativa da autarquia** está planeado, ou em fase de implementação, um vasto conjunto de intervenções no campo da mobilidade e transportes, destacando-se a construção do Centro Intermodal – Interface Rodoferroviário do Fundão, a construção de diversas ciclovias e implementação de modos suaves e a implementação do Programa de Transportes.

Neste capítulo será desenvolvida a caracterização das infraestruturas viárias e do sistema de transportes do Concelho do Fundão, referente nomeadamente à rede rodoviária – incluindo a análise das acessibilidades servidas, funções desempenhadas e suas características físicas – e ao serviço de transporte público, procurando estabelecer uma análise dos seus atuais níveis funcionais e operacionais.

Metodologicamente, esta caracterização foi desenvolvida com base numa recolha de elementos diversos, processada a diferentes níveis:

- Contactos com técnicos da autarquia;
- Contactos com outras entidades (Infraestruturas de Portugal, S.A., operadores de transportes, etc.);
- Levantamentos de campo;
- Consulta de dados estatísticos, estudos e publicações existentes.

O tratamento da informação recolhida, possibilitou a caracterização do sistema, nas suas diferentes vertentes, identificando os seus principais estrangulamentos e deficiências e perspetivando a sua previsível evolução, alicerçando o desenvolvimento de uma estratégia de intervenção adequada que, no âmbito da presente Revisão do PDM, possibilite a melhoria efetiva da sua qualidade e eficácia.

Procede-se à análise e caracterização da rede viária concelhia, nomeadamente, no que diz respeito à sua inserção na rede exterior, acessibilidades servidas, estrutura e hierarquia atual e das suas características físicas e geométricas (extensões, perfis transversais, traçado, pavimentação, etc.), salientando ainda alguns dos aspetos mais significativos relativamente às suas perspetivas de evolução no prazo de vigência do presente Plano Diretor Municipal. Será também caracterizado o serviço de transporte público de passageiros existente, incidindo sobretudo no domínio da oferta e da qualidade do serviço prestado. Por último serão identificados as mais recentes intervenções e projetos em curso no âmbito da mobilidade urbana e incremento de modos suaves no concelho.

13.2 REDE VIÁRIA E ACESSIBILIDADES

13.2.1 Estrutura e Hierarquização

A rede viária do Concelho do Fundão, representada na respetiva peça desenhada, é fundamentalmente composta pelos seguintes **níveis hierárquicos**, diferenciados quanto à respetiva categoria administrativa, a saber:

Rede Rodoviária Nacional:

Rede Nacional Fundamental (Itinerários Principais – IP):

IP2/A23, atravessa o município no sentido sul-norte, entre os limites municipais com os municípios de Castelo Branco e da Covilhã. Esta via encontra-se integrada na Concessão do Estado da Autoestrada da Beira Interior, tutelada pelo Instituto de Mobilidade e Transportes, IP (IMT), entidade responsável pela gestão deste Contrato de Concessão.

Rede Nacional Complementar (Estradas Nacionais-EN):

EN343, entre o limite nascente do núcleo urbano do Fundão e o entroncamento com as EENN345 classificada e desclassificada, também a nascente;

EN345, entre o entroncamento com a EN343 e a EN345 desclassificada, a poente e as EENN346 classificada e desclassificada;

EN346, entre o entroncamento com a EN345 e a EN346 desclassificada e o limite nascente do município com o município de Penamacor.

Estradas Regionais, sob a responsabilidade da IP:

ER112, delimita a freguesia municipal de Janeiro de Cima e Bogas de Baixo, a sul;

ER238, atravessa o limite poente do município entre a Covilhã e Oleiros;

Estradas desclassificadas, sob a jurisdição IP:

EN18, decorre paralelamente ao 1P2/A23 entre o limite municipal com o município de Castelo Branco e a freguesia de Alpedrinha;

EN18-6, entre a estação ferroviária de Castelo Novo e o entroncamento com a EN18;

EN343, entre as proximidades à estação ferroviária do Fundão e o início da EN343;

EN345, decorre entre o entroncamento com as EENN343 e 345 e a freguesia de Alcaide e entre o centro da localidade de Capinha e o entroncamento com as EENN345 e 346;

EN345-3, entre o apeadeiro de Fatela-Penamacor e o entroncamento com a EN345 desclassificada;

EN345-4, entre o apeadeiro de Alcaide e o entroncamento com a EN345 desclassificada;

EN346, decorre entre a freguesia de Alcaria e o início da EN345 na localidade de Capinha;

EN352, decorre na freguesia de Souto da Casa e o limita municipal a sul, com o município de Castelo Branco.

- **Rede Municipal**, constituída pelas restantes estradas e caminhos (EM, CM e vias não classificadas). As restantes vias no concelho, não classificadas pelo PRN e transferidas para a autarquia, pertencem ao património viário municipal.

A lei n.º 34/2015, de 27 de abril, aprova o novo Estatuto da Rede rodoviária Nacional (EERRN), cujo âmbito de aplicação se estende também às estradas regionais (ER) e às estradas nacionais (EN) desclassificadas, ainda não entregues ao município. Este diploma, que revoga a Lei n.º 2037, de 19 de agosto de 1949, estabelece zonas de servidão *non aedificandi* aplicáveis à Rede Rodoviária Nacional, Estradas Regionais e Estradas Nacionais Desclassificadas (art.º 32º).

Relativamente à Rede Nacional Fundamental, o concelho é atravessado pelos lanços e acessos entre Castelo Branco e Covilhã do IP2/A23, no sentido sul-norte, entre os limites municipais com os municípios de Castelo Branco e da Covilhã, respetivamente, integrado na Concessão Beira Interior, Concessão do Estado tutelada pelo Instituto de Mobilidade e Transportes. A região central do território concelhio é atravessada longitudinalmente por esta via, integrada na Rede Nacional de Autoestradas – que serve a Sede de Concelho a uma distância reduzida (através de dois nós de acesso, um dos quais, situado a Norte da Cidade junto à Zona Industrial) e assume, naturalmente um papel fundamental ao nível das suas acessibilidades externas.

Este IP estabelece ainda dois outros nós de acesso à rede local – o Nó de Castelo Novo, com a ant. EN18 e com a EM523; o Nó de Soalheira, com ligação à ant. EN18 e à EM524 – que assim possibilitam o desempenho de funções relevantes a nível Intra concelhio, constituindo um eixo estruturante no contexto da rede.

Um **eixo viário com elevada importância na estrutura da rede concelhia**, desenvolve-se na direção Nordeste a partir da Cidade do Fundão. Para além das ligações exteriores asseguradas (ver ponto anterior), **a nível interno**, estes troços assumem funções bastante diferenciadas em termos de importância:

- **EN343** entre o limite nascente do núcleo urbano do Fundão e o entroncamento com as EENN345 classificada e desclassificada, também a nascente;
- **EN345** entre o entroncamento com a EN343 e a EN345 desclassificada, a poente e as EENN346 classificada e desclassificada;

- **EN346** entre o entroncamento com a EN345 e a EN346 desclassificada e o limite nascente do município com o município de Penamacor.

A categoria das Estradas Regionais sob responsabilidade da IP, integra os seguintes troços:

- **ER112** delimita a freguesia municipal de Janeiro de Cima e Bogas de Baixo, a sul;
- **ER238**, atravessa o limite poente do município entre a Covilhã e Oleiros;. O troço entre o km 118,2 e o km 140,0 encontra-se sob jurisdição do município do Fundão, de acordo com o auto de transferência de 23/10/97)

No que diz respeito ao conjunto Estradas desclassificadas, sob a jurisdição IP , este integra diversos troços, destacando-se pelas funções desempenhadas os seguintes:

- **EN18**, decorre paralelamente ao 1P2/A23 entre o limite municipal com o município de Castelo Branco e a freguesia de Alpedrinha;
- **EN18-6**, entre a estação ferroviária de Castelo Novo e o entroncamento com a EN18;
- **EN343,** entre as proximidades à estação ferroviária do Fundão e o início da EN343;
- **EN345,** decorre entre o entroncamento com as EENN343 e 345 e a freguesia de Alcaide e entre o centro da localidade de Capinha e o entroncamento com as EENN345 e 346;
- **EN345-3**, entre o apeadeiro de Fatela-Penamacor e o entroncamento com a EN345 desclassificada;
- **EN345-4**, entre o apeadeiro de Alcaide e o entroncamento com a EN345 desclassificada;
- **EN346**, decorre entre a freguesia de Alcaria e o início da EN345 na localidade de Capinha;
- **EN352**, decorre na freguesia de Souto da Casa e o limita municipal a sul, com o município de Castelo Branco.

Refira-se que, no que diz respeito aos troços desclassificados/ a desclassificar, a implementação do PRN2000, resultante de opções estratégicas de planeamento (nalguns casos, já previstas no âmbito de PRN anteriores) tem como consequência uma redução significativa do número e extensão dos troços integrados na Rede Nacional através da sua municipalização.

Atendendo ao prazo de vigência da presente Revisão do PDM e sendo expectável que a sua passagem à competência da autarquia venha a ocorrer ao longo desse período, considerou-se desde já, para efeitos de análise, a totalidade das **estradas nacionais desclassificadas** (antigas EN) **como parte integrante da Rede Municipal**.

Por iniciativa da CM, através de protocolos celebrados com o EP, foram já **transferidos para a autarquia diversos troços viários** – **EN18** (km 51.000/58.100); **EN18-5**; **EN238** (km

118.200/140.000); **EN239**; **EN343** (km 32.130/41.625); **EN345** (km 18.607/24.200); **EN346** (km 0.000/1.640) –, permitindo uma maior capacidade de intervenção da autarquia e a implementação de soluções e medidas ajustadas às necessidades locais.

Por fim, no que diz respeito à Rede Municipal, é de salientar que a classificação administrativa em vigor resulta de legislação antiga – DL n.º 42271, de 20/5/59 e DL n.º 45552, de 30/1/64 – e desajustada face à evolução entretanto verificada, o que tem como consequência a existência de um elevado número de **vias sem classificação atribuída**, as quais, para efeitos de análise, entendemos designar através de letras (vias A a X).

A **restante Rede Municipal** abrange um conjunto de vias bastante heterogéneo, quer em termos físicos, quer funcionais, sendo sobretudo de realçar a sua importância ao nível das deslocações Intra concelhias, nomeadamente no acesso às sedes de freguesia e, complementarmente, a alguns lugares de menor importância. Pelas funções desempenhadas, destacam-se as seguintes:

Na região Poente

- as **EM 511 e 512-1** que, a partir da ER238, servem acessibilidades ao complexo mineiro da Panasqueira (Conc. da Covilhã), sendo de mencionar, no caso desta última, a intervenção de recuperação/requalificação do "Bairro Chinês" (antigo bairro operário das Lavarias da Panasqueira), integrada no "Projeto Rio" que, entre outras valências, prevê a instalação de um Albergue de Juventude;
- a **EM517** que percorre o maciço central da Serra da Gardunha, servindo diretamente a freguesia de Bogas de Cima e a acessibilidade a diversos lugares através de ramificações asseguradas por caminhos municipais: Bogas do Meio (EM517), Descoberto e Maxial (CM1059), Boxinos (CM1061), Açor e Enxabarda (CM1063);
- a **EM518** que efetua a ligação a Janeiro de Cima (integrada na "Rota das Aldeias de Xisto"), estando em fase de conclusão (Via Q) uma ligação exterior ao Concelho de Pampilhosa da Serra (Janeiro de Baixo), beneficiando da recente construção de uma ponte sobre o Rio Zêzere;
- a **EM519** que liga a ER238 a Bogas de Baixo, possibilitando ainda um acesso alternativo ao lugar de Maxial através de uma via não pavimentada (CM1058);
- o **CM1044**, que efetua uma ligação secundária ao Concelho de Pampilhosa da Serra através de Dornelas do Zêzere (EM545).

Na região Central

a **EM515** que, no seu **troço Norte** (LC Covilhã - ant. EN343/prox. de Telhado) estabelece uma acessibilidade exterior com relevância a nível local (v.g. Tortosendo), beneficiando de excelentes características e da recente construção de uma ponte sobre o Rio Zêzere, entre Peso e Pesinho; relativamente ao seu troço Sul (Telhado - Freixial - ER238), apesar de o seu traçado estabelecer continuidade ao da ant. EN352, o facto de este último troço (aproximadamente 1.7km) não se encontrar pavimentado, impede o desempenho de quaisquer funções relevantes, facto que será colmatado com a planeada implementação da Variante Norte ao Fundão – ligação entre a ant. EN18 (Nó de Alcaria do IP2/A23), a ant. EN343 e a ER238 (troço Castelejo - Souto da Casa) –, conforme se analisará mais adiante;

- a **EM516** que serve as freguesias de Aldeia de Joanes e de Aldeia Nova do Cabo, constituindo um eixo de características acentuadamente urbanas, inserindo-se estes dois núcleos na periferia imediata à Cidade do Fundão;
- as **EM 521 e 522** que efetuam a ligação às sedes de freguesia de Alcongosta, Donas e Alcaide, neste caso, através da continuidade assegurada pela ant. EN345-4 a partir da Estação de CF;
- as **vias não classificadas** - vias E e G, que estabelecem a conexão entre o Nó do Fundão do IP2/A23, a EM522 (lig. à ant. EN18 e a Donas) e a EN343 (Carvalhal); e a via Z, que Corresponde à nova variante do Fundão, que facilita o escoamento do tráfego de atravessamento pela Cidade.

Na região Norte

- as **EM 570 e 570-1** que, para além das relevantes funções de acessibilidade externa já mencionadas, asseguram a ligação às freguesias de Salgueiro e Escarigo a partir da ant. EN345, junto à Ponte de Meimoa (EENN343/346);
- a **Via C** que, a partir do lugar de Carvalhal, liga a EN343 à ant. EN346, nas proximidades de Pêro Viseu.

Na região Nascente

- o **CM1074** que atravessa transversalmente parte considerável desta zona, servindo as freguesias de Enxames (via H) e Mata da Rainha (EM561), sendo a sua continuidade assegurada pela **Via N** na ligação externa a Ald. de Sta. Margarida e à ant. EN233 (Conc. de Idanha-a-Nova);
- o **eixo** formado pelo **troço Norte da EM561** (recentemente pavimentado em parte da sua extensão) pela **Via M** e pelo **CM1075**, que estabelece uma diagonal entre a EN346 e a ant. EN239 em Vale de Prazeres, ou seja, entre as regiões Nordeste e Sul do território,

servindo ainda um número significativo de lugares ao longo do seu trajeto: Quintas da Torre, Póvoa da Palhaça, Catrão, Quinta do Monte Leal e Cortiçada;

- o **eixo** constituído pela **EM561-1**, pelo **troço Sul da EM561** (Martianas - Orca/ant. EN239) e pela **EM558-1**, que atravessa tangencialmente o território concelhio entre os limites com os concelhos de Penamacor (ligação à ant. EN233, via Aldeia de Sta. Margarida) e de Castelo Branco, estabelecendo a Sul ligação ao IP2/A23 através do Nó de Lardosa;
- a **ant. EN18-5** (ramal de ligação à Estação CF de Alpedrinha) **e o CM1079**, que serve as Termas da Touca.

Na região Sul

- as **EM 523 e 524** que estabelecem conexões diretas com o IP2/A23 e servem acessibilidades às freguesias de Castelo Novo e Soalheira, respetivamente;
- a **EM560** no acesso às freguesias de Póvoa da Atalaia (EM560-1) e de Atalaia do Campo, sendo a sua continuidade assegurada pela **Via V** (não classificada) na ligação ao lugar de Zebras e à EM558-1;
- o **CM1086** que atravessa tangencialmente o extremo Sul do território, efetuando a ligação entre a ant. EN18, Louriçal do Campo (EM524) e a ant. EN352 (S. Vicente da Beira).

13.2.2 Inserção Nacional, Regional e Local

13.2.2.1 Principais Ligações à Rede Exterior

As funções desempenhadas pelas vias, nomeadamente no que se refere aos níveis de acessibilidades servidos, apresentam-se como fator determinante no estabelecimento da sua adequada hierarquização, devendo ser analisada a sua adequação à estrutura, características e importância dos troços que a constituem.

Deste modo, a análise da sua inserção na rede exterior assume papel fundamental na compreensão das relações estabelecidas com os principais polos de geração/atração de deslocações, relacionadas, em larga medida, com a qualidade das ligações existentes, sendo de salientar os seguintes aspetos:

- Situado na sub-região das Beiras e Serra da Estrela, o concelho do Fundão é atravessado longitudinalmente, na sua zona central, **pelo IP2/A23** (SCUTVIAS), o qual, atendendo à estrutura da rede viária existente, à localização dos principais polos de importância nacional e regional e, ainda, aos condicionamentos de natureza geomorfológica existentes a Poente – impostos pelo efeito barreira provocado pelo principal sistema montanhoso nacional – assegura, naturalmente, as suas **principais acessibilidades exteriores a diversos níveis**;

- Para além dos dois nós de acesso à Cidade do Fundão – um dos quais (Nó de Alçaria) servindo a sua Zona Industrial –, este Itinerário Principal, que se desenvolve com um traçado aproximado ao da antiga EN1836, estabelece ainda duas outras ligações locais à rede concelhia através dos nós de Soalheira e de Castelo Novo, ambos situados na região sul;

- Na **direção Nascente**, as principais acessibilidades exteriores, de nível regional e local, são asseguradas **pelo eixo formado pela EN343** (Fundão - Fatela - EN345), **EN345** (Pte. de Meimoa/EN346 - EN343) **e EN346** (Pte. de Meimoa/EN345 - Penamacor) que, a partir da Sede de Concelho, serve acessibilidades ao **concelho limítrofe de Penamacor** e, pela sua conexão com a EN233, à região raiana situada a Norte, nomeadamente ao **Sabugal** – opcionalmente, em articulação com as EM570-1 (EN345/prox. Pte. de Meimoa - Escarigo) e EM570 (troço Escarigo - Benquerença - Meimoa/EN233) – constituindo, em virtude do encurtamento significativo em termos de trajeto a percorrer, uma **alternativa válida de ligação à fronteira de Vilar Formoso**;

- Por seu turno, a **ER238**[37] (troço Orvalho/ER112 - Fundão) assegura as **principais ligações na direção Sudoeste**, contornando o maciço central da Serra da Gardunha e servindo, essencialmente, acessibilidades de nível local aos concelhos de **Pampilhosa da Serra e Oleiros**;

- No que diz respeito às **acessibilidades de âmbito ao Litoral Centro** (p.e. Coimbra), apesar da ligação assegurada via Pampilhosa da Serra representar o percurso de menor extensão, o facto de envolver a utilização de vias com características deficientes (sobretudo, com um traçado bastante acidentado e sinuoso) implica que, a articulação entre o IP2/A23 e o IC8 constitua (apesar da maior distância relativa) uma alternativa de eficácia acrescida em termos de mobilidade e conforto de utilização;

- Tendo por referência a região central do território e, logo, a Sede de Concelho, saliente-se ainda a importância assumida pela **antiga EN239** (ant.. EN18 - Vale de Prazeres - Orca - S. Miguel de Acha/ant. EN233), que serve acessibilidades locais ao **Concelho de Idanha-a-Nova e**, ainda, a **Espanha**, através das fronteiras de Termas de Monfortinho (EN239 (IC31)) e Segura.

Relativamente à **antiga EN18** – num passado recente a via mais importante da Rede Nacional que servia o Concelho –, na sequência da entrada em serviço do IP2/A23 (que se desenvolve com um

[36] Via desclassificada/a desclassificar no âmbito do PRN2000 (Dec. Lei n.º 222/98, de 17 de julho, alterado pela Lei n.º 98/99, de 26 de julho, e pelo Dec. Lei n.º 182/2003, de 16 de agosto);

37 Via integrada na categoria das Estradas Regionais;

traçado aproximadamente paralelo) verificou-se uma nítida perda de importância das funções desempenhadas a este nível, assumindo-se sobretudo como eixo distribuidor a nível interno.

Das restantes vias, destacam-se as funções desempenhadas pela **antiga EN343** (troço Paul/ant. EN343-1 - LC Covilhã - Telhado - Fundão), que constitui a ligação mais direta à Serra da Estrela (via EN230 (IC6)) e ao corredor do IC7/EN17 ("Estrada da Beira"), e pela **EM570** (troço Escarigo - LC Penamacor - Benquerença - Meimoa/EN233) que, **em conjunto com a EM570-1**, serve a acessibilidade mais favorável ao Sabugal e à "Estrada da Raia" (EN233/233-3/232).

Quadro 66: Principais Ligações à Rede Exterior

Via	Principais Ligações Asseguradas (Nível)		
	Nacional / Internacional	**Regional**	**Local**
IP2/A23	Lisboa Região Sul Litoral Centro (via IC8) Porto Região Norte Front. de Vilar Formoso	Castelo Branco Portalegre Guarda Interior Norte	Covilhã Belmonte Idanha-a-Nova
EN346 1)	Front. de Rio Torto (ER346) Front. de Vilar Formoso 2)		Penamacor Sabugal
ER238	Litoral Centro	Pinhal Interior	Pampilhosa da Serra Oleiros
ant. EN18		Castelo Branco	Covilhã
ant. EN239	Front. de T. Monfortinho		Idanha-a-Nova
ant. EN343		Serra da Estrela 3)	
EM570			Sabugal

1) Eixo EENN343/345/346; 2) Alternativa via EN's 233/233-3/232; 3) Via EN230 (IC6);

Fonte: NRV

Para além destas, existe ainda um conjunto significativo de vias municipais que asseguram ligações exteriores de importância nitidamente inferior a nível concelhio, servindo sobretudo o acesso de algumas zonas mais periféricas aos concelhos limítrofes de Castelo Branco (ant. EN352, EM 524 e 558-1 e CM1086), Pampilhosa da Serra (CM1044 e Via Q[38]), Covilhã (EM511, 512-1 e 515 e CM1046), Belmonte (EM570, troço ant. EN345/prox. Caria - Escarigo), Penamacor e Idanha-a-Nova (EM561-1 e Via N).

13.2.2.2 Análise das Acessibilidades Externas

A acessibilidade entre dois locais é sempre determinada em função da distância e das características das infraestruturas viárias que os unem. Assim, a análise que seguidamente se apresenta foi efetuada tendo por base estes dois elementos, procurando traduzir as acessibilidades mais favoráveis servidas

[38] Sem classificação administrativa atribuída;

pelo conjunto de vias existente, apresentando-se no **Erro! A origem da referência não foi e ncontrada.** as distâncias registadas entre a Cidade do Fundão e os principais polos geradores de importância nacional, regional e local.

Assim, é possível constatar o **reduzido grau de acessibilidade** relativamente **aos principais polos de importância nacional**, fator que deriva quer da elevada distância a que estes se encontram – decorrente da sua localização geográfica –, quer das deficientes condições de mobilidade oferecidas por algumas das infraestruturas viárias que servem as respetivas ligações.

Estas condições, manifestam-se **sobretudo ao nível das ligações ao Litoral Centro e Norte**, com fatores de ordem geomorfológica – impostos pelo efeito barreira provocado pelo principal sistema montanhoso nacional – a condicionarem a existência de ligações diretas adequadas, uma vez que, as **acessibilidades a Sul e ao Interior Norte apresentam características bastante mais favoráveis**, beneficiando da recente implementação de algumas infraestruturas de enorme importância no desenvolvimento da região.

Quadro 67: Distâncias da Sede de Concelho aos Principais Polos Geradores

Nível Hierárquico	Designação	Distância (km)	Principais Vias Utilizadas
Polos Nacionais^{o}	Lisboa	255	IP2/A23, IP5/A25, IP1/A1
	Porto	260	IP2/A23, IP5/ A25, IP1/A1
	Coimbra	185	IP2/A23, IC8, IC3/EN110
	"	155	ER238, ER/EN112, EN/ER2, EN17
Polos Regionais	Castelo Branco	40	IP2/A23
	Guarda	60	IP2/A23
	Viseu	135	IP2/A23, IP5/ A25
	Portalegre	120	IP2/A23, IP2
Polos Locais	Covilhã	28	IP2/A23
	"	20	ant. EN18
	Belmonte	36	IP2/A23
	Sabugal 1)	56	EENN343/345, EM's 570-1/570, EN233
	Penamacor	33	EENN343/345/346
	Idanha-a-Nova 2)	47	IP2/A23, ant EENN18-7/233, EN353
	Oleiros	78	ER238, ER112, ER238
	Pampilhosa da Serra	72	EERR238/112
Fronteiras	Vilar Formoso 3)	95	IP2/A23, IP5/A25
	Rio Torto	45	EN's 343/345/346, ER346
	Termas de Monfortinho	70	ant. EN's 18, 239, IC31/EN239

1) 65km via Penamacor; 2) 45km via ant. EN239; 3) 105km via Sabugal;

Fonte: NRV

Destaque para a A23 (IP2 e IP5), que veio introduzir uma melhoria significativa nas acessibilidades externas concelhias, com destaque para a Região de Lisboa mas, também relativamente à Região Norte – pela sua articulação com o IP5/ A25 (Nó da Guarda).

Com efeito, as acessibilidades **a Lisboa e ao Porto** são asseguradas por itinerários principais (IP) integrados na Rede Nacional de Autoestradas os quais, o IP5/A25 (Ascendi Beiras Litoral e Alta, Auto Estradas das Beiras Litoral e Alta, S. A.), que garante elevados padrões de mobilidade, beneficiando o Concelho do Fundão duma localização privilegiada relativamente ao IP2/A23, que atravessa longitudinalmente a sua região central, estabelecendo, tal como anteriormente referido, quatro nós de ligação à rede concelhia, dois dos quais na proximidade imediata à Sede de Concelho.

No que diz respeito **ao litoral centro**, a ligação mais direta que serve as sub-regiões das Beiras e Serra da Estrela – a EN230 (IC6) – apresenta características bastante desfavoráveis, constituindo, presentemente, o IP5/A25 (a Norte) e o IC8 (a Sul) as alternativas mais favoráveis em termos de mobilidade e conforto de utilização.

A nível regional, e considerando o facto dos dois polos de maior atratividade - Castelo Branco e Guarda - se situarem a uma distância moderada, beneficiando de ligações eficazes através do IP2/A23, o **grau de acessibilidade** situa-se entre um padrão **elevado** – relativamente a estes - **a médio**, sendo de referir que, tendo em atenção a dimensão do território concelhio e a estrutura interna da sua rede viária, este grau de acessibilidade diminui substancialmente nas zonas com maiores limitações de acesso a este eixo viário.

Relativamente aos **restantes polos regionais**, as distâncias consideráveis a que se encontram e as características de parte das vias utilizadas, implicam a consideração de uma **acessibilidade média**, assumindo, no entanto, uma menor importância no âmbito das deslocações concelhias.

Quanto à **acessibilidade local**, traduzida nas ligações às sedes dos restantes concelhos limítrofes, esta é bastante diferenciada, devendo ser considerada como **elevada relativamente à Covilhã** – que assume uma importância destacada neste contexto, dispondo de duas alternativas de acesso bastante satisfatórias –, **média** nos casos de Penamacor, Belmonte e, mesmo, Idanha-a-Nova – **e reduzida** nos restantes, tendo em conta as distâncias registadas e, sobretudo, as condições de mobilidade oferecidas pelas vias utilizadas, face ao tipo de relações de proximidade naturalmente existentes.

Por último, assinale-se a favorável acessibilidade verificada relativamente à **fronteira internacional de Vilar Formoso**, beneficiando, do serviço do IP5/A25 a nascente do nó da Guarda, aspeto que assume uma relevância muito significativa como fator de desenvolvimento económico do concelho e da região em que se insere.

Quanto às **duas outras fronteiras terrestres** mais próximas, estabelecidas a partir dos concelhos de Penamacor (Rio Torto) e de Idanha-a-Nova (Termas de Monfortinho), estas assumem uma menor importância, constituindo, ainda assim, alternativas razoáveis de conexão à rede viária espanhola através de vias de hierarquia regional.

Importa referir que a análise atrás efetuada teve por referência a **Sede de Concelho**, que beneficia duma **localização territorial central** e, sobretudo, da **proximidade direta ao IP2/A23**, eixo rodoviário mais importante em termos de ligações externas.

Deste modo, estes padrões de acessibilidade são bastante diferenciados a nível territorial, diminuindo significativamente nas zonas mais periféricas e com conexões menos favoráveis aos eixos de hierarquia superior que asseguram estas acessibilidades.

Por outro lado, a **orografia desfavorável de parte do território** constitui igualmente um fator penalizante, afetando as características de traçado das vias e, logo, das suas condições de mobilidade. Genericamente, podem considerar-se as regiões Sudoeste e Nordeste como as mais desfavorecidas a este nível.

13.2.3 Rede Viária Concelhia

13.2.3.1 Caracterização Física

Extensões Viárias

A rede viária objeto de inventário englobou a totalidade dos troços que desempenham funções relevantes no contexto da rede concelhia, nomeadamente todos os que asseguram acessibilidades a aglomerados urbanos, não se considerando relevante nem conveniente, neste âmbito, a consideração de vias com funções exclusivamente urbanas, de acesso local a propriedades isoladas ou integradas na rede florestal.

Quadro 68: Extensões Viárias por Categoria Administrativa

Tipos de Vias	Extensão (km)	
Rede Rodoviária Nacional	**192,3**	**44,6%**
Rede Nacional Fundamental (IP)	25,9	13,5%
Rede Nacional Complementar (EN)	23,9	12,4%
Estradas Regionais (ER)	45,8	23,8%
Estradas Nacionais Desclassificadas	96,7	50,3%
Rede Municipal	**238,8**	**55,4%**
Estradas Municipais (EM)	94,1	39,4%
Caminhos Municipais (1)	144,7	60,6%
Total	**431,1**	

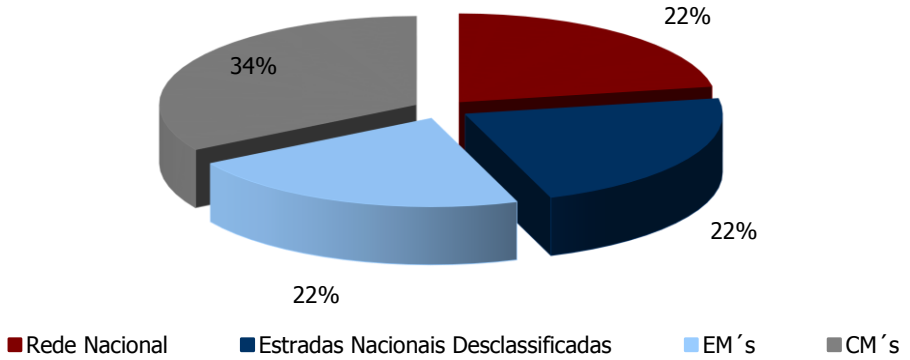
(1) Engloba as vias não classificadas

Fonte: NRV

Assim, a **extensão total** da rede considerada é da ordem dos **431,1 km**, a que corresponde uma **densidade viária** global de **615m/km²**, valor que se deve considerar como elevado, tendo em conta a dimensão do Concelho e as suas características rurais, com inúmeras áreas de reduzida densidade, traduzindo, deste modo, um grau de cobertura territorial satisfatório. Globalmente, a região Poente, com uma estrutura viária mais rarefeita e maiores condicionalismos de ordem geomorfológica, apresenta as principais insuficiências a este nível.

Apesar da considerável extensão dos troços desclassificados/a desclassificar (quase 97km), a sua **repartição relativamente à categoria administrativa** denota, ainda assim, a relevância assumida pelas **vias da Rede Nacional** (22,4% do total) na estrutura da rede, as quais, tal como anteriormente salientámos, desempenham um papel fundamental, quer ao nível das acessibilidades externas, quer da distribuição de diversas deslocações Intra concelhias.

Figura 35: Estrutura Administrativa da Rede Viária Concelhia



Fonte: NRV

Esta estrutura traduz, desde já, o cenário resultante da **municipalização da totalidade dos troços desclassificados** (antigas EN) – acauteladas previamente as necessárias intervenções de beneficiação (tal como disposto no PRN2000) – o que representará, em termos globais, um aumento da ordem dos 42% relativamente à extensão da Rede Municipal e, consequentemente, **atribuições e competências acrescidas para a autarquia** ao nível da sua gestão, exploração e manutenção, circunstância que se poderá acentuar caso se venha igualmente a verificar a municipalização da ER238, integrada na categoria das Estradas Regionais[39].

Contudo, importa referir que, tendo em conta as funções relativamente limitadas desempenhadas pelo IP2/A23 (27% do total da Rede Nacional) no âmbito das deslocações Intra concelhias – condicionados pela acessibilidade proporcionada pelos respetivos nós de ligação à rede local –, esta distribuição é **reveladora de um certo défice de troços de hierarquia superior**.

No que diz respeito à Cidade da Fundão (destacadamente, o principal polo gerador), as suas condições de acessibilidade e de mobilidade beneficiam da configuração da rede, com os eixos viários mais importantes a desenvolverem-se radialmente a partir do seu perímetro, servindo, portanto, de forma adequada as principais deslocações concelhias, quer a nível interno, quer no estabelecimento das mais relevantes ligações ao exterior.

Por seu turno, o grau de cobertura proporcionado pelas **restantes vias municipais** (perfazendo cerca de 238,8km) é bastante significativo, servindo diversas sedes de freguesia e, complementarmente, através de troços de hierarquia inferior, no acesso a lugares de menor dimensão, ou na interligação entre troços de maior importância na estrutura da rede.

Pavimentação

O tipo e o estado de conservação dos pavimentos constituem importantes fatores na avaliação qualitativa da rede, com repercussões ao nível da sua capacidade, segurança, economia e conforto de utilização. Com o objetivo de caracterizar a rede viária concelhia relativamente a estes aspetos, bem como às suas características geométricas, foi efetuado um levantamento exaustivo, conforme representado na respetiva peça desenhada, consistindo na recolha de elementos respeitantes a troços homogéneos significativos.

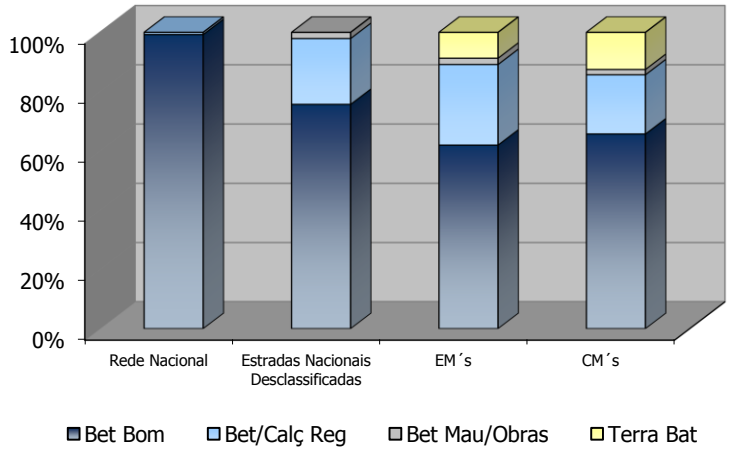
[39] Tal como previsto no Artigo 13º da Lei n.º 98/99, primeira alteração do Decreto-Lei n.º 222/98 (PRN2000);

O quadro seguinte apresenta uma síntese deste inventário, incluindo ainda a identificação das acessibilidades servidas por cada um dos troços.

Da sua leitura, constata-se que a **quase totalidade** dos troços inventariados se encontra **pavimentada em betuminoso**, constituindo exceções os troços em calçada, de reduzida extensão, existentes no interior de alguns aglomerados, os quais representam apenas 2.4% do total.

Pela relevância que alguns deles apresentam no contexto da rede e, também, como elemento base ao desenvolvimento de propostas futuras de intervenção, foram igualmente considerados alguns troços **não pavimentados**, representando cerca de 6% do total (8.1% da Rede Municipal).

Figura 36: Estado de Conservação por Categoria Administrativa



Fonte: NRV

Quadro 69: Rede Viária Concelhia – Inventário Físico e Acessibilidades

Via	Extensão	Dimensões	Tipo e Estado do Pavimento *(km)*					Principais Ligações Asseguradas
	(km)	*larg. FR (m)*	BB	BR	BM/Ob	CR	TB	
Rede Nacional								
IP2/A23	25,9	2 x 7.5	25,9					LC COVILHÃ, Nó Alcaria (*Fundão Norte*), Nó Fundão, Nó Castelo Novo, Nó Soalheira, LC C. BRANCO
EN343	9,7	5.0 - 5.3	9,7					Fundão, Valverde, *Carvalhal*, Fatela, EN345
EN345	6,4	6,0	6,4					EN346 (*Pte de Meimoa*), CM1074 (prox Enxames), EN343 (prox Fatela)
EN346	7,8	6,0	7,8					EN345 (*Pte de Meimoa*), LC PENAMACOR
ER238	45,8	5.2 - 6.0	45,1			0,7		LC OLEIROS (prox Orvalho), EM519 (prox Bogas de Baixo), EM518, CM1060, Barroca, Silvares (EM511)
								Lavacolhos, Castelejo, ant. EN352, Souto da Casa, FUNDÃO
sub Total	**95,6**		**94,9**			**0,7**		
(Rede Nacional)	**22%**		*99%*			*1%*		
Rede Municipal								
ant. EN18	33,1	5.5 - 7.5 [1)]	33,1					LC COVILHÃ, ant. EN346 (prox Alcaria), IP2/A23 (Nó Alcaria), *Zona Industrial*, FUNDÃO (EN343/ER238)
								EM522 (lig A23, Nó Fundão), ant EN239 (prox V. Prazeres), Alpedrinha, EM523 (lig. A23 e Castelo Novo)
								EM524 (lig A23 e Soalheira), LC C. BRANCO (prox Nó de Lardosa da A23)
ant. EN18-5	1,0	5,0	1,0					Alpedrinha (ant. EN18), *Estação CF de Alpedrinha* (CM1079)
ant. EN18-6	0,5	5,0	0,5					ant EN18, *Est. CF de Castelo Novo* (EM560)
ant. EN239	14,4	4.8 - 5.0	13,9			0,5		ant EN18, Vale de Prazeres, Orca (EM's 561/558-1), LC IDANHA-A-NOVA
ant. EN343	9,5	5.0 - 7.0 [2)]	6,4	3,1				LC COVILHÃ, Telhado (EM515), Aldeia de Joanes (EM516), FUNDÃO
ant. EN345	7,6	6,2	2,2	5,0	0,4			Troço Norte: LC COVILHÃ, Capinha (ant. EN346), EM570-1, EENN345/346 (*Pte. Meimoa*)
"	6,7	4.5 - 5.0	6,7					Troço Sul: EENN343/345 (prox Fatela), ant EN345-4 (prox. Alcaide), ant. EN18
ant. EN345-4	1,9	4.5 - 5.0	0,3		1,6			ant. EN345, Alcaide, *Est. CF Alcaide* (EM522)
ant. EN346	14,9	5,5	9,1	5,8				Alcaria (CM1046), ant EN18, Pêroviseu, Capinha (ant EN345)
ant. EN352	7,1	5.2 - 6.0		7,1				ER238 (*Vale do Paloio), V. Mendinho, V. D'Urso*, LC C. BRANCO
sub Total	**96,7**		**73,2**	**21,0**	**2,0**	**0,5**		
(Estradas Nacionais Desclassificadas)	*29%*		*76%*	*22%*	*2%*	*0,5%*		
EM511	1,7	5.0 - 5.5	1,7					LC COVILHÃ (prox Ourondo), ER238 (Silvares)
EM512-1	3,5	5.0 - 6.0 [3)]	3,5					LC COVILHÃ, *Rio* (*Lavarias da Panasqueira*), ER238 (prox Silvares)
EM515	4,1	5.5 [4)]	4,1					Troço Norte: LC COVILHÃ (prox Peso/EM513), *Pesinho,* ant EN343 (prox Telhado)
"	5,0	3.5 - 4.0	3,2			0,1	1,7	Troço Sul: ant EN343 (Telhado), *Freixial* (CM1065), ER238 *(Vale do Paloio)*
EM516	3,1	4.0 - 4.5	0,7		0,8	1,6		ant EN343 (Aldeia de Joanes), Aldeia Nova do Cabo (CM1065), ER238 (*Cruzeiro*)
EM517	19,2	4.0 - 4.5	11,4	7,5	0,3			ER238 (prox Castelejo), *Enxabarda (prox)*, *Boxinos*, CM1059 (*M. Velha*), Bogas de Cima, CM1060, *Bogas do Mei*
EM518	3,3	4,5	3,3					ER238, Janeiro de Cima
EM519	0,7	4,5	0,5			0,2		ER238, Bogas de Baixo
EM520	0,4	n inv.	0,2			0,2		ER238, Barroca

1) A Norte do Fundão: PT=7.5m; PT=2x6.5m entre Zona Industrial e acesso ao Nó de Alcaria (IP2/A23); 2) Troço urbano Fundão - Ald. Joanes; 3) Pte Rio Zêzere c/PT=4.5m; 4) Nova Pte Rio Zêzere c/PT=6.2m;

Via	Extensão	Dimensões	Tipo e Estado do Pavimento *(km)*					Principais Ligações Asseguradas
	(km)	*larg. FR (m)*	BB	BR	BM/Ob	CR	TB	
EM521	2,2	4.5 - 5.0		2,0		0,2		ant. EN18, Alcongosta (CM's 1068/1270)
EM522	3,5	4,5	3,0			0,5		ant EN18, Via G (lig. A23, Nó do Fundão), Donas, *Teixugas, Chãos, ant EN345-4 (Est. CF Alcaide*)
EM523	2,9	4.5 - 6.8	2,9					ant EN18, IP2/A23 (Nó de Cast. Novo), Castelo Novo
EM524	3,7	4.0 - 5.0	2,3		0,9	0,5		LC C. BRANCO, Soalheira, ant. EN18, IP2/A23 (Nó de Soalheira), *Est. CF Soalheira*
EM524-1	2,8	5.0 [5)]	0,5				2,3	LC C. BRANCO (prox *S. Fiel*), Via U (lig Soalheira), ant EN18
EM558-1	5,3	4.5 - 5.2		5,3				LC C. BRANCO (prox *V. Torre*), Via V (prox *Zebras)* , Orca (ant EN239)
EM560	3,1	5,0	1,7	0,7		0,7		ant EN18-6 (*Est CF Castelo Novo*), Póvoa da Atalaia (EM560-1), Atalaia do Campo (Via V)
EM560-1	0,7	n inv.	0,5			0,2		EM560, Póvoa da Atalaia (*troço urbano*)
EM561	4,0	5,0	4,0					Troço Norte: EN346, *Quintas da Torre* (Via M)
"	10,3	4.8 [6)]	0,6	5,5			4,2	Troço Sul: Mata da Rainha (CM1074/Via N), *Martianas (* EM561-1), Orca (ant. EN239)
EM561-1	1,0	4,2	1,0					EM561 (*Martianas)* , LC PENAMACOR (lig. ant EN233, via Ald. Sta. Margarida)
EM570	4,2	4.2 - 4.5	4,2					LC BELMONTE, Escarigo (EM570-1), LC PENAMACOR
EM570-1	9,4	5,5	9,0			0,4		Escarigo (EM570), *Quintãs* , Salgueiro, ant EN345 (prox. *Pte. Meimoa*)
sub Total	**94,1**		**58,3**	**21,0**	**2,0**	**4,6**	**8,2**	
(EM's)	*28%*		*62%*	*22%*	*2%*	*5%*	*9%*	
CM1044	2,1	4,5		1,8	0,3			ER238 (prox Barroca), *Alqueidão* (prox), LC PAMP. SERRA (Dornelas do Zêzere)
CM1046	0,7	4.5 - 5.5	0,2	0,3		0,2		Alcaria (ant EN346), LC COVILHÃ (lig Dominguiso)
CM1056	1,1	6,0	1,1					Escarigo (EM570), *Barragem de Escarigo (Nave Redonda)*
CM1057	1,8	4,5	1,8					ER238, *Urgeiro* (Via Q)
CM1058	4,4	n inv.				0,8	3,6	Bogas de Baixo (EM519), CM1059 (*Maxial)*
CM1059	10,5	4.0 - 4.5	7,3				3,2	*Ladeira,* CM1058 (*Maxial), Descoberto,* EM517 (*Malhada Velha)*
CM1060	2,3	4.0 - 4.5			2,3			ER238, EM517 (Bogas de Cima)
CM1061	0,5	n inv.	0,3			0,2		EM517, *Boxinos*
CM1063	3,0	4,0	3,0					EM517, *Enxabarda; Açor, EM517 (2 troços)*
CM1065	2,7	4,5	2,7					EM515 (*Freixial)* , Aldeia Nova do Cabo (EM516)
CM1068	5,7	4,0	5,1			0,6		ER238 (Souto da Casa), *Qta da Serrana,* Alcongosta (EM521)
CM1070	2,2	4.0 - 5.0	1,2	0,9		0,1		ant EN18, *Qta das Pedralvas,* Alcongosta (EM521)
CM1073	2,1	3.5 - 4.0				0,6	1,5	ant. EN18, *Serra, S. Macário* , ant. EN345-4 (prox Alcaide)
CM1074	12,5	4,0	7,6	4,9				EN345, Enxames (prox), CM1075, Mata da Rainha (EM561)
CM1075	9,9	5,0	9,9					Vale de Prazeres (ant. EN239), *Cortiçada, Qta. Mte. Leal, Catrão,* CM1074, *Póvoa da Palhaça* (Via M)
CM1076	0,7	n inv.	0,7					ant EN346, *Vales de Peroviseu* (*troço urbano*)
CM1077	5,1	n inv.					5,1	EN346, *Vale da Água* (Via K), *Rapoula,* EM561 (*Quintas da Torre*)
CM1079	6,7	4.0 - 4.5		6,7				ant EN18-5 (*Est CF Alpedrinha*), *Termas da Touca* , ant. EN239

5) PT do troço pavimentado (continuidade da Via U); 6) Troço Martinas (EM561-1) - Orca (ant EN239);

Via	Extensão	Dimensões	Tipo e Estado do Pavimento *(km)*					Principais Ligações Asseguradas
	(km)	*larg. FR (m)*	BB	BR	BM/Ob	CR	TB	
CM1083	1,9	5.0 - 6.0	1,7			0,2		ant EN18, Soalheira (EM524)
CM1086	3,2	5,2	3,2					ant EN18, LC C. BRANCO (lig EM524)
CM1232	0,9	4.0 - 5.0				0,9		ER238 (Castelejo), *Santa Luzia*
Vias n/Classificadas								
A	1,2	5,0	1,2					ant EN18 (*Qta dos Paredões*), ant EN346
B	2,7	3.5 - 4.0		2,7				ant EN343, *"Quintas de S. José"* (*Caminho da Seixinha*)
C	6,9	4.0 - 4.5	4,9	2,0				EN343 (*Carvalhal),* ant. EN346 (prox. Pêroviseu)
D	1,5	4,5		1,5				ant EN346 (prox. Capinha), *Barragem da Capinha*
E	2,6	5.5 - 7.0	2,6					EN343 *(Carvalhal),* Via F, Via G (lig A23, Nó do Fundão), EM522 (*Teixugas)*
F	0,8	5,0	0,8					Valverde (EN343), Via E (*troço urbano*)
G	1,1	7,0	1,1					EM522 (prox Donas), IP2/A23 (Nó do Fundão Sul), Via E
H	2,4	4,0		2,2		0,2		CM1074, Enxames, Via I, *Sra do Fastio*, CM1074
I	2,4	5,0	2,4					Enxames, *Amieiro Alto,* EN345 (prox *Pte dos Enxames*)
J	1,6	3,0	1,6					Via I, *Valongo*
K	5,1	4,0	2,8			0,3	2,0	Enxames (Via H), *Semedas,* CM1077 (*Vale da Água*)
L	1,2	n inv.	1,2					CM1074, *Vale da Teresa*
M	3,2	4,5	3,2					CM1075 (*Póvoa da Palhaça*), EM561 (*Quintas da Torre*)
N	1,1	4,2	1,1					Mata da Rainha (EM561), LC PENAMACOR
O	0,8	4,0		0,8				CM1044, *Alqueidão*
P	2,7	n inv.					2,7	EM518 (prox Janeiro de Cima), LC PAMP. SERRA (*Porto de Vacas/CM1048)*
Q	3,8	4.5 - 5.0	3,5			0,3		Janeiro de Cima (EM518), LC PAMP. SERRA (*Pte. Rio Zêzere*), CM1057 (*Urgeiro)*
R	0,7	n inv.	0,7					ant EN352 (prox *V. Mendinho*), *Serrado*
S	0,7	n inv.		0,7				ant. EN352, *Casal de Alvaro Pires*
T	1,2	5,0	1,2					EM523, Águas Fonte do Alardo ("Variante a Castelo Novo")
U	1,5	5,0	1,5					Soalheira (CM1083), EM524-1 (lig *S. Fiel*)
V	6,2	4.0 - 5.0	6,2					Atalaia do Campo (EM560), EM558-1 (*Zebras)*
W	2,7	3.0 - 3.5	2,7					Soalheira (EM524), CM1086
X	7,8	3.0 - 3.5	7,8					ant. EN 343, ER238 (Lavacolhos e Silvares)
Z	2,8	2 X 3.5	2,8					ant. EN 18 (circular urbana do Fundão)
sub Total	**144,7**		**95,1**	**24,5**	**2,6**	**4,4**	**18,1**	
(CM´s + vias n/Class.)	*43%*		*66%*	*17%*	*2%*	*3%*	*13%*	
sub Total	**335,5**		**226,6**	**66,5**	**6,6**	**9,5**	**26,3**	
(Rede Municipal)	**78%**		*68%*	*20%*	*2%*	*3%*	*8%*	
TOTAL	**431,1**		***321,5***	***66,5***	***6,6***	***10,2***	***26,3***	
			75%	*15%*	*2%*	*2%*	*6%*	

Tipo e Estado de Conservação dos Pavimentos *: BB - Betuminoso Bom; BR - idem Regular; BM - idem Mau; CR - Calçada Regular; TB/Ob - Terra Batida ou Obras*

Relativamente ao seu **estado de conservação** verifica-se que, globalmente, a **maioria** dos troços que a constituem se apresentam em **bom** (BB = 74% do total) **ou regular** (BR + CR = 18%) **estado**, configurando um cenário francamente positivo. Contudo, importará distinguir aquilo que sucede relativamente aos diferentes níveis hierárquicos administrativos.

Assim, são de salientar as **excelentes condições** de manutenção apresentadas pela totalidade das **vias da Rede Nacional**, bem como de parte muito significativa das **EN desclassificadas**, neste caso, com 76% dos troços em bom estado de conservação.

Já relativamente à **restante Rede Municipal** (EM, CM e vias não classificadas), verifica-se que uma **significativa extensão** – da ordem dos 31km – apresenta condições de pavimentação **inadequadas**, implicando a necessidade de obras de beneficiação ou de pavimentação/construção (troços não pavimentados), perfazendo em conjunto 13.5% do total destas vias (9.5% do total da Rede Municipal), sendo de destacar, de entre as **vias não pavimentadas**, os casos do **troço Mata da Rainha - Martianas da EM561** e dos **CM1058 e 1059** (troço Maxial - Ladeira) que constituem as únicas vias de acesso a este lugar.

Em termos qualitativos, importa salientar as insuficiências registadas ao nível da marcação rodoviária por pintura, sinalização vertical e colocação de guardas de segurança, aspetos que deverão merecer particular atenção, sobretudo nos troços que efetuam travessias de aglomerados urbanos.

Por fim, refira-se a **relativa escassez de instrumentos limitadores da velocidade** (por exemplo, através de semáforos atuados) na travessia de diversos aglomerados por vias de maior importância – caso da ER238 ou da ant. EN18 –, bem como de medidas de **ordenamento e de requalificação do espaço urbano** – envolvendo, por exemplo, a construção de passeios, a delimitação de zonas de parqueamento, ou a implementação de passadeiras sobrelevadas para travessia de peões, etc. – que atenuem os efeitos indesejáveis daí decorrentes, à semelhança das opções que se encontram contempladas no âmbito da implementação (em curso) do "Eixo Urbano Fundão – Aldeia de Joanes".

De um modo geral, verifica-se que as melhorias introduzidas nos últimos anos no conjunto da Rede Municipal (através da construção, pavimentação e/ou beneficiação de vias), permitiram um acréscimo da sua extensão e importância no contexto da rede, com benefícios claros ao nível da mobilidade e das acessibilidades locais e promovendo o fecho de malhas viárias significativas.

Características Geométricas e de Ocupação Marginal

As **características geométricas** das vias – perfil transversal, perfil longitudinal e traçado em planta –, tal como as suas **condições marginais de ocupação** – travessias urbanas, conflitos com peões

e/ou veículos estacionados, etc. – têm igualmente uma influência determinante nas condições de operação da rede viária, com reflexos diretos ao nível dos parâmetros enunciados anteriormente.

Numa análise sucinta das principais características verificadas a este nível, refira-se que, as **vias da Rede Nacional** apresentam dimensões adequadas às funções desempenhadas e às características do tráfego servido, sendo de assinalar apenas o caso da **EN343** (FR<5.5m), verificando-se contudo a existência de **estrangulamentos assinaláveis na travessia de alguns núcleos urbanos**, salientando-se as situações verificadas em Valverde, Carvalhal e Fatela, servidas pela EN343, e Castelejo, pela ER238.

Em termos de **traçado**, referência destacada para a **EN343** e, sobretudo, para a **ER238** que, em parte significativa da sua extensão, apresenta características algo desajustadas à importância das funções desempenhadas, nomeadamente, em virtude da sua elevada sinuosidade,

Relativamente à **Rede Municipal**, e no que diz respeito às **antigas EN** são sobretudo de assinalar os seguintes casos:

- na **ant. EN18**, a elevada sinuosidade de parte considerável do seu troço Sul (v.g. entre Fundão e Castelo Novo) e o perfil transversal algo limitativo (da ordem dos 5.5m);
- na **ant. EN239** o atravessamento de Vale de Prazeres e de Orca e a limitada largura disponível de faixa de rodagem (5m).
- na **ant. EN343**, a ligação urbana entre Fundão e Aldeia de Joanes, objeto de beneficiação através da implementação do referido "Eixo Urbano" (em curso);
- no **troço Sul da ant. EN345**, o traçado sinuoso e acidentado e o perfil transversal limitado (5m);
- na **ant. EN346**, a travessia urbana de Capinha, Pêro Viseu e Alçaria, bem como o estado degradado do pavimento em alguns troços;
- na **ant. EN352**, a elevada sinuosidade e o estado degradado do pavimento.

Nas **restantes vias municipais**, apesar de algumas operações de beneficiação e alargamento levadas a efeito num passado recente (ou em curso), subsistem ainda **características físicas algo limitativas** ao nível do perfil transversal de algumas delas (FR < 4.5 ou 4.0m, em muitos casos), cumprindo, ainda assim, satisfatoriamente as suas funções, atendendo às reduzidas solicitações por parte do tráfego que as utiliza. Neste contexto, destaque para a recente circular urbana do Fundão, com duas faixas de rodagem, uma em cada sentido. Recentemente assinale-se a implementação de um conjunto de projetos de iniciativa da REFER, desenvolvidos em parceria com a autarquia no âmbito da "Supressão de Passagens de Nível à Linha da Beira Baixa", contemplando, para além de cinco desnivelamentos a esta infraestrutura ferroviária, a construção da Circular Interna, formando um eixo

distribuidor com funções de carácter assumidamente local, com conexões à ant. EN18 (a Sul), à EN343 (a Poente da Linha CF) e à rede urbana da zona Norte da Cidade (Av. Eugénio de Andrade), integrando um túnel que permite, em simultâneo, o desnivelamento à Linha da Beira Baixa e à ant. EN18.

Igualmente de assinalar, os **estrangulamentos** existentes na transposição de diversas ribeiras e, sobretudo, os motivados pelo atravessamento de alguns núcleos urbanos, sendo de mencionar os casos de Aldeia Nova do Cabo (EM516), Donas, Chãos e Alcaide (EM522 e ant. EN345-4), Soalheira (EM524 e CM1083), Atalaia do Campo (EM560 e Via V), Escarigo e Salgueiro (EM 570 e 570-1) e Alcongosta (EM521 e CM 1068 e 1070).

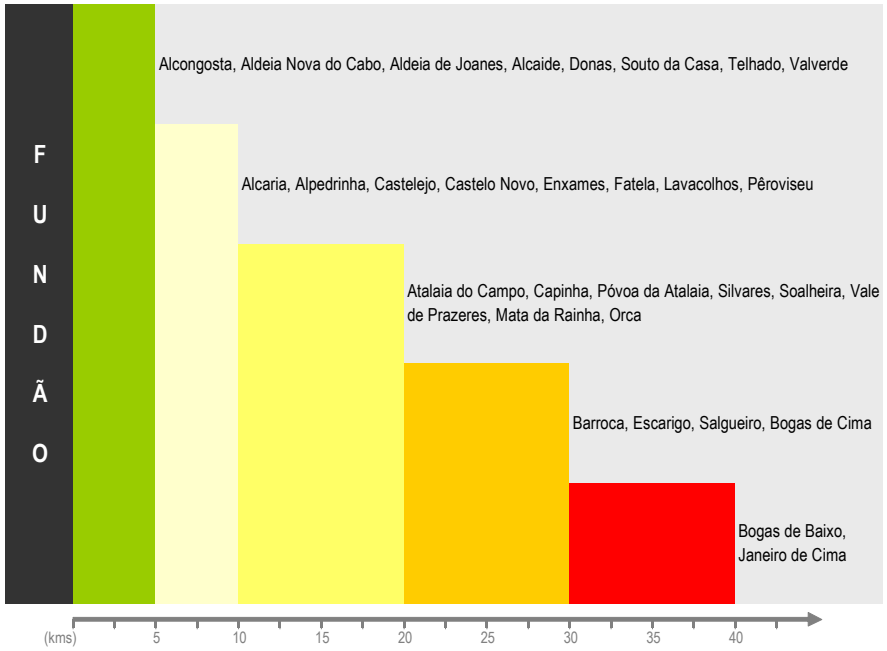
Para além destas, diversas outras vias efetuam igualmente a travessia de aglomerados, contribuindo negativamente para a sua qualidade de vivência urbana e, em simultâneo, constituindo uma penalização efetiva das suas condições de utilização.

Estes aspetos, deixam antever a necessidade de **adoção de medidas de ordenamento adequadas**.

13.2.3.2 Análise das Acessibilidades Internas

Neste ponto efetua-se uma análise das acessibilidades Intra concelhias, considerando as **ligações entre o Fundão** diversas **sedes de freguesia** – as mais relevantes no âmbito da geração interna de deslocações –, baseada na distância a percorrer, na estrutura da rede e nas suas características físicas e geométricas.

Figura 37: Distâncias Entre a Sede de Concelho e os Principais Polos Geradores



Fonte: NRV

Tendo em conta a localização geográfica da Cidade do Fundão, a configuração do território e a sua estrutura viária, podemos proceder à sua agregação em **quatro grandes zonas** com condições de acessibilidade distintas:

- uma **zona Central**, na sua periferia próxima, englobando **8 freguesias** situadas a distâncias reduzidas (inferiores a 6km) e, portanto, beneficiando de um **grau de acessibilidade elevado**;
- a **segunda coroa envolvente**, agregando **14 freguesias**, servidas essencialmente por ligações diretas e radiais, situadas a distâncias da ordem dos 10 a 15km e uma **acessibilidade média**;
- as freguesias de **Escarigo e Salgueiro**, situadas no extremo Nordeste do território, e as freguesias de **Orca e Mata da Rainha**, na zona Sudeste, com distâncias a percorrer da ordem dos 20 a 25 km e, portanto, com uma acessibilidade **reduzida;**
- as restantes quatro freguesias, situadas na **zona Poente** – Barroca, Bogas de Cima, Bogas de Baixo e Janeiro de Cima – servidas a partir da ER238 e, igualmente, com um **grau de acessibilidade reduzido**.

Esta análise permite constatar a relativa **centralidade geográfica do Fundão**, verificando-se **distâncias da mesma ordem de grandeza** nas ligações a **muitas sedes de freguesia situadas em diferentes quadrantes**, sendo as respetivas acessibilidades favorecidas pela configuração radial da rede e, globalmente, pelas satisfatórias condições de grande parte das vias utilizadas.

A elevada dimensão do Concelho implica, naturalmente, que se registem distâncias consideráveis entre os diversos polos geradores, sendo este facto atenuado pelas boas características apresentadas pela sua rede viária. Deste modo, considerando a agregação espacial anteriormente apresentada, pode considerar-se, **globalmente**, como **elevada a média a acessibilidade interna**, com a esmagadora maioria das sedes de freguesia situadas a distâncias inferiores aos 15 km em relação ao Fundão.

Saliente-se que, embora o **grau de dependência relativamente à Sede de Concelho** (procura associada a serviços, equipamentos, emprego, ensino, etc.) constitua um **fator determinante** na matriz de mobilidade interna, algumas freguesias mais periféricas territorialmente apresentam igualmente uma atrativa **relação de proximidade com sedes de concelhos limítrofes**, como sucede nos casos das situadas no quadrante Poente, relativamente à Pampilhosa da Serra, ou das situadas a Norte em relação à Covilhã.

Por último, refira-se que, apesar da elevada extensão da rede municipal, denotando um esforço assinalável no sentido de garantir uma cobertura alargada a todo o território, se verificam ainda algumas situações que merecem ser assinaladas, nomeadamente, aquelas que dizem respeito a alguns lugares isolados cujo único acesso é estabelecido através de vias florestais não pavimentadas.

13.2.4 Perspetivas de Evolução

As perspetivas de evolução da rede viária concelhia decorrerão das intervenções previstas, **quer a nível nacional e regional**, com a gradual implementação do PRN2000, **quer a nível local**, através da beneficiação das existentes, tendo em particular atenção aquelas que mais diretamente se relacionam com a melhoria da mobilidade e das acessibilidades concelhias, sendo neste domínio essencial a auscultação prévia das diferentes entidades envolvidas no sentido de permitir o estabelecimento de uma adequada planificação dos investimentos previstos, quer em termos temporais, quer quantitativos.

A **nível concelhio**, a implementação do PRN2000 tem como consequência uma redução significativa do número e extensão dos troços integrados na Rede Nacional através da sua municipalização, envolvendo globalmente a **passagem à tutela municipal de cerca de 97km de antigas EN's** – 50% da extensão total de vias nacionais que anteriormente serviam o Concelho –, devendo para o efeito ser previamente efetuadas as *"intervenções de conservação que as reponham em bom estado de utilização ou, em alternativa, mediante protocolo equitativo com a respetiva autarquia"* (Dec. - Lei nº 222/98, Artº 13º).

Tendo em consideração o **prazo de vigência da presente Revisão do PDM**, consideraram-se, desde já, em termos efetivos, a totalidade das **vias desclassificadas como parte integrante da Rede Municipal**.

Por outro lado, a EN238 (aprox. 46km) foi integrada na categoria das **Estradas Regionais**, criada com o intuito de promover uma "*estruturação mais eficaz das zonas raianas, a ligação de agrupamentos de municípios e núcleos territoriais e o fecho de malhas viárias"*, podendo, tal como previsto no mesmo Dec. - Lei, vir igualmente a fazer parte da Rede Municipal, em condições semelhantes às estabelecidas relativamente às antigas EN.

Globalmente, e no que respeita à **Rede Municipal**, verifica-se que as **melhorias introduzidas** nos últimos anos através da construção, pavimentação e/ou beneficiação de diversos troços, **permitiram um acréscimo da sua extensão e importância no contexto da rede**, com benefícios claros ao nível da mobilidade e das acessibilidades locais e, nalguns casos, promovendo o fecho de malhas viárias significativas.

13.3 REDE FERROVIÁRIA

A rede ferroviária existente no concelho do Fundão é constituída pela **Linha da Beira Baixa** (Covilhã / Lisboa) que se desenvolve ao longo da zona central do território concelhio, tendo a sua principal estação na Cidade do Fundão, e o **Terminal de Mercadorias do Fundão**.

A Linha da Beira Baixa faz parte do Corredor Atlântico, que envolve Portugal, Espanha, França e Alemanha e integra o projeto prioritário n.º 8 da Rede Transeuropeia de Transportes (RTE-T), que tem como objetivo contribuir para o reforço da coesão económica e social da Europa e para o desenvolvimento do respetivo mercado interno, nomeadamente através da ligação das regiões periféricas às regiões centrais da União Europeia.

As intervenções efetuadas e concluídas recentemente na Linha da Beira Baixa foram também identificadas como investimentos prioritários pelo Plano Estratégico de Transportes e Infraestruturas – Horizonte 2014-2020 (PETI3+). A Modernização da Linha da Beira Baixa, que incluiu a eletrificação total do Troço Covilhã/Guarda (que esteve encerrado desde 2009), integrou as intervenções prioritárias do Corredor Internacional Norte, dotando a linha da Beira Baixa das caraterísticas técnicas necessárias às exigências do Corredor Ferroviário Atlântico garantindo a interoperabilidade ferroviária. A linha da Beira Baixa desenvolve-se entre o Entroncamento e a Guarda, numa extensão de aproximadamente 240 km, encontrando-se eletrificada e dotada de sistema de sinalização eletrónica até à Guarda. A modernização da via permitiu recolocar a linha da Beira Baixa na mobilidade regional e de longo curso da Beira Interior, contribuindo para a melhoria da acessibilidade daquela região, descongestionando a Linha do Norte e a Linha da Beira Alta, permitindo o fecho de malha e a redundância de rede na zona centro do país e canais alternativos e mais curtos ao tráfego internacional de mercadorias, aumentando significativamente a capacidade de ligação à fronteira de Vilar Formoso.

Neste contexto compreende-se a necessidade de um ramal com Área de Localização Industrial/Parque Industrial, com características de "Porto Seco", com vista ao aumento da exportação de produtos locais reforçando a economia local e utilização do transporte de mercadorias com baixa emissão de carbono.

O troço da Linha da Beira Baixa entre a Covilhã e a Guarda, com uma extensão de 46 quilómetros, foi encerrado à exploração ferroviária em 2009. O projeto de requalificação entretanto concluído compreendeu a renovação integral de 36 quilómetros de Via, a Eletrificação em toda a extensão do troço, a remodelação de Estações e Apeadeiros (Maçainhas, Benespera e Barracão), a execução de sistemas de drenagem e de trabalhos de estabilização de taludes, a instalação de Sinalização Eletrónica e Telecomunicações.

No Município do Fundão existem 10 Passagens de Nível Públicas (PN), das quais 8 se situam na Linha da Beira Baixa, sendo 5 automáticas e 3 passivas, juntamente com 2 passivas no Ramal de Mercadorias do Fundão. Estas passagens de nível fazem parte integrante da rede rodoviária, conforme o disposto no n.º 1 do art.º 2 do Decreto-Lei n.º 568/99, de 23 de dezembro. Quanto aos "Programas de supressão de PN", as Autarquias devem elaborar tais programas plurianuais com vista à supressão de PN.

Recentemente assinale-se a implementação de um conjunto de projetos de iniciativa da REFER, desenvolvidos em parceria com a autarquia no âmbito da "Supressão de Passagens de Nível à Linha da

Beira Baixa", contemplando, para além de cinco desnivelamentos a esta infraestrutura ferroviária, a construção da Circular Interna, formando um eixo distribuidor com funções de carácter assumidamente local, com conexões à ant. EN18 (a Sul), à EN343 (a Poente da Linha CF) e à rede urbana da zona Norte da Cidade (Av. Eugénio de Andrade), integrando um túnel que permite, em simultâneo, o desnivelamento à Linha da Beira Baixa e à ant. EN18.

Quanto às condicionantes relativas à rede ferroviária, há a referir o regime de proteção da rede ferroviária em vigor, definido pelos seguintes diplomas:

a) DL n° 276/2003, de 4 de novembro, relativo ao domínio público ferroviário e em particular o estipulado nos artigos 15° e 16° relativos às zonas *non aedificandi* associadas às linhas ferroviárias existentes, com ou sem exploração, e que integram o domínio público ferroviário (DPF);

b) DL n° 568/ 99, de 23 de dezembro que aprovou o Regulamento de passagens de nível.

Para o concelho do Fundão não existem intervenções previstas na linha da Beira Baixa, fazendo, contudo, ainda parte do plano de investimento por parte da autarquia os seguintes projetos:

- Construção do Centro Intermodal – Construção de Interface Rodoferroviário do Fundão, dotado de um edifício de apoio e de parqueamento para veículos ligeiros e Autocarros e a reformulação/requalificação da atual zona envolvente da Estação do Fundão;
- Cais de Descarga – Porto Ferroviário

13.4 TRANSPORTE PÚBLICO DE PASSAGEIROS

13.4.1 Considerações Gerais

De uma forma geral todas as Freguesias do Concelho do Fundão são servidas por transporte coletivo rodoviário, embora a oferta em termos de horários esteja condicionada pelo funcionamento do período escolar e correspondente período de férias. Esta condicionante reduz de alguma forma a desejável regularidade da oferta, fator que penaliza a utilização deste tipo de transporte.

No Médio Tejo há territórios de povoamento rarefeito e de baixa densidade, cujas necessidades de transporte não conseguem ser eficientemente asseguradas pelo transporte coletivo regular, com horários e rotas fixas, uma vez que economicamente é pouco viável e pouco atrativo. Para assegurar a mobilidade da população em espaço rural e promover a inclusão social é necessário outro tipo de oferta de transportes que permita uma cobertura territorial mais ampla, com níveis de serviço adequados e com custos controlados. Foi neste contexto que nasceu em 2013 um projeto piloto e experimental denominado o "Transporte a Pedido no Médio Tejo", que assenta na flexibilização da oferta, com vista à sua melhor adaptação à procura existente, reduzindo os custos de exploração e otimizando as

condições de serviço. Procura agregar as vantagens de maior flexibilidade, associadas aos táxis, com as vantagens de custos mais baixos, associados aos autocarros. No concelho, o Transporte a Pedido encontra-se em fase de implementação.

Em termos ferroviários, o concelho do Fundão é servido pela **Linha da Beira Baixa** (Covilhã / Lisboa) que se desenvolve ao longo da zona central do território concelhio, tendo a sua principal estação na Cidade do Fundão. Em termos de **infraestruturas de acesso**, o Concelho dispõe ainda das seguintes estações e apeadeiros: Soalheira, Castelo Novo, Alpedrinha, Vale de Prazeres, Fatela-Penamacor, Alcaide, Donas e Alcaria. Assinale-se também a existência de um **ramal de ligação à Zona Industrial do Fundão**, destinado a composições de transporte de mercadorias.

13.4.2 Transporte Rodoviário

A nível concelhio, a CIMBSE (Comunidade Intermunicipal das Beiras e Serra da Estrela).é a autoridade responsável dos transportes no concelho, sendo o serviço de **transporte coletivo rodoviário** assegurado, essencialmente, por **dois operadores** (TRANSDEV E AUTO TRANPORTES DO FUNDÃO), e constituído por um conjunto relativamente reduzido de carreiras, que se podem desagregar da seguinte forma:

- **10 carreiras regulares locais**, com pontos terminais no Fundão e nas localidades de Bogas do Meio, Escarigo, Freixial, Mata da Rainha, Orvalho (Oleiros – junto ao limite), Soalheira, Orca e na Zona Industrial do Fundão. No que respeita à Zona Industrial, esta é servida por um conjunto de ligações que provêm das carreiras Escarigo-Fundão e Castelo Branco-Fundão, bem como a ligação Freixial-Fundão está, atualmente, integrada na carreira Bogas do Meio- Fundão;
- **2 carreiras regulares interurbanas**, São Jorge da Beira-Fundão e Paúl-Fundão (concelho da Covilhã);
- **1 carreira regular regional**, estabelecendo ligação entre Castelo Branco e a Covilhã, percorrendo a ant. EN18 e servindo a Cidade do Fundão.

Para além destas, o Concelho é servido por um conjunto razoável de **carreiras do tipo Expresso**, assegurando, entre outras, ligações a Lisboa, ao Porto, a Coimbra, a Viseu, à Guarda, a Castelo Branco, a Portalegre, a Vila Real e a Faro. Estas ligações são asseguras por duas operadoras (CITI EXPRESS E REDE EXPRESSOS).

Estas carreiras, têm na sua totalidade **pontos intermédios de passagem ou terminais na Sede de Concelho**, sendo o serviço, a nível local, assegurado por paragens intermédias nos seus principais aglomerados urbanos, proporcionando, deste modo, o estabelecimento de ligações internas.

Observando a configuração da rede servida por estas carreiras, constata-se que a sua **cobertura territorial é relativamente razoável**, sendo os eixos da ER238 e das ant. EN18 os que beneficiam dum maior número de ligações diárias. Contudo, o escasso número de circulações diárias disponíveis permite concluir pela existência de um serviço adaptado a **níveis de procura relativamente diminutos** e com necessidades de mobilidade muito específicas, como sucede no caso do acesso da população estudantil aos estabelecimentos de ensino situados no Fundão e em algumas outras sedes de freguesia (v.g. Silvares)

Em síntese, atendendo às características geográficas do território e à ocupação do solo, bastante dispersa nalgumas zonas, implicando um esforço significativo no sentido da prestação de um serviço deste tipo, pode **considerar-se como reduzido o grau de cobertura alcançado** pelo transporte coletivo de passageiros.

Complementarmente, o serviço de **Transporte Escolar** integra a rede de transportes públicos, que serve os locais dos estabelecimentos de ensino e de residência dos alunos, e uma rede de circuitos especiais que se destina aos alunos que residem em localidades que não dispõem de estabelecimentos de ensino acessíveis a pé, nem de transportes públicos, sendo-lhes facultado um esquema adequado de transporte escolar.

A Rede de Transportes Escolares do Concelho do Fundão transporta alunos para os seguintes estabelecimentos de ensino (em 2019/2020):

- Sede de Agrupamento de Escolas do Fundão;
- Escola Básica da Gardunha (Fundão);
- Escola Básica de Silvares;
- Externato Capitão Santiago de Carvalho de Alpedrinha;
- Escolas do 1º Ciclo do Ensino Básico adstritas aos Agrupamentos de Escolas do Fundão e Gardunha e Xisto, nomeadamente:
  - Alcaria;
  - Aldeia de Joanes;
  - Alpedrinha;
  - Atalaias;
  - Alcaide;
  - Capinha
  - Castelejo;
  - Donas;
  - Enxames;

- Fatela;
- Fundão – St. Teresinha;
- Janeiro de Cima;
- Orca;
- Pêro Viseu;
- Póvoa da Atalaia;
- Salgueiro;
- Silvares;
- Soalheira;
- Souto da Casa;
- Telhado;
- Vale de Prazeres.

No que toca aos ciclos de ciclos de ensino mais iniciais, a oferta de transporte é também extensível aos Jardins de Infância dos respetivos agrupamentos

O Município possui também oferta de transporte diário aos alunos de origem PALOP da Escola Profissional do Fundão que se encontram alojados na residência de estudantes, localizada no antigo Seminário do Fundão.

Em termos de **infraestruturas de apoio**, o Fundão **dispõe da Central de Camionagem da Rodoviária da Beira Interior**, o qual, apesar de situado nas proximidades ao centro, dispõe de escassas condições de comodidade para os utentes e da **Central da Auto Transportes do Fundão**. No resto do Concelho, assinale-se a quase total **ausência de abrigos adequados nas paragens** situadas ao longo dos percursos servidos o que, atendendo às frequentes condições climatéricas adversas verificadas, representa um fator de fraca atratividade e desconforto de utilização.

Encontra-se em fase de implementação o sistema de **Transporte a Pedido.** A designação "Transporte a Pedido" contempla uma grande diversidade de soluções (quer quanto aos seus objetivos; tipo de frota utilizada; graus de liberdade definidos para o percurso e paragens; níveis de tecnologia, etc) o que permite que este possa ser aplicado numa grande amplitude de situações. O seu desenvolvimento tem registado um grande incremento nos últimos anos, tornando-se cada vez mais flexível, devido à banalização das tecnologias de telecomunicação, como os telemóveis e a internet, de GPS, bem como dos softwares de seleção e escolha de percursos específicos para estes casos. É o cliente que desencadeia a viagem, contactando a central de reservas de transportes a pedido, a qual posteriormente organiza a oferta de transporte em função das requisições de serviço efetuadas. O cliente é levado até ao seu destino final (uma das paragens definidas), sendo o veículo partilhado com outros clientes cujas viagens têm um padrão idêntico ou se intercetam. No concelho do Fundão existe potencial para a

implementação de sistemas de transporte a pedido: são identificáveis situações clássicas de povoamento disperso, com níveis de incidência distintos, onde o transporte coletivo regular tem dificuldade em assegurar frequências de serviços razoáveis a custos controlados. Em algumas situações, a oferta de transporte coletivo já se encontra reduzida a níveis mínimos, cobrindo somente os horários de acesso às escolas e os aglomerados principais, pelo que os transportes a pedido assumem um papel de cobertura dos défices de oferta, complementando a oferta regular sem sobreposições. Noutras situações, traduz-se em sistemáticos desvios de rota que penalizam os tempos de viagem e a atratividade do transporte coletivo, cabendo neste caso equacionar o transporte flexível a pedido no âmbito de reestruturações mais profundas da rede, passando algumas carreiras ou zonas a serem servidas com lógicas de transporte a pedido.

Em termos de projetos piloto, e no âmbito da componente sénior, a Câmara Municipal propõe a disponibilização de um projeto piloto de mobilidade para zonas de baixa densidade, através da implementação de uma ferramenta informática de gestão da rede de transportes coletivos (carreiras, transporte escolar e para o sistema de saúde) em articulação com redes de transporte não convencionais (táxis coletivos, veículos subutilizados, etc.). Serão também definidas alternativas à deslocação física, explorando conjugadamente serviços itinerantes e tecnologias de informação e comunicação, TIC, gerido por um call center. Em função da localização de cada carro, que é conhecida através dos dispositivos GPS/GPRS, o programa informático calcula também, em tempo-real qual o carro que mais rapidamente satisfaz o cliente.

Por fim, referência para o serviço de **transporte público prestado pelos táxis** licenciados no Concelho, que apresentam uma importância significativa no transporte esporádico de passageiros com necessidades específicas não asseguradas pela oferta em transporte coletivo.

13.4.3 Transporte Ferroviário

O serviço de transporte ferroviário efetuado na **Linha da Beira Baixa** (Covilhã / Lisboa) é atualmente constituído pelas seguintes composições diárias (dias úteis):

- **Covilhã/Entroncamento/Lisboa**:
  - 5 circulações (3/2 por sentido) do Serviço regional;
  - 6 circulações (3 por sentido) integradas no Serviço Intercidades.

A infraestrutura é explorada em regime de **via simples**, sendo eletrificada na extensão até à Guarda (linha da Beira Alta). Em termos de **infraestruturas de acesso**, para além da Estação do Fundão, o Concelho dispõe das seguintes estações e apeadeiros: Soalheira, Castelo Novo, Alpedrinha, Vale de Prazeres, Fatela-Penamacor, Alcaide, Donas e Alcaria.

Por fim, assinale-se a existência de um **ramal de ligação à Zona Industrial do Fundão**, destinado a composições de transporte de mercadorias.

13.5 MOBILIDADE URBANA

O conceito de mobilidade sustentável, cada vez mais presente nas políticas e estratégias territoriais da UE, pressupõe que as pessoas disponham de condições que proporcionem deslocações com segurança e conforto, em tempos e com custos aceitáveis e com maior eficiência energética e menores impactes ambientais. O sistema de transportes deverá assim orientar-se pelos objetivos de conter a utilização do automóvel individual, incentivar a utilização de transportes públicos e incrementar o uso dos modos suaves no sistema de transportes.

Em 2011, o IMTT definiu uma estratégia para a mobilidade sustentável através de um quadro de referência para a abordagem das questões relacionadas com o território, as acessibilidades, os transportes e a mobilidade, consubstanciado num conjunto de documentos enquadradores que designou de **Pacote da Mobilidade**.

Mais recentemente, o Acordo de Parceria e os Programas Operacionais definem que as Comunidades Intermunicipais (CIM) deverão desenvolver Planos de Ação de Mobilidade Urbana Sustentável (**PAMUS**), de modo a enquadrar as operações a que se pretendam candidatar no respetivo Programa Operacional Regional para a concretização das tipologias das ações no âmbito da prioridade de investimento "Promoção das estratégias de baixo teor de carbono para todos os tipos de territórios, nomeadamente as zonas urbanas, incluindo a promoção da mobilidade urbana multimodal sustentável e medidas de adaptação relevantes para a sua atenuação".

O concelho do Fundão integra a CIM das Beiras e Serra da Estrela (CIM-BSE), que é constituída por 15 concelhos, sendo que os concelhos de Covilhã, Gouveia, Guarda e Seia integram o grupo dos centros urbanos de nível superior, no qual se incluiu, posteriormente, o concelho do Fundão. Para a elaboração do PAMUS (CIM-BSE) foram consideradas as melhores orientações nacionais e europeias em matéria do planeamento e gestão da mobilidade e dos transportes, nomeadamente o **Pacote da Mobilidade** (IMTT 2011), **Rede Ciclável Princípios de Planeamento e Desenho** (IMTT 2011) e organização do documento e conteúdos abordados, apresentando-se como linhas estratégicas do PAMUS:

- Promover as deslocações em modos suaves - qualificação e expansão da rede pedonal e ciclável estruturante dos aglomerados urbanos, melhorando não só as suas condições de segurança e de conforto, mas também a atratividade dos percursos de ligação entre os principais polos geradores de deslocações. Importa também introduzir medidas de acalmia de tráfego nos aglomerados atravessados por estradas nacionais e regionais de modo a incrementar a segurança rodoviária e a defesa dos modos suaves, bem como incentivar a

criação de zonas de coexistência especialmente nos centros históricos e cívicos. O incremento do uso da bicicleta como modo de transporte quotidiano passará, para além do desenvolvimento de percursos clicáveis com condições de conforto e segurança dentro dos aglomerados urbanos (prioritariamente integrados na rede estruturantes de modos suaves), também por dotar os aglomerados de infraestruturas de apoio à utilização da bicicleta, bem como pelo desenvolvimento de medidas que promovam a sua banalização, atuando designadamente ao nível da promoção de serviços de aluguer de bicicletas públicas e na promoção de circuitos de lazer que fomentem o hábito de utilização da bicicleta. A necessidade de intervir na qualificação e expansão da rede estruturante de modos suaves é uma ação que, de forma mais ou menos intensa, abrange todos concelhos da CIM-BSE, importando prioritariamente assegurar a qualificação pedonal das zonas com maior concentração de comércio e serviços, das zonas em que se localizam os principais geradores de deslocações (públicos e privados) e do espaço urbano em que se inscrevem as interfaces de transporte. Sempre que adequado e pertinente a intervenção na rede pedonal deve ser acompanhada por soluções que incentivem também o uso das bicicletas, ou seja, percursos cicláveis, os quais, em função dos volumes de circulação rodoviária e da velocidade permitida nas vias, poderão assumir diferentes características: vias banalizadas (permitem a coexistência com o tráfego rodoviário), faixas cicláveis (em espaço próprio mas inseridas nas vias rodoviárias) ou pistas cicláveis (em espaço canal próprio).

- Promover a existência de serviços de transporte público de qualidade e adequados à procura, através da Criação e/ou reforço das linhas urbanas de Transportes coletivos (TC), melhoria da oferta de TC intraconcelhia e interconcelhias, melhoria da rede de paragens e interfaces (aumento de conforto dos abrigos e cumprimento da legislação sobre a acessibilidade para todos) e melhoria da informação ao público.
- Promover a intermodalidade no sistema de transportes coletivos - Criação / requalificação das interfaces de transporte existentes, com beneficiação do espaço de espera e circulação e inclusiva a todos, requalificação / criação dos acessos rodoviários à interface de transportes, desenvolvimento de bilhética integrada que promova a intermodalidade e a utilização de outros serviços relacionados
- Desenvolver uma estratégia articulada de qualificação do espaço rodoviário em contexto urbano e encaminhamento dos fluxos de tráfego para as vias adequadas, através da construção de ligações rodoviárias para melhoria de acessibilidades regionais, construção/melhoria de variantes rodoviárias de modo a eliminar a circulação de pesados no centro urbano e/ou introduzir melhores condições para a circulação pedonal, Intervenção no perfil transversal em troços de vias com redução do perfil rodoviário (controle de velocidade e aumento da segurança), melhoria da sinalética rodoviária

(horizontal e/ou vertical e eventual utilização de sistemas de Leds), manutenção da rede rodoviária de proximidade.

- Desenvolver políticas de estacionamento diferenciadas que contribuam para uma repartição modal mais equilibrada - Organização da oferta de estacionamento na zona central do aglomerado, nomeadamente com o controle do estacionamento de longa duração, criação de oferta de estacionamento do tipo Park&Ride (serviço aos TP), marcação e reserva de oferta para utilizadores específicos (e.g., residentes, deficientes, comerciantes, veículos elétricos), postos de carregamento rápido.
- Organização da logística e minimização os impactes associados ao tráfego de pesados - Organização da logística da estrutura produtiva (polos de consolidação de mercadorias), controle da circulação e estacionamento de pesados no interior dos aglomerados, melhoria da acessibilidade às zonas industriais e otimização das rotas municipais de RSU e outros veículos.
- Aposta em medidas inovadoras de gestão da mobilidade e de Informação - Descentralização de alguns serviços públicos de carácter administrativo nas Juntas de freguesia, implementação de unidades móveis de cuidados de saúde primários ou outros às aldeias, Informação em tempo real sobre a oferta de TC oferecida disponível online e em aplicações móveis e Informação em tempo real sobre a oferta de TC oferecida disponível na interface de transportes.
- Aquisição de novas competências técnicas e instrumentais pela CIM e autarquias - Criação de estruturas na CIM-BSE e nas autarquias, implementação de um sistema de monitorização e gestão da oferta de transportes públicos, central intermunicipal de manutenção de vias dos concelhos, realização de um inquérito geral à mobilidade da população e das empresas, desenvolvimento de um Plano Operacional de Transportes, desenvolvimento de um Plano Logístico, desenvolvimento de Planos de Mobilidade e Transporte concelhios.

Assim, p**or iniciativa da autarquia** está planeado, ou em fase de implementação, um vasto conjunto de intervenções no campo da mobilidade e transportes, destacando-se os seguintes programas/projetos:

- Construção do Centro Intermodal – Construção de Interface Rodoferroviário do Fundão, dotado de um edifício de apoio e de parqueamento para veículos ligeiros e Autocarros e a reformulação/requalificação da atual zona envolvente da Estação do Fundão. Pretende-se criar um interface rodoferroviário junto da Estação de Comboios, com acesso direto para uma variante externa que integrou o plano REFER no âmbito da modernização da linha da beira baixa. Porta de entrada na zona urbana do Fundão, irá permitir a ligação entre os

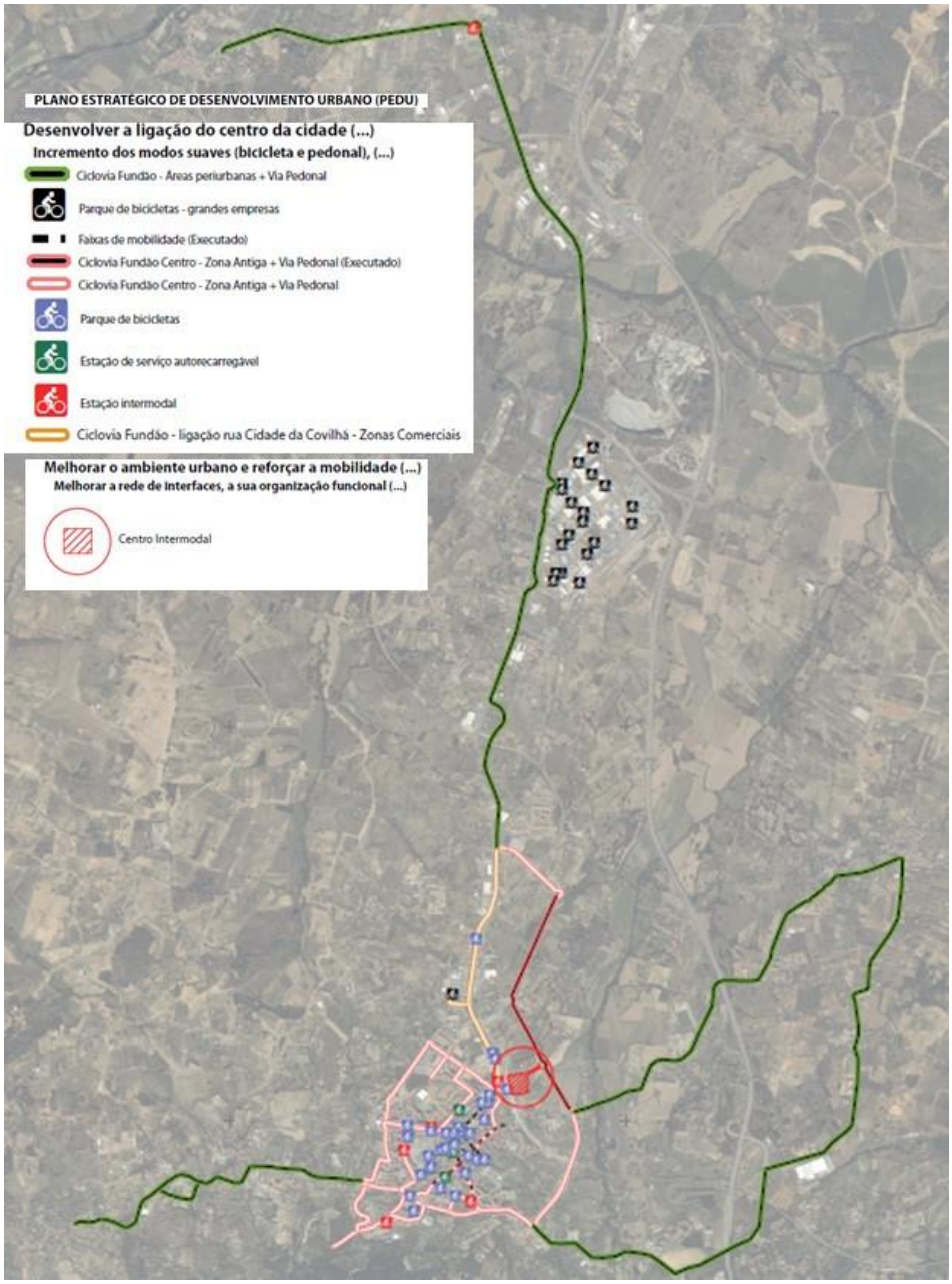
diferentes meios de transporte disponíveis: rodoviários, ligeiros de passageiros, pesados de passageiros, incluindo os táxis e ferroviários. Haverá igualmente infraestruturas para apoiar a mobilidade suave. O acesso à cidade é feito através da passagem pedonal inferior, já existente, e também executada na primeira fase do plano REFER. O interface ocupa uma área de cerca 15.000m2, contemplando 179 lugares de estacionamento para ligeiros e 15 para pesados de passageiros, bem como um espaço para um terminal de passageiros e uma área reservada para futura expansão. Este interface vem viabilizar a relocalização dos terminais rodoviários existentes dentro da cidade do Fundão. Prevê-se ainda nesta ação a disponibilização de um cartão intermodal, um único passe eletrónico válido nos diversos operadores de transportes públicos que operam nas zonas que integram o eixo-urbano Castelo Branco/ Fundão/ Covilhã/ Guarda, com tarifas adaptadas ao trajeto, espaço temporal e com redução nas seguintes variantes: social, terceira idade e jovens. Os meios de transporte disponíveis pelas empresas aderentes devem estar adaptados à mobilidade condicionada (transporte de cadeiras de rodas, carrinhos de bebés) e meios alternativos de mobilidade suave (transporte de bicicletas) de forma a permitir uma eficaz e segura rotatividade viária.

- Construção de diversas ciclovias e implementação de modos suaves:
  - Ciclovia Fundão - Sensibilização e sinalética inteligente;
  - Ciclovia Fundão Centro - Zona Antiga;
  - Faixa de Mobilidade Suave - Ligação Rua Cidade de Covilhã – Zonas comerciais
  - Ciclovias e faixa de mobilidade suave (via pedonal) Fundão/áreas periurbanas
  - Construção de ciclovia de ligação entre Fundão e Covilhã
  - Requalificação da Avenida da Liberdade

Integrada no Plano de Mobilidade Urbana Sustentável Intermunicipal, pretende-se criar uma rede de ciclovias que se complementam com o corredor verde da cidade. Trata-se de um projeto inserido numa estratégia de desenvolvimento sustentável definida pelo Município. As ciclovias urbanas são implementadas para possibilitar a deslocação dos residentes das zonas periurbanas da cidade de forma a incentivar a utilização da bicicleta como transporte preferencial para o centro da cidade onde estão concentrados todos os serviços públicos. A sua execução consiste na aplicação de pavimentos com betuminosos corados e sinalética de pavimento associada à própria ciclovia com distância a definir. Como complemento às ciclovias, pretende-se dotar a cidade de parques de bicicletas em vários pontos (serviços públicos, parques verdes, escolas, centro de incubação, indústrias, etc.) e de estações de serviço autorecarregáveis utilizando o pedalar da bicicleta como fonte de energia. Nesta ação está previsto material de comunicação integrado no Plano de Mobilidade Urbana Sustentável, com o objetivo de implementar uma campanha de sensibilização de mobilidade suave. Trata-se de um projeto que sensibiliza e incentiva à utilização da bicicleta como meio de transporte diário. Integrado no Plano de

Mobilidade Urbana Sustentável, pretende-se desenvolver um grupo de sinalética específica para integrar os parques de bicicletas de forma a promover a continuação do percurso por meio de transporte de baixa emissão de CO2, gerando assim um "circuito" de mobilidade sustentável. Esta sinalética irá também conter a informação sobre distâncias pedonais aos vários edifícios e equipamentos públicos da cidade, de uma forma inovadora, através de uma medição temporal estimada em minutos e em número de passos necessários para chegar aos pontos de interesse. Pretende-se também substituir e/ou dotar todo o espaço público de sinalética amiga do ambiente com a utilização de semáforos Led

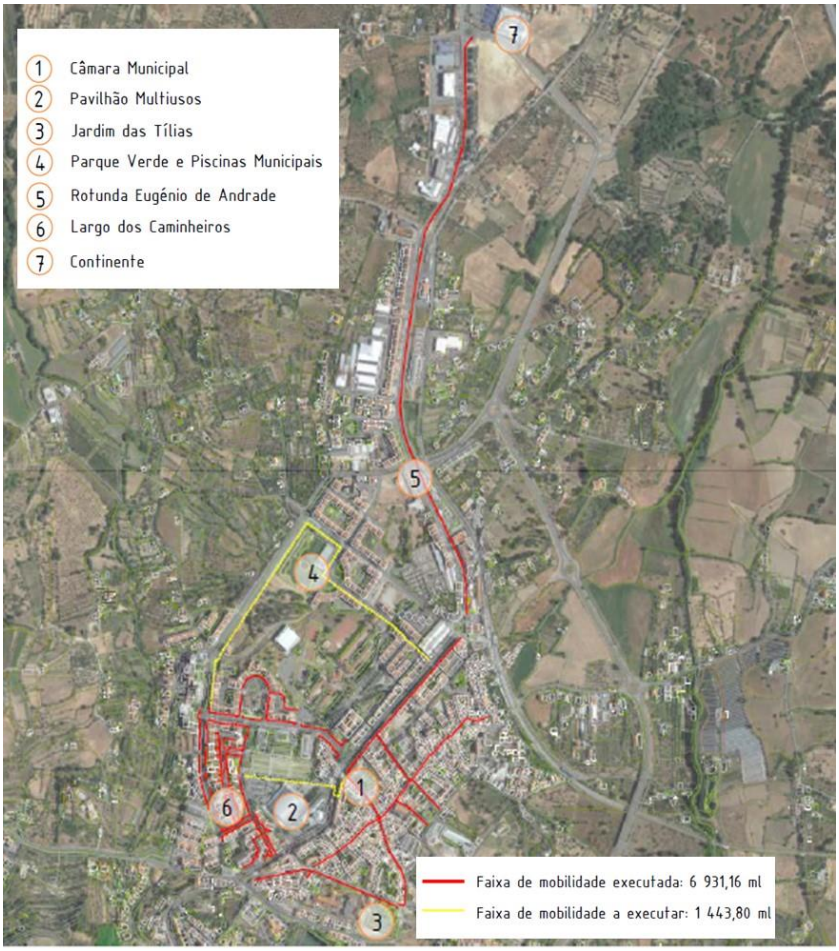
Figura 38: PEDU - Construção de diversas ciclovias e implementação de modos suaves



Fonte: CMF

No âmbito desta linha estratégica, foram já implementadas na área urbana do Fundão medidas de Requalificação de espaço público de várias zonas da cidade (zona antiga, centro da cidade e zonas comerciais e de serviços) como a Rua Luís António Magalhães, Avenida Adolfo Portela e Largo das Oito Bicas, Rua do Registo e construção de estacionamento, Rua Cidade da Covilhã e zona do mercado.

Figura 39: Mapa geral de construção de faixa de mobilidade



Fonte: CMF

Na zona antiga, as medidas passaram pela implantação de uma faixa com cerca de 0,80m de largura em lajetas de granito, adaptada ao perfil de cada arruamento, criando soluções diferenciadas que dependem da sua largura, do transito rodoviário, e a sua interligação está assegurada pelas passadeiras que igualmente cumprem a legislação da mobilidade.

Fotografia 234: Faixas de mobilidade – Modos suaves – Zona antiga

Fonte: CMF

Na área urbana da cidade, os passeios que já permitiam uma mobilidade segura, foram potenciados com uma faixa em lajetas de granito (idêntica à da zona antiga) para dar coerência e manter uma imagem harmoniosa da cidade no seu todo, que envolveu zonas onde se localizam serviços, equipamentos públicos e bairros fronteiros que datam dos anos 50 a 70. Foi definido um percurso que enobrece e melhora a imagem urbana onde se insere.

Fotografia 235: Faixas de mobilidade – Modos suaves – Área Urbana da Cidade

Fonte: CMF

Na Rua Cidade da Covilhã e Zonas comerciais a solução adaptou-se às condicionantes do arruamento, respeitando o acesso de viaturas a estabelecimentos comerciais e entradas de habitações. A premissa desta solução foi criar uma imagem diferenciadora através de um pavimento adequado, igualmente pensado para a circulação de bicicletas. Foram construídos passeios nos troços onde não existiam.

Fotografia 236: Faixas de mobilidade – Modos suaves – Rua Cidade da Covilhã

Fonte: CMF

- Implementação do Programa de Transportes - A autarquia do Fundão já tentou introduzir uma linha urbana na cidade, mas os baixos níveis de procura levaram à extinção deste serviço. Todavia, tendo em consideração a nova estratégia de mobilidade defendida pelo município (favorável aos modos de transporte mais sustentáveis), é essencial avaliar a possibilidade de introduzir uma linha urbana que sirva os principais serviços públicos e as zona comercial e industrial, como forma de transferir viagens realizadas na cidade para este modo de transporte. Uma vez que não existe a garantia de viabilidade de procura para esta ligação, propõe-se que esta venha a ser estudada no âmbito do Plano Operacional de Transportes.
- Implementação do projeto MUV – Mobility Urban Values. O MUV é um projeto financiado através do programa Horizonte 2020, e procura suscitar a discussão sobre os desafios que se colocam à mobilidade urbana do Fundão e sensibilizar a comunidade a explorar e criar soluções colaborativas que melhorem a mobilidade de todos. Para recolher dados sobre os hábitos de mobilidade dos cidadãos o projeto lançou uma aplicação para smartphone – a MUV app – que funciona como um jogo, que inclui dados de mobilidade pessoal, recompensas e prémios. Através da MUV app, os percursos dos utilizadores MUVers são registados e pontuados, podendo os MUVers participar ativamente na gestão das políticas urbanas de mobilidade.

14. INFRAESTRUTURAS URBANAS

Um dos principais objetivos do desenvolvimento sustentável consiste na melhoria da qualidade de vida das populações e das condições ambientais, o que resulta, em grande medida, do grau de dotação dos aglomerados urbanos em infraestruturas básicas, nomeadamente, de abastecimento de água, de recolha e tratamento de águas residuais, de recolha e tratamento de resíduos sólidos, elétricas, de comunicação e gasistas.

Consequentemente, e por condicionarem também o ordenamento do território, as infraestruturas urbanas requerem um cuidado especial, não só ao nível do seu dimensionamento, mas também no que diz respeito à monitorização da qualidade e do grau de cobertura dos serviços prestados e das necessidades existentes em cada momento, sempre numa ótica de otimização dos sistemas.

Desde a data de publicação do último PDM foram introduzidas algumas melhorias a este nível, existindo ainda alguns constrangimentos a que urge dar solução. Neste sentido, no âmbito da estratégia nacional, foram criados sistemas intermunicipais para em conjunto implementar uma estrutura que serviço os vários municípios abrangidos.

Assim, no seguimento da publicação do Decreto-Lei n.º 121/2000, de 4 julho, alterado pelo Decreto-Lei n.º 185/2000, de 10 de agosto foi criado o Sistema Multimunicipal de Abastecimento de Água e de Saneamento de Águas Residuais do Alto Zêzere e Coa para captação, tratamento e distribuição de água para consumo público e para recolha, tratamento e rejeição de efluentes dos concelhos envolvidos (Aguiar da Beira, Almeida, Belmonte, Celorico da Beira, Figueira de Castelo Rodrigo, Fornos de Algodres, Fundão, Gouveia, Guarda, Manteigas, Mêda, Oliveira do Hospital, Penamacor, Pinhel, Sabugal e Seia). A concessão do Sistema foi atribuída à empresa Águas do Zêzere e Coa, S.A. (AdZC) a exploração e a gestão (conceção, construção, exploração, reparação, renovação e manutenção de obras e equipamentos) do sistema *em alta* (da captação ao reservatório) por um prazo de 30 anos.

Mais recentemente, com a publicação em Diário da República do Decreto-Lei n.º 94/2015, de 29 de maio, a AdZC foi integrada no Sistema Multimunicipal de Abastecimento de Água e de Saneamento de Lisboa e Vale do Tejo (LVT). As linhas de orientação preconizadas para o PENSAAR 2020 - uma nova estratégia para o setor de abastecimento de água e saneamento de águas residuais, preconizam a reorganização do setor do abastecimento de água e saneamento, em vista da promoção do equilíbrio tarifário e da resolução dos défices tarifários, assentando na agregação dos sistemas multimunicipais existentes em sistemas novos de maior dimensão, de forma a promover a obtenção de economias de escala que garantam a sustentabilidade económica, social e ambiental dos serviços e preservando sempre a sua natureza pública.

Dos objetivos que presidiram à constituição deste Sistema são de destacar a necessidade de reduzir o impacte do lançamento de águas residuais alvo de tratamento deficiente nas bacias hidrográficas do

Zêzere e do Coa (com repercussões na qualidade da água, inclusivamente da maior origem nacional deste recurso – a albufeira de Castelo de Bode) e de colmatar as carências estruturais que se verificam nesta área geográfica no que se refere às Infraestruturas Urbanísticas.

Para efeitos de triagem, recolha seletiva, valorização e tratamento de resíduos sólidos urbanos foi criado o **Sistema Multimunicipal da Cova da Beira** (Decreto-Lei n.º 319-A/2001 de 10 de dezembro) do qual fazem parte os municípios de Almeida, Belmonte, Celorico da Beira, Covilhã, Figueira de Castelo Rodrigo, Fornos de Algodres, Fundão, Guarda, Manteigas, Meda, Penamacor, Pinhel, Sabugal e Trancoso. A Resistrela, S.A é a empresa responsável pela gestão e exploração do Sistema Multimunicipal de Triagem, Recolha Seletiva, Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos Urbanos da Cova da Beira.

Seguidamente procede-se a uma breve caracterização da situação atual das Infraestruturas Urbanísticas no concelho do Fundão, com base nos dados recolhidos junto das diversas entidades com responsabilidades neste domínio.

14.1 INFRAESTRUTURAS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA

A água, enquanto bem insubstituível na totalidade das atividades humanas e componente essencial dos sistemas naturais, requer que sejam impostas regras próprias de gestão, numa abordagem territorial integrada. Os usos múltiplos, por vezes conflituantes, da água obrigam a uma integração no espaço das utilizações, devendo proceder-se à compatibilização das lógicas e dinâmicas próprias de cada setor e da ação das diversas entidades que participam, direta ou indiretamente, no planeamento, gestão e utilização dos recursos hídricos.

Neste subcapítulo proceder-se-á à caracterização do sistema de abastecimento de água, nomeadamente no que se refere à composição, ao funcionamento e à taxa de cobertura da rede.

Atualmente, o abastecimento público de água no município do Fundão é feito a 93% da população residente em aglomerados populacionais e a 85% da população total. 76% da população residente em aglomerados populacionais tem água proveniente do sistema de abastecimento de água em alta da Águas do Vale do Tejo, S.A. sendo os restantes 17% abastecidos por sistemas autónomos.

Uma das características comuns a todos os sistemas é que, em geral, apesar do serviço de incêndio ser supostamente garantido pelo serviço de abastecimento público de água, a rede de distribuição e os reservatórios não têm capacidade para os caudais e volumes de incêndio regulamentares, respetivamente.

Nos capítulos seguintes faz-se uma breve caracterização dos sistemas de abastecimento em alta e em baixa, complementada com as peças desenhadas.

14.1.1 Sistema em Alta

O sistema em alta da Águas do Vale do Tejo, S.A. compreende vários subsistemas, referindo-se estes às várias instalações de captação de água. No município do Fundão, existem vários reservatórios abastecidos por este sistema e a água é distribuída através de rede com serviço domiciliário.

Quadro 70: População servida pelo sistema em alta

Localidade	N.º habitantes	Localidade	N.º habitantes
Alcaide	550	Zebras	136
Alcaria	570	Pero Viseu	495
Espanadeira	62	Vales de Pero Viseu	63
Cruzamento de Alcaria	56	Póvoa de Atalaia	593
Aldeia de Joanes	958	Quintas	236
Aldeia Nova do Cabo	402	Salgueiro	373
Atalaia do Campo	492	Silvares	937
Capinha	452	Soalheira	866
Castelejo	343	Casal Álvaro Pires	13
Chãos	186	Souto da Casa	598
Donas	264	Vale Mindinho	30
Teixugas	195	Vale Palaio	34
Escarigo	205	Courela	18
Fatela	500	Cruzeiro	17
Fundão	8.107	Freixial	146
São Marcos	272	Telhado	396
Arieira	299	Várzea	79
Lavacolhos	236	Valverde	507
Martianas	75	Mata da Rainha	86
Orca	384	**Total**	**20.231**

Fonte: INE - Censos 2011

14.1.1.1 Subsistema da Capinha

O subsistema da Capinha é o principal sistema de abastecimento de água do concelho de Fundão. Este subsistema tem origem na barragem da Capinha, situada no concelho do Fundão, sendo responsável pelo abastecimento de uma parte considerável da população do concelho, com destaque para a totalidade dos residentes na sua sede.

O sistema tem início com a captação de água na albufeira da Capinha - situada num curso de água de pequeno caudal, na zona Norte do concelho, junto à serra de Santo António e à povoação de Capinha, sendo o volume armazenado de 522.000 m^3. Trata-se de uma barragem de terra e enrocamento com uma altura máxima de cerca de 16 m e um desenvolvimento de aproximadamente 231 m no coroamento, estando o pleno armazenamento à cota de 502,5 m.

Fotografia 237: Albufeira da Capinha

A captação consiste numa torre com acesso a partir do coroamento por um passadiço, sendo a captação efetuada em dois níveis através de bombagem.

Este subsistema integra 2 captações superficiais (albufeira de Capinha e Açude Pontes de Capinha) e prevê integrar outras duas subterrâneas (Minas do Alambar e Poço Alcambar de Cima).

A Estação de Tratamento (ETA) da Capinha apresenta uma capacidade máxima de tratamento de 8.400 m³/dia e abastece cerca de 18.687 habitantes. Esta ETA compreende as seguintes etapas de tratamento: Pré-cloragem; Remineralização; Coagulação/Floculação; Decantação; Filtração (Filtro de areia); e Desinfeção Final. Para além desta, o subsistema integra a ETA do Alcambar, anexa às captações do Alcambar, que tem apenas como função regularizar o pH da água captada naquelas captações, sendo apenas constituída por tanques de brita calcária.

O subsistema de Capinha é composto por 4 estações elevatórias, a EEAA da ETA de Capinha, a EEAA de Ponte da Capinha, a EEAA de Alcaide e a EEAA do reservatório Fundão Novo.

A água é transportada por uma adutora de mais de 83 km de extensão, com diâmetros compreendidos entre 90 e 200 mm, em PVC, PEAD, FFD e Aço, para distribuição aos diversos aglomerados, composta por 4,1 km de condutas elevatórias e os restantes 78,5 km por condutas gravíticas.

No total o subsistema inclui 25 reservatórios, com volumes distintos, entre os 50 e 5500 m^3.

Quadro 71: Subsistema de Capinha - Reservatórios

Designação	Volume	Designação	Volume
Cisterna ETA Capinha	900	Chãos	100
Cisterna EEAA Ponte da Capinha	-	Alcaide	200
R1 Capinha	900	Donas Antigo	100
R4 Alcaide	300	Donas Novo	-
Velho Fundão	1.000	Telhado	100
Novo Fundão	5.500	Aldeia Nova do Cabo	200
Souto Alto	100	Alcongosta	250
Alcaria	200	Souto da Casa	250
Geral Alcongosta / Silvares	600	Castelejo	200
Capinha Novo	150	Lavacolhos	100
Vales de Pêro Viseu	50	Silvares	500
Pêro Viseu	100	Silvares Novo	-
Fatela	200	-	-

Fonte: Águas do Vale do Tejo, S.A.

Além da distribuição de água se efetuar em reservatórios, o subsistema de Capinha integra 18 pontos de entrega, nomeadamente em Capinha, Vales de Pêro Viseu, Pêro Viseu, Fatela, Chãos, Fundão, Fundão Novo, Alcaria, Donas, Donas - Zona Alta, Telhado, Alcaide, Alcongosta, Aldeia Nova do Cabo, Souto da Casa, Castelejo, Lavacolhos e Silvares.

De acordo com informação da Câmara, para a Cidade do Fundão e localidades adjacentes (Várzea, Grade de Ouro e Ribeira da Senhora de Cruz) está prevista a ampliação das redes de distribuição existentes. E para Silvares, deverá ser feita a distribuição de água a cerca de 10 habitações que se encontram numa zona mais alta, sendo necessário construir uma estação hidropressora no Cruzamento do Ourondo para abastecer as referidas habitações com origem na conduta distribuidora do reservatório Novo. Neste subsistema encontra-se ainda prevista a construção de um novo reservatório em Donas.

No sistema do Alcaide, tal como é apresentado nas peças desenhadas, o aglomerado habitacional existente junto à estação do Alcaide não se encontra servido com abastecimento de água, sendo importante dotar este aglomerado de abastecimento, em quantidade e qualidade adequada.

14.1.1.2 Subsistema Casal da Serra

O Subsistema Casal da Serra tem como origem de água uma captação superficial e várias captações subterrâneas e abastece o Município de Castelo Branco. Este subsistema fornece o município do Fundão e é proveniente da água captada na Barragem do Penedo Redondo.

Apesar de este subsistema abastecer apenas o concelho de Castelo Branco, integra um ponto de entrega construído, com a derivação para a Soalheira.

14.1.1.3 Subsistema de Meimoa

Trata-se do principal sistema de abastecimento do concelho de Penamacor, a partir de captações na albufeira da Meimoa e na albufeira de Bazágueda. Este sistema abastece dois aglomerados do concelho do Fundão, Mata da Rainha e Escarigo, situados na vertente nordeste do concelho do Fundão. Nestes aglomerados existem dois reservatórios a integrar no subsistema, ambos com capacidade de 200 m^3, um situado em Mata da Rainha e outro em Escarigo.

De acordo com informação da Câmara, o aglomerado formado pelas localidades de Escarigo, Salgueiro e Quintãs, possui uma captação de abastecimento de água na ribeira, cuja conduta atravessa terrenos particulares. Neste sentido, seria importante construir uma conduta com cerca de 900 m por caminhos, para substituir a existente.

14.1.1.4 Subsistema de Santa Águeda / Pisco

O Subsistema de Santa Águeda / Pisco tem como origem de água a albufeira de Santa Águeda e a albufeira do Pisco, ambas localizadas no Município de Castelo Branco. Este subsistema abastece os Municípios de Castelo Branco, Fundão, Idanha-a-Nova e Vila Velha de Ródão.

No concelho do Fundão, este subsistema integra duas Estações Elevatórias, uma em Póvoa da Atalaia e outra em Orca, e 5 reservatórios, nomeadamente em Alpedrinha, Vale de Prazeres, Orca, Póvoa da Atalaia e Soalheira, todos ainda por integrar o sistema. E integra pontos de entrega nos aglomerados de Soalheira, Orca e Póvoa da Atalaia. Este subsistema prevê a construção de um novo reservatório e de uma estação elevatória em Alpedrinha e de uma estação elevatória em Póvoa da Atalaia.

De acordo com informação da autarquia, na Soalheira existe necessidade de contemplar o volume destinado à reserva de incêndio e de distribuição, em virtude das recentes solicitações do loteamento agroindustrial da Soalheira. Assim, deverá ser revisto o dimensionamento do reservatório existente ou considerar a construção de um novo reservatório, dever-se-á verificar a capacidade adutora da conduta proveniente do sistema em alta e a disponibilidade de água. O reservatório existente já se encontrava no limite inferior da capacidade para a localidade da Soalheira antes da construção do loteamento agroindustrial, que atualmente ainda se encontra com uma ocupação baixa mas que já obrigou à instalação de válvulas limitadoras de caudal para ser possível fornecer água à população.

14.1.2 Sistemas em Baixa

Os sistemas autónomos em baixa abastecem cerca de 17% da população residente em aglomerados populacionais. As captações encontram-se com perímetro de proteção definido na Portaria 293/2015 de 18 de setembro (Quadro 72).

Quadro 72: Sistemas de abastecimento camarários do concelho do Fundão

Freguesia	Lugar	ID	Captação	Volume de extração (m³/dia)	Situação
Castelejo	Açor	1	Furo 1	3	Exploração
		2	Furo 2	3	Exploração
	Enxabarda	3	Furo	14	Exploração
		4	Poço 1	25	Exploração
		5	Poço 2	25	Exploração
		6	Poço 3	25	Exploração
Alcaria	Pesinho	7	Poço	30	Exploração
Alcongosta	Alcongosta	8	Furo	25	Exploração
		9	Poço 1 da Ladeira	12	Exploração
		10	Poço 2 da Ladeira	12	Exploração
		11	Nascente do Arrebentão 1	25	Exploração
		12	Nascente do Arrebentão 2	24	Exploração
Alpedrinha	Alpedrinha	13	Mina do Picadeiro	17	Exploração
		14	Nascente 1 (Sítio da Ratinha)	17	Exploração
		15	Nascente 2 (Sítio da Ratinha)	17	Exploração
		16	Nascente 3 (Sítio da Ratinha)	17	Exploração
		17	Nascente 4 (Sítio da Ratinha)	17	Exploração
		18	Nascente 5 (Sítio da Ratinha)	17	Exploração
		19	Nascente 6 (Sítio da Ratinha)	17	Exploração
		20	Nascente da Pucarinha 1	17	Exploração
		21	Nascente da Pucarinha 2	17	Exploração
		22	Nascente da Pucarinha 3	17	Exploração
		23	Nascente da Pucarinha 4	17	Exploração
Barroca	Alqueidão	24	Mina 1	-	Reserva
		25	Furo 1	-	Reserva
	Barroca	26	Mina da Ribeira do Fojo	45	Exploração
		27	Poço da Lameira	46	Exploração
	São Martinho	28	Mina do Godinho	10	Exploração
		29	Poço 1	20	Exploração
		30	Poço 2	20	Exploração
		31	Poço 3	20	Exploração
		32	Poço 4	20	Exploração
		33	Furo de São Martinho	-	Reserva
Vale Prazeres	Vale Prazeres	34	Furo 1	30	Exploração
		35	Mina Alvanelo	50	Exploração
		36	Furo Novo	30	Exploração
		37	Mina 1	30	Exploração
		38	Furo 2	30	Exploração
	Quintas da Torre	39	Furo	10	Exploração
	Póvoa Palhaça	40	Mina/ Poço	20	Exploração
	Monte Leal	41	Furo da Escola	10	Exploração
		42	Nascente de Monte Leal	11	Exploração

Freguesia	Lugar	ID	Captação	Volume de extração (m^3/dia)	Situação
	Cortiçada	43	Nascente	-	Reserva
		44	Mina	-	Reserva
Bogas de Baixo	Bogas de Baixo	45	Poço	20	Exploração
		46	Furo	20	Exploração
	Urgueiro	47	Mina	4	Exploração
		48	Furo	2	Exploração
	Maxial	49	Mina da Lomba do Castelo	6	Exploração
		50	Poço	6	Exploração
	Ladeira	51	Mina 1	3,5	Exploração
		52	Mina 2	3,5	Exploração
Bogas de Cima	Malhada Velha	53	Furo 1	5	Exploração
		54	Furo 2	5	Exploração
		55	Furo 3	5	Exploração
		56	Nascente	10	Exploração
	Bogas de Cima	57	Nascente Bento 1	10	Exploração
		58	Nascente Bento 2	10	Exploração
		59	Poço	5	Exploração
	Bogas do	60	Mina do Sítio do Barreiro	7	Exploração
	Meio	61	Poço	7	Exploração
	Boxinos	62	Furo da Escola	2	Exploração
		63	Nascente 1 de Boxinos	2	Exploração
		64	Nascente 2 de Boxinos	2	Exploração
	Descoberto	65	Nascente	11	Exploração
Souto da Casa	Souto da Casa	66	Nascente Vale D. Maria 1	-	Reserva
		67	Nascente Vale D. Maria 2	-	Reserva
		68	Nascente Vale D. Maria 3	-	Reserva
		69	Nascente do Carvalhal 1	-	Reserva
		70	Nascente do Carvalhal 2	-	Reserva
		71	Nascente do Carvalhal 3	-	Reserva
		72	Nascente do Carvalhal 4	-	Reserva
		73	Nascente do Ramalhete	-	Reserva
	Vale D'Urso	74	Mina	10	Exploração
Silvares	Silvares	75	Mina da Avesseira	10	Exploração
		76	Mina do Bernardino	10	Exploração
		77	Mina do Gavião	10	Exploração
		78	Poço do Souto	-	Reserva
		79	Mina do Vale das Piçarras	10	Exploração
	Cabeço do Pião	80	Mina	8	Exploração
		81	Furo	3	Exploração
Telhado	Freixial	82	Furo	15	Exploração
Castelo Novo	Castelo Novo	83	Nascente 1	14	Exploração
		84	Nascente 2	14	Exploração
		85	Nascente 3	14	Exploração
		86	Nascente 4	14	Exploração
		87	Nascente 5	14	Exploração
		88	Nascente 6	14	Exploração

Freguesia	Lugar	ID	Captação	Volume de extração (m³/dia)	Situação
		89	Nascente 7	14	Exploração
		90	Nascente 8	14	Exploração
Enxames	Enxames	91	Magalão 1	22	Exploração
		92	Magalão 2	22	Exploração
Salgueiro	Salgueiro-Quintãs	93	Poço 1	69	Exploração
		94	Poço 2	69	Exploração
		95	Poços de Linhares	69	Exploração
Janeiro de Cima	Janeiro de Cima	96	Poço da Fonte	38	Exploração
		97	Poço do Lameirão	38	Exploração
		98	Poço da Lavadeira	38	Exploração

Fonte: Câmara Municipal do Fundão

Na maior parte dos casos, após captada, a água é conduzida para reservatórios onde é sujeita a um tratamento de desinfeção, ocorrendo a distribuição posteriormente a partir destes reservatórios.

Fotografia 238: Reservatório de distribuição de Quintãs (Salgueiro)

Quadro 73: População potencialmente servida por sistemas autónomos (hab) (Censos 2011)

Aglomerado	N.º Habitantes	Aglomerado	N.º Habitantes
Pesinho	130	Enxabarda	216
Alcongosta	496	Castelo Novo	128
Alpedrinha	913	Gândaras	35
Alqueidão	64	Escaldado	13
Barroca	261	Janeiro de Cima	306
São Martinho	171	Cabeço do Pião	31
Bogas de Baixo	103	Vale de Urso	43
Ladeira	20	Cortiçada	97
Maxial	44	Quinta do Monte Leal	96
Urgeiro	26	Póvoa da Palhaça	52

Bogas de Cima	84
Bogas do Meio	112
Boxinos	36
Descoberto	30
Malhada Velha	84
Açor	94

Quinta da Torre	56
Vale de Prazeres	409
Enxames	314
Amieiro Alto	20
Total	**4484**

Fonte: Câmara Municipal do Fundão

Nalguns locais de menores dimensões, não existe distribuição domiciliária, recorrendo-se a fontanários para fazer chegar a água à população. Nestes casos, a existência de reservatórios é frequentemente dispensável, pelo que a água apenas passa transitoriamente por locais de armazenamento para efeitos de tratamento.

Da caracterização da população servida, quer pelo sistema em alta, quer pelo sistema em baixa, existem localidades que apresentam problemas e necessidades que já se verificam nos dias de hoje, resultantes da urbanização existente.

De seguida apresentam-se as principais situações detetadas nos sistemas autónomos de abastecimento de água existentes no município do Fundão, por localidade:

- **Açor** - os furos existentes não garantem o abastecimento de água durante todo o ano. Muitas vezes se verifica a necessidade de abastecimento do reservatório trazendo água de outras localidades em cisterna. Os atuais furos têm uma profundidade de cerca de 50 metros. Propõe-se pesquisa de água a cotas inferiores por uma empresa especializada em hidrogeologia e a abertura de um novo furo onde se conclua haver essa viabilidade. Não se vê viabilidade no abastecimento a partir de qualquer outra origem que não sejam outros furos nem possibilidade de trazer água de outra localidade.
- **Alpedrinha** - Este sistema tem a sua origem em várias nascentes e minas. No verão há necessidade de recorrer a água de uma adua e 2 nascentes, denominadas nascentes da Pucarinha. Estas origens não se encontram formalizadas, mas são usadas para abastecimento público. Não se vendo alternativa de origens de água para o abastecimento público, vê-se como mais indicado a oficialização destas origens, mediante acordo formal.
- **Bogas de Baixo** - o sistema de Bogas de Baixo é autossuficiente em termos de quantidade de água desde que foram abertos novos furos de reforço. A água que é captada no poço, normalmente em funcionamento, precisa no entanto de ser filtrada. Existe um filtro no reservatório, mas ele não é eficaz, colmatando frequentemente e, não dispondo ainda de sistema de autolimpeza. Existe outro filtro instalado na caseta do furo, não podendo ser usado aí devido à pressão de serviço. Assim, pretende-se refazer a instalação dos filtros para poderem ficar adaptados à água bruta que terão que tratar, de modo a garantir a

qualidade da água no sistema de Bogas de Baixo. A intervenção proposta consistirá na construção e equipamento de uma estação de tratamento de água.

O tratamento da água proposto consistirá na correção do pH com carbonato de sódio, oxidação com hipoclorito de sódio e filtração através de meio especial para adsorção de ferro. O tratamento permitirá cumprir os padrões de qualidade a que obriga o DL 306/2007 relativamente aos parâmetros bacteriológicos, turvação, ferro, pH e cloro livre.

- **Bogas do Meio** - Será necessário descativar o reservatório de 40 m^3 de capacidade e construir um novo com capacidade de 110 m^3, para que seja contemplado o volume destinado à reserva de incêndio, de acordo com o estabelecido no Decreto - Regulamentar n.º 23/95, de 23 de agosto, uma vez que o reservatório existente não verifica esta situação.
- **Cabeço do Pião** - O sistema de abastecimento de água de Cabeço do Pião funciona de forma muito ineficiente. A qualidade da água neste sistema é muito insatisfatória, ocorrendo frequentes incumprimentos da legislação em vigor. Os problemas de qualidade da água podem ser resolvidos com a construção de uma estação de tratamento de água. No entanto, a instalação desta estação não resolverá a questão da insuficiência de volume de água para distribuição e poderá ser vista apenas como uma solução temporária.

  De facto, a quantidade de água necessária não tem sido garantida pelas nascentes nem pelo furo de reforço recentemente construído, especialmente no verão, quando a Pousada de Juventude ali instalada tem uma ocupação superior. Por outro lado, não se conhecem em detalhe as características da rede de abastecimento de água porque as redes são antigas e foram por vezes ampliadas pelos próprios moradores, segundo informações disponíveis. Só recentemente é que foram instalados contadores de água nas entradas de ramal dos consumidores para controlo e faturação de consumos (setembro de 2012).

  Para resolver as questões de qualidade e quantidade de água de maneira definitiva preconiza- se a instalação de uma estação elevatória no reservatório de Silvares, a sua respetiva conduta elevatória desde o reservatório de Silvares até Cabeço do Pião, num comprimento aproximado de 3,8 km, um reservatório novo em Cabeço do Pião e uma rede de distribuição nova. Deverá ficar dimensionada para o caudal de ponta e respetivos caudais de incêndio. Para além destas infraestruturas, será necessário substituir toda a rede de abastecimento existente, que está totalmente impregnada de ferro. Prevê-se que a rede seja construída em PEAD DN90, diâmetro mínimo regulamentar para garantir o caudal de incêndio pelo menos onde seja necessário garantir este serviço.
- **Descoberto** - o reservatório atual, com capacidade de 30 m^3, está em mau estado de conservação, havendo necessidade de proceder à construção de um novo reservatório, com duas células (capacidade de 55 m^3 cada). Eventualmente poderá ser deixado o reservatório antigo com água apenas para combate a incêndios.

- **Enxames** - o antigo reservatório desativado pode ser utilizado para apoio ao combate a incêndio, instalando-lhe uma boca-de-incêndio para enchimento de tanques. O sistema de Enxames é autossuficiente quase todo o ano, exceto em alguns anos no verão, altura em que há necessidade de reforçar o abastecimento através de camião cisterna.

  Não se tendo encontrado alternativa local para o abastecimento de Enxames, haverá que procurar uma solução de trazer água de algum ponto em redor, nomeadamente em Fatela, situada a cerca de 3 km da ponta norte da rede, e em Alcaide, a cerca de 6 km da ponta norte da rede. Recorde-se que o reservatório de Exames se situa na zona sul da rede, a cerca de 4,6 km do ponto referido.

  Por outro lado existe, no centro da povoação, pontos de abastecimento para rega a partir do empreendimento de fins múltiplos (rega e consumo humano) da Cova da Beira, tendo-se verificado a viabilidade de utilização destes pontos de possível abastecimento passando a água por um sistema de tratamento adequado.

- **Malhada Velha** - A localidade de Malhada Velha sofre por vezes de constrangimentos no abastecimento de água devido à insuficiência de água que lhe chega das captações. Esta situação deve-se ao deficiente estado da captação de Panegral e à insuficiência do transporte de água desde a captação até ao reservatório. A conduta que faz a ligação da captação ao reservatório é uma conduta em PEAD DN 40 que se encontra à superfície do terreno, não se encontrando enterrada, estando portanto sujeita à intempérie, ao sol, à ação humana e aos incêndios. Esta conduta não é suficiente para transportar toda a água necessária para Malhada Velha, pelo que se preconiza o melhoramento da captação e a construção de uma conduta de maior diâmetro e em vala.

- **Póvoa da Palhaça/ Mata da Rainha** – Existe a necessidade de construir um novo reservatório em Mata da Rainha, com a capacidade de 75 m^3, para garantir o abastecimento direto às povoações de Mata da Rainha. A partir deste reservatório, a água seguirá por uma conduta adutora, em direção à povoação de Póvoa da Palhaça.

  Prevê-se que o subsistema de Póvoa da Palhaça seja abastecido através do reservatório de Mata da Rainha, sendo necessária a construção de um reservatório em Póvoa da Palhaça, com capacidade de 55 m^3 para servir as povoações de Póvoa da Palhaça, Quintas da Torre, Quinta da Feijoeira e Rapoula. Para abastecer estas povoações será necessário construir mais uma estação hidropressora. Deverá ser prevista a construção das redes de abastecimento das povoações de Quintas da Torre, Quinta da Feijoeira e Rapoula, a conduta adutora do Reservatório de Mata da Rainha – Reservatório Póvoa da Palhaça e a conduta adutora do Reservatório Póvoa da Palhaça – Rede de Quintas da Torre, Quinta da Feijoeira e Rapoula.

- **S. Martinho** – possui carência de água por insuficiência das captações existentes. Para colmatar essa dificuldade, foi construído um furo pela Junta de Freguesia. Esta origem não se encontra formalizada mas é agora usada para abastecimento público. Não se vendo alternativa de origem de água para o abastecimento público, vê-se como indicado a formalização desta origem.
- **Urgeiro** - O reforço do abastecimento de água à localidade de Urgeiro é feito através de um furo onde por vezes se verificam problemas de turvação da água. Será necessário instalar uma estação de tratamento para minorar essa situação.
- **Vale de Prazeres/ Monte Leal/ Cortiçada** - Do reservatório de Vale Prazeres deverá ser feita graviticamente a distribuição de água às povoações de Vale Prazeres, Catrão, Cortiçada e Cascalheira. Para abastecer as povoações de Monte Leal e Monte Valente, através do reservatório de Vale Prazeres, será necessário construir uma estação hidropressora, um reservatório com capacidade de 55 m3 e uma conduta adutora até ao reservatório de Monte Leal.

14.2 DRENAGEM E TRATAMENTO DE ÁGUAS RESIDUAIS

Os problemas ambientais resultantes da produção de resíduos são vários e complexos. Mas, apesar de serem uma potencial fonte de poluição, os resíduos podem constituir recursos naturais secundários com consequências económicas e efeitos ambientais diretos de relevância fundamental no delinear de estratégias económicas, de desenvolvimento tecnológico e de consumo.

A drenagem e o tratamento de águas residuais, dentro do domínio das infraestruturas urbanas, foi uma das áreas onde mais se investiu ao longo dos últimos anos a nível nacional, com vista a minimizar as situações de contaminação das águas (usualmente por falta de tratamento ou tratamento deficiente) e de solos (por saturação) ainda existentes.

Nos últimos anos, foram introduzidas diversas melhorias no concelho de Fundão, nomeadamente através da implementação de novas redes, do aperfeiçoamento das existentes e da construção de equipamentos de tratamento de esgotos.

Existem diversos sistemas de saneamento de águas residuais no município, entre sistemas em alta geridos pela Águas do Vale do Tejo, S.A. e sistemas em baixa de reduzida dimensão, da responsabilidade municipal. Muitos dos sistemas em baixa encontram-se em fase de início de arranque já que são de construção muito recente.

Em 2011, de acordo com o resultado dos Censos 2011, a percentagem de população do concelho do Fundão servida por rede de saneamento atingia os 80%.

Nos capítulos seguintes faz-se uma breve caracterização dos sistemas de saneamento em alta e em baixa, complementada com as peças desenhadas.

14.2.1 Sistemas em alta

Os sistemas em Alta são da responsabilidade das Águas do Vale do Tejo, S.A.. No Quadro 74 encontram-se identificadas os aglomerados servidos por este sistema, bem como quantificada a população servida.

Verifica-se que uma grande parte dos aglomerados não se encontra servida, como seja a localidade do Fundão, já que as zonas que careciam de estação elevatória de águas residuais para chegarem aos emissários foram muitas vezes deixadas para uma fase posterior de implementação.

Quadro 74: População potencialmente servida por sistemas em alta, por aglomerado

Aglomerado	N.º Habitantes	Aglomerado	N.º Habitantes
Alcaide	550	Arieira	299
Alcaria	570	Janeiro de Cima	306
Alcongosta	496	Lavacolhos	236
Aldeia de Joanes	958	Orca	384
Aldeia Nova do Cabo	402	Pero Viseu	495
Alpedrinha	913	Póvoa de Atalaia	593
Atalaia do Campo	492	Quintas	236
Barroca	261	Salgueiro	373
Bogas de Cima	84	Silvares	937
Bogas do Meio	112	Soalheira	866
Capinha	452	Souto da Casa	598
Castelejo	343	Telhado	396
Enxabarda	216	Vale de Prazeres	409
Chãos	186	Valverde	507
Donas	264	**Total**	**21402**
Teixugas	195		
Escarigo	205		
Fatela	500		
Fundão	7296		
São Marcos	272		

Fonte: INE - Censos 2011

De seguida apresentam-se os diversos subsistemas existentes no concelho do Fundão, da responsabilidade da Águas do Vale do Tejo, S.A..

14.2.1.1 Subsistema de Atalaia do Campo

O Subsistema de Atalaia do Campo serve o Município de Fundão e descarrega o efluente tratado na bacia do Tejo. A ETAR de Atalaia do Campo está dimensionada para tratar os efluentes de cerca de 4.927 hab e um caudal estimado de cerca de 693 m^3/dia no ano horizonte de projeto. O esquema de tratamento preconizado baseia-se num sistema de tratamento de Lamas Ativadas. As fases líquida e sólida compreendem as seguintes etapas:

- Líquida: (1) Tratamento Preliminar: Obra de Entrada (Gradagem); (2) Tratamento Biológico: Lamas Ativadas, Arejamento Prolongado e Decantador Secundário.
- Sólida: Espessador Gravístico e Desidratação de Lamas.

O subsistema é constituído por, aproximadamente, 15,4 km de intercetores em exploração, com diâmetros compreendidos entre 200 e 315 mm. O material predominante é PPc e PVC. Cerca de 0,34 km de intercetores do município de Fundão serão a integrar neste subsistema.

E é constituído por 2 estações elevatórias construídas e em exploração, a EEAR Atalaia do Campo SUL e a EEAR Touca, e por, aproximadamente, 1,57km de condutas elevatórias em exploração, com diâmetros compreendidos entre 110 e 125 mm. O material predominante é PEAD.

As intervenções previstas para este sistema são a construção de uma estação elevatória de águas residuais, para elevação do caudal produzido numa zona baixa da localidade de Vale de Prazeres (bacia Este – cerca de 150 habitantes) e para ligação (por intermédio de uma conduta elevatória com cerca de 1197m, em PEAD SN8 MRS80 DN110) ao aglomerado principal, local onde entrará no percurso gravítico da rede de saneamento de águas residuais até à estação elevatória do sistema em alta.

Estava inicialmente previsto que as localidades de Monte Leal e cortiçada fossem ligar a este sistema mas atualmente já constituem um sistema autónomo.

14.2.1.2 Subsistema de Barroca

O Subsistema de Barroca serve o Município de Fundão e descarrega o efluente tratado na bacia do Tejo. Integra a ETAR de Barroca, dimensionada para tratar os efluentes de cerca de 500 hab. eq. e um caudal estimado de cerca de 49 m^3/dia no ano horizonte de projeto. O esquema de tratamento preconizado baseia-se num sistema de tratamento de Leitos Percoladores. As fases líquida e sólida compreendem as seguintes etapas:

- Líquida: (1) Tratamento Preliminar: Obra de Entrada (Gradagem); (2)Tratamento Biológico: Fossa séptica, Leito Percolador, Decantador Secundário, Desinfeção Final.
- Sólida: Desidratação de Lamas (Leitos de Secagem).

O subsistema é constituído por, aproximadamente, 0,64 km de intercetores em exploração, com diâmetros de 200 mm. O material predominante é PPc. Integra 1 estação elevatória construída e em exploração (EEAR Barroca), e é constituído por, aproximadamente, 0,04km de condutas elevatórias em exploração, com diâmetros de 10mm. O material predominante é PEAD.

14.2.1.3 Subsistema de Benquerença

O Subsistema de Benquerença serve os Municípios de Fundão e Penamacor e descarrega o efluente tratado na bacia do Tejo. No Fundão, serve os aglomerados dos Três Povos (Salgueiro/ Escarigo/ Quintãs), integrando, aproximadamente, 1,95 km de intercetores em exploração, com diâmetros de 200 mm e em PPc e PVC, 2 estações elevatórias construídas e em exploração (EEAR Escarigo e EEAR Quintãs) e 5,5 km de condutas elevatórias em exploração com diâmetros de 110mm, em PEAD.

14.2.1.4 Subsistema de Bogas de Baixo

O Subsistema de Bogas de Baixo serve o Município de Fundão e descarrega o efluente tratado na bacia do Tejo. A ETAR de Bogas de Baixo, a integrar, está dimensionada para tratar os efluentes de cerca de 150 hab. eq. e um caudal estimado de cerca de 17 m^3/dia no ano horizonte de projeto. O esquema de tratamento preconizado baseia-se num sistema de tratamento de Lamas Ativadas. As fases líquida e sólida compreendem as seguintes etapas:

- Líquida: (1) Tratamento Preliminar: Obra de Entrada (Gradagem); (2) Tratamento Biológico: Arejamento Prolongado (Sistema Compacto).
- Sólida: as lamas produzidas serão conduzidas para outra ETAR para receberem o tratamento adequado.

14.2.1.5 Subsistema de Bogas do Meio

O Subsistema de Bogas do Meio serve o Município de Fundão e descarrega o efluente tratado na bacia do Tejo. A ETAR de Bogas do Meio está dimensionada para tratar os efluentes de cerca de 300 hab. eq. e um caudal estimado de cerca de 32 m3/dia no ano horizonte de projeto. O esquema de tratamento preconizado baseia-se num sistema de tratamento de Fossa séptica mais Leito de Macrófitas. As fases líquida e sólida compreendem as seguintes etapas:

- Líquida: (1) Tratamento Preliminar: Obra de Entrada (Gradagem); (2) Tratamento Biológico: Fossa séptica e Lagoa de Macrófitas.
- Sólida: as lamas produzidas serão conduzidas para outra ETAR para receberem o tratamento adequado.

O subsistema é constituído por, aproximadamente, 0,03 km de intercetores em exploração, com diâmetros de 200 mm, em PPc, 1 estação elevatória construída e em exploração (EEAR Bogas de Cima) e por uma por, aproximadamente, 2,5 km de condutas elevatórias em exploração, com diâmetros de 110mm, em PEAD, de ligação entre a EEAR Bogas de Cima e a ETAR Bogas do Meio.

14.2.1.6 Subsistema de Capinha

O Subsistema de Capinha serve o Município de Fundão e descarrega o efluente tratado na bacia do Tejo. A ETAR da Capinha está dimensionada para tratar os efluentes de cerca de 700 hab. eq. e um caudal estimado de cerca de 89 m^3/dia no ano horizonte de projeto. O esquema de tratamento preconizado baseia-se num sistema de tratamento de Tanque Imhoff mais Leito de Macrófitas. As fases líquida e sólida compreendem as seguintes etapas:

- Líquida: (1) Tratamento Preliminar: Obra de Entrada (Gradagem); (2)- Tratamento Biológico: Tanque Imhoff e Lagoa de macrófitas.
- Sólida: as lamas produzidas serão conduzidas para outra ETAR para receberem o tratamento adequado.

14.2.1.7 Subsistema de Castelejo

O Subsistema de Castelejo serve o Município de Fundão e descarrega o efluente tratado na bacia do Tejo. A ETAR de Castelejo está dimensionada para tratar os efluentes de cerca de 1.640 hab. eq. e um caudal estimado de cerca de 206 m3/dia no ano horizonte de projeto. O esquema de tratamento preconizado baseia-se num sistema de tratamento de Tanque Imhoff mais Leito de Macrófitas. As fases líquida e sólida compreendem as seguintes etapas:

- Líquida: (1) Tratamento Preliminar: Obra de Entrada (Gradagem); (2) Tratamento Biológico: Tanque Imhoff e Lagoa de macrófitas.
- Sólida: as lamas produzidas serão conduzidas para outra ETAR para receberem o tratamento adequado.

O subsistema é constituído por, aproximadamente, 5,36 km de intercetores em exploração, com diâmetros de 200 mm, em PPc.

14.2.1.8 Subsistema de Castelo Novo

O Subsistema de Castelo Novo serve o Município de Fundão e descarrega o efluente tratado na bacia do Tejo. A ETAR de Castelo Novo, a integrar, está dimensionada para tratar os efluentes de cerca de 170 hab. eq. e um caudal estimado de cerca de 60 m3/dia no ano horizonte de projeto. O esquema de tratamento preconizado baseia-se num sistema de tratamento de Tanque Imhoff. As fases líquida e sólida compreendem as seguintes etapas:

- Líquida: (1) Tratamento Preliminar: Obra de Entrada (Gradagem); (2) Tratamento Biológico: Tanque Imhoff.
- Sólida: desidratação de Lamas (Leitos de Secagem).

14.2.1.9 Subsistema De Fundão

O Subsistema de Fundão serve o Município de Fundão e descarrega o efluente tratado na bacia do Tejo. A ETAR do Fundão está dimensionada para tratar os efluentes de cerca de 26.700 hab. eq. e um caudal estimado de cerca de 4.601 m3/dia no ano horizonte de projeto. O esquema de tratamento preconizado baseia-se num sistema de tratamento de Lamas Ativadas. As fases líquida e sólida compreendem as seguintes etapas:

- Líquida: (1) Tratamento Preliminar: Obra de Entrada (Gradagem, Remoção de areias e gorduras); (2) Tratamento Biológico: Decantação Primária, Lamas Ativadas. Arejamento Prolongado e Decantador Secundário.
- Sólida: Espessador Gravítico, Desidratação de Lamas.

O subsistema é constituído por, aproximadamente, 43 km de intercetores em exploração, com diâmetros compreendidos entre 200 e 500 mm, em material PPc e PVC. Cerca de 3,05 km de intercetores do Município do Fundão foram integrados neste subsistema e cerca de 2,56 km de intercetores do Município do Fundão serão a integrar neste subsistema.

O subsistema é constituído por 5 estações elevatórias em exploração: EEAR Alcaria 1 (Parque de Merendas), EEAR Alcaria 2 (Antiga Compacta), EEAR Valverde Pedreira, EEAR Aldeia de Joanes e EEAR Fundão, e por, aproximadamente, 3,35 km de condutas elevatórias das quais 0,28 km estão já em exploração, com diâmetros de 110 mm, em O material PEAD e PVC. Cerca de 0,28 km de condutas elevatórias do Município do Fundão foram integradas neste subsistema. E cerca de 3,07 km de condutas elevatórias serão a construir neste subsistema.

14.2.1.10 Subsistema de Janeiro de Cima

O Subsistema de Janeiro de Cima serve o Município de Fundão e descarrega o efluente tratado na bacia do Tejo. A ETAR de Janeiro de Cima, remodelada está dimensionada para tratar os efluentes de cerca de 450 hab. eq. e um caudal estimado de cerca de 52 m3/dia no ano horizonte de projeto. O esquema de tratamento preconizado baseia-se num sistema de tratamento de Tanque Imhoff mais Leito de Macrófitas. As fases líquida e sólida compreendem as seguintes etapas:

- Líquida: (1) Tratamento Preliminar: Obra de Entrada (Gradagem); (2) Tratamento Biológico: Tanque Imhoff e Lagoa de macrófitas.
- Sólida: - As lamas produzidas serão conduzidas para outra ETAR para receberem o tratamento adequado.

14.2.1.11 Subsistema de Lavacolhos

O Subsistema de Lavacolhos serve o Município de Fundão e descarrega o efluente tratado na bacia do Tejo. A ETAR de Lavacolhos, remodelada está dimensionada para tratar os efluentes de cerca de 350 hab. eq. e um caudal estimado de cerca de 52 m^3/dia no ano horizonte de projeto. O esquema de tratamento preconizado baseia-se num sistema de tratamento de Leitos Percoladores. As fases líquida e sólida compreendem as seguintes etapas:

- Líquida: (1) Tratamento Preliminar: Obra de Entrada (Gradagem); (2) Tratamento Biológico: Tanque Imhoff, Decantação Primária, Leito Percolador e Decantador Secundário.
- Sólida: - Desidratação de Lamas (Leitos de Secagem).

14.2.1.12 Subsistema de Orca

O Subsistema de Orca serve o Município de Fundão e descarrega o efluente tratado na bacia do Tejo. A ETAR da Orca está dimensionada para tratar os efluentes de cerca de 700 hab. eq. e um caudal estimado de cerca de 95 m^3/dia no ano horizonte de projeto. O esquema de tratamento preconizado baseia-se num sistema de tratamento de Tanque Imhoff mais Leito de Macrófitas. As fases líquida e sólida compreendem as seguintes etapas:

- Líquida: (1) Tratamento Preliminar: Obra de Entrada (Gradagem); (2) Tratamento Biológico: Tanque Imhoff e Lagoa de macrófitas.
- Sólida: - as lamas produzidas serão conduzidas para outra ETAR para receberem o tratamento adequado.

14.2.1.13 Subsistema de São Martinho

O Subsistema de São Martinho serve o Município de Fundão e descarrega o efluente tratado na bacia do Tejo. A ETAR de São Martinho, a integrar está dimensionada para tratar os efluentes de cerca de 230 hab. eq. e um caudal estimado de cerca de 30 m3/dia no ano horizonte de projeto. O esquema de tratamento preconizado baseia-se num sistema de tratamento de Tanque Imhoff mais Leito de Macrófitas. As fases líquida e sólida compreendem as seguintes etapas:

- Líquida: (1) Tratamento Preliminar: Obra de Entrada (Gradagem); (2) Tratamento Biológico: Tanque Imhoff e Lagoa de Macrófitas.
- Sólida: - Desidratação de Lamas (Leitos de Secagem).

14.2.1.14 Subsistema de Silvares

O Subsistema de Silvares serve o Município de Fundão e descarrega o efluente tratado na bacia do Tejo. A ETAR de Silvares está dimensionada para tratar os efluentes de cerca de 1.500 hab. eq. e um caudal estimado de cerca de 186 m3/dia no ano horizonte de projeto. O esquema de tratamento preconizado baseia-se num sistema de tratamento de Lamas Ativadas. As fases líquida e sólida compreendem as seguintes etapas:

- Líquida: (1) Tratamento Preliminar: Obra de Entrada (Gradagem); (2) Tratamento Biológico: Lamas Ativadas Arejamento Prolongado, Decantador Secundário.
- Sólida: Espessador Gravítico, Desidratação de Lamas.

O subsistema é constituído por, aproximadamente, 1,6 km de intercetores em exploração, com diâmetros de 200 mm, em PPc e PVC. Integra 1 estação elevatória construída e em exploração, a EEAR Silvares, e é constituído por, aproximadamente, 0,04 km de condutas elevatórias em exploração, com diâmetros de 90mm, em PEAD.

14.2.1.15 Subsistema de Soalheira

O Subsistema de Soalheira serve o Município de Fundão e descarrega o efluente tratado na bacia do Tejo. A ETAR de Soalheira, remodelada está dimensionada para tratar os efluentes de cerca de 1.765 hab. eq. e um caudal estimado de cerca de 161 m3/dia no ano horizonte de projeto. O esquema de tratamento preconizado baseia-se num sistema de tratamento de Leitos Percoladores mais Leito de Macrófitas. As fases líquida e sólida compreendem as seguintes etapas:

- Líquida: (1) Tratamento Preliminar: Obra de Entrada (Gradagem e Remoção de areias); (2) Tratamento Biológico: Tanque Imhoff, Leito Percolador, Decantador Secundário, Lagoa de Macrófitas (Tratamento Terciário).
- Sólida: Desidratação de Lamas (Leitos de Secagem).

14.2.2 Sistemas em baixa

Para além de ainda se encontrarem em início de funcionamento muitos dos sistemas em baixa que foram construídos em 2015 e não se podendo ainda fazer um diagnóstico dos mesmos, o diagnóstico dos restantes sistemas prende-se apenas com a necessidade de garantir os parâmetros de qualidade da água residual tratada descarregada em conformidade com as respetivas licenças de descarga, situação que não tem vindo a ser garantida em todos os sistemas.

Os sistemas de Martianas e de Castelo Novo não poderão garantir parâmetros de qualidade compatíveis com as necessidades atuais uma vez que são sistemas muito rudimentares de tratamento primário.

Quadro 75: População potencialmente servida por sistemas em baixa, por localidade

Localidade	N.º Habitantes	Localidade	N.º Habitantes
Pesinho	130	Gândaras	35
Alqueidão	64	Escaldado	13
São Martinho	171	Zebras	136
Bogas de Baixo	103	Vale Mindinho	30
Ladeira	20	Vale de Urso	43
Maxial	44	Freixial	146
Urgeiro	26	Cortiçada	97
Boxinos	36	Quinta do Monte Leal	96
Descoberto	30	Mata da Rainha	86
Malhada Velha	84	Enxames	314
Açor	94	Amieiro Alto	20
Castelo Novo	128	**Total**	**1946**

Fonte: INE – Censos 2011

Neste sentido, face ao diagnóstico da situação existente, estão já previstas as seguintes intervenções ou intenções:

- **Vales de Pêro Viseu** - Esta localidade dispõe de rede de saneamento de águas residuais que drena sem qualquer tratamento para uma linha de água. Deverá ser prevista uma solução de tratamento para as águas residuais produzidas nesta localidade, que pode passar pela construção de uma estação elevatória que encaminhe o efluente para a localidade de Pêro Viseu ou construir uma solução autónoma de tratamento.
- **Cabeço do Pião** - A localidade de Cabeço do Pião, na freguesia de Silvares, com uma população de 37 habitantes, não dispõe atualmente de sistema de saneamento de águas residuais. Assim, será construída uma rede de drenagem gravítica, com um comprimento de aproximadamente 2100 m, em PVC DN200, responsável pela recolha e encaminhamento do efluente até à ETAR compacta cuja construção está prevista na povoação. Esta infraestrutura a construir, será responsável pelo tratamento a nível secundário do efluente produzido neste sistema. As ações a desenvolver no âmbito do correto funcionamento sistema farão parte dos investimentos a acordar com a concedente a partir do 9º ano da concessão, uma vez que não fazem parte do Plano de Investimentos Obrigatório.
- **Casal Álvaro Pires** - A localidade de Casal Álvaro Pires não dispõe atualmente de sistema público de saneamento de águas residuais. Assim, a solução preconizada para este sistema de saneamento tem o objetivo de servir a população que reside nesta localidade. Desta forma, será construída uma nova rede de drenagem gravítica, com um comprimento aproximado de 1300m, em PVC DN 200. Pela rede de coletores serão reencaminhadas as águas residuais até a uma ETAR compacta a construir ou poder-se-á construir uma estação elevatória que encaminhe as mesmas para a ETAR de Vale Mendinho.
- **Póvoa da Palhaça** - Dado que as localidades pertencentes a este sistema não apresentam atualmente qualquer tipo de sistema público de saneamento de águas residuais, deverá ser construída uma rede gravítica que engloba ainda as povoações de Rapoula e Quinta da

Feijoeira e que encaminhará o respetivo efluente para uma nova estação elevatória. A estação elevatória localizada numa zona baixa da Quinta da Feijoeira, através de uma conduta elevatória, entregará o efluente num coletor gravítico responsável pela recolha do efluente dos lugares de Póvoa da Palhaça e de Quinta da Torre, até uma segunda estação elevatória. Esta segunda estação elevatória, encaminhará o efluente, através de uma conduta elevatória, até a um coletor gravítico, a montante da ETAR, a construir e onde será entregue todo o efluente. A ETAR compacta realizará um tratamento de nível secundário de todo o efluente produzido pela população residente neste sistema.

Os troços mais recentemente construídos permitiram alargar as áreas servidas (e que se representam nas peças desenhadas), localizando-se em Alcaide, Alcaria (Ribeiro da Senhora e Vale de Sandim), Aldeia Nova, Fundão (Abrigo de São José e Sesmarias), Póvoa e Souto da Casa.

14.3 RECOLHA E TRATAMENTO DE RESÍDUOS SÓLIDOS

O Plano Estratégico para os Resíduos Sólido Urbanos (PERSU II) "*define as prioridades e estabelece as metas que se pretendem atingir para o período 2007-2016 em matéria de resíduos sólidos urbanos*", e pretende, no essencial a "*aplicação de medidas que permitam aumentar a eficiência e a eficácia das práticas de gestão de RSU, na prossecução de uma otimização global e integrada, e de um cada vez menor recurso à deposição em aterro através da maximização da reciclagem e, subsidiariamente, de outras formas de valorização*". Esta tem sido a linha de atuação da Resiestrela, conforme se pode constatar da análise que se desenvolve em seguida.

É de destacar que o presente capítulo se concentra essencialmente na caracterização do sistema de recolha e tratamento dos resíduos sólidos urbanos, uma vez que é muito reduzida a expressão de resíduos de outra natureza no concelho, nomeadamente por ausência de atividades geradoras de resíduos de natureza específica.

O sistema de recolha de Resíduos Sólidos Urbanos (RSU) atinge já há longos anos a totalidade da população concelhia, tendo-se verificado diversas intervenções neste âmbito, nomeadamente ao encerramento da lixeira municipal, à construção do Centro de Tratamento de Resíduos Sólidos da Cova da Beira e a instalação de ecopontos, visando a recolha seletiva dos resíduos. Mais recentemente, tem-se apostado na recolha diferenciada de resíduos, não só com a instalação de ecopontos mas também com a promoção de diversas campanhas de sensibilização das populações para a temática dos RSU.

A Resiestrela é responsável pela gestão do Sistema Multimunicipal de Triagem, Recolha Seletiva, Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos Urbanos (RSU's) provenientes do Municípios do Fundão. Os resíduos provenientes da recolha indiferenciada são alvo de valorização orgânica ou, em alternativa,

depositados no aterro sanitário, e os resíduos provenientes da recolha seletiva são triados e encaminhados para reciclagem.

No concelho do Fundão existe um Centro de Transferência de Resíduos (CTRSUCB) situado na Estrada de Pêro Viseu - Quinta das Areias, e um Ecocentro, situado na Zona Industrial do Fundão.

A recolha indiferenciada dos Resíduos Sólidos Urbanos (RSU) é efetuada a partir de equipamentos de deposição normalizados, nomeadamente baldes, contentores e molock's normalizados, com capacidade de, respetivamente de 110, 800 e 5000 litros, onde são colocados os resíduos domésticos ou outros semelhantes.

No concelho, em 2018, existiam 2.197 estruturas de recolha de resíduos sólidos urbanos, constituídas por 1.948 contentores de 800 litros, 58 moloks de 5000 litros, sediados maioritariamente na Cidade, 175 ecopontos, localizados na maioria dos aglomerados, 11 baldes de 110 litros e 4 ilhas ecológicas, todas elas situadas no centro da cidade do Fundão.

O número de baldes, contentores e/ou molok's por aglomerado é apresentado na respetiva peça desenhada.

Fotografia 239: Contentores plásticos (800 litros de capacidade)

Fotografia 240: Molok (5000 litros de capacidade)

Fotografia 241: Ecoponto

Quadro 76: Infraestruturas e recolha de resíduos sólidos urbanos, por freguesia (2018)

Freguesia	Baldes 110 L	Contentor 800 L	Moloks	Ilhas ecológicas	ecopontos	TOTAL
Alcaide		31	3		2	36
Alcaria		32	6		7	45
Alcongosta		35	2		2	39
Alpedrinha	2	81			2	85
Barroca		54			4	58
Bogas de Cima		41			5	46
Capinha	1	42			4	47
Castelejo		65			5	70
Castelo Novo		65			4	69

Freguesia	Baldes 110 L	Contentor 800 L	Moloks	Ilhas ecológicas	ecopontos	TOTAL
Enxames		58			4	62
Fatela		33	3		3	39
Lavacolhos		28			1	29
Orca		81			2	83
Pêro Viseu		52	2		4	58
Silvares	6	90			9	105
Soalheira		80			6	86
Souto da Casa	2	76			5	83
Telhado		50			4	54
Três Povos		71			3	74
UF Fundão, Valverde, Donas, A. Joanes, A. Nova Cabo		574	42	5	89	710
UF Janeiro de Cima e Bogas de Baixo		72			2	74
UF Póvoa de Atalaia e Atalaia do Campo		86			4	90
UF Vale de Prazeres e Mata da Rainha		151			4	155
TOTAL	**11**	**1948**	**58**	**5**	**175**	**2197**

Fonte: Câmara Municipal do Fundão e Lurec (2018)

O sistema de recolha indiferenciada, composto pelos molok, contentores e baldes, é da responsabilidade da Câmara Municipal, abrange a totalidade do concelho e processa-se de acordo com circuitos de recolha pré- definidos efetuados pela empresa LUREC (Limpeza Urbana e Reciclagem), contratada pela Câmara do Fundão. Estes circuitos servem todas as freguesias do concelho do Fundão. Uma vez recolhidos, os RSU são encaminhados para o Centro de Tratamento de Resíduos Sólidos Urbanos (CTRSUCB). A partir deste momento, cessa a responsabilidade da Câmara Municipal do Fundão em termos de RSU, ficando o resto do processo a cargo da Resiestrela.

O sistema de recolha diferenciada, composto pelos ecopontos e ilhas ecológicas, é da responsabilidade da Resiestrela e abrange a totalidade do concelho e processa-se de acordo com circuitos de recolha efetuados pela entidade responsável. Após a recolha dos resíduos diferenciados são reencaminhados para o Centro de Tratamento de Resíduos Sólidos Urbanos (CTRSU) localizado na Quinta das Areias, freguesia de Alcaria, concelho de Fundão, onde se encontra instalada a Central de Compostagem – onde é feita a separação da fração orgânica dos RSU e todo o procedimento que conduz à obtenção do composto final – e o Aterro Sanitário – que irá receber os produtos que não possuem qualquer capacidade de valorização para deposição final.

O Aterro Sanitário possui diversos sistemas de proteção ambiental, nomeadamente: sistema de drenagem de águas pluviais; sistema de captação e drenagem de lixiviados; sistema de captação e drenagem de biogás; sistema de tratamento de lixiviados. Estes últimos são conduzidos a uma Estação

de Tratamento de Águas Lixiviantes (ETAL) dotada de um sistema de tratamento biológico e um sistema de ultrafiltração.

A *recolha seletiva* é da inteira responsabilidade da Resiestrela, tendo sido neste domínio que se têm verificado as melhorias mais significativas, nomeadamente dotando um número crescente de áreas de ecopontos para deposição diferenciada de RSU.

Uma vez recolhidos estes resíduos serão encaminhados para a Estação de Triagem do CTRSU onde serão efetuadas as seguintes operações: (i) separação/triagem dos resíduos, nas diversas componentes; (ii) enfardamento dos diversos componentes, com exceção do vidro; (iii) armazenamento; (iv) limpeza dos resíduos; (v) expedição para unidades transformadoras que realizarão a sua valorização e reciclagem.

Fotografia 242: Central de Compostagem do CTRSUCB

Desta forma, no aterro sanitário são depositados apenas os resíduos resultantes da recolha indiferenciada que não têm qualquer aproveitamento, isto é, os resíduos rejeitados do processo de compostagem.

A deposição de resíduos "verdes" pode ser feita nos **ecopontos florestais**. Os ecopontos florestais são infraestruturas inovadoras no auxílio de combate a incêndios florestais, constituindo espaços vedados de aproximadamente 1ha de área, onde a população pode colocar em depósito e armazenamento temporário o material sobrante de podas de jardins ou da limpeza de terrenos agrícolas ou florestais. A sua localização é escolhida em função de um bom acesso, tanto para a deposição como para a recolha, pelo que estes espaços terão de permitir o armazenamento tanto de resíduos como da facilitação de circulação dos equipamentos necessários a esta atividade. O pavimento é constituído por saibro devidamente compactado com pendentes de 1% para permitir o escoamento das águas pluviais para o exterior do recinto. Em todos é prevista a limpeza tanto da faixa de interrupção de combustíveis com 10 m como da faixa de gestão de combustíveis com 40 m de acordo com o Decreto de Lei 124/2006 de 28 de junho. Para circulação de veículos, devem compreender um espaço de circulação com cerca de 20% da área total do ecoponto. Os ecopontos florestais de **Enxames** e **Souto da Casa** são de gestão particular e estão licenciados, enquanto que os de **Silvares** e **Soalheira** serão de gestão municipal

Os produtos armazenados terão como destino final a central de biomassa/central de compostagem do Fundão bem como outras finalidades previstas pela gestão da infraestrutura, de forma a ser

transformado em energia limpa, mantendo assim os terrenos limpos e criando faixas de contenção florestais, diminuindo a pegada ecológica provocada pelos incêndios florestais.

Assim, a Resiestrela produz corretivo orgânico, na Unidade de Tratamento Mecânico e Biológico, a partir do tratamento e compostagem da fração orgânica de resíduos urbanos ou de resíduos verdes, cuja utilização pretende:

- Promover a agregação dos minerais do solo e consequentemente uma melhoria da sua estrutura, aumentando a resistência aos processos de erosão;
- Aumentar o arejamento e a capacidade de absorção e retenção de água, regulando o fluxo hídrico do solo e prevenindo fenómenos de compactação e alagamento;
- Aumentar a eficiência da utilização de fertilizantes, permitindo a redução da sua aplicação e ao potenciar a absorção de nutrientes, em particular do fósforo e cálcio;
- Melhorar o desenvolvimento do sistema radicular das plantas;
- Estimular o desenvolvimento de fauna e flora favorável no solo;
- Aumentar a capacidade tampão do solo regulando as variações de pH e amenizando os efeitos da salinidade sobre as plantas, nomeadamente devido ao excesso de sódio.

Por último, importa referir que a prevenção e valorização de biorresíduos têm um importante papel no fecho dos ciclos de nutrientes, na preservação da biodiversidade, na redução das emissões antropogénicas de gases efeito estufa e na materialização de uma bioeconomia sustentável. Como tal, estes aspetos assumem um especial destaque em importantes estratégias Europeias e Nacionais (PAEC, Pacto Ecológico Europeu, PNGR, PERSU 2020+, RNC2050).

14.4 INFRAESTRUTURAS ELÉTRICAS, DE COMUNICAÇÃO E GASISTAS

O processo de avaliação das infraestruturas elétricas, de comunicação e gasistas a efetuar no âmbito da 1ª revisão do PDM de Fundão deve atender à sua adequação e capacidade de contribuição para os modos de desenvolvimento da comunidade definidos pelos órgãos autárquicos e restantes agentes de desenvolvimento local.

Nesta perspetiva as infraestruturas elétricas, de comunicação e gasistas (IECG) não são um mero serviço prestado por empresas públicas e/ou privadas a entidades/clientes públicos ou particulares, antes constituindo num fator tantas vezes impulsionador ou condicionador de uma determinada política de desenvolvimento. Assim, a existência de IECG de qualidade, fiáveis e a preços competitivos, contribui de forma significativa para a qualificação e atratividade do espaço físico a ser ocupado por potenciais investidores.

A operacionalização da gestão integrada destas infraestruturas no contexto autárquico pode passar pela constituição de um órgão de coordenação e consulta entre as distribuidoras e a autarquia, visando a tomada de decisões e a definição de estratégicas de desenvolvimento em tempo útil.

No âmbito da 1ª revisão do PDM será apenas efetuado um breve enquadramento do serviço prestado pelas diversas entidades, já que, as IECG devem, sim, ser consideradas no Plano para efeitos de condicionante à ocupação do território.

14.4.1 Infraestruturas Elétricas

No concelho do Fundão pode afirmar-se que o abastecimento de energia elétrica se encontra assegurado à totalidade da população, sendo praticamente inexistentes situações de residentes sem acesso à rede de distribuição elétrica.

De acordo com a informação prestada pela REN - Rede Elétrica Nacional, S.A., e conforme representado na respetiva peça desenhada, no concelho do Fundão identificam-se as seguintes infraestruturas da Rede Nacional de Transporte de Eletricidade (RNT):

- Subestação do Fundão (Instalação com Licença de Estabelecimento e em fase de construção);
- Linhas elétricas de muito alta tensão (400 kv):
  - LFR.FDA FALAGUEIRA-FUNDÃO, A 400 kV (Linha com Licença de Estabelecimento e em fase de construção);
- Linhas de alta tensão (220 kv):
  - RCC.FE2-FTL CAST.BRANCO-FERRO 2/FATELA, a 220 kV;
  - RCC.FE1-FTL CAST.BRANCO-FERRO 1/FATELA, a 220 kV;
  - LNC.FE-SPV PENAMACOR-FERRO/SRA PÓVOA, a 220 kV;
  - LCC.FE2-FTL CAST. BRANCO-FERRO 2/FATELA, a 220 kV;
  - LCC.FE1-FTL CAST.BRANCO-FERRO 1/FATELA, a 220 kV;
  - ABERTURA DA LINHA PENAMACOR - FERRO PARA A SUBESTAÇÃO DO FUNDÃO, a 220 kV (Linha com Licença de Estabelecimento e em fase de construção).

14.4.2 Infraestruturas de Comunicação

Tal como no caso anterior, pode-se considerar que o município do Fundão apresenta uma situação muito favorável ao nível da cobertura do concelho no domínio das infraestruturas de comunicação.

O setor das comunicações sofreu nas últimas duas décadas alterações profundas, não só ao nível do serviço prestado, mas sobretudo ao nível da operação, com várias empresas e entidades a fornecerem

estes serviços o coloca alguns entraves em termos de análise estatística de dados. Contudo, este não é decerto um domínio que inspire preocupação uma vez que não foram identificadas fragilidades na prestação do serviço, embora se verifiquem ainda insuficiências ao nível da cobertura por rede móvel de comunicações em algumas áreas do concelho.

No que concerne ao plano de infraestruturação de rede de fibra MEO/ALTICE, encontram-se em execução ou são previstos no curto prazo:

- Freguesia da Soalheira – os trabalhos inerentes à construção de rede fibra encontram-se em curso;
- Freguesia de Fatela – data prevista de disponibilização do serviço de rede fibra para finais de janeiro de 2021;
- União das Freguesias de Póvoa de Atalaia e Atalaia do Campo – data prevista de disponibilização do serviço de rede fibra para março 2021;
- Freguesia de Orca – data prevista de disponibilização do serviço de rede fibra no lugar de Martianas em março de 2021, restantes lugares da freguesia encontram-se em análise para inclusão no plano de infraestruturação de fibra ótica;
- União das freguesias de Janeiro de Cima e Bogas de Baixo – As localidades de Janeiro de Cima e Bogas de Baixo já têm serviço de fibra disponível. As restantes localidades da freguesia encontram-se em análise para inclusão no plano de infraestruturação de fibra ótica.

Paralelamente, a Câmara Municipal do Fundão pretende implementar a rede de IoT (Internet of Things), que permitirá que qualquer empresa desenvolva aplicações utilizando esta rede. A transmissão de dados e operação sobre a rede será totalmente controlada pela Câmara Municipal do Fundão, sendo disponibilizada gratuitamente à população, escolas, universidades e startups. Com esta rede pretende-se cobrir todo o Município e assim tornar o Fundão o primeiro concelho com cobertura total da rede LoRa.

LoRa é uma modulação dimensionada para LPWAN (Low Power Wide Area Network) para M2M (Machine to Machine) e IoT, permitindo aumentar o tempo de vida das baterias, através da utilização de chips disponíveis a baixo custo, para sistemas limitados ao nível da quantidade de informação que podem enviar. Esta modulação é muito semelhante à modulação FSK (Frequency-Shift Keying), sendo que aquela permite aumentar significativamente as distâncias de comunicação. A modulação LoRa é resistente à atenuação provocada pelo fenómeno do multi-percurso, mesmo quando utilizadas muito baixa potência. O protocolo utiliza toda a largura de banda para efetuar a transmissão de sinal. A modulação LoRa não está sujeita ao efeito de Doppler. A grande vantagem da modulação LoRa é a sua capacidade de efetuar comunicação de longo alcance, com muito baixa potência de transmissão.

O sistema compreenderá um servidor dedicado ao alojamento de toda a solução LoRa que ficará na Câmara Municipal do Fundão, e a instalação de diversos sistemas/antenas com localização prevista em Capinha, Mata da Rainha, Janeiro de Cima, Alcaide, Póvoa da Atalaia, Pêro Viseu, Três Povos, Câmara Municipal, Antenas Eólicas 2 (Janeiro de Cima e Bogas de Baixo), Antenas Eólicas 1 – Castelejo, Posto de vigia – Alcongosta e Orca.

Importa realçar que a Câmara Municipal prevê que todo o território venha a ser conectado à rede de banda larga 4G, nomeadamente no coração de todas as aldeias, numa ação estratégica em curso juntamente com a CIMBSE (Comunidade Intermunicipal das Beiras e Serra da Estrela).

14.4.3 Infraestruturas Gasistas

De acordo com a informação prestada pela REN - Gasodutos, S.A., e conforme representado na respetiva peça desenhada, no concelho do Fundão identificam-se as seguintes infraestruturas da Rede Nacional de Transporte de Gás Natural (RNTGN):

- ESTAÇÃO DE SECCIONAMENTO / ESTAÇÃO DE REGULAÇÃO DE PRESSÃO E MEDIÇÃO BV 10300 / GRMS 10309 (FUNDÃO)
- ESTAÇÃO DE SECCIONAMENTO BV 10250 (ATALAIA);
- GASODUTO PORTALEGRE / GUARDA (LOTE 5), LINHA 10001.

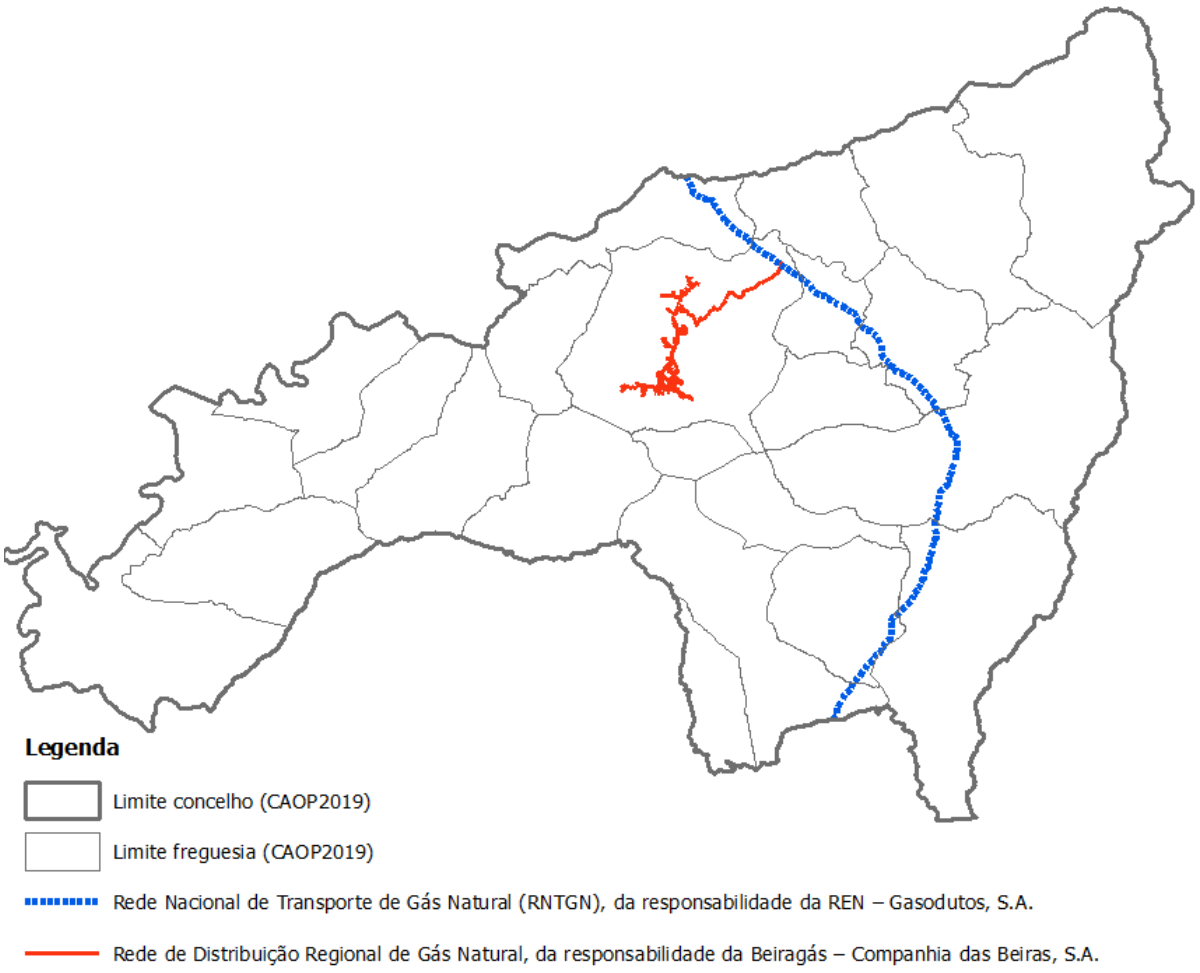
E relativamente à rede de distribuição de gás natural em serviço, de acordo com a informação da Galp energia, no Concelho do Fundão, pertença da BEIRAGÁS, empresa do grupo Galp Energia, a rede de distribuição possui um comprimento total 37.356 m, c/ Ø ≤200 mm.

O abastecimento de gás no concelho do Fundão é, em regra, feito com recurso ao gás de botija. Nos casos de maior consumo, nomeadamente em urbanizações recentes e instituições públicas ou privadas de maior dimensão, recorre-se ao gás a granel (por intermédio de depósitos próprios). Contudo, uma parte do concelho já se encontra abastecido por gás natural, sendo que é atravessado por um gasoduto que atravessa o concelho de Sul a Norte, em direção à Guarda.

O gasoduto entra no concelho pela freguesia de Castelo Novo, e atravessa as freguesias de Atalaia do Campo/ Póvoa da Atalaia, Orca, Vale de Prazeres, Enxames, Fatela, Valverde e Alcaria. A esta conduta liga-se a rede de distribuição de gás natural, que permite abastecer, entre outros locais, a cidade do Fundão.

A rede de gás natural abrange apenas a zona industrial do Fundão, a cidade do Fundão e a antiga freguesia de Aldeia de Joanes. A rede foi da responsabilidade da Beiragás, e atualmente a comercialização é feita por várias empresas: EDP, Endesa, Galp energia, Goldenergy.

Figura 40: Traçado do Gasoduto e da Rede de Gás Natural, no concelho do Fundão



Fonte: REN – Gasodutos, S.A.

15. RISCOS E PROTEÇÃO CIVIL

A temática dos riscos e da proteção civil tem vindo a adquirir ao longo dos anos mais recentes uma relevância crescente. A ocorrência de determinado tipo de fenómenos, de origem natural ou humana, encontra-se intrinsecamente associada à questão da ocupação do espaço e dos danos inerentes à ocorrência desses fenómenos, tendo por isso toda a pertinência que esta temática seja abordada no âmbito da disciplina das intervenções no território.

Conforme refere o Guia metodológico para a produção de cartografia municipal de risco e para a criação de SIG de base municipal "*a identificação, a caracterização e a avaliação metódica dos riscos naturais, tecnológicos e mistos que condicionam a segurança das comunidades são passos fundamentais no adequado desenvolvimento dos procedimentos de planeamento de emergência e de ordenamento do território*".

A reforçar esta ideia a Lei de Bases do Ordenamento do Território considera que "*acautelar a proteção civil da população, prevenindo os efeitos decorrentes de catástrofes naturais ou da ação humana*", constitui uma das finalidades da política de ordenamento do território e de urbanismo.

De acordo com o PROT-Centro, no que se refere ao sistema de riscos, é necessário em termos estratégico, entre outros aspetos, efetuar a articulação entre os objetivos e instrumentos de ordenamento do território e as políticas de prevenção e redução de riscos a diversas escalas, nomeadamente à escala municipal[40].

O PROT-Centro refere ainda, nas suas normas gerais, que em matéria de riscos "*devem ser considerados quatro vetores estratégicos que assegurem a compatibilidade entre o ordenamento do território, uma cultura de segurança e o desenvolvimento físico-urbanístico e socioeconómico:*

1. *Prevenção e redução da perigosidade: adotar por antecipação um conjunto de políticas e implementar ações que visem uma estratégia global de redução da perigosidade;*
2. *Redução da vulnerabilidade e mitigação dos riscos: adotar um conjunto de ações ou programas específicos visando limitar os efeitos decorrentes de acidentes graves ou catástrofes, promovendo o alerta, a redução do grau de exposição dos elementos instalados e incrementando a resiliência das populações;*
3. *Operações de socorro e emergência;*
4. *Promoção técnica/cientifica e da resistência social dos cidadãos".*

[40] A Proposta de PROT-C não está em vigor sendo certo que, a Resolução do Conselho de Ministros n.º 177/2021, de 17 de dezembro determina a elaboração do Programa Regional de Ordenamento do Território do Centro inexistindo, contudo, à presente data, documentos a ter em consideração na presente revisão do PDM.

É ao nível dos dois primeiros vetores que o PDM poderá dar o seu contributo definindo um modelo de ordenamento que procure minimizar o risco – sempre que tal seja possível no âmbito do ordenamento –, e regulamentando a intervenção no território.

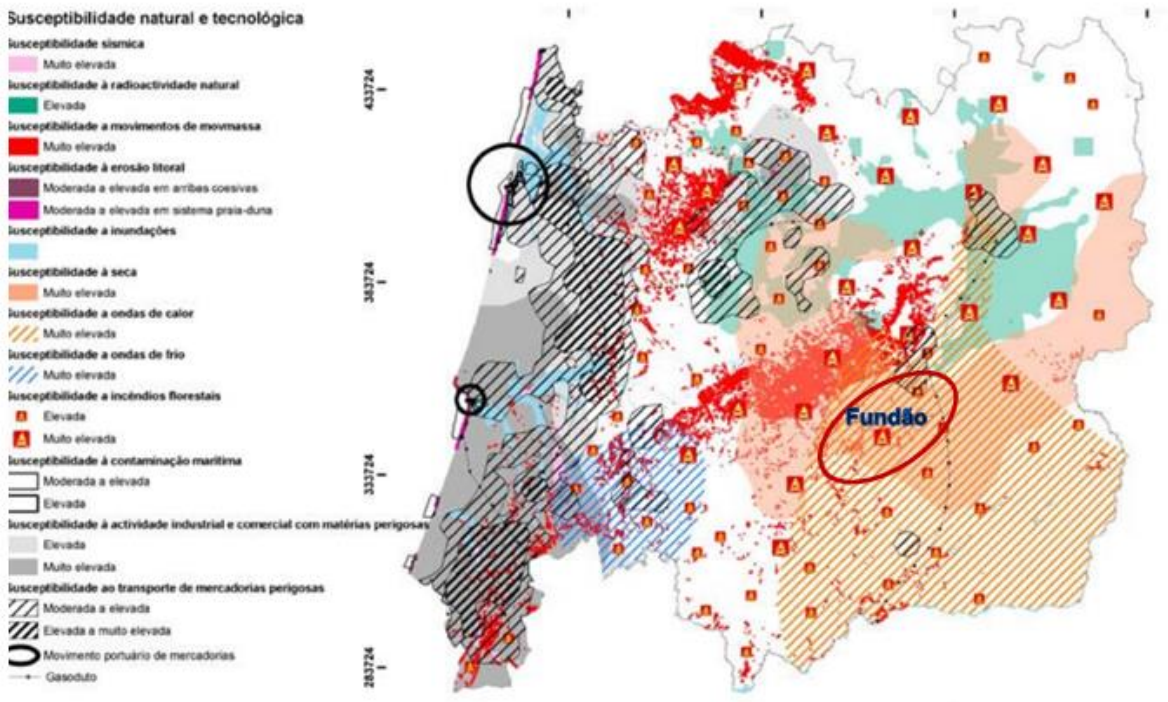
O PROTC define cinco espaços, que representam espaços de associação tipológica e de grau de incidência, com incidência na análise, gestão e operacionalização dos riscos. O concelho do Fundão insere-se na região da Cova da Beira, tal como enunciado no subcapítulo 3.7 do presente documento.

O concelho do Fundão, à escala do PROT, da observação da cartografia dos riscos do PROT Centro "Expressão territorial da perigosidade relacionada com os processos naturais e tecnológicos", encontra-se sujeito aos seguintes riscos, nomeadamente:

- Suscetibilidade a movimentos de massas de vertentes;
- Suscetibilidade a ondas de calor;
- Suscetibilidade à seca;
- Suscetibilidade a incêndios florestais;

  Suscetibilidade elevada ao transporte de mercadorias perigosas.

Figura 41: Síntese da Perigosidade na Região Centro (processos naturais e tecnológicos)



Fonte: Proposta do PROT Centro/CCDRC.2011

À escala do *Plano Intermunicipal de Adaptação às Alterações Climáticas –CIMBSE*, identifica-se a vulnerabilidade desse território face aos riscos relacionados:

- Com o aumento das temperaturas elevadas;
- Ocorrência de ondas de calor;
- Seca;
- Precipitação intensa com consequente aumento da ocorrência de cheias e inundações rápidas;
- Ocorrência de vento forte;
- Temperaturas baixas;
- Ondas de frio.

Para os riscos associados à ocorrência de vento forte, temperaturas baixas e ondas de frio, admitem-se eventuais diminuições de risco, embora não se exclua a possibilidade de poderem ocorrer pontualmente episódios com alguma intensidade.

Uma vez que o município do Fundão dispõe de Plano Municipal de Emergência e Proteção Civil (PMEPC) a análise da componente *riscos* será feita com recurso à informação que consta desse Plano uma vez que este documento procedeu a uma "*Análise do Risco*" detalhada, exaustiva e relativamente atual (2012).

O PMEPC foi já parcialmente abordado no subcapítulo 4.1.5, sendo que no presente contexto a análise incidirá, fundamentalmente sobre a avaliação feita pelo Plano relativamente à suscetibilidade do concelho à ocorrência de acidentes ou catástrofes decorrentes da ocorrência de riscos de ordem natural, humana ou de ambos. No que se refere aos riscos relacionados com os incêndios florestais, foi integrada a informação do Plano Municipal de Defesa da Floresta contra Incêndios (PMDFCI), considerando que este instrumento é mais recente, tendo sido aprovado em reunião de Comissão Municipal de Defesa da Floresta em 2017 e encontra-se em vigor até 2022.

O PMEPC do Fundão identifica os riscos que manifestam uma maior probabilidade de ocorrência na área do município, distinguidos pelas causas que possam estar na sua origem: riscos naturais, riscos tecnológicos e riscos mistos. Como o PMEPCF possui cartografia das áreas de risco, à escala municipal, foram cartografados na peça desenhada n.º 16, os Riscos Naturais, Tecnológicos e Mistos com relevância no contexto da revisão do PDM.

Considera-se também importante, considerando preocupações mais recentes, salientar os riscos naturais associados a fenómenos atmosféricos, nomeadamente as ações climáticas e a ação do vento.

Em sede de Proposta de Plano serão identificadas as possíveis situações de conflito entre os riscos presentes e as propostas de ordenamento, a eventual introdução ou agravamento de riscos e a conformidade do PDM com as orientações do PROT-Centro nesta temática[41]. Serão também, se necessário, definidas medidas restritivas e/ou mitigadoras de riscos e conflitos, bem como identificadas restrições e condicionantes ao uso do solo para cada tipo de risco.

15.1 RISCOS NATURAIS

O PMEPC do Fundão identifica um conjunto de fenómenos de origem natural suscetíveis de desencadearem, no território concelhio, catástrofes capazes de afetarem o sistema social. Os riscos naturais estão relacionados com processos e eventos de origem natural, estando associados ao "*comportamento dos sistemas naturais, considerando o grau de estabilidade e de instabilidade expresso pela vulnerabilidade a eventos de curta ou longa duração. As análises de risco natural estão relacionadas, desta maneira, às atividades que interferem e/ou são afetadas direta ou indiretamente por processos da dinâmica superficial ou interna da Terra*" (Castro, C. et al., 2005 in Egler, C., 1996).

O PMEPC do Fundão identifica no seu território os seguintes riscos naturais:

- Precipitação intensa, ciclones e tempestades (risco moderado);
- Ondas de calor e vagas de frio (risco elevado);
- Nevões e geadas (risco moderado);
- Cheias e inundações (risco moderado);
- Secas (risco moderado);
- Sismos (risco baixo).
- Movimentos de massa em vertentes (risco baixo);

Dos Riscos Naturais identificados, apenas foram cartografados os relativos às áreas suscetíveis a movimentos de massa em vertentes, com declives superiores a 30%, tal como constam no PMEPCF, e as zonas ameaçadas pelas cheias, de acordo com a delimitação da Câmara Municipal do Fundão em 2006, no âmbito do processo da Reserva Ecológica Nacional.

Os restantes riscos, relativos a fenómenos climáticos externos, identificados no âmbito deste Plano não foram cartografados pela dificuldade de expressão territorial e/ou pela reduzida relevância no contexto do ordenamento do território.

[41] A Proposta de PROT-C não está em vigor sendo certo que, a Resolução do Conselho de Ministros n.º 177/2021, de 17 de dezembro determina a elaboração do Programa Regional de Ordenamento do Território do Centro inexistindo, contudo, à presente data, documentos a ter em consideração na presente revisão do PDM.

15.2 RISCOS TECNOLÓGICOS

A evolução da ação do Homem, nomeadamente em termos de evolução tecnológica e industrial, veio introduzir a ocorrência de um outro tipo de catástrofe, que "*resultam de acidentes, frequentemente súbitos e não planeados, decorrentes da atividade humana*" (ANPC, 2009).

O PMEPC do Fundão, com relevância para a revisão do PDM, identifica neste domínio os seguintes riscos suscetíveis de originar uma catástrofe de origem tecnológica:

- Acidentes graves de tráfego: rodoviários, ferroviários e aéreo (risco elevado, moderado e baixo, respetivamente)
- Acidentes no transporte de mercadorias perigosas: Tuneis da Gardunha (risco muito elevado);
- Colapso de túneis, pontes e outras infraestruturas;
- Rutura de barragens – barragem de Capinha (risco elevado);
- Acidentes em condutas de transporte de substância perigosas – Gasoduto (risco baixo);
- Acidentes em parques industriais/zona industrial do Fundão (risco moderado);
- Acidentes em indústrias pirotécnicas e de explosivos (risco baixo);
- Acidentes em instalações de combustíveis (risco elevado);
- Emergências radiológicas (risco baixo);
- Incêndios em edifícios (risco elevado);
- Colapso de estruturas (risco baixo).

Neste âmbito na planta foram cartografados os traçados viários onde há maior probabilidade de risco de acidente, nomeadamente ao longo da A23, antiga EN18 e da via ferroviária da linha da Beira Baixa. No que se refere a outros riscos de acidente, identificam-se os Tuneis da Gardunha e Alpedrinha (A23), com risco ao transporte de mercadorias perigosas, o gasoduto, com risco ao transporte de substâncias perigosas, e a zona industrial do Fundão, pela presença de diversas atividades económicas. Não se identificaram Indústrias SEVESO no concelho.

Os restantes riscos, identificados no âmbito deste Plano não foram cartografados pela dificuldade de expressão territorial e/ou reduzida relevância no contexto do ordenamento do território.

15.3 RISCOS MISTOS

Por fim, os riscos mistos, "*resultam da combinação de ações continuadas da atividade humana com o funcionamento dos sistemas naturais*" (ANPC, 2009). O PMEPC do Fundão identifica como riscos mistos os seguintes:

- Incêndios Florestais (risco elevado);
- Acidentes de poluição (risco baixo).

O concelho do Fundão, apresenta uma forte predisposição para a ocorrência de incêndios florestais, sendo que as freguesias urbanas e envolventes à sede do Concelho constituem as de menor risco de incêndio explicado pela ocupação agrícola do solo.

Destacam-se as seguinte áreas de perigosidade alta e muito alta, decorrente da ocupação florestal e/ou dos declives acentuados:

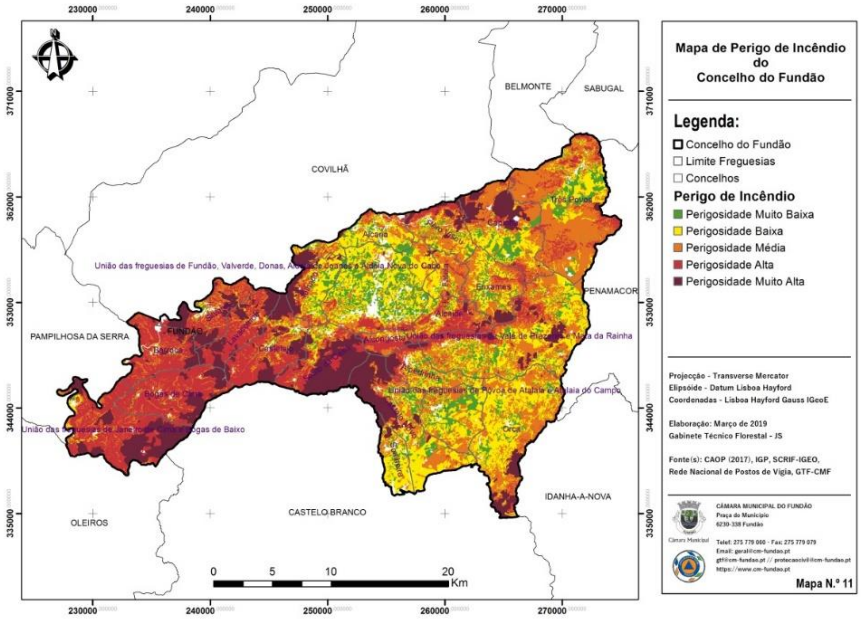
- Uma importante zona de eucaliptal na União de Freguesias de Três Povos (a NE), na fronteira com os Concelhos de Belmonte e Penamacor (perigosidade alta);
- A Serra da Gardunha, sobretudo entre o Souto da Casa/castelo Novo e Alcaide, em zona que apresenta declives muito acentuados e mancha de pinheiro bravo (perigosidade alta e muito alta);
- As manchas contínuas de pinheiro bravo associadas a declives acentuados a SW, na União de Freguesias de Janeiro de Cima e Bogas de Baixo e Freguesia de Bogas de Cima que se estendem pontualmente às freguesias de Silvares, Lavacolhos e Castelejo (perigosidade muito alta).

O concelho do Fundão pode definir-se como um Concelho de perigosidade de incêndio elevada, tal como a Figura seguinte e a peça desenhada n.º 16 representam.

O risco de incêndio florestal (que a combina a suscetibilidade, probabilidade, vulnerabilidade e o valor económico do território) coincide neste caso, com a perigosidade, destacando-se a importância de se conhecerem essas zonas de risco alto e muito alto no ordenamento do território, para a implementação de condicionantes e de medidas de redução do risco de incêndio florestal.

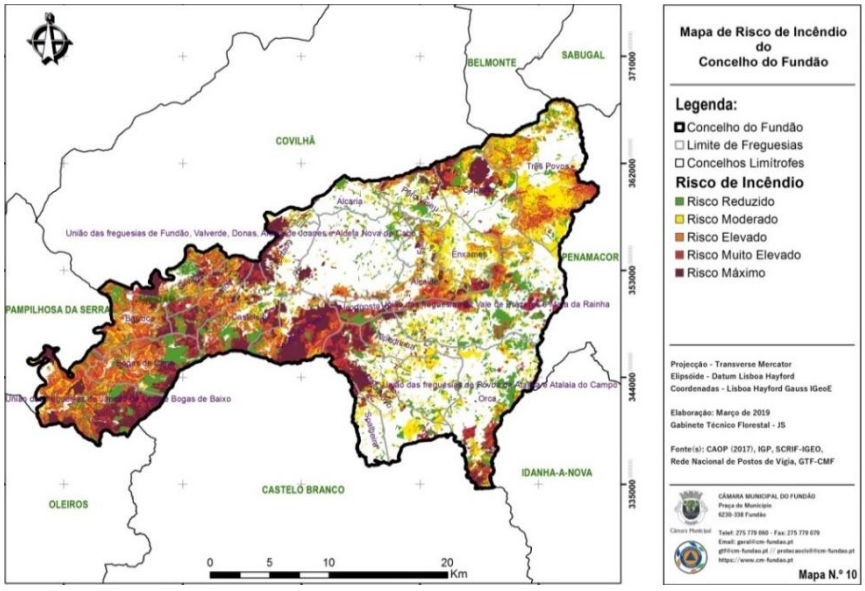
Os riscos relativos aos incêndios florestais, encontram-se ainda identificados no âmbito do PMDFCI.

igura 42: Carta de perigosidade de incêndio florestal do Concelho do Fundão



Fonte: PMDFCI do Fundão

Figura 43: Carta de risco de incêndio florestal do Concelho do Fundão



Fonte: PMDFCI do Fundão

Quanto aos riscos de acidentes por poluição, O concelho do Fundão apresenta ainda uma baixa predisposição para esses riscos, apontando-se no ponto 6.5 (Disfunções Ambientais) e ponto 15.2 (Riscos Tecnológicos) as atividades/ocupações do solo que se admite, que possam vir a causar episódios de poluição.

ANEXOS

Anexo I - Orientações de gestão - Plano sectorial da Rede Natura 2000

Anexo II – Pretensões e Sugestões apresentadas durante a prévia consulta pública

Anexo III – População Estrangeira

Anexo IV - Projetos aprovados e previstos para o município do Fundão

Anexo V – Funções centrais do setor público

Anexo VI – Alojamentos familiares

Anexo VII – Equipamentos Coletivos

Anexo VIII – Empreendimentos Turísticos e Alojamento Local

ANEXO I - ORIENTAÇÕES DE GESTÃO - PLANO SECTORIAL DA REDE NATURA 2000

Silvicultura	- Conservar / recuperar povoamentos florestais autóctones *Asphodelus bento-rainhae, Festuca elegans* (carvalhais) *Euphydryas aurinia* (com um subcoberto diversificado) - Conservar / recuperar vegetação dos estratos herbáceo e arbustivo *Euphydryas aurinia* - Adoptar práticas silvícolas específicas 6310; 91E0*; 9230; 9260; 9330; *Festuca elegans* *Asphodelus bento-rainhae* (nos castinçais favorecer o adensamento dos povoamentos de talhadia e manutenção desta tipologia produtiva; selecção e remoção de lenhas durante os ciclos de desbaste dos castanheiros) - Promover a regeneração natural 6310; 91E0*; 9230; 9330 - Condicionar a florestação 9330 *Asphodelus bento-rainhae* (florestação intensiva) - Tomar medidas que impeçam a florestação 4090 - Reduzir risco de incêndio 91E0*; 9230; 9330; *Chioglossa lusitanica; Euphydryas aurinia; Lacerta schreiberi; Lutra lutra; Rutilus alburnoides* *Asphodelus bento-rainhae* (limpeza selectiva de mato, no Inverno, em zonas de elevado risco de incêndio)
Agricultura e Pastorícia	- Conservar / promover sebes, bosquetes e arbustos *Asphodelus bento-rainhae* (nas ordas dos cerejais) *Euphydryas aurinia* (em áreas mais abertas, com o objectivo de criar locais de refúgio e reprodução) *Lutra lutra* (promover a manutenção/criação de sebes e bordaduras de vegetação natural na periferia das zonas húmidas) - Condicionar o cultivo de lenhosas *Asphodelus bento-rainhae* (localizações alternativas para novos cerejais, que não colidam com a área de ocorrência da espécie) - Condicionar expansão do uso agrícola 9330; *Asphodelus bento-rainhae* - Condicionar a intensificação agrícola *Chioglossa lusitanica; Euphydryas aurinia* - Condicionar uso de agro-químicos /adoptar técnicas alternativas *Chioglossa lusitanica; Euphydryas aurinia; Lacerta schreiberi* - Condicionar uso de agro-químicos /adoptar técnicas alternativas em áreas contíguas ao habitat *Asphodelus bento-rainhae; Chioglossa lusitanica; Lacerta schreiberi; Lutra lutra; Rutilus alburnoides* - Condicionar queimadas *Euphydryas aurinia* (particularmente nas fases de ovo e crisálida) - Salvaguardar de pastoreio 9230; 9330 - Manter práticas de pastoreio extensivo 4030; 6310 - Adoptar práticas de pastoreio específicas 6310 *Euphydryas aurinia* (baixo encabeçamento, preferencialmente bovinos) - Assegurar mosaico de habitats *Euphydryas aurinia* (áreas mais abertas, de prados e pastagens, alternadas com zonas não cortadas/abandonadas recentemente)

Construção e Infraestruturas	- Condicionar a construção de infra-estruturas 9330 *Chioglossa lusitanica; Lacerta schreiberi* (na construção de novas estradas ou alargamento das existentes, evitar proximidade às linhas de água) - Apoiar tecnicamente o alargamento de estradas e a limpeza de taludes *Asphodelus bento-rainhae* *Chioglossa lusitanica; Lacerta schreiberi* (se adjacentes às linhas de água, de forma a não aterrar/destruir as margens das linhas de água e a vegetação aí existente) *Euphydryas aurinia* (nas áreas mais sensíveis, efectuar estes trabalhos em função do ciclo de vida da espécie) - Condicionar expansão urbano-turística 9330; *Asphodelus bento-rainhae* *Chioglossa lusitanica; Lutra lutra* (de modo a não afectar as áreas mais sensíveis) - Condicionar construção de açudes em zonas sensíveis 91E0*; *Rutilus alburnoides* - Condicionar construção de barragens em zonas sensíveis 91E0*; *Lacerta schreiberi; Rutilus alburnoides* - Assegurar caudal ecológico *Lutra lutra; Rutilus alburnoides* - Melhorar transposição de barragens /açudes *Rutilus alburnoides* (colocação de passagens adequadas para peixes) - Reduzir mortalidade acidental *Lutra lutra* (passagens para fauna e sinalizadores em rodovias)
Outros Usos e Atividades	- Monitorizar, manter / melhorar qualidade da água *Chioglossa lusitanica; Lacerta schreiberi; Lutra lutra* *Rutilus alburnoides* (considerando como valores de referência os limites previstos para as "águas de ciprinídeos", de acordo com o disposto no Dec.-Lei nº 236/98, de 1 de Agosto) - Condicionar captação de água *Chioglossa lusitanica; Lutra lutra; Rutilus alburnoides* (nas zonas mais sensíveis e durante os meses de menor pluviosidade) - Condicionar drenagem *Chioglossa lusitanica* (em zonas mais sensíveis) - Conservar / recuperar vegetação ribeirinha autóctone *Chioglossa lusitanica; Lacerta schreiberi; Lutra lutra; Rutilus alburnoides* - Condicionar intervenções nas margens e leito de linhas de água 91E0*; 9230; *Chioglossa lusitanica; Lacerta schreiberi; Lutra lutra; Rutilus alburnoides* - Tomar medidas que impeçam as deposições de dragados ou outros aterros *Rutilus alburnoides* (em áreas mais sensíveis) - Regular dragagens e extracção de inertes *Rutilus alburnoides* (tomar medidas que impeçam a extracção de inertes nos locais de reprodução da espécie, em qualquer época do ano; nos restantes locais, condicionar durante a Primavera) - Ordenar acessibilidades 9330 - Ordenar prática de desporto da natureza *Rutilus alburnoides* (desportos associados a cursos de água) - Incrementar sustentabilidade económica de actividades com interesse para a conservação 6310; 9230; 9260; 9330 *Asphodelus bento-rainhae* (incentivos aos proprietários que optem por usos do solo e práticas vantajosas à conservação da espécie; estabelecer mecanismos de certificação ambiental da cereja)

Orientações específicas	- Manter / recuperar habitats contíguos 91E0* *Asphodelus bento-rainhae; Euphydryas aurinia* (assegurar corredores ecológicos) *Rutilus alburnoides* (assegurar *continuum* fluvial) - Estabelecer programa de repovoamento / reintrodução *Asphodelus bento-rainhae* - Impedir introdução de espécies não autóctones /controlar existentes 4030; 9330 *Chioglossa lusitanica; Euphydryas aurinia; Rutilus alburnoides* (implementar programas de controlo e erradicação de espécies vegetais exóticas invasoras das margens das linhas de água e encostas adjacentes, promovendo a sua substituição por espécies autóctones) *Lacerta schreiberi* (remover espécies vegetais exóticas pelo menos numa faixa de 50 m para cada lado das linhas de água) - Criar novos locais de reprodução, conservar/recuperar os existentes *Chioglossa lusitanica* (conservar/recuperar minas e galerias já identificadas) - Promover a manutenção de prados húmidos Euphydryas aurinia - Efectuar gestão por fogo controlado 4030

ANEXO II – PRETENSÕES E SUGESTÕES APRESENTADAS DURANTE A PRÉVIA CONSULTA PÚBLICA

Quadro 77: Participações Públicas, resultantes do período de consulta pública inicial

N.º	Requerente	Localização	Objetivos		Justificação	Classe Espaço
			De:	Para:		
1	Camerola – Sociedade Hoteleira, Lda	Cascalho, Donas	Espaço Agro-Silvo-Pastoril	Urbano	Pretende integrar em perímetro uma grande área para urbanizar (moradias), uma vez que o terreno não tem aptidão agrícola, e tem contíguo o Hotel (aprovado) e uma indústria de mobiliário. Propõe também o aumento do índice de construção da área anexa ao complexo hoteleiro	Inclusão em Perímetro
2	José António Silva	Soalheira	Espaço Agro-Silvo-Pastoril	Espaço Industrial	Como proprietário de uma firma de comercialização de materiais de construção e de fabrico de blocos de cimento e outros produtos derivados pretende mudar de instalações e como tal pretende que a classe de espaço seja alterada para poder construir.	Criação de Espaços Industriais
3	Artur Dias Pombo	Quinta da Ordem, Fundão	Integrar em perímetro		O requerente vem em nome de todos os proprietários (abaixo assinado) solicitar que as construções existentes sejam incluídas em perímetro.	Inclusão em Perímetro
4	Junta de Freguesia de Valverde	Valverde	Pretende aumentar o perímetro urbano		Pretende que as zonas indicadas na planta sejam contempladas em perímetro para poderem ser ocupadas por moradias.	Pretensões das Juntas de Freguesia
5	"LAF" – Liga dos Amigos do Freixial	Freixial	Proposta de Alargamento do perímetro urbano do Freixial		Pretendem: (1) faixa de 100m para cada lado da EM 1065 (Freixial – Aldeia Nova do Cabo) até ao rib. Porto Carro; da via que liga Freixial a Telhado, até ao Rib. das Tapadas; e da via que liga Freixial ao Casal St.ª Maria; (2) desde a R. dos Olivais até ao Rib. do Salvado, toda a área Sul até à aldeia e numa faixa de 100m a Norte deste caminho; e (3) mais ampliações descritas na pretensão. Toda esta área já tem saneamento básico, rede de água, luz e telefone.	Inclusão em Perímetro
6	Sandra Isabel Brito Neves Pedrosa	Santa Menina, Donas	Espaço Agrossilvo-pastoril	Urbano	O terreno da requerente, com 2250 m^2, não tem aptidão agrícola e confina com terrenos já com moradias e tem acesso rodoviário e infraestruturas urbanas.	Pretende Construir
7	Francisco Gomes de Sousa	Catraia, Castelo Novo (EN18)	Rural	Urbano	É proprietário de um terreno rústico com cerca de 1350 m2 e pretende construir tendo	Pretende Construir

N.º	Requerente	Localização	Objetivos		Justificação	Classe Espaço
			De:	Para:		
					em conta as potencialidades de desenvolvimento, não colidindo com a Aldeia Histórica de Castelo Novo.	
8	Manuel Gonçalves Milheiro	Póvoa da Atalaia	Rural	Urbano	Pretende expandir o perímetro urbano de Póvoa da Atalaia ao longo do caminho municipal 1080, por forma a incluir o terreno de que é proprietário, que tem cerca de 1000 m^2.	Inclusão em Perímetro
9	Joaquim de Oliveira Campos	Telhado	Rural	Urbano	Pretende a expansão do perímetro urbano de Telhado, para incluir uma área já infraestruturada.	Inclusão em Perímetro
10	Felisberto dos Santos Martins Sousa	Vale da Lage e Moutinhal, Barroca	Rural	Urbano	Pretende o alargamento do perímetro urbano para incluir o sítio do Vale da Lage e o sítio do Moutinhal.	Inclusão em Perímetro
11	António Filipe Mesquita	Vale Salgueiro, Póvoa da Atalaia	Rural	Urbano	Como proprietário de uma parcela com 800m^2 pretende construir uma moradia.	Inclusão em Perímetro
12	José Miguel Mesquita	Vale Salgueiro, Póvoa da Atalaia	Rural	Urbano	Como proprietário de uma parcela com 860m^2 pretende construir uma moradia.	Inclusão em Perímetro
13	César Miguel dos Santos Oliveira	Vale Salgueiro, Póvoa da Atalaia	Rural	Urbano	Como proprietário de uma parcela com 1500m^2 pretende construir uma moradia.	Inclusão em Perímetro
14	Joaquim António Nunes da Silva	Vale Salgueiro, Póvoa da Atalaia	Rural	Urbano	Como proprietário de uma parcela com 2300m^2 pretende construir uma moradia.	Inclusão em Perímetro
15	Manuel Pereira Nabais	Vale Salgueiro, Póvoa da Atalaia	Rural	Urbano	Como proprietário de uma parcela com 1200m^2 pretende construir uma moradia.	Inclusão em Perímetro
16	Manuel Pereira Nabais	Vale Salgueiro, Póvoa da Atalaia	Rural	Urbano	Como proprietário de uma parcela com 5000m^2 pretende construir uma moradia.	Pretende Construir
17	Domingos José Alves Maior	Quinta da Espanadeira (EN18), Alcaria	Rural	Urbano	Como proprietário de um terreno que confina com a EN18 e adjacente a várias habitações, tendo já laborado no terreno uma fábrica de blocos, escritórios, vestiários e refeitório.	Inclusão em Perímetro
18	Maria Celeste Carrolo Vaz	Sítio Quintas (EN18), Alcaria	RAN	Urbano	Pretende construir uma moradia ou loteamento, por tornar a zona aprazível, não ter aptidão agrícola e ter na envolvente construções habitacionais.	Desafetação da RAN
19	Paulo Fernando Filipe Marques	Silvares	Zona Verde Urbana	Urbano	O terreno do proprietário já tem uma construção a poucos metros, pelo que pretende construir.	Mudança de Categoria de Espaço
20	José Nogueira Faísca	Meimoa, Fundão	Rural	Espaço Industrial	Como proprietário de uma parcela com 55000m^2, composto de terra de semeadura com árvores e carvalhal, e que desenvolve a atividade de lavagem de inertes, entulhos, pretende a legalização desta unidade como "Estabelecimento Industrial de britagem,	Criação de Espaços Industriais

N.º	Requerente	Localização	Objetivos		Justificação	Classe Espaço
			De:	Para:		
					lavagem e classificação de saibro e areias".	
21	João Manuel Vicente Domingues	Vale Salgueiro, Póvoa da Atalaia	Rural	Urbano	Como proprietário de uma parcela com 5000m^2 pretende construir uma moradia.	Inclusão em Perímetro
22	João Manuel Mesquita Cunha	Vale Salgueiro, Póvoa da Atalaia	Rural	Urbano	Como proprietário de uma parcela com 5000m^2 pretende construir uma moradia.	Inclusão em Perímetro
23	José André Taborda Colchete	Tapada do Ribeiro, Zebras, Orca	Rural	Urbano	Pretende incluir a parcela no perímetro para lotear	Inclusão em Perímetro
24	José André Taborda Colchete	Vale Salgueiro, Póvoa da Atalaia	Rural	Urbano	Pretende incluir a parcela no perímetro para poder urbanizar.	Inclusão em Perímetro
25	Manuel António Simões	Vale Salgueiro, Póvoa da Atalaia	Rural	Urbano	Como proprietário de uma parcela com 1000m^2 pretende construir uma moradia.	Inclusão em Perímetro
26	Paulo José Batista Gonçalves	Vale Salgueiro, Póvoa da Atalaia	Rural	Urbano	Como proprietário de uma parcela com 5000m^2 pretende construir uma moradia.	Inclusão em Perímetro
27	Baltazar Alves Luciano	Vale Salgueiro, Póvoa da Atalaia	Rural	Urbano	Como proprietário de uma parcela com 400m^2 pretende construir uma moradia.	Inclusão em Perímetro
28	António José Maroco dos Santos	Vale Salgueiro, Póvoa da Atalaia	Rural	Urbano	Como proprietário de uma parcela com 5000m^2 pretende construir uma moradia.	Inclusão em Perímetro
29	Paulo Jorge Ponciano Carriundo	Vale Salgueiro, Póvoa da Atalaia	Rural	Urbano	Como proprietário de uma parcela com 1200m^2 pretende construir uma moradia.	Inclusão em Perímetro
30	António Rodrigues dos Santos	Vale Salgueiro, Póvoa da Atalaia	Rural	Urbano	Como proprietário de uma parcela com 1000m^2 pretende construir uma moradia.	Inclusão em Perímetro
31	António Alexandre Almeida Neves	Cortiçada, Vale de Prazeres	Rural	Urbano	Alargamento do perímetro urbano com uma faixa de 30 metros ao longo da EN 239 e EM 1075, Av. Monte das Amoreiras e Rua Monte das Amoreiras.	Inclusão em Perímetro
32	José António Agapito Garcia	Chão da Ponte, Valverde	Rural	Urbano	Pretende construir.	Pretende Construir
33	Victor Ferreira Antunes	-	-	-	(1) considera que os 5000m^2 como área mínima de terreno para construir são exagerados, sugerindo 800 – 1000m^2; (2) sugere que a zona envolvente à cidade (cruzamento de Alcaria até Souto da Casa/Donas até Telhado) seja classificada como urbana.	Sugestões de Particulares
34	José Boavida Bernardino (igual à n.º 31)	Vale de Prazeres	Rural	Urbano	Alargamento do perímetro urbano com uma faixa de 30 metros ao longo da EN 239 e EM 1075, Av. Monte das Amoreiras e Rua Monte das Amoreiras.	Inclusão em Perímetro
35	António Esteves Pombo	Quinta do Quintã (EN18), Alcaria	Rural	Urbano	Como proprietário de um terreno que confina com a EN18 e adjacente a várias habitações, tendo já laborado no terreno uma fábrica de blocos, escritórios, vestiários e refeitório.	Inclusão em Perímetro

N.º	Requerente	Localização	Objetivos		Justificação	Classe Espaço
			De:	Para:		
36	João Boavida Chasgueira (igual à n.º 31)	Vale de Prazeres	Rural	Urbano	Alargamento do perímetro urbano com uma faixa de 30 metros ao longo da EN 239 e EM 1075, Av. Monte das Amoreiras e Rua Monte das Amoreiras.	Inclusão em Perímetro
37	Joaquim Reis Antunes	Barroca	Rural	Urbano	Pretende que o terreno seja incluído no perímetro, em virtude se ser um pequeno prédio rústico sem potencialidades para fins agrícolas.	Inclusão em Perímetro
38	José Venceslau Leandro Almeida	Olivais do Carvalhal, Valverde	RAN	Urbano	Como proprietário de um prédio com 1700 m2 e ocupado por um olival, pretende construir uma moradia.	Desafetação da RAN
39	José Manuel Nogueira da Silva	Quintas do Monte Leal e Catrão, Vale de Prazeres	Rural	Urbano	Sugere a criação de uma faixa urbana de 30 metros de largura ao longo da EM 1075, entre a placa de início e a de final das localidades.	Inclusão em Perímetro
40	Maria da Conceição Prata e Joaquim José Carvalho Tavares	Donas	Rural	Urbano	Os requerentes pretendem o alargamento do perímetro para poder efetuar uma operação de loteamento.	Inclusão em Perímetro
41	Junta de Freguesia de Silvares	Silvares	Espaço Silvo-pastoril	Urbano	Acusam a receção da exposição de Irene Maria Pires Serra Proença solicitando que o terreno de que é proprietária seja inserido em espaço urbano.	Pretensões das Juntas de Freguesia
42	CIDESA – Companhia Industrial de Aglomerados do Fundão, SA	Fundão	Espaço Industrial	Espaço Urbano	O requerente pretende que a tipologia de ocupação seja alterada, passando de industrial para habitacional e serviços.	Mudança de Categoria de Espaço
43	Junta de Freguesia de Bogas de Baixo	Bogas de Baixo	Rural	Urbano	A J.F. apresenta uma proposta de redefinição de perímetro, contemplando novas áreas de expansão.	Pretensões das Juntas de Freguesia
44	António Manuel Ramalho Abrantes	Valverde	RAN	Urbano	Pretende construir uma moradia unifamiliar no seu terreno que fica situado numa zona onde já existem diversas construções e já infraestruturado.	Desafetação da RAN
45	Luís Fernandes Afonso	Monte da Pia/ Rib. dos Casais (estrada Cortiçada – Monte Leal), Vale de Prazeres	Rural	Urbano	Como proprietário de uma parcela com 3950m^2 pretende construir uma moradia.	Pretende Construir
46	Alfredo Caldeira Latado	Janeiro de Cima	Rural	Urbano	Pretende que o terreno de que é proprietário seja contemplado no perímetro urbano.	Inclusão em Perímetro
47	Comissão de Moradores	Quinta Nova Arieira e Granienez, Fundão	Rural	Urbano	Solicitam que a área identificada na planta seja integrada em espaço urbano.	Inclusão em Perímetro

N.º	Requerente	Localização	Objetivos		Justificação	Classe Espaço
			De:	Para:		
48	Cerâmica S. Pedro Lda, "O Mário" Restaurante Regional Lda e Isidro Brás Antunes	Sítio da Espanadeira, Alcaria	Espaço Agro-Silvo-Pastoril	Urbano	Os requerentes apresentam uma proposta de perímetro, que contempla as zonas urbanas definidas no PDM e engloba as outras construções existentes.	Inclusão em Perímetro
49	Manuel Abrantes da Cruz	Alcaide	Rural	Urbano	Pretende a expansão do perímetro urbano de Alcaide, uma vez que o terreno não tem aptidão agrícola e já está infraestruturado.	Inclusão em Perímetro
50	José António Rebelo Ferreira	Quinta de S. Pedro – Vale do Arabôa, Fundão	RAN (perímetro de regadio da Cova da Beira)	Urbano	Pretende que o terreno seja integrado em espaço urbano uma vez que nas proximidades já existem diversas moradias e a tendência ser cada vez maior.	Inclusão em Perímetro
51	Fernando Amadeu Simões Dias Barata	Barroca	Rural	Urbano	O requerente sugere que o perímetro seja alargado na encosta Sul do Cabeço de N. Sr.ª da Rocha, entre a EN 238 e o Santuário, por forma a incluir diversas construções existentes.	Inclusão em Perímetro
52	Maria Hermínia Ladeira Pires/ abaixo assinado	Lavacolhos	Rural	Urbano	A requerente e o abaixo assinado de moradores de Lavacolhos pretendem o alargamento do perímetro urbano de por já estar infraestruturado e não terem aptidão agrícola.	Inclusão em Perímetro
53	Manuel Galvão Daniel (igual à n.º 52)	Barroca	Rural	Urbano	O requerente sugere que o perímetro seja alargado na encosta Sul do Cabeço de N. Sr.ª da Rocha, entre a EN 238 e o Santuário, por forma a incluir diversas construções existentes.	Inclusão em Perímetro
54	Junta de Freguesia de Pêro Viseu	Pêro Viseu	-	-	A J.F. pretende aumentar o perímetro, salientando que para os terrenos da Junta se pretende: (Zona A) implementar várias infraestruturas de apoio à população; (Zona B) afetar à instalação de pequenas oficinas, tais como, carpintarias, serralharias e outras atividades não poluentes; (Zona C) excluir da REN e expandir o Parque de Lazer e Miradouro e noutra encosta o Campo de Tiro; (Zona D) passar a urbanizável; (Zonas Urbanizáveis) já estão infraestruturadas.	Pretensões das Juntas de Freguesia
55	Junta de Freguesia de Pêro Viseu	Vales de Pêro Viseu, Pêro Viseu			A J.F. pretende expandir o perímetro urbano de Pêro Viseu.	Pretensões das Juntas de Freguesia
56	Cristina Maria Silva Aguilar Costa	Espanadeira, Alcaria	Rural	Urbano	A requerente pretende construir.	Pretende Construir

N.º	Requerente	Localização	Objetivos		Justificação	Classe Espaço
			De:	Para:		
57	Helder Barroqueiro Pires	Barroca	Rural	Urbano	O requerente pretende o alargamento de perímetro por forma a abarcar o seu terreno e poder construir uma moradia.	Inclusão em Perímetro
58	Maria Carmina Bento	Vale Paloio, Castelejo	Rural	Urbano	O requerente sugere que a área entre a EN 238 e a EN 352 seja incluída em perímetro urbano, por existirem já diversas construções neste eixo.	Inclusão em Perímetro
59	Ernesto dos Santos Torres Esteva	Cruzamento da EN18 para Castelo Novo, Castelo Novo	Rural	Urbano	Pretende que as construções existentes sejam integradas em perímetro, sendo a única zona com probabilidade de desenvolvimento não colidindo com a Aldeia Histórica de Castelo Novo.	Inclusão em Perímetro
60	José Carlos Louro Bento	Vale Salgueiro, Póvoa da Atalaia	Rural	Urbano	Como proprietário de uma parcela com 5000m^2 pretende construir uma moradia.	Inclusão em Perímetro
61	Júlio Martins	Quinta Senhora do Abade, Donas	Rural	Urbano	Pretende incluir em o terreno de que é proprietário.	Inclusão em Perímetro
62	Junta de Freguesia de Telhado	Telhado e Freixial	-	-	A J.F. pretende a criação de uma zona urbana no Lugar do Freixial e a ampliação do espaço urbano de Telhado, junto à EN 343.	Pretensões das Juntas de Freguesia
63	Noémia Maria Figueira Saraiva Borges	Alminhas, Souto da Casa	Rural	Urbano	Pretende desanexar o terreno de que é proprietário do espaço rural.	Inclusão em Perímetro
64	Armindo Custódio Antunes	Cabeço do Seixo/ Quinta Nova, Fundão	Rural	Urbano		Inclusão em Perímetro
65	João Valente Ribeiro	Quintas do Monte Leal e Catrão, Vale de Prazeres	Rural	Urbano	Sugere a criação de uma faixa urbana de 30 metros de largura ao longo da EM 1075, entre a placa de início e a de final das localidades.	Inclusão em Perímetro
66	Alberto Carlos – Hotel "O Alambique de Ouro"	EN 18 (Hotel do Alambique), Fundão	Rural	Urbano – Unidade Hoteleira	Como proprietário de um terreno com cerca de 50 000 m2, junto ao Hotel "O Alambique de Ouro" pretende que seja incluído em área urbana	Inclusão em Perímetro
67	Álvaro Rebestro Carlos	EN 18(frente ao Hotel do Alambique), Fundão	Rural	Urbano	Como proprietário de uma parcela com cerca de 20 000m2, pretende que seja incluída em perímetro.	Inclusão em Perímetro
68	Junta de Freguesia de Castelejo	Castelejo	-	-	A J.F. pretende o alargamento do perímetro urbano.	Pretensões das Juntas de Freguesia
69	Faustino Gil Fiens	Catrão, Vale de Prazeres	Rural	Urbano	O requerente pretende que o terreno, situado junto à igreja, seja incluído em perímetro.	Inclusão em Perímetro
70	Roberto Manuel Barroso Simão	Quinta Nova/ Cabeço do Seixo, Fundão	-	-	O requerente é proprietário de uma parcela com 5000m2, pretende fracioná-lo em três lotes. Sugere que a área	Sugestões de Particulares

N.º	Requerente	Localização	Objetivos		Justificação	Classe Espaço
			De:	Para:		
					mínima para construir em solo rural seja reduzida	
71	João Manuel Clemente Félix	Carvalhal, Valverde	Rural	Urbano	O requerente pretende que uma área seja incluída em perímetro, por considerar que dispõe de boa disposição geográfica, não ter aptidão agrícola, existirem enumeras construções no local e já ser servido por infraestruturas.	Inclusão em Perímetro
72	João Manuel Clemente Félix	Esparrela, Fatela	Espaço Agro-Silvo-Pastoril	Espaço Industrial	O requerente sugere a criação de um espaço industrial na freguesia de Fatela que permita a instalação de atividades industriais.	Criação de Espaços Industriais
73	João Manuel Clemente Félix	Vila Alberta, Fundão	Rural	Urbano	O requerente sugere que o sítio Vila Alberta, situado ao lado da Escola Serra da Gardunha, seja incluído em perímetro urbano por já dispor de todas as infraestruturas, confinar com a EN, ter boa disposição solar e vistas naturais e não ter aptidão agrícola.	Inclusão em Perímetro
74	João Manuel Clemente Félix	Valverde	-	-	O requerente sugere que o índice máximo de construção seja de 0.6 no local de Rosales (espaço urbanizável), por considerar que é uma área limítrofe à sede do concelho com bastante procura.	Sugestões de Particulares
75	João José Alverca Santos	Baxiqueiros, Enxames	Rural	Urbano	O proprietário pretende construir no seu terreno.	Pretende Construir
76	José Fernandes Marques	Martianas, Orca	Rural	Urbano	O requerente sugere que a entrada nas Martianas, estrada Orca- Aldeia de Sta Margarida seja contemplada em perímetro urbano.	Inclusão em Perímetro
77	Horácio Dias Mota	S. Martinho	Rural	Urbano	O requerente pretende que o perímetro do aglomerado de S. Martinho seja alargado por forma a incluir as construções existentes.	Inclusão em Perímetro
78	José Manuel Daniel Martins	Enxabarda	RAN	Urbano	O proprietário pretende licenciar uma moradia.	Desafetação da RAN
79	Fernando Luís dos Santos Proença	Telhado	Rural	Urbano	O requerente pretende o alargamento do perímetro, uma vez que a área já possui as infraestruturas básicas.	Inclusão em Perímetro
80	José Manuel Santos Galante	Naves/ Nave de Baixo, Aldeia de Joanes	RAN	Espaço Agro-Silvo-Pastoril	Pretende desafetar o seu terreno da RAN para poder construir.	Desafetação da RAN
81	Álvaro Antunes guilherme	Aldeia do Freixial dos Potes, Telhado	Rural	Urbano	O requerente, proprietário de um terreno com cerca de 3500m2, pretende que este	Inclusão em Perímetro

N.º	Requerente	Localização	Objetivos		Justificação	Classe Espaço
			De:	Para:		
					seja incluído no perímetro para poder construir.	
82	Paulo Jorge Brito Gonçalves	Carvalhal, Valverde	Verde Urbano	Urbano	O requerente pretende viabilizar uma construção.	Mudança de Categoria de Espaço
83	Maria Stella Mesquita Abrantes	Atalaia do Campo	Rural	Urbano	A requerente é titular do loteamento n.º 4/2001 em Atalaia do Campo, e pretende adicionar uma parcela de grande dimensão por forma a uniformizar a zona urbana.	Inclusão em Perímetro
84	Maria João dos Santos Batista	Pesinho, Alcaria	Rural	Urbano	A requerente pretende que a inclusão da área identificada em perímetro por considerar que poderá ser um local de expansão da povoação, ser um local com boas acessibilidades, ser de fácil urbanização e o proprietário estar interessado em lotear o terreno.	Inclusão em Perímetro
85	Jorge de Carvalho achado	Alcaria	Rural	Urbano	O requerente, proprietário de um terreno em Alcaria, pretende que seja contemplado em zona urbana.	Inclusão em Perímetro
86	José Augusto Gonçalves de Andrade	Enguias, Soalheira	-	-	Como proprietário de um terreno com cerca de 1131m2, pretende construir uma moradia unifamiliar. Desta forma, e visto a área não permitir a construção, sugere que o valor da área mínima para construção em espaço rural seja reduzido.	Sugestão de Particulares
87	Maria da conceição Campos Galante Alves	Soalheira	Rural	Industrial	A requerente, como comerciante de queijo, sugere a criação de duas áreas industriais – Pólo Industrial Sul, na perspetiva de um desenvolvimento sustentável e criação de emprego.	Criação de Espaços Industriais
88						
89	Joaquim António Duarte Alves	Soalheira	Rural	Industrial	O requerente, como fabricante de queijo, sugere a criação de duas áreas industriais – Pólo Industrial Sul, na perspetiva de um desenvolvimento sustentável e criação de emprego.	Criação de Espaços Industriais
90	José Dias Gil	Soalheira	Rural	Industrial	O requerente, como proprietário de uma oficina de preparação de automóveis, sugere a criação de duas áreas industriais – Pólo Industrial Sul, na perspetiva de um desenvolvimento sustentável e criação de emprego.	Criação de Espaços Industriais
91	César Batista de Almeida	Quinta de S. Pedro, Fundão	Verde Urbano	Urbano	O proprietário considera que o seu terreno não tem qualquer aptidão agrícola, pelo que considera que deve	Mudança de Categoria de Espaço

N.º	Requerente	Localização	Objetivos		Justificação	Classe Espaço
			De:	Para:		
					ser passível de ser urbanizado.	
92	Maria Beatriz Gonçalves Guedes	Quinta de S. Pedro, Panasqueira, Fundão	Rural	Urbano	O proprietário considera que o seu terreno não tem qualquer aptidão agrícola, pelo que considera que deve ser passível de ser urbanizado.	Inclusão em Perímetro
93	José Luís Nabais Lopes	Quinta de S. Pedro, Panasqueira, Fundão	Rural	Urbano	O proprietário considera que o seu terreno não tem qualquer aptidão agrícola, pelo que considera que deve ser passível de ser urbanizado.	Inclusão em Perímetro
94	João Marcelo Marques Barroca	Quinta de S. Pedro, Panasqueira, Fundão	Rural	Urbano	O proprietário considera que o seu terreno não tem qualquer aptidão agrícola, pelo que considera que deve ser passível de ser urbanizado.	Inclusão em Perímetro
95	José dos Santos Silva	Quinta de S. Pedro, Panasqueira, Fundão	Rural	Urbano	O proprietário considera que o seu terreno não tem qualquer aptidão agrícola, pelo que considera que deve ser passível de ser urbanizado.	Inclusão em Perímetro
96	José Lopes da Conceição	Quinta de S. Pedro, Panasqueira, Fundão	Rural	Urbano	O proprietário considera que o seu terreno não tem qualquer aptidão agrícola, pelo que considera que deve ser passível de ser urbanizado.	Inclusão em Perímetro
97a 97b 97c 97d 97e	Albano Antunes Oliveira	Sítio dos Prados, Qta de S.Sebastião, Qt.a de S. Pedro, Qt.a do Carcavão, Qt.a da Sr.ª Miradouro	Rural	Urbano	Atendendo à localização de cada parcela, e já se encontrarem envolvidos por zonas habitacionais com grande incremento, o requerente solicita a inclusão de cada uma em perímetro.	Inclusão em Perímetro
98	Rosa Maria Nabais Lopes Duarte	Quinta de S. Pedro, Panasqueira, Fundão	Rural	Urbano	O proprietário considera que o seu terreno não tem qualquer aptidão agrícola, pelo que considera que deve ser passível de ser urbanizado.	Inclusão em Perímetro
99	Joaquim Alfredo Gaspar	Quinta de S. Pedro, Panasqueira, Fundão	Rural	Urbano	O proprietário considera que o seu terreno não tem qualquer aptidão agrícola, pelo que considera que deve ser passível de ser urbanizado.	Inclusão em Perímetro
100	José Francisco Ascensão	Couda, Alcaria	Espaço Agro-Silvo-Pastoril	Urbano	O requerente pretende a inclusão da parcela em zona urbana, por já estar infraestruturada.	Inclusão em Perímetro
101	Nuno Filipe Sanches Farinha	Santa Menina, Valverde	Rural	Industrial	O requerente pretende implementar uma empresa no ramo de pintura automóvel com o apoio do Programa Operacional da Economia. E como tal pretende viabilizar essa construção no seu	Criação de Espaços Industriais

N.º	Requerente	Localização	Objetivos		Justificação	Classe Espaço
			De:	Para:		
					terreno que tem cerca de 5300m2.	
102	Isaura Faria Dias Santos Lobato	Quinta do Brejo, Alcaria	-	Espaço de Vocação Turística	A requerente pretende classificar a parcela como Espaço de Interesse turístico por considerar que a vocação agrícola dos terrenos comportará com a adaptação do atual edificado a uma zona turística, embora de caracter rural, ou na figura de aldeamento turístico.	Mudança de Categoria de Espaço
103	João António Marques Cerdeira	Escarigo	Rural	Urbano	Pretende que a parcela seja incluída em perímetro em virtude de haver várias construções e de ser uma zona de expansão onde já existe saneamento básico.	Inclusão em Perímetro
104	José Luís Salvado Martins	Quinta de S. Pedro, Panasqueira, Fundão	Rural	Urbano	O proprietário considera que o seu terreno não tem qualquer aptidão agrícola, pelo que considera que deve ser passível de ser urbanizado.	Inclusão em Perímetro
105	José Antunes Cardoso	Janeiro de Cima	Rural	Urbano	O requerente pretende construir na uma moradia unifamiliar num terreno com cerca 1860 m2, e por não interferir no aspeto urbanístico da envolvente da Capela de Espírito Santo.	Pretende Construir
106	Maria Manuela Pereira Oliveira Pião Nogueira	Qta do Prazo, Fundão	Rural	Urbano	A requerente pretende que a sua propriedade seja incluída no perímetro da Cidade.	Inclusão em Perímetro
107	João José Robalo Torres	Quinta da Meimoa, Fundão	RAN/REN	Urbano	O requerente pretende que os terrenos sejam desanexados da RAN e REN por forma a permitir a construção para fins comerciais, industriais ou habitação.	Desafetação da RAN e Exclusão da REN
108	João Barros da Cruz	Fundão	-	-	O requerente sugere que o número de pisos e os índices de construção sejam aumentados, conforme a ocupação nas proximidades - comércio, serviços e habitação em edifícios com 4 pisos de volumetria.	Sugestão de Particulares
109	António José Tavares de Brito	Grade de Ouro, Valverde	RAN	Urbano	O proprietário pretende que o terreno seja retirado da RAN por considerar que não tem capacidade para uso agrícola, que existem diversas habitações unifamiliares, e ter água proveniente da rede pública.	Desafetação da RAN
110	José António Oliveira Alves	Carvalhal, Valverde	Rural	Urbano	O requerente sugere o alargamento do perímetro de Carvalhal, por considerar que há procura de terrenos pela proximidade ao Fundão, houve melhoria nas acessibilidades e já existem diversas construções fora do perímetro.	Inclusão em Perímetro

N.º	Requerente	Localização	Objetivos		Justificação	Classe Espaço
			De:	Para:		
111	Mónica Santos	Fundão	-	-	Apela para que os terrenos sejam vendidos a preços simbólicos por forma a atrair a população local e do resto do pais.	Sugestão de Particulares
112	Junta de Freguesia de Castelo Novo	Castelo Novo	Rural	Urbano	Sugere que seja contemplado em espaço urbano uma faixa (100 metros para cada lado) de construção ao logo da EN 18, entre a Catraia de Castelo Novo e a Estação de Castelo Novo (passagem de nível) numa extensão de 1.8Km.	Pretensões das Juntas de Freguesia
113	Maria de Lurdes Mateus Infante	Gândaras (EN18), Castelo Novo	Rural	Urbano	A requerente pretende construir uma moradia, uma vez que já existem diversas habitações e saneamento básico	Pretende Construir
114	Junta de Freguesia de Alcongosta	Alcongosta	-	-	(1) prolongamento do perímetro até ao caminho de S. Gens; (2) desafetação da REN do terreno do C.J. e o futuro Polidesportivo; (3) aumentar perímetro para incluir construções existentes; (4) elaborar um Plano de Pormenor para o aglomerado.	Pretensões das Juntas de Freguesia
115	Luís Abrantes da Silva	Senhora do Abade, Donas	Urbano	Rural	O requerente pretende contemplar em perímetro urbano o lado Sul da via por já existirem diversas moradias.	Inclusão em Perímetro
116	Joaquim de Oliveira Forte	Catrais, Largo do Espírito Santo, Quintal do Pátio, Quintal da R. Nova, Chão do Cemitério, Qta Tília, Alcongosta	Urbano	Rural	O requerente pretende que sejam incluídos em perímetro as seis propriedades referidas.	Inclusão em Perímetro
117	Jacinto Batista Martins	Fundão	RAN	Urbano	Como proprietário de uma parcela com cerca de 12 ha, a pouca distancia do espaço urbanizável do Fundão, pelo que sugere o alargamento do perímetro para incluir a sua parcela.	Desafetação da RAN
118	João Ribeiro	Gramenesa, Mineira, Fundão	Rural	Urbano	O requerente sugere que a parcela em questão passe a ser contemplado no eventual alargamento da Zona Urbana.	Inclusão em Perímetro
119	José Martins Sanches	Aldeia de Joanes	Rural	Urbano	Como proprietário de um terreno com cerca de 15000m2, sugere que seja incluído em perímetro urbano.	Inclusão em Perímetro
120	Manuel Henriques Marques	Carvalhal, Valverde	Rural	Urbano	O proprietário pretende construir uma moradia, uma vez que no local já existirem diversas construções, se situar junto a uma estrada e ser o único onde pode construir.	Inclusão em Perímetro

N.º	Requerente	Localização	Objetivos		Justificação	Classe Espaço
			De:	Para:		
121	Junta de Freguesia de Alcaide	Alcaide	-	-	Alterações previstas: (1) alargamento de perímetro para incluir construções existentes; (2) idem; (3) idem; (4) incluir em perímetro 2 projetos em construção.	Pretensões das Juntas de Freguesia
122	Luís Fernandes da Silva	Cortiçada, Vale de Prazeres	Rural	Urbano	Alargamento do perímetro urbano com uma faixa de 30 metros ao longo da EM 1075, entre as placas de início e fim da localidade.	Inclusão em Perímetro
123	José Joaquim Ferreira Mendes	Carvaçal/ Quintãs, Salgueiro	Rural	Urbano	Como proprietário de um terreno com 2600m2, situado fora do regadio, pretende incluí-lo em perímetro por forma a poder construir uma moradia.	Inclusão em Perímetro
124	António José Reis Marrucho	Monteiro, Alcaria	Rural	Urbano	-	Inclusão em Perímetro
125	João Manuel Dias de Matos Ferreira (Deputado Municipal)	Soalheira	Rural	Industrial	Sugere a implementação do Polo Industrial Sul do Fundão na freguesia da Soalheira, pelas acessibilidades (A23) e pela dinâmica empresarial.	Criação de Espaços Industriais
126	Marco António Moreno de Matos Pereira	Soalheira	Rural	Industrial	O requerente, como empresário de laticínios, sugere a criação de duas áreas industriais – Pólo Industrial Sul, na perspetiva de um desenvolvimento sustentável e criação de emprego.	Criação de Espaços Industriais
127	José António Matos Oliveira Silva	Soalheira	Rural	Industrial	O requerente, como comerciante de materiais de construção, sugere a criação de duas áreas industriais – Pólo Industrial Sul, na perspetiva de um desenvolvimento sustentável e criação de emprego.	Criação de Espaços Industriais
128	João José Cavalheiro Lucas	Soalheira	Rural	Industrial	O requerente sugere a criação de duas áreas industriais – Pólo Industrial Sul, na perspetiva de um desenvolvimento sustentável e criação de emprego.	Criação de Espaços Industriais
129	António Lopes de Carvalho	Soalheira	Rural	Industrial	O requerente sugere a criação de duas áreas industriais – Pólo Industrial Sul, na perspetiva de um desenvolvimento sustentável e criação de emprego.	Criação de Espaços Industriais
130	Transportes Mercadorias Manuel Gonçalves	Soalheira	Rural	Industrial	O requerente sugere a criação de duas áreas industriais – Pólo Industrial Sul, na perspetiva de um desenvolvimento sustentável e criação de emprego.	Criação de Espaços Industriais
131	Duarte Ferreira Combustíveis Lda	Soalheira	Rural	Industrial	O requerente, como comerciante de combustíveis e derivados, sugere a criação de duas áreas industriais – Pólo Industrial Sul, na perspetiva de um	Criação de Espaços Industriais

N.º	Requerente	Localização	Objetivos		Justificação	Classe Espaço
			De:	Para:		
					desenvolvimento sustentável e criação de emprego.	
132	Lurec – Limpeza e Reciclagem	Soalheira	Rural	Industrial	O requerente, como sendo essencial para a distribuição dos polos produtivos por todo o concelho do Fundão, sugere a criação de duas áreas industriais – Pólo Industrial Sul, na perspetiva de um desenvolvimento sustentável e criação de emprego.	Criação de Espaços Industriais
133	Junta de Freguesia de Silvares	Silvares	Zona Verde Urbana	Urbano	O munícipe Paulo Fernando Filipe Marques sugere que a tipologia de espaço em que a sua parcela está inserida seja alterada	Pretensões das Juntas de Freguesia
134	João Manuel Dias de Matos Ferreira	Soalheira	Rural	Industrial	O requerente, como comerciante de produtos para a agricultura, sugere a criação de duas áreas industriais – Pólo Industrial Sul, na perspetiva de um desenvolvimento sustentável e criação de emprego.	Criação de Espaços Industriais
135	Junta de Freguesia de Aldeia de Joanes	Aldeia de Joanes	Rural	Urbano	Pretende a integração de novas áreas ao perímetro urbano (Qta do Cercado), por considerar que esta área já tem construções existentes embora mal servidas por infraestruturas.	Pretensões das Juntas de Freguesia
136	Luís Filipe Faia Morgadinho	Silvares	Espaço Agro-Silvo-Pastoril	Urbano	Pretende incluir o seu terreno em perímetro pois já está servido pelas infraestruturas necessárias.	Integração em Perímetro
137	António de Jesus Sereno	Soalheira	Rural	Industrial	O requerente, como fabricante de Lareiras, sugere a criação de duas áreas industriais – Pólo Industrial Sul, na perspetiva de um desenvolvimento sustentável e criação de emprego.	Criação de Espaços Industriais
138	Jorge Manuel Fernandes	Vinha Grande, Valverde	Rural	Urbano	O proprietário pretende que a restante parcela do seu terreno seja incluída em perímetro.	Inclusão em Perímetro
139	Artur Pombo Dias	Quinta da Ordem, Fundão	Rural	Urbano	Como proprietário de uma parcela com cerca de 5000m2, pretende que seja inserida em perímetro, por já existirem diversas construções e ser servido pelas infraestruturas básicas.	Inclusão em Perímetro
140	Construções Santa Isabel, Lda	Largo da Sr.ª da Conceição	-	-	Pretendem construir, pelo que requerem que com a revisão do PDM a sua situação seja resolvida. – construção de edifícios com 6 pisos.	Pretende Construir
141	António Pombo Dias (igual à n.º 139)	Quinta da Ordem, Fundão	Rural	Urbano	Como proprietário de uma parcela com cerca de 5000m2, pretende que seja inserida em perímetro, por já existirem diversas	Inclusão em Perímetro

N.º	Requerente	Localização	Objetivos		Justificação	Classe Espaço
			De:	Para:		
					construções e ser servido pelas infraestruturas básicas.	
142	Construções Santa Isabel, Lda (igual à n.º 140)	Largo da Sr.ª da Conceição	-	-	Pretendem construir, pelo que requerem que com a revisão do PDM a sua situação seja resolvida. – construção de edifícios com 6 pisos.	Pretende Construir
143	José Manuel Colchete Anacleto	Orca	Rural	Urbano	O requerente pretende que a parcela seja incluída no perímetro urbano de Orca	Inclusão em Perímetro
144	José António Agapito Garcia (*)	Chão da Ponte, Valverde	Rural	Urbano	O proprietário pretende que o seu terreno seja incluído em espaço urbano.	Inclusão em Perímetro
145	Manuel Bonifácio Caroso	Donas	Rural	Urbano	O proprietário pretende construir uma moradia.	Pretende Construir
146	Maria de Lurdes Corte Real Boavida Gomes	Valverde	Rural	Urbano	Pretende o alargamento do perímetro ao longo da EN239 e EM1075, Av. Monte das Amoreiras e uma faixa urbana ao longo destas vias com cerca de 30 metros.	Inclusão em Perímetro
147	Junta de Freguesia de Lavacolhos	Lavacolhos	-	-	A J.F. pretende que o perímetro urbano seja alargado, uma vez que os proprietários das casas velhas não cedem as propriedades, as casas a que estavam disponíveis para reabilitar já se esgotaram e que o perímetro já não permite a construção de novos edifícios.	Pretensões das Juntas de Freguesia
148	Junta de Freguesia de Donas	Donas	-	-	A J. F. Pretende que o perímetro urbano seja alargado: (1) na zona da rotunda à cidade do Fundão; (2) na zona dos Cascalhos, envolvente em toda a estrada de Donas-Valverde, com ligação ao nó da A23, (3) na parte da zona da Sr. Do Abade e Santa Menina; (4) parte da zona da Maria Negra, junto ao antigo Seminário, onde se encontra em construção o Hotel; (5) zona do bairro de S. Sebastião (Teixugas), até à Quinta da Carvalha e Tapada das Freiras; (6) toda a zona envolvente ao S. Roque, senhora do Souto (Complexo desportivo), até Chãos; (7) toda a zona da EM de Teixugas – Alcaide a Sul e Norte da EM; (8) englobar Chãos em perímetro e aumentar a área limítrofe.	Pretensões das Juntas de Freguesia
149	Roberto Manuel Barroso Simão	Quinta Nova/ Cabeço do Seixo, Fundão	Rural	Urbano	O requerente pretende fracionar a sua parcela com 5000m2 em três lotes.	Inclusão em Perímetro
150	António da Silva Fernandes	Lage da Cova da Meimoa, Fundão	Espaço Agro-Silvo-Pastoril	Industrial	O requerente pretende que o terreno seja classificado como espaço passível de ocupar com indústria, comércio e serviços, para construir um	Criar Espaços Industriais

N.º	Requerente	Localização	Objetivos		Justificação	Classe Espaço
			De:	Para:		
					pavilhão destinado ao armazenamento de madeiras e derivados.	
151	Patrícia Carvalhão Baltazar Mendes Canatário	Quinta Nova, Fundão	Espaço Agro-Silvo-Pastoril	Urbano	A requerente pretende aprovar um estudo urbanístico (loteamento) composto por diversas moradias, lar de idosos, jardim público, um equipamento de utilização coletiva e comércio e serviços.	Inclusão em Perímetro
152	José António Fiúza Correia de Sá	Tapada da Eira/Zebras, Orca	Espaço Agro-Silvo-Pastoril	Urbano	O requerente pretende o aumento do perímetro de Zebras por forma a incluir o terreno do requerente e permitir a aprovação do estudo apresentado.	Inclusão em Perímetro
153	Construções Santa Isabel, Lda (igual à n.º 140)	Largo da Sr.ª da Conceição	-	-	Pretendem construir, pelo que requerem que com a revisão do PDM a sua situação seja resolvida. – construção de edifícios com 6 pisos.	Pretende Construir
154	Junta de Freguesia de Salgueiro	Salgueiro	-	-	A J.F. pretende o alargamento do perímetro de Salgueiro e Quintãs, que a construção de barracões agrícolas seja mais facilitada, porque estando em zona de regadio é quase impossível a sua construção.	Pretensões das Juntas de Freguesia
155	Junta de Freguesia de Silvares	Silvares	-	-	A J.F. solicita: (1) inclusão de uma área para a implantação do loteamento industrial do Souto; (2) alargamento do perímetro nas imediações; (3) alargar até ao sítio do cruzeiro (50m ao longo da EN 238) e até ao Vale Tomar; (4) alterar as áreas classificadas como Verde Urbano em urbanas; (5) incluir em perímetro o Cabeço do Pião.	Pretensões das Juntas de Freguesia
156	Francisco Geraldes Filipe	Vale de Prazeres	Rural	Urbano	O requerente pretende que o perímetro de Vale de Prazeres seja alargado.	Inclusão em Perímetro
157	Junta de Freguesia de Aldeia de Joanes	Aldeia de Joanes	-	-	A J.F. sugere à CM a marcação de uma reunião para serem traçadas linhas de orientação conjuntas.	Pretensão das Juntas de Freguesia
158	Jorge Batista Carpinteiro Gaspar	Quinta de S. Pedro, Panasqueira, Fundão	Rural	Urbano	O proprietário considera que o seu terreno não tem qualquer aptidão agrícola, pelo que considera que deve ser passível de ser urbanizado.	Inclusão em Perímetro
159	António da Silva Fernandes	Lage da Cova da Meimoa, Fundão	Espaço Agro-Silvo-Pastoril	Industrial	O requerente pretende que o terreno seja classificado como espaço passível de ocupar com indústria, comércio e serviços, para construir um pavilhão de móveis e comércio.	Criar Espaços Industriais
160	Jorge de Carvalho Machado	Alcaria	Rural	Urbano	O proprietário pretende que o seu terreno seja desanexado	Pretende Construir

N.º	Requerente	Localização	Objetivos		Justificação	Classe Espaço
			De:	Para:		
					do espaço rural e ser considerado urbano.	
161	Manuel Galante dos Santos	Vale Grande (EN 239), Orca	-	-	O requerente solicita que a área mínima para construção em solo rural seja reduzida, pois considera que os 10000m2 um valor bastante elevado, o que inviabiliza a construção de uma moradia unifamiliar.	Sugestões de Particulares
162 163	Fernando Manuel Alves da Silva Pacheco Torgal	Vale Paloio, Souto da Casa	Rural	Urbano	O requerente pretende viabilizar o loteamento.	Inclusão em Perímetro
164	Maria Fernanda da Silva Relvas	Quinta da Ordem	Rural	Urbano	A requerente representa alguns proprietários desta zona e solicita que os terrenos sejam incluídos em espaço urbano.	Inclusão em Perímetro
165	Junta de Freguesia de Souto da Casa	Souto da Casa	-	-	A J.F. sugere: (1) fazer referência à EN 352, Castelo Branco-Fundão; (2) Criação de Equipamentos – creche, Centro de Apoio Permanente para idosos, centro de convívio em Vale de Urso, Parque infantil, parque desportivo polivalente, centro comunitário que albergue um centro de artes e ofícios, posto de turismo, venda de artesanato e produtos gastronómicos, associações e coletividades, fundação a Casa da Castanha e do Castanheiro, criação da Rota das azenhas e moinhos, casas e oficinas tradicionais, parque de lazer de azenha da Figueira, praia fluvial no sítio de Cascalhais e pavimentação de algumas aldeias; (3) Propostas de Infraestruturas; (4) análise do relatório; (5) análise do regulamento (6) Criar Perímetro para: Cruzeiro, Vale Palaio, ourela, Vale Mendinho, Casal de Álvaro Pires.	Pretensões das Juntas de Freguesia
166	João Albano Marques Gonçalves	Fundão	Rural	Urbano	Como proprietário de uma parcela com cerca de 6500m2 solicita que seja integrada em espaço urbano.	Inclusão em Perímetro
167	Estela Gomes Pereira Roxo	Cabecinho, Fundão	RAN	Urbano	Como proprietária de um terreno integrado na cidade e junto à linha do caminho de ferro, solicita que seja desafetado da RA para poder construir uma moradia unifamiliar.	Desafetação da RAN
168	Armindo Custódio Antunes	Fundão	Rural	Urbano	O requerente pretende que o loteamento (Loteamento da Boavista) seja inserido em espaço urbano	Inclusão em Perímetro

N.º	Requerente	Localização	Objetivos		Justificação	Classe Espaço
			De:	Para:		
169	Ângelo Martins Gonçalves	Quinta da Ordem, Fundão	RAN	Urbano	O requerente sugere a elaboração de um Plano de Pormenor para a área em questão, uma vez que o terreno tem 10000m2 e não pode ser fracionado para a construção.	Desafetação da RAN
170	Junta de Freguesia de Bogas de Cima	Bogas de Cima	-	-	A J.F. sugere o alargamento (de acordo com as plantas) do perímetro de Boga de Cima, de Bogas do Meio e Malhada Velha.	Pretensões das Juntas de Freguesia
171	Esmeralda Maria Nunes Fernandes Cavaca	Alcaide	Rural	Urbano	A requerente é proprietária de um terreno que está no interior do aglomerado, confina com a via pública, tem rede elétrica, acesso a todas as infraestruturas, pelo pretende que seja incluído no perímetro urbano de Alcaide.	Inclusão em Perímetro
172	José F. Barroca Monteiro	Silvares	Rural	Urbano	O requerente sugere que o perímetro se estenda para Nascente, por forma a incluir as construções existentes	Inclusão em Perímetro
173	Vítor Marques Dias/ Carlos Lopes/ Maria Grilo	Donas/ Teixugas	rural	Urbano	Os requerentes pretendem incluir as propriedades em perímetro para as ocupar com uma malha urbana de características habitacionais, valorizando o desenvolvimento da freguesia, dado a proximidade à Cidade.	Inclusão em Perímetro
174	Victor Manuel Antunes	Aldeia de Joanes	Espaço Agro-Silvo-Pastoril	Urbano	Como proprietário de um terreno com 37000m2 pretende que seja incluído em espaço urbano para poder lotear ou fazer um aldeamento turístico.	Inclusão em Perímetro
175	Fernando Manuel Rodrigues	Vale de Prazeres	Rural	Urbano	O requerente pretende que o perímetro de Vale de Prazeres seja alargado.	Inclusão em Perímetro
176	José dos Santos Alves	Lameira do Vale, Alcaria	Rural	Urbano	O proprietário pretende que o seu terreno seja incluído em perímetro, uma vez que já existem diversas construções.	Inclusão em Perímetro
177	Construções José Ramos Gil, Lda	Fundão	Rural	Urbano	Como proprietário de uma parcela com 13093m2 situada junto ao perímetro da Cidade, pretende que seja incluída em perímetro o loteamento que já se encontra aprovado para a propriedade.	Inclusão em Perímetro
178	José Dias Ribeiro	Enxabarda	Rural	Urbano	O requerente pretende que a sua propriedade seja incluída em perímetro por já existirem diversas construções e ter as infraestruturas necessárias.	Inclusão em Perímetro
179	Nuno Manuel Pereira Baltazar Mendes	Alcongosta	RAN	Urbano	O requerente sugere que em prol do desenvolvimento da freguesia, o terreno seja desafetado da RAN e incluído no perímetro urbano.	Desafetação da RAN

N.º	Requerente	Localização	Objetivos		Justificação	Classe Espaço
			De:	Para:		
180	Aníbal Dias Cardoso e Ilídio Dias Cardoso	Fundão	-	-	Sugerem que seja permitida a construção de imóveis com mais de dois pisos na área compreendida entre a calçada do Convento e a estrada do Convento.	Sugestões de Particulares
181	José Lourenço Chaparra	Enxames	Rural	Urbano	O requerente pretende que a área seja inserida em zona urbana, uma vez que a freguesia de Enxames tem pouco espaço para urbanizar.	Inclusão em Perímetro
182	José Lourenço Chaparra	Carvalhal, Valverde	Rural	Urbano	O requerente pretende que a parcela em questão seja inserida em perímetro, por ter fracos recursos hídrico, sem qualquer aptidão agrícola.	Inclusão em Perímetro
183	Junta de Freguesia de Vale de Prazeres	Vale de Prazeres	-	-	A J.F. solicita à CM apoio técnico para elaborar a planta com as alterações de perímetro a solicitar.	Pretensões das Juntas de Freguesia
184	Junta de Freguesia de Silvares	Silvares	Rural	Urbano	A J.F. apresenta uma exposição do munícipe Luís Filipe Faia Morgadinho para incluir a sua parcela em espaço urbano.	Pretensões das Juntas de Freguesia
185	Fernando Manuel Alves da Silva Pacheco Torgal	Vale Paloio, Souto da Casa	Rural	Urbano	O requerente pretende viabilizar o loteamento.	Inclusão em Perímetro
186	Manuel Galante dos Santos (igual à n.º 161)	Vale Grande (EN 239), Orca	-	-	O requerente solicita que a área mínima para construção em solo rural seja reduzida, pois considera que os 10000m2 um valor bastante elevado, o que inviabiliza a construção de uma moradia unifamiliar.	Sugestões de Particulares
187	Junta de Freguesia de Vale de Prazeres	Vale de Prazeres	-	-	A J.F. refere que os residentes de Cortiçada, Monte Leal, Catrão, Póvoa Palhaça e Quintas da Torre consideram que têm pouca área para urbanizar. Sugerem a contemplação dos edifícios existentes em perímetro e que os terrenos integrados em RAN e REN sejam desanexados.	Pretensões das Juntas de Freguesia
188	Joaquim Miguel Carvalho	Soalheira	Rural	Industrial	O requerente, como construtor civil, sugere a criação de duas áreas industriais – Pólo Industrial Sul, na perspetiva de um desenvolvimento sustentável e criação de emprego.	Criação de Espaços Industriais
189	Junta de Freguesia de Alpedrinha	Alpedrinha	-	-	A J.F. sugere o aumento da área urbanizável a Sul (A23/Caminho de ferro até calçada romana), a Norte (entre EN18 e os túneis) e a Nascente (Matijas e Loureiros); que as construções só tenham dois pisos (R/C +1); que a construção não seja permitida no Terreiro de Sto António	Pretensões das Juntas de Freguesia

N.º	Requerente	Localização	Objetivos		Justificação	Classe Espaço
			De:	Para:		
					(Nascente), no largo das placas e praça Nova (Nascente), remodelação do saneamento de toda a Vila. Zona Histórica: recuperação do palácio do Picadeiro, remodelação das infraestruturas, recuperação de calçadas, programa de apoio à recuperação de fachadas, recuperação da calçada romana, iluminação de destaque do património. Turismo e Cultura: recuperação das rotas pedestres na Gardunha, sinalética do património e estudo de aproveitamento turística da zona histórica. Infraestruturas: cobertura do polidesportivo, construção de parques infantis, const. Do anfiteatro, const. Do polidesportivo junto às escolas, ecopontos, construção do parque de atividades económicas. Termas da Touca: recuperação e abertura ao publico, delimitação das zonas de proteção e const. da ETAR. Monte da Touca: definir perímetro, aproveitar o existente para fins turísticos, redes para subterrâneo, recuperação de fachadas, zona de expansão marcada na planta.	
190	António José Reis Marrucho/ Maria Luisa Reis Marrucho	Alcaria	Rural	Urbano	Extensão do perímetro de Alcaria até ao cruzamento da EN18.	Inclusão em Perímetro
191	António Augusto Pereira	Soalheira	Rural	Industrial	O requerente, como industrial de lacticínios, sugere a criação de duas áreas industriais – Pólo Industrial Sul, na perspetiva de um desenvolvimento sustentável e criação de emprego.	Criação de Espaços Industriais
192	Vitor Manuel Mendes Andrade	Soalheira	Rural	Industrial	O requerente, como produtor e comerciante de produtos hortícolas, sugere a criação de duas áreas industriais – Pólo Industrial Sul, na perspetiva de um desenvolvimento sustentável e criação de emprego.	Criação de Espaços Industriais
193	António Manuel Ribeiro Cravo	Soalheira	Rural	Industrial	O requerente, como empresário agrícola, sugere a criação de duas áreas industriais – Pólo Industrial Sul, na perspetiva de um desenvolvimento sustentável e criação de emprego.	Criação de Espaços Industriais

N.º	Requerente	Localização	Objetivos		Justificação	Classe Espaço
			De:	Para:		
194	Joaquim Duarte Alves	Soalheira	Rural	Industrial	O requerente, como fabricante de queijo artesanal, sugere a criação de duas áreas industriais – Pólo Industrial Sul, na perspetiva de um desenvolvimento sustentável e criação de emprego.	Criação de Espaços Industriais
195	João Roberto Andrade	Soalheira	Rural	Industrial	O requerente, como industrial de lacticínios, sugere a criação de duas áreas industriais – Pólo Industrial Sul, na perspetiva de um desenvolvimento sustentável e criação de emprego.	Criação de Espaços Industriais
196	João Duarte Alves	Soalheira	Rural	Industrial	O requerente, como produtor de queijo artesanal, sugere a criação de duas áreas industriais – Pólo Industrial Sul, na perspetiva de um desenvolvimento sustentável e criação de emprego.	Criação de Espaços Industriais
197	Bruno Manuel Domingos Roberto	Soalheira	Rural	Industrial	O requerente sugere a criação de duas áreas industriais – Pólo Industrial Sul, na perspetiva de um desenvolvimento sustentável e criação de emprego.	Criação de Espaços Industriais
198	Maria de Lurdes Roque Nogueira	Valverde	Rural	Urbano	A requerente pretende que os terrenos sejam incluídos em espaço urbano para os poder urbanizar.	Inclusão em Perímetro
199	Junta de Freguesia de Castelejo	Castelejo	-	-	A J.F. apresenta alterações ao perímetro de Castelejo e Enxabarda.	Pretensões das Juntas de Freguesia
200	Junta de Freguesia de Alcaria	Alcaria	-	-	A J.F. pretende que seja inserido em perímetro urbano: Sítio do Lopes/ Lameira do Vale, Espanadeira, Cruzamento de Alcaria/zona envolvente à EN18 e EN346, Quinta da Pola/envolvente à EM e Qta S. Folgosinho. Sugerem que o índice de construção seja aumentado para 0.6, com um máximo de 2 pisos, e que deveria haver uma proteção à zona histórica no intuito de preservar os edifícios em pedra ainda existentes. Pretendem a possibilidade de instalação de unidades hoteleiras e consideram de interesse público os seguintes imóveis: Igreja de Alcaria e Pesinho, Capela de N. Sr.ª das Necessidades, Casa do Ortigal, Casa das Poeiras.	Pretensões das Juntas de Freguesia
201	Quinta do Soalheiro – exploração de espaços turísticos,	Quinta do Soalheiro, Aldeia Nova do Cabo	-	-	O requerente sugere que o índice de 0.05 seja aumentado por forma a permitir um melhor desenvolvimento do equipamento coletivo.	Sugestões de Particulares

N.º	Requerente	Localização	Objetivos		Justificação	Classe Espaço
			De:	Para:		
	geriátricos e serviços, Lda					
202	Jorge Manuel Fernandes	Vinha Grande, Valverde	Rural	Urbano	O requerente pretende que a totalidade da sua parcela esteja integrada em espaço urbano.	Inclusão em Perímetro
203	Junta de Freguesia de Enxames	Enxames	-	-	A J.F. pretende que os perímetros que constituem a freguesia sejam alargados de acordo como esquissado na planta, por considerar que há intenção para construir.	Pretensões das Juntas de Freguesia
204	Junta de Freguesia de Fatela	Fatela	-	-	Reunião - A proposta inclui, não só um contributo para o Ordenamento da freguesia (urbano e rural) mas uma proposta de regulamento. Pretende também, estabelecer a obrigatoriedade de elaborar Plano de Pormenor para todas as áreas de expansão definidas, bem como para a ocupação das Quintas. Pretende ainda definir áreas de proteção maiores para os imóveis classificados, bem como classificar uma série de outros. A Junta de Freguesia pretende implementar uma série de projetos (alguns têm correspondência no Plano Estratégico de Turismo), sendo de destacar uma ligação direta da freguesia à A23. Planos em elaboração: (1) Plano da Aldeia; (2) Plano de Pormenor (SV) da Fatela. Atenção à Medida 7.1 do Agris (Programa Leader) com aplicação na Fatela	Pretensões das Juntas de Freguesia
205	Junta de Freguesia de Salgueiro	Salgueiro	-	-	Reunião – A J.F. pretende: (1) integrar os aglomerados de Salgueiro, de Escarigo e de Quintãs num único perímetro urbano; (2) criar novas áreas de expansão, com ocupação faseada, de acordo com a planta em anexo; (3) criar uma Zona Industrial a Sul do aglomerado da Sobreira e a Nascente da EM 570, que possa vir a ser ocupada por futuras indústrias de transformação de mel, compotas, queijos, enchidos ou mesmo de fruta – a Junta ficou de enviar o limite da ZI proposta, por email; (4) identificar como Espaço de Equipamento a área urbanizável do aglomerado de Salgueiro e identificar outra área, a Norte, desta também com o Equipamento – estas áreas vão ser fornecidas por	Pretensões das Juntas de Freguesia

N.º	Requerente	Localização	Objetivos		Justificação	Classe Espaço
			De:	Para:		
					email pela Junta; (5) poder construir e/ou legalizar, pelo menos, as construções de apoio à atividade agrícola em espaço agrícola (RAN); (6) identificar os núcleos históricos das três aldeias: Salgueiro, Quintãs e Escarigo; (7) propor um Plano de Pormenor para o perímetro urbano dos Três Povos – existe um GTL a elaborar estudos sobre os três aglomerados (responsável GTL - Arq.ª Ana Cunha); (8) melhorar as acessibilidades através da beneficiação da rede existente.	
206	Junta de Freguesia de Souto da Casa	Souto da Casa	Rural	Equipamento	A JF pretende implementar um parque desportivo e de lazer numa área não integrada em perímetro, pelo que pretendem a sua classificação como de equipamento de uso coletivo.	Pretensões das Juntas de Freguesia
207	Alexandrino Pinto Fazendeiro		Espaço agrossilvo-pastoril	urbano	O requerente pretende que as duas habitações existentes e licenciadas sejam integradas no perímetro urbano, de modo a poder individualizar cada uma num artigo.	Inclusão em Perímetro
208	Junta de Freguesia de Bogas de Cima	Bogas de Cima	REN	Espaço Lazer/ Equipamento	A J.F. pretende construir um Parque Aventura no terreno do antigo campo de futebol. Este equipamento consiste na construção de desportos radicais, de um parque infantil e de infraestruturas de apoio.	Pretensões das Juntas de Freguesia

Fonte: CM Fundão, 2004

Quadro 78: Participações Públicas, resultantes do período de consulta pública (2019)

N.º de registo	Requerente	Localização	Objetivos		Justificação	Classe Espaço
			De:	Para:		
209	Luís Fernandes Afonso	Cortiçada/ UF de Vale Prazeres e Ma	Espaço Agro-Silvo-Pastoril	Urbano	Pretende que se equacione a possibilidade de construção na parcela identificada.	Inclusão em Perímetro
210	Leopoldo Soares Santos	Valverde / UF de Fundão, Valverde, Donas, Aldeias de Jones e Aldeia Nova do Cabo	Espaço Agro-Silvo-Pastoril	Urbano	Pretende que o seu terreno com 1500 m^2, seja integrado em perímetro urbano, considerando a existência de diversas moradias existentes nos terrenos adjacentes.	Inclusão em Perímetro

Fonte: CM Fundão, 2020

ANEXO III – POPULAÇÃO ESTRANGEIRA

Quadro 79: População estrangeira residente nas Beiras e Serra da Estrela, por concelho, 2011-2019 (N.º)

Tabela 36. População residente estrangeira[47], por concelho, na NUTS III Beiras e Serra da Estrela, 2011-2019 (Nº)

Unidade territorial	2019	2018	2017	2016	2015	2014	2013	2012	2011
	Nº								
Beiras e Serra da Estrela (NUTS III)	4.779	3.725	3.450	3.115	2.745	2.697	2.757	2.793	2.795
Fundão	920	669	559	492	458	425	410	393	450
Almeida	92	77	77	73	66	70	76	77	80
Belmonte	68	56	51	41	46	48	50	46	43
Celorico da Beira	103	84	79	65	67	64	72	67	68
Covilhã	1635	1078	1047	947	742	708	701	736	664
Figueira de Castelo Rodrigo	46	44	45	46	52	50	57	61	61
Fornos de Algodres	49	38	36	31	28	21	24	19	18
Gouveia	211	212	199	179	156	157	141	128	133
Guarda	963	847	761	680	557	554	617	632	668
Manteigas	21	19	17	15	12	30	34	32	15
Mêda	46	36	29	30	31	27	27	22	17
Pinhel	70	71	76	82	74	75	73	77	73
Sabugal	108	102	112	111	116	114	108	104	89
Seia	364	306	277	238	250	259	274	291	288
Trancoso	83	86	85	85	90	95	93	108	128

Fonte: SEF, 2020

Fonte: Estratégia Local de Habitação do Fundão, dezembro de 2020

Quadro 80: Principais nacionalidades da população estrangeira (N.º), residente no concelho do Fundão, 2011-2019

Tabela 37. Principais nacionalidades da população residente estrangeira (n.º) no concelho de Fundão

Unidade territorial	2019	2018	2017	2016	2015	2014	2013	2012	2011
	Nº								
Reino Unido	181	141	118	83	58	43	32	12	9
Brasil	168	84	83	83	70	75	79	78	83
Bulgária	148	135	109	82	87	79	86	83	112
França	45	41	33	35	34	36	33	34	28
Guiné Bissau	41	19	11	8	10	7	-	-	-
Holanda	40	31	25	20	17	13	10	6	5

Fonte: SEF, 2020

Fonte: Estratégia Local de Habitação do Fundão, dezembro de 2020

Quadro 81: População estrangeira (N.º) que solicitou estatuto de residente, por local de residência e nacionalidade, 2011-2019

Tabela 38. População estrangeira que solicitou estatuto de residente por Local de residência (NUTS – 2013) e Nacionalidade (Grupos de países); anual

Unidade territorial	2018			2017			2016			2015			2014			2013			2012			2011		
	Total	UE 28	Extra UE	Total	UE 28	Extra UE	Total	UE 28	Extra UE	Total	UE 28	Extra UE	Total	UE 28	Extra UE	Total	UE 28	Extra UE	Total	UE 28	Extra EU	Total	UE 28	Extra EU
	N.º	N.º	N.º	N.º	N.º	N.º	N.º	N.º	N.º	N.º	N.º	N.º	N.º	N.º	N.º	N.º	N.º	N.º	N.º	N.º	N.º	N.º	N.º	N.º
Beiras e Serra da Estrela	870	199	671	712	219	493	644	173	471	352	119	233	249	128	121	327	139	188	418	160	258	329	133	196
Fundão	167	91	76	126	91	35	78	59	19	50	45	5	53	39	14	49	34	15	56	48	8	49	28	21
Almeida	5	3	2	5	4	1	12	7	5	3	1	2	5	4	1	7	3	4	4	2	2	6	4	2
Belmonte	10	3	7	10	4	6	1	0	1	4	4	0	1	1	0	4	0	4	7	3	4	4	0	4
Celorico da Beira	18	14	4	13	10	3	5	3	2	6	3	3	2	1	1	8	4	4	8	2	6	6	2	4
Covilhã	344	15	329	293	27	266	319	25	294	160	19	141	73	22	51	106	28	78	179	40	139	103	50	53
Figueira de Castelo Rodrigo	4	2	2	3	1	2	5	5	0	5	1	4	6	5	1	11	10	1	19	14	5	7	5	2
Fornos de Algodres	2	2	0	10	10	0	5	2	3	7	6	1	1	1	0	5	3	2	1	0	1	3	0	3
Gouveia	30	13	17	34	21	13	34	21	13	20	16	4	26	12	14	15	9	6	11	7	4	16	4	12
Guarda	210	22	188	142	11	131	137	22	115	62	8	54	36	10	26	56	13	43	61	12	49	61	11	50
Manteigas	1	1	0	0	0	0	3	3	0	0	0	0	0	0	0	3	2	1	17	0	17	9	0	9
Mêda	3	1	2	4	0	4	1	1	0	2	0	2	1	0	1	4	1	3	5	3	2	1	0	1
Pinhel	1	0	1	8	4	4	9	2	7	5	1	4	7	4	3	6	4	2	9	5	4	4	0	4
Sabugal	6	3	3	10	6	4	5	4	1	6	4	2	9	6	3	15	14	1	8	7	1	7	3	4
Seia	53	27	26	42	29	13	28	19	9	15	8	7	25	20	5	33	13	20	27	12	15	38	22	16
Trancoso	16	2	14	12	1	11	2	0	2	7	3	4	4	3	1	5	1	4	6	5	1	15	4	11

Fonte: INE, 2020 (última atualização dos dados: 27 de setembro de 2019)

Fonte: Estratégia Local de Habitação do Fundão, dezembro de 2020

ANEXO IV – PROJETOS APROVADOS E PREVISTOS PARA O MUNICÍPIO DO FUNDÃO

Quadro 82: Projetos aprovados (Portugal 2020), município do Fundão

Programa	Designação do Projeto	Investimento total (€)	Investimento elegível (€)	Tx comparticipação	Comparticipação (€)
ERASMUS +	ECHOES of the past - Heritage Futures. Vocational and aducation training in post-industrial landscape	39 855,00	39 855,00	100,00%	39 855,00
URBACT III	Agri-Urban	55 642,00	55 642,00	85,00%	47 295,70
Interreg Europe	OSIRIS (Open Social Innovation policies driven by co-creative Regional Innovation eco-systemS	198 025,00	198 025,00	85,00%	168 321,25
POISE	PEPAL	66 821,16	66 821,16	92,00%	61 475,47
POSEUR	Drenagem e Tratamento de Águas Residuais - Souto da Casa	398 105,00	398 105,00	85,00%	338 389,25
POSEUR	Drenagem e Tratamento de Águas Residuais - Póvoa da Atalaia	123 373,02	123 373,02	85,00%	104 867,07
POSEUR	Drenagem e Tratamento de Águas Residuais - Fundão	539 989,98	539 989,98	85,00%	458 991,48
POSEUR	Drenagem e Tratamento de Águas Residuais - Silvares	45 826,45	45 826,45	85,00%	38 952,48
CENTRO 2020	Requalificação e apetrechamento de Escolas do 1º ciclo e Jardins de Infância - Fase I	503 939,73	493 410,59	85,00%	419 399,00
CENTRO 2020	Requalificação e apetrechamento de Escolas do 1º ciclo e Jardins de Infância - Fase II	144 597,07	99 278,82	85,00%	84 387,00
CENTRO 2020	Requalificação do Eixo Rua Luis Magalhães, Rua Adolfo Portela e Zonas adjacentes	249 707,85	226 932,68	85,00%	192 892,78
Horizonte 2020	Mobility Urban Values (MUV)	93 687,50	93 687,50	100,00%	93 687,50
POCTEP	EMPRENDEJOVEN+ 20/20. DINAMIZANDO LA FRONTERA	395 637,13	395 637,13	75,00%	296 727,85

Programa	Designação do Projeto	Investimento total (€)	Investimento elegível (€)	Tx comparticipação	Comparticipação (€)
POCTEP	Red_UrbanSol (Red de Urbanismo Sostenible e Inteligente en Europe)	54 225,00	54 225,00	75,00%	40 668,75
CENTRO 2020	Cultura em Rede das Beiras e Serra da Estrela	74 968,00	74 968,00	85,00%	63 722,80
CENTRO 2020	Programa de Modernização Administrativa Beiras e Serra da Estrela	110 000,00	110 000,00	85,00%	93 500,00
CENTRO 2020	Valorização do Património Natural das Beiras e Serra da Estrela	35 151,09	35 151,09	85,00%	29 878,43
CENTRO 2020	iNature (Projetos âncora para a concretização da EEC PROVERE iNature - turismo sustentável em áreas classificadas)	82 338,76	79 661,26	85,00%	67 712,07
CENTRO 2020	Aldeias Históricas de Portugal - EEC AHP	89 026,80	89 026,80	85,00%	75 672,78
Turismo de Portugal	Projeto Fundão Casa da Cereja	162 500,00	162 500,00	90,00%	146 250,00
PO APMC	Distribuição de géneros Alimentares e /ou de Bens de Primeira Necessidade - Continente	6 888,71	6 888,71	85,00%	5 855,40
FAMI	Plano Municipal para a Integração dos Migrantes - Fundão	237 200,00	105 063,28	75,00%	78 797,46
CENTRO 2020	Operação de Acolhimento Empresarial - Fundão	3 228 000,60	1 017 067,24	85,00%	864 507,15
CENTRO 2020	Conservação e Alteração do Edifício da Câmara Municipal do Fundão	312 145,23	175 035,64	85,00%	148 780,29
CENTRO 2020	Complexo Escolar do Fundão	2 680 849,81	2 643 235,71	85,00%	2 246 750,35
CENTRO 2020	Planos Inovadores de Combate ao Insucesso Escolar	451 460,28	451 460,28	85,00%	383 741,24
Turismo de Portugal	AHP Smart Lands: AHP Smart Lands Castelo Novo	58 409,67	58 409,67	90,00%	52 568,70
PDR 2020	Estabilização emergência pós incêndio	173 916,94	72 688,95	100,00%	72 688,95
PDR 2020	Estabilização emergência pós incêndio	603 044,03	406 999,32	100,00%	406 999,32
Fundo Florestal Permanente	Limpeza de Faixas de Interrupção de combustíveis	221 434,00	221 434,00	100,00%	221 434,00
APA	Recuperação de linhas de água e de passagens hidráulicas	203 000,00	203 000,00	100,00%	203 000,00

Programa	Designação do Projeto	Investimento total (€)	Investimento elegível (€)	Tx comparticipação	Comparticipação (€)
Fundo de Emergências Municipal	FEM - Incêndios 2017 - Fundão	1 273 590,01	1 256 511,05	60,00%	753 906,63
Fundo Ambiental	Requalificação Ambiental da Ribeira de Alpreade	338 387,00	338 387,00	100,00%	338 387,00
Turismo de Portugal	Fundão| redes Wi-Fi	50 971,63	50 000,00	90,00%	45 000,00
Turismo de Portugal	Aldeias.com	326 750,00	326 750,00	90,00%	294 075,00
CENTRO 2020	Artéria	56 023,58	55 116,42	60,00%	33 069,85
ERASMUS +	Shepherds of the XXIst century: increasing professionalism in the management of extensive livestock, wildfires and landscape in the era of global change – FireShepherds	7 917,00	7 917,00	100,00%	7 917,00
PDR 2020	Estruturas de feira - Mercado Local do Fundão	30 179,71	30 179,71	50,00%	15 089,86
PDR 2020	Alimentação/ Circuitos curtos Agroalimentares para o Direito Humano a uma Alimentação Adequada	300,00	300,00	50,00%	150,00
CENTRO 2020	Reabilitação do Antigo Colégio de Santo António	1 044 103,47	905 768,83	85,00%	769 903,51
CENTRO 2020	FAIXA DE MOBILIDADE SUAVE- LIGAÇÃO RUA CIDADE DA COVILHÃ – ZONAS COMERCIAIS	152 111,57	152 111,57	85,00%	129 294,83
Turismo de Portugal	Aldeias Históricas de Portugal - All For All	86 617,48	86 617,48	90,00%	77 955,73
PDR 2020	Casa do Barqueiro e percurso envolvente	173 987,23	111 680,43	50,00%	55 840,22
Turismo de Portugal	reVALORIZAR: Serra da Gardunha	344 054,06	202 750,00	90,00%	182 475,00
PDR 2020	Defesa da Floresta Contra Incêndios	785 168,03	272 172,65	100,00%	272 172,65
CENTRO 2020	Ciclovias e faixa de mobilidade suave (via pedonal) Fundão/áreas periurbanas	265 905,77	265 905,77	85,00%	226 019,90
Turismo de Portugal	Roteiro "Terras do volfrâmio e Estanho - História e Memória das comunidades Mineiras	22 000,00	22 000,00	33,59%	7 389,80

Programa	Designação do Projeto	Investimento total (€)	Investimento elegível (€)	Tx comparticipação	Comparticipação (€)
URBACT III	IoTXchange Título do projeto: Internet of Things as a policy instrument for city change	64 957,18	64 957,18	85,00%	55 213,60
URBACT III	SIBdev Título do projeto: Social impact bond development for improved public service delivery	12 549,98	12 549,98	85,00%	10 667,48
POAT	Reposição e reparação das infraestruturas e equipamentos municipais danificados pelos incêndios de 2017 - Fundão	1 625 784,49	561 237,80	100,00%	561 237,80
ERASMUS +	Innovative Educational Tools for Management in Heritage Protection - gamification in didactic process (EduGame)	28 368,00	28 368,00	100,00%	28 368,00
CENTRO 2020	Projetos Âncora para a concretização da EEC Aldeias Históricas de Portugal (triénio 2019-2021)	60 000,00	60 000,00	85,00%	51 000,00
FAMI	Casa F - Acolhimento para Refugiados Centro para as Migrações do Fundão	1 577 689,86	1 328 992,20	75,00%	996 744,15
PROMOVE - Regiões Fronteiriças	Quinta Ciência Viva das Ideias e das cerejas				
CENTRO 2020	CENTRO DE ACOLHIMENTO DE EMPRESAS TECNOLÓGICAS DO FUNDÃO	4 138 536,68	3 889 641,24	85,00%	3 306 195,05
PO APMC	Distribuição de Géneros Alimentares e/ou de Bens de Primeira Necessidade - Continente				
Fundo Ambiental	Construção de ciclovia de ligação entre Fundão e Covilhã	600 193,58	600 193,58	50,00%	300 096,79
	Total	**24 705 912,12**	**19 373 507,17**		**16 065 939,39**

Fonte: Câmara Municipal do Fundão

Quadro 83: Projetos previstos para 2030, município do Fundão

Áreas de Intervenção	Designação da operação	Investimento
Requalificação e Rea	Centro Intermodal - Construção de interface (rodoferroviário)na envolvente à estação de comboios	1 000 000,00 €

Áreas de Intervenção	Designação da operação	Investimento
	Reabilitação de edifícios antigas pensões e comércio devoluto para adaptação a Residência polinucleada de Estudantes	800 000,00 €
	Requalificação da Avenida da Liberdade	290 000,00 €
	Plano de regeneração da Zona das Quintãs e da Estação	100 000,00 €
	Ampliação do Parque do Convento e do Parque Verde	500 000,00 €
	Reabilitação do Hospital Velho	500 000,00 €
	Requalificação da Praça do Município e artérias adjacentes para ampliação de mercados de proximidade com implementação e reforço das estruturas de feira	150 000,00 €
	Requalificação do Parque da Escola Secundária	250 000,00 €
	Requalificação e refuncionalização de edifícios na Zona Antiga para instalação de novos negócios e empresas tecnológicas	1 000 000,00 €
	Reabilitação dos Espaços envolventes à Zona do Mercado e do Mercado Municipal	500 000,00 €
	Centro de formação avançada / Espaços oficinais	600 000,00 €
	Recuperação de bairros degradados para habitação a preços controlados	4 000 000,00 €
		9 690 000,00 €
Mobilidade	Cais de descarga - Porto Ferroviário	330 000,00 €
	Ciclovia Fundão - Sensibilização e sinalética inteligente	325 000,00 €
	Ciclovia Fundão Centro - Zona Antiga	50 000,00 €
	Programa de Transportes a pedido	1 000 000,00 €
		1 705 000,00 €
Áreas de Acolhimento empresarial - Inovação	Operação de acolhimento Empresarial -Fase 2 (Expansão do MACB e do nó da A23)	1 986 061,29 €
	Expansão da Zona Industrial do Fundão - fase 3	3 000 000,00 €
	Criação e reforço de interfaces tecnológicos na área da biotecnologia de plantas e das TIC	4 000 000,00 €

Áreas de Intervenção	Designação da operação	Investimento
	Programa de incubação e aceleração do Fundão	1 000 000,00 €
		9 986 061,29 €
Água e saneamento	Reforço da Rede de águas e Saneamento	2 500 000,00 €
		2 500 000,00 €
Regeneração de instalações	Estratégia de Recuperação Ambiental do RIO - Fase 2	1 966 729,15 €
		1 966 729,15 €
Área Social	Programa de inclusão da comunidade de cigana	300 000,00 €
	Habitação de caracter social a preços controlados	1 000 000,00 €
		1 300 000,00 €
Aldeias Históricas	Requalificação da Aldeia Histórica de Castelo Novo	500 000,00 €
	Requalificação da Vila Histórica de Alpedrinha	500 000,00 €
		1 000 000,00 €
Educação	Promoção do Sucesso Escolar - Fase II	900 000,00 €
	Requalificação de Escolas do 1º Ciclo e Jardins de Infância	830 000,00 €
	Requalificação da Sede de Agrupamento Gardunha e Xisto	2 500 000,00 €
		4 230 000,00 €
Património Natural e cultural	Quinta das Ideias e das Cerejas	2 250 000,00 €
	Requalificação, conservação e valorização de diversos edifícios de valência cultural e cariz etnográfico rede de casas temáticas da UNESCO	700 000,00 €
		2 950 000,00 €
Eficiência Energética	Programa de Eficiência Energética para Edifícios Municipais	1 000 000,00 €
		1 000 000,00 €
Turismo	Parque da Gardunha	1 000 000,00 €
	Recuperação do Património Mineiro	1 000 000,00 €

Áreas de Intervenção	Designação da operação	Investimento
	Plano de Animação Turística	1 000 000,00 €
		3 000 000,00 €
Área florestal / rural e regadio	Aproveitamento Hidroagrícola Gardunha Sul (Patamar Gravítico 1 e Patamar Gravítico 2)	45 000 000,00 €
	Intervenções no Perímetro Florestal da Serra da Gardunha	3 000 000,00 €
	Beneficiação de Regadios Tradicionais	500 000,00 €
	Beneficiação de Caminhos Rurais/Florestais	2 000 000,00 €
	Eletrificação de Caminhos Rurais	1 000 000,00 €
	Requalificação da Edificação e Exploração Agrícola da Quinta do Seminário	250 000,00 €
	Defesa da Floresta Contra Incêndios	1 500 000,00 €
	Melhoria das Estruturas do Regadio da Cova da Beira	2 500 000,00 €
		55 750 000,00 €

ANEXO V – FUNÇÕES CENTRAIS DO SETOR PÚBLICO

Quadro 84: Funções Centrais do Setor Público (Equipamentos coletivos), por centro urbano, Fundão, 2020

Função Central	Centros urbanos																								
	Alcaide	Alcaria	Alcongosta	Alpedrinha	Póvoa da	Barroca	Bogas de Cima	Capinha	Castelejo	Castelo Novo	Donas	Enxames	Fatela	Fundão	Janeiro de	Lavacolhos	Orca	Pêro Viseu	Três Povos	Silvares	Soalheira	Souto da Casa	Telhado	Vale de	Valverde
Pré-escolar	X	X		X	X			X	X		X	X	X	X	X			X		X	X	X	X	X	X
1º CEB	X	X		X	X			X	X		X		X	X	X			X	X	X	X	X	X	X	X
2 e 3º CEB				X										X						X					
Ensino Secundário				X										X											
Ens. Profissional														X											
Hospital														X											
Centro de Saúde														X											
Extensão C. S.	X	X		X	X	X	X	X	X	X		X	X		X	X	X	X	X	X	X	X		X	
Farmácia				X										X						X				X	
Creche	X	X		X							X			X						X					X
ATL	X	X									X			X						X					X
Lar		X		X	X		X	X						X					X	X	X	X	X		X
Centro de Dia	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
AD		X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X		X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
CAO														X											
Grande CJ					X									X						X	X				X
Pequeno CJ	X		X	X		X		X			X		X	X	X	X	X	X	X	X	X			X	
Sala de Desporto		X		X										X				X		X					X
Piscina														X											
Biblioteca														X											
Cinema				X										X											

Museu/Casas temáticas)	X		X	X	X	X	X		X	X	X			X	X	X	X		X	X		X	X		X
Auditório														X											
Exposições/E. Polivalente				X										X											
Posto de Turismo				X						X				X											
Imprensa Local														X											
Rádio Local														X											
Associação	X	X		X		X					X			X		X				X			X		X
Bombeiros														X					X	X	X				
GNR				X										X						X	X				
Total de F.C.	9	10	4	18	8	6	5	7	6	5	9	4	5	29	7	6	5	7	8	17	10	7	7	7	11

Fonte: Câmara Municipal do Fundão

ANEXO VI – ALOJAMENTOS FAMILIARES

Quadro 85: Alojamentos familiares ocupados como residência habitual segundo a dotação em infraestruturas urbanas, por freguesia, 2011 (%)

Freguesias	Alojamentos familiares	Abastecimento de Água		Esgotos	
		Com	Sem	Com	Sem
Alcaide	261	99%	1%	99%	1%
Alcaria	460	100%	0%	100%	0%
Alcongosta	211	100%	0%	100%	0%
Alpedrinha	405	100%	0%	100%	0%
Barroca	227	100%	0%	100%	0%
Bogas de Cima	149	100%	0%	100%	0%
Capinha	215	99%	1%	100%	0%
Castelejo	282	99%	1%	99%	1%
Castelo Novo	156	95%	5%	95%	5%
Fatela	224	98%	2%	99%	1%

Freguesias	Alojamentos familiares	Abastecimento de Água		Esgotos	
		Com	Sem	Com	Sem
Lavacolhos	109	100%	0%	100%	0%
Orca	317	99%	1%	99%	1%
Pêro Viseu	304	99%	1%	99%	1%
Silvares	393	100%	0%	100%	0%
Soalheira	363	99%	1%	99%	1%
Souto da Casa	362	100%	0%	100%	0%
Telhado	259	99%	1%	99%	1%
Enxames	212	97%	3%	97%	3%
Três Povos	425	99%	1%	99%	1%
U. F de Janeiro de Cima e Bogas de Baixo	241	98%	2%	98%	2%
U. F. de Fundão, Valverde, Donas, Aldeia de Joanes e Aldeia Nova do Cabo	5159	100%	0%	100%	0%
U. F. de Póvoa de Atalaia e Atalaia do Campo	539	98%	2%	98%	2%
U. F. de Vale de Prazeres e Mata da Rainha	643	96%	4%	96%	4%
Concelho do Fundão	11939	99%	1%	98%	2%

Fonte: INE;- Portugal, Censos 2011

ANEXO VII - EQUIPAMENTOS COLETIVOS

Quadro 86: N.º de alunos e de turmas, por nível de escolaridade, das unidades orgânicas da rede pública localizadas no concelho do Fundão – Ensino Geral – Ano letivo 2020/2021

DGEstE - Direção de Serviços da Região Centro

NÚMERO DE ALUNOS E DE TURMAS, POR NÍVEL DE ESCOLARIDADE, DAS UNIDADES ORGÂNICAS DA REDE PÚBLICA LOCALIZADAS NO CONCELHO DO FUNDÃO- ENSINO GERAL - ANO LETIVO 2020/2021

Distrito	Concelho	Código Agrupamento	Agrupamento de Escolas	Freguesia/União de Freguesias	Sede	Código Escola	Designação do Estabelecimentos de Educação e/ou de Ensino integrantes do AE	Ciclos Ministrados	Educação Pré-escolar						1.º Ciclo do Ensino Básico						2.º Ciclo do Ensino Básico						3.º Ciclo do Ensino Básico								Ensino Secundário Geral (Cursos Científico-Humanísticos)									
									3 anos	4 anos	5 anos	+ 5 anos	ALUNOS	GRUPOS	1.º ano	2.º ano	3.º ano	4.º ano	ALUNOS	TURMAS	5.º Ano_ALUNOS	5.Ano_TURMAS	6.º Ano_ALUNOS	6.º Ano_TURMAS	2.º CEB_ALUNOS	2.º CEB_TURMAS	7.ºAno_ ALUNOS	7.º Ano_TURMAS	8.º Ano_ALUNOS	8.ºAno_TURMAS	9.º Ano_ALUNOS	9.ºAno_TURMAS	3.º CEB_ALUNOS	3.º CEB_TURMAS	10.ºAno_ ALUNOS	10.º Ano_TURMAS	11.º Ano_ALUNOS	11.º Ano_TURMAS	12.ºAno_ ALUNOS	12.º Ano_TURMAS	SEC_ALUNOS	SEC_TURMAS	TOTAL GERAL_ALUNOS	TOTAL GERAL_TURMAS
Castelo Branco	**Fundão**	**161196**	**AE do Fundão**	**Fundão, Valverde, Donas, Aldeia de Joanes e Aldeia Nova do Cabo**	**Sim**	**403659**	**ES de Fundão**	**3.º CEB (oferta de EAE); Ensino Secundário Geral**																																		
Castelo Branco	Fundão	161196	AE do Fundão	Fundão, Valverde, Donas, Aldeia de Joanes e Aldeia Nova do Cabo	Não	341885	EB João Franco, Fundão	1.º CEB; 2.º CEB (oferta de EAE); 3.º CEB (oferta de EAE)									41		41	2	93	5	94	5	187	10	129	6					129	6							357	18
Castelo Branco	Fundão	161196	AE do Fundão	Alcaria	Não	201145	EB de Alcaria, Fundão	1.º CEB							4	4	1	7	16	1																			16	1
Castelo Branco	Fundão	161196	AE do Fundão	Fatela	Não	221703	EB de Fatela, Fundão	Educação Pré-Escolar; 1.º CEB		2	1		3	1		2	2	4	8	1																			11	2
Castelo Branco	Fundão	161196	AE do Fundão	Pêro Viseu	Não	264398	EB de Peroviseu, Fundão	1.º CEB							6	3	5	6	20	2																			20	2
Castelo Branco	Fundão	161196	AE do Fundão	Três Povos	Não	272528	EB de Salgueiro, Fundão	1.º CEB							1	2	3	6	12	1																			12	1
Castelo Branco	Fundão	161196	AE do Fundão	Fundão, Valverde, Donas, Aldeia de Joanes e Aldeia Nova do Cabo	Não	281918	EB de Valverde, Fundão	1.º CEB							4	8	12	8	32	2																			32	2
Castelo Branco	Fundão	161196	AE do Fundão	Fundão, Valverde, Donas, Aldeia de Joanes e Aldeia Nova do Cabo	Não	259068	EB Santa Teresinha, Fundão	1.º CEB							21	33		37	91	5																			91	5
Castelo Branco	Fundão	161197	AE do Fundão	Capinha	Não	211370	EB de Capinha, Fundão*	1.º CEB							1	2	1	1	5	1																			5	1
Castelo Branco	Fundão	161196	AE do Fundão	Enxames	Não	220000	JI de Enxames, Fundão	Educação Pré-Escolar			4		4	1	1	2	1	1	5	1																			9	2
Castelo Branco	Fundão	161196	AE do Fundão	Pêro Viseu	Não	626430	JI de Peroviseu, Fundão	Educação Pré-Escolar	3	3	2		8	1																									8	1
Castelo Branco	Fundão	161196	AE do Fundão	Capinha	Não	211370	JI de Capinha, Fundão	Educação Pré-Escolar		2	1		3	1																									3	1
TOTAL AE DO FUNDÃO									**3**	**7**	**8**		**18**	**4**	**38**	**56**	**66**	**70**	**230**	**16**	**93**	**5**	**94**	**5**	**187**	**10**	**129**	**6**	**106**	**5**	**122**	**6**	**357**	**17**	**124**	**5**	**133**	**6**	**129**	**5**	**386**	**16**	**1178**	**63**
Castelo Branco	**Fundão**	**161123**	**AE Gardunha e Xisto, Fundão**	**Fundão, Valverde, Donas, Aldeia de Joanes e Aldeia Nova do Cabo**	**Sim**	**345313**	**EB Serra da Gardunha, Fundão**	**1.º CEB; 2.º CEB (oferta de EAE); 3.º CEB (oferta de EAE)**									**18**	**22**	**40**	**2**	**68**	**4**	**76**	**4**	**144**	**8**	**48**	**3**	**65**	**4**	**67**	**4**	**180**	**11**									**364**	**21**
Castelo Branco	Fundão	161123	AE Gardunha e Xisto, Fundão	Silvares	Não	345325	EB de Silvares, Fundão	1.º CEB; 2.º CEB; 3.º CEB							11	9	12	3	35	2	14	1	21	1	35	2	21	1	20	1	15	1	56	3									126	7
Castelo Branco	Fundão	161123	AE Gardunha e Xisto, Fundão	Alcaide	Não	201066	EB de Alcaide, Fundão	1.º CEB							8	7	8	11	34	2																			34	2
Castelo Branco	Fundão	161123	AE Gardunha e Xisto, Fundão	Fundão, Valverde, Donas, Aldeia de Joanes e Aldeia Nova do Cabo	Não	201595	EB de Aldeia de Joanes, Fundão	1.º CEB							20	16	22	19	77	4																			77	4
Castelo Branco	Fundão	161123	AE Gardunha e Xisto, Fundão	Alpedrinha	Não	202782	EB de Alpedrinha, Fundão	1.º CEB							12	8	8	16	44	3																			44	3
Castelo Branco	Fundão	161123	AE Gardunha e Xisto, Fundão	Póvoa de Atalaia e Atalaia do Campo	Não	267065	EB de Atalaias, Atalaia do Campo, Fundão	Educação Pré-Escolar; 1.º CEB	2	1	3	1	7	1	1	5	10	3	19	2																			26	3
Castelo Branco	Fundão	161123	AE Gardunha e Xisto, Fundão	Castelejo	Não	214504	EB de Castelejo, Fundão	Educação Pré-Escolar; 1.º CEB	6		2		8	1	4	1	1	3	9	1																			17	2
Castelo Branco	Fundão	161123	AE Gardunha e Xisto, Fundão	Fundão, Valverde, Donas, Aldeia de Joanes e Aldeia Nova do Cabo	Não	219538	EB de Donas, Fundão	1.º CEB							4	8	3	7	22	2																			22	2
Castelo Branco	Fundão	161123	AE Gardunha e Xisto, Fundão	Janeiro de Cima e Bogas de Baixo	Não	228114	EB de Janeiro de Cima, Fundão	Educação Pré-Escolar; 1.º CEB		3	3		6	1		1	2	2	5	1																			11	2
Castelo Branco	Fundão	161123	AE Gardunha e Xisto, Fundão	Soalheira	Não	256456	EB de Soalheira, Fundão	1.º CEB							5	6	3	10	24	2																			24	2
Castelo Branco	Fundão	161123	AE Gardunha e Xisto, Fundão	Souto da Casa	Não	276443	EB de Souto da Casa, Fundão	Educação Pré-Escolar; 1.º CEB	4	6	9	2	21	1	5	9	6	8	28	2																			49	3
Castelo Branco	Fundão	161123	AE Gardunha e Xisto, Fundão	Telhado	Não	277976	EB de Telhado, Fundão	Educação Pré-Escolar; 1.º CEB	2	1	1		4	1		4	4	2	10	1																			14	2
Castelo Branco	Fundão	161123	AE Gardunha e Xisto, Fundão	Fundão, Valverde, Donas, Aldeia de Joanes e Aldeia Nova do Cabo	Não	255488	EB de Tílias, Fundão	1.º CEB							20	22	2	27	71	4																			71	4
Castelo Branco	Fundão	161123	AE Gardunha e Xisto, Fundão	Vale de Prazeres e Mata da Rainha	Não	281529	EB de Vale de Prazeres, Fundão	Educação Pré-Escolar; 1.º CEB	1		7		8	1	3	3	8	8	22	2																			30	3
Castelo Branco	Fundão	161123	AE Gardunha e Xisto, Fundão	Fundão, Valverde, Donas, Aldeia de Joanes e Aldeia Nova do Cabo	Não	257552	EB Nossa Senhora da Conceição, Fundão	1.º CEB							29	24	18		71	4																			71	4
Castelo Branco	Fundão	161123	AE Gardunha e Xisto, Fundão	Fundão, Valverde, Donas, Aldeia de Joanes e Aldeia Nova do Cabo	Não	640980	JI de Aldeia de Joanes, Fundão	Educação Pré-Escolar	14	13	14		41	2																									41	2
Castelo Branco	Fundão	161123	AE Gardunha e Xisto, Fundão	Alpedrinha	Não	601688	JI de Alpedrinha, Fundão	Educação Pré-Escolar	8				8	1																									8	1
Castelo Branco	Fundão	161123	AE Gardunha e Xisto, Fundão	Fundão, Valverde, Donas, Aldeia de Joanes e Aldeia Nova do Cabo	Não	614476	JI de Fundão	Educação Pré-Escolar	16	34	24	2	76	1																									76	1
Castelo Branco	Fundão	161123	AE Gardunha e Xisto, Fundão	Silvares	Não	631190	JI de Silvares, Fundão	Educação Pré-Escolar	8	10	11		29	2																									29	2
Castelo Branco	Fundão	161123	AE Gardunha e Xisto, Fundão	Soalheira	Não	631310	JI de Soalheira, Fundão	Educação Pré-Escolar	7	6	2		15	1																									15	1
Castelo Branco	Fundão	161124	AE Gardunha e Xisto, Fundão	Alcongosta			Sem estabelecimento(s) de educação e/ou de ensino																																		
Castelo Branco	Fundão	161125	AE Gardunha e Xisto, Fundão	Barroca			Sem estabelecimento(s) de educação e/ou de ensino																																		
Castelo Branco	Fundão	161126	AE Gardunha e Xisto, Fundão	Bogas de Cima			Sem estabelecimento(s) de educação e/ou de ensino																																		
Castelo Branco	Fundão	161127	AE Gardunha e Xisto, Fundão	Castelo Novo			Sem estabelecimento(s) de educação e/ou de ensino																																		
Castelo Branco	Fundão	161128	AE Gardunha e Xisto, Fundão	Lavacolhos			Sem estabelecimento(s) de educação e/ou de ensino																																		
Castelo Branco	Fundão	161129	AE Gardunha e Xisto, Fundão	Orca			Sem estabelecimento(s) de educação e/ou de ensino																																		
								TOTAL AE GARDUNHA E XISTO, FUNDÃO	**68**	**74**	**76**	**5**	**223**	**13**	**122**	**123**	**125**	**141**	**511**	**34**	**82**	**5**	**97**	**5**	**179**	**10**	**69**	**4**	**85**	**5**	**82**	**5**	**236**	**14**							**1149**	**71**
								Total	**71**	**81**	**84**	**5**	**24**	**1**	**160**	**179**	**191**	**211**	**74**	**5**	**175**	**10**	**19**	**10**	**36**	**2**	**19**	**10**	**191**	**10**	**204**	**11**	**59**	**31**	**12**	**5**	**13**	**6**	**129**	**5**	**38**	**1**	**232**	**134**

Fonte: SINAGET (Sistema Nacional de Gestão de Turmas (Validações) - Escolas do Ensino Público - Ano Letivo 2020/2021)

Legenda:
AE - Agrupamento de Escolas
JI - Jardim de Infância
EB - Escola Básica
ES - Escola Secundária
CEB - Ciclo do Ensino Básico
EAE - Ensino Artístico Especializado

Nota:
* Escola Básica com autorização excecional de funcionamento para o 1.º CEB até ao final do ano letivo 2020/2021

Fonte: DGEstE (informação fornecida aquando do Parecer desta entidade: 11947/2021/DSRC-EMAG-UAGRE, de 13/7/2021)

Quadro 87: Externato Capitão Santiago de Carvalho - Turmas Financiadas por contrato de associação, ano letivo 2020/2021

DGEstE - Direção de Serviços da Região Centro

CONCELHO DO FUNDÃO - EXTERNATO CAPITÃO SANTIAGO DE CARVALHO

TURMAS FINANCIADAS POR CONTRATO DE ASSOCIAÇÃO - ANO LETIVO 2020/2021

				2.º Ciclo do Ensino Básico						3.º Ciclo do Ensino Básico								
Distrito	Concelho	Freguesia	Estabelecimento de Ensino Particular e Cooperativo	5.º Ano_ALUNOS	5.ºAno_TURMAS	6.º Ano_ALUNOS	6.º Ano_TURMAS	2.º CEB_ALUNOS	2.º CEB_TURMAS	7.ºAno_ALUNOS	7.º Ano_TURMAS	8.º Ano_ALUNOS	8.ºAno_TURMAS	9.º Ano_ALUNOS	9.ºAno_TURMAS	3.º CEB_ALUNOS	3.º CEB_TURMAS	TOTAL GERAL_ALUNOS	TOTAL GERAL_TURMAS
Castelo Branco	Fundão	Alpedrinha	Externato Capitão Santiago de Carvalho	15	1	16	1	31	2	17	1	23	1	17	1	57	3	88	5
			TOTAL	15	1	16	1	31	2	17	1	23	1	17	1	57	3	88	5

Fontes: SINAGET - Sistema Nacional de Gestão de Turmas - Ensino Público - 2020/2021 e SIGO (Sistema de Informação e Gestão da Oferta Educativa e Formativa)

Quadro 88: Instalações Desportivas de Base Formativas, Fundão, 2020

Freguesia	Denominação	Área (m^2)	Estado de Conservação	Tipo de Recinto
Alcaide	Polidesportivo da Liga dos Amigos do Alcaide	684	Razoável	Pequeno Campo de Jogos
Alcaria	Pavilhão da Associação Cultural de Alcaria	800	Bom	Pavilhão
Alcongosta	Polidesportivo de Alcongosta	450	Razoável	Pequeno Campo de Jogos
Alpedrinha	Campo Ténis das Piscinas de Alpedrinha	594	Fraco	Campo de Ténis
	Polidesportivo de Alpedrinha	780	Razoável	Pequeno Campo de Jogos
	Sala de Desporto de Alpedrinha	200		Sala de Desporto
Barroca	Polidesportivo da Barroca	800	Bom	Pequeno Campo de Jogos
Capinha	Polidesportivo da Capinha	648	Razoável	Pequeno Campo de Jogos
Castelejo	Polidesportivo da Enxabarda	800	Bom	Pequeno Campo de Jogos
Fatela	Polidesportivo da Fatela	684	Bom	Pequeno Campo de Jogos
Lavacolhos	Polidesportivo de Lavacolhos	800	Bom	Pequeno Campo de Jogos
Orca	Polidesportivo da Orca	756	Bom	Pequeno Campo de Jogos
Pêro Viseu	Polidesportivo da Pêro Viseu	840	Bom	Pequeno Campo de Jogos
	Sala de Desporto	165	Bom	Sala de Desporto
Silvares	Polidesportivo de Silvares	595	Razoável	Pequeno Campo de Jogos
	Polidesportivo da EB 2/3 de Silvares	800	Bom	Pequeno Campo de Jogos
	Pavilhão da EB 2/3 de Silvares	420	Bom	Pavilhão
	Sala de Desporto da EB 2/3 de Silvares	224	Bom	Sala de Desporto
	Campo de Futebol do Cruzeiro	5280	Bom	Grande Campo de Jogos
Soalheira	Campo de Futebol da Soalheira	5520	Bom	Grande Campo de Jogos
	Polidesportivo da Soalheira	800	Bom	Pequeno Campo de Jogos
Três Povos	Polidesportivo do Escarigo	800	Bom	Pequeno Campo de Jogos
	Polidesportivo do Salgueiro	800	Bom	Pequeno Campo de Jogos
U.F. Fundão, Valverde, Donas, Aldeia de Joanes e Aldeia Nova do Cabo	Polidesportivo da Aldeia de Joanes	800	Bom	Pequeno Campo de Jogos
	Polidesportivo da Aldeia Nova do Cabo	722	Fraco	Pequeno Campo de Jogos
	Campo de Futebol da Aldeia Nova do Cabo	4050	Razoável	Grande Campo de Jogos
	Polidesportivo das Donas	800	Bom	Pequeno Campo de Jogos
	Pisc. Municipais Cobertas - Tanque Grande	300	Bom	Piscinas Cobertas
	Pisc. Municipais Cobertas - Tanque Pequeno	108	Bom	Piscinas Cobertas
	Campo de Ténis 2	612	Bom	Campo de Ténis
	Estádio Municipal do Fundão	7000	Bom	Grande Campo de Jogos
	Campo de Futebol de 7	2480	Bom	Pequeno Campo de Jogos
	Campo de Ténis 1	612	Bom	Campo de Ténis
	Polidesportivo 2 da E.B. 2/3 João Franco	600	Bom	Pequeno Campo de Jogos
	Pavilhão Municipal do Fundão	1450	Bom	Pavilhão
	Pavilhão Desportivo Municipal	160	Razoável	Pavilhão
	Polidesportivo do Abrigo S. José	640	Bom	Pequeno Campo de Jogos
	Polidesportivo da APPACDM do Fundão	800	Bom	Pequeno Campo de Jogos
	Polidesportivo 2 do Seminário do Fundão	2650	Razoável	Pequeno Campo de Jogos
	Polidesportivo 1 da ES do Fundão	1200	Bom	Pequeno Campo de Jogos
	Polidesportivo 1 do Seminário do Fundão	741	Razoável	Pequeno Campo de Jogos
	Polidesportivo 1 da Escola E.B. 2/3 João Franco	880	Bom	Pequeno Campo de Jogos

Freguesia	Denominação	Área (m^2)	Estado de Conservação	Tipo de Recinto
	Polidesportivo 3 da E.B. 2/3 Serra da Gardunha	336	Bom	Pequeno Campo de Jogos
	Polidesportivo 2 da E.B. 2/3 Serra da Gardunha	826	Bom	Pequeno Campo de Jogos
	Polidesportivo 1 da E.B. 2/3 Serra da Gardunha	800	Bom	Pequeno Campo de Jogos
	Pavilhão da Escola E.B. 2/3 Serra da Gardunha	540	Bom	Pavilhão
	Pavilhão da Associação Desportiva do Fundão	924	Bom	Pavilhão
	Polidesportivo 2 da ES do Fundão	2250	Bom	Pequeno Campo de Jogos
	Campo de Jogos de Valverde	6664	Bom	Grande Campo de Jogos
	Pavilhão Desportivo de Valverde	800	Bom	Pavilhão
U.F. de Janeiro de Cima e Bogas de Baixo	Polidesportivo de Bogas de Baixo	800	Bom	Pequeno Campo de Jogos
	Polidesportivo de Janeiro de Cima	800	Bom	Pequeno Campo de Jogos
U.F de Póvoa de Atalaia e Atalaia do Campo	Estádio 23 de maio	4929	Bom	Grande Campo de Jogos
	Polidesportivo da Póvoa da Atalaia	800	Razoável	Pequeno Campo de Jogos
U.F de V. de Prazeres e Mata da Rainha	Polidesportivo de Vale de Prazeres	924	Bom	Pequeno Campo de Jogos
	Total do Concelho	**72238**		

Fonte: Câmara Municipal do Fundão

Quadro 89: Instalações Desportivas de Base Recreativa e Especiais, Fundão, 2020

Freguesia	Denominação	Área (m2)	Estado de Conservação	Tipo de Recinto
Alcongosta	Piscina Descoberta de Alcongosta	30	Razoável	Piscinas Descobertas
	Piscina de Alpedrinha	561		
U.F Atalaia do Campo e Campo da Atalaia	Piscinas	150	Bom	Piscinas Descobertas
Capinha	Campo de Futebol de Praia	800	Bom	Instalação Especial
	Circuito de Manutenção	-	Razoável	Instalação Especial
	Piscina Artificial da Barragem da Capinha	32	Razoável	Piscinas Descobertas
Castelo Novo	Piscina Natural de Castelo Novo	160	Razoável	Piscinas Descobertas
Orca	Piscina Descoberta da Orca	200	Bom	Piscinas Descobertas
Silvares	Pista de Autocross e Motocross de Silvares	-	Bom	Instalação Especial
	Piscina Descoberta de Silvares	250	Bom	Piscinas Descobertas
U.F. do Fundão	Sala de Squash	35	Bom	Instalação Especial
	Piscinas Municipais Descobertas - Tanque Grande	495	Bom	Piscinas Descobertas
	Piscinas Municipais Descobertas - Tanque Pequeno	45	Bom	Piscinas Descobertas
	Circuito de Manutenção do Fundão	-	Razoável	Instalação Especial
	Piscina Descoberta do Parque de Campismo	72	Bom	Piscinas Descobertas
U.F. de Janeiro de Cima e Bogas de Baixo	Piscina Descoberta de Bogas de Baixo	72		Piscinas Descobertas

Fonte: Câmara Municipal do Fundão

Quadro 90: Associações culturais/recreativas e outras, 2020

ASSOCIAÇÕES DO FUNDÃO
AAAA - Associação dos Amigos de Automóveis Antigos do Fundão
Academia de Música e Dança do Fundão
Adesgar - Associação de Defesa e Desenvolvimento da Serra da Gardunha
ADIBB - Associação Desenvolvimento Integrado Beira Baixa
AJABI - Associação de Jovens Agricultores da Beira Interior
AJAP - Associação de Jovens Agricultores de Portugal
Anforce - Associação Nacional de Formadores de Ciências Empresariais
Apizézére - Associação Produtora de Proteção e Integração do Zêzere
ASPL - Associação Sindical de Professores Licenciados
Associação - Reapn - Rede Europeia Anti - Pobreza Portugal
Associação Comercial e Industrial do Concelho do Fundão
Associação Cultural de Alcaria
Associação Cultural Desportiva Recreativa dos Trabalhadores da Câmara Municipal do Fundão
Associação Cultural e Recreativa da Malhada Velha
Associação Cultural Este - Estação Teatral da Beira Interior
Associação Cultural, Desportiva e Recreativa dos Trabalhadores da Câmara Municipal do Fundão
Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários do Fundão
Associação de Solidariedade Social
Associação de Solidariedade Social da Freguesia de Silvares
Associação Desportiva do Fundão
Associação Distrital dos Agricultores de Castelo Branco
Associação Juvenil de Valverde
Associação Portuguesa de Pais e Amigos do Cidadão Deficiente Mental (APPACDM)
Associação Recreativa de Lavacolhos
Associação Recreativa e Cultural do Rancho Os Pastores do Açor
Associação Recreativa Lavacolhos
CACFF - Centro Assistência Cultural e Formativo do Fundão
Centro Cultural Desportivo dos Amigos da Barroca
Centro Dia da Enxabarda
Centro Social e Cultural de Casegas
Cercob - Associação dos Produtores de Cereja de Cova da Beira
Clube Académico do Fundão
Cooproque - Cooperativa de Produtores de Queijo e Ovelha de Alcains
Creche e Abrigo de Santo António
Gardunha Viva - Associação de Montanhismo do Fundão
Grupo de Convívio e Amizade de Donas
Grupo Desportivo Cultural e Recreativo do Telhado
Liga dos Amigos de Alpedrinha
Liga dos Amigos do Alcaide
Núcleo Sportinguista do Fundão
Núcleo Sportinguista Leões do Zêzere
Pinus Verde - Associação de Produtores Florestais, Apícolas e Agro - Pecuários de Bogas
Reapn - Rede Europeia Anti Pobreza de Portugal
Sanicobe - Associação da Defesa Sanitária da Cova da Beira
Santa Casa da Misericórdia do Fundão
Selpa - Associação da Indústria de Papeleira
Sociedade de Produção e Educação Social

ANEXO VIII – EMPREENDIMENTOS TURÍSTICOS E ALOJAMENTO LOCAL

Quadro 91: Capacidade e unidades de alojamento dos Empreendimentos Turísticos, Concelho do Fundão, 2020

Tipologia	Nome	Capacidade (N.º de utentes)	Número de Unidades de Alojamento
Estabelecimento Hoteleiro - Hotel	O Alambique de Ouro Hotel Resort ****	296	153
	Fundão Palace Hotel ***	88	44
	Convento do Seixo Boutique Hotel & Spa *****	48	24
	Hotel Samasa Fundão ***	100	50
Empreendimento de Turismo de Habitação	Casa do Cimo	18	9
	Solar Dom Silvestre	10	5
	Casa Petrus Guterri	5	5
Empreendimento de Turismo no Espaço Rural - Casa de campo	The Bakery Guesthouse	10	5
	Casa da Pedra Rolada	6	3
	Casa de Janeiro	13	7
	Pedra Nova	8	4
	Solar dos Caldeira e Bourbon	12	6
	CASAS DE ALPEDRINHA	40	20
	Casa Escadinhas da Muralha	6	3
	Lameirinhos - Casa de Campo	12	6
	Cerca Design House	20	10
	Villa Veteris	6	3
	Casa de Castelo Novo	6	3
	Casa Cova do Barro	8	4
Empreendimento de Turismo no Espaço Rural - Agro-turismo	Quinta do Carvalhal Redondo	18	9
	Quinta das Oliveiras	12	6
	Quinta Ponte da Capinha	13	7
Empreendimento de Turismo no Espaço Rural - Hotel Rural	HOTEL RURAL CASA DA EIRA	17	11
Parque de Campismo e/ou Caravanismo	Natura Glamping	24	0
	Parque de Campismo Rural das Lameiras, Silvares	30	0
	Fundatur S.A.	714	0

Fonte: Turismo de Portugal, IP (RNT: https://registos.turismodeportugal.pt/HomePage.aspx)

Quadro 92: N.º de camas, utentes e quartos do Alojamento Local, concelho do Fundão, 2020

Nº de registo	Nome do Alojamento	Localização (Freguesia)	Data Abertura Público	Modalidade	Nº Camas	Nº Utentes	Nº Quartos
715/AL	Tarouca	Fundão, Valverde, Donas, A. Joanes, A. Nova Cabo	28/11/2012	Estabelecimento de hospedagem	26	46	22
1237/AL	Rivoli	Fundão, Valverde, Donas, A. Joanes, A. Nova Cabo	28/11/2012	Estabelecimento de hospedagem	25	44	21
12/AL	O Mário	Alcaria	21/11/2013	Moradia	8	10	6
24/AL	Quinta da Catoula	Castelo Novo	13/08/2014	Moradia	2	4	2
2090/AL	Casa Batucela	Alcaria	01/12/2014	Moradia	3	7	3
1304/AL	Cerca do Espírito Santo	Alcaide	03/09/2014	Moradia	7	9	4
984/AL	Casa de Santiago	Orca	12/11/2014	Apartamento	2	2	1
983/AL	Casas da Rita e de Santo António	Orca	10/03/2014	Apartamento	6	7	3
401/AL	Maria Patrocina Pires Valente Salvado	Fundão, Valverde, Donas, A. Joanes, A. Nova Cabo	05/03/2014	Moradia	3	5	2
4/AL	Bio-Turismo Casa da Eira	Pêro Viseu	06/08/2014	Apartamento	18	23	5
2982/AL	Casa do Balcão	Castelo Novo	07/01/2015	Moradia	2	4	2
9562/AL	Casa da Gardunha	Vale de Prazeres e Mata da Rainha	01/05/2015	Moradia	3	5	2
16099/AL	Quinta da Azenha	Castelo Novo	20/06/2015	Moradia	6	6	2
37055/AL	Quinta de São Marcos	Fundão, Valverde, Donas, A. Joanes, A. Nova Cabo	01/12/2016	Moradia	6	9	4
37037/AL	"	Pêro Viseu	01/10/2016	Apartamento	13	23	5
29747/AL	Casa Entre Serras	Fundão, Valverde, Donas, A. Joanes, A. Nova Cabo	01/06/2016	Moradia	3	5	2
60970/AL	Casa da Tia Alice	Silvares	19/12/2017	Moradia	3	4	2
60048/AL	Casa Quinta Souto da Ordem""	Castelo Novo	26/12/2017	Moradia	3	4	2
58875/AL	Casa do Salgueiral	Souto da Casa	27/10/2017	Moradia	1	3	1
58718/AL	Casa das Ferrarias	Telhado	28/11/2017	Moradia	3	4	1
57991/AL	Quinta dos Cavalos	Fundão, Valverde, Donas, A. Joanes, A. Nova Cabo	10/10/2017	Moradia	4	8	3
57048/AL	Casa da Vinha	Castelo Novo	01/10/2017	Moradia	3	6	3
53780/AL	Casa da Padaria	Fatela	31/08/2017	Moradia	3	6	3
53751/AL	Casa Museu Nuno Miguel Henriques	Três Povos	07/08/2017	Moradia	3	7	3
49250/AL	Casa da Roseira	Capinha	26/06/2017	Moradia	4	6	2
48955/AL	Casa da Neta	Castelejo	22/06/2017	Moradia	5	6	3
47781/AL	Casa da Fonte	Lavacolhos	12/06/2017	Moradia	3	4	3
47780/AL	Quinta do Barrigoso	Castelo Novo	07/06/2017	Moradia	7	8	4
42952/AL	Casa do Silvério - Barroca	Barroca	01/05/2017	Moradia	6	10	5
86058/AL	Quinta do Ragal	Castelejo	17/10/2018	Moradia	5	10	5
86001/AL	Casa dos Duartes	Bogas de Cima	18/10/2018	Moradia	4	5	2
83216/AL	Casa da Azenha	Castelo Novo	06/11/2018	Moradia	2	4	2
81465/AL	Benedita's House	Capinha	01/09/2018	Moradia	4	6	2
79750/AL	Casa do Neto Tiago	Fundão, Valverde, Donas, A. Joanes, A. Nova Cabo	02/08/2018	Moradia	3	5	3
75903/AL	Chão da Ribeira	Orca	28/06/2018	Moradia	2	4	1
74885/AL	Castelo Cottages	Castelo Novo	18/06/2018	Moradia	2	4	1
73861/AL	Casa da Fonte	Orca	05/06/2018	Moradia	4	6	3
69784/AL	QUINTA DA BARROQUINHA	Vale de Prazeres e Mata da Rainha	24/04/2018	Moradia	4	6	3
66820/AL	Quinta do Ervedal	Castelo Novo	02/04/2018	Moradia	2	4	2
63234/AL	Oliveira House	Castelo Novo	01/03/2018	Moradia	4	8	4
99828/AL	Quinta Souto da Ordem House	Castelo Novo	28/06/2019	Moradia	5	8	3
99778/AL	Camélia	Fundão, Valverde, Donas, A. Joanes, A. Nova Cabo	26/06/2019	Moradia	4	8	3

Nº de registo	Nome do Alojamento	Localização (Freguesia)	Data Abertura Público	Modalidade	Nº Camas	Nº Utentes	Nº Quartos
99136/AL	Casa do Quelho	Janeiro de Cima e Bogas de Baixo	17/06/2019	Moradia	4	6	3
98740/AL	CASA DA AVÓ AMÁLIA	Janeiro de Cima e Bogas de Baixo	20/06/2019	Moradia	6	10	5
97581/AL	A Casinha da Aldeia	Barroca	01/08/2019	Moradia	3	5	3
97109/AL	Quinta da Madanela	Fatela	01/06/2019	Moradia	4	6	3
94413/AL	Casa Largo da Praça	Alcongosta	05/04/2019	Moradia	3	8	2
94047/AL	Quinta do Faísca	Enxames	22/03/2019	Moradia	4	8	4
93010/AL	Casa da Rosa Linda	Orca	04/03/2019	Moradia	2	5	2
92239/AL	SolarVicente	Barroca	01/03/2019	Moradia	8	16	6
91978/AL	Casa Tita	Lavacolhos	11/02/2019	Moradia	2	4	2
91260/AL	Gardunha Apartamentos	Fundão, Valverde, Donas, A. Joanes, A. Nova Cabo	01/02/2019	Apartamento	2	4	1
90296/AL	Casa Duas Fontes	Capinha	01/01/2019	Moradia	5	10	4
104612/AL	Quinta Cabeço do Barragão	Alcaria	25/10/2019	Moradia	3	6	2
103754/AL	Cherry Natura Loft	Soalheira	01/11/2019	Moradia	4	8	3
102995/AL	Casa dos Avós e Netos	Fundão, Valverde, Donas, A. Joanes, A. Nova Cabo	05/10/2019	Moradia	2	4	2
101507/AL	Casa Na Aldeia	Pêro Viseu	01/08/2019	Moradia	7	10	4
113427/AL	Casa da Eira	Janeiro de Cima e Bogas de Baixo	05/11/2020	Estabelecimento de hospedagem	10	10	5
112867/AL	Casa da Avó Ana - Peroviseu - Fundão	Pêro Viseu	02/11/2020	Moradia	6	8	3
112562/AL	Alojamento Local Santos	Fundão, Valverde, Donas, A. Joanes, A. Nova Cabo	04/09/2020	Apartamento	2	4	2
111947/AL	Aroma D	Orca	17/08/2020	Apartamento	6	12	6
110710/AL	Era uma vez...	Orca	20/06/2020	Moradia	2	4	1
109757/AL	Casa das Nações	Fundão, Valverde, Donas, A. Joanes, A. Nova Cabo	06/06/2020	Moradia	4	6	3
108044/AL	Gardunha Apartments 3D	Fundão, Valverde, Donas, A. Joanes, A. Nova Cabo	01/03/2020	Apartamento	6	10	3
106881/AL	Casa da Quinta da Azeitona	Vale de Prazeres e Mata da Rainha	10/02/2020	Moradia	4	6	2
105535/AL	Casa Mó	Fundão, Valverde, Donas, A. Joanes, A. Nova Cabo	01/01/2020	Moradia	2	5	2
	TOTAL				327	538	228

Fonte: Turismo de Portugal, IP (RNT: https://registos.turismodeportugal.pt/HomePage.aspx)